



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1803

Terça-feira - 11 de Agosto de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Guaraciaba	197	Passos Maia	351
Alto Bela Vista.....	46	Guaramirim.....	198	Paulo Lopes	352
Anchieta	48	Guarujá do Sul	199	Penha.....	354
Antônio Carlos	49	Herval d'Oeste	200	Pinheiro Preto	355
Arroio Trinta.....	52	Ibiam	202	Pomerode.....	359
Ascurra.....	54	Ilhota	203	Porto Belo.....	360
Balneário Rincão	55	Imarui	204	Porto União.....	363
Barra Velha.....	57	Imbituba	206	Presidente Nereu.....	364
Benedito Novo	58	Indaial.....	209	Rio dos Cedros.....	383
Biguaçu	59	Iomerê	217	Rio do Sul.....	377
Blumenau	61	Ipumirim	224	Salto Veloso.....	384
Bom Jesus do Oeste	73	Irineópolis	228	Santa Terezinha do Progresso	387
Bom Retiro	74	Itá	230	Santiago do Sul.....	388
Braço do Trombudo	75	Itaiópolis	231	São Bento do Sul.....	389
Brunópolis	80	Itapiranga.....	232	São Domingos.....	393
Brusque.....	118	Itapoá	233	São João do Oeste	394
Caçador.....	125	Joaçaba	234	São José.....	395
Campo Alegre	128	Lages	239	São José do Cedro.....	398
Campos Novos.....	131	Laguna	241	São Lourenço do Oeste.....	409
Canoinhas.....	132	Lauro Muller	243	São Miguel do Oeste.....	410
Capinzal	135	Lebon Regis.....	244	São Pedro de Alcântara.....	411
Caxambu do Sul.....	140	Leoberto Leal.....	245	Schroeder.....	415
Chapadão do Lageado	141	Luzerna	248	Sul Brasil	421
Cocal do Sul.....	143	Mafra	249	Timbó	422
Concórdia	144	Maracajá	250	Timbó Grande.....	427
Cordilheira Alta	147	Massaranduba.....	252	Três Barras	428
Coronel Freitas.....	148	Meleiro	264	Treze Tilias	429
Coronel Martins.....	149	Modelo	265	Tunápolis.....	496
Corupá	150	Monte Carlo	267	Turvo	497
Curitibanos	154	Morro da Fumaça	319	União do Oeste	505
Dionísio Cerqueira	162	Navegantes.....	320	Urussanga	507
Ermo	164	Nova Trento.....	323	Vargeão.....	519
Forquilha.....	165	Novo Horizonte	333	Videira.....	520
Fraiburgo.....	166	Orleans	334	Vitor Meireles.....	524
Galvão.....	169	Ouro Verde	336	Xanxerê.....	526
Garopaba.....	170	Palhoça	337	Xavantina	527
Garuva	171	Palmitos	347	Xaxim.....	532
Gaspar	172	Papanduva.....	349		
Governador Celso Ramos	196	Passo de Torres.....	350		

Consórcios

ARIS	534
CIDEMA.....	538
CIGA	540
CIS Nordeste	541
CIS/AMURES.....	543
CPIMMOC	544

Água Doce

PREFEITURA

CONTRATO Nº 42/2015

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GENÊROS ALIMENTÍCIOS Nº 42/2015 de 03/08/2015

Pelo presente instrumento de contrato, o Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Praça João Macagnan, 322 CNPJ n. 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. NOVELLI SGANZERLA, brasileiro, casado, portador do CPF n. 160.789.509-91, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa ANTONIO SARTORI & CIA LTDA estabelecida na Rua XV de Novembro -08, CNPJ n. 82.519.364/0001-47, neste ato representado por seu Sócio, Senhor VALDENIR SARTORI brasileiro, casado, portador do CPF n. 134.529.679-72 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de fornecimento de gêneros alimentícios destinados para merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino, em decorrência do Processo Licitatório n. 48/2015 Modalidade de Pregão Presencial n. 35/2015, homologado em 03/08/2015, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

I – Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação, antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

I - A presente licitação tem por objetivo a aquisição de merenda escolar, para alunos da rede municipal de ensino, para o período até 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZO

I - Os produtos deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Água Doce sita a Praça João Macagnan, 322 – SC, conforme a necessidade da Secretaria da Educação, na oportunidade e quantidade solicitada, e que deverá ocorrer em até 02 dias consecutivos após a solicitação feita pelo município, oportunidade em que serão conferidos a qualidade e quantidade.

II - Os proponentes vencedores deverão entregar os produtos conforme a marca e referências cotadas por ocasião da apresentação da proposta, sob pena de motivo justo para a rescisão contratual e aplicação das penalidades constantes na cláusula nona deste Contrato.

IV - Do prazo de Validade do Produtos - Os produtos perecíveis licitados a serem adquiridos não poderão ter data de fabricação inferior a 30(trinta) dias quando da data da entrega dos mesmos ao Município.

V - Dos Prazos e Vigência – O presente contrato passa a ter início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto para 31/12/2015, ou quando a quantidade terminar, o que expirar primeiro.

VI - O município se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais licitados. Após o dia 31 de dezembro de 2015, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos concorrentes, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

I - O preço total ajustado para o fornecimento dos produtos é de R\$ 2.887,50 (dois mil e oitocentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento de cada produto é o descrito no demonstrativo a seguir, valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA em até 10 dias após o fornecimento dos produtos licitados e apresentação da Nota Fiscal e será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela mesma, e de acordo com a liberação do convênio pelo Governo Federal, não acarretando qualquer acréscimo nos valores contratados, a nota fiscal deverá estar devidamente atestada pela pessoa indicada pela Secretaria, produtos, objeto deste certame licitatório, com os respectivos valores, constantes no demonstrativo abaixo:

Item	Especificação	Apres.	Quant.	Unitário R\$	Total R\$
23	IOGURTE em embalagem de polietileno leitoso de 900 ml, contendo data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 30 dias, isento de mofo, odores estranhos e substancias nocivas. Sabor Morango, Coco e Ameixa	UN	600	3,89	2.334,00
44	IOGURTE ZERO LACTOSE, para dietas com restrição de lactose, contendo data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 30 dias, isento de mofo, odores estranhos, e substancias nocivas, de 900 ml.	UN	75	7,38	553,50
TOTAL					2.887,50

II - A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos produtos, conforme item, objeto deste certame licitatório, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento, acompanhada da declaração da Secretária ou responsável pela Escola, constando a quantidade recebida e objeto recebido a cada entrega.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).

II - Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supra citado da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

CLÁUSULA SEXTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

I - Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

I - Os recursos financeiros serão os provenientes de recursos do Convênio Federal PNAE, Dinheiro Direto na Escola e com recursos próprios do Município.

II - As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 – DEPTO DE ENSINO

2.019 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0037/52 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/53 – Aplicações Diretas

2.016 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0037/54 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/55 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro – Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento ajustado,

b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato, e

c) Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita entrega dos produtos com vistas à execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Terceiro – Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) Prestar o fornecimento na forma ajustada;

b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os funcionários da CONTRATADA, bem como de quaisquer obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento deste instrumento contratual;

c) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

d) É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.

e) A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

I - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

a) Advertência;

- a) Multa de 10% sobre o valor da proposta;
- b) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração Municipal pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza a Contratada.

II – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES

I – A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

I - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

I - A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE, nos termos do art. 67 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO

I - Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Nona.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

I - O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

I - Este Contrato está vinculado ao Pregão Presencial N. 35/2015, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões, Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal n. 003/2005 de 14 de janeiro de 2005.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

I - Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n.º 19/98.

II - E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Água Doce SC, 03 de agosto de 2015

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Contratante

VALDENIR SARTORI

Antonio Sartori & Cia Ltda

Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva

CPF: 005.614.419-95

Gláucia Regina Varaschin

CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

SCHEILA MARA CORSO GIORDANI

OAB 27419

CONTRATO Nº 43/2015

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GENÊROS ALIMENTÍCIOS Nº 43/2015 de 03/08/2015

Pelo presente instrumento de contrato, o Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Praça João Macagnan, 322 CNPJ n. 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. NOVELLI SGANZERLA, brasileiro, casado, portador do CPF n. 160.789.509-91, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa SUPERMERCADO AR ZANATTA LTDA EPP estabelecida na Av. Independência, n. 1432, CNPJ n. 00.340.524/0001-21, neste ato representada por sua Sócia, Senhora VANESSA ANA ZANATTA brasileira, casada, portadora do CPF n. 028.517.719-22 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de fornecimento de gêneros alimentícios destinados para merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino, em decorrência do Processo Licitatório n. 48/2015 Modalidade de Pregão Presencial n. 35/2015, homologado em 03/08/2015, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

I – Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação, antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

I - A presente licitação tem por objetivo a aquisição de merenda escolar, para alunos da rede municipal de ensino, para o período até 31

de dezembro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZO

I - Os produtos deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Água Doce sita a Praça João Macagnan, 322 – SC, conforme a necessidade da Secretaria da Educação, na oportunidade e quantidade solicitada, e que deverá ocorrer em até 02 dias consecutivos após a solicitação feita pelo município, oportunidade em que serão conferidos a qualidade e quantidade.

II - Os proponentes vencedores deverão entregar os produtos conforme a marca e referências cotadas por ocasião da apresentação da proposta, sob pena de motivo justo para a rescisão contratual e aplicação das penalidades constantes na cláusula nona deste Contrato.

IV - Do prazo de Validade do Produtos - Os produtos perecíveis licitados a serem adquiridos não poderão ter data de fabricação inferior a 30(trinta) dias quando da data da entrega dos mesmo ao Município.

V - Dos Prazos e Vigência – O presente contrato passa a ter início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto para 31/12/2015, ou quando a quantidade terminar, o que expirará primeiro.

VI - O município se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais licitados. Após o dia 31 de dezembro de 2015, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos concorrentes, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

I - O preço total ajustado para o fornecimento dos produtos é de R\$ 4.630,17 (quatro mil e seiscentos e trinta reais e dezessete centavos) sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento de cada produto é o descrito no demonstrativo a seguir, valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA em até 10 dias após o fornecimento dos produtos licitados e apresentação da Nota Fiscal e será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela mesma, e de acordo com a liberação do convênio pelo Governo Federal, não acarretando qualquer acréscimo nos valores contratados, a nota fiscal deverá estar devidamente atestada pela pessoa indicada pela Secretaria, produtos, objeto deste certame licitatório, com os respectivos valores, constantes no demonstrativo abaixo:

Item	Especificação	Apres.	Quant.	Unitário R\$	Total R\$
9	BATATA INGLESA LAVADA, nova, de 1ª qualidade, tamanho grande, compacta e firme, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes; isenta de sujidades, parasitas e larvas; acondicionadas em embalagem transparente e resistente.	KG	510	1,79	912,90
10	BOLACHA (TIPO MAISENA, MARIA, LEITE E COCO), produzido a partir de matérias-primas são e limpas, sem corante, isenta de matéria terrosa, parasitas e detritos de animais e vegetais. Aparência: massa bem assada, cem recheio, cobertura, não serão aceitos produtos murchos. Cor, sabor e cheiro próprios. Embalagem individualizada em papel celofane em caixas de papelão, a data de fabricação deverá estar em local visível da embalagem, não superior a 30 dias da data de entrega, bem como o prazo de validade. Pacote de 800g.	PCT	250	3,99	997,50
18	COLORAU EM PÓ FINO, homogêneo, obtido de frutos maduros de urucum, limpos, dessecados e moídos, de coloração amarela, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, isento de materiais estranhos, e a sua espécie, acondicionado em saco plástico transparente e atóxico, hermeticamente vedado e resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade. Pacote com 01 kg	PCT	70	2,69	188,30
30	PAO - FATIADO INTEGRAL, acondicionado em embalagem plástica atóxica, fechada, resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto.	KG	156	8,37	1.305,72
31	PAO FRANCES, de boa qualidade, macio e fresco.	KG	50	6,98	349,00
35	ARROZ BRANCO constituídos de grãos inteiros, isento de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas. Acondicionado em embalagem plástica atóxica, incolor, hermeticamente fechada, resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Pacote com 05 kg.	PCT	10	7,60	76,00
36	BATATA SALSA LAVADA nova, de 1ª qualidade, tamanho grande, compacta e firme, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, isenta de sujidades, parasitas e larvas; acondicionadas em embalagem transparente e resistente, com etiqueta de prazo de validade semanal.	KG	50	4,35	217,50
37	BISCOITO DOCE (SEM LACTOSE) -Nenhum ingrediente poderá conter lactose. Embalagem 200 gramas	PCT	20	5,69	113,80

42	ERVILHA QUEBRADA, de 1ª qualidade, isento de sujidades, odores estranhos e substância nocivas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem com 500g.	PCT	15	4,95	74,25
45	LEITE UHT SEMIDESNATADO - ZERO LACTOSE, para dietas com restrição de lactose de 1 litro, contendo data de fabricação, e prazo de validade, isento de mofo, odores estranhos e substâncias nocivas.	LT	130	3,04	395,20
TOTAL					4.630,17

II - A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos produtos, conforme item, objeto deste certame licitatório, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento, acompanhada da declaração da Secretária ou responsável pela Escola, constando à quantidade recebida e objeto recebido a cada entrega.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).

II - Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supra citado da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

CLÁUSULA SEXTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

I - Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

I - Os recursos financeiros serão os provenientes de recursos do Convênio Federal PNAE, Dinheiro Direto na Escola e com recursos próprios do Município.

II - As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 – DEPTO DE ENSINO

2.019 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0037/52 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/53 – Aplicações Diretas

2.016 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0037/54 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/55 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro – Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento ajustado,

b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato, e

c) Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita entrega dos produtos com vistas à execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Terceiro – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Prestar o fornecimento na forma ajustada;
- b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os funcionários da CONTRATADA, bem como de quaisquer obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento deste instrumento contratual;
- c) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- d) É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.
- e) A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

I - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- a) Advertência;
- a) Multa de 10% sobre o valor da proposta;
- b) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração Municipal pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza a Contratada.

II – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES

I – A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

I - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

I - A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE, nos termos do art. 67 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO

I - Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Nona.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total

ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

I - O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

I - Este Contrato está vinculado ao Pregão Presencial N. 35/2015, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões, Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal n. 003/2005 de 14 de janeiro de 2005.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

I - Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n.º 19/98.

II - E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Água Doce SC, 03 de agosto de 2015

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Contratante

VANESSA ANA ZANATTA

Supermercado AR Zanatta LTDA - EPP

Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva

CPF: 005.614.419-95

Gláucia Regina Varaschin

CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

SCHEILA MARA CORSO GIORDANI

OAB 27419

CONTRATO Nº 44/2015

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GENÊROS ALIMENTÍCIOS Nº 44/2015 de 03/08/2015

Pelo presente instrumento de contrato, o Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Praça João Macagnan, 322 CNPJ n. 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. NOVELLI SGANZERLA, brasileiro, casado, portador do CPF n. 160.789.509-91, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa LETTRARI & CIA LTDA - EPP estabelecida na Praça João Macagnan, n. 90, CNPJ n. 02.465.026/0001-30, neste ato representado por seu Sócio, Senhor CLEBER ANDERSON LETTRARI brasileiro, casado, portador do CPF n. 022.806.159-83 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de fornecimento de gêneros alimentícios destinados para merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino, em decorrência do Processo Licitatório n. 48/2015 Modalidade de Pregão Presencial n. 35/2015, homologado em 03/08/2015, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

I – Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação, antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

I - A presente licitação tem por objetivo a aquisição de merenda escolar, para alunos da rede municipal de ensino, para o período até 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZO

I - Os produtos deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Água Doce sita a Praça João Macagnan, 322 – SC, conforme a necessidade da Secretaria da Educação, na oportunidade e quantidade solicitada, e que deverá ocorrer em até 02 dias consecutivos após a solicitação feita pelo município, oportunidade em que serão conferidos a qualidade e quantidade.

II - Os proponentes vencedores deverão entregar os produtos conforme a marca e referências cotadas por ocasião da apresentação da proposta, sob pena de motivo justo para a rescisão contratual e aplicação das penalidades constantes na cláusula nona deste Contrato.

IV - Do prazo de Validade do Produtos - Os produtos perecíveis licitados a serem adquiridos não poderão ter data de fabricação inferior a 30(trinta) dias quando da data da entrega dos mesmos ao Município.

V - Dos Prazos e Vigência – O presente contrato passa a ter início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto para 31/12/2015, ou quando a quantidade terminar, o que expirará primeiro.

VI - O município se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais licitados. Após o dia 31 de dezembro de 2015, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos concorrentes, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

I - O preço total ajustado para o fornecimento dos produtos é de R\$ 361,00 (trezentos e sessenta e um reais) sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento de cada produto é o descrito no demonstrativo a seguir, valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA em até 10 dias após o fornecimento dos produtos licitados e apresentação da Nota Fiscal e será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela mesma, e de acordo com a liberação do convênio pelo Governo Federal, não acarretando qualquer acréscimo nos valores contratados, a nota fiscal deverá estar devidamente atestada pela pessoa indicada pela Secretaria, produtos, objeto deste certame licitatório, com os respectivos valores, constantes no demonstrativo abaixo:

Item	Especificação	Apres.	Quant.	Unitário R\$	Total R\$		
1	ABACAXI GRANDE de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento, sabor doce, aspecto e cheiros próprios, tamanhos e coloração uniformes, com polpa firme e intacta, com cascas sãs, sem rupturas, isenta de sujidades, parasitas e larvas; acondicionadas em embalagem transparente e resistente, com etiqueta de prazo de validade semanal.	UN	90	3,00	270,00		
33	SAL REFINADO IODADO	KG	130	0,70	91,00		
TOTAL					361,00		

II - A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos produtos, conforme item, objeto deste certame licitatório, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento, acompanhada da declaração da Secretária ou responsável pela Escola, constando a quantidade recebida e objeto recebido a cada entrega.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as parte pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).

II - Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supra citado da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

CLÁUSULA SEXTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

I - Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

I - Os recursos financeiros serão os provenientes de recursos do Convênio Federal PNAE, Dinheiro Direto na Escola e com recursos próprios do Município.

II - As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 – DEPTO DE ENSINO

2.019 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0037/52 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/53 – Aplicações Diretas

2.016 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0037/54 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/55 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro – Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento ajustado,
- b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato, e
- c) Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita entrega dos produtos com vistas à execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Terceiro – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Prestar o fornecimento na forma ajustada;
- b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os funcionários da CONTRATADA, bem como de quaisquer obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento deste instrumento contratual;
- c) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- d) É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.
- e) A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

I - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- a) Advertência;
- a) Multa de 10% sobre o valor da proposta;
- b) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a

Contratada ressarcir a Administração Municipal pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza a Contratada.

II – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES

I – A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

I - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

I - A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE, nos termos do art. 67 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO

I - Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Nona.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

I - O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

I - Este Contrato está vinculado ao Pregão Presencial N. 35/2015, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões, Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal n. 003/2005 de 14 de janeiro de 2005.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

I - Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n.º 19/98.

II - E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Água Doce SC, 03 de agosto de 2015

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Contratante

CLEBER ANDERSON LETTRARI

Lettrari & Cia LTDA - EPP

Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva

CPF: 005.614.419-95

Gláucia Regina Varaschin

CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

SCHEILA MARA CORSO GIORDANI

OAB 27419

CONTRATO Nº 45/2015

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GENÊROS ALIMENTÍCIOS Nº 45/2015 de 03/08/2015

Pelo presente instrumento de contrato, o Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Praça João Macagnan, 322 CNPJ n. 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. NOVELLI SGANZERLA, brasileiro, casado, portador do CPF n. 160.789.509-91, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa SUPERMERCADO CENTRAL ZANATA LTDA - EPP estabelecida na Av. Independência, n. 640, CNPJ n. 04.013.578/0001-33, neste ato representado por seu Sócio, Senhor ADICIR ZANATA brasileiro, casado, portador do CPF n. 710.422.459-91 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de fornecimento de gêneros alimentícios destinados para merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino, em decorrência do Processo Licitatório n. 48/2015 Modalidade de Pregão Presencial n. 35/2015, homologado em 03/08/2015, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

I – Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação, antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

I - A presente licitação tem por objetivo a aquisição de merenda escolar, para alunos da rede municipal de ensino, para o período até 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZO

I - Os produtos deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Água Doce sita a Praça João Macagnan, 322 – SC, conforme a necessidade da Secretaria da Educação, na oportunidade e quantidade solicitada, e que deverá ocorrer em até 02 dias consecutivos após a solicitação feita pelo município, oportunidade em que serão conferidos a qualidade e quantidade.

II - Os proponentes vencedores deverão entregar os produtos conforme a marca e referências cotadas por ocasião da apresentação da proposta, sob pena de motivo justo para a rescisão contratual e aplicação das penalidades constantes na cláusula nona deste Contrato.

IV - Do prazo de Validade do Produtos - Os produtos perecíveis licitados a serem adquiridos não poderão ter data de fabricação inferior a 30(trinta) dias quando da data da entrega dos mesmo ao Município.

V - Dos Prazos e Vigência – O presente contrato passa a ter início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto para 31/12/2015, ou quando a quantidade terminar, o que expirará primeiro.

VI - O município se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais licitados. Após o dia 31 de dezembro de 2015, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos concorrentes, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

I - O preço total ajustado para o fornecimento dos produtos é de R\$ 937,50 (novecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento de cada produto é o descrito no demonstrativo a seguir, valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA em até 10 dias após o fornecimento dos produtos licitados e apresentação da Nota Fiscal e será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela mesma, e de acordo com a liberação do convênio pelo Governo Federal, não acarretando qualquer acréscimo nos valores contratados, a nota fiscal deverá estar devidamente atestada pela pessoa indicada pela Secretaria, produtos, objeto deste certame licitatório, com os respectivos valores, constantes no demonstrativo abaixo:

Item	Especificação	Apres.	Quant.	Unitário R\$	Total R\$
3	ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO obtido pela mistura cacau em pó solúvel, açúcar cristal, estabilizante lecitina de soja, não contem glúten. O produto deverá ser isento de mofo, fermentação, odores estanhos e substâncias nocivas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Pacotes com 01 kg.	UN	250	3,75	937,50
TOTAL					937,50

II - A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos produtos, conforme item, objeto deste certame licitatório, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento, acompanhada da declaração da Secretária ou responsável pela Escola, constando à quantidade recebida e objeto recebido a cada entrega.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as parte pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).

II - Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supra citado da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

CLÁUSULA SEXTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

I - Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

I - Os recursos financeiros serão os provenientes de recursos do Convênio Federal PNAE, Dinheiro Direto na Escola e com recursos próprios do Município.

II - As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 – DEPTO DE ENSINO**2.019 – Manutenção da Merenda Escolar****3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0037/52 – Aplicações Diretas****3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/53 – Aplicações Diretas****2.016 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil****3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0037/54 – Aplicações Diretas****3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/55 – Aplicações Diretas****CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

Parágrafo Primeiro – Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento ajustado,
- b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato, e
- c) Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita entrega dos produtos com vistas à execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Terceiro – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Prestar o fornecimento na forma ajustada;
- b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os funcionários da CONTRATADA, bem como de quaisquer obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento deste instrumento contratual;
- c) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- d) É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.
- e) A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

I - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- a) Advertência;
- a) Multa de 10% sobre o valor da proposta;
- b) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração Municipal pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza a Contratada.

II – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES

I – A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

I - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

I - A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE, nos termos do art. 67 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO

I - Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Nona.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

I - O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

I - Este Contrato está vinculado ao Pregão Presencial N. 35/2015, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões, Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal n. 003/2005 de 14 de janeiro de 2005.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

I - Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n.º 19/98.

II - E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Água Doce SC, 03 de agosto de 2015

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Contratante

ADICIR ZANATTA

Supermercado Central Zanata LTDA - EPP

Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva

CPF: 005.614.419-95

Gláucia Regina Varaschin

CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

SCHEILA MARA CORSO GIORDANI

OAB 27419

CONTRATO Nº 46/2015

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GENÊROS ALIMENTÍCIOS Nº 46/2015 de 03/08/2015

Pelo presente instrumento de contrato, o Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Praça João Macagnan, 322 CNPJ n. 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. NOVELLI SGANZERLA, brasileiro, casado, portador do CPF n. 160.789.509-91, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa GIORDANI ALIMENTOS LTDA ME estabelecida na Av. Independência, n. 561, CNPJ n. 05.842.683/0001-48, neste ato representado por seu Sócio, Senhor INÊS GIORDANI brasileiro, separada judicialmente, portador do CPF n. 445.640.909-68 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de fornecimento de gêneros alimentícios destinados para merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino, em decorrência do Processo Licitatório n. 48/2015 Modalidade de Pregão Presencial n. 35/2015, homologado em 03/08/2015, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

I – Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação, antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

I - A presente licitação tem por objetivo a aquisição de merenda escolar, para alunos da rede municipal de ensino, para o período até 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZO

I - Os produtos deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Água Doce sita a Praça João Macagnan, 322 – SC, conforme a necessidade da Secretaria da Educação, na oportunidade e quantidade solicitada, e que deverá ocorrer em até 02 dias consecutivos após a solicitação feita pelo município, oportunidade em que serão conferidos a qualidade e quantidade.

II - Os proponentes vencedores deverão entregar os produtos conforme a marca e referências cotadas por ocasião da apresentação da proposta, sob pena de motivo justo para a rescisão contratual e aplicação das penalidades constantes na cláusula nona deste Contrato.

IV - Do prazo de Validade do Produtos - Os produtos perecíveis licitados a serem adquiridos não poderão ter data de fabricação inferior a 30(trinta) dias quando da data da entrega dos mesmos ao Município.

V - Dos Prazos e Vigência – O presente contrato passa a ter início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto para 31/12/2015, ou quando a quantidade terminar, o que expirará primeiro.

VI - O município se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais licitados. Após o dia 31 de dezembro de 2015, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos concorrentes, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

I - O preço total ajustado para o fornecimento dos produtos é de R\$ 25.300,00 (vinte e cinco mil e trezentos reais) sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento de cada produto é o descrito no demonstrativo a seguir, valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA em até 10 dias após o fornecimento dos produtos licitados e apresentação da Nota Fiscal e será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela mesma, e de acordo com a liberação do convênio pelo Governo Federal, não acarretando qualquer acréscimo nos valores contratados, a nota fiscal deverá estar devidamente atestada pela pessoa indicada pela Secretaria, produtos, objeto deste certame licitatório, com os respectivos valores, constantes no demonstrativo abaixo:

Item	Especificação	Apres.	Quant.	Unitário R\$	Total R\$
12	CARNE BOVINA DE 1a, EM CUBOS, limpa, magra, isenta de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas. Acondicionadas em embalagem plástica, transparente, flexível, atóxica e resistente, contendo na embalagem identificação da empresa, identificação da categoria e tipo de carne, data de fabricação e prazo de validade de 06 meses.	KG	650	13,50	8.775,00

14	CARNE DE FRANGO (COXA E SOBRE COXA INTERFOLHADA), apresentar-se congeladas, livre de parasitas e de qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, odor e sabor próprios em porções individuais em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega.	KG	850	4,30	3.665,00
25	LEITE EM PÓ PASTEURIZADO, padronizado, carboidratos 100% lactose, com 3% a 3,3% de gordura, sem glúten e sem sabor, contendo data de fabricação e prazo de validade, isento de mofo, odores estranhos e substâncias nocivas, pacote de 400 gramas.	PCT	2.340	5,50	12.870,00
TOTAL					25.300,00

II - A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos produtos, conforme item, objeto deste certame licitatório, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento, acompanhada da declaração da Secretária ou responsável pela Escola, constando a quantidade recebida e objeto recebido a cada entrega.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).

II - Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supra citado da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

CLÁUSULA SEXTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

I - Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

I - Os recursos financeiros serão os provenientes de recursos do Convênio Federal PNAE, Dinheiro Direto na Escola e com recursos próprios do Município.

II - As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 – DEPTO DE ENSINO

2.019 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0037/52 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/53 – Aplicações Diretas

2.016 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0037/54 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/55 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro – Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento ajustado,

b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato, e

c) Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita entrega dos produtos com vistas à execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Terceiro – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Prestar o fornecimento na forma ajustada;
- b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os funcionários da CONTRATADA, bem como de quaisquer obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento deste instrumento contratual;
- c) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- d) É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.
- e) A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

I - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- a) Advertência;
- a) Multa de 10% sobre o valor da proposta;
- b) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração Municipal pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza a Contratada.

II – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES

I – A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

I - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

I - A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE, nos termos do art. 67 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO

I - Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Nona.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

I - O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

I - Este Contrato está vinculado ao Pregão Presencial N. 35/2015, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões, Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal n. 003/2005 de 14 de janeiro de 2005.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

I - Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n.º 19/98.

II - E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Água Doce SC, 03 de agosto de 2015

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Contratante

INÊS GIORDANI

Giordani Alimentos LTDA ME

Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva

CPF: 005.614.419-95

Gláucia Regina Varaschin

CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

SCHEILA MARA CORSO GIORDANI

OAB 27419

CONTRATO Nº 47/2015

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GENÊROS ALIMENTÍCIOS Nº 47/2015 de 03/08/2015

Pelo presente instrumento de contrato, o Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Praça João Macagnan, 322 CNPJ n. 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. NOVELLI SGANZERLA, brasileiro, casado, portador do CPF n. 160.789.509-91, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa SUPERMERCADO VESCOVI LTDA –EPP estabelecida na Rua XV de Novembro, n. 69, CNPJ n. 07.123.266/0001/70, neste ato representado por seu Sócio, Senhor SIDNEI VESCOVI brasileiro, solteiro, portador do CPF n. 039.991.179-07 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de fornecimento de gêneros alimentícios destinados para merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino, em decorrência do Processo Licitatório n. 48/2015 Modalidade de Pregão Presencial n. 35/2015, homologado em 03/08/2015, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

I – Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação, antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

I - A presente licitação tem por objetivo a aquisição de merenda escolar, para alunos da rede municipal de ensino, para o período até 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZO

I - Os produtos deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Água Doce sita a Praça João Macagnan, 322 – SC, conforme a necessidade da Secretaria da Educação, na oportunidade e quantidade solicitada, e que deverá ocorrer em até 02 dias consecutivos após a solicitação feita pelo município, oportunidade em que serão conferidos a qualidade e quantidade.

II - Os proponentes vencedores deverão entregar os produtos conforme a marca e referências cotadas por ocasião da apresentação da proposta, sob pena de motivo justo para a rescisão contratual e aplicação das penalidades constantes na cláusula nona deste Contrato.

IV - Do prazo de Validade do Produtos - Os produtos perecíveis licitados a serem adquiridos não poderão ter data de fabricação inferior a 30(trinta) dias quando da data da entrega dos mesmo ao Município.

V - Dos Prazos e Vigência – O presente contrato passa a ter início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto para 31/12/2015, ou quando a quantidade terminar, o que expirará primeiro.

VI - O município se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais licitados. Após o dia 31 de dezembro de 2015, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos concorrentes, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

I - O preço total ajustado para o fornecimento dos produtos é de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais) sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento de cada produto é o descrito no demonstrativo a seguir, valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA em até 10 dias após o fornecimento dos produtos licitados e apresentação da Nota Fiscal e será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela mesma, e de acordo com a liberação do convênio pelo Governo Federal, não acarretando qualquer acréscimo nos valores contratados, a nota fiscal deverá estar devidamente atestada pela pessoa indicada pela Secretaria, produtos, objeto deste certame licitatório, com os respectivos valores, constantes no demonstrativo abaixo:

Item	Especificação	Apres.	Quant.	Unitário R\$	Total R\$
2	ABOBRIHA VERDE nova; de 1ª qualidade; com casca sã e sem rupturas; isenta de sujidades, parasitas e larvas; acondicionada em embalagem transparente e resistente, com etiqueta de prazo de validade semanal.	KG	50	2,00	100,00
16	CENOURA, de 1ª qualidade, sem folhas, tamanho médio, compacta e firme, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações, cortes ou rachaduras, com coloração e tamanho uniforme, acondicionadas em embalagem transparente e resistente.	KG	150	1,90	285,00
47	MANGA, frutos de tamanho médio, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, sem fermentos, firmes, tenras e com brilho. livre de sujidades, parasitas e larvas.	KG	50	1,80	90,00
55	ABOBORA (TIPO MORANGA), de boa qualidade, madura, sem fermentos, isento de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas.	KG	45	1,00	45,00
57	ESPINAFRE, nova, de 1ª qualidade, com folhas boas e isentas de mofos, larvas e rupturas.	KG	50	3,20	160,00
TOTAL					680,00

II - A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos produtos, conforme item, objeto deste certame licitatório, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento, acompanhada da declaração da Secretária ou responsável pela Escola, constando à quantidade recebida e objeto recebido a cada entrega.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as parte pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).

II - Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supra citado da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

CLÁUSULA SEXTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

I - Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

I - Os recursos financeiros serão os provenientes de recursos do Convênio Federal PNAE, Dinheiro Direto na Escola e com recursos próprios do Município.

II - As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE**01 – DEPTO DE ENSINO****2.019 – Manutenção da Merenda Escolar**

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0037/52 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/53 – Aplicações Diretas

2.016 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0037/54 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/55 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro – Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento ajustado,

b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato, e

c) Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita entrega dos produtos com vistas à execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Terceiro – Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) Prestar o fornecimento na forma ajustada;

b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os funcionários da CONTRATADA, bem como de quaisquer obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento deste instrumento contratual;

c) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

d) É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.

e) A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

I - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- a) Advertência;
- a) Multa de 10% sobre o valor da proposta;
- b) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração Municipal pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza a Contratada.

II – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES

I – A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

I - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

I - A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE, nos termos do art. 67 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO

I - Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Nona.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

I - O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

I - Este Contrato está vinculado ao Pregão Presencial N. 35/2015, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões, Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal n. 003/2005 de 14 de janeiro de 2005.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

I - Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n.º 19/98.

II - E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Água Doce SC, 03 de agosto de 2015

NOVELLI SGANZERLA

SIDNEI VESCOVI

Prefeito Municipal

Supermercado Vescovi LTDA - EPP

Contratante

Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva

Gláucia Regina Varaschin

CPF: 005.614.419-95

CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

SCHEILA MARA CORSO GIORDANI

OAB 27419

CONTRATO Nº 48/2015

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GENÊROS ALIMENTÍCIOS Nº 48/2015 de 03/08/2015

Pelo presente instrumento de contrato, o Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Praça João Macagnan, 322 CNPJ n. 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. NOVELLI SGANZERLA, brasileiro, casado, portador do CPF n. 160.789.509-91, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa CAPINZAL CENTER LTDA - ME estabelecida na Rua Aparício Ribeiro, n. 121, CNPJ n. 07.383.088/0001-17, neste ato representado por seu Sócio, Senhor ENIO DELAZERI brasileiro, casado, portador do CPF n. 453.533.100-63 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de fornecimento de gêneros alimentícios destinados para merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino, em decorrência do Processo Licitatório n. 48/2015 Modalidade de Pregão Presencial n. 35/2015, homologado em 03/08/2015, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

I – Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação, antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

I - A presente licitação tem por objetivo a aquisição de merenda escolar, para alunos da rede municipal de ensino, para o período até 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZO

I - Os produtos deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Água Doce sita a Praça João Macagnan, 322 – SC, conforme a necessidade da Secretaria da Educação, na oportunidade e quantidade solicitada, e que deverá ocorrer em até 02 dias consecutivos após a solicitação feita pelo município, oportunidade em que serão conferidos a qualidade e quantidade.

II - Os proponentes vencedores deverão entregar os produtos conforme a marca e referências cotadas por ocasião da apresentação da proposta, sob pena de motivo justo para a rescisão contratual e aplicação das penalidades constantes na cláusula nona deste Contrato.

IV - Do prazo de Validade do Produtos - Os produtos perecíveis licitados a serem adquiridos não poderão ter data de fabricação inferior a 30(trinta) dias quando da data da entrega dos mesmo ao Município.

V - Dos Prazos e Vigência – O presente contrato passa a ter início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto para 31/12/2015, ou quando a quantidade terminar, o que expirará primeiro.

VI - O município se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais licitados. Após o dia 31 de dezembro de 2015, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos concorrentes, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

I - O preço total ajustado para o fornecimento dos produtos é de R\$ 15.521,20 (quinze mil quinhentos e vinte e um reais e vinte centavos) sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento de cada produto é o descrito no demonstrativo a seguir, valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA em até 10 dias após o fornecimento dos produtos licitados e apresentação da Nota Fiscal e será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela mesma, e de acordo com a liberação do convênio pelo Governo Federal, não acarretando qualquer acréscimo nos valores contratados, a nota fiscal deverá estar devidamente atestada pela pessoa indicada pela Secretaria, produtos, objeto deste certame licitatório, com os respectivos valores, constantes no demonstrativo abaixo:

Item	Especificação	Apres.	Quant.	Unitário R\$	Total R\$		
4	ACUCAR CRISTAL de primeira qualidade, procedência nacional, acondicionado em embalagem plástica atóxica, hermeticamente fechada, resistente. O produto deverá ser isento de mofo, fermentação, odores estranhos e substâncias nocivas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Pacote com 05 kg.	PCT	200	7,96	1.592,00		
6	AMIDO DE MILHO acondicionado em embalagem plástica atóxica, hermeticamente fechada, resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Pacote com 01 kg.	PCT	100	2,50	250,00		
7	ARROZ TIPO PARBOILIZADO tipo 1, longo fino, constituídos de grãos inteiros, isento de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas. Acondicionado em embalagem plástica atóxica, incolor, hermeticamente fechada, resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Pacote com 05 kg	PCT	180	7,49	1.348,20		
13	CARNE BOVINA MOIDA DE PRIMEIRA, (resfriada em embalagens de 01 a 02 quilos), com no máximo 5% de gordura, sem cartilagem e ossos, isento de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas, acondicionada em embalagem plástica, transparente, flexível, atóxica e resistente, contendo na embalagem identificação da empresa, identificação da categoria e tipo de carne, data de fabricação e prazo de validade de 06 meses.	KG	750	9,00	6.750,00		
17	CHÁ acondicionado em envelope individual, tipo sache, de papel impermeável, com vedações mecânicas (selagem), embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Peso aproximado por sache 10g. Sabores: Erva doce, camomila, cidreira, hortelã, maçã.	CX	175	1,26	220,50		
19	DOCE DE LEITE, composição: leite e/ou leite em pó integral reconstituído, açúcar, soro de leite e/ou soro de leite em pó reconstituído, glicose e amido, sem corantes artificiais, não contem gluten, em embalagem de plástico atóxico de 900 gramas, isento de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem com 900 gramas.	UM	60	4,00	240,00		
20	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO isentos de peles e sementes, sem aditivo ou conservante, acondicionado em lata sem ferrugem e/ou sem amassados. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem de 350g.	UM	600	1,19	714,00		

21	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, sem fermento, enriquecida com ferro e ácido fólico, embalada em envelope individual, tipo sachê de papel impermeável resistente, não violados, resistentes, isento de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Pacote com 05 kg.	PCT	100	6,95	695,00		
22	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO composição: fermento biológico, seco, instantâneo, composto de pirofosfato, ácido de sódio, bicarbonato de sódio, fosfato de mono-cálcio, hermeticamente fechada. Acondicionados em latas aluminizadas, não violadas, resistentes. Na lata deverá conter externamente os dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Lata com 250 g.	UN	50	3,39	169,50		
28	MASSA COM OVOS - PARAFUSO, ESPAGUETTI E FARFALLE, isento de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Pacote com 500 gramas.	PCT	100	1,12	112,00		
29	OLEO DE SOJA, LITRO COM 900ML, de primeira qualidade, 100% natural, comestível, extrato refinado, limpo, a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número de lote, data de fabricação, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem com 900 ml.	UN	450	2,48	1.116,00		
32	SAGU, contendo fécula de batata, isento de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem com 500g.	PCT	150	1,99	298,50		
39	CARNE DE FRANGO (FILÉ) apresentar-se congeladas, livre de parasitas e de qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, odor e sabor próprios em porções individuais em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega.	Kg	120	7,15	858,00		
43	FARINHA LACTEA, alimento a base de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, amido, sais minerais, vitaminas, sal e aveia. Acondicionado em recipiente de folha de flandres, íntegro, resistente, vedado hermeticamente e limpo, isento de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Contendo aproximadamente 400g.	PCT	20	2,14	214,00		
48	MASSA COM OVOS - CABELO DE ANJO, LETRINHAS E CONCHINHA, isento de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Pacote com 500 gramas.	PCT	100	2,14	214,00		
53	BISCOITO salgado, tipo água e sal, produzido a partir de matérias primas sãs e limpas, sem corante, consistência crocante, sem quebras, sem recheio, sem cobertura, não serão aceitos produtos murchos. em embalagem primária de polietileno transparente, impermeáveis e lacrados. Validade de 06 meses a partir da data de entrega do produto. Pacote 400g	PCT	250	2,16	540,00		
54	CHÁ À GRANEL, embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação procedências informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega. Peso aproximado da embalagem de 30g. Sabores: capim cidreira, erva doce, camomila, maçã.	PCT	50	1,80	90,00		
56	CEREAL MATINAL- Sabor natural milho. Apresentando-se como flocos de milho açucarados. Flocos ligeiramente vitrificados, marrom dourado, recoberto por leve crosta branca, levemente doce maltado e textura crocante. Isento de mofo, substâncias nocivas, odores ou sabor diferentes da sua composição normal. No rótulo deverá constatar a denominação do produto de acordo com a sua designação e classificação. Rotulagem nutricional Obrigatória. Embalagem em pacotes de plástico resistente de 200 gramas cada.	PCT	30	2,39	160,00		
58	LENTILHA, constituídos de grãos inteiros, isento de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas. Acondicionado em embalagem plástica atóxica, incolor, hermeticamente fechada, resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto. Deverá apresentar validade de mínima de 06 (seis meses) a partir da data de entrega. Pacote com 0,500 gramas>	PCT	30	2,39	71,70		
TOTAL					15.521,20		

II - A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos produtos, conforme item, objeto deste certame licitatório, devidamente atestada

pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento, acompanhada da declaração da Secretária ou responsável pela Escola, constando a quantidade recebida e objeto recebido a cada entrega.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).

II - Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supra citado da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

CLÁUSULA SEXTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

I - Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

I - Os recursos financeiros serão os provenientes de recursos do Convênio Federal PNAE, Dinheiro Direto na Escola e com recursos próprios do Município.

II - As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 – DEPTO DE ENSINO

2.019 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0037/52 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/53 – Aplicações Diretas

2.016 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0037/54 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/55 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro – Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento ajustado,

b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato, e

c) Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita entrega dos produtos com vistas à execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Terceiro – Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) Prestar o fornecimento na forma ajustada;

b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os funcionários da CONTRATADA, bem como de quaisquer obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento deste instrumento contratual;

c) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

d) É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.

e) A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

I - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

a) Advertência;

a) Multa de 10% sobre o valor da proposta;

b) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração Municipal pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza a Contratada.

II – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES

I – A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

I - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

I - A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE, nos termos do art. 67 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO

I - Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Nona.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

I - O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

I - Este Contrato está vinculado ao Pregão Presencial N. 35/2015, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões, Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal n. 003/2005 de 14 de janeiro de 2005.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

I - Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n.º 19/98.

II - E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Água Doce SC, 03 de agosto de 2015

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Contratante

ENIO DELAZERI

Capinzal Center LTDA - ME

Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva

CPF: 005.614.419-95

Gláucia Regina Varaschin

CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

SCHEILA MARA CORSO GIORDANI

OAB 27419

CONTRATO Nº 49/2015

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GENÊROS ALIMENTÍCIOS Nº 49/2015 de 03/08/2015

Pelo presente instrumento de contrato, o Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Praça João Macagnan, 322 CNPJ n. 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. NOVELLI SGANZERLA, brasileiro, casado, portador do CPF n. 160.789.509-91, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP estabelecida na Rua Xanxerê, n. 250, CNPJ n. 05.919.156/0001-94, neste ato representado por sua Sócia, Senhora RENATA RAQUEL AHLF DOS SANTOS brasileira, casada, portador do CPF n. 005.351.199-92 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de fornecimento de gêneros alimentícios destinados para merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino, em decorrência do Processo Licitatório n. 48/2015 Modalidade de Pregão Presencial n. 35/2015, homologado em 03/08/2015, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

I – Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação, antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

I - A presente licitação tem por objetivo a aquisição de merenda escolar, para alunos da rede municipal de ensino, para o período até 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZO

I - Os produtos deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Água Doce sita a Praça João Macagnan, 322 – SC, conforme a necessidade da Secretaria da Educação, na oportunidade e quantidade solicitada, e que deverá ocorrer em até 02 dias consecutivos após a solicitação feita pelo município, oportunidade em que serão conferidos a qualidade e quantidade.

II - Os proponentes vencedores deverão entregar os produtos conforme a marca e referências cotadas por ocasião da apresentação da proposta, sob pena de motivo justo para a rescisão contratual e aplicação das penalidades constantes na cláusula nona deste Contrato.

IV - Do prazo de Validade do Produtos - Os produtos perecíveis licitados a serem adquiridos não poderão ter data de fabricação inferior a 30(trinta) dias quando da data da entrega dos mesmo ao Município.

V - Dos Prazos e Vigência – O presente contrato passa a ter início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto para 31/12/2015, ou quando a quantidade terminar, o que expirara primeiro.

VI - O município se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais licitados. Após o dia 31 de dezembro de 2015, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos concorrentes, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

I - O preço total ajustado para o fornecimento dos produtos é de R\$ 1.502,50 (um mil e quinhentos e dois reais e cinquenta centavos) sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento de cada produto é o descrito no demonstrativo a seguir, valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA em até 10 dias após o fornecimento dos produtos licitados e apresentação da Nota Fiscal e será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela mesma, e de acordo com a liberação do convênio pelo Governo Federal, não acarretando qualquer acréscimo nos valores contratados, a nota fiscal deverá estar devidamente atestada pela pessoa indicada pela Secretaria, produtos, objeto deste certame licitatório, com os respectivos valores, constantes no demonstrativo abaixo:

Item	Especificação	Apres.	Quant.	Unitário R\$	Total R\$		
11	CAFE SOLÚVEL GRANULADO, grãos selecionados, torrados em suspensão que proporciona, mas aroma e sabor ao café, acondicionado, íntegro, resistente, vedado hermeticamente e limpo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, quantidade do produto, selo de pureza ABIC. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem 200 gramas.	UN	200	6,90	1.380,00		
34	VINAGRE DE MACA (750ml), acondicionado em embalagem plástica, resistente e transparente de 750 ml, sem corantes e/ou aditivos químico, em perfeitas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega.	UM	70	1,75	122,50		
TOTAL					1.502,50		

II - A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos produtos, conforme item, objeto deste certame licitatório, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento, acompanhada da declaração da Secretária ou responsável pela Escola, constando à quantidade recebida e objeto recebido a cada entrega.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as parte pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).

II - Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supra citado da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

CLÁUSULA SEXTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

I - Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

I - Os recursos financeiros serão os provenientes de recursos do Convênio Federal PNAE, Dinheiro Direto na Escola e com recursos próprios do Município.

II - As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 – DEPTO DE ENSINO

2.019 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0037/52 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/53 – Aplicações Diretas

2.016 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0037/54 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/55 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro – Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento ajustado,
- b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato, e
- c) Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita entrega dos produtos com vistas à execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Terceiro – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Prestar o fornecimento na forma ajustada;
- b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os funcionários da CONTRATADA, bem como de quaisquer obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento deste instrumento contratual;
- c) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- d) É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.
- e) A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

I - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- a) Advertência;
- a) Multa de 10% sobre o valor da proposta;
- b) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração Municipal pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza a Contratada.

II – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES

I – A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe

deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

I - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

I - A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE, nos termos do art. 67 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO

I - Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Nona.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

I - O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

I - Este Contrato está vinculado ao Pregão Presencial N. 35/2015, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal

n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões, Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal n. 003/2005 de 14 de janeiro de 2005.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

I - Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n.º 19/98.

II - E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Água Doce SC, 03 de agosto de 2015

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Contratante

RENATA R. AHLF DOS SANTOS

AP Oeste Distrib. E Com. De Alime. LTDA -EPP

Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva

CPF: 005.614.419-95

Gláucia Regina Varaschin

CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

SCHEILA MARA CORSO GIORDANI

OAB 27419

CONTRATO Nº 50/2015

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GENÊROS ALIMENTÍCIOS Nº 50/2015 de 03/08/2015

Pelo presente instrumento de contrato, o Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Praça João Macagnan, 322 CNPJ n. 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. NOVELLI SGANZERLA, brasileiro, casado, portador do CPF n. 160.789.509-91, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ estabelecido na Rua Prefeito Elio de Gregori, n. 125, CNPJ n. 20.235.235/0001-70, neste ato representada por sua Sócia, Senhora TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ brasileira, casada, portador do CPF n. 345.909.009-04 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de fornecimento de gêneros alimentícios destinados para merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino, em decorrência do Processo Licitatório n. 48/2015 Modalidade de Pregão Presencial n. 35/2015, homologado em 03/08/2015, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

I – Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação, antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

I - A presente licitação tem por objetivo a aquisição de merenda escolar, para alunos da rede municipal de ensino, para o período até 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZO

I - Os produtos deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Água Doce sita a Praça João Macagnan, 322 – SC, conforme a necessidade da Secretaria da Educação, na oportunidade e quantidade solicitada, e que deverá ocorrer em até 02 dias consecutivos após a solicitação feita pelo município, oportunidade em que serão conferidos a qualidade e quantidade.

II - Os proponentes vencedores deverão entregar os produtos conforme a marca e referências cotadas por ocasião da apresentação da proposta, sob pena de motivo justo para a rescisão contratual e aplicação das penalidades constantes na cláusula nona deste Contrato.

IV - Do prazo de Validade do Produtos - Os produtos perecíveis licitados a serem adquiridos não poderão ter data de fabricação inferior a 30(trinta) dias quando da data da entrega dos mesmo ao Município.

V - Dos Prazos e Vigência – O presente contrato passa a ter início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto para 31/12/2015, ou quando a quantidade terminar, o que expirar primeiro.

VI - O município se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais licitados. Após o dia 31 de dezembro de 2015, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos concorrentes, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

I - O preço total ajustado para o fornecimento dos produtos é de R\$ 10.104,90 (dez mil cento e quatro reais e noventa centavos) sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento de cada produto é o descrito no demonstrativo a seguir, valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA em até 10 dias após o fornecimento dos produtos licitados e apresentação da Nota Fiscal e será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela mesma, e de acordo com a liberação do convênio pelo Governo Federal, não acarretando qualquer acréscimo nos valores contratados, a nota fiscal deverá estar devidamente atestada pela pessoa indicada pela Secretaria, produtos, objeto deste certame licitatório, com os respectivos valores, constantes no demonstrativo abaixo:

Item	Especificação	Apres.	Quant.	Unitário R\$	Total R\$
5	ALHO TIPO 5 ; bulbo inteiro; nacional; boa qualidade; firme e intacto; sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes; tamanho e coloração uniformes; devendo ser bem desenvolvido; isento de sujidades, parasitas e larvas; acondicionadas em embalagem transparente e resistente, com etiqueta de prazo de validade semanal. Pacote com 01 kg.	KG	20	11,99	239,80
8	BANANA TIPO CATURRA, de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento, sabor doce, aspecto e cheiros próprios, tamanhos e coloração uniformes, com polpa firme e intacta, com cascas sãs, sem rupturas.	KG	2.600	0,97	2.522,00
24	LARANJA, madura, frutos de tamanho médio, no grau máximo de evolução, no tamanho, aroma e sabor da espécie, uniformes, sem ferimentos ou defeitos, firmes e com brilho, isento de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas.	KG	1.000	1,37	1.370,00
26	MAÇA GALA OU FUGI frutos de tamanho médio, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, sem ferimentos, firmes, tenras e com brilho, isento de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas.	KG	1.200	2,87	3.444,00
38	BROCOLIS VERDE novo, de 1ª qualidade, tamanho grande, com folhas sãs, sem ruptura, isento de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas. Acondicionada em embalagem transparente e resistente, com etiqueta de prazo de validade semanal.	UN	50	1,99	99,50
40	CHUCHU VERDE,novo, de 1ª qualidade, tamanho médio, com casca sã, sem ruptura, acondicionado em embalagem transparente e resistente, com etiqueta de prazo de validade semanal.	KG	50	1,17	58,50
41	COUVE-FLOR, novo, de 1ª qualidade, tamanho médio, com flor sã, sem ruptura, acondicionado em embalagem transparente e resistente.	KG	50	1,99	99,50
46	MAMAO, com 80% a 90% de maturação, frutos de tamanho médio, com aproximadamente 400g, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, sem ferimentos ou defeitos. Firmes e com brilho livre de sujidades, parasitas ou larvas.	KG	720	1,99	1.432,80
49	PAO - FATIADO, acondicionado em embalagem plástica atóxica, fechada, resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto.	KG	70	5,77	403,90
50	PERA D'AGUA nacional, de primeira, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa firme e intacta, sem danos físicos e mecânicos oriundo do manuseio e transporte, estrangeira, com a casca uniforme, semi maturada.	KG	60	2,99	179,40
51	TOMATE, tamanho grande, com grau médio de amadurecimento, de 1ª qualidade, com casca sã, sem ruptura, aspecto globoso, cor vermelhas, de polpa firme e intacta, isento de enfermidade, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações, cortes ou rachaduras, acondicionadas em embalagem transparente e resistente.	KG	50	2,24	112,00
59	MELANCIA, frutos de tamanho médio, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, sem ferimentos, firmes, tenras e com brilho. Livre de sulidades, parasitas e larvas.	KG	50	2,87	143,50
TOTAL					10.104,90

II - A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos produtos, conforme item, objeto deste certame licitatório, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento, acompanhada da declaração da Secretária ou responsável pela Escola, constando à quantidade recebida e objeto recebido a cada entrega.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as parte pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).

II - Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supra citado da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

CLÁUSULA SEXTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

I - Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

I - Os recursos financeiros serão os provenientes de recursos do Convênio Federal PNAE, Dinheiro Direto na Escola e com recursos próprios do Município.

II - As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 – DEPTO DE ENSINO

2.019 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0037/52 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/53 – Aplicações Diretas

2.016 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0037/54 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/55 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro – Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento ajustado,
- b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato, e
- c) Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita entrega dos produtos com vistas à execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Terceiro – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Prestar o fornecimento na forma ajustada;
- b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os funcionários da CONTRATADA, bem como de quaisquer obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento deste instrumento contratual;
- c) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- d) É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.
- e) A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

I - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- a) Advertência;
- a) Multa de 10% sobre o valor da proposta;
- b) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração Municipal pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza a Contratada.

II – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES

I – A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

I - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

I - A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE, nos termos do art. 67 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO

I - Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Nona.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

I - O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

I - Este Contrato está vinculado ao Pregão Presencial N. 35/2015, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões, Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal n. 003/2005 de 14 de janeiro de 2005.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

I - Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n.º 19/98.

II - E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Água Doce SC, 03 de agosto de 2015

NOVELLI SGANZERLA

TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ

Prefeito Municipal

Terezinha de Oliveira Luz

Contratante

Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva Gláucia Regina Varaschin

CPF: 005.614.419-95 CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

SCHEILA MARA CORSO GIORDANI

OAB 27419

CONTRATO Nº 51/2015

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GENÊROS ALIMENTÍCIOS Nº 51/2015 de 03/08/2015

Pelo presente instrumento de contrato, o Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Praça João Macagnan, 322 CNPJ n. 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. NOVELLI SGANZERLA, brasileiro, casado, portador do CPF n. 160.789.509-91, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME estabelecida na Rua Olavo Bilac, n. 1842E, CNPJ n. 07.814.016/0001-87, neste ato representado por sua Sócia, Senhora GISELE DOS SANTOS brasileira, casada, portadora do CPF n. 037.326.939-02 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de fornecimento de gêneros alimentícios destinados para merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino, em decorrência do Processo Licitatório n. 48/2015 Modalidade de Pregão Presencial n. 35/2015, homologado em 03/08/2015, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

I – Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação, antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

I - A presente licitação tem por objetivo a aquisição de merenda escolar, para alunos da rede municipal de ensino, para o período até 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZO

I - Os produtos deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Água Doce sita a Praça João Macagnan, 322 – SC, conforme a necessidade da Secretaria da Educação, na oportunidade e quantidade solicitada, e que deverá ocorrer em até 02 dias consecutivos após a solicitação feita pelo município, oportunidade em que serão conferidos a qualidade e quantidade.

II - Os proponentes vencedores deverão entregar os produtos conforme a marca e referências cotadas por ocasião da apresentação da proposta, sob pena de motivo justo para a rescisão contratual e aplicação das penalidades constantes na cláusula nona deste Contrato.

IV - Do prazo de Validade do Produtos - Os produtos perecíveis licitados a serem adquiridos não poderão ter data de fabricação inferior a 30(trinta) dias quando da data da entrega dos mesmos ao Município.

V - Dos Prazos e Vigência – O presente contrato passa a ter início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto para 31/12/2015, ou quando a quantidade terminar, o que expirar primeiro.

VI - O município se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais licitados. Após o dia 31 de dezembro de 2015, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos concorrentes, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

I - O preço total ajustado para o fornecimento dos produtos é de R\$ 2.876,00 (dois mil oitocentos e setenta e seis reais) sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento de cada produto é o descrito no demonstrativo a seguir, valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA em até 10 dias após o fornecimento dos produtos licitados e apresentação da Nota Fiscal e será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela mesma, e de acordo com a liberação do convênio pelo Governo Federal, não acarretando qualquer acréscimo nos valores contratados, a nota fiscal deverá estar devidamente atestada pela pessoa indicada pela Secretaria, produtos, objeto deste certame licitatório, com os respectivos valores, constantes no demonstrativo abaixo:

Item	Especificação	Apres.	Quant.	Unitário R\$	Total R\$		
27	MARGARINA, com 50 a 80% de lipídios, aspecto, cheiro, sabor e cor peculiares aos mesmos, contendo Omega 3 e 6, vitaminas A, D e E e deverão estar isentos de ranço e de outras características indesejáveis. Embalagem de polietileno leitoso e resistente, apresentando vedação adequada. Embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem com 500 gramas	UN	200	2,08	416,00		
52	LEITE UHT INTEGRAL, em embalagem Tetra Pak, 01 litro, contendo data de fabricação e prazo de validade, isento de mofo, odores estranhos e substâncias nocivas.	LT	1.200	2,05	2.460,00		
TOTAL					2.876,00		

II - A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos produtos, conforme item, objeto deste certame licitatório, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento, acompanhada da declaração da Secretária ou responsável pela Escola, constando à quantidade recebida e objeto recebido a cada entrega.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).

II - Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supra citado da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

CLÁUSULA SEXTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

I - Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

I - Os recursos financeiros serão os provenientes de recursos do Convênio Federal PNAE, Dinheiro Direto na Escola e com recursos próprios do Município.

II - As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 – DEPTO DE ENSINO

2.019 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0037/52 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/53 – Aplicações Diretas

2.016 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0037/54 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/55 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro – Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento ajustado,
- b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato, e
- c) Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita entrega dos produtos com vistas à execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Terceiro – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Prestar o fornecimento na forma ajustada;
- b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os funcionários da CONTRATADA, bem como de quaisquer obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento deste instrumento contratual;
- c) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- d) É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.
- e) A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

I - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- a) Advertência;
- a) Multa de 10% sobre o valor da proposta;
- b) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração Municipal pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza a Contratada.

II – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES

I – A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

I - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

I - A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE, nos termos do art. 67 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO

I - Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Nona.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

I - O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

I - Este Contrato está vinculado ao Pregão Presencial N. 35/2015, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões, Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal n. 003/2005 de 14 de janeiro de 2005.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

I - Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n.º 19/98.

II - E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Água Doce SC, 03 de agosto de 2015

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal
Contratante

GISELE DOS SANTOS
Nutri SC Com. De Alimentos LTDA -ME
Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva
CPF: 005.614.419-95

Gláucia Regina Varaschin
CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI
OAB 27419

CONTRATO Nº 52/2015

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GENÊROS ALIMENTÍCIOS Nº 52/2015 de 03/08/2015

Pelo presente instrumento de contrato, o Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Praça João Macagnan, 322 CNPJ n. 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. NOVELLI SGANZERLA, brasileiro, casado, portador do CPF n. 160.789.509-91, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa LUCIAN E CIA LTDA estabelecida na Av. Independência, n. 794, CNPJ n. 77.901.122/0001-83, neste ato representado por seu Sócio, Senhor BENJAMIN LUCIAN brasileiro, casado, portador do CPF n. 103.706.689-87 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de fornecimento de gêneros alimentícios destinados para merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino, em decorrência do Processo Licitatório n. 48/2015 Modalidade de Pregão Presencial n. 35/2015, homologado em 03/08/2015, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

I – Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação, antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

I - A presente licitação tem por objetivo a aquisição de merenda escolar, para alunos da rede municipal de ensino, para o período até 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZO

I - Os produtos deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Água Doce sita a Praça João Macagnan, 322 – SC, conforme a necessidade da Secretaria da Educação, na oportunidade e quantidade solicitada, e que deverá ocorrer em até 02 dias consecutivos após a solicitação feita pelo município, oportunidade em que serão conferidos a qualidade e quantidade.

II - Os proponentes vencedores deverão entregar os produtos conforme a marca e referências cotadas por ocasião da apresentação da proposta, sob pena de motivo justo para a rescisão contratual e aplicação das penalidades constantes na cláusula nona deste Contrato.

IV - Do prazo de Validade do Produtos - Os produtos perecíveis licitados a serem adquiridos não poderão ter data de fabricação inferior a 30(trinta) dias quando da data da entrega dos mesmo ao Município.

V - Dos Prazos e Vigência – O presente contrato passa a ter início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto para 31/12/2015, ou quando a quantidade terminar, o que expirar primeiro.

VI - O município se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais licitados. Após o dia 31 de dezembro de 2015, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos concorrentes, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

I - O preço total ajustado para o fornecimento dos produtos é de R\$ 1.740,00 (um mil setecentos e quarenta reais) sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento de cada produto é o descrito no demonstrativo a seguir, valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA em até 10 dias após o fornecimento dos produtos licitados e apresentação da Nota Fiscal e será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela mesma, e de acordo com a liberação do convênio pelo Governo Federal, não acarretando qualquer acréscimo nos valores contratados, a nota fiscal deverá estar devidamente atestada pela pessoa indicada pela Secretaria, produtos, objeto deste certame licitatório, com os respectivos valores, constantes no demonstrativo abaixo:

Item	Especificação	Apres.	Quant.	Unitário R\$	Total R\$		
15	CEBOLA, de 1ª qualidade, sem réstia, tamanho médio, com casca sã, sem ruptura, sem manchas, compacta e firme, com tamanho e coloração uniforme, isenta de sujidades, parasitas e larvas, acondicionadas em embalagem transparente e resistente.	KG	435	4,00	1.740,00		
TOTAL					1.740,00		

II - A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos produtos, conforme item, objeto deste certame licitatório, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento, acompanhada da declaração da Secretária ou responsável pela Escola, constando à quantidade recebida e objeto recebido a cada entrega.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do

artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).

II - Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supra citado da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

CLÁUSULA SEXTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

I - Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

I - Os recursos financeiros serão os provenientes de recursos do Convênio Federal PNAE, Dinheiro Direto na Escola e com recursos próprios do Município.

II - As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 – DEPTO DE ENSINO

2.019 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0037/52 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/53 – Aplicações Diretas

2.016 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0037/54 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/55 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro – Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento ajustado,

b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato, e

c) Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita entrega dos produtos com vistas à execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Terceiro – Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) Prestar o fornecimento na forma ajustada;

b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os funcionários da CONTRATADA, bem como de quaisquer obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento deste instrumento contratual;

c) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

d) É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.

e) A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

I - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

a) Advertência;

a) Multa de 10% sobre o valor da proposta;

- b) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração Municipal pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza a Contratada.

II – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES

I – A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

I - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

I - A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE, nos termos do art. 67 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO

I - Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Nona.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

I - O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

I - Este Contrato está vinculado ao Pregão Presencial N. 35/2015, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões, Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal n. 003/2005 de 14 de janeiro de 2005.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

I - Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n.º 19/98.

II - E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Água Doce SC, 03 de agosto de 2015

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Contratante

BENJAMIN LUCIAN

Lucian e Cia LTDA

Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva

CPF: 005.614.419-95

Gláucia Regina Varaschin

CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

SCHEILA MARA CORSO GIORDANI

OAB 27419

PORTARIA 235/2015

PORTARIA Nº 235/2015 de 10 de agosto de 2015

“DESISTÊNCIA DO CONCURSO PÚBLICO 015/2014”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Deferir o pedido de Desistência do Concurso Público 015/2014, de Maria Della Jakma, referente ao cargo em caráter efetivo de Merendeira, conforme pedido de desistência anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 10 de agosto de 2015

Novelli Sganzerla

Prefeito

PORTARIA 236/2015

PORTARIA Nº 236/2015 de 10 de agosto de 2015

"CONCEDER LICENÇA LUTO AO SERVIDOR QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder 8 dias consecutivos em razão do falecimento da mãe, a partir de 07/08/2015, conforme art. 63º da Lei complementar nº 015/99, conforme certidão de óbito anexa, para o servidor GIOVANI CESAR SCHNEIDER, funcionário efetivo no cargo de Motorista.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 07/08/2015 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 10 de agosto de 2015

Novelli Sganzerla

Prefeito

PORTARIA 237/2015

PORTARIA Nº 237/2015 de 10 de agosto de 2015

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA. "

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária TANIA CARON DOS SANTOS, inscrita sob CPF nº 028.668.909-06, funcionária efetiva no cargo de Assistente Administrativo, a partir de 10/08/2015 a 08/09/2015, período 11/12.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 10 de agosto de 2015

Novelli Sganzerla

Prefeito

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.058 DE 10 DE AGOSTO DE 2015

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE CARGO POR ADMISSÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC no uso das atribuições conferidas por Lei;

Considerando a realização e homologação do concurso público 001/2015 com o preenchimento da referida vaga;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal JANAINA ANTONIAZZI SPANHOLI, Matrícula 700, do cargo de FARMACÊUTICA – 40 HORAS, cargo por Admissão de Caráter Temporário do quadro de Pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº. 1922 de 17 de novembro de 2014 e as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 10 de agosto de 2015.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

LEI COMPLEMENTAR Nº 077 DE 07 DE AGOSTO DE 2015

ALTERA A REDAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 01 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000, "QUE INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E ADOTA PROVIDÊNCIAS CORRELATAS".

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 65, IV, da Lei Orgânica do Município; faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei complementar.

Art. 1º. – O art. 159 da Lei Complementar nº 01 de 19 de dezembro de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 159.-

Parágrafo único – A quantidade de UFRM's prevista para os setores 1, 2, 3 e 4 aplica-se, somente à área limite de 1.600,00m² (um mil e seiscentos metros quadrados) e para a área excedente, aplica-se uma redução de 85% (oitenta e cinco por cento) na quantidade de UFRM's prevista para o respectivo setor.

Art. 2º. – Sobre o valor venal de todos os imóveis abrangidos pela presente lei, será aplicado um reajuste de 30% (trinta por cento), objetivando aproximá-los do real valor de mercado dos mencionados bens".

Parágrafo único – Os efeitos do reajuste ora determinado somente entrarão em vigor no exercício seguinte ao da publicação da presente Lei Complementar.

Art. 3º - O Código Tributário Municipal, instituído pela lei 001/2000, passa a vigorar acrescido da Seção VIII – Dos casos de Isenção de IPTU e do seguinte artigo 177-A, que assim dispõe:

"Seção VIII

Dos Casos de Isenção do IPTU

Art. 177-A – Ficam isentos do pagamento do IPTU, as faixas não edificadas, identificadas como Zonas de Proteção Ambiental(ZPA) e de Preservação Permanente(ZPP) no Município".

Art. 4º. – Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista (SC),
07 de Agosto de 2015.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fátima Lorete Clein da Silva
Responsável Pelas Publicações

LEI MUNICIPAL Nº 673 DE 07 DE AGOSTO DE 2015

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA A INTEGRAR O PLANO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA RESÍDUOS SÓLIDOS DA REGIÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – PIGIRS/AMAUC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o município de Alto Bela Vista a integrar o Plano Intermunicipal de Gestão Integrada Resíduos Sólidos da região da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – PIGIRS/AMAUC, conforme anexo único desta Lei, em atendimento ao disposto na Lei Federal n.º 12.305, de 02 de Agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Parágrafo único – O disposto no caput deste artigo dispensa a elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, conforme estabelece o artigo 52 do Decreto Federal n.º 7.4045, de 23 de Dezembro de 2010, que regulamenta a Lei n.º 12.305/2010.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado participar de ações conjuntas ou consorciadas com os demais Municípios integrantes do PIGIRS/AMAUC, visando à implementação do Plano no território do Município.

Art. 3º A partir da vigência desta Lei o Executivo Municipal deverá revisar a legislação municipal para adequação às propostas do PI-GIRS/AMAUC, visando à implementação do Plano no território do Município.

I – Posturas relativas às matérias de higiene, limpeza, segurança e outros procedimentos públicos relacionados aos resíduos sólidos;
II – Segregação, acondicionamento, disposição para a coleta, transporte e destinação dos resíduos;
III – Disciplinamento da responsabilidade compartilhada e dos sistemas de logística reversa;
IV – Operação de transportadores e receptores de resíduos privados;
V – Mecanismos de recuperação dos custos pelos serviços prestados ou postos à disposição dos contribuintes.

Parágrafo Único - A adequação da legislação de que trata este artigo deverá priorizar a redução, otimização da reutilização e reciclagem dos resíduos, bem como a adoção de tratamentos quando necessários e a disposição adequada dos rejeitos, em conformidade ao que dispõe a Lei Federal nº 12.305/2010.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 07 de Agosto de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fátima Lorete Clein da Silva
Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 110 DE 10 DE AGOSTO DE 2015

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO EFETIVO

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma da Seção IV artigos: 14 e seus parágrafos; 15; 16; 17; 18; 19; 20 e 21 da Lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005.

RESOLVE

Art. 1º Nomear a Sra. VANESSA VOSS para exercer o cargo efetivo de FARMACEUTICO, 40 horas semanais; classificada em 2º Lugar no Concurso Público nº 001/2015 e homologado pelo Decreto Nº 2020, de 23 de abril de 2015, com vencimento previsto no Anexo III da lei Complementar Nº 012, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 10 de agosto de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 111 DE 10 DE AGOSTO DE 2015

CONCEDER FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar nº 011, de 10 de janeiro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 15 dias de férias ao Servidor Público Municipal, MAICO ROBERTO LUCKMANN RODRIGUES DA SILVA, matrícula 575, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, lotado na Gerência de Saúde.

Art. 2º Período aquisitivo de 20/03/2014 a 19/03/2015, período de gozo de 10 a 24 de agosto de 2015.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Bela Vista em 10 de agosto de 2015.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas publicações

Anchieta

PREFEITURA

EXTRATO AVISO PREGÃO PREF - 039_2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 039/2015

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Registro de preço visando à aquisição de material de construção e pintura para efetuar manutenção e conservação das escolas municipais, por um período de até 12 (doze) meses após a data da homologação. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 26/08/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 10 agosto de 2015.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 074/2015; EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 06/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 074/2015; Edital de Credenciamento nº 06/2015; Objeto: A presente licitação tem como objeto o credenciamento de emissoras de Rádio FM Comunitária e AM/FM Comercial, com cobertura na Região da Grande Florianópolis, com abrangência no Município de Antônio Carlos/SC, para prestação de serviços de comunicação, publicidade de programas, projetos, informações diversas e campanhas temáticas ou institucionais, de acordo com o interesse público da PMAC, no período de 12 (doze) meses. Do Prazo e Condições Para Requerer o Credenciamento: Os interessados na prestação de serviços descrita no objeto poderão requerer o credenciamento a qualquer tempo, durante a vigência deste edital. Obtenção do Edital e informações: No setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 as 17:00 horas, fone (48) 3272-1123 ou (48) 3272-8617, pelo email licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 11 de agosto de 2015.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 075/2015; EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 07/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 075/2015; Edital de Credenciamento nº 07/2015; Objeto: A presente licitação tem como objeto o credenciamento de veículos de comunicação na forma escrita (jornal de circulação local), com circulação dentro do Município de Antônio Carlos, para prestação de serviços de comunicação, publicidade de programas, projetos, informações diversas e campanha temáticas ou institucionais, de acordo com o interesse público da PMAC, no período de 12 (doze) meses. Do Prazo e Condições Para Requerer o Credenciamento: Os interessados na prestação de serviços descrita no objeto poderão requerer o credenciamento a qualquer tempo, durante a vigência deste edital. Obtenção do Edital e informações: No setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 as 17:00 horas, fone (48) 3272-1123 ou (48) 3272-8617, pelo email licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 11 de agosto de 2015.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 124/2015, 125/2015, 126/2015, 127/2015, 128/2015 E 129/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preço nº. 124/2015; Origem: Processo Licitação: nº 070/2015 - Pregão Presencial nº 046/2015; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: PUBLICITI DISTRIBUIDORA LTDA - EPP; Objeto: Aquisição parcelada de material de expediente para uso das secretarias do município de Antônio Carlos S/C; Valor: Empresa vencedora dos itens: 2,4,11,15,23,27,30,31,35,41,42,43,49,50,59 e 62 totalizando o valor de R\$ 703,27 (Setecentos e Três Reais e Vinte e Sete Centavos). Prazo: 07/08/2015 - 07/08/2016.

Ata de Registro de Preço nº. 125/2015; Origem: Processo Licitação: nº 070/2015 - Pregão Presencial nº 046/2015; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO INFORMATICA E PAPELARIA EIRELLI; Objeto: Aquisição parcelada de material de expediente para uso das secretarias do município de Antônio Carlos S/C; Valor: Empresa vencedora dos itens: 3,29,32,39,40,47,51,52,53 e 57 totalizando o valor de R\$ 6.615,74 (Seis Mil e Seiscentos e Quinze e Setenta e Quatro Centavos); Prazo: 07/08/2015 - 07/08/2016.

Ata de Registro de Preço nº. 126/2015; Origem: Processo Licitação: nº 070/2015 - Pregão Presencial nº 046/2015; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI - EPP; Objeto: Aquisição parcelada de material de expediente para uso das secretarias do município de Antônio Carlos S/C; Valor: Empresa vencedora dos itens: 5,24,33,36,37,38,44,46,56,63,64,65,70,71 e 73 totalizando o valor de R\$ 1.508,40 (Um Mil e Quinhentos e Oito Reais e Quarenta Centavos). Prazo: 07/08/2015 - 07/08/2016.

Ata de Registro de Preço nº. 127/2015; Origem: Processo Licitação: nº 070/2015 - Pregão Presencial nº 046/2015; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: CÉLIA REGINA W. SANI - ME; Objeto: Aquisição parcelada de material de expediente para uso das secretarias do município de Antônio Carlos S/C; Valor: Empresa vencedora dos itens 12 e 58 totalizando o valor de R\$ 266,50 (Duzentos e Sessenta e Seis Reais e Cinquenta Centavos). Prazo: 07/08/2015 - 07/08/2016.

Ata de Registro de Preço nº. 128/2015; Origem: Processo Licitação: nº 070/2015 - Pregão Presencial nº 046/2015; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITORIO LTDA - ME; Objeto: Aquisição parcelada de material de expediente para uso das secretarias do município de Antônio Carlos S/C; Valor: Empresa vencedora dos itens 6 e 25 totalizando o valor de R\$ 68,80 (Sessenta e Oito Reais e Oitenta Centavos). Prazo: 07/08/2015 - 07/08/2016.

Ata de Registro de Preço nº. 129/2015; Origem: Processo Licitação: nº 070/2015 - Pregão Presencial nº 046/2015; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA - ME; Objeto: Aquisição parcelada de material de expediente para uso das secretarias do município de Antônio Carlos S/C; Valor: Empresa vencedora dos itens 1,7,8,9,10,13,14,16,17,18,19,20,21,22,26,28,34,45, 48, 54, 55,60, 61,66,67, 68, 69 e 72 totalizando o valor de R\$ 1.412,11 (Um Mil e Quatrocentos e Doze Reais e Onze Centavos). Prazo: 07/08/2015 - 07/08/2016.

Antônio Carlos, 11 de agosto de 2015.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 412/2015

PORTARIA Nº 412/2015.

Concede Licença Maternidade a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 1225/2009,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA MATERNIDADE, a servidora ALINE ALVES, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRO, a partir de 01 de agosto de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 10 de agosto de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 11 de agosto de 2015.

PORTARIA Nº 413/2015

PORTARIA Nº 413/2015.

Concede Licença p/Tratamento de Saude a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/1992,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA P/TRATAMENTO DE SAUDE, a servidora MONICA SCHMITZ ZIMERMANN, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR COM POS GRADUAÇÃO ESPECIALISTA – 40H, a contar de 03 de agosto de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 10 de agosto de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 11 de agosto de 2015.

PORTARIA Nº 414/2015

PORTARIA Nº 414/2015.

Concede Ferias a servidor ACT.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 732/1996,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, a servidora CELIA SCHEIDT RODRIGUES, ocupante do cargo temporário de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, a partir de 01 de setembro de 2015, referente ao período aquisitivo de 06/15/2013 a 05/12/2014.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 10 de agosto de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 11 de agosto de 2015.

PORTARIA Nº 415/2015

PORTARIA Nº 415/2015.

Concede Ferias a servidor ACT.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 732/1996,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, a servidora IONE MARIA CARDOSO DA ROCHA, ocupante do cargo temporário de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, a partir de 01 de setembro de 2015, referente ao período aquisitivo de 30/06/2013 a 29/06/2014.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 10 de agosto de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 11 de agosto de 2015.

PORTARIA Nº 416/2015

PORTARIA Nº 416/2015.

Concede Licença Premio a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PREMIO, por 60 dias, a servidora ZULEIDE BESEN, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR COM PÓS GRADUAÇÃO ESPECIALISTA – 20H, a partir de 02 de outubro de 2015, referente aos períodos aquisitivos de agosto/2009 a agosto/2014 e o período de fevereiro/2004 a fevereiro/2009.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 10 de agosto de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 11 de agosto de 2015.

PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - LISTA DE CANDIDATOS INSCRITOS

Estado de Santa Catarina

Município de Antônio Carlos

Edital de Processo Seletivo Nº 003/2015

LISTA DOS CANDIDATOS INSCRITOS

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, homologa e torna pública a Lista de Candidatos inscritos, conforme estabelecido no Edital de Processo Seletivo Nº 003/2015.

ANIMADOR DA TERCEIRA IDADE

NOME	RG
Luana Alcina Gomes Costa Montezano Bigolin	5.700.936
Avilson D'Avila	2.907.205
Romilda Machado Lucca	1.706.802-3
Grazileine Fernandes	4.197.559
Roberta Corrêa Lourenço	4.847.253
Rogéria Goedert Kremer Bruhl	1.571.844

Antônio Carlos, 11 de agosto de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Arroio Trinta

PREFEITURA

CONTRATO Nº 0053 2015 - RETÍFICA MOTOR ESCAVADEIRA CX 160 - B - AUTO PEÇAS DOCA LTDA
CONTRATO Nº 0053/2015 QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – SC E A EMPRESA RETÍFICA E AUTO PEÇAS DOCA LTDA - ME
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0030/2015.
TOMADA DE PREÇOS Nº 0005/2015.

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA- SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede a Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua do Comércio nº 227, Centro, Município de Arroio Trinta – Santa Catarina e a empresa RETÍFICA E AUTO PEÇAS DOCA LTDA -ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 12.870.611/0001-70, com sede na Rodovia SC 355, km 53,5, Bairro Nossa Senhora Aparecida, no Município de Videira – Santa Catarina, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo senhor DIRCEU ADADA, brasileiro, almoxarife, portador do CPF sob nº 529.805.109-04 e as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada no Processo Licitatório nº 030/2015, TOMADA DE PREÇOS Nº005/2015, Doravante denominado o processo, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93 combinada com a Lei nº 8.883/94, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

Cláusula Primeira – A contratada se obriga a RETIFICAR O MOTOR DA MÁQUINA ESCAVADEIRA CX 160B, MOTOR ISUZU da Secretaria Municipal de Infraestrutura, da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta - SC, conforme Tomada de Preços nº 0005/2015, que, com seus anexos, integra este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

Cláusula Segunda – O objeto deste contrato, retifica do motor da máquina. ESCAVADEIRA CX 160B, MOTOR ISUZU, deverá ser realizado na oficina da Empresa vencedora, isto é, na Empresa RETÍFICA E AUTO PEÇAS DOCA LTDA -ME por preço unitário, conforme descrição da relação de peças e serviços mão-de-obra, anexadas à proposta no Processo Licitatório acima descrito.

Cláusula Terceira – Estima-se o valor Global deste Contrato em R\$19.808,79(DEZENOVE MIL OITOCENTOS E OITO REAIS E SETENTA E NOVE CENTAVOS), sendo que o valor de R\$11.948,41(ONZE MIL NOVECIENTOS E QUARENTA E OITO REAIS E QUARENTA E UM CENTAVOS) refere-se a peças e R\$7.860,38(SETE MIL OITOCENTOS E SESSENTA REAIS TRINTA E OITO CENTAVOS) corresponde a serviços de mão-de-obra, com base nos preços apresentados na licitação.

Cláusula Quarta – O prazo de fornecimento ora contratado é de 15 dias da homologação da licitação, ou seja, de 05 de agosto de 2015 a 19 de agosto de 2015, podendo ser renovado através de Termo Aditivo, conforme determina a Lei e se houver interesse de ambas as partes.

Cláusula Quinta – A Despesa deste Contrato correrá a conta dos elementos de despesa do orçamento relativo ao exercício de 2015, conforme segue:

270 - 1 . 2010 . 26 . 782 . 23 . 2.43 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

Parágrafo único – O pagamento à Contratada será efetuado no final dos serviços, à vista de nota fiscal ou fatura, apresentada na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta.

Cláusula Sexta – É de inteira responsabilidade da Empresa RETÍFICA E AUTO PEÇAS DOCA LTDA -ME a entrega do motor retificado, montado e colocado na máquina.

§ 1º - A entrega deverá ser feita na Secretaria Municipal de Infraestrutura – Garagem da Prefeitura com o Senhor Irio Serighelli, sendo que o mesmo fará o recebimento e a conferência do motor retificado.

§ 2º - A Contratante assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes do transporte da máquina, aparelhos e equipamentos necessários à boa e perfeita entrega. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus funcionários, prepostos ou subordinados.

Cláusula Sétima – A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela contratante.

Parágrafo único – A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas, ou seja, a retífica do motor da Escavadeira CX 160B, com peças novas, originais.

Cláusula Oitava - O descumprimento total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

Cláusula Nona – A multa aplicada no caso do não cumprimento do Contrato será de 5% (cinco por cento) do valor global contratado.

Cláusula Décima – O Contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na Lei de licitações, sem que caiba à Contratada direito de qualquer indenização, sem prejuízos das penalidades pertinentes.

Cláusula Décima Primeira – O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte.

Cláusula Décima Segunda – A Contratada assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da retífica do motor, da montagem e da colocação do motor na Escavadeira CX 160B, aparelhos e equipamentos necessários à boa e perfeita entrega. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

§ 1º – Os danos e os prejuízos serão ressarcidos a Contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa à Contratada sob pena de multa.

§ 2º – A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à

Contratada.

§ 3º – A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

§ 4º – A Contratada manterá durante toda a execução do Contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

Cláusula Décima Terceira – Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste Contrato e da execução de seu objeto.

Cláusula Décima Quarta – O Foro do presente Contrato será o da Comarca de Videira – SC, excluído qualquer outro.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03(três) cópias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 05 de agosto de 2015.
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal
Contratante

RETÍFICA E AUTO PEÇAS DOCA LTDA –ME
CNPJ nº 12.870.611/0001-70,
CONTRATADA
DIRCEU ADADA
CPF nº 529.805.109-04

TESTEMUNHAS:

JULIAR LUIZ MANENTI
CPF – 036.215.649-26

CESAR LUIZ ALTENHOFEN
CPF: 818.571.019-87

DE ACORDO
SANTO POSSATO
ADVOGADO OAB/SC 19.045

CONTRATO N.º 0053/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0030/2015
TOMADA DE PREÇOS: 005/2015
OBJETO: RETÍFICA E AUTO PEÇAS DOCA LTDA -ME
CONTRATADA: RETÍFICA E AUTO PEÇAS DOCA LTDA
VALOR TOTAL: R\$19.808,79

Ascurra

PREFEITURA

LEI Nº 1416, de 06/08/2015

LEI Nº 1416, de 06 de Agosto de 2015.

DENOMINA LOGRADOURO PÚBLICO / ÁREA DE LAZER CASTILHO POFFO

Art. 1º - Fica denominado "Área de Lazer Castilho Poffo", o logradouro público entre as Ruas Benjamin Constant, Padre Simão Maycker e Avenida Brasília, Centro, com área de 1.108,62m².

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, 06 de agosto de 2015.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,
Município de Ascurra em, 06 de agosto de 2015.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

Balneário Rincão

SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO

EXTRATO PORTARIAS 040-047

PORTARIA Nº 040/SAMAE/2015

JOÃO IRIS RAUPP JÚNIOR, DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Complementar Municipal em vigor, nº 06/2014, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal.

RESOLVE:

Art.1º Nomear LUCIANO ALEXANDRE, brasileiro, CPF nº 024.595.139-33, para atuar como Motorista de Caminhão; 40 horas semanais, no SAMAE tendo em vista a importância na realização do serviço prestado pelo mesmo.

Art.2º A contratação tem caráter temporário com prazo determinado até 01 de Agosto de 2015 ou até realização de Concurso Público, o que ocorrer primeiro.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 01 de Abril de 2015.

JOÃO IRIS RAUPP JÚNIOR

DIRETOR PRESIDENTE

Publicada e registrada nesta Autarquia em 01 de Abril de 2015.

ANTÔNIO CARLOS GHISI

DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

PORTARIA Nº 041/SAMAE/2015

JOÃO IRIS RAUPP JÚNIOR, DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Complementar Municipal em vigor, nº 06/2014, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal.

RESOLVE:

Art.1º Nomear JACKSON GONÇALVES, brasileiro, CPF nº 080.563.359-60, para atuar como Gari/Coletor de Lixo; 40 horas semanais, no SAMAE tendo em vista a importância na realização do serviço prestado pelo mesmo.

Art.2º A contratação tem caráter temporário com prazo determinado até 01 de Agosto de 2015 ou até realização de Concurso Público, o que ocorrer primeiro.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 01 de Abril de 2015.

JOÃO IRIS RAUPP JÚNIOR

DIRETOR PRESIDENTE

Publicada e registrada nesta Autarquia em 01 de Abril de 2015.

ANTÔNIO CARLOS GHISI

DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

PORTARIA Nº 042/SAMAE/2015

JOÃO IRIS RAUPP JÚNIOR, DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Complementar Municipal em vigor, nº 06/2014, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal.

RESOLVE:

Art.1º Nomear WILLIAN NUNES GODINHO, brasileiro, CPF nº 298.930.048-10, para atuar como Gari/Coletor de Lixo; 40 horas semanais, no SAMAE tendo em vista a importância na realização do serviço prestado pelo mesmo.

Art.2º A contratação tem caráter temporário com prazo determinado até 01 de Agosto de 2015 ou até realização de Concurso Público, o que ocorrer primeiro.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 01 de Abril de 2015.

JOÃO IRIS RAUPP JÚNIOR

DIRETOR PRESIDENTE

Publicada e registrada nesta Autarquia em 01 de Abril de 2015.

ANTÔNIO CARLOS GHISI

DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

PORTARIA Nº 043/SAMAE/2015

JOÃO IRIS RAUPP JÚNIOR, DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Complementar Municipal em vigor, nº 06/2014, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal.

RESOLVE:

Art.1º Nomear JULIANO FIUZA DOS SANTOS, brasileiro, CPF nº 026.438.110-62, para atuar como Gari/Coletor de Lixo; 40 horas semanais, no SAMAE tendo em vista a importância na realização do serviço prestado pelo mesmo.

Art.2º A contratação tem caráter temporário com prazo determinado até 01 de Agosto de 2015 ou até realização de Concurso Público, o que ocorrer primeiro.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 01 de Abril de 2015.

JOÃO IRIS RAUPP JÚNIOR

DIRETOR PRESIDENTE

Publicada e registrada nesta Autarquia em 01 de Abril de 2015.

ANTÔNIO CARLOS GHISI

DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

PORTARIA Nº 044/SAMAE/2015

JOÃO IRIS RAUPP JÚNIOR, DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Complementar Municipal em vigor, nº 06/2014, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal.

RESOLVE:

Art.1º Nomear LUIZ CARLOS BATISTELA, brasileiro, CPF nº 207.898.150-87, para atuar como Motorista de Caminhão; 40 horas semanais, no SAMAE tendo em vista a importância na realização do serviço prestado pelo mesmo.

Art.2º A contratação tem caráter temporário com prazo determinado até 01 de Agosto de 2015 ou até realização de Concurso Público, o que ocorrer primeiro.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 01 de Abril de 2015.
JOÃO IRIS RAUPP JÚNIOR
DIRETOR PRESIDENTE

Publicada e registrada nesta Autarquia em 01 de Abril de 2015.
ANTÔNIO CARLOS GHISI
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

PORTARIA Nº 045/SAMAE/2015

JOÃO IRIS RAUPP JÚNIOR, DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Complementar Municipal em vigor, nº 06/2014, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal.

RESOLVE:

Art.1º Nomear GIOVANI OLIVEIRA DA SILVA, brasileiro, CPF nº. 942.442.860-04, para atuar como Gari/Coletor de Lixo; 40 horas semanais, no SAMAE tendo em vista a importância na realização do serviço prestado pelo mesmo.

Art.2º A contratação tem caráter temporário com prazo determinado até 01 de Agosto de 2015 ou até realização de Concurso Público, o que ocorrer primeiro.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 02 de Abril de 2015.

JOÃO IRIS RAUPP JÚNIOR
DIRETOR PRESIDENTE

Publicada e registrada nesta Autarquia em 02 de Abril de 2015.

ANTÔNIO CARLOS GHISI
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
PORTARIA Nº 046/SAMAE/2015

JOÃO IRIS RAUPP JÚNIOR, DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Complementar Municipal em vigor, nº 06/2014, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal.

RESOLVE:

Art.1º Nomear ANDERSON SILVA DOMINGOS, brasileiro, CPF nº. 055.205.779-78, para atuar como Gari/Coletor de Lixo; 40 horas semanais, no SAMAE tendo em vista a importância na realização do serviço prestado pelo mesmo.

Art.2º A contratação tem caráter temporário com prazo determinado até 01 de Agosto de 2015 ou até realização de Concurso Público, o que ocorrer primeiro.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 02 de Abril de 2015.

JOÃO IRIS RAUPP JÚNIOR
DIRETOR PRESIDENTE

Publicada e registrada nesta Autarquia em 02 de Abril de 2015.

ANTÔNIO CARLOS GHISI
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

PORTARIA Nº 046/SAMAE/2015

JOÃO IRIS RAUPP JÚNIOR, DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Complementar Municipal em vigor, nº 06/2014, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal.

RESOLVE:

Art.1º Nomear ANDERSON SILVA DOMINGOS, brasileiro, CPF nº. 055.205.779-78, para atuar como Gari/Coletor de Lixo; 40 horas semanais, no SAMAE tendo em vista a importância na realização do serviço prestado pelo mesmo.

Art.2º A contratação tem caráter temporário com prazo determinado até 01 de Agosto de 2015 ou até realização de Concurso Público, o que ocorrer primeiro.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 02 de Abril de 2015.

JOÃO IRIS RAUPP JÚNIOR
DIRETOR PRESIDENTE

Publicada e registrada nesta Autarquia em 02 de Abril de 2015.

ANTÔNIO CARLOS GHISI
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

PORTARIA Nº 047/SAMAE/2015

JOÃO IRIS RAUPP JÚNIOR, DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Complementar Municipal em vigor, nº 06/2014, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal.

RESOLVE:

Art.1º Nomear CLAUDINEI PERIERA DOS SANTOS, brasileiro, CPF nº. 036.151.459-09, para atuar como Gari/Coletor de Lixo; 40 horas semanais, no SAMAE tendo em vista a importância na realização do serviço prestado pelo mesmo.

Art.2º A contratação tem caráter temporário com prazo determinado até 01 de Agosto de 2015 ou até realização de Concurso Público, o que ocorrer primeiro.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 02 de Abril de 2015.

JOÃO IRIS RAUPP JÚNIOR
DIRETOR PRESIDENTE

Publicada e registrada nesta Autarquia em 02 de Abril de 2015.

ANTÔNIO CARLOS GHISI
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

RETIFICAÇÃO DE PREGÃO Nº 018/SAMAE/2015

AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL
Nº. 018/SAMAE/2015

A Pregoeira do Samae de Balneário Rincão e sua Equipe de Apoio tornam público para conhecimento dos interessados, que o Edital de Pregão Presencial Nº. 018/SAMAE/2015, que tem como objeto: contratação de empresa do ramo pertinente, para aquisição de materiais hidráulicos para saneamento básico para uso do Samae do Município de Balneário Rincão - SC durante o ano de 2015, fica retificado a descrição dos itens do anexo I – Termo de Referência. Onde se lê: . Garantia mínima de um ano, acuribilidade na leitura mínima de 3 anos e vida útil mínima de 3 anos... Leia-se: . Garantia mínima de um ano, acuribilidade na leitura mínima de 2 anos e vida útil mínima de 2 anos. Feita a retificação acima, ficam todos interessados notificados para os fins legais e de direito.

RENATA DAROS TORRES
Pregoeira

Barra Velha

PREFEITURA

CONTRATO 090/2014 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contratada: POLARIS SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.

Licitação: Proc. Administrativo 074/2014 - TP 009/2014

Objeto: Obra de Revitalização as margens da Lagoa, incluindo material e mão de obra, em estrita observância aos memoriais, planilhas e projetos

Valor do Contrato: R\$ 249.990,00 (duzentos e quarenta e nove mil novecentos e noventa reais)

Data da assinatura: 20/10/2014

Data do vencimento: 20/04/2015

Barra Velha, 20 de outubro de 2014

ROBERTO CARLOS IMME –

Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO -
Prefeito

DL 006/2015 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO- FUNDO DE SAÚDE

Processo Administrativo nº 019/2015 - Dispensa de Licitação nº 006/2015

Contratada: DARIO CHIODINI

Objeto: Locação de sala comercial, localizado a Rua Tiago Aguiar, nº 199, Bairro Icarai, neste Município, para funcionamento das atividades da Vigilância Sanitária do Município de Barra Velha.

Valor do Contrato: R\$ 12.000,00

Vigência: 12 meses

Fund. Legal: Art. 24, Inciso X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Barra Velha, 10 de agosto de 2015

DÁRIO CHIODINI - Contratado

Claudemir Matias Francisco - Prefeito

PORTARIA Nº 670, DE 01 DE JUNHO DE 2015 (REPUBLIÇÃO)

PORTARIA Nº 670, DE 01 DE JUNHO DE 2015 (republicação)

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto no inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal c/c arts. 6º, 10 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 116/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 001/2012, homologado pela Portaria nº 192/2013, de 31 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato RAPHAEL ALVES DE JESUS para o cargo efetivo de CONTADOR, Nível 10, Letra "A", do Anexo II, da Lei Complementar nº 116/2011, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente,

prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a teor do disposto no item 9.4, do Edital do Concurso nº 001/2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 01 de junho de 2015.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

PP 006/2015 FUMTEC

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 023/2015 - FUMTEC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2015 - FUMTEC

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial - FUMTEC, Tipo Menor Preço por Lote para, Aquisição de trofeus, medalhas e camisas para campeonatos e torneios promovidos pela Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura, conforme Anexo I do Edital – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 24/08/2015 até às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 24/08/2015 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra poderá ser retirado na Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 08:00 às 12:00 das 13:30 as 17:30 horas, ou no site www.barra-velha.sc.gov.br.

Barra Velha, 10 de agosto de 2015.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

REVOGAÇÃO PP 030/2015 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 037/2015 - Pregão Presencial nº 030/2015

AVISO DE REVOGAÇÃO

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados QUE FICA REVOGADA Licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Lote, para aquisição de jogos e brinquedos educativos destinados aos alunos da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência.

Barra Velha, 10 de agosto de 2015.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

Benedito Novo

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 127/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 127/2015

Contratada: JOSE HENRIQUE DA SILVA JUNIOR ME

Objeto: ALUGUEL DE 01 EQUIPAMENTO MULTIFUNCIONAL DE CÓPIA/IMPRESSÃO/SCANNER E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS

Valor Total Contratado: R\$ 2.000,00

Vigência: 03/08/2015 a 31/12/2015

Data Assinatura: 03/08/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

PORTARIA Nº 2043/2015

PORTARIA nº 2043 de 10 de agosto de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a), ocupante de cargo efetivo, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao servidor Shirley Terezinha Fraga, detentor do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, inscrito(a) na matrícula funcional nº 10957, a partir de 03/08/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/08/2015.

Biguaçu, 10 de agosto de 2015.

Willian Lofy

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2044/2015

PORTARIA nº 2044 de 10 de agosto de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a), ocupante de cargo efetivo, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao servidor Raquel Atanásio dos Santos, detentor do cargo de provimento efetivo de Especialista em Assuntos Educacionais, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, inscrito(a) na matrícula funcional nº 8063, a partir de 04/08/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/08/2015.

Biguaçu, 10 de agosto de 2015.

Willian Lofy

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2045/2015

PORTARIA nº 2045 de 10 de agosto de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a), ocupante de cargo efetivo, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao servidor Tiago Stephani, detentor

do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, inscrito(a) na matrícula funcional nº 9115, a partir de 10/08/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/08/2015.

Biguaçu, 10 de agosto de 2015.

Willian Lofy

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2046/2015

PORTARIA nº 2046 de 10 de agosto de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a), ocupante de cargo efetivo, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao servidor Rodrigo Steffens, detentor do cargo de provimento efetivo de Escriturário, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, inscrito(a) na matrícula funcional nº 11126, a partir de 13/08/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 13/08/2015.

Biguaçu, 10 de agosto de 2015.

Willian Lofy

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2047/2015

PORTARIA nº 2047 de 10 de agosto de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Antônio Leocádio Elisardo, detentor do cargo de provimento temporário de Vigia com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 04/08/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/08/2015.

Biguaçu, 10 de agosto de 2015.

Willian Lofy

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2048/2015

PORTARIA nº 2048 de 10 de agosto de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Indiamara Siqueira Jaskhe Roveda, detentor do cargo de provimento temporário de Atendente da Criança e do Adolescente, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 28/07/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 28/07/2015.

Biguaçu, 10 de agosto de 2015.

Willian Lofy

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2049/2015

PORTARIA nº 2049 de 10 de agosto de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Miriam Marlene Ricardo Gaspar, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 31/07/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/07/2015.

Biguaçu, 10 de agosto de 2015.

Willian Lofy

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2050/2015

PORTARIA nº 2050 de 10 de agosto de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Marivone Martins, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, a partir de 31/07/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/07/2015.

Biguaçu, 10 de agosto de 2015.

Willian Lofy

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2051/2015

PORTARIA nº 2051 de 10 de agosto de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Neri Eufrazio do Amaral, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a partir de 31/07/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/07/2015.

Biguaçu, 10 de agosto de 2015.

Willian Lofy

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2052/2015

PORTARIA nº 2052 de 10 de agosto de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Ceoli Teresinha Vieira Caetano, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31/07/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/07/2015.

Biguaçu, 10 de agosto de 2015.

Willian Lofy

Secretário Municipal de Administração

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.143/2015

LEI Nº 8.143, DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

INSTITUI O "DIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL", NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º É instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, o Dia da Educação Profissional, a ser comemorado, anualmente, no dia 23 de setembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de agosto de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.144/2015

LEI Nº 8.144, DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

INSTITUI O "DIA MUNICIPAL DO ATIRADOR DESPORTIVO", EM BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º É instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, o Dia Municipal do Atirador Desportivo, a ser comemorado, anualmente, no dia 3 de agosto.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de agosto de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.981/2015

PORTARIA Nº 18.981, DE 30 DE JULHO DE 2015.

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA INTEGRAREM JUNTA MÉDICA ESPECIAL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e fundado no artigo 238 combinado com o artigo 292, § 1º, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, e atendendo a solicitação contida no Memorando nº 61/2015, de 27/07/2015, da Diretoria de Pessoal, Resolve:

Art.1º. DESIGNAR os servidores públicos municipais abaixo, para integrarem Junta Médica Especial a fim de realizar exame de saúde mental na servidora pública municipal M.S.M., matrícula nº 19084-5, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, indiciada nos autos dos Processos Administrativos Disciplinares nº 06/2015 e nº 16/2015, na data de 14/08/2015, às 10:00horas, Sala

10, 1º Andar - SESOSP, no prédio da Prefeitura Municipal:

I- Dr. JOHN CARLOS ZOSCHKE JÚNIOR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Psiquiatra, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS;

II- Dr. WINNETOU MICHEL KRAMBECK, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS;

III- Dr. JADIR DOS SANTOS LIMA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de julho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.994/2015

PORTARIA Nº 18.994, DE 06 DE AGOSTO DE 2015.

NOMEIA ALEXANDRE PEREIRA PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE APOIO AO GABINETE, NO GABINETE DO VICE-PREFEITO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, Resolve:

NOMEAR
ALEXANDRE PEREIRA, para o exercício do cargo em comissão de Gerente de Apoio ao Gabinete, símbolo CC-3, no Gabinete do Vice-Prefeito, no dia 06 de agosto de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de agosto de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.995/2015

PORTARIA Nº 18.995, DE 06 DE AGOSTO DE 2015.

NOMEIA FELIPE LEITE PARA COMPOR O CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 2º da Lei Complementar nº 77, de 19 de dezembro de 1994 e alterações posteriores, e atendendo ao Memorando n. 288/2015 – Gabinete SEMED, de 03/08/2015, Resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 77, de 19 de dezembro de 1994 e alterações posteriores, para compor o Conselho de Alimentação Escolar

do Município de Blumenau:

FELIPE LEITE, representante titular do Poder Executivo – Secretaria Municipal de Educação, em substituição a RAFAEL SIMAS, nomeado pela Portaria nº 18.076, de 09/09/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de agosto de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.996/2015

PORTARIA Nº 18.996, DE 06 DE AGOSTO DE 2015.

NOMEIA JULIET LANGARO PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE BLUMENAU – COMSEA – BL.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, inciso II, alínea “g” da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com suporte na Lei Complementar nº 858, de 25 de maio de 2012 e alterações posteriores, e atendendo ao pedido constante do Memorando GAC nº 038/2015, de 03/08/2015, Resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 858, de 25 de maio de 2012 e alterações posteriores, e no Decreto nº 9.761, de 17 de julho de 2012, para compor o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Blumenau - COMSEA – BL:

JULIET LANGARO, representante titular do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, em substituição a CAROLINE BURGHARDT, nomeada pela Portaria nº 18.017, de 12 de agosto 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de agosto de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.997/2015

PORTARIA Nº 18.997, DE 06 DE AGOSTO DE 2015.

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA INTEGRAREM JUNTA MÉDICA PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, “a” da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no artigo 292, § 1º, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, e de acordo com o Memorando Nº 63/15, de 06/08/2015, da Diretoria de Pessoal, resolve:

Art.1º. DESIGNAR os servidores públicos municipais abaixo, para integrarem Junta Médica a fim de realizar exame clínico na servidora pública Lílian Rosi Gertner da Silva Stein, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2011, para o exercício do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a ser realizado na data de 19/08/2015, às 13:30horas, no Serviço de Saúde Ocupacional – SESOSP, Sala 10, localizado no prédio da Prefeitura Municipal de Blumenau:

I- Dr. ADILVO ANDREAZZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SESOSP;

II- Dr. JERÔNIMO SOARES BENITES JUNIOR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, lotado na Policlínica;

III- Dr. TIAGO DE SALES GRAFUNDER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Psiquiatra, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – Serviço de Avaliação de Saúde Mental.

Art. 2º. A Junta Médica designada por esta Portaria, deverá avaliar a capacidade laborativa da referida servidora para determinar se a doença ou lesão incapacitante é preexistente ao efetivo exercício de seu cargo de Professor.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de agosto de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.998/2015

PORTARIA Nº 18.998, DE 06 DE AGOSTO DE 2015.

CONCEDE EXONERAÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MICHELE LAMIN.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, “a” da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, Resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO à servidora pública municipal MICHELE LAMIN, matrícula nº 227919, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Consultório Dentário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 24 de julho de 2015, conforme Processo Administrativo nº 4954/07/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de agosto de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.999/2015

PORTARIA Nº 18.999, DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

EXONERA CLÓVIS BACK DO EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE PESSOAL, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEDEAD.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, “a”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, “I” da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, e Memorando GAPREF nº 185/2015, de 07/08/2015, Resolve:

EXONERAR

CLÓVIS BACK, do exercício do cargo de provimento em comissão de Diretor de Pessoal, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, nomeado pela Portaria nº 18.375, de 23/01/2013, a contar desta data.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de agosto de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.000/2015

PORTARIA Nº 19.000, DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

NOMEIA NEUSA PASTA FELIZETTI PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE PESSOAL, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEDEAD.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica

do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, e no Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, e em atenção ao Memorando Chefia do Gabinete nº 0185/2015, de 07/08/2015, Resolve: NOMEAR

NEUSA PASTA FELIZETTI, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Diretor de Pessoal, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, a contar 10 de agosto de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de agosto de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.001/2015

PORTARIA Nº 19.001, DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

CONCEDE EXONERAÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PATRICIA ANDREIA AMARAL DE FREITAS BARTH.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, Resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO à servidora pública municipal PATRICIA ANDREIA AMARAL DE FREITAS BARTH, matrícula nº 227390, do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a contar de 28 de julho de 2015, conforme Processo Administrativo nº 4939/07/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de agosto de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 093/2015

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 093/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA IGESA ENGENHARIA LTDA.

OBJETO: EXECUÇÃO DE UMA PONTE LOCALIZADA NA RUA BERNARDO REITER, NO BAIRRO DA VELHA, EM SUBSTITUIÇÃO A PONTE EXISTENTE.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-38/15.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 136.325,52 (cento e trinta e seis mil trezentos e vinte e cinco reais e cinquenta e dois centavos).

DATA: 29 de julho de 2015.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 047/2014

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 047/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA LAJECRIL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.

OBJETO: EXECUÇÃO DE 01 (UMA) PONTE LOCALIZADA NA BACIA DO RIBEIRÃO GARCIA, NA RUA RUY BARBOSA, INCLUINDO OBRA DE ARTE ESPECIAL, TERRAPLENAGEM, DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 03-024/2013.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 39.772,10 (trinta e nove mil, setecentos e setenta e dois reais e dez centavos), em decorrência do reajustamento do valor contratual do período de dezembro 2013/2014 com base no índice do DNIT.

DATA: 15 de julho de 2015.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 103/2013

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 103/13

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA ILHA GRANDE PARTICIPAÇÕES LTDA.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM PRÉDIO DE ALVENARIA DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS TUTELARES E CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-077/2013.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de agosto de 2015 até 31 de julho de 2016.

PREÇO: Renova o valor da locação que se mantém em R\$ 11.696,54 (onze mil, seiscentos e noventa e seis reais e cinquenta e quatro centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 140.358,48 (cento e quarenta mil, trezentos e cinquenta e oito reais e quarenta e oito centavos).

DATA: 30 de julho de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 167/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº. 167/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E O CONSÓRCIO IGUATEMI - SOTEP/TP 38.

OBJETO: Contratação de empresa para elaboração de Projeto Executivo de engenharia para melhoria do pavimento dos corredores de ônibus localizados nas Ruas: Dois de Setembro, Engenheiro Paul Werner, São Paulo, Sete de Setembro, Avenida Castelo Branco e Avenida Martin Luther, no Município de Blumenau/SC – SEMOB.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 038/2014.

PREÇO: R\$ 437.944,32 (quatrocentos e trinta e sete mil, novecentos e quarenta e quatro reais e trinta e dois centavos).

PRAZO: 180 (cento e oitenta) dias, a contar da assinatura do

instrumento contratual.

DATA: 22 de junho de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 224/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº. 224/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de administração, gerenciamento emissão e fornecimento de cartão magnético, através de sistemas com funções de crédito e debito com fornecimento dos cartões com o logotipo exclusivo BLUSUAS/ALIMENTAÇÃO, pelo período de 12 meses (item 01) - FMAS.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 109/2015.

PREÇO: R\$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais).

PRAZO: 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato.

DATA: 24 de julho de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 225/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº. 225/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA DELKA DO BRASIL FÁBRICA DE REBOQUES LTDA - EPP.

OBJETO: Aquisição de reboque, conforme especificações constantes no edital (item 01) – SEDECI.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 105/2015.

PREÇO: R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil e quinhentos reais).

PRAZO: 12 (doze) meses, contados da assinatura contratual.

DATA: 27 de julho de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 230/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº. 230/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA FERNANDO FAGUNDES ME.

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para serviços de brigadista durante a 32ª e 33ª edição da Oktoberfest, com estimativa de 5.000 (cinco mil) horas para cada edição da festa conforme especificações constantes no edital – PROEB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 091/2015.

PREÇO: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

PRAZO: A partir de sua assinatura até 30 de dezembro de 2016.

DATA: 30 de julho de 2015.

PORTARIA Nº 29.448/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.448 DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

CEDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

ANDREIA HADLICH SANTOS AO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA DE ESGOTO – SAMAE.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.049, de 23/07/2013, Resolve:

CEDER

com ônus para o Município mediante ressarcimento, a servidora pública municipal ANDREIA HADLICH SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, ao Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, a contar de 31 de julho de 2015, de acordo com o Processo Administrativo nº 2015/08/005087.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de agosto de 2015.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL

Secretário Municipal de Administração

ATA REGISTRO PREÇOS NºS 033/2015; 037/2015 E 048/2015

Ata de Registro de Preços nº 033/2015 – Concorrência nº 06-025/2014

Registro de Preços para serviços de roçada, com roçadeira costal ou manual, com raspagem de sarjetas e poda de árvores com transporte de resíduos para bota fora DTM = 10 km, pelo período de 01 ano - FMAS.

Empresa vencedora:

1º lugar: BETONSERV SERVIÇOS LTDA - ME. No valor de R\$1,35 (um real e trinta e cinco centavos) por metro quadrado totalizando um valor de R\$ 119.001,07 (cento e dezenove mil um real e sete centavos).

Base Legal: Concorrência – Art. 22, Inc. I da Lei 8.666/93.

Ata de Registro de Preços nº 037/2015 – Concorrência nº 06-014/2015

Registro de Preços para Agregado Artificial (Rocha Britada), com frete e pelo sistema de venda a peso, pelo período de 01 (um) ano - SESUR.

Empresa vencedora:

1º lugar: PEDREIRA VALE DO SELKE LTDA. com valor unitário de R\$ 30,88 (trinta reais e oitenta e oito centavos) e valor total de R\$ 308.800,00 (trezentos e oito mil e oitocentos reais).

Base Legal: Concorrência – Art. 22, Inc. I da Lei 8.666/93.

Ata de Registro de Preços nº 048/2015 – Concorrência nº 06-047/2014

Registro de Preços para serviços de manutenção (marcenaria, pintura, elétrica, hidráulica entre outras) com fornecimento de materiais, para Sede Administrativa e unidades desta Secretaria pelo período de 01 (um) ano - SEMUDES/FMAS.

Empresa vencedora:

1º lugar: BETONSERV SERVIÇOS LTDA. No valor global de R\$ 346.750,41 (trezentos e quarenta e seis mil setecentos e cinquenta reais e quarenta e um centavos).

Base Legal: Concorrência – Art. 22, Inc. I da Lei 8.666/93.

PORTARIAS NºS 306/15; 307/15; 308/15 E 309/15 - FUNDAÇÃO CULTURAL

PORTARIA Nº. 306/2015

RANQUEAR SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS FUNDACIONAIS OCUPANTES DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE ADMINISTRATIVO, DA CATEGORIA "04" PARA CATEGORIA "05", DO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL; ASSISTENTE TECNICO, DA CATEGORIA "04" PARA CATEGORIA "05", DO QUADRO SUPLEMENTAR DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU.

SYLVIO JOÃO ZIMMERMANN NETO, Presidente da Fundação Cultural de Blumenau, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 3º, inciso XIV, da LC nº. 400, de 06 de maio de 2003, alterada pela Lei nº. 513, de 17 de março de 2005, alterada pela LC nº. 704 de 2009 e acrescido pela LC nº. 710 de 2009 e, com base nos artigos 24, 25, e 26, da LC nº. 661, de 28 de novembro de 2007, Resolve:

RANQUEAR

De acordo com o inciso II, parágrafo único do artigo 1º, e inciso II do artigo 2º. da Lei Complementar Municipal nº. 960, de 15 de dezembro de 2014, concedida aos servidores municipais ocupantes dos cargos de provimento efetivo de Agente Administrativo e Assistente Técnico.

Acompanha a Portaria (em anexo), a listagem de Ranqueamento dos servidores da Fundação Cultural de Blumenau.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 01 de julho de 2015.

MATRICULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	PADRÃO	NOVA CATEGORIA	A PARTIR DE
19	CARIN CHRIST	AGENTE ADMINISTRATIVO	J	E4I	01/07/2015
78	ELOISA HELENA G. GOULART	AGENTE ADMINISTRATIVO	J	E4I	01/07/2015
60	FRANCISCO FILGUEIRAS FILHO	AGENTE ADMINISTRATIVO	M	E4I	01/07/2015
2062	IVAN DAY	AGENTE ADMINISTRATIVO	B	E4I	01/07/2015
86	JOSÉ LINO M. LIMA FILHO	AGENTE ADMINISTRATIVO	M	E4I	01/07/2015
108	KATIA CRISTINA B.R. GABRIEL	AGENTE ADMINISTRATIVO	M	E4I	01/07/2015
116	KATIA ELIZABETH CURTI	AGENTE ADMINISTRATIVO	M	E4I	01/07/2015
124	LILIAN ROSE KESKE	AGENTE ADMINISTRATIVO	J	E4I	01/07/2015
132	LUIZ ANTONIO FRONZA	ASSISTENTE TECNICO	M	E4I	01/07/2015
2054	MAIRA DENISE MORASTONI	AGENTE ADMINISTRATIVO	A	E4I	01/07/2015
159	MARLETE DE BORBA	AGENTE ADMINISTRATIVO	M	E4I	01/07/2015
167	MIRELA ADRIANA NOLASCO	AGENTE ADMINISTRATIVO	I	E4I	01/07/2015
183	REGINA BALLMANN	AGENTE ADMINISTRATIVO	M	E4I	01/07/2015
582	ROSANA GRUNER	AGENTE ADMINISTRATIVO	C	E4I	01/07/2015
191	SANDRA R. GABRIEL MUELLER	AGENTE ADMINISTRATIVO	J	E4I	01/07/2015
2305	TAIANA SCHAEFER	AGENTE ADMINISTRATIVO	A	E4I	01/07/2015
485	VERENA PELLIS KIRSTEN	AGENTE ADMINISTRATIVO	F	E4I	01/07/2015

Blumenau, 14 de julho de 2015
SYLVIO JOÃO ZIMMERMANN NETO
Presidente

PORTARIA Nº. 307/2015

RETIFICA ENQUADRAMENTO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS FUNDACIONAIS ESTÁVEIS INTEGRANTES DO GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL E ESPECIALISTA, PREVISTA NA LEI COMPLEMENTAR N. 33, DE 22 DE JUNHO DE 1992, REFERENTE AO PERÍODO ENTRE JUNHO DE 1998 A JUNHO DE 2001.

SYLVIO JOÃO ZIMMERMANN NETO, Presidente da Fundação Cultural de Blumenau, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 3º, inciso XIV, da LC nº. 400, de 06 de maio de 2003, alterada pela Lei nº. 513, de 17 de março de 2005, alterada pela LC nº. 704 de 2009 e acrescido pela LC nº. 710 de 2009 e, com base nos artigos 24, 25, e 26, da LC nº. 661, de 28 de novembro de 2007,

CONSIDERANDO a decisão proferida pelo Excelentíssimo Juiz da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Blumenau nos autos da Ação de Execução de Sentença n. 008.03.013464-9/003, bem como as decisões da mesma natureza contidas em diversas ações judiciais, resolve:

CONCEDER RETIFICAÇÃO DE ENQUADRAMENTO

de servidores públicos municipais estáveis desta Fundação Cultural de Blumenau, integrantes do Grupo Ocupacional Funcional e Especialista, dos Quadros Permanente e Suplementar de Pessoal, o valor de vencimento com base na tabela de referências na forma disciplinada na já revogada Lei Complementar nº. 33/1992, referente ao período compreendido entre junho de 1998 a junho de 2001, art. 22, parágrafos 1º. e 2º., revogada pela Lei Complementar nº. 661/2007, de 28 de novembro de 2007, Anexo III, referente aos anos de 1998 a 2001:

CAD.	NOME DO SERVIDOR	CARGO	PADRÃO DE VENCIMENTO	GOC	A PARTIR DE
19	CARIN CHRIST	AGENTE ADMINISTRATIVO	J	GF	01/06/2015
78	ELOISA HELENA G. GOULART	AGENTE ADMINISTRATIVO	J	GF	01/06/2015
108	KÁTIA CRISTINA B. RIBAS GABRIEL	AGENTE ADMINISTRATIVO	M	GF	01/06/2015
116	KÁTIA ELIZABETH CURTI	AGENTE ADMINISTRATIVO	M	GF	01/06/2015
124	LILIAN ROSE KESKE	AGENTE ADMINISTRATIVO	J	GF	01/06/2015

132	LUIZ ANTONIO FRONZA	ASSISTENTE TECNICO	M	GF	01/06/2015
183	REGINA BALLMANN	AGENTE ADMINISTRATIVO	M	GF	01/06/2015
191	SANDRA R. GABRIEL MUELLER	AGENTE ADMINISTRATIVO	J	GF	01/06/2015
558	SUELI M. VANZUITA PETRY	ARQUIVISTA	K	GE	01/06/2015
485	VERENA PELLIS KIRSTEN	AGENTE ADMINISTRATIVO	F	GF	01/06/2015

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos a partir do mês de junho de 2015.

Blumenau, 14 de julho de 2015
SYLVIO JOÃO ZIMMERMANN NETO
Presidente

PORTARIA Nº. 308/2015

Nomeia membros para comporem a Comissão de TOMADA DE CONTAS ESPECIAL relativo a projetos culturais apoiados pelo Fundo Municipal de Apoio à Cultura/FMAC, de acordo com a Recomendação (SIG n. 06.2015.00004815-3) da 6ª Promotoria de Justiça da Comarca de Blumenau (Promotor de Justiça Hélio José Fiamoncini).

SYLVIO JOÃO ZIMMERMANN NETO, Presidente da Fundação Cultural de Blumenau, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 3º, inciso XIV, da LC nº. 400, de 06 de maio de 2003, alterada pela Lei nº. 513, de 17 de março de 2005, alterada pela LC nº. 704 de 2009 e acrescido pela LC nº. 710 de 2009, Resolve:

NOMEAR

MARLETE DE BORBA, ROSANA GRUNER, LILIAN ROSE KESKE, TAIANA SCHAEFER e IZADORA RAZINI para comporem a Comissão de TOMADA DE CONTAS ESPECIAL com fins específicos de cumprir a RECOMENDAÇÃO (SIG n. 06.2015.00004815-3) da 6ª Promotoria de Justiça da Comarca de Blumenau (Promotor de Justiça Hélio José Fiamoncini), de acordo com a IN TC/SC n. 13/2012 e observada a IN TC/SC 14/2012, com relação aos seguintes proponentes e ano de aprovação do projeto cultural:

1. Alfredo Scottini (2006)
2. Everton Nunes (2006)
3. Jandir João do Nascimento (2008)
4. Alexandre Gonçalves dos Santos (2008)
5. Marcelo Labes (2008)
6. Sabrina de Moura (2008)
7. Philipe Ricardo Chiodini Muller (2009)
8. Rosane Magaly Martins (2011)
9. Márcio José Cubiak (2011)
10. Bruna Carolina de Souza (2011)
11. Leandro Beduschi (2011)
12. Romualdo Luciano Sedrez (2011)

Blumenau, 06 de agosto de 2015.
SYLVIO JOÃO ZIMMERMANN NETO
Presidente da FCB

PORTARIA Nº. 309/2015

Concede gratificação de condução a servidor municipal fundacional.

SYLVIO JOÃO ZIMMERMANN NETO, Presidente da Fundação Cultural de Blumenau, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 3º, inciso XIV, da LC nº. 400, de 06 de maio de 2003, alterada pela Lei nº. 513, de 17 de março de 2005, alterada pela LC nº. 704 de 2009 e acrescido pela LC nº. 710 de 2009 e, com base nos artigos 24, 25, e 26, da LC nº. 661, de 28 de novembro de 2007, Resolve:

CONCEDER

A GERVESON PIERRE RONCALIO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, da Fundação Cultural de Blumenau - FCB, com base no Art. 102, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007 e o Decreto nº 8616, de 01 de fevereiro de 2008, gratificação de condução, equivalente a 10% (dez por cento), calculada sobre o padrão de vencimento "A", da faixa I, da categoria 7, do Quadro Permanente de Pessoal, que dispõe sobre o Plano de Carreira do Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações, a partir de 03 de agosto de 2015.

Blumenau, 06 de agosto de 2015
SYLVIO JOÃO ZIMMERMANN NETO
Presidente da FCB

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 26/2015**RESOLUÇÃO CMDCA Nº 26/2015**

Regulamenta o Procedimento para o recebimento e Processamento das Denúncias em relação as condutas vedadas ou proibidas dos candidatos a conselheiros tutelares no processo de escolha para a gestão 2016/2020, conforme edital nº. 002, de 21 de maio de 2015.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar 411 e alterações, de 1º de agosto de 2003, considerando a reunião do dia 07 de agosto de 2015, regulamenta o Procedimento para o Recebimento e Processamento das Denúncias em relação as condutas vedadas ou proibidas aos candidatos a Conselheiros Tutelares no processo de escolha para a gestão 2016/2020, conforme edital nº. 002, de 21 de maio de 2015.

Art. 1º. As condutas vedadas aos candidatos a conselheiros tutelares durante a campanha, votação e apuração dos votos serão analisadas pela Comissão Organizadora Eleitoral – COPE.

Art. 2º. A denúncia, de cunho personalíssimo, deverá ser formulada por qualquer pessoa, por escrito e com a assinatura do denunciante e acompanhada de prova pré-constituída.

Art. 3º. A denúncia deverá conter:

- I – nome completo do denunciante;
- II – nome completo do candidato denunciado;
- III – a descrição dos fatos que ensejaram a denúncia;
- IV – a conduta vedada ou proibida, constante do Edital nº 02/2015;
- V – prova pré-constituída.

§ 1º. A prova pré-constituída é aquela tendente a demonstrar, com certeza, sem sombra de dúvida, os fatos denunciados.

§ 2º. Não serão aceitas denúncias que vierem sem assinatura e por e-mail.

§ 3º. As denúncias deverão ser protocoladas:

I – até o dia anterior ao pleito na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, na Rua Luiz Sachtleben nº. 115, bairro Itoupava Seca, nesta cidade, das 09:00 as 16:00 horas;

II – no dia do pleito na Pró-Família, na Rua Itapiranga, Nº 368, Bairro Velha, nesta cidade, a partir das 08:00 horas até o final da apuração.

Art. 4º. De posse da denúncia a COPE deverá, no prazo de até 24 vinte e quatro horas) notificar o denunciado, por correio eletrônico, para que

este, no mesmo prazo, apresente sua defesa no local especificado no e-mail.

Art. 5º. Apresentada a defesa, a COPE, em prazo nunca superior a 48 quarenta e oito) horas deverá emitir sua decisão.

Art. 6º. Da decisão da COPE caberá recurso ao Conselho de Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da publicação da decisão, cabendo, no mesmo prazo, a apresentação de contra-razões de recurso.

Art. 7º. O CMDCA analisará o recurso e, em 48 (quarenta e oito) horas emitirá decisão.

Art. 8º. Considerado culpado o candidato poderá receber a seguinte punição:

I – retirada ou suspensão da propaganda e/ou recolhimento do material quando o candidato infringir os incisos de I, II e IV, do item 3.2, do Edital 02/2015;

II – cassação da candidatura quando se verifique infringência aos incisos III e V do item 3.2 do Edital nº. 02/2015.

§ 1º. Poderá ser cassada a candidatura do Candidato quando este for reincidente.

§ 2º. Considera-se reincidente o candidato que punido por qualquer infração do inciso I, do art. 8º, cometa nova infração e seja considerado culpado.

§ 3º. Enquanto não for emitida decisão definitiva o candidato denunciado não será retirado do pleito e, caso eleito, se considerado culpado, deverá ser cassada sua candidatura e os votos por ele recebidos serão nulos.

Art. 9º. Todas as decisões e comunicações relativas a denúncia formulada serão disponibilizadas na página eletrônica www.furb.br/cmdcabnu e os prazos serão contados a partir da publicação na página indicada.

Art. 10. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 06 de agosto de 2015.

IVONE SERPA

Coordenadora Geral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 27/2015**RESOLUÇÃO CMDCA Nº 27/2015**

APROVA DESPESA ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FIA, PARA PARTICIPAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O TEMA “ SITUAÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL EM SANTA CATARINA”.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em cumprimento as suas atribuições legais, como órgão deliberativo, normativo e controlador da Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, com base no seu Regimento Interno, aprovado pelo Decreto Municipal nº 7.556, de 24 de novembro de 2003, e conforme o art. 7º da Lei Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003, e suas alterações.

CONSIDERANDO:

- que compete ao CMDCA promover e apoiar o aperfeiçoamento e a atualização permanente dos representantes das organizações governamentais e não governamentais envolvidas no atendimento à família, à criança e ao adolescente, respeitando a descentralização político-administrativa contemplada na Constituição Federal;

- que compete ao CMDCA deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA;

- a necessidade de transparência do processo de transferência de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA;

- a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, em Plenária Ordinária, realizada em 06/08/2015, conforme consta na Ata Nº. 12/2015, que aprovou a referida despesa,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o custeio de diárias, para o evento acima citado com recursos do FIA para quatro (04) participantes sendo: 03 (três) Conselheiros do CMDCA e 01 (um) motorista a realizar-se em Florianópolis/SC dia 13 de agosto de 2015 às 13h.30min no Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright na Sede da Assembléia Legislativa sita à Rua Dr. Jorge Luz Fontes, 310, Centro.

Parágrafo Único: A referida despesa consta no Plano de Aplicação do Ano 2015 do Fundo Municipal dos Direitos da Criança E do Adolescente – FIA do Município de Blumenau, no Eixo II – Ações de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Meta 2.6 – Efetivação dos Direitos da Criança e ao Adolescente. Ação: Promover e apoiar a realização de capacitações abordando o tema.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 07 de agosto de 2015.

IVONE SERPA

Coordenadora do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 28/2015

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 28/2015

INDICA OS NOMES DOS MEMBROS DA MESA ESCRUTINADORA PARA O Processo UNIFICADO de Escolha dos Conselheiros Tutelares do ano de 2015.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar n. 411 e alterações, de 1.º de agosto de 2003, o Edital 002 de 21 de maio de 2015 e a deliberação em Plenária Ordinária, realizada no dia 06 de agosto de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º. Indicar os nomes dos membros que farão parte da mesa escrutinadora para o Processo de Escolha Unificado dos Conselheiros Tutelares do ano de 2015, no Município de Blumenau, para Gestão 2016/2020, conforme segue:

- I – Denízia Régis;
- II - Maria Clarice de Souza;
- III - Rosangela Farias Jozwiack;
- IV - Jesebel Iara Avancini;
- V - Cesar Augusto Augustin;
- VI - Rosana Clarice Coelho Wenderlich;
- VII - Jaéte Catarina Eismann Panoch;
- VIII - Daiany Wiese;
- IX - Ivo Schreiber;
- X - Givanildo Trindade;
- XI - Maria de Lourdes Sabel;
- XII - Simone Krambeck;
- XIII - Leila Patrícia Vieira Nagel;
- XIV - Nadir da Silva Ferreira;
- XV - Dora Neves Moritz.

§ 1º. A escrutinação será feita em duplas e estas serão sorteadas no dia do escrutínio pela COPE.

§ 2º. Os escrutinadores deverão obedecer as disposições do Edital 02/2015, especialmente, em relação ao item "8".

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 06 agosto de 2015.

Ivone Serpa

Coordenadora Geral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

EXTRATO 4º TA CONVENIO Nº 37.08.001/2013

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DO CONVENIO Nº 37.08.001.2013

PAR- TES	MUNICIPIO DE BLUMENAU/ATRAVÉS DA SEMUDE/FUNDO DE RECURSO MUNICIPAL PARA AÇÕES SOBRE DROGAS E A ENTIDADE CENTRO DE RECUPERAÇÃO NOVA ESPERANÇA - CERENE
-------------	---

OBJETO: Constitui objeto deste convênio, a cooperação técnico-financeira para o desenvolvimento de Programa de Atendimento Psicossocial em Comunidade Terapêutica.

FUNDAMENTO LEGAL: Tem fundamento legal nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e alterações, 4.320, de 17 de março de 1964, na Resolução 16, de 21 de dezembro de 1994, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, na Lei Municipal Complementar nº 856, de 26 de abril de 2012 e alterações, na Resolução do FREMAD nº 001/2012, Resolução do COMEN nº 002/2014, Lei nº 8.012 de 27 de agosto de 2014 e suas alterações.

VALOR: R\$ 487.200,00 (quatrocentos e oitenta e sete mil e duzentos reais)

VIGÊNCIA: Fica prorrogado o prazo estabelecido na Cláusula Décima Segunda do Termo de Convênio primitivo pelo prazo de 29 (vinte e nove) meses com início em 1º de agosto de 2015 e término em 18 de dezembro de 2017, admitida a prestação de contas final do Convênio, até o dia 28 de fevereiro de 2018.

DATA: 17 de julho de 2015

EXTRATO 4º TA CONVENIO Nº 37.08.002/2013

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DO CONVENIO Nº 37.08.002.2013

PAR- TES	MUNICIPIO DE BLUMENAU/ATRAVÉS DA SEMUDE/FUNDO DE RECURSO MUNICIPAL PARA AÇÕES SOBRE DROGAS E A ENTIDADE CENTRO TERAPEUTICO VIDA
-------------	---

OBJETO: Constitui objeto deste convênio, a cooperação técnico-financeira para o desenvolvimento de Programa de Atendimento Psicossocial em Comunidade Terapêutica.

FUNDAMENTO LEGAL: Tem fundamento legal nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e alterações, 4.320, de 17 de março de 1964, na Resolução 16, de 21 de dezembro de 1994, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, na Lei Municipal Complementar nº 856, de 26 de abril de 2012 e alterações, na Resolução do FREMAD nº 001/2012, Resolução 02/2014, Lei nº 8.012 de 27 de agosto de 2014 e suas alterações.

VALOR: R\$ 243.600,00 (duzentos e quarenta e três mil e seiscientos reais)

VIGÊNCIA: Fica prorrogado o prazo estabelecido na Cláusula Décima Segunda do Termo de Convênio primitivo pelo prazo de 29 (vinte e nove) meses com início em 1º de agosto de 2015 e término em 18 de dezembro de 2017, admitida a prestação de contas final do Convênio, até o dia 28 de fevereiro de 2018.

DATA: 17 de julho de 2015

EXTRATO 4º TA CONVENIO Nº 37.08.003/2013

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DO CONVENIO Nº 37.08.003.2013

PAR- TES	MUNICIPIO DE BLUMENAU/ATRAVÉS DA SEMUDES/FUNDO DE RECURSO MUNICIPAL PARA AÇÕES SOBRE DROGAS E A ENTIDADE CRUZ AZUL DO BRASIL
-------------	--

OBJETO: Constitui objeto deste convênio, a cooperação técnico-financeira para o desenvolvimento do Programa de Capacitação/Intervenção ao Uso e Abuso de Substância Psicoativa.

FUNDAMENTO LEGAL: Tem fundamento legal nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e alterações, 4.320, de 17 de março de 1964, na Resolução 16, de 21 de dezembro de 1994, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, na Lei Municipal Complementar nº 856, de 26 de abril de 2012 e alterações, na Resolução do FREMAD nº 001/2012, Resolução do COMEN nº 002/2014, Lei nº 8.012 de 27 de agosto de 2014 e suas alterações.

VALOR: R\$ 330.186,75 (trezentos e trinta mil e cento e oitenta e seis reais e setenta e cinco centavos)

VIGÊNCIA: Fica prorrogado o prazo estabelecido na Cláusula Décima Segunda do Termo de Convênio primitivo pelo prazo de 29 (vinte e nove) meses com início em 1º de agosto de 2015 e término em 18 de dezembro de 2017, admitida a prestação de contas final do Convênio, até o dia 28 de fevereiro de 2018.

DATA: 17 de julho de 2015

CONTRATO Nº 2216/15; 2217/15; 2218/15; 2219/15; 2220/15; 2221/15; 2222/15; 2223/15; 2224/15; 2225/15; 2226/15; 2227/15; 2228/15; 1º ADITIVO CONTRATO 2202/14 E 4º ADITIVO CONTRATO Nº 245/12 - SAMAE

1) CONTRATO Nº 2216 de 2015

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU E A EMPRESA SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA.

OBJETO: Fornecimento de Válvulas e Ventosas para a substituição das adutoras RA1 e RA4 – PAC II.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 06-2225/15 e de acordo com as disposições previstas Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal 7.732/04 e subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações.

PREÇO: R\$ 45.700,00 (quarenta e cinco mil e setecentos reais).

PRAZO: 04 (quatro) meses a partir do 5º (quinto) dia útil após a assinatura do instrumento contratual.

DATA DA ASSINATURA: 14 de Julho de 2015.

2) CONTRATO Nº 2217 de 2015

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU E A EMPRESA SAINT-GOBAIN CANALIZAÇÕES LTDA

OBJETO: Fornecimento de Válvulas, Luvas, Juntas, TEs, Extremidades, Flanges, Curvas, Tubos, Ventosas para a substituição das adutoras RA1 e RA4 – PAC II.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 06-2225/15 e de acordo com as disposições previstas Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal 7.732/04 e subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações.

PREÇO: R\$ 722.929,98 (setecentos e vinte e dois mil novecentos e vinte e nove reais e noventa e oito centavos).

PRAZO: 04 (quatro) meses a partir do 5º (quinto) dia útil após a assinatura do instrumento contratual.

DATA DA ASSINATURA: 14 de Julho de 2015.

3) CONTRATO Nº 2218 de 2015

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU E A EMPRESA BUGATTI BRASIL

VALVULAS LTDA

OBJETO: Fornecimento de Válvulas para a substituição das adutoras RA1 e RA4 – PAC II.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 06-2225/15 e de acordo com as disposições previstas Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal 7.732/04 e subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações.

PREÇO: R\$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais).

PRAZO: 04 (quatro) meses a partir do 5º (quinto) dia útil após a assinatura do instrumento contratual.

DATA DA ASSINATURA: 14 de Julho de 2015.

4) CONTRATO Nº 2219 de 2015

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU E A EMPRESA INASA INDÚSTRIA NACIONAL DE SANEAMENTO LTDA-ME

OBJETO: Fornecimento de Luvas, Juntas, Redução Concêntrica, TEs e Extremidades para a substituição das adutoras RA1 e RA4 – PAC II.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 06-2225/15 e de acordo com as disposições previstas Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal 7.732/04 e subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações.

PREÇO: R\$ 31.598,96 (trinta e um mil quinhentos e noventa e oito reais e noventa e seis centavos).

PRAZO: 04 (quatro) meses a partir do 5º (quinto) dia útil após a assinatura do instrumento contratual.

DATA DA ASSINATURA: 14 de Julho de 2015.

5) CONTRATO Nº 2220 de 2015

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU E A EMPRESA ALPAX COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIO LTDA.

OBJETO: prestação dos serviços de manutenção preventiva, corretiva, ajustes e calibração de equipamentos de laboratório, com reposição de peças.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº. 08-2207/15 e de acordo com as disposições do artigo 24, inciso V da Lei nº 8.666/93 e alterações.

PREÇO: R\$ 13.850,00 (treze mil oitocentos e cinquenta reais).

PRAZO: 12 (doze) meses a contar do 5º (quinto) dia útil após assinatura do contrato.

DATA DA ASSINATURA: 21 de Julho de 2015.

6) CONTRATO Nº 2221 de 2015

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

OBJETO: Arrecadação de faturas de serviços emitidas pelo SAMAE, inclusive dívida ativa, na modalidade de débito automático em conta corrente, home/office banking internet, autoatendimento, recebimento no caixa, lotéricas e correspondentes bancários.

FUNDAMENTO LEGAL: Credenciamento nº 2202/2015 e Inexigibilidade nº 2225/2015.

PREÇO: R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais).

PRAZO: 12 (doze) meses, de 27/07/2015 a 26/07/2016.

DATA DA ASSINATURA: 27 de julho de 2015

7) CONTRATO Nº 2222 de 2015

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU E A EMPRESA MTG HIDRO E ELÉTRICA LTDA – ME

OBJETO: Contratação de serviços para lavagem de contêineres.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 06-2236/15 e de acordo com as disposições previstas Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal 7.732/04, e LC 123/2006, LC 147/2014 e subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações.

PREÇO: R\$ 1.625.892,00 (um milhão seiscentos e vinte e cinco mil oitocentos e noventa e dois reais).

PRAZO: 12 (doze) meses, a contar do quinto dia útil de sua assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 29 de Julho de 2015.

8) CONTRATO Nº 2223 de 2015

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU E A EMPRESA MULTIÁGUA ENG.

AMBIENTAL LTDA

OBJETO: Aquisição de uma ETA – Estação de Tratamento de Água, aberta, pré-fabricada e automática para tratamento de água potável destinada ao consumo humano.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 03-2202/15 e de acordo com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

PREÇO: R\$ 2.145.000,00 (dois milhões cento e quarenta e cinco mil reais).

PRAZO: 12 (doze) meses a contar do 5º (quinto) dia útil após a assinatura do instrumento contratual.

DATA DA ASSINATURA: 30 de Julho de 2015.

9) CONTRATO Nº 2224 de 2015

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU E A EMPRESA SUL AR E AGUA EQUIPAMENTOS LTDA

OBJETO: Fornecimento de Reservatórios de Água (Caixas D'água), com tampa, de Polietileno, com capacidade de 500 litros, para atendimento do Programa de Água Potável nas Residências localizadas no Município de Blumenau.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal N.º 8.074 de 24 de fevereiro de 2015, Inexigibilidade nº 09-2222/15 e de acordo com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

PREÇO: R\$ 20.040,00 (vinte mil e quarenta reais).

PRAZO: 03 (três) meses a partir do 5º (quinto) dia útil após a assinatura do instrumento contratual.

DATA DA ASSINATURA: 31 de Julho de 2015.

10) CONTRATO Nº 2225 de 2015

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU E A EMPRESA KRAUS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA-ME

OBJETO: Fornecimento de Reservatórios de Água (Caixas D'água), com tampa, de Polietileno, com capacidade de 500 litros, para atendimento do Programa de Água Potável nas Residências localizadas no Município De Blumenau.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal N.º 8.074 de 24 de fevereiro de 2015, Inexigibilidade nº 09-2222/15 e de acordo com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

PREÇO: R\$ 18.960,00 (dezoito mil e novecentos e sessenta reais).

PRAZO: 03 (três) meses a partir do 5º (quinto) dia útil após a assinatura do instrumento contratual.

DATA DA ASSINATURA: 31 de Julho de 2015.

11) CONTRATO Nº 2226 de 2015

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU E A EMPRESA BRICK MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-ME

OBJETO: Fornecimento de Reservatórios de Água (Caixas D'água), com tampa, de Polietileno, com capacidade de 500 litros, para atendimento do Programa de Água Potável nas Residências localizadas no Município de Blumenau

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal N.º 8.074 de 24 de fevereiro de 2015, Inexigibilidade nº 09-2222/15 e de acordo com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

PREÇO: R\$ 20.154,00 (vinte mil e cento e cinquenta e quatro reais)

PRAZO: 03 (três) meses a partir do 5º (quinto) dia útil após a assinatura do instrumento contratual.

DATA DA ASSINATURA: 31 de Julho de 2015.

12) CONTRATO Nº. 2227 de 2015

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU E A EMPRESA HM DALLA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-ME

OBJETO: Fornecimento de Reservatórios de Água (Caixas D'água), com tampa, de Polietileno, com capacidade de 500 litros, para atendimento do Programa de Água Potável nas Residências localizadas no Município de Blumenau.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal N.º 8.074 de 24 de fevereiro de 2015, Inexigibilidade nº 09-2222/15 e de acordo com as disposições previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

PREÇO: R\$ 20.880,00 (vinte mil oitocentos e oitenta e oito reais).

PRAZO: 03 (três) meses a partir do 5º (quinto) dia útil após a

assinatura do instrumento contratual.

DATA DA ASSINATURA: 31 de Julho de 2015.

13) CONTRATO Nº. 2228 de 2015

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU E A EMPRESA BARNI ACABAMENTO E MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA

OBJETO: Fornecimento de Reservatórios de Água (Caixas D'água), com tampa, de Polietileno, com capacidade de 500 litros para atendimento do Programa de Água Potável nas Residências localizadas no Município de Blumenau.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal N.º 8.074 de 24 de fevereiro de 2015, Inexigibilidade nº 09-2222/15 e de acordo com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

PREÇO: R\$ 19.939,20 (dezenove mil e novecentos e trinta e nove reais e vinte centavos).

PRAZO: 03 (três) meses a partir do 5º (quinto) dia útil após a assinatura do instrumento contratual

DATA DA ASSINATURA: 31 de Julho de 2015.

14) 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 2202/2014

PARTES: SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE E A SRA. GERTRUDES HAAG

OBJETO: Locação de terreno com 9,00m², situado na Rua Professor Hermann Lange, para implantação de um reservatório de água com capacidade de 20m³..

VALOR DO ADITIVO: R\$ 2.926,20 (dois mil novecentos e vinte e seis reais e vinte centavos).

PRAZO: 12 (doze) meses, ou seja, de 06 de Agosto de 2015 a 05 de Agosto de 2016.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-2203/2014, de 06 de agosto de 2014, e de acordo com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 31 de Julho de 2015.

15) 4º ADITIVO AO CONTRATO Nº. 245/12

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU e ELETRO MECÂNICA IDEAL LTDA.

OBJETO: Prestação de serviços de manutenção e conserto, com fornecimento de peças e acessórios, em motores elétricos, bombas centrífugas e do tipo submersíveis utilizados no sistema de abastecimento de água do Município.

VALOR DO ADITIVO: R\$ 40.927,50 (quarenta mil novecentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos).

PRAZO: não se aplica.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 081 de 2012, e de acordo com as disposições previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 03 de agosto de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO MD Nº 2371**

RESOLUÇÃO MD Nº 2371

RATIFICA CESSÃO DE SERVIDORA PÚBLICA DO PODER EXECUTIVO E CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA LUCIANA DE FÁTIMA DALPASQUALI.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É ratificada a cessão da servidora pública efetiva Luciana de Fátima Dalpasquali, do Poder Executivo, para desempenhar funções na Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É concedida, a partir de 27 de julho de 2015, Gratificação de Função de Coordenador da Escola do Legislativo à servidora pública efetiva Luciana de Fátima Dalpasquali, de 50% (cinquenta por cento) do valor do vencimento da referência 60 (sessenta) do quadro de Referências de Vencimento da Câmara Municipal de Blumenau, lotada na Diretoria Geral, para exercer as funções previstas no art. 3º, da Resolução nº 431, de 27 de março de 2014 e nos termos da Lei Complementar nº 393, de 25 de março de 2003 e da Lei Complementar nº 889, de 21 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 3º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas da Câmara Municipal que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 4º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 27 DE JULHO DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS MARCO

1º Secretário

ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.372

RESOLUÇÃO MD Nº 2.372

AUTORIZA PARTICIPAÇÃO DE VEREADOR EM REUNIÃO TÉCNICA E VISITAS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a participação do Vereador Fábio Allan Fiedler, em reunião técnica com o Secretário de Estado da Saúde de Santa Catarina e em visita à Assembleia Legislativa, em Florianópolis (SC), nos dias 30 e 31 de julho de 2015.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento das despesas de uma diária "A", conforme tabela própria, ao Vereador participante.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento vigente da Câmara Municipal.

Art. 4º Após o retorno, o Vereador deverá apresentar ao Plenário, um relatório sobre a sua participação na visita e na reunião técnica.

Art. 5º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 30 DE JULHO DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS MARCO

1º Secretário

ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.373

RESOLUÇÃO MD Nº 2.373

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerada, em 30 de julho de 2015, a servidora pública Liliane Schmitt, ocupante do cargo de Coordenador Político, de provimento em comissão, lotado no gabinete do Vereador Robinsom Fernando Soares – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 30 DE JULHO DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS MARCO

1º Secretário

ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.374

RESOLUÇÃO MD Nº 2.374

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerado, em 31 de julho de 2015, o servidor público Gabriel Fernando Curi Piva, ocupante do cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no gabinete do Vereador César João Cim – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 31 DE JULHO DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS MARCO

1º Secretário

ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

RESOLUÇÃO MD Nº 2.375

RESOLUÇÃO MD Nº 2.375

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 1º, DA RESOLUÇÃO MD Nº 2.234, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º O artigo 1º, da Resolução MD nº 2.234, de 3 de fevereiro de 2015, que "Autoriza a abertura de conta bancária vinculada – adiantamento para materiais e serviços", passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica autorizada a abertura de conta bancária vinculada em nome de CÂMARA MUNICIPAL/MELISSA NASCIMENTO BORON – ADIANTAMENTO PARA MATERIAIS E SERVIÇOS, em uma agência da Caixa Econômica Federal, na cidade de Blumenau – SC, a ser movimentada por cartão eletrônico – vedado o uso de dinheiro - com uma única assinatura da referida servidora pública, nos termos da Lei Municipal nº 4.313, de 17 de dezembro de 1993 e do artigo 10, da Resolução do Tribunal de Contas nº 14/2012." (NR)

Art. 2º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 1º de setembro de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 31 DE JULHO DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS MARCO

1º Secretário

ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 128/2015 DE 10 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº 128/2015, DE 10 DE AGOSTO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DA AVALIAÇÃO DE ESTAGIO PROBATÓRIO DE SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

Resolve:

Art. 1º. HOMOLOGAR a Avaliação de Estagio Probatório de Servidores Públicos Municipais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, confirmando a permanência no serviço observada os requisitos de assiduidade e pontualidade, disciplina e zelo, produtividade, criatividade e atualização, responsabilidade, dedicação ao serviço público e idoneidade moral conforme segue:

Nome do Servidor Avaliado	Data Admissão	Nota média da Comissão
Amauri Walker	13/02/2013	8,06
Paulo Picolli	12/03/2013	8,37
Jucelani Poleti	17/12/2012	8,18
Daniely Lunardi	02/06/2014	6,43
Angelita Schmitt	18/06/2014	8,62
Sonia Souza Gonçalves	01/07/2014	7,87
Tatiane Ribeiro Lopes	01/07/2014	8,50
Fernando Melchior	01/07/2014	8,50
Fabricao Scapin	01/07/2014	8,43

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 10 de agosto 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

698.08.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARIA N. B. SCHLEMPER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 698/15 de 10.08.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 05 de agosto de 2015, a funcionária Maria Neusa Branco Schlemper, Ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
10 de agosto de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

EXTRATO CONTRATOS 122, 123 E 124/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato 122/2015 Pregão Presencial 13/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Sandro Vilmar Pires ME

Objeto: Aquisição de Aparelhos de Ar Condicionado para Estruturação da Creche Tipo B - Pró Infância, com Recursos do FNDE, Plano de Ações Articuladas – PAR.

Valor Total: R\$ 1.150,00 (hum mil cento e cinquenta reais).

Extrato Contrato 123/2015 Pregão Presencial 13/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Tecnoforte Sistemas de Refrigeração – Eireli - EPP

Objeto: Aquisição de Aparelhos de Ar Condicionado para Estruturação da Creche Tipo B - Pró Infância, com Recursos do FNDE, Plano de Ações Articuladas – PAR.

Valor Total: R\$ 2.970,00 (dois mil novecentos e setenta reais).

Extrato Contrato 124/2015 Pregão Presencial 13/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Célia Regina Wambommel ME

Objeto: Aquisição de Aparelhos de Ar Condicionado para Estruturação da Creche Tipo B - Pró Infância, com Recursos do FNDE, Plano de Ações Articuladas – PAR.

Valor Total: R\$ 4.650,00 (quatro mil seiscentos e cinquenta reais).

Bom Retiro, 11 de agosto de 2015.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 11/2015 – SRP FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 16/2015

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 11/2015 – SRP FMS

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 13h30min do dia 21.08.2015, estará selecionando a melhor proposta para Registro de Preços para a aquisição de filtros de combustível, de ar e óleo lubrificante para os veículos da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Braço do Trombudo, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 11 agosto de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 33/2015 - SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO 42/2015

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 33/2015 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 13h30min do dia 24.08.2015, estará selecionando a melhor proposta para Aquisição de peças e contratação de serviço de mão de obra para conserto e manutenção do caminhão tanque MBB 5439 Ford do Setor de Agricultura do Município de Braço do Trombudo, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 11 de agosto de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO 51/2015

EXTRATO DE CONTRATO 51/2015

Contratante: Prefeitura municipal de Braço do Trombudo CNPJ 95.952.230/0001-67

Sito a Praça da Independência, 25 , município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: COOPERAÇÃO COOPERATIVA AGRICOLA FAMILIAR SERRA TABOÃO

CNPJ 20.432.884/0001-60

Sito A Rua Evaldo Wolkmann, 2846

Bairro Taboão

Rio do Sul - Santa Catarina

Objeto: aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE.

Valor: R\$ 38.297,80 (trinta e oito mil, duzentos e noventa e sete reais e oitenta centavos). Vigência até 31.12.2015

Data da assinatura: 10.08.2015

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO 32 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO Nº 32/2015

A pregoeira oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Presencial nº 32/2015. Processo licitatório 41/2015. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DA 3ª FESTA DA INTEGRAÇÃO, A SER REALIZADA NOS DIAS 25 , 26 E 27 DE SETEMBRO DE 2015, COM ESTRUTURAS E SHOWS ARTÍSTICOS. Após análise e julgamento das propostas, foi declarada vencedora do certame a empresa a seguir: PAULO CESAR MARTINS ME CNPJ: 19.690.706/0001-50, no valor total de R\$ 34.500,00 tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Alair Franz Hein - Pregoeira Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 11/08/2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18 2014PMBT

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2014

Número do Registro de Preços: 18/2014			Data do Registro: 11/08/2014			Válido até: 11/08/2015		
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Gêneros Alimentícios de panificação destinados ao Ensino Fundamental, Educação Infantil e Reuniões pedagógicas da rede de ensino municipal de Braço do Trombudo								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
1	Pão caseiro fatiado, unidade com peso aproximado 500gr. Fresco, macio, sem sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado a quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (10290)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki Sabor	0	4,0000	1	
2	Pão de forma tipo pullmann (fatiado), fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (14420)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki Sabor	0	4,0000	1	
3	Cuca caseira sabores variados 1/2 cuca de uma inteira. Fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (13475)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki Sabor	0	8,3300	1	
4	Orelha de Gato, doce polvilhado no açúcar e canela, macio, fresco, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (13476)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki Sabor	0	14,1700	1	
5	Bolacha tipo caseira, nos sabores de polvilho e coco. Sendo fresco e feito de forma artesanal utilizar produtos naturais, sem conservantes e outros aditivos utilizados nos biscoitos industrializados, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (13477)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki Sabor	0	15,6700	1	
6	Rosca de polvilho redonda, peso aproximado de 400gr a 500gr. Fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (13478)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki Sabor	0	4,7500	1	
7	Bolo de boleira tipo waffer, polvilhado no açúcar e canela. Fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. (13479)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki Sabor	0	1,7700	1	
8	Bolo seco tipo inglês, tamanho grande no sabor de chocolate ou laranja. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (13480)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki Sabor	0	13,5000	1	

Página: 2/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2014

Número do Registro de Preços: 18/2014		Data do Registro: 11/08/2014		Válido até: 11/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Gêneros Alimentícios de panificação destinados ao Ensino Fundamental, Educação Infantil e Reuniões pedagógicas da rede de ensino municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	Pão francês, unidade de 50gr. Sendo fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (13481)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki Sabor	0	7,4200	1
10	Pão de queijo, tamanho médio. Sendo fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (13482)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki Sabor	0	17,3300	1
11	Sanduíche com pão francês (50gr), queijo e presunto. Feitos no dia da entrega, sem presença de sujidades. (13484)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki Sabor	0	2,4200	1
12	Sanduíche com 2 (duas) fatias de pão pullmann, alface, frango desfiado e tomate. Feitos no dia da entrega, sem presença de sujidades. (13485)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki Sabor	0	3,2500	1
13	Sonho com recheio de brigadeiro, com peso aproximado de 100gr a 120gr, frito no dia da entrega, macio, polvilhado no açúcar e canela e sem presença de sujidade. (13486)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki Sabor	0	2,3300	1
14	Massinha com recheio peso aproximado de 100gr, sendo fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve se embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (13489)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki Sabor	0	1,1700	1
15	Bisnaga ou pão de cachorro quente pequeno, sendo fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (13491)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki Sabor	0	0,3600	1

Página: 3/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2014

Número do Registro de Preços: 18/2014		Data do Registro: 11/08/2014		Válido até: 11/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Gêneros Alimentícios de panificação destinados ao Ensino Fundamental, Educação Infantil e Reuniões pedagógicas da rede de ensino municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	Pão integral fatiado, sendo fresco, mácio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (13571)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	Ki Sabor	0	4,4700	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 18/2014

Número do Registro de Preços: 18/2014		Data do Registro: 11/08/2014		Válido até: 11/08/2015				
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Gêneros Alimentícios de panificação destinados ao Ensino Fundamental, Educação Infantil e Reuniões pedagógicas da rede de ensino municipal de Braço do Trombudo								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)


REGISTRO DE PREÇOS N° 18/2014
PROCESSO N° 35/2014
(6669) - PANIFICADORA KI SABOR

Braço do Trombudo, 11 de Agosto de 2014.

Brunópolis

PREFEITURA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF) 1º SEMESTRE

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
	Prefeitura Municipal de Brunópolis - SC (Poder Executivo)
	CNPJ: 01613853000161
	Exercício: 2015
Período de referência: 1º semestre	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal | Padrao

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal	
	Despesas Executadas - Últimos 12 Meses	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.740.879,30	0,00
Pessoal Ativo	5.739.667,70	
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.211,60	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	22.859,56	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração		
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	22.859,56	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	5.718.019,74	0,00

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal | Padrao

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL
	-	-
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	11.506.119,78	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	5.718.019,74	49,70
LÍMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	6.903.671,87	60,00
LÍMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	6.558.488,28	57,00
LÍMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	6.213.304,68	54,00

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2015
	-
Notas Explicativas	
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

Tesouro Nacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado

Prefeitura Municipal de Brunópolis - SC (Poder Executivo)


CNPJ: 01613853000161

Exercício: 2015

Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal | Padrão

Trabalhistas de Retorno ao Limite de Despesa Total com Pessoal	Exercício em que Se Encerra o Limite			Apuração de Trabalhistas de Retorno ao Limite da DTPP			
	Limite Máximo (a)	% DTPP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Exercício do Primeiro Período Seguinte	Exercício do Segundo Período Seguinte	% DTPP (c)	% DTPP (d)
	-	-	-	Resto Residual Máximo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 x c)	Resto Residual (e) = (a - c)	Limite (d) = (b x c)	Limite (d) = (a)
Trabalhistas de Retorno ao Limite de Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-
Trabalhistas de Retorno ao Limite de Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
	Prefeitura Municipal de Brunópolis - SC (Poder Executivo)
	CNPJ: 01613853000161
	Exercício: 2015
	Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2015
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2015
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Municípios | Padrao

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida		
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
Dívida Consolidada	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	11.457,99	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	11.457,99	0,00
Interna	0,00	11.457,99	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 Vencidos e Não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.319.929,62	4.167.793,36	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.333.771,13	4.175.864,95	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	13.841,51	8.071,59	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-2.319.929,62	-4.156.335,37	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	11.109.547,16	11.530.381,61	0,00
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	0,00	0,10	
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-20,88	-36,05	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	13.331.456,59	13.836.457,93	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	11.998.310,93	12.452.812,14	0,00
Detalhamento da Dívida Contratual	-	-	-
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	11.457,99	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)			
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	11.457,99	0,00
De Tributos			
De Contribuições Sociais	0,00	11.457,99	0,00
Previdenciárias	0,00	11.457,99	0,00
Demais Contribuições Sociais			
Do FGTS			
Com Instituição Não Financeira			
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna			
Externa			
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)			
Outros Valores Não Integrantes da DC	-	-	-
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00
Depósitos	2.559,82	76.493,31	0,00
RP Não-Processados de Exercícios Anteriores	627.167,35	1.190.189,09	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO			
Dívida Consolidada Previdenciária	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial			
Demais Dívidas			
DEDUÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta			
Investimentos			
Demais Haveres Financeiros			
(-) Restos a Pagar Processados			
Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada			



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado

Prefeitura Municipal de Brunópolis - SC (Poder Executivo)

CNPJ: 01613853000161

Exercício: 2015

Período de referência: 1º semestre

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida		
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Municípios | Padrao

Notas Explicativas	Valores
Notas Explicativas	30/06/2015
Notas Explicativas	-


 Sistema de Informações
 do Setor Público Brasileiro
TesouroNACIONAL

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Municípios | Padrao

	Apuração da Trégua de Retorno ao Limite da DCL							
	Exercício de Cumprimento do Limite No Quadrimestre em Estudo de Referência		Exercício do Primeiro Período Seguinte		Exercício do Segundo Período Seguinte		Exercício do Terceiro Período Seguinte	
	Percentual Líquido Má Anual	Percentual Acumulado Exercício	Percentual Realizador Má	Percentual Realizador Primeiro Período	Percentual Realizador Segundo Período	Percentual Realizador Segundo Período	Percentual Realizador Terceiro Período	Percentual Realizador Terceiro Período
Tabela 2.1 - Trégua de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-	-	-
Trégua de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-	-	-
Trégua de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-	-	-

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**Prefeitura Municipal de Brunópolis - SC (Poder Executivo)****CNPJ: 01613853000161****Exercício: 2015****Período de referência: 1º semestre****RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Municípios | Padrao**

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro - Municípios | Padrao

Tabela 2.2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em Cada Exercício Financeiro	Tabela 2.2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em Cada Exercício Financeiro
	Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em Cada Exercício Financeiro
	Percentual da DCL sobre a RCL Trajetória de Ajuste
2001 - 3º Quadrimestre	-
DCL	
Excedente	
Redutor	
Período de Referência 0 - % Limite de Endividamento	
2002 - Quadrimestre	-
Período de Referência 1 - 1º	
Período de Referência 1 - 2º	
Período de Referência 1 - 3º	
Período de Referência 1 - % Limite de Endividamento	
2003 - Quadrimestre	-
Período de Referência 2 - 1º	
Período de Referência 2 - 2º	
Período de Referência 2 - 3º	
Período de Referência 2 - % Limite de Endividamento	
2004 - Quadrimestre	-
Período de Referência 3 - 1º	
Período de Referência 3 - 2º	
Período de Referência 3 - 3º	
Período de Referência 3 - % Limite de Endividamento	
2005 - Quadrimestre	-
Período de Referência 4 - 1º	
Período de Referência 4 - 2º	
Período de Referência 4 - 3º	
Período de Referência 4 - % Limite de Endividamento	
2006 - Quadrimestre	-
Período de Referência 5 - 1º	
Período de Referência 5 - 2º	
Período de Referência 5 - 3º	
Período de Referência 5 - % Limite de Endividamento	
2007 - Quadrimestre	-
Período de Referência 6 - 1º	
Período de Referência 6 - 2º	
Período de Referência 6 - 3º	
Período de Referência 6 - % Limite de Endividamento	
2008 - Quadrimestre	-
Período de Referência 7 - 1º	
Período de Referência 7 - 2º	
Período de Referência 7 - 3º	
Período de Referência 7 - % Limite de Endividamento	
2009 - Quadrimestre	-
Período de Referência 8 - 1º	
Período de Referência 8 - 2º	
Período de Referência 8 - 3º	
Período de Referência 8 - % Limite de Endividamento	
2010 - Quadrimestre	-
Período de Referência 9 - 1º	
Período de Referência 9 - 2º	
Período de Referência 9 - 3º	
Período de Referência 9 - % Limite de Endividamento	
2011 - Quadrimestre	-
Período de Referência 10 - 1º	
Período de Referência 10 - 2º	
Período de Referência 10 - 3º	
Período de Referência 10 - % Limite de Endividamento	
2012 - Quadrimestre	-
Período de Referência 11 - 1º	
Período de Referência 11 - 2º	
Período de Referência 11 - 3º	
Período de Referência 11 - % Limite de Endividamento	
2013 - Quadrimestre	-
Período de Referência 12 - 1º	
Período de Referência 12 - 2º	
Período de Referência 12 - 3º	
Período de Referência 12 - % Limite de Endividamento	
2014 - Quadrimestre	-



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado

Prefeitura Municipal de Brunópolis - SC (Poder Executivo)

CNPJ: 01613853000161

Exercício: 2015

Período de referência: 1º semestre

Tabela 2.2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em Cada Exercício Financeiro	Tabela 2.2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em Cada Exercício Financeiro
	Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em Cada Exercício Financeiro Percentual da DCL sobre a RCL Trajetória de Ajuste
Período de Referência 13 - 1º	
Período de Referência 13 - 2º	
Período de Referência 13 - 3º	
Período de Referência 13 - % Limite de Endividamento	
2015 - Quadrimestre	-
Período de Referência 14 - 1º	
Período de Referência 14 - 2º	
Período de Referência 14 - 3º	
Período de Referência 14 - % Limite de Endividamento	
2016 - Quadrimestre	-
Período de Referência 15 - 1º	
Período de Referência 15 - 2º	
Período de Referência 15 - 3º	
Período de Referência 15 - % Limite de Endividamento	

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro - Municípios | Padrao

Notas Explicativas	Valores
Notas Explicativas	30/06/2015
Notas Explicativas	-

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Municípios | Padrao

Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas	Saldos das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas		
	Saldo Exercício Anterior	Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
Garantias Concedidas	-	-	-
Garantias Concedidas	-	-	-
EXTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito			
Outras Garantias nos Termos da LRF			
INTERNAS (II)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito			
Outras Garantias nos Termos da LRF			
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	11.109.547,16	11.506.119,78	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL (III/IV)	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>	2.444.100,38	2.531.346,35	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	2.199.690,34	2.278.211,72	0,00
Contragarantias Recebidas	-	-	-
Contragarantias Recebidas	-	-	-
EXTERNAS (V)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito			
Outras Garantias nos Termos da LRF			
INTERNAS (VI)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito			
Outras Garantias nos Termos da LRF			
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Municípios | Padrao

Notas Explicativas	Valores
Notas Explicativas	30/06/2015
Notas Explicativas	-

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios | Padrao

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Operações de Crédito	-	-
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna		
Externa		
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP		
Demais Aquisições Financiadas		



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado

Prefeitura Municipal de Brunópolis - SC (Poder Executivo)

CNPJ: 01613853000161

Exercício: 2015

Período de referência: 1º semestre

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Demais Antecipações de Receita		
Assunção Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Outras Operações de Crédito		
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Outras Operações de Crédito		
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	23.996,77	23.996,77
Parcelamentos de Dívidas	23.996,77	23.996,77
De Tributos		
De Contribuições Sociais	23.996,77	23.996,77
Previdenciárias	23.996,77	23.996,77
Demais Contribuições Sociais		
Do FGTS		
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal Financeira e Patrimonial		
Programa de Iluminação Pública - RELUZ		
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite		

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios | Padrao

Apuração do Cumprimento dos Limites	Apuração do Cumprimento dos Limites	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Apuração do Cumprimento dos Limites	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	11.506.119,78	
Operações Vedadas	0,00	0,00
Do Período de Referência (III)		
De Períodos Anteriores ao de Referência		
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)		
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	1.840.979,16	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	1.656.881,25	14,40
Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	805.428,38	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + Ila)	23.996,77	0,21

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal | Padrao

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Bimestre/Semestre
	Valor até o Bimestre/Semestre
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	11.506.119,78

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal | Padrao

Resumo dos Limites	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Resumo dos Limites	-	-
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	5.718.019,74	49,70
Limite Máximo (incisos I II e III art. 20 da LRF) - <%>	6.213.304,68	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	5.902.639,45	51,30
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada Líquida	-4.156.335,37	-36,12
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	13.807.343,74	120,00
Garantias de Valores	-	-
Garantias de Valores	-	-
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.531.346,35	22,00
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado

Prefeitura Municipal de Brunópolis - SC (Poder Executivo)

CNPJ: 01613853000161

Exercício: 2015

Período de referência: 1º semestre

Resumo dos Limites	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	1.840.979,16	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	805.428,38	7,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal | Padrao

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Restos a Pagar	-	-
Restos a Pagar	-	-
Valor Total	963.684,57	3.856.757,94

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	-

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1

Digitally signed by MIRIAM KARLA MACIEL:04428303947
Date: 2015.07.29 14:21:11 BRT
Perfil: Responsável pelo Controle Interno
Instituição: Prefeitura Municipal de Brunópolis - SC

Assinatura: 2

Digitally signed by JOSE THIERES ALVES RIBEIRO:40515184934
Date: 2015.07.30 11:44:18 BRT
Perfil: Responsável pela Administração Financeira
Instituição: Prefeitura Municipal de Brunópolis - SC

Assinatura: 3

Digitally signed by ADEMIL ANTONIO DA ROSA:77384881900
Date: 2015.07.30 13:16:34 BRT
Perfil: Titular do Poder Executivo
Instituição: Prefeitura Municipal de Brunópolis - SC

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (RREO) DO 3º BIMESTRE DE 2015.



Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de Brunópolis - SC (Poder Executivo)

CNPJ: 01613853000161

Exercício: 2015

Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Recursos Orçamentários	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Recursos Orçamentários	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	11.365.000,00	11.365.000,00	2.189.337,19	19,26	6.648.609,79	58,50	4.716.390,21
RECEITAS CORRENTES	11.365.000,00	11.365.000,00	1.902.865,36	16,74	5.895.348,53	49,15	5.779.651,47
RECEITA TRIBUTÁRIA	263.620,00	263.620,00	38.553,69	14,62	90.014,93	34,15	173.605,07
Impostos	245.800,00	245.800,00	33.629,16	13,68	78.622,86	31,99	167.177,14
Taxas	17.820,00	17.820,00	4.924,53	27,63	11.392,07	63,93	6.427,93
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	85.000,00	85.000,00	15.276,60	17,97	35.758,13	42,07	49.241,87
Contribuições Sociais	-	-	-	-	-	-	-
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	85.000,00	85.000,00	15.276,60	17,97	35.758,13	42,07	49.241,87
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	65.160,00	65.160,00	48.422,85	74,31	126.360,77	193,92	-61.200,77
Receitas Imobiliárias	2.400,00	2.400,00	400,00	16,67	1.350,00	56,25	1.050,00
Receitas de Valores Mobiliários	62.760,00	62.760,00	48.022,85	76,52	125.010,77	199,19	-62.250,77
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA AGROPECUÁRIA	600,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	600,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	42.880,00	42.880,00	7.343,50	17,13	38.336,29	89,40	4.543,71
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.898.580,00	10.898.580,00	1.781.782,71	16,35	5.273.180,31	48,38	5.625.419,69
Transferências Intergovernamentais	10.878.460,00	10.878.460,00	1.757.334,71	16,46	5.224.264,31	48,92	5.454.185,69
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	220.120,00	220.120,00	24.448,00	11,11	48.896,00	22,21	171.224,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.160,00	9.160,00	11.486,01	125,39	21.718,10	237,10	-12.558,10
Multas e Juros de Mora	5.880,00	5.880,00	8.505,51	144,65	12.651,41	215,16	-6.771,41
Indenizações e Restituições	240,00	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240,00
Receita da Dívida Ativa	1.560,00	1.560,00	0,00	0,00	639,91	41,02	920,09
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	1.480,00	1.480,00	2.980,50	201,39	8.426,78	569,38	-6.946,78
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	286.471,83	0,00	1.063.261,26	0,00	-1.063.261,26
OPERÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Documento gerado em 29/07/2015 10:55:30

Página 2 de 27

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Despesas Organizacionais		Estatísticas Despesas Organizacionais					INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (a)
DOTAÇÃO ANUAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)		SALDO (g) ± (e-f)	
		No Bimestre	Até o Bimestre (f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
Despesas Organizacionais							
DESPESAS (EXCETO INTRACORPORATIVAS) (VII)	11.365.000,00	12.470.179,58	1.638.346,76	1.811.196,97	4.474.016,71	7.996.162,87	4.465.978,12
DESPESAS CORRENTES	10.339.330,00	10.499.305,94	5.265.933,71	5.232.372,23	1.769.255,71	4.328.264,13	4.320.225,54
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.825.210,00	5.840.577,71	2.425.057,16	2.354.620,31	917.205,86	3.485.957,40	2.351.010,46
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	4.514.120,00	4.689.718,29	971.330,24	962.053,78	1.817.845,70	1.976.643,82	1.969.216,08
DESPESAS DE CAPITAL	1.010.670,00	1.955.873,84	46.820,39	1.784.198,07	41.937,26	145.752,58	145.752,58
INVESTIMENTOS	980.670,00	1.925.873,94	46.820,39	1.774.198,07	38.601,74	133.213,80	133.213,80



Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de Brunópolis - SC (Poder Executivo)

CNPJ: 01613853000161

Exercício: 2015

Período de referência: 3º bimestre

Despesa Intra-Orçamentária	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	Despesas Empenhadas		SALDO (g) = (e-f)	Despesas Liquidadas		SALDO (i) = (e-h)	Despesas Pagas até o Bimestre (j)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS										
INVERSOES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**Prefeitura Municipal de Brunópolis - SC (Poder Executivo)****CNPJ: 01613853000161****Exercício: 2015****Período de referência: 3º bimestre****RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao**

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

 Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Setor Público Brasileiro	Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado Prefeitura Municipal de Brunópolis - SC (Poder Executivo) CNPJ: 01613853000161 Exercício: 2015 Período de referência: 3º bimestre
---	---

RRREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPREENHADAS			Encargos e Despesas			DESPESAS LIQUIDADAS	SALDO (e) = (d-e)	NECITAS EM REITOS A PAGAR (M PROCESSADOS R)	
			No Bimestre	Ata e Bimestre (b)	% (b/a)(n)	SALDO (c) = (a-b)	No Bimestre	Ata e Bimestre (d)				% (d/c)(n)
DESPESAS EXCETO CONTRA-COMPENSAÇÕES (f)	11.565.000,00	12.470.179,58	1.638.348,76	5.437.701,28	100,00	7.032.471,30	1.811.198,07	4.474.016,71	100,00	7.986.162,87	0,00	
Legislativa	630.000,00	630.000,00	108.800,00	263.024,17	5,22	346.375,83	108.800,00	263.024,17	6,34	346.375,83	0,00	
Ação Legislativa	630.000,00	630.000,00	108.800,00	263.024,17	5,22	346.375,83	108.800,00	263.024,17	6,34	346.375,83		
Controle Externo												
Administração Geral												
Demais Subfunções												
Judicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ação Judicial												
Defesa do Interesse Público no Processo Judicial												
Administração Geral												
Demais Subfunções			0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa do Interesse Público no Processo Judicial												
Administração Geral												
Demais Subfunções												
Administração	1.971.600,00	1.971.180,00	221.115,97	889.703,38	16,36	1.081.464,62	287.359,20	727.880,93	16,25	1.243.976,47	0,00	
Planejamento e Organização												
Administração Geral	1.933.600,00	1.933.180,00	215.562,23	873.880,00	16,07	1.058.479,40	281.805,86	711.638,61	15,61	1.221.521,38		
Administração Financeira												
Controle Interno	38.000,00	38.000,00	5.553,34	16.024,78	0,29	21.975,22	5.553,34	15.541,92	0,35	22.465,08		
Normalização e Fiscalização												
Tecnologia da Informação												
Ordenamento Territorial												
Formação de Recursos Humanos												
Administração de Recursos												
Administração de Compras												
Demais Subfunções												
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Área												
Defesa Naval												
Defesa Terrestre												
Administração Geral												
Demais Subfunções												
Segurança Pública	25.960,00	25.560,00	3.900,73	7.376,03	0,14	18.183,97	3.293,20	6.292,50	0,14	19.327,50	0,00	
Policiamento	25.960,00	25.560,00	3.900,73	7.376,03	0,14	18.183,97	3.293,20	6.292,50	0,14	19.327,50		
Defesa Civil												
Informação e Inteligência												
Administração Geral												
Demais Subfunções												
Relações Internacionais												
Cooperação Internacional												
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Subfunções												
Assistência Social	791.080,00	842.669,71	108.387,78	354.892,70	6,53	487.677,01	130.356,99	306.888,34	6,86	535.781,47	0,00	
Assistência ao Idoso												
Assistência ao Poder de Deficiência												
Assistência à Criança e ao Adolescente	133.000,00	133.000,00	10.607,22	70.327,90	1,29	62.672,10	19.465,49	51.988,69	1,16	81.011,31		
Assistência Comunitária	658.080,00	789.669,71	96.680,66	286.664,80	5,24	425.004,91	110.871,50	254.899,95	5,70	464.770,16		
Demais Subfunções												
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Básica												
Previdência Complementar												
Previdência Especial												
Administração Geral												

siconfi
TESOURO NACIONAL

Função/Subfunção	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS IMPENSADEAS			SALDO (c) = (e-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (d) = (e-b)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			DESPESAS IMPENSADEAS		No Bimestre		DESPESAS LIQUIDADAS		No Bimestre		
			Ata e Bimestre (b)	% (b/total)			Ata e Bimestre (d)	% (d/Total d)			
Demais Subfunções			No Bimestre								
Saúde	2.421.280,00	2.532.302,21	395.792,10	1.465.734,17	26,98		432.368,40	1.098.469,48	24,57	1.433.132,73	0,00
Atenção Básica	2.343.440,00	2.454.462,21	398.098,05	1.442.028,73	26,52		1.017.433,48	1.076.147,76	24,05	1.376.314,46	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial											
Suporte Profissional e Técnico											
Vigilância Sanitária	75.900,00	75.900,00	6.488,43	22.814,10	0,42		52.985,90	22.814,10	0,51	53.985,90	
Vigilância Epidemiológica	2.040,00	2.040,00	207,62	891,34	0,02		1.148,06	207,62	0,00	1.832,38	
Alimentação e Nutrição											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00		0,00	0,00
Produção e Serviços ao Trabalhador											
Respostas em Defesa											
Segurança											
Formação do Trabalho											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Educação	2.816.220,00	3.289.628,58	444.022,61	1.163.334,11	21,76		2.106.264,47	453.679,75	23,23	2.250.112,34	0,00
Educação Fundamental	2.274.380,00	2.747.688,58	351.886,46	945.507,66	17,39		1.802.180,72	353.393,19	18,16	1.935.365,94	
Educação Médio											
Educação Profissional	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00		10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	
Educação Superior	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00		110.000,00	0,00	0,00	110.000,00	
Educação Infantil	421.840,00	421.840,00	92.196,15	237.626,25	4,37		184.113,75	100.286,96	5,08	194.745,40	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Cultura	66.000,00	66.000,00	153,00	458,00	0,01		64.542,00	153,00	0,01	64.542,00	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Distrito Cultural	66.000,00	66.000,00	153,00	458,00	0,01		64.542,00	153,00	0,01	64.542,00	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Deportes da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Qualidade e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Urbanismo	1.446.870,00	1.723.697,37	263.598,58	773.909,17	14,23		944.698,20	220.720,25	13,93	1.100.339,45	0,00
Infra-Estrutura Urbana	1.366.870,00	1.643.697,37	263.598,58	773.909,17	14,23		869.698,20	220.720,25	13,93	1.003.339,45	
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
Demais Subfunções											
Habitado	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00		80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00
Habitado Rural	36.900,00	78.521,71	0,00	3.930,02	0,07		74.591,09	0,00	0,09	74.615,89	
Habitado Urbano	36.900,00	78.521,71	0,00	3.930,02	0,07		74.591,09	0,00	0,09	74.615,89	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento	284.610,00	11.723,05	146.599,95	2,73	138.050,05		60.993,44	132.684,61	2,86	153.115,39	0,00
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	100.610,00	0,00	22.334,00	0,41	78.276,00		5.244,00	16.462,00	0,37	84.148,00	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Grupos Ambientais	184.000,00	11.723,05	126.225,95	2,32	57.774,05		55.348,44	116.032,61	2,59	67.967,39	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Controle Ambiental											
Recursos Hídricos e Recursos Degradados											
Recursos Hídricos											
Meio Ambiente											
Administração Geral											
Demais Subfunções											



siconfi

Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

Tesouro Nacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de Brunópolis - SC (Poder Executivo)

CNPJ: 01613853000161

Exercício: 2015

Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	Execução da Despesa		DESPESAS LIQUIDADAS	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)			
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico										
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia										
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia										
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Agricultura	426.000,00	576.000,00	56.322,32	197.698,20	3,64	379.301,60	83.704,60	168.842,38	3,77	407.157,62
Promoção da Produção Vegetal										
Promoção da Produção Animal										
Defesa Sanitária Vegetal										
Defesa Sanitária Animal										
Abastecimento										
Extensão Rural										
Engenharia	426.000,00	576.000,00	56.322,32	197.698,20	3,64	379.301,60	83.704,60	168.842,38	3,77	407.157,62
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Organização Administrativa	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária										
Colonização										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Indústria	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
Promoção Industrial	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
Produção Industrial										
Energia										
Proteção Ambiental										
Proteção e Defesa Ambiental										
Normatização e Qualidade Ambiental										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Comércio e Serviços	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Promoção Comercial										
Comercialização										
Comércio Exterior										
Serviços Financeiros										
Turismo	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Comunicação e Propaganda	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicação Pública										
Telecomunicações										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia										
Energia Elétrica										
Petróleo										
Biocombustíveis										
Administração Geral										
Demais Subfunções	160.120,00	160.120,00	0,00	0,00	0,00	160.120,00	0,00	0,00	0,00	160.120,00
Transporte										
Transporte Aéreo	160.120,00	160.120,00	0,00	0,00	0,00	160.120,00	0,00	0,00	0,00	160.120,00
Transporte Rodoviário										
Transporte Ferroviário										
Transporte Hidroviário										
Transportes Especiais										
Administração Geral										
Demais Subfunções										
Desporto e Lazer	90.000,00	90.000,00	3.661,12	8.378,76	0,15	8.621,22	4373,12	8.065,21	0,16	81.934,79
Desporto de Rendimento										
Desporto Comunitário	90.000,00	90.000,00	3.661,12	8.378,76	0,15	8.621,22	4373,12	8.065,21	0,16	81.934,79
Lazer										
Administração Geral										
Demais Subfunções										


 Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNACIONAL
Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Brunópolis - SC (Poder Executivo)
CNPJ: 01613853000161
Exercício: 2015
Período de referência: 3º bimestre

[illegible]

Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de Brunópolis - SC (Poder Executivo)

CNPJ: 01613853000161

Exercício: 2015

Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Padrao

Notas Explicativas	Valores
Notas Explicativas	30/06/2015
Notas Explicativas	-

 Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TESOURO NACIONAL	Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado Prefeitura Municipal de Brunópolis - SC (Poder Executivo) CNPJ: 01613853000161 Exercício: 2015 Período de referência: 3º bimestre
---	---

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios | Padrao

Especificação	Evolução da Receita Corrente Líquida												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	
RECEITAS CORRENTES (I)	881.039,79	970.003,96	945.297,98	1.125.004,83	1.200.754,74	1.051.467,40	1.206.193,75	1.113.006,32	972.465,58	1.070.242,00	1.150.091,27	13.457.214,26	13.939.800,00
Receita Tributária	224.053,11	21.982,27	196.467,98	31.388,23	30.003,98	50.155,53	5.298,48	18.716,11	6.179,59	21.279,17	18.076,81	23.307,23	293.500,00
IPTU	21.476,16	0,00	0,00	1.094,94	1.816,71	2.202,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.113,95	4.800,00
ITR	4.710,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ITBI	8.661,29	7.589,55	1.500,99	2.370,61	2.370,61	1.650,38	1.773,11	5.330,43	6.672,32	4.404,64	5.218,38	74.097,98	60.000,00
RDF	7.491,98	7.429,21	8.861,27	19.783,34	23.322,69	3.903,29	53,77	5.503,29	2.363,25	10.770,40	8.568,07	18.096,19	116.000,00
Outras Receitas Tributárias	571,98	778,80	384,26	1.933,28	2.217,50	4.942,49	859,54	2.843,21	1.364,41	1.519,38	2.048,20	21.871,81	17.500,00
Receita de Contribuições	5.298,64	5.260,51	5.093,36	6.457,00	6.294,60	6.043,14	0,00	0,00	6.268,97	7.815,42	7.444,79	71.811,40	85.000,00
Receita Patrimonial	9.323,02	143.181,83	142.653,26	143.181,83	142.653,26	277.716,18	16.100,04	23.588,98	22.930,90	22.483,97	25.232,80	719.784,47	83.940,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	900,00	900,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	4.074,10	5.268,40	4.200,20	4.321,50	2.952,50	4.422,30	16.528,50	5.811,48	3.829,20	3.904,30	4.279,20	63.665,89	42.800,00
Transferências Correntes	8.175.116,94	95.869,25	95.869,25	938.459,25	1.071.262,36	1.317.703,56	1.110.692,22	1.078.811,11	982.576,10	1.102.717,68	1.098.037,85	12.374.382,55	12.474.300,00
Transferências do PMS	2.644.744,94	277.922,97	267.733,30	308.983,42	338.693,42	320.207,68	328.298,48	299.461,54	315.733,05	268.761,05	286.338,07	3.127.181,13	3.900.000,00
Cota-Parte do PMS	18.705,94	10.167,54	10.167,54	7.980,38	7.980,38	4.142,17	6.978,83	10.331,74	21.643,30	20.405,46	17.038,87	161.181,89	90.000,00
Cota-Parte do TRF	0,00	37,13	3.278,00	17.431,38	7.263,37	2.793,32	5.414,89	37,26	31,47	465,54	255,30	37.055,65	30.000,00
Transferências da LC 87/1996	1.239,07	1.239,07	1.239,07	1.239,07	2.475,14	0,00	0,00	0,00	4.999,03	1.349,76	1.249,76	16.172,04	15.000,00
Transferências da LC 61/1989	4.498,94	4.603,52	4.603,52	4.671,35	5.364,11	5.262,81	8.647,12	4.503,79	3.275,83	4.185,22	4.497,11	56.422,00	54.000,00
Transferências do FUNCEB	71.978,02	76.887,54	78.865,15	81.390,87	85.86,24	85.038,07	81.712,22	81.671,98	87.099,48	87.813,81	89.738,08	997.580,08	970.000,00
Outras Transferências Correntes	107.397,60	104.142,31	115.244,34	142.538,58	133.420,43	94.901,10	79.543,99	87.426,01	97.464,44	91.516,11	106.93,66	1.300.218,88	1.603.900,00
Outras Correntes Correntes	2.420,18	2	2	3.269,22	1.350,02	1.353,71	1.829,46	2.511,77	2.899,03	2.971,83	3.278,55	32.311,82	9.960,00
DECRETO Nº 11.243/2011 - art. 1º, inciso I	13.643,38	148.391,46	142.618,32	142.385,10	170.370,68	178.199,40	189.372,42	183.742,59	165.590,41	163.317,40	164.765,23	1.951.094,48	2.075.800,00
Consumos das Func. em Regimes Previdenciários	13.643,38	148.391,46	142.618,32	142.385,10	170.370,68	178.199,40	189.372,42	183.742,59	165.590,41	163.317,40	164.765,23	1.951.094,48	2.075.800,00
Decisão de Receita para a Formação do PMS	749.391,41	823.518,47	843.838,47	982.093,91	1.090.384,33	1.472.260,00	1.016.821,33	939.347,59	820.972,09	904.652,19	905.410,41	11.983.880,00	11.983.880,00
DECISÃO CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I) - (II)													



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**Prefeitura Municipal de Brunópolis - SC (Poder Executivo)****CNPJ: 01613853000161****Exercício: 2015****Período de referência: 3º bimestre****RREO-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios | Padrao**

Notas Explicativas	Valores
Notas Explicativas	30/06/2015
Notas Explicativas	-



 Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL
 Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
 Prefeitura Municipal de Brunópolis - SC (Poder Executivo)
 CNPJ: 01613853000161
 Exercício: 2015
 Período de referência: 3º bimestre

RRREO-Anexo 04 - RPPS | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS | Padrão

Recostas	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECETAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014
Recostas	-	-	-	-
RECETAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECETAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Outras Recostas de Contribuições				
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recostas Imobiliárias				
Recostas de Valores Mobiliários				
Outras Recostas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Recostas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Previdenciárias do RGPS para o RPPS				
Demaís Recostas Correntes				
RECETAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Recostas de Capital				
RECETAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)				
TOTAL DAS RECETAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00

RRREO-Anexo 04 - RPPS | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS | Padrao

Despesas	Execução da Despesa					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Ate o Bimestre 2015	Ate o Bimestre 2014	Ate o Bimestre / 2015	Em 2015
Despesas	-	-	-	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes						
Despesas de Capital						
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias						
Pensões						



siconfi
Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de Brunópolis - SC (Poder Executivo)

CNPJ: 01613853000161

Exercício: 2015

Período de referência: 3º bimestre

Despesas	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Execução da Despesa				INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014	Em 2015	Em 2014
Quinta Benefícios Previdenciários								
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS								
Demais Despesas Previdenciárias								
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)								



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de Brunópolis - SC (Poder Executivo)

CNPJ: 01613853000161

Exercício: 2015

Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 - RPPS | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS | Padrao

Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	Aportes de Recursos
	Aportes Realizados
Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	-
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00
Plano Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	
Outros Aportes para o RPPS	
Plano Previdenciário	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	
Outros Aportes para o RPPS	

RREO-Anexo 04 - RPPS | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS | Padrao

Reserva Orçamentária do RPPS	Previsão Orçamentária
	Previsão Orçamentária
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	

RREO-Anexo 04 - RPPS | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS | Padrao

Bens e Direitos do RPPS	Período de Referência	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2015	2014
Bens e Direitos do RPPS	-	-
CAIXA		
BANCOS CONTA MOVIMENTO		
INVESTIMENTOS		
OUTROS BENS E DIREITOS		



Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de Brunópolis - SC (Poder Executivo)

CNPJ: 01613853000161

Exercício: 2015


Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 - RPPS | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS | Padrao

Receitas Intra-Orçamentárias - RPPS	Execução da Receita Intra			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014
Receitas Intra-Orçamentárias - RPPS	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Para Cobertura de Déficit Atuarial				
Em Regime de Débitos e Parcelamentos				
Receita Patrimonial				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (X) = (VIII + IX)	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 04 - RPPS | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS | Padrao

Despesas Intra-Orçamentárias - RPPS	Execução da Despesa Intra					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014
Despesas Intra-Orçamentárias - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes						
Despesas de Capital						
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XI)						

 Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TESOURO NACIONAL	Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
	Prefeitura Municipal de Brunópolis - SC (Poder Executivo)
	CNPJ: 01613853000161
	Exercício: 2015
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 - RPPS | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS | Padrao

Notas Explicativas	Valores
Notas Explicativas	30/06/2015
Notas Explicativas	-

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal | Padrao

Dívida Fiscal Líquida	Comparativo da Dívida Fiscal e Previdenciária		
	Saldo		
	Em 31/Dez/2014 (a)	No Bimestre Anterior (b)	No Bimestre (c)
Dívida Fiscal Líquida	-	-	-
Dívida Consolidada (I)	0,00	14.793,51	11.457,99
DEDUÇÕES (II)	2.319.929,62	3.910.687,52	4.167.793,36
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.333.771,13	3.917.192,68	4.175.864,95
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	13.841,51	6.505,16	8.071,59
Dívida Consolidada Líquida (III) = (I - II)	-2.319.929,62	-3.895.894,01	-4.156.335,37
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida (VI) = (III + IV - V)	-2.319.929,62	-3.895.894,01	-4.156.335,37

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal | Padrao

Resultado Nominal	Período de Referência	
	Período de Referência	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
Resultado Nominal	-	-
VALOR	-260.441,36	-1.836.405,75

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal | Padrao

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Realizado no Período	
	Valor Corrente	
	-	
Meta de Resultado Nominal fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o Exercício de Referência	-30.000,00	

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal | Padrao

Regime Previdenciário - Dívida Fiscal Líquida Previdenciária	Comparativo da Dívida Fiscal e Previdenciária		
	Saldo		
	Em 31/Dez/2014 (a)	No Bimestre Anterior (b)	No Bimestre (c)
Regime Previdenciário - Dívida Fiscal Líquida Previdenciária	-	-	-
Dívida Consolidada Previdenciária (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial			
Demais Dívidas			
DEDUÇÕES (VIII)			
Disponibilidade de Caixa Bruta			
Investimentos			
Demais Haveres Financeiros			
(-) Restos a Pagar Processados			
Dívida Consolidada Líquida Previdenciária (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (X)			
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal | Padrao

Notas Explicativas	Valores
Notas Explicativas	30/06/2015
Notas Explicativas	-

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.2 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios | Padrao

Receitas Primárias	PREVISÃO ATUALIZADA	Receitas Realizadas	
		RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014
Receitas Primárias	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	11.302.240,00	5.460.337,76	5.144.643,91
Receitas Tributárias	263.620,00	90.014,93	145.349,15
IPTU	4.800,00	0,00	0,00
ISS	65.000,00	22.764,51	41.505,67
ITBI	60.000,00	20.686,62	49.247,51



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de Brunópolis - SC (Poder Executivo)

CNPJ: 01613853000161

Exercício: 2015

Período de referência: 3º bimestre

Receitas Primárias	Receitas Realizadas		
	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre / 2015	Até o Bimestre / 2014
IRRF	116.000,00	35.171,73	42.084,58
Outras Receitas Tributárias	17.820,00	11.392,07	12.511,39
Receitas de Contribuições	85.000,00	35.758,13	30.797,97
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	85.000,00	35.758,13	30.797,97
Receita Patrimonial Líquida	2.400,00	1.350,00	2.181,00
Receita Patrimonial	65.160,00	126.360,77	59.930,45
(-) Aplicações Financeiras	62.760,00	125.010,77	57.749,45
Transferências Correntes	10.898.580,00	5.273.160,31	4.933.787,28
Cota-Parte do FPM	5.120.000,00	2.594.947,36	2.431.786,51
Cota-Parte do ICMS	2.960.000,00	1.452.211,91	1.357.555,42
Cota-Parte do IPVA			
Convênios	220.120,00	48.896,00	70.074,62
Outras Transferências Correntes	2.598.460,00	1.177.105,04	1.074.370,73
Demais Receitas Correntes	52.640,00	60.054,39	32.528,51
Dívida Ativa	1.560,00	639,91	343,01
Diversas Receitas Correntes	51.080,00	59.414,48	32.185,50
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	1.063.261,26	647.362,70
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	0,00	0,00	38.679,00
Transferências de Capital	0,00	1.063.261,26	608.683,70
Convênios	0,00	220.557,25	608.683,70
Outras Transferências de Capital	0,00	842.704,01	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	1.063.261,26	608.683,70
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	11.302.240,00	6.523.599,02	5.753.327,61

Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de Brunópolis - SC (Poder Executivo)

CNPJ: 01613853000161

Exercício: 2015

Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.2 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios | Padrao

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Realizado no Período	
	Valor Corrente	
Discriminação da Meta Fiscal	-	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA		-32.760,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.2 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios | Padrao

Notas Explicativas	Valores	
	30/06/2015	
Notas Explicativas	-	
Notas Explicativas		

 Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Setor Público Brasileiro	Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado Prefeitura Municipal de Brunópolis - SC (Poder Executivo) CNPJ: 01613853000161 Exercício: 2015 Período de referência: 3º bimestre
---	---

RRRO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios | Padrao

[illegible]

Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de Brunópolis - SC (Poder Executivo)

CNPJ: 01613853000161

Exercício: 2015

Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios | Padrao

Notas Explicativas	Valores
Notas Explicativas	30/06/2015
Notas Explicativas	-



Estado de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de Brunópolis - SC (Poder Executivo)

CNPJ: 01613853000161

Exercício: 2015

Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Padrao

Especificação de PPP		Saldo Exercício / 2014	Especificação de PPP		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
			No Bimestre	REGISTROS EFETUADOS EM 2015 Até o Bimestre	
Especificação de PPP					
TOTAL DE ATIVOS		0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos Futuros					
Ativos Contabilizados na SPE					
Contrapartida para Provisões de PPP					
TOTAL DE PASSIVOS (I)		0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações Não Relacionadas a Serviços					
Contrapartida para Ativos da SPE					
Provisões de PPP					
GARANTIAS DE PPP (II)					
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP		0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS CONTINGENTES		0,00	0,00	0,00	0,00
Contraprestações Futuras					
Riscos Não Provisionados					
Outros Passivos Contingentes					
ATIVOS CONTINGENTES		0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Futuros					
Outros Ativos Contingentes					

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado


Despesas de PPP do Ente Federado	Despesas de PPP									
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes	Despesas de PPP									
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Padrao

Total das Despesas de PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
TOTAL DAS DESPESAS											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)											
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)											

 Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TESOURO NACIONAL	Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
	Prefeitura Municipal de Brunópolis - SC (Poder Executivo)
	CNPJ: 01613853000161
	Exercício: 2015
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Padrao

Notas Explicativas	Valores
Notas Explicativas	30/06/2015
Notas Explicativas	-

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Balanco Orçamentário	Período
	Até o Bimestre
Balanco Orçamentário	-
RECEITAS	
Previsão Inicial	11.365.000,00
Previsão Atualizada	11.365.000,00
Receitas Realizadas	6.648.609,79
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	46.055,51
DESPESAS	
Dotação Inicial	11.365.000,00
Créditos Adicionais	1.105.179,58
Dotação Atualizada	12.470.179,58
Despesas Empenhadas	5.437.701,28
Despesas Liquidadas	4.474.016,71
Despesas Pagas	4.465.979,12
Superávit Orçamentário	2.174.593,08

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Despesas por Função/Subfunção	Período
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	-
Despesas Empenhadas	5.437.701,28
Despesas Liquidadas	4.474.016,71

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	30/06/2015
Receita Corrente Líquida - RCL	-
Receita Corrente Líquida	11.506.119,78

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Receitas e Despesas dos Regimes de Previdência	Período
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas dos Regimes de Previdência	-
Regime Geral de Previdência Social	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Resultados Nominal e Primário	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultados Nominal e Primário	-	-	-
Resultado Nominal	-30.000,00	-1.836.405,75	6.121,35
Resultado Primário	-32.760,00	2.062.121,09	-6.294,63

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	13.841,51	0,00	13.841,51	0,00
Poder Executivo	13.841,51	0,00	13.841,51	0,00
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Brunópolis - SC (Poder Executivo)
CNPJ: 01613853000161
Exercício: 2015
Período de referência: 3º bimestre

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Ministério Público				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	627.167,35	0,00	400.628,83	226.538,52
Poder Executivo	627.167,35	0,00	400.628,83	226.538,52
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
TOTAL	641.008,86	0,00	414.470,34	226.538,52

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Despesas com Ações Típicas de MDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Apuração das Despesas com Ensino	
		Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações Típicas de MDE	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	172.031,96	25,00	26,99
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil Ensino Fundamental e Médio			
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	401.831,98	60,00	38,66
Complementação da União ao FUNDEB			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-
Receitas de Operações de Crédito	0,00	
Despesa de Capital Líquida	145.752,58	1.810.121,06

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias (I)				
Despesas Previdenciárias (II)				
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias (IV)				
Despesas Previdenciárias (V)				
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Valor Apurado Até o Bimestre	Apuração das Despesas com Saúde	
		Limite Constitucional Anual Percentual Aplicado até o Bimestre Saúde	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	879.389,53	15,00	16,66

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período	
	Valor Apurado no Exercício Corrente	
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	-	
Total das Despesas/RCL (%)		0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária | Padrao



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**Prefeitura Municipal de Brunópolis - SC (Poder Executivo)****CNPJ: 01613853000161****Exercício: 2015****Período de referência: 3º bimestre**

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1

Digitally signed by MARCELO BUENO RIBEIRO:04237122921
Date: 2015.07.29 13:24:09 BRT
Perfil: Contador Responsável
Instituição: Prefeitura Municipal de Brunópolis - SC

Assinatura: 2

Digitally signed by ADEMIL ANTONIO DA ROSA:77384881900
Date: 2015.07.29 13:26:34 BRT
Perfil: Titular do Poder Executivo
Instituição: Prefeitura Municipal de Brunópolis - SC

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1738/2015

PORTARIA Nº 1738/2015, de 23 de junho de 2015.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 14/2014 – referente ao Processo Administrativo de Exoneração nº 01/2014 e dá outras providências.”

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

RESOLVE

Considerando, a alteração de Prefeito, Vice-Prefeito e ex-Secretários.

Considerando, o acúmulo de serviço por parte do novo Secretário de Orçamento e Gestão e membros da Comissão Processante;

Considerando, feriado ocorrido em 21/04/2015 (Tiradentes) ;

Considerando, Ponto facultativo, ocorrido em 20/04/2015;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor da servidora desfavor da servidora BERNADETE FELÍCIO, brasileira, portadora do CPF nº 495.246.409.10, RG nº 1.408.103-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeira, lotada na Secretária Municipal de Saúde e trabalhando atualmente na Unidade Básica de Ponta Russa como enfermeira coordenadora, mat. 1668.3-02, nomeada pela portaria nº 1562/2014, para apurar os fatos constantes da Denúncia/ Despacho - datado de 17 de outubro de 2014, encaminhado pelo Departamento de Recursos Humanos, bem como através do memorando nº 026/2014 encaminhado pelo Gabinete do Prefeito de 13/10/2014, onde em tese a indiciada em horário de expediente foi flagrada deitada sobre duas cadeiras deixando de atender os que procuravam o serviço público na unidade de saúde. Ensejando, a aplicação do disposto nos artigos 174, incisos I, VI, , VI e art. 175, incisos XII, XIX, bem como art. 188, V, todos da Lei complementar 147/2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 23 de junho de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 1911/2015

PORTARIA Nº 1911/2015

Remove servidor por acordo

Considerando a necessidade de um agente administrativo para atuar junto ao C.E.I. Tia Laura, que atende atualmente doze turmas de alunos;

Considerando que com o número de turmas de alunos acima citado, a demanda de trabalho torna-se difícil de ser atendida;

Considerando que alguns atendimentos necessitam de atenção específica o que requer uma pessoa em tempo integral junto à Secretaria da Escola

Considerando que o servidor demonstrou interesse em ser transferido de local de trabalho, o que não oneraria seu atual setor por já contar com um profissional para a demanda de trabalho;

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013, e com fundamento no Art. 49 da LC 147/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Remover, por acordo, o servidor Sr. IGOR ALVES BALBINOT, matrícula nº 723959, efetivo no cargo Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Educação - PMUTE, para o Centro de Educação Infantil Tia Laura, a contar de 03/07/2015.

Parágrafo Único. A remoção que trata o artigo supracitado, dar-se-á por interesse manifesto do servidor em mudar de local de trabalho, a existência de vaga no local de destino e, a anuência da chefia imediata, com fulcro no art. 44, c/c art. 49, da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 03/07/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de Julho de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

CONTRATO 02/2015 PRIMEIRO TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2015 – AD01.2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO n. 02/2015 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E O HOSPITAL ARQUIDIOCESANO CÔNSUL CARLOS RENAUX, MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:

PREÂMBULO

1. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n. 11.188.015/0001-41, vinculado ao Município de Brusque, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n. 83.102.343/0001-94, com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, em Brusque, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Secretária de Saúde IVONIR ZANATTA WEBSTER, ao final assinado;

2. CONTRATADO: HOSPITAL ARQUIDIOCESANO CÔNSUL CARLOS RENAUX, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Azambuja, 1.089, Bairro Azambuja, em Brusque, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o número 82.986.985/0001-30, neste ato representado por seu Diretor Administrativo, Pe. NÉLIO ROBERTO SCHWANKE, brasileiro, portador do RG n. 4/C.193.688 SSP/SC e inscrito no CPF sob o n. 093.550.819-7, abaixo assinado,

RESOLVEM, com base no presente termo aditivo, alterar o contrato original firmado em 16/03/2015, nas condições a seguir pactuadas.

3. Este termo aditivo tem como fundamento legal o artigo 65, parágrafo 1º da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA PRIMEIRA
OBJETO**

1.0. O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de quantitativo do valor global do contrato, em consonância com o artigo 65, § 1º, da Lei 8.666/93, para incorporar recurso financeiro aos anestesistas, na realização de consultas em anestesiologia, pré-operatórias, destinadas a executar cirurgias eletivas – inclusive as cirurgias eletivas em regime de mutirão –, encaminhadas previamente pela Secretaria Municipal de Saúde, sistematizado de acordo com a Tabela I.

TABELA I – ATENDIMENTOS/PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS EM ANESTESIOLOGIA, PRÉ-OPERATÓRIAS (MAC)

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE PACTU- ADA MENSAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Consulta anestesista (pré-operatória) cirurgias eletivas	120	10,00	1.200,00	14.400,00
TOTAL			1.200,00	14.400,00

1.0.1. O CONTRATADO deverá disponibilizar previamente a agenda ao CONTRATANTE e será responsável por realizar o agendamento que deverá ser regulada, autorizada e encaminhada para a DPRCAA pelo CONTRATADO.

1.0.2. O CONTRATADO deverá encaminhar para a DPRCAA, até o 5º dia útil de cada mês, planilha informando os seguintes dados da consulta: a) código do procedimento; b) nome do procedimento, c) data de realização; d) nome do médico anestesista; e) valor do incentivo constante neste instrumento e f) assinatura do responsável pelo faturamento com o envio das informações.

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de quantitativo do valor global do contrato, em consonância com o artigo 65, § 1º, da Lei 8.666/93, para incorporar complementação financeira aos anestesistas, na realização de consultas em anestesiologia, pré-operatórias, destinadas a executar cirurgias eletivas – inclusive as cirurgias eletivas em regime de mutirão –, encaminhadas previamente pela Secretaria Municipal de Saúde, sistematizado de acordo com a Tabela II.

TABELA II – ATENDIMENTOS/PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS EM ANESTESIOLOGIA, PRÉ-OPERATÓRIAS (RECURSO PRÓPRIO)

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE PACTU- ADA MENSAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Consulta anestesista (pré-operatória) cirurgias eletivas	120	30,00	3.600,00	43.200,00
TOTAL			3.600,00	43.200,00

1.1.1. A complementação financeira do serviço profissional definido na Tabela II do presente Termo Aditivo, deverá ser regulada, autorizada e encaminhada para a DPRCAA pelo CONTRATADO.

1.1.2. O CONTRATADO deverá disponibilizar previamente a agenda ao CONTRATANTE e será responsável em realizar o agendamento, por meio do Sistema Nacional de Regulação (SISREG III).

1.1.3. O CONTRATADO deverá encaminhar para a DPRCAA, até o 5º dia útil de cada mês, planilha informando os seguintes dados da consulta: a) código do procedimento; b) nome do procedimento, c) data de realização; d) nome do médico anestesista; e) o valor do incentivo constante neste instrumento e f) a assinatura do responsável pelo faturamento e envio das informações.

1.2. O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de quantitativo do valor global do contrato, em consonância com o artigo 65, § 1º, da Lei 8.666/93, para incorporar complementação financeira dos serviços profissionais, referente ao ato anestésico nas cirurgias eletivas – inclusive as cirurgias eletivas em regime de mutirão –, sistematizado de acordo com a Tabela III.

TABELA III – COMPLEMENTAÇÃO FINANCEIRA AOS ANESTESISTA, REFERENTE AO ATO ANESTÉSICO NAS CIRURGIAS ELETIVAS (RECURSO PRÓPRIO)

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE PACTU- ADA MENSAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 08 MESES
Complementação financeira aos anestesiastas, referente ao ato anestésico nas cirurgias eletivas	120	80,00	9.600,00	115.200,00
TOTAL			9.600,00	115.200,00

1.2.1. A complementação financeira constante na TABELA III, tem a finalidade de garantir a execução das cirurgias eletivas, sendo que o anestesiasta é indispensável e parte integrante da equipe técnica necessária para realização dos procedimentos.

1.2.2. O CONTRATADO deverá encaminhar para a DPRCAA, até o 5º dia útil de cada mês, planilha informando os seguintes dados da cirurgia: a) código do procedimento; b) nome do procedimento; c) data de realização; d) nome do médico anestesiasta; e) valor do incentivo constante neste instrumento e f) assinatura do responsável pelo faturamento e envio das informações.

1.3. O presente Termo Aditivo tem por objeto, também, a supressão do item "Consulta Anestesiologia – pré cirurgia eletiva" da Tabela II do contrato n. 02/2015, em consonância com o artigo 65, § 1º, da Lei 8.666/93, cujo objeto consiste nos atendimentos ambulatoriais em anestesiologia (MAC), conforme Tabela de supressão abaixo:

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE PACTU- ADA MENSAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Consulta Anestesiologia – pré cirurgia eletiva	26	10,00	260,00	3.120,00
TOTAL SUPRIMIDO DESTA TABELA			260,00	3.120,00

1.4. O presente Termo Aditivo visa, a supressão dos itens "Consulta Pré Anestésica" e "Cirurgia Eletiva – Ato Anestésico", da Tabela XX do contrato n. 02/2015, em consonância com o artigo 65, § 1º, da Lei 8.666/93, cujo objeto consiste na complementação financeira dos serviços profissionais para a realização de cirurgias eletivas/SADT/procedimentos de média complexidade (recurso próprio), conforme Tabela de supressão abaixo:

PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE MENSAL PACTUADA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$) 12 MESES
Consulta Pré Anestésica	50	20,00	1.000,00	12.000,00
Cirurgia Eletiva – Ato Anestésico	50	72,00	3.600,00	43.200,00
TOTAL SUPRIMIDO DESTA TABELA			4.600,00	55.200,00

CLÁUSULA SEGUNDA**VALOR CONTRATUAL**

2.0. O valor anual total do presente Termo Aditivo ao Contrato n. 02/2015 quanto ao acréscimo de quantitativo é de R\$ 172.800,00 (cento e setenta e dois mil e oitocentos reais), para pagamento pós-fixado, ressalvando o período necessário aos trâmites legais junto ao setor financeiro do CONTRATANTE e levando em consideração o período de vigência do contrato n. 02/2015.

2.1. O valor anual total do presente Termo Aditivo ao Contrato n. 02/2015 quanto à supressão é de R\$ 58.320,00 (cinquenta e oito mil e trezentos e vinte reais).

CLÁUSULA TERCEIRA**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

3.0. As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo serão efetuadas a conta dos seguintes recursos financeiros:

a) DOTAÇÃO: 2501.2273.33903950/10.200;

b) DOTAÇÃO: 2501.2273.33903950/16.500.

CLÁUSULA QUARTA**DISPOSIÇÕES GERAIS**

4.0. As demais cláusulas e condições contratuais permanecem inalteradas, restando ratificado todo o conteúdo do instrumento firmado em 16/03/2015.

4.1. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

Brusque (SC), em 01 de agosto de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE

CONTRATANTE

Ivonir Zanatta Webster

HOSPITAL ARQUIDIOCESANO CÔNSUL CARLOS RENAUX

CONTRATADO

Pe. Nélio Roberto Schwanke

DECRETO Nº. 7.624, DE 27 DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº. 7.624, DE 27 DE JULHO DE 2015.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 23 da lei nº 3.831 de 17.12.2014, a Lei nº 3.772 de 24.10.2014, inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar especial no Orçamento Fiscal do Fundo Municipal de Saúde em vigência, no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), para atender a programação abaixo especificada:

25.00 Fundo Municipal de Saúde
 25.001 Fundo Municipal de Brusque
 010.0301.0275.2271 Atenção Básica, Esf, Acs (BLATB)
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
 0.1.38.13 Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/União - Nasf
 VALOR R\$ 40.000,00
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
 0.1.38.16 PMAQ
 VALOR R\$120.000,00
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais
 0.3.38.08 Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/União- PAB
 VALOR R\$ 100.000,00
 010.0304.0105.2279 Manutenção da Vigilância Sanitária (BLVGS)
 3.3.90.00 Outras Despesas Corretes – Aplicações Diretas
 0.1.06.01 Serviço de Saúde – Vigilância Sanitária
 VALOR R\$20.000,00
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
 0.3.06.01 Serviço de Saúde – Vigilância Sanitária
 VALOR R\$120.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

25.00 Fundo Municipal de Saúde
 25.001 Fundo Municipal de Brusque
 010.0301.0275.2271 Atenção Básica, Esf, Acs (BLATB)
 3.3.90.00 Outras Despesas Corretes – Aplicações Diretas
 0.1.38.13 Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/União - Nasf
 VALOR R\$ 40.000,00
 3.3.90.00 Outras Despesas Corretes – Aplicações Diretas
 0.1.38.16 PMAQ
 VALOR R\$60.000,00
 4.4.90.00 Investimentos – Aplicações Diretas
 0.1.38.16 PMAQ
 VALOR R\$60.000,00
 010.0304.0105.2279 Manutenção da Vigilância Sanitária (BLVGS)
 4.4.90.00 Investimentos – Aplicações Diretas
 0.1.06.01 Serviço de Saúde – Vigilância Sanitária
 VALOR R\$20.000,00

II - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem do superávit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na seguinte fonte de recurso:

Conta Bancária	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2014
164-2	C.e.f. Vig Sanitaria	0.1.06.01 0.3.06.01	R\$ 51.568,28 R\$ 0,00
125-1	C.e.f. Vig. Sanitaria	0.1.06.01 0.3.06.01	R\$ 0,00 R\$ 0,00
169128-9	Fms Vig Sanit Poupança	0.1.06.01 0.3.06.01	R\$ 106.806,95 R\$ 48.101,25
Total			R\$ 206.476,48

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Restos a Pagar	0.1.06.01 0.3.06.01	R\$ 11.429,02 R\$ 0,00

DDO a pagar	0.1.06.01 0.3.06.01	R\$ 8.590,86 R\$ 0,00
Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.06.01	R\$ 186.456,60

Conta Bancária	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2014
624002-9	CEF – FMS BLATB	0.1.38.08 0.3.38.08	R\$ 394.851,42 R\$ 271.290,53
153873-1	CEF – FMS POUPANÇA	0.1.38.08 0.3.38.08	R\$ 36.762,99 R\$ 521.977,54
160-0	CEF – FMS SAÚDE	0.3.38.08	R\$ 32.269,68
Total			R\$ 1.257.152,16

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Restos a Pagar	0.1.38.08 0.3.38.08	R\$ 90.901,16 R\$ 152.256,18
DDO a pagar	0.1.38.08 0.3.38.08	R\$ 5.060,08 R\$ 5.790,20
Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.38.08	R\$ 1.003.144,54
Utilizado no Decreto 7.604 de 2015	0.3.38.08	R\$ 800.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 27 de julho de 2015, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 27 de julho de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador Geral do Município

IVONIR ZANATTA WEBSTER

Secretária Municipal de Saúde

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe Gabinete do Prefeito

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2015 - FMS

PREGÃO nº 009/2015 - FMS

Processo Licitatório nº 017/2015 - FMS

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, através do Fundo Municipal de Saúde (FMS), com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para aquisição de alimentos especiais (dietas enterais, industrializados, suplementos nutricionais e descartáveis) para a Rede Municipal de Saúde.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 03/09/2015, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da prefeitura ou preferencialmente no site: www.brusque.sc.gov.br 06/08/2015

IVONIR ZANATA WEBSTER

Secretária de Saúde

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2015 - FMS

PREGÃO nº 010/2015 - FMS

Processo Licitatório nº 018/2015 - FMS

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, através do Fundo Municipal de Saúde (FMS), com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para aquisição de medicamentos para a Rede Municipal de Saúde.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 24/08/2015, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da prefeitura ou preferencialmente no site: www.brusque.sc.gov.br 06/08/2015

IVONIR ZANATA WEBSTER

Secretária de Saúde

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 096/2015

PREGÃO nº 058/2015

Processo Licitatório nº 096/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de passagens aéreas para a Administração.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 02/09/2015, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 06/08/2015

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 098/2015

PREGÃO nº 060/2015

Processo Licitatório nº 098/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição e instalação de aparelhos de ar condicionado e cortinas de ar para a Administração.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 26/08/2015, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 06/08/2015

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2015

PREGÃO nº 063/2015

Processo Licitatório nº 102/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de produtos cárneos (alimentos) para a Administração.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 25/08/2015, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 06/08/2015

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2015

PREGÃO nº 064/2015

Processo Licitatório nº 105/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de materiais para construção (lonas plásticas, cap's, tubos, arames, barras de aço, buchas, etc) para a Administração.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque,

no dia 27/08/2015, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 06/08/2015

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/2015

PREGÃO nº 065/2015

Processo Licitatório nº 106/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de óleo diesel S-10 para a Administração.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 01/09/2015, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 06/08/2015

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2015

PREGÃO nº 066/2015

Processo Licitatório nº 107/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a prestação de serviços de alimentação, com o preparo e entrega de lanches e "coffe break" para a Administração.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 21/08/2015, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 06/08/2015

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 2054/2015

PORTARIA Nº 2054/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/2014;

RESOLVE:

Art. 1º – Colocar à disposição, a servidora EMANUELLE DIAS PINTO, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, lotado na Secretaria da Assistência Social, para desenvolver suas atividades laborais junto ao DGI, a partir de 05/08/2015, por um período de 06 (seis) meses, para desenvolver trabalhos técnicos sociais dos convênios firmados na infraestrutura das mudanças habitacionais.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 05/08/2015, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 05 de Agosto de 2015
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretária de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1259/2015

PORTARIA Nº 1259/2015, de 15 de maio de 2015.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 2224/2014 e 2245/2014 – referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 37/2014 e dá outras providências.”

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

RESOLVE

Considerando, os feriados ocorridos em 03/04/ 2015 (Paixão de Cristo), dia 21/04/2015 (Tiradentes) e 01/05/2015 (dia do trabalhador);

Considerando, o ponto facultativo ocorrido em 20 de abril de 2015; Considerando , a alteração de Prefeito, Vice-Prefeito e ex-Secretários.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor do servidor servidor JOSÉ ADÃO DUARTE, nomeado para ocupar cargo de provimento efetivo de técnico de Enfermagem, nos termos da portaria nº 7969/12, lotado na Unidade de Saúde de Dom Joaquim – Secretária de Saúde, portador do CPF nr. 003.739.049.08, para apurar os fatos constantes da Denúncia/Despacho encaminhado pelo Departamento de Recursos Humanos, datado de 14 de março de 2014, onde em tese o referido servidor, na data de 07/01/2014 não acatou a orientação da sua chefia imediata, na Unidade de Saúde de Dom Joaquim, recusando-se assumir a sala de vacina, mesmo sendo devidamente capacitado para assumir a função de vacinador . Em desacordo com artigo 174, incisos I e VII da Lei complementar 147/2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 15 de maio de 2015.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 1912/2015

PORTARIA Nº 1912/2015

Remove servidor de ofício.

Considerando o pedido de exoneração de duas servidoras, o que culminou com a falta de profissionais para dar andamento ao projeto educacional na unidade escolar;

Considerando que a municipalidade preza pelo bom andamento nos projetos educacionais, evitando assim que os usuários não fiquem desguarnecidos de ensinamentos básicos necessários ao desenvolvimento pessoal e educacional;

Considerando a relevância de um profissional da área educacional junto à Escola, visando poder aumentar o número de atendimentos e, fomentar o desenvolvimento das atividades naquela unidade escolar;

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013, e com fundamento no Art. 44, c/c Art. 50, § único, da LC 147/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Remover, de ofício, a servidora Sra. ROSANA APARECIDA VALIATTI KLABUNDE, matrícula nº 948748, efetivo no cargo de Monitor Escolar II, lotado na Secretaria Municipal de Educação – CEI Max Rodolfo Steffen, para a EEF Prof. Augusta Knorring, a contar de 06/07/2015.

Parágrafo Único. A remoção que trata o artigo supracitado dar-se-á de ofício, pelo interesse da administração, com fulcro no art. 44, c/c art. 50, parágrafo único, da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 06/07/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de Julho de 2015.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

Caçador

PREFEITURA

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 22 – 2014 – PREFEITURA

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 22 – 2014 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2014 – DISPENSA Nº 03/2014, RENOVAÇÃO CONTRATUAL E CONCESSÃO DE REAJUSTE PELO IGP-M, LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL RURAL SEM BENFEITORIAS, PARA EXPLORAÇÃO E RETIRADA DE CASCALHO, CONTRATADO/LOCADOR: ARAMIS JOSÉ DRIESSEN, brasileiro, casado, portador do CPF nº 528.196.399-68, residente e domiciliado nesta cidade de Caçador/SC. Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao contrato administrativo nº 22/2014 datado de 27 de fevereiro de 2014, O presente Aditivo tem por objeto a renovação contratual pelo período de 12 (doze) meses para a execução dos serviços descritos na Cláusula Primeira, com aplicação de reajuste no percentual de 4,2444%, índice do IGP-M acumulado nos últimos 12 (doze) meses, conforme solicitação e justificativa emitida pela Secretaria de Infraestrutura e mediante parecer jurídico favorável nº 67/2015, O prazo do presente aditivo que passa a vigorar é de 12 (doze) meses, iniciando em 27 de fevereiro de 2015 e findando em 27 de fevereiro de 2016, O preço certo a ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ 62.546,64 (sessenta e dois mil, quinhentos e quarenta e seis reais e sessenta e quatro centavos), As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 56 – 2013 – SAÚDE

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 56 – 2013 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2013 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015, RENOVAÇÃO CONTRATUAL E CONCESSÃO DE REAJUSTE IGP-M, GESTÃO DE FROTAS, CONTRATADA: EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 02.908.992/0001-85, com sede na cidade de Porto Alegre, RS, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato Administrativo nº 56/2013 datado de 2 de maio de 2013, O presente aditivo tem por objeto a Renovação Contratual com aplicação de reajuste, pelo índice IGP-M, ou seja, no percentual de 3,5442%, conforme solicitação do Fundo Municipal De Saúde e Parecer Jurídico Nº 120/2015, O preço certo e ajustado entre as partes é de R\$ 10.465,09 (dez mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e nove centavos) para totalidade do presente aditivo, O presente aditivo tem prazo de vigência para 12 (doze) meses, a partir de 02 de maio de 2015 e findando dia 2 de maio de 2016, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

3ª ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111-2014-PREFEITURA

3ª ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111-2014-PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2014, EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO, AQUISIÇÃO DE CAP 50-70, CM-30, RM-1C E XISTO PARA MANUTENÇÃO E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS VIAS URBANAS, empresa CBB INDUSTRIA E COMÉRCIO DE ASFALTO E ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 82.381.815/0001-22, com sede na cidade de Curitiba, PR, O preço certo e ajustado para o item 01 – CIMENTO ASFÁLTICO DE PETRÓLEO CAP-50-70, passa a ser de R\$ 1.971,48 (um mil, novecentos e setenta e um reais e quarenta e oito centavos) por tonelada,

correspondente à recomposição de 23,80%; item 02 – ASFALTO DILUÍDO DE PETRÓLEO CM-30, passará a ser de R\$ 3.017,18 (três mil, dezessete reais e dezoito centavos) por tonelada, correspondente à recomposição de 20,00% e no item 03 – EMULSÃO ASFÁLTICA DE PETRÓLEO RM-1C, passará a ser de R\$ 1.965,73 (um mil, novecentos e sessenta e cinco reais e setenta e três centavos), correspondente à recomposição de 23,80%, com relação ao preço inicial e será aplicado sobre o saldo remanescente. A vigência dos valores será contada a partir da publicação da presente ata. As demais cláusulas constantes na Ata principal, geradora desta, permanecem inalteradas e continuam vigendo em sua integralidade

3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10-2012 – FMAS

3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10-2012 – FMAS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2012 – DISPENSA Nº 05/2012, RENOVAÇÃO CONTRATUAL E CONCEDE REAJUSTE, LOCAÇÃO DE SALAS COMERCIAIS COM 272,85 PARA FUNCIONAMENTO DOS PROGRAMAS BOLSA FAMÍLIA, CADASTRO ÚNICO E PRONATEC, CONTRATADO: IVANIR JOSÉ COLLA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 065.888.919-20; e MARILDA DE FÁTIMA COLLA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 771.670.409-59, ambos residentes nesta cidade de Caçador/SC; Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 10/2012 de 20 de março de 2012, O preço certo a ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ 40.080,00 (quarenta mil e oitenta reais), O prazo de vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses, contados de 20 de junho de 2015 e findando dia 20 de junho de 2016, As demais cláusulas constantes no contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

5º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 05 – 2012 – FMAS

5º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 05 – 2012 – FMAS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2012 – DISPENSA Nº 02/2012, ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA SEGUNDA E TERCEIRA DO 4º ADITIVO, LOCAÇÃO DE IMÓVEL COM 239,66 M² PARA FUNCIONAMENTO DO CRAS, CONTRATADA/LOCADORA: ANTONIO SORDI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 004.453.209-15, interdito judicialmente, residente e domiciliado nesta cidade de Caçador, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 05/2012 de 30 de março de 2012, e demais aditivos contratuais, O presente Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula Segunda e Terceira do 4º Aditivo contratual, passando a vigorar com a seguinte redação: O presente aditivo contratual tem por objeto a prorrogação do prazo pelo período de 12 (doze) meses e concessão de reajuste pelo IGP-M do período, ou seja, aproximadamente 3,84%, conforme solicitação e justificativa emitida pela Secretária de Assistência Social mediante parecer jurídico favorável nº 122/2015, O preço certo a ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ 50.661,32 (cinquenta mil, seiscentos e sessenta e um reais e trinta e dois centavos), As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade

DECRETO Nº 6.501

DECRETO Nº 6.501, de 07 de agosto de 2015.

Nomeia Comissão Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionados, para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão Especial de Julgamento do Processo Licitatório nº 90/2015, Dispensa nº 11/2015, que tem por objeto a locação das estruturas da Sociedade Caçadorenses de Bochas, destinado às competições dos Jogos Escolares de Santa Catarina – 2015 – Etapa Estadual, a realizar-se de 08 a 09 de agosto de 2015:

- I - Osmar Pavelski;
- II - Simone Maria Foscarini;
- III - Juliana Nurilles Garbozza.

Parágrafo único. A Comissão reunir-se-á às 17h10min do dia 07/08/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 07 de agosto de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.502

DECRETO Nº 6.502, de 10 de agosto de 2015.

Retifica dispositivo do art. 2º do Decreto nº 6.497/2015, que Suplementa Dotações Orçamentárias, por conta de Remanejamento entre Despesas.

O Prefeito Municipal de Caçador, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica retificado o dispositivo abaixo especificado, constante no art. 2º do Decreto nº 6.497, de 07 de agosto de 2015, que Suplementa Dotações Orçamentárias, por conta de Remanejamento entre Despesas, permanecendo inalterados os demais dispositivos:

“Art. 2º

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
04.123.0002.2.005 – Manutenção da Secretaria de Administração
3.1.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 10 de agosto de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto,
PREFEITO MUNICIPAL.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 40, DE 06 DE AGOSTO DE 2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 40, de 06 de agosto de 2015.

Convoca aprovados em Processo Seletivo Simplificado para o preenchimento dos cargos existentes na Secretaria Municipal de Saúde de Caçador - SC, conforme o Edital PM 01/2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família - ESF, Agentes Comunitários de Saúde - EACS, Programa Equipe Saúde Bucal, e dá outras providências

CONVOCA:

Os cidadãos, a seguir relacionados, aprovados em Processo Seletivo Simplificado para o preenchimento dos cargos existentes na Secretaria Municipal de Saúde de Caçador, conforme o Edital PM 01/2012, para TOMAREM POSSE NOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS, de acordo com o Decreto nº 5.189, de 04/04/12, que homologou o resultado final do Concurso, prorrogado pelo Decreto nº 5.957, de 02 de abril de 2014, conforme sequência de classificação:

1) ENFERMEIRO
ROSILDA CRISTINA REGERT

2) PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
MAIKI TOMASZEWSKI

a) Os Convocados deverão se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, da Prefeitura Municipal de Caçador, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo, perderem o direito ao Processo Seletivo.

b) A contratação dar-se-á nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 06 de agosto de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 31- 2015 – PR – 19-2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 31- 2015 – PR – 19-2015 - FMS

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2015

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÓRTESES, PROTESES ORTOPÉDICAS E MEIOS AUXILIARES DE LOCOMOÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR/SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 26/08/2015 às 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 26/08/2015 às 14h10min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacaopmc@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor, Não será fornecida informação por telefone

Caçador, 10 de agosto de 2015.
LUZIA MICHELINA DOS SANTOS
Secretaria de Saúde

REVOGAÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 83-2015 – PR Nº 58-2015 – PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

REVOGAÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 83-2015 – PR Nº 58-2015 – PREFEITURA

Revoga-se o processo de licitação nº 83-2015 – PR nº 58-2015 – Prefeitura. TIPO: menor preço por item. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DESTINADOS ÀS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR, que teve a abertura dos envelopes prevista para o dia: 05/08/2015 às 14h10min. MOTIVO: Revoga-se a presente licitação, devido à ausência de interessados, resultando em licitação deserta. Maiores Informações poderão ser obtidas pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, sito Av. Santa Catarina, 195, ou por e-mail: licitacaopmc@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 10 de agosto de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

ADITIVO CONTRATUAL 94/2015

ADITIVO CONTRATUAL Nº 94/2015.

Considerando a Autorização da Autoridade Superior pela alteração do Contrato nº 89/2012 – Aditivo Contratual 95/2014 - (originado do Processo Licitatório nº 132/2012, Tomada de Preços);

As partes contratantes RESOLVEM de comum acordo, suprimir quantitativos ao Contrato 89/2012 (Aditivo Contratual nº 95/2015), conforme segue:

SEXTO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA TRANSRESÍDUOS TRANSPORTES DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS LTDA.

PELO PRESENTE INSTRUMENTO PARTICULAR DE ADITIVO CONTRATUAL QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, INSCRITO NO CNPJ SOB Nº 83.102.749/0001-77, COM SEDE A RUA CEL. BUENO FRANCO, 292, CENTRO, CIDADE DE CAMPO ALEGRE-SC, NESTE ATO REPRESENTADO PELA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, SRA. LUCILAINE MOKFA SCHWARZ, DORAVANTE DENOMINADA SIMPLEMENTE CONTRATANTE E DE OUTRO LADO A EMPRESA TRANSRESÍDUOS TRANSPORTES DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS LTDA, ESTABELECIDNA RUA WILLIAM BOOTH, Nº 537, BAIRRO BOQUEIRÃO, CURITIBA-PR, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº 77.371.789/0001-11, ORA DENOMINADA CONTRATADA, REPRESENTADA NESTE ATO PELO SR. ANGELO BRESEGHELLO FILHO, REPRESENTANTE LEGAL, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 1.997.958/0PR E CPF SOB O Nº 838.543.208/68, TEM ENTRE SI CERTO E AJUSTADO QUE O CONTRATO Nº 89/2012 (Aditivo Contratual nº 95/2015), PASSARÁ A VIGORAR COM AS SEGUINTE ALTERAÇÕES:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA SUPRESSÃO DE QUANTITATIVOS

SUPRIME do Aditivo contratual nº 95/2014 os seguintes serviços/fornecimento e valores:

1.6	Limpeza de bocas de lobo e Hidrojateamento	Hora	8	210,26	1.682,08	20.184,96
-----	--	------	---	--------	----------	-----------

Considerando que o valor a SUPRIMIR é de R\$ 20.184,96 ANULE-SE o valor de R\$ 20.184,96 (vinte mil e cento e oitenta e quatro reais e noventa e seis centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas e disposições do Contrato nº 89/2012, permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre, 17 de março de 2015.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

TRANSRESÍDUOS TRANSPORTES DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS LTDA

Contratada

DECRETO Nº 9.216 DE 10 DE AGOSTO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.216 DE 10 DE AGOSTO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta.

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.134,06 (um mil cento e trinta e quatro reais, seis centavos), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa da Dotação Orçamentária do Orçamento Vigente, do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência			
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais			
08.244.0061.2.511 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do CRAS			
300000.00.499 -	Despesas Correntes			
330000.00.499 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.499 -	Aplicações Diretas			
339030.00.499 -	Material de Consumo		R\$ 1.134,06	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa da seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.244.0061.2.511 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do CRAS	
300000.00.499 -	Despesas Correntes	
330000.00.499 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.499 -	Aplicações Diretas	
339039.00.499 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.134,06

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 10 de Agosto de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/08/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.217 DE 10 DE AGOSTO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.217 DE 10 DE AGOSTO DE 2015

NOMEIA O CONSELHO ADMINISTRATIVO E FISCAL DO IPRECAL E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 4.217 de 25 de Novembro de 2014 e Art. 38 do Regimento Interno das Eleições do IPRECAL; DECRETA:

Art.1º) Nomear os seguintes Servidores Públicos Efetivos como membros Titulares e Suplentes, do Conselho Administrativo e Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Campo Alegre/SC. - IPRECAL, por força do Processo Eleitoral ocorrido em 07 de Agosto do corrente ano:

CONSELHO ADMINISTRATIVO	Nº MATRÍCULA FUNCIONAL	CONSELHO FISCAL	Nº MATRÍCULA FUNCIONAL
TITULARES		TITULARES	
Sirley Dranka de Souza Freitas	000069	Rita Zezotko Scholze	000579
Bertina Bahr	000230	Luzia Reckziegel Roepke	000595
Maira Joceli Pereira de Miranda	000092		
SUPLENTES		SUPLENTES	
Lucimara Prestes de Souza Idalêncio	000078	Sandro Bueno Franco	000274
Marilda Schadeck	000140	Sérgio da Costa	000449
Cristiano Cardoso de Carvalho	000573		

Parágrafo Único – Os Servidores Públicos nomeados como membros Suplentes estão dispostos em ordem decrescente de maior votação, devendo ser respeitada esta disposição para futuras nomeações em caso de afastamento ou interrupção do mandato de qualquer dos membros Titulares.

Art.2º) Por indicação, ficam nomeados os seguintes Servidores Públicos Efetivos como membros Titulares e seus respectivos Suplentes, ao Conselho Administrativo e Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Campo Alegre/SC. - IPRECAL:

CONSELHO ADMINISTRATIVO	Nº MATRÍCULA FUNCIONAL	CONSELHO FISCAL	Nº MATRÍCULA FUNCIONAL
TITULARES		TITULAR	
Rosani Aparecida da Silva Scholze	000211	Adriana Aparecida Pykosz Ruzsack	000001
Patrick Onghero	000609		
SUPLENTES		SUPLENTE	
Gilson Omar Brunnuell	000240	Maria Eliane Friedrich	000059
Lucielle Karolyne Cubas	000500		

Art.3º) O exercício do cargo de membro dos Conselhos Administrativo e Fiscal do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Campo Alegre/SC. - IPRECAL não contemplará nenhum tipo de remuneração.

Art.4º) As atribuições e competências dos membros dos Conselhos estão dispostas na Lei de criação do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Campo Alegre/SC. - IPRECAL, seu funcionamento e Plano de Trabalho será devidamente homologado através do Regimento Interno de cada um dos respectivos Conselhos.

Art.5º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 10 de Agosto de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/08/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.218 DE 10 DE AGOSTO DE 2015

DECRETO Nº 9.218 DE 10 DE AGOSTO DE 2015

INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, NOMEIA COMISSÃO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Considerando informações prestadas pela Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, as quais constam no Processo Administrativo nº 1070/2015, acerca de ato de insubordinação grave em Serviço Público e recusa de cumprimento injustificado das atribuições funcionais por parte do Servidor Público Municipal, A. J. C., Matrícula Funcional nº 000755, ocupante do Público e exercendo a Função de Motorista da Saúde;

Considerando que o interesse maior da Administração Pública Municipal enquanto julgadora de possíveis ilícitos administrativos é a busca da verdade sem prejuízo aos direitos Constitucionais do Servidor Público indiciado, devendo, para tanto, possibilitar-lhe ainda mais do que já possibilitado, a ciência inequívoca de todos os fatos contra si imputados, bem como das penalidades a que estará sujeito, concedendo-lhe o direito do contraditório e ampla defesa;

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de Abril de 1990; Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de Setembro de 2002, em seu Capítulo X; DECRETA:

Art.1º) Fica Instaurada Sindicância Administrativa de cunho investigativo, para apurar a veracidade das informações contidas no Processo nº 1070/2015 de 07 de Agosto 2015.

Art.2º) Ficam designados para compor a Comissão da Sindicância Administrativa os seguintes Servidores, efetivos e estáveis, sob a Presidência do primeiro:

MARLI AUGUSTIN, detentor da Matrícula Funcional nº 000379 e Registro no Sistema sob nº 832910, ocupante do cargo público e exercendo a função Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Finanças;

RITA ZEZOTKO SCHOLZE, detentora da Matrícula Funcional nº 000579 e Registro no Sistema sob nº 954768, ocupante do cargo público e exercendo a função de Agente Administrativo III, lotada na Secretaria Municipal de Educação;

PATRICK ONGHERO, detentor da Matrícula Funcional nº 000609 e Registro no Sistema sob nº 955897, ocupante do cargo público e exercendo a função de Agente Administrativo II, lotado na Secretaria Municipal de Administração;

Art.3º) A Comissão deverá observar o que dispõe o Estatuto do Servidor Público Municipal acerca dos procedimentos a serem adotados na presente sindicância, especialmente o disposto no Art. 247 do referido diploma legal.

Art.4º) Os membros da Comissão de que trata o Art. 2º deste Decreto, reunir-se-ão na Sala de Reuniões no Prédio "Manoel Vieira Piske" Anexo da Sede Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco nº 292, Centro neste Município.

Art.5º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 07 de Agosto de 2015.

Art.6º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 10 de Agosto de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 11/08/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1311/15

PORTARIA Nº 1.311/15 DE 04/08/15

ABRE SINDICÂNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

Resolve:

Art. 1º Abrir Sindicância para apurar eventual responsabilidade do servidor AMARILDO MACHADO, que no dia 31 de julho de 2015, infringiu o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais; fato ocorrido devido ao seguinte motivo:

· Quando lhe foi solicitado para executar com urgência um serviço (liberação de via pública na Comunidade de São Francisco), o mesmo desobedeceu e ignorou a ordem de seu superior Loireno Tesser.

Art. 2º A comissão permanente de sindicância nomeada pela Portaria nº 280/15 de 09/02/2015 terá um prazo de 30 (trinta) dias para apresentar relatório conclusivo dos trabalhos.

Art 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 04 de agosto de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Canoinhas

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 732/2015

PORTARIA Nº. 732/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada a pedido MARILDA QUIRINO DE ALMEIDA ZIEMANN, contratada na função de Professor de Anos Iniciais, 40 horas semanais, sendo 20 horas semanais no GEM Ney Pacheco de Miranda Lima e 20 horas semanais na EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 07/08/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Fica exonerado a pedido PEDRO EUGENIO WIPIEWSKI, contratado na função de Professor de Projetos Esportivos, MAG II, 20 horas semanais, sendo 10 horas semanais na EBM Maria Lovatel Pires e 10 horas semanais na EBM Achilles Pazda, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 07/08/2015, conforme requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 733/2015

PORTARIA Nº. 733/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90 e Lei nº. 4.398 de 24/03/2009, Resolve:

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO

Art. 1º - Fica concedida Licença Gestação a MARIA KOSTULSKI, efetiva no cargo de Servente Feminino, junto à Secretaria Municipal de Educação, cuja licença será gozada no período de 06/08/2015 a 03/12/2015, conforme Atestado Médico incluso no requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 734/2015

PORTARIA Nº 734/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, Resolve:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença por motivo de doença em pessoa da família à servidora SIMONE NEUBURGER LANGER, concursada no cargo de Monitor de Educação Especial, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 10/07/2015 a 08/08/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 735/2015

PORTARIA Nº. 735/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, Resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Licença Prêmio a JACSON LÚCIO WENDT, efetivo no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico do Comércio, Indústria e Turismo, referente ao período aquisitivo de 2002/2007, a desfrutar no período de 27/07/2015 a 05/08/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de agosto de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 736/2015

PORTARIA Nº. 736/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 0038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; Resolve:
NOMEAR APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeado para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período vespertino e matutino, designado para a EBM Maria Lovatel Pires, junto à Secretaria Municipal de Educação, o profissional JOÃO JORGE CECÍLIO JUNIOR, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 056/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 11/08/2015, conforme comunicação interna nº 374/SME/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de agosto de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO N.º PMC 80/2015 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 134/15
HOMOLOGAÇÃO: 10/08/15
CONTRATADO: OURO VERDE SOM E PROP.LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA FORNECIMENTO DE SISTEMAS DE SOM, PARA OS DESFILES CÍVICOS QUE SERÃO REALIZADOS NO DIA 07 DE SETEMBRO (RUA FRANCISCO DE PAULA PEREIRA) E NO DIA 12 DE SETEMBRO (AVENIDA DOS EXPEDICIONÁRIOS, CAMPO D'ÁGUA VERDE).

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais)
DATA: 10/08/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 87/2015 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 142/2015
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 87/2015 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 27/08/2015, às 09h05min, licitação para AQUISIÇÃO DE MATERIAS PARA CONFECÇÃO DE DECORAÇÃO NATALINA DESTINADOS AO PROJETO NATAL FELIZ 2015. Recebimento de propostas até as 09h00mim do dia 27/08/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 88/2015 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 144/2015
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 88/2015 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 26/08/2015, às 14h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE HORAS DE TRATOR DE ESTEIRAS, DESTINADAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS. Recebimento de propostas até as 14h00mim do dia 26/08/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO N.º PMC 80/2015 (PRESENCIAL)

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 134/2015
 Licitação.....: 80/2015 - PR
 Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
 Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA FORNECIMENTO DE SISTEMAS DE SOM, PARA OS DESFILES CÍVICOS QUE SERÃO REALIZADOS NO DIA 07 DE SETEMBRO (RUA FRANCISCO DE PAULA PEREIRA) E NO DIA 12 DE SETEMBRO (AVENIDA DOS EXPEDICIONÁRIOS, CAMPO D'ÁGUA VERDE).

Processo Administrativo: Total dos Itens Vencedores: 4.700,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 311044366	- SERVIÇOS DE SOM PARA DESFILE DO DIA 07 DE SETEMBRO - Unidade: UN						
6212	OURO VERDE SOM E PROP.LTDA	OURO VERDE	1,000	0,0000	4.000,0000	4.000,00	Venceu	1 *****
Item.....: 2	- 311044373	- SERVIÇOS DE SOM PARA DESFILE DO DIA 12 DE SETEMBRO - Unidade: UN						
6212	OURO VERDE SOM E PROP.LTDA	OURO VERDE	1,000	0,0000	700,0000	700,00	Venceu	1 *****

Canoinhas, Em

PAULO CESAR SAFANELLI - Pregoeiro(a)
 ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK - EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO
 CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - EQUIPE DE APOIO
 MARCIANO FERNANDES CORREA - EQUIPE DE APOIO
 DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - 28.754/SC
 VANESSA LANGER - CRC/SC 028524/O-0

Capinzal

PREFEITURA

Decreto 106/2015

DECRETO No 106, DE 6 DE AGOSTO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 11.890,23 (onze mil, oitocentos e noventa reais e vinte e três centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.157, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 11.890,23 (onze mil, oitocentos e noventa reais e vinte e três centavos), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0501.10.306.090.2047	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-235	Aplicações Diretas	3060	00	R\$	11.890,23
	Total	3060	00	R\$	11.890,23

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2014, da Prefeitura Municipal de Capinzal, na fonte 3060 "Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE", o valor de R\$ 11.890,23 (onze mil, oitocentos e noventa reais e vinte e três centavos), conforme quadro a seguir e demonstrativo em anexo.

Superávit Financeiro

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Superávit Financeiro – Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	3060	00	R\$	11.890,23
Total	3060	00	R\$	11.890,23

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 6 de agosto de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1081/2015

PORTARIA Nº 1081, DE 22 DE JULHO DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, Resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Diana Clara Kleemann matrícula nº 327743/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência C, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência D do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em julho de 2015.

Capinzal – SC, em 22 de julho de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1082/2015

PORTARIA Nº 1082, DE 22 DE JULHO DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, Resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Mirian Thaisy da Costa dos Reis, matrícula nº 332020/02.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Cobrador de Tarifas do Transporte Coletivo, nível 98, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 98, referência B do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em julho de 2015.

Capinzal – SC, em 22 de julho de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1083/2015

PORTARIA Nº 1083, DE 22 DE JULHO DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, Resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Neiva Rebelatto, matrícula nº 332216/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência C, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência D do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em maio de 2015.

Capinzal – SC, em 22 de julho de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1084/2015

PORTARIA Nº 1084, DE 22 DE JULHO DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, Resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Maria Aparecida Dondoni, matrícula nº 331449/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência B do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em maio de 2015.

Capinzal – SC, em 22 de julho de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1085/2015

PORTARIA Nº 1085, DE 22 DE JULHO DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, Resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Rosilene Dutra, matrícula nº 333107/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, nível 30, referência C, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 30, referência D do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em maio de 2015.

Capinzal – SC, em 22 de julho de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1086/2015

PORTARIA Nº 1086, DE 22 DE JULHO DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, Resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento ao servidor Jean Carlos Sutil Oliveira, matrícula nº 329762/02.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, nível 184, referência C, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 184, referência D do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em maio de 2015.

Capinzal – SC, em 22 de julho de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1087/2015

PORTARIA Nº 1087, DE 22 DE JULHO DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, Resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Vanessa de Mattos, matrícula nº 334120/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência D, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 372, referência E do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em maio de 2015.

Capinzal – SC, em 22 de julho de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1088/2015

PORTARIA Nº 1088, DE 22 DE JULHO DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, Resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento ao servidor Jose Vanderli Gotardo, matrícula nº 330027/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas Leves, nível 199, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 199, referência B do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em maio de 2015.

Capinzal – SC, em 22 de julho de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1089/2015

PORTARIA Nº 1089, DE 22 DE JULHO DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, Resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Danieli Monica de Oliveira, matrícula nº 327638/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Escriturário, nível 153, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 153, referência B do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em junho de 2015.

Capinzal – SC, em 22 de julho de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1125/2015

PORTARIA Nº 1125, DE 10 DE AGOSTO DE 2015

Dispõe sobre os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.761, de 27 de junho de 2007, Resolve:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR

Membros Titulares:

I. Nair Basei

Representante da Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e Meio Ambiente

II. Vilmar Reck

Representante da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI)

III. Juliana Nanci Coelho

Representante da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC)

IV. Vilmar Mantovani

Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

V. Sandra Scapini

Representante da Associação Municipal de Mulheres Agricultoras de Capinzal (AMMAC)

VI. Greice Faccin

Representante da Associação de Produtores Agroecológicos

VII. Ana Cristina da Silva

Representante do Sindicato Rural

Membros Suplentes:

I. Renato Marcelo Markus

Representante da Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e Meio Ambiente

II. Elias David Zanatta

Representante da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI)

III. Schaiane Piovezan

Representante da Companhia Integrada de Desenvolvimento

Agrícola de Santa Catarina (CIDASC)
IV. Claudemir Peri
Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais
V. Daiane Lanhi
Representante da Associação Municipal de Mulheres Agricultoras de Capinzal (AMMAC)
VI. Ivonei Maciel
Representante da Associação de Produtores Agroecológicos

Representantes das Microrregiões do Município:

- a) Gilberto Alves da Silva e Ivonei Gotardo
Representantes das comunidades de Capitel Santo Antonio e Barra do Pinheiro
- b) Vanderlei Tozatti e João Leomar Teixeira
Representantes das comunidades de Lindemberg e Linha Oficina
- c) Deocleio Campioni e Gilberto Gotardo
Representante das comunidades de Alto Alegre e Ricardópolis
- d) Osvino do Amaral e Gilberto Gerbari da Luz
Representante das comunidades de Vidal Ramos e Linha Divisa
- e) Anderson Dambros e Gustavo Busato de Souza
Representante das comunidades de Vila União e Engenho Novo
- f) Roni Marcio Sarmento e Antonio Rodrigues de Lima
Representante das comunidades de Linha Gramado, Linha Pellizzaro, Empresa Velha e Nova Beleza
- g) Flavio Almeida e Clebio de Souza
Representante das comunidades de Barro Preto e Barro Branco
- h) Olinto Balbinot e Juvenilde Surdi
Representante das comunidades de Linha Alto São Roque e São Roque
- i) Cleber Rostirola e Ivan Rostirola
Representante das comunidades de Linha Residência e Linha Alto Residência
- j) Aroldo João Lanhi
Representante das comunidades de Vila Anchieta, Linha Entrada e Lauro Muller

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 10 de agosto de 2015.

Capinzal, SC, em 10 de agosto de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

PORTARIA 1126/2015

PORTARIA Nº 1126, DE 10 DE AGOSTO DE 2015
DISPÕE SOBRE OS MEMBROS TITULARES E SUPLENTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CONSEA, DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, NA FORMA QUE ESPECIFICA

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme a legislação em vigor, Resolve:
Art. 1º Conforme o disposto no Decreto nº 163, de 05 de novembro de 2014, nomear os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, na forma que especifica:

Representação Governamental:

Membros Titulares:

I. Salete Aparecida Constantin de Mattos

Representante da Secretaria de Planejamento
II. Josimari Dondoni do Amaral
Representante da Diretoria de Desenvolvimento Social
III. Leticia Sernajotto Urbano de Moraes
Representante da Secretaria da Saúde
IV. Alessandra Nelsi Weber
Representante da Secretaria da Educação
V. Leimar Bernardi
Representante da Secretaria da Agricultura

Membros Suplentes:

I. Denise Costenaro Riquetti
Representante da Secretaria de Planejamento
II. Elena Casagrande Rech
Representante da Diretoria de Desenvolvimento Social
III. Cerli Fátima da Rosa
Representante da Secretaria da Saúde
IV. Divair Dias de Vargas Barbieri
Representante da Secretaria da Educação
V. Edgar da Silveira de Ávila
Representante da Secretaria da Agricultura
Representantes da Sociedade Civil:

Membros Titulares:

I. Silvio Scalsavara
Representante da Associação Regional dos Produtores Apícolas
II. Pedro Casagrande
Representante da Associação dos Agricultores Agroecológicos de Capinzal, Ouro, Zortéa, Campos Novos e Lacerdópolis
III. Terezinha Lopes Duarte
Representante do Clube de Mães
IV. Adriano Calgaro
Representante da Associação empresarial do Baixo Vale do Rio do Peixe - ACIRP
V. Paulo Dambrós
Representante do Sindicato Rural de Capinzal
VI. Noemia Maria Bonamigo Pizzamiglio
Representante da Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNO-ESC
VII. Naldina Falavinha
Representante da Associação Municipal de Mulheres Agricultoras de Capinzal - AMMAC
VIII. Vilmar Mantovani
Representante da Cooperativa Regional dos Agricultores Familiares de Campos Novos, Capinzal e Zortéa - COAFAM
IX. Daiane Lanhi
Representante do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Capinzal e Zortéa
X. Analúcia Ribeiro da Silva
Representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados, Indústrias da Alimentação e Afins de Capinzal - SINDICADEZAL

Membros Suplentes:

I. Felicit Scalsavara
Representante da Associação Regional dos Produtores Apícolas
II. Ivonei Pereira Maciel
Representante da Associação dos Agricultores Agroecológicos de Capinzal, Ouro, Zortéa, Campos Novos e Lacerdópolis
III. Ceroni Ribeiro Holetz
Representante do Clube de Mães
IV. Liamara Kleemann Popp
Representante da Associação empresarial do Baixo Vale do Rio do Peixe - ACIRP
V. Ana Cristina da Silva
Representante do Sindicato Rural de Capinzal

VI. Marco Antonio Hachmann
Representante da Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNO-ESC
VII. Zenir Viali
Representante da Associação Municipal de Mulheres Agricultoras de Capinzal - AMMAC
VIII. Marciel Marcos Borin
Representante da Cooperativa Regional dos Agricultores Familiares de Campos Novos, Capinzal e Zortéa - COAFAM
IX. Maria Margarete de Camargo
Representante do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Capinzal e Zortéa
X. João Maria Ramos
Representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados, Indústrias da Alimentação e Afins de Capinzal - SINDICADEZAL

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 10 de agosto de 2015.

Capinzal, SC, em 10 de agosto de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1127/2015

PORTARIA Nº 1127, DE 10 DE AGOSTO DE 2015

Altera membro que representa a Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social nos contratos administrativos, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme a legislação em vigor, Resolve:

Art. 1º Alterar o inciso VI do artigo 1º da portaria nº 654/2014, que trata da representação de cada secretaria nos contratos administrativos firmados por intermédio dos processos licitatórios, dispensa e inexigibilidade de licitação, passando a vigorar com a seguinte redação:

(...)

VI – Luana Soccol, matrícula nº 330833/04, representante da Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 10 de agosto de 2015

Capinzal - SC, 10 de agosto de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

Caxambu do Sul

PREFEITURA

ADITIVO 05 CONTRATO 15/2012

ADITIVO CONTRATUAL Nº. 05 AO CONTRATO Nº. 15/2012

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL com sede na Rua Cristiano Perosa, nº 307, inscrito no CNPJ sob o nº 11.414.598/0001-81, representado neste ato pelo Gestor do Fundo Sr. VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal, doravante denominado LOCATÁRIO e o Senhor ÂNGELO NICOLINI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Hipólito José da Costa nº 229 E – Bairro Parque das Palmeiras, no Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, portador do CPF Nº 574.122.860-72 e RG nº 7034641089, doravante denominado LOCADOR, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 15/2012, visando a correção dos valores, de conformidade com as normas da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, e de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PREÇO

Considerando o índice de inflação dos últimos 17 (dezessete) meses (janeiro/2014 a Maio de 2015) calculado pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM que foi de 7,21 % (sete virgula vinte e um por cento).

O valor mensal anteriormente pactuado fica acrescido em 7,21 % (sete virgula vinte e um por cento). Com o acréscimo o valor mensal passa de R\$ 611,96 (seiscentos e onze reais e noventa e seis centavos) para R\$ 656,08 (seiscentos e cinquenta e seis reais e oito centavos) mensais, de conformidade com a cláusula quinta, do contrato originário e Art. 65, II, "d" da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas do Contrato original as quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, por estarem acordados, assinam o presente instrumento, os representantes das partes contratantes, juntamente com as duas testemunhas.

Caxambu do Sul – SC, 03 de Agosto de 2015.

VILMAR FOPPA ÂNGELO NICOLINI
Prefeito Municipal Contratado

Testemunhas:

1) Nome: 2) Nome:
CPF: CPF:

ADITIVO 06 CONTRATO 36/2011

ADITIVO CONTRATUAL Nº. 06 AO CONTRATO Nº. 36/2011

O MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, inscrito com o CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, com endereço na Rua Índio Condá, 55 na cidade de Caxambu do Sul, representado pelo Prefeito Municipal Sr. VILMAR FOPPA, inscrito com CPF sob nº 492.145.609-78 e a Pessoa Física FABRÍCIO LUCAS ZAMADEI, residente na(o) Rua José Marcon, Nº 115 E, na Cidade de Chapecó – SC, inscrito no CPF sob o nº. 056.524.269-50, doravante denominada simplesmente de CONTRATADO, de comum acordo e com amparo legal nos artigos 57, II e 65 I "b" da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, resolvem Aditar o contrato originário nº 36/2011, nos seguintes termos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PREÇO

O valor mensal anteriormente pactuado fica acrescido em 8,56% (oito virgula cinquenta e seis por cento) correspondente ao índice IPCA/IBGE acumulado nos últimos 12 meses (julho/2014 a

junho/2015). Com o acréscimo o valor mensal dos serviços passa de R\$ 3.618,91 (três mil seiscentos e dezoito reais e noventa e um centavos) para R\$ 3.928,68 (três mil novecentos e vinte e oito reais e sessenta e oito centavos) de conformidade com a Cláusula Quinta do contrato originário.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

As demais disposições do contrato originário e dos termos Aditivos já firmados, que não colidirem com as disposições deste instrumento, permanecem em pleno vigor.

E, por estarem acordados, assinam o presente instrumento, os representantes das partes contratantes juntamente com as duas testemunhas.

Caxambu do Sul – SC, 03 de Agosto de 2015.

VILMAR FOPPA FABRÍCIO LUCAS ZAMADEI
Prefeito Municipal Contratado

Testemunhas:

1) Nome: 2) Nome:
CPF: CPF:

DECRETO 79/2015

DECRETO Nº 079/2015

"DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 4º DO DECRETO UNICIPAL Nº 078/2015, DE 03/08/2015, QUE DECLAROU INSERVÍVEIS PARA O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL OS BENS QUE ESPECIFICA, INDICA ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL PARA PROCEDER A AVALIAÇÃO, NOMEIA COMISSÃO AUXILIAR ESPECIAL PARA AFERIÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E FIXAÇÃO DO PREÇO MÍNIMO DE VENDA DO BEM, DETERMINA A REALIZAÇÃO DE LEILÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso IV, c/c o artigo 107, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1º. O Art. 4º do Decreto Municipal nº 078/2015, de 03 de Agosto de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação: (...)

Art. 4º. Para fins de auxiliar e acompanhar a Secretaria Municipal de Administração Finanças e Planejamento no procedimento de avaliação e fixação do preço mínimo de venda do bem para efeito do processo de alienação, nomeio uma Comissão Auxiliar Especial composta pelos seguintes membros:

- a) Elias Chiarello, servidor público municipal, ocupante do cargo de Chefe de Gabinete;
- b) Clevalmo Merisio, servidor público municipal, ocupante do cargo de Motorista;
- c) Evandro Bartolamei, servidor público municipal, ocupante do cargo de Mecânico.

Art. 2º. - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 10 de Agosto de 2015.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO DE TODOS OS ATOS RELACIONADOS AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

AVISO DE SUSPENSÃO DE TODOS OS ATOS RELACIONADOS AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2015

OBJETO: A presente licitação tem por objeto selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de um veículo 0 (zero) km, ano 2015, modelo 2016, para uso do gabinete do Prefeito e Vice do Município de Chapadão do Lageado/SC a ser fornecido pela Proponente vencedora, de acordo com as especificações contidas no Anexo II - Termo de Referência.

CONSIDERANDO, o recebimento pelo Município de Chapadão do Lageado do Mandado de Citação – Processo n. 0301496-18.2015.8.24.0035, que determina a imediata suspensão do Processo Licitatório n. 68/2015;

CONSIDERANDO que, não houve licitantes habilitados no Processo Licitatório n. 68/2015 e, em virtude disso, a Municipalidade procedeu à republicação do mesmo que foi anotado sob o n. 72/2015;

O Município de Chapadão do Lageado, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei n. 8.666/93 e suas alterações, vem por meio deste expediente, TORNAR PÚBLICO, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, a SUSPENSÃO, por prazo indeterminado, de todos os atos relacionados ao Processo Licitatório n. 72/2015 – Pregão Presencial n. 49/2015 – Objeto: é a aquisição de um veículo 0 (zero) km, ano 2015, modelo 2016, para uso do gabinete do Prefeito e Vice do Município de Chapadão do Lageado/SC a ser fornecido pela Proponente vencedora, de acordo com as especificações contidas no Anexo II - Termo de Referência, inclusive a data da realização da sessão pública designada para às 08:30hrs do dia 18 de agosto de 2015;

Ante a suspensão do certame referido, o Município de Chapadão do Lageado informa que, se não houver alteração de mérito decorrente do Processo Judicial supra mencionado, a nova data e horário à realização da sessão pública serão publicados posteriormente.

Maiores informações poderão ser solicitadas das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br.

Chapadão do Lageado-SC, 11 de agosto de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2015

O Município de Chapadão do Lageado torna público aos interessados, que estará reunida no dia 21 de agosto de 2015, às 10h30min, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é a aquisição de peças e à contratação de mão-de-obra (serviços mecânicos) para conserto dos veículos: 1) MARCOPOLLO VOLARE LOTAÇÃO – ANO 2003, PLACA: MCZ 0688; 2) MERCEDES BENZ/NEOBUS THUNDER LO – ANO 2004, PLACA: LRM 0743 e do 3) IVECO/CITYCLASS 70C16 – ANO 2011, PLACA: MKJ 0369; utilizados pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Município de Chapadão do Lageado/SC, de acordo com as quantidades e especificações constantes no Anexo II – Termo de Referência. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 11 de agosto de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

PORTARIA 318/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 318/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

RESOLVE:

Art.1º Designar o servidor ADILCIO HEINZ, ocupante do cargo efetivo de Técnico Agrícola, matrícula nº 1610/01 para responder, interinamente, como Secretário Municipal do Meio Ambiente e Turismo, percebendo somente as verbas remuneratórias do seu cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04.08.2015.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de agosto de 2015.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Portaria 319/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 319/2015

- CONSIDERANDO a Portaria nº 317 de 07.08.2015, que concede licença para tratamento de saúde ao servidor público VALCENIR JOSE DE OLIVEIRA.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

RESOLVE:

Art.1º Designar a servidora VILMA ROSA CORREIA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo efetivo de Oficial Administrativo, matrícula nº 23803, para responder, interinamente, como Secretária Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio, percebendo somente as verbas remuneratórias do seu cargo de origem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de agosto de 2015.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Portaria 320/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 320/2015

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 07, (sete) dias, datado em 10.08.15;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e em conformidade com a Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de Saúde a Servidora Pública LUCIANI PAUL KERSCHBAUM, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, na Secretaria Municipal da Assistência, pelo período de 10.08.15 a 16.08.15, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de agosto de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/PMCS/2015 (CREDENCIAMENTO)

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO (CREDENCIAMENTO)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/PMCS/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/PMCS/2015

Objeto: Credenciamento de emissoras de radiodifusão, com abrangência no Município de Cocal do Sul, para transmissão de publicidade legal e institucional de interesse público, bem como, divulgação e transmissão de eventos, conforme a demanda da Prefeitura Municipal.

Recebimento dos documentos de credenciamento: Os documentos serão recebidos a partir do dia 24/08/2015, em horário de expediente, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, de segunda a sexta-feira, FICANDO EM ABERTO ATÉ 31/12/2015.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 13h00min, ou pelo telefone (48) 3444-6006.

Cocal do Sul, 10 de agosto de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 96/FMS/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2015

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/PMCS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/FMS/2015

Objeto: Registro de Preços de materiais de enfermagem e odontológicos, no atendimento ao Município de Cocal do Sul.

Assinatura: 30/07/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 2.143,82 (dois mil cento e quarenta e três reais e oitenta e dois centavos)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 99/FMS/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 99/2015

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/PMCS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/FMS/2015

Objeto: Registro de Preços de materiais de enfermagem e odontológicos, no atendimento ao Município de Cocal do Sul.

Assinatura: 30/07/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 25.495,00 (vinte e cinco mil quatrocentos e noventa e cinco reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

Concórdia

PREFEITURA

ADENDO 01 AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA – SC

ADENDO 01 AO EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015 FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, SC, por intermédio do Gestor, leva ao conhecimento dos interessados a ocorrência de re-publicação do edital de licitação em referência, cujo objeto é: Aquisição de grupo gerador diesel 15kVA para a Central de Rede de Frios Municipal de Concórdia, através de proposta 10455.823000/1140-09 do Fundo Nacional de Saúde - FNS, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B".

Em virtude de publicação veiculada erroneamente na data de 06 de agosto de 2015 nos jornais de circulação estadual e regional a data para abertura não fica dentro do prazo de 08 (oito) dias úteis, conforme estabelece a Lei Federal nº 8.666/1993.

Em face ao acima informado e em observância ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/1993, o prazo para protocolo dos envelopes e abertura da licitação fica alterado para dia 25 de agosto 2015, até as 16h00min, sendo que a sessão de abertura da licitação, fica para o dia 26 de agosto de 2015 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 10 de agosto de 2015.

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do FMS

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº9/2015-FMEC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2015 – FMEC

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de cronometragem eletrônica e serviços de infraestrutura e montagem para realização da 2º Meia maratona, caminhada e 1º revezamento misto edição 2015, visando o envolvimento de atletas de alto rendimento e integração da comunidade, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 25/08/2015.

Abertura: dia 25/08/2015 as 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 10 de Agosto de 2015.

VILMAR ANTONIO BENTZ

Diretor Superintendente da FMEC

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO CONCORRÊNCIA Nº 4/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

CONCORRÊNCIA Nº 4/2015 – PMC

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA vem por meio desta, convocar o representante legal da empresa DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA, inscrita no CPNJ sob o nº 76.862.192/0001-07, Rua João Suzin Marini, 529, bairro Nossa Senhora da Salete, neste município, para comparecer junto a Diretoria de Compras, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro, Concórdia –SC, para assinatura do Contrato originado através da licitação em referência.

Como requisito indispensável para a assinatura do Contrato, a Contratada deverá comprovar a prestação de garantia contratual no valor de 5% (cinco inteiros por cento) do valor total do Contrato, devendo optar por uma das seguintes modalidades, conforme prevista no subitem 5.1 "m" e no artigo 56, caput da Lei Federal 8.666/1993:

- a) caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) seguro-garantia;
- c) fiança bancária.

O não comparecimento dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar desta publicação, conforme previsto no Item 14.2 do Edital, acarretará na aplicação das penas prevista no item 15 do Edital.

Concórdia, SC, 10 de agosto de 2015.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 72/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 72/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente à sétima parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Ensino Fundamental, no valor de R\$ 34.406,00 (trinta e quatro mil quatrocentos e seis reais).

Concórdia SC, 10 de agosto de 2015.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo

Secretário Municipal de Finanças

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 17/2015-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 17/2015 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde torna público o ato do Diretor Administrativo do Fundo Municipal de Saúde, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 10 de agosto de 2015 para Credenciamento de cedência de piscina para atividade de hidroterapia, a favor da locatária DIANE SALETE

PALUDO KAHER no valor estimado de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

ALESSANDRO VERNIZE
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DO CONTRATO Nº233/2015 -PMC

Contrato Nº : 233/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 4/2015

Objeto : contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), de duplicação da Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, localizada neste Município, com recursos oriundos do Convênio nº 800158/2013, através do Processo nº 1013907-59/2013, celebrado com a Caixa Econômica Federal e contrapartida municipal.

Vigência : Início: 10/08/2015 Término: 09/09/2016

Assinatura : 10/08/2015

Valor R\$: 5.201.538,98 (Cinco Milhões, Duzentos e Um Mil, Quinhentos e Trinta e Oito Reais e Noventa e Oito Centavos)

Dotação : 125 - 08.001.1009.344905198000000.01340000

Dotação : 127 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

RESCISÃO DE CONTRATO Nº 147/2013-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA

Pregão Presencial Nº 19/2013 - FMS

RESCISÃO DE CONTRATO

Processo Licitatório nº 66/2013

Pregão Presencial nº 19/2013

Contrato nº 147/2013

Contratada: TURBONET PROVEDOR LTDA EPP.

Rescisão Contratual, conforme prevê a Clausula Sétima do Contrato nº 147/2013, c/c os art. 78, inciso XII, que prevê rescisão do contrato por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento e art. 79, inciso I, do mesmo diploma legal determinado por ato unilateral e escrito pela administração, da Lei Federal nº 8.666/93;

Concórdia, SC, 07 de agosto de 2015.

ALESSANDRO VERNIZE
Gestor do FMS

RESOLUÇÃO Nº 027 DE 09 DE JULHO DE 2015-CMAS

RESOLUÇÃO Nº 027 de 09 de julho de 2015

Dispõe aprovação e destinação dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) referente aos Benefícios Eventuais.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA/SC – CMAS, em reunião ordinária realizada no dia 09 de julho de 2015, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social LOAS e suas alterações e o disposto na Lei Municipal nº 4.384, 15 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos Benefícios Eventuais, proveniente do FEAS, no valor de 11.259,38 (onze mil, duzentos e cinquenta e nove reais e trinta e oito centavos).

Parágrafo Único. Os Benefícios Eventuais referem-se às provisões suplementares e provisórias, prestadas ao cidadão e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

Art. 2º Os recursos serão destinados ao custeio de Benefícios Eventuais para a provisão de auxílio funeral, natalidade, situações de vulnerabilidade temporária e/ou de calamidade pública;

Art. 3º Os recursos cofinanciados de que trata esta resolução não poderão ser aplicados em itens referentes à órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentadura, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos, e outros itens inerentes à área da saúde, como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leite, dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoa que tenha necessidade de uso, conforme expresso na Resolução nº 39 do CNAS.

Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 09 de julho de 2015.

ROSENEI MANDUCA

Presidente do CMAS, em exercício

RESOLUÇÃO Nº 028 DE 09 DE JULHO DE 2015-CMAS

RESOLUÇÃO Nº 028 de 09 de julho de 2015

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Concórdia.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA/SC – CMAS, em reunião ordinária realizada no dia 09 de julho de 2015, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social LOAS e suas alterações e o disposto na Lei Municipal nº 4.384, 15 de dezembro de 2011, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS, no valor total de R\$ 26.073,65 (vinte e seis mil e setenta e três reais e sessenta e cinco centavos), referente ao ano de 2015, para cada CRAS.

Parágrafo 1º. Para o CRAS I Diva Aurora Tagliari Crippa e Centros de Convivência das sua área de abrangência, será utilizado para custeio e investimento, conforme deliberado pelo município e aprovado pelo CMAS do percentual de 30% para custeio e 70% para investimento;

Parágrafo 2º. Para o CRAS II Delfina Joana Frigo Saretta e Centros de Convivência das sua área de abrangência, será utilizado para custeio e investimento, conforme deliberado pelo município e aprovado pelo CMAS do percentual de 10% para custeio e 90% para investimento.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Instrumental de Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3o. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 09 de julho de 2015.
ROSENEI MANDUCA
Presidente do CMAS, em exercício

RESOLUÇÃO Nº 029 DE 09 DE JULHO DE 2015-CMAS

RESOLUÇÃO Nº 029 de 09 de julho de 2015

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de Concórdia

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA/SC – CMAS, em reunião ordinária realizada no dia 09 de julho de 2015, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social LOAS e suas alterações e o disposto na Lei Municipal nº 4.384, 15 de dezembro de 2011, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade proveniente do FEAS, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS no valor de R\$ 114.048,00 (cento e quatorze mil e quarenta e oito reais) sendo que 90% destina-se para investimento e 10% para custeio.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos seguintes Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade executados no CREAS, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução CNAS nº 109/ 2009:

- I – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI;
- II – Serviço Especializado em Abordagem Social;
- III - Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida – LA e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC;
- IV - Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.

Art. 3o. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 09 de julho de 2015.
ROSENEI MANDUCA
Presidente do CMAS, em exercício

RESOLUÇÃO Nº 030 DE 09 DE JULHO DE 2015-CMAS

RESOLUÇÃO Nº 030 de 09 de julho de 2015

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de Concórdia.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA/SC – CMAS, em reunião ordinária realizada no dia 09 de julho de 2015, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social LOAS e suas alterações e o disposto na Lei Municipal nº 4.384, 15 de dezembro de 2011, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade proveniente do FEAS, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS no valor de R\$ 109.007,75 (cento e nove mil e sete reais e setenta e cinco centavos), sendo que 70% destina-se para investimento e 30% para custeio.

Art. 2º Os recursos serão destinados para os Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução CNAS nº 109/2009, na modalidade de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes.

Art. 3º O gestor da política de assistência social deve assumir o compromisso e a responsabilidade com o reordenamento da oferta de serviços para na modalidade Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens.

Art. 4o. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 09 de julho de 2015.
ROSENEI MANDUCA
Presidente do CMAS, em exercício

RESOLUÇÃO Nº 111/2015 DE 10 DE AGOSTO 2015-CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 111/2015 DE 10 DE AGOSTO 2015.

Altera a resolução 102/2015 de 11 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre a Comissão de Eleição dos membros do Conselho Tutelar.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 139 da Lei nº 8.069/90, Lei nº 12.696/2012 e Artigo 24 da Lei Complementar Municipal nº 593 de 21 de setembro de 2011 e de acordo com reunião plenária realizada no dia 06 de agosto de 2015 e considerando:

Que Letícia Farina Puntel assumiu a presidência do CMDCA.

Resolve:

Art. 1º - Substituir a conselheira Letícia Farina Puntel, pela conselheira Tânia Denise Romani, na Comissão de Eleição para os membros do Conselho Tutelar.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor nesta data

LETÍCIA FARINA PUNTEL
Presidente do CMDCA

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 385/2015

DECRETO Nº 385/2015, DE 10 DE AGOSTO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde ao servidor Municipal, Sr. DIRCEU CESAR GUOLO, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura de acordo com o atestado anexo, a partir do dia 08 de agosto de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 10 de agosto de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO N.386/2015

DECRETO Nº 386/2015, DE 10 DE AGOSTO DE 2015

“NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, OBJETO DO EDITAL Nº001/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, o Sr. ANDRÉ RODRIGUES, para exercer o cargo de Fiscal de Tributos, Obras e Vigilância Sanitária, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, ficando lotado na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Art. 2º O servidor nomeado pelo presente, sujeitar-se-á ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal - Lei C. 18/2001, e ao Plano de cargos e salários - Lei C. 93/2013 e alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário,

Cordilheira Alta, SC, 10 de agosto de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Coronel Freitas

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 39/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação Nº 39/2015

Contratado: ELETRO ELETRÔNICA BEIRA LTDA ME

Valor total: R\$ 6.750,00 (Seis mil setecentos e cinquenta reais)

Vigência: 31/12/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE ELETROELETRÔNICOS

Fundamento Legal: Art. 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

Coronel Freitas (SC), 07 De AGOSTO de 2015

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 40/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação Nº 40/2015

Contratado: WANDERLEI LUIZ NOGUEIRA MARTINS

Valor total: R\$ 9.000,00 (Nove mil reais)

Vigência: 31/12/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO PARA TRANSPORTE E NIVELAMENTO DE CASAS

Fundamento Legal: Art. 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

Coronel Freitas (SC), 10 De Agosto de 2015

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 41/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação Nº 41/2015

Contratado: CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA

Valor total: R\$ 7.350,00 (Sete mil trezentos e cinquenta e reais)

Vigência: 31/12/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE BRITA GRADUADA

Fundamento Legal: Art. 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

Coronel Freitas (SC), 10 De Agosto de 2015

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº 151, DE 24 DE JULHO DE 2015.

DECRETO Nº 151, DE 24 DE JULHO DE 2015.

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora Géssica do Prado para o respectivo Cargo de Provimento em Comissão de Assessora de Administração Tributária, enquadrada na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário com contribuição para o Regime Geral da Previdência Social, conforme Lei Complementar Municipal 34/2013, de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 24 de julho de 2015.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº. 049/2015 DE CONTRATO DE 10 DE AGOSTO DE 2015.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº. 049/2015 DE CONTRATO DE 10 DE AGOSTO DE 2015.
MÊS/ANO: ABRIL/2014. NÚMERO CONTRATO:026/2014
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 14/04/2014

Celebram o QUARTO TERMO ADITIVO ao Contrato nº 026/2014, firmado em 14 de abril de 2014, oriundo do Processo Licitatório nº 010/2014, Tomada de Preço nº 001/2014, de conformidade com as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO PRAZO

O prazo de vigência do Contrato que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado para até 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA- DA RATIFICAÇÃO

Ficam rratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 02.131.315/0001-01
CONTRATADA: VISOLI CONSTRUTORA LTDA.

PORTARIA Nº. 123, DE 30 DE JULHO DE 2015.

PORTARIA Nº. 123, DE 30 DE JULHO DE 2015.

COLOCA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL À DISPOSIÇÃO DA CIDASC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Capítulo V, Artigo nº. 87, Inciso II, da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005, bem como pela Lei Municipal n. 559, de 11 de agosto de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º Colocar o servidor municipal Belonir dos Santos, matrícula nº 507, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Agropecuária CPF nº 047.065.979-35, à disposição da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC, com ônus para origem, para desenvolver atividades de Defesa Sanitária Animal no Município de Coronel Martins-SC, além de outras atividades inerentes à função, conforme convênio firmado entre o Município e a CIDASC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 140 de 28 de agosto de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 30 de Julho de 2015.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

Corupá

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 06/2015

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 06/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, no uso de suas atribuições legais, torna público que estarão abertas no período de 05 a 19 de agosto de 2015, no horário compreendido, das 8 às 12 horas, na Secretaria Municipal de Educação de Corupá, as inscrições de candidatos para provimento de vagas específicas na Administração Municipal, na área de Saúde e Educação para o ano de 2015, regendo-se pelas disposições do presente Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 – Este Processo Seletivo destina-se a selecionar candidatos para preenchimento das vagas criadas por tempo determinado e reger-se-á pela Legislação em vigor (Lei Complementar Municipal 014/09 de 15/12/2009), sendo o vínculo de trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, com contribuição para o Regime Geral de Previdência (INSS).

2 – DAS INSCRIÇÕES:

2.1 – Não será permitida a inscrição condicional ou por correspondência, admitindo-se, no entanto, por procuração, pública ou por instrumento particular com firma reconhecida, com poderes específicos para este Processo Seletivo, devendo o procurador entregar, além dos documentos exigidos, o instrumento de procuração original.

2.2 – O candidato inscrito por procuração assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu procurador na Ficha de Inscrição, arcando o candidato com as consequências de eventuais erros de preenchimento daquele documento.

2.3 – Em ocorrendo divergência entre o cargo indicado na procuração e o cargo indicado na Ficha de Inscrição, será considerado o que constar da Ficha de Inscrição.

2.4 – O candidato deverá preencher na ficha de inscrição o código do cargo que pretende atuar, munidos da documentação relacionada no item 3 e mediante preenchimento e entrega da Ficha de Inscrição, conforme modelo Anexo I.

2.5 – No ato da inscrição o candidato receberá seu respectivo comprovante de inscrição devidamente assinado pelo atendente.

2.6 – A inscrição só terá validade se o comprovante estiver devidamente assinado.

2.7 – É vedada a inscrição de ex-servidores públicos (federal, estadual ou municipal) que tenham sido demitidos a bem do serviço público, por abandono de cargo, bem como aqueles exonerados em estágio probatório em razão de inaptidão para o cargo.

2.8 – Se houver inscrição de candidatos na situação mencionada no parágrafo anterior, o mesmo terá sua contratação rescindida.

3 – DAS CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO:

3.1 – São condições para a inscrição:

a) Preencher corretamente a Ficha de Inscrição do Processo Seletivo, prevista no Anexo I;

b) Ser brasileiro nato ou naturalizado;

c) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos até o último dia da inscrição;

d) Encontrar-se no pleno gozo de seus direitos civis e políticos;

e) Estar quites com as obrigações militares e eleitorais;

f) Apresentar fotocópia da Cédula de Identidade (frente e verso);

g) Apresentar fotocópia do CPF;

h) Apresentar fotocópia do Comprovante de Residência (Conta de água, Telefone ou Luz), ou o candidato deverá apresentar como prova para comprovar a residência, declaração prevista no Anexo II;

i) Apresentar fotocópia do Comprovante de Escolaridade, conforme a exigência do cargo;

j) Apresentar declaração de tempo de serviço;

k) Fornecer com exatidão todos os demais dados necessários para o preenchimento da ficha de inscrição;

l) Conhecer e estar de acordo com as exigências do edital.

3.2 – As inscrições serão homologadas e publicadas na data provável de 24 de agosto de 2015.

4. DAS PROVAS E DE SEU LOCAL DE REALIZAÇÃO:

4.1 – Para os cargos de Enfermeiro ESF, Médico Pediatra 10h, Médico Pediatra 20h e Merendeira não haverá prova prática e escrita. A classificação será pela comprovação de escolaridade e comprovação do tempo de serviço na área, até 31 de maio de 2015, entregues no ato da inscrição.

5. DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO:

5.1 As listagens de classificação serão afixadas no mural da Prefeitura a partir de 25 de agosto de 2015 e na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

6. DAS VAGAS, FUNÇÃO, REMUNERAÇÃO, CARGA HORÁRIA E GRAU DE ESCOLARIDADE:

6.1 – As vagas e sua distribuição estão definidas, conforme quadro abaixo. As vagas são para cadastro reserva, não gerando ao município a obrigação da contratação.

	Cargo	Salário	Carga horária	Grau de Escolaridade
CR*	Enfermeiro ESF	R\$ 2.698,41	40h	Curso superior na área com registro no órgão de classe.
CR*	Médico Pediatra	R\$ 4.453,11	10h	Curso superior na área com registro no CRM.
CR*	Médico Pediatra	R\$ 6.193,09	20h	Curso superior na área com registro no CRM.
CR*	Merendeira	R\$ 884,71	44h	Séries Iniciais do Ensino Fundamental

*CR = Cadastro reserva

Adicional de auxílio alimentação para carga horária acima de 30 horas R\$ 286,00, de 20 horas a 29 horas R\$ 143,00 e de 10 horas a 19 horas R\$ 71,50.

7. DA CLASSIFICAÇÃO:

7.1 – A classificação dos cargos de Enfermeiro ESF, Médico Pediatra 10h, Médico Pediatra 20h e Merendeira será pela formação e tempo de serviço na função.

7.2 – O critério de desempate será o de idade, prevalecendo o candidato que tiver maior idade.

8. DO APROVEITAMENTO:

7.1. Os candidatos classificados serão convocados para atender as necessidades que surgirem no Município de Corupá.

7.2. Para efeitos de aproveitamento, serão respeitadas as listagens de classificação decorrentes de editais anteriores a este, dentro de sua validade.

7.3. As contratações serão efetuadas conforme necessidade do Município de Corupá, por tempo determinado, podendo ser prorrogado ou pelos prazos previstos na Lei Complementar nº 014/09.

9. DAS CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO:

9.1. Na admissão, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Habilitação;
- Quitação com obrigações militares e eleitorais;
- CPF e título de eleitor;
- Carteira de Trabalho;
- Conta Corrente na Caixa Econômica Federal;
- Comprovante de residência;
- Certidão de Nascimento dos filhos.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

10.1. A inscrição constará do preenchimento de ficha própria à disposição na Secretaria de Educação e Cultura;

10.2. Não será admitida inscrição condicional ou por correspondência, admitindo-se, porém por procuração, a qual deverá ser anexada à ficha de inscrição;

10.3. O processo seletivo de que trata este edital será realizado sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

10.4. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Coordenadora do Processo Seletivo;

10.5. A aprovação do candidato no Processo Seletivo Simplificado não gera ao Município a obrigatoriedade de sua contratação;

10.6. A vigência do presente Processo Seletivo Simplificado será de (01) um ano.

Corupá, 04 de agosto de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

FERNANDO GEAN LUNELLI
ASSESSOR JURÍDICO
OAB-SC 25.435

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO: EDITAL 06/2015

Número de inscrição: _____ Cargo: _____

I – Identificação

Nome: _____

Data Nasc.: _____ RG: _____

CPF: _____

Estado Civil: _____ No de Dependentes: _____

Portador de Necessidade Especial: () Não () Sim.

Qual ? _____

II – Endereço

Rua/Avenida: _____ Número: _____ Apto _____

Município: _____ Bairro: _____ UF: _____

Telefone: _____ E-mail: _____

III - Habilitação Profissional

() Curso Superior em: _____

IV- Tempo de Serviço

Anos	Meses	Dias

Corupá, ____ de _____ de 2015

Assinatura do responsável pela inscrição Assinatura do candidato

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ		
INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO Nº 06/2015		
	Nome do Cargo	
Nome do (a) Candidato (a):		
Portador de Necessidade Especial Sim Não	Qual:	
Corupá(SC)	Assinatura do Candidato:	Responsável pelo Recebimento - Prefeitura
//	(Obs: A Assinatura deverá ser igual a constante na identidade)	Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Declaramos para fins de comprovação de Residência a Comissão Executiva do Teste Seletivo do Município de Corupá/SC, que _____

(Nome do Declarante)

portador do CPF nº _____ Carteira de Identidade _____, reside no Bairro _____ deste Município, e demonstra ser uma pessoa idônea e merecedora de inteira confiança desta Comunidade.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração, para que surta os legais e jurídicos efeitos.

Corupá (SC), em ____ de _____ de 20__.

Assinatura declarante

LEI Nº 2191/15

LEI Nº 2191/15

DENOMINA PISTA DE SKATE "DAYAN ROBERTO DE SOUZA", A ÁREA CONHECIDA COMO PISTA DE SKATE MUNICIPAL, LOCALIZADA NA RUA JOSÉ PASQUALINI, 190, ANEXO AO GINÁSIO DE ESPORTES WILLY GERMANO GESSNER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos que, a Câmara de Vereadores aprovou e, eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica denominado "Pista de Skate DAYAN ROBERTO DE SOUZA", a área conhecida como Pista de Skate Municipal, localizada na Rua José Pasqualini, 190, anexo ao Ginásio de Esportes Willy Germano Gessner.

Art.2º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias própria, suplementadas se necessário.

Art.3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 05 de agosto de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos cinco dias do mês de agosto de 2015. Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS 026/2015

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO
Modalidade Pregão Presencial nº 026/15

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de controle de frota e logística com instalação e manutenção de equipamentos eletrônicos sendo 104 veículos iniciais do contrato conforme orçamento do SETOR DE ADMINISTRAÇÃO DE FROTAS DO MUNICÍPIO, através de locação de todos os materiais e equipamentos necessários com a finalidade de coletar as informações de utilização e condução, pelo período de 12 (doze) meses podendo ser prorrogado até 48 (quarenta e oito) meses, conforme inciso IV do art. 57 da Lei 8.666/93 e suas alterações, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08h00min do dia 11/08/2015 às 09h00min do dia 21/08/2015.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 21/08/2015.

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [http:// www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 11 de Agosto de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Curitibanos

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.635/2015

DECRETO Nº 4.635/2015

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – FMHIS CRIADO PELA LEI 4.959/2013 COM AS ALTERAÇÕES DA LEI N. 5.130/2013.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos

DECRETA

Art. 1º. Ficam nomeados os membros abaixo e seus respectivos suplentes para comporem o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS na forma que estabelece lei 4.959/2013 com as alterações da Lei n. 5.130/2013 e do Decreto n. 4.634/2015:

1 - Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação

Ângelo Scolaro- Titular

João Carlos Martins dos Santos - Suplente

2- Representante da Secretaria Municipal de Planejamento

Lenora Elisa Borsarini- Titular

Eliseu Flôr - Suplente

3- Representante da União das Associações de Bairros do Município de Curitibanos

Eloí Carvalho Serena – Titular

Harryson Fiorino- Suplente

4- Representante da ACEA- Associação Curitibanense de Engenheiros e Arquitetos

Marco André Rubnich- Titular

Cide Alfredo Fontana – Suplente

Art. 2º A presidência do Conselho Gestor do FMHIS- Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social será exercida pelo diretor responsável pela área Habitacional senhor Ângelo Scolaro.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando o Decreto n. 4.628/2015 e as Portarias 808/2013, 915/2013 e 1.830/2013.

Curitibanos, 27 de julho de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e um dias do mês de julho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

DECRETO Nº 4.625/2015

DECRETO Nº 4.625/2015

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos e consoante determina a Lei Complementar nº 11 de 14/12/1995 com as alterações da Lei Complementar nº 012/1996,

DECRETA

Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo para compor o Conselho Municipal de Assistência Social, na forma do que determina o artigo 3º da Lei Complementar nº 11/95, e Ata n. 097/CMAS/2015

I – Representantes área governamental

a) Representantes do órgão de Ação Social

Titular – Luciana França da Cruz

Suplente : Cleofana Deide Lima

b) Representante do órgão de Educação

Titular : Luci de Fátima Mello

Suplente : Patrícia Maciel Bastos

c) Representante do órgão de Habitação

Titular : Angelo Scolaro

Suplente : Neide Ariotti

d) Representante da Secretaria de Administração e Finanças

Titular : Simone Prates Figueira

Suplente : Aralí Khatia de Oliveira

e) Representante da Secretaria Municipal de Saúde

Titular : Rosimeri Rosa

Suplente : Eliane Regina Ortiz

II – Representante da área não governamental

a) Representantes dos trabalhadores no SUAS

Titular: Juliana Faedo

Suplente Luciana Aparecida Moratello

b) Representante dos trabalhadores no SUAS

Titular : Raquel Vanin

Suplente: Valdoir Zanchetti

c) Representante das entidades de Assistência Social

Titular: Nayara Webber

Suplente : Débora Mendes

d) Representante das entidades de Assistência Social

Titular : Jeanie Ribeiro Isphar Wendt

Suplente: Josiele dos Anjos Xavier

e) Representante dos Usuários da Política de Assistência Social

Titular : Ermelino Gonçalves de Moraes

Suplente : Mariza Borba

Art. 2º. A diretoria do Conselho Municipal de Assistência Social fica assim constituída:

- Presidente : Luciana França da Cruz

- Vice-Presidente: Juliana Faedo

- Secretária Raquel Vanin

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 21 de julho de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e um dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze, na secretaria e no mural da Prefeitura Municipal.

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

DECRETO Nº 4.630/2015

DECRETO Nº 4.630/2015

HOMOLOGA RESULTADO DO CONCURSO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba, e na forma determinada pela Lei Complementar nº 026/2002,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado do Concurso Público realizado através do Edital n. 001/2015 especificamente para os cargos de Servente de Obras (masculino), Educador e Cuidador Social; Técnico de Enfermagem (SAMU); Agente de Saúde e Monitor de Educação Infantil conforme lista anexa.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, 24 de julho de 2015.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.606/2015

DECRETO Nº 4.606/2015

REGULAMENTA A READAPTAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, PREVISTA NO ARTIGO 23 DA LEI COMPLEMENTAR N. 026/2002.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º A readaptação, prevista no artigo 23 da Lei Complementar n. 023/2002 verificar-se-á sempre que ocorra modificação do estado físico ou mental do servidor que venha a alterar sua capacidade para o trabalho.

Parágrafo Único: A readaptação será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos e, na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor exerce as suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

Art. 2º A readaptação será proposta mediante encaminhamento de solicitação de perícia médica para fins de readaptação, devidamente justificada:

I – pelo próprio servidor, à vista de laudo médico emitido por especialista;

II – por qualquer autoridade pertencente aos quadros do serviço público municipal, relativamente aos seus subordinados.

Art. 3º Compete exclusivamente ao Departamento de RH, através de inspeção oficial, a realização das perícias para fins de readaptação.

§ 1º Do laudo emitido por ocasião da perícia médica de que trata o “caput” deste artigo deverão constar informações claras e específicas acerca da eventual incapacidade laborativa do servidor, bem como:

I - nome completo do servidor, número da matrícula funcional, nomenclatura do cargo e função;

II - ambiente de trabalho e/ou atividades laborativas contra-indicadas;

III - data de nascimento;

IV - descrição das características físicas do servidor;

V - data do afastamento do trabalho;

VI - data do início da doença;

VII - data do início da incapacidade;

VIII - causa do afastamento do trabalho;

IX - história mórbida progressiva;

X - antecedentes pessoais;

XI - histórico da doença atual;

XII - exames solicitados ou apresentados

XIII - diagnóstico, indicando o Código Internacional de Doenças - CID em que o servidor está enquadrado;

XIV - conclusão pela readaptação;

XV - indicação de possíveis atividades funcionais em que o servidor possa ser readaptado;

XVI - data da realização da perícia;

XVII - número de inscrição no Conselho Regional de Medicina - CRM;

XVIII - assinatura dos peritos.

Art. 4º Nos casos em que a inspeção médica julgar necessário, o servidor deverá ser submetido a um programa de reabilitação que o conduza ao trabalho primitivo ou a um outro adequado à sua condição.

Art. 5º O laudo, de acordo com o formulário anexo, deverá ser conclusivo, submisso às normativas regentes à espécie, e deverá definir:

I – readaptação temporária, por prazo nunca superior a 2 anos para servidores portadores de incapacidade temporária para o exercício do cargo;

II – readaptação definitiva, para servidores cujo laudo médico ateste incapacidade permanente para o exercício do cargo;

III - nos casos em que houver contra-indicação para o desempenho de todas as tarefas do cargo, a readaptação será feita mediante transferência para cargo de classe diferente mas de igual padrão de vencimentos ou de igual remuneração;

IV - Nos casos em que a contra-indicação se verificar apenas para algumas tarefas do cargo ou com relação a certas condições ou ambientes de trabalho, a readaptação será feita pela designação de novas tarefas ou pela mudança para setor de trabalho onde as deficiências verificadas não tenham influência.

Art. 6º Ao requerimento de readaptação será acrescido pelo Departamento de Recursos Humanos certidão de qualificação do servidor, e encaminhado por aquele à inspeção oficial.

Art. 7º Aos servidores a quem haja sido concedida readaptação temporária aplicar-se-ão os seguintes procedimentos:

I – será considerado como de início de readaptação o 1º dia útil imediatamente subsequente ao da concessão.

II – o servidor readaptado deverá obrigatoriamente cumprir o rol de atividades definido pela inspeção oficial;

III – o servidor deverá apresentar-se para reavaliação até quinze (15) dias antes do término do prazo estipulado para sua readaptação.

§ 1º A inobservância do disposto no inciso anterior implicará a cessação automática da readaptação.

§ 2º Compete ao DRH acompanhar o cumprimento dos procedimentos de que trata este artigo.

§ 3º Sempre que o superior imediato constatar inadaptação do readaptado às novas atribuições ou seu descumprimento, deverá solicitar ao DRH reavaliação do Rol de Atividades ou da sua condição de readaptado.

§ 4º O servidor deverá ter exercício no primeiro (1º) dia útil imediatamente subsequente à comunicação do ato de readaptação, ou de cessação desta.

Art. 8º O DRH procederá a todos os estudos necessários a fim de apresentar a melhor solução para cada caso da espécie.

Art. 9º. A transferência poderá ser feita para cargo da mesma Secretaria ou de Secretaria onde houver cargo vago. Neste último caso, deverá ser previamente consultado o titular da Secretaria a que pertencer o cargo.

Art. 10. A critério da Administração, o servidor readaptado poderá ser nomeado para prover cargo em comissão ou ser designado para o exercício de outras funções do serviço público municipal, quanto à compatibilidade das novas atribuições com sua capacidade laborativa.

Art. 11 Nos casos de exoneração, dispensa, aposentadoria, falecimento ou transferência do readaptado, o superior imediato comunicará a ocorrência ao DRH.

Art. 12 Após conclusão do laudo, a inspeção médica, o médico do trabalho encaminhará todo o processo do servidor à Secretaria de Administração, a fim de formalizar a readaptação, mediante a edição de ato específico para tal fim.

Art. 13 Caso o servidor não consiga se adaptar às atividades existentes, e fique constatada sua incapacidade permanente ao serviço público, será encaminhado à reavaliação a fim de realizar os procedimentos para aposentadoria por invalidez.

Art. 14. No caso de professor em processo de readaptação, permanecerá este com o direito a gratificação pelo exercício em sala de aula, apenas nos casos em que esteja readaptado como 2º professor em exercício em sala de aula, adequado às limitações físicas.

Art. 15 O servidor readaptado não sofrerá alteração em seus vencimentos, excepcionados os adicionais e gratificações propter laborem, devendo cumprir a mesma carga horária observada no momento da readaptação, podendo ou não permanecer no mesmo local de trabalho.

Art. 16. Ao servidor é permitido indicar, sob suas expensas, médico de sua confiança para acompanhar a avaliação da Junta Médica Oficial.

Art. 17. São obrigações do servidor readaptando, sob pena de responsabilização administrativa:

I - comparecer aos exames, consultas, perícias e reavaliações determinados pela Administração Municipal;

II - colaborar no processo de readaptação e/ou remanejamento, exercendo com eficácia, zelo e dedicação as funções compatíveis com a capacidade residual;

III - participar de programa de reabilitação de servidor, quando

instituído pelo Município, ainda que através de convênios ou similares.

Art. 18 Os servidores que se encontrarem em procedimento de readaptação na data da edição deste decreto serão submetidos a nova avaliação pericial e o procedimento obedecerá ao contido neste Capítulo, recomeçando-se a contagem dos períodos fixados.

Art. 19 Este decreto entra em vigor nesta data, revogando disposições contrárias.

Curitiba, 30 de junho de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos trinta dias do mês de junho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.621/2015

DECRETO Nº 4.621/2015

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA FORMA AUTORIZADA PELA LEI Nº 5.526/2015

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto crédito especial junto a Lei nº 5.329/2014 do orçamento da Prefeitura no valor de R\$ 168.500,00 (cento e sessenta e oito mil e quinhentos reais) para atender as ações desenvolvidas pela Administração na forma autorizada pela Lei n. 5.526/2015, a saber:

ABRE CRÉDITO ESPECIAL

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL

18.541.0019.2062 MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL

4490000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 168.500,00

Art. 2º. Fica anuladas as dotações orçamentárias abaixo na forma autorizada pela Lei n. 5.526/2015 cujos recursos serão necessários para abertura do crédito especial:

ANULAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

08.843.0000.0001 PAGAMENTO DE JUROS DA DÍVIDA INTERNA

3290000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 8.600,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL

15.541.0022.2068 MANUT. DAS ATIV. AMB. E POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO

3390000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 21.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL

18.541.0019.1021 AQUISIÇÃO DE IMÓVEL NOVO CEMITÉRIO MUNICIPAL

4490000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 14.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL

18.541.0019.1022 PAVIMENTAÇÃO DO CEMITÉRIO SÃO FRANCISCO

4490000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 13.700,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

15.452.0018.1017 CONTRUÇÃO AMPL. E REFORMA DE PRAÇAS

4490000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 76.700,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

26.781.0019.2064 MANUTENÇÃO DO AEROPORTO MUNICIPAL

3390000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 20.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.07 SECRETARIA DA IND. COM. E TURISMO

20.608.0023.2070 REALIZAÇÃO DE FEIRAS, EXPOSIÇÕES E EVENTOS

3390000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 14.500,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 168.500,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 14 de julho de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos quatorze dias do mês de julho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.622/2015

DECRETO Nº 4.622/2015

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos e na forma da lei 5.149/2013

DECRETA

Art. 1º - Ficam suplementadas as dotações do orçamento da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 50.500,00 (cinquenta mil e quinhentos reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.365.0014.1010 OBRAS PARA O ENSINO INFANTIL

4490000000.00.1036 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 50.500,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 50.500,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação de recursos do SALÁRIO EDUCAÇÃO, no valor de R\$ 50.500,00 (Cinquenta mil e quinhentos reais).

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 14 de julho de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos quatorze dias do mês de julho do

ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.623/2015

DECRETO Nº 4.623/2015

HOMOLOGA A PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS NA REALIZAÇÃO DA 2ª CONFERÊNCIA REGIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMURC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, no uso de suas atribuições legais e considerando a Resolução 172 de 2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, a Resolução 001/2015 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), com apoio e parceria da SDR – Secretaria de Desenvolvimento Regional de Curitibanos e Prefeitura Municipal de Santa Cecília/SC;

DECRETA

Art. 1º Fica CONVOCADA e HOMOLOGADA a participação do Município de Curitibanos na realização da 2ª Conferência Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente a ser realizada em plano microrregional, pelos Municípios de Curitibanos, Frei Rogério, Santa Cecília, Ponte Alta do Norte e São Cristóvão do Sul, em conformidade com o Edital de Convocação 003/2015 da Amurc, (ANEXO I) do presente Decreto.

Art. 2º A 2ª Conferência Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente será realizada no dia 08 de Julho de 2015, das 13h00' às 17h00', junto às dependências do Lions Clube, sito na Rua Vicente Alves da Silva, s/n, em frente à garagem da Prefeitura, no Bairro Marciliano Fernandes em Santa Cecília, SC.

Art. 3º A 2ª Conferência Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente dos Municípios da Amurc terá como tema central "Política e o Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente".

Art. 4º. A Conferência encaminhará propostas e elegerá delegados (as) à Conferência Estadual

Art. 5º. A Conferência Regional será presidida pelo Presidente da Associação de Municípios da Região da Amurc, ou, em sua ausência, por integrante da Comissão Organizadora da Conferência.

Art. 6º. A Comissão Coordenadora do evento será integrada pelos Secretários de Assistência social dos Municípios da Amurc e por um agente técnico de área afim indicado por cada município.

Art. 7º. As despesas com a organização e realização da Conferência correrão por conta dos recursos orçamentários da Prefeitura Municipal de Curitibanos

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 14 de julho de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos quatorze dias do mês de julho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

DECRETO Nº 4.624/2015

DECRETO Nº 4.624/2015

NOMEIA PESSOAL PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS DE APTIDÃO FÍSICA PARA O CARGO DE AGENTE DE TRÂNSITO DO CONCURSO Nº 001/2015

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

RESOLVE

Art. 1º. Ficam designados os servidores Francisco Carlos do Carmo, Andrei de Oliveira Zanelatto e Cintia Raimundo da Silva, como avaliadores na realização das provas de aptidão física do cargo de Agente de Trânsito para preenchimento das vagas previstas no Edital de Concurso público n. 001/2015

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de julho de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria aos dezessete dias do mês de julho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.626/2015

DECRETO Nº 4.626/2015

APROVA LOTEAMENTO "NOVA ALVORADA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma do que dispõe o Capítulo X da Lei Complementar n. 048/2006,

DECRETA

Art. 1º. Fica aprovado o Projeto do Loteamento Nova Alvorada, denominado pela Lei Complementar n. 138/2015 localizado no Perímetro Urbano de Curitiba, na rua Dr. Henrique Paulo Kern, no Bairro São Luiz, com área total de 314.093,00 m² (trezentos e quatorze mil, noventa e três metros quadrados) e área real loteável de 265.097,61 m² (duzentos e sessenta e cinco mil, noventa e sete metros e sessenta e um centímetros quadrados) de propriedade do Município de Curitiba e objeto da matrícula imobiliária n.23.277 do Cartório de Registro de Imóveis desta comarca, conforme Parecer técnico da Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 2º. O prazo para execução das obras e serviços a que se referem os incisos I e II do art. 18 da Lei Complementar n. 048/2006 é de dois anos, contados da data da publicação do presente decreto.

Art. 3º. Passa a integrar o presente decreto o demonstrativo das áreas de utilidade pública e as áreas destinadas a comercialização.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 21 de julho de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e um dias do mês de julho

do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Lenora Elisa Borsarini
Secretária de Planejamento

DECRETO Nº 4.627/2015

DECRETO Nº 4.627/2015

REGULAMENTA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – FMHIS CRIADO PELA LEI 4.959/2013

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba

DECRETA

Art. 1º. O Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social- FMHIS criado pela lei n. 4.959/2013 será gerido por um Conselho Gestor como órgão deliberativo que será composto de forma paritária por órgãos e entidades do poder Executivo e representantes da sociedade civil.

Art. 2º O Conselho Gestor será composto por membros titulares e respectivos suplentes, representantes dos seguintes órgãos e entidades nomeados por ato do chefe do Poder Executivo :

1. Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação
2. Representante da Secretaria Municipal de Planejamento
3. Representante da União das Associações de Bairros do Município de Curitiba
4. Representante da ACEA

Art.3º. A presidência do Conselho gestor do FMHIS será exercida pelo diretor responsável pelo departamento de Habitação.

Art.4º. Revoga-se o decreto n. 4.300/2013 .

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 21 de julho de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e um dias do mês de julho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

DECRETO Nº 4.628/2015

DECRETO Nº 4.628/2015

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – FMHIS CRIADO PELA LEI 4.959/2013.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba

DECRETA

Art. 1º. Ficam nomeados os membros abaixo e seus respectivos suplentes para comporem o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS na forma que estabelece lei 4.959/2013 e do Decreto n. 4.627/20158:

- 1 - Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação

Angelo Scolaro- Titular
João Carlos Martins dos Santos - Suplente
2- Representante da Secretaria Municipal de Planejamento
Lenora Elisa Borsarini- Titular
Eliseu Flôr - Suplente
3- Representante da União das Associações de Bairros do Município de Curitiba
Eloí Carvalho Serena – Titular
Harryson Fiorino- Suplente
4- Representante da ACEA
Marco André Rubnich- Titular
Cide Alfredo Fontana – Suplente

Art. 2º . A presidência do Conselho Gestor do FMHIS será exercida pelo diretor responsável pela área Habitacional senhor Angelo Scolaro.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as Portarias n. 808/2013, 915/2013 e 1830/2013

Curitiba, 21 de julho de 2015.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e um dias do mês de julho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

DECRETO Nº 4.629/2015

DECRETO Nº 4.629/2015
NOMEIA PSICOLOGO PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS PRÁTICAS DE PSICOTÉCNICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS ATRAVÉS DO CONCURSO Nº 002/2014

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

RESOLVE

Art. 1º. Fica designada a servidora Caroline Beuter, matrícula n. 1238886, ocupante do cargo de Psicóloga para realização do exame psicotécnico do cargo de Agente de Trânsito para preenchimento das vagas previstas no Edital de Concurso público n. 001/2015

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 24 de julho de 2015.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria aos vinte e quatro dias do mês de julho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.631/2015

DECRETO Nº 4.631/2015
ESTABELECE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DO MUNICÍPIO.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma do artigo 81 da Lei Complementar n. 046/2006:

DECRETA

Art. 1º. Fica fixado o horário para fechamento de bares, casas noturnas e lanchonetes em Curitiba;

- I – Bares – até as 22 horas
- II – Casas noturnas – até as 4:00 horas
- III – Lanchonetes com cozinha autorizada pela vigilância sanitária – até as 1:00 hora

Art. 2º. Vendedores ambulantes que comercializam alimentos poderão ter seu horário estendido até as 4:00 horas.

Art. 3º. Os estabelecimentos que tiverem registros de ocorrências de perturbação da ordem pública, de crimes contra a vida ou integridade física, poderão ter seus horários de funcionamento reduzidos por determinação do departamento de tributação do Município.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 24 de julho de 2015.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e quatro dias do mês de julho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.632/2015

DECRETO Nº 4.632/2015
SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da lei 5.149/2013

DECRETA

Art. 1º - Ficam suplementadas as dotações do orçamento do Fundo Municipal de Educação no valor de R\$ 1.888.084,32 (um milhão, cento e oitenta e oito mil oitenta e quatro reais, trinta e dois centavos) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0014.1010 OBRAS PARA O ENSINO INFANTIL
4490000000.00.1032 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 1.888.084,32
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 1.888.084,32

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte dos recursos provenientes do repasse do FNDE do TERMO DE COMPROMISSO PAC2 7097/2013, no valor de R\$ 1.888.084,32

(Hum milhão oitocentos e oitenta e oito mil oitenta e quatro reais e trinta e dois centavos).

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 24 de julho de 2015.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e quatro dias do mês de julho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Kleberson Luciano Lima
Secretário de Educação e Cultura

DECRETO Nº 4.633/2015

DECRETO Nº 4.633/2015

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA VI CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba, em conjunto com o Conselho Municipal de Assistência Social.

DECRETA

Art.1º. Fica convocar a VI Conferência Municipal de Assistência Social com o fim de avaliar a situação atual da Assistência Social e propor novas diretrizes para o seu aperfeiçoamento, em especial os avanços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Art. 2º A VI Conferência Municipal de Assistência Social realizar-se-á no dia 31 de julho de 2015.

Art. 3º A VI Conferência Municipal de Assistência Social terá como tema geral "Consolidar o SUAS de vez rumo à 2016" e o lema: "Pacto republicano do SUAS rumo a 2026 – O SUAS que queremos."

Art.4º O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, e a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação ficam encarregados de tomar as providências necessárias para o cumprimento do objeto desta Portaria.

Art.5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 24 de julho de 2015.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria aos vinte e quatro dias do mês de julho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

DECRETO Nº 4.634/2015

DECRETO Nº 4.634/2015

REGULAMENTA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – FMHIS CRIADO PELA LEI 4.959/2013 COM AS ALTERAÇÕES DA LEI Nº 5.130/2013.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º. O Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social-FMHIS criado pela lei n. 4.959/2013 com as alterações da Lei n.

5.130/2013 será gerido por um Conselho Gestor como órgão deliberativo que será composto de forma paritária por órgãos e entidades do poder Executivo e representantes da sociedade civil.

Art. 2º O Conselho Gestor será composto por membros titulares e respectivos suplentes, representantes dos seguintes órgãos e entidades nomeados por ato do chefe do Poder Executivo :

- 1 . Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação
2. Representante da Secretaria Municipal de Planejamento
3. Representante da União das Associações de Bairros do Município de Curitiba
4. Representante da ACEA- Associação Curitibanense de Engenheiros e Arquitetos

Art.3º. A presidência do Conselho gestor do FMHIS - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social será exercida pelo diretor responsável pelo departamento de Habitação.

Art.4º. Revogam-se os decretos nº 4.300/2013 e Decreto nº 4.627/2015.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 27 de julho de 2015.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e sete dias do mês de julho do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

DECRETO Nº 4.636/2015

DECRETO Nº 4.636/2015

ESTABELECE INDICES DE REAJUSTE DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – COSIP .

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da Lei Complementar n. 028/2002:

DECRETA

Art. 1º. Fica reajustado o valor da Contribuição para o custeio dos serviços de iluminação Pública – COSIP para 2015 em 22,52% conforme art. 374 § 2º da Lei Complementar n. 028/2002 passando os valores a vigorar conforme tabela abaixo:

Faixa de Consumo KWH	Valor mensal da COSIP R\$
01 a 50	Isento
51 a 79	9,36
Acima de 80	14,52

Art. 3º. Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 3 de agosto de 2015.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada o presente decreto aos três dias do mês de agosto do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.637/2015

DECRETO Nº 4.637/2015

INCLUI NOVO LOGRADOURO NA ÁREA DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO CRIADO PELA LEI Nº 5.050/2013

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da Lei n. 5.050/2013,

DECRETA

Art. 1º. Passa a integrar o estacionamento rotativo de Curitiba, como parte do Decreto n. 4.350/2013 que regulamenta o estacionamento rotativo criado pela Lei n. 5.050/2013, o pátio do Terminal Urbano do Município.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 05 de agosto de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos cinco dias do mês de setembro do ano dois mil e treze na portaria da Prefeitura Municipal

Hercilio Beppler
Secretário Municipal Transportes e Obras

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 155/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 155/2015

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONFECÇÃO DE BANNERS EM LONA 280 GR, COLORIDOS, COM ACABAMENTOS EM MADEIRA, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 17:30 horas do dia 24/08/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 18:00 horas do dia 24/08/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba, no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 10 de agosto de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

Dionisio Cerqueira

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE DIONISIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 039/2015. Objeto: contratação de empresa par coleta e destinação correta a medicamentos vendidos recolhida pela Receita Federal e Policia Federal.. Entrega da documentação e propostas até as 08:00 horas do dia 21/08/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 10/08/2015.

João Stahl – Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE DIONISIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 040/2015. Objeto: Aquisição de fraldas para pacientes acamados.. Entrega da documentação e propostas até as 10:00 horas do dia 21/08/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 10/08/2015.

João Stahl – Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE DIONISIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 041/2015. Objeto: Prestação de serviços de monitoramento e locação de aparelhos para o Caps.(Centro de atendimento Psicossocial) Entrega da documentação e propostas até as 11:30 horas do dia 21/08/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 10/08/2015.

João Stahl – Gestor do FMS

CHAMADA PUBLICA PROCESSO SELETIVO 001/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2015
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira , Estado de Santa Catarina, vem por meio deste, CONVOCAR aos interessados, inscritos e aprovados no Processo Seletivo nº 001/2015, para a realização da 3ª CHAMADA para a escolha de vagas, a qual se dará conforme abaixo:

A escolha de vagas acontecerá:

- Dia 14 de agosto de 2015 (sexta-feira);

- Às 08h na Sala de Recursos Humanos, junto a Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira-SC, localizada na Rua Santos Dumont, nº 413, Centro.

Dionísio Cerqueira-SC, 07 de agosto de 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATOS 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
CONTRATO 013/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira

Contratado: Luiz Gonzaga Dias

Objeto Locação de imóvel para o CREAS Centro de Referencia de Assistência Social Origem: Processo 017/2015 Modalidade: DL nº 017/2015. Valor R\$ 4.000,00 - Vigência: 06/08/2015 à 05/01/2016. Dionísio Cerqueira 06/08/2015

Maria Cristina Wagner Schirmech - Coordenadora FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E DA ADOLESCENCIA
CONTRATO 004/2015

Contratante: Fundo Municipal de Infância e Adolescência.

Contratado: Ivone C.S.Paz Cantarelli – ME.

Objeto Prestação de serviços para realização de oficinas de Circuito de Crossfit e Oficina de Capoeira. Origem: Processo 005/2015 –. Modalidade: Pregão nº 004/2015. Valor R\$ 12.000,00 - Vigência: 01/06/2015 à 31/08/2015. Dionísio Cerqueira 01/06/2015

Maria Cristina Wagner Schirmech - Coordenadora FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E DA ADOLESCENCIA
CONTRATO 005/2015

Contratante: Fundo Municipal de Infância e Adolescência.- FIA

Contratado: Ponto Sul Serviços Ltda-ME.

Objeto Prestação de serviços para realização de oficinas de Culinária Origem: Processo 005/2015 –. Modalidade: Pregão nº 004/2015. Valor R\$ 14.610,00 - Vigência: 01/06/2015 à 31/08/2015.

Dionísio Cerqueira 01/06/2015

Maria Cristina Wagner Schirmech - Coordenadora FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E DA ADOLESCENCIA
CONTRATO 006/2015

Contratante: Fundo Municipal de Infância e Adolescência.- FIA

Contratado: Ivan de Marco – MEI.

Objeto Prestação de serviços para realização de oficinas de Reciclagem e Oficinas de Artes Origem: Processo 005/2015 –. Modalidade: Pregão nº 004/2015. Valor R\$ 8.944,00.

Vigência: 01/06/2015 à 31/08/2015.

Dionísio Cerqueira 01/06/2015

Maria Cristina Wagner Schirmech - Coordenadora FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA SC
CONTRATO N.º Nº 2623.0414.204-18/2013.

CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 2623.0414.204-18/2013. Tomador: Município de Dionísio Cerqueira – SC. CNPJ: 83.026.773/0001-74. Objeto: Implantação de obras de pavimentação e qualificação de vias urbanas no município; Programa; PRÓ-TRANSPORTE – PAC 2. Empréstimo sob forma de financiamento, concedido pela CAIXA, lastreado em recursos do FGTS, repassados pelo agente operador à CAIXA, nas condições estabelecidas no programa Pró-Transporte. Amparo legal: Lei Municipal nº 4403/2015 de 08/01/2015. Valor do financiamento R\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais); Valor da contrapartida R\$ 78.999,63 (setenta e oito mil novecentos e noventa e nove reais e sessenta e três centavos). Data da assinatura: 03/08/2015. Registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Dionísio Cerqueira - SC sob registro nº 008.148, livro B-061, folha 010 em 07/08/2015. - Altair Rittes - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5429/2015 NOMEAÇÃO CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DECRETO Nº 5429/2015.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA/SC E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Nº 4.296/2013.

DECRETA:

Art.1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, órgão que dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social do Município de Dionísio Cerqueira, composta dos membros abaixo descritos.

Nome	Representatividade	Função
Zanete Beal	Governo – Secretaria de Educação	Titular
Vera Lucia Meires	Governo – Secretaria de Educação	Suplente
Elsa de Paula dos Santos	Governo – Secretaria de Saúde	Titular
Angelita Poletto	Governo – Secretaria de Saúde	Suplente
Taise Bortoluzzi Piasecki	Governo – Secretaria de Assistência Social	Titular
Maria Cristina Wagner	Governo – Secretaria de Assistência Social	Suplente
Jair Barbosa	Governo – Secretaria de Administração	Titular
Karin Diel	Governo – Secretaria de Administração	Suplente
Simone Bachmann da Silva	Governo – Secretaria de Agricultura	Titular
Geovane Ruschel	Governo – Secretaria de Agricultura	Suplente
Patrícia Maria de Souza	Governo – Segurança Pública	Titular
Everaldo Weiss Gonçalves	Governo – Segurança Pública	Suplente
Maria Roesler	Entidade - Pastoral	Titular
Neusa Schmidt	Entidade - Pastoral	Suplente
Elena Hubner	Entidade - ACERCO	Titular
Everaldo Luiz Becker	Entidade - ACERCO	Suplente
Agassir Anzolin	Usuário	Titular
Lizete de Oliveira	Usuário	Suplente
Roseli de Lima	Usuário	Titular
Ana Braum	Usuário	Suplente
Manoela Cozer	Trabalhadores do SUAS	Titular
Lizandra Righi	Trabalhadores do SUAS	Suplente
Wiliam Haefliger	Trabalhadores do SUAS	Titular
Viviane Rost	Trabalhadores do SUAS	Suplente

Art.2º Todos os membros exercerão a função no CMAS até o fim do mandato, ou seja, julho de 2017, quando deverá ser realizada a eleição do novo Conselho, de acordo com a Lei Municipal Nº4.296/2013.

Art.3º As despesas decorrentes da execução deste ato, correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art.4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo a 09 de julho de 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 07 DE AGOSTO 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data na forma da Lei.
Data 29/07/2015.

JEFERSON JONAS ÁVILA
Secretário Municipal

RESULTADO DE LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

O Fundo Municipal de Assistência Social de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 017/2015. Modalidade: DL nº 017/2015, Objeto Locação de imóvel para o CRE-AS Centro de Referência de Assistência Social - Valor R\$ 4.000,00 Vencedor :Luiz Gonzaga Dias – Vigência 01/08/2015 à 31/12/2015. - Dionísio Cerqueira 06/08/2015.

Maria Cristina Wagner Schirmech - Coordenadora FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DA INFANCIA E DA ADOLESCENCIA.

O Fundo da Infância e da Adolescência de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 005/2015. Modalidade: Pregão nº 004/2015, Objeto Contratação de empresa para realização de oficinas para o Fundo da Infância e da Adolescência vencedores: Ivone C.S.Paz Cantarelli – ME.- Valor R\$ 12.000,00 – Ponto Sul Serviços Ltda - ME - Valor R\$14.610,00 Ivan de Marco MEI. Valor R\$ 8.944,00 -.

Dionísio Cerqueira 30/06/2015.

Maria Cristina Wagner Schirmech
Coordenadora FMAS

Ermo

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO N° 40/2015

EXTRATO DO CONTRATO n° 40/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Saulo Luiz de Luca

OBJETO: Contratação de um profissional especializado na área de geologia para acompanhamento técnico da extração de seixo a céu-aberto sem beneficiamento.

VIGÊNCIA: 03/08/2015 á 31/12/2015.

VALOR TOTAL: R\$ 3.940,00 (três mil, novecentos e quarenta reais)

Data da assinatura: 03/08/2015

EXTRATO DO CONTRATO N° 41/2015 - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 43/2014

EXTRATO DO CONTRATO n° 41/2015

1º Termo Aditivo ao Contrato n° 43/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: CAMILO E GHISI LTDA

OBJETO: contratação de empresa especializada para a construção de um espaço educacional com 06 salas de aulas, com área de 851,63 m², composto de bloco pedagógico, bloco administrativo, bloco de serviço, pátio central, conforme modelo padrão FNDE (Fundo Nacional Desenvolvimento da Educação), com capacidade para 216 alunos, situado na BR 285, km 07, s/n, no município de Ermo/SC.

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução previsto na Cláusula Sétima do contrato de origem fica aditado por mais 180 (cento e oitenta) dias para a execução da obra.

DATA DA ASSINATURA: 10/08/2015

Forquilha

PREFEITURA

LEI Nº 2.115, DE 10 DE AGOSTO DE 2015.

LEI Nº 2.115, DE 10 DE AGOSTO DE 2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS AO FORQUILHINHA FUTEBOL CLUBE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos financeiros ao Forquilha Futebol Clube, associação civil de direito privado, fundada em 23 de janeiro de 2011 e localizada na Rua Antônio Machado, nº 165, Bairro Ouro Negro, Município de Forquilha, Estado de Santa Catarina, entidade sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública Lei nº 1.921, de 19 de novembro de 2013, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº. 97.533.830/0001-16, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para o exercício do ano de 2015 e R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para o exercício do ano de 2016, com o objetivo de fomentar a prática de esportes no Município de Forquilha.

Art. 2º Para viabilização da presente Lei fica o Município autorizado a celebrar convênio fixando critérios de aplicação dos recursos e respectiva prestação de contas.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta da dotação do orçamento vigente do município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 10 de agosto de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 10 de agosto de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 2.116, DE 10 DE AGOSTO DE 2015.

LEI Nº 2.116, DE 10 DE AGOSTO DE 2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS AO CTG DO TIO CHICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos financeiros ao CTG do Tio Chico, entidade sem fins lucrativos, declarado de utilidade pública pela Lei Municipal nº 385, de 02 de dezembro de 1996, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº. 80.167.679/0001-47, no montante de R\$

8.000,00 (oito mil reais) que serão utilizados para custear despesas com premiação e infraestrutura do XXVIII Rodeio Crioulo Nacional.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 10 de agosto de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 10 de agosto de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 2.117, DE 10 DE AGOSTO DE 2015.

LEI Nº 2.117, DE 10 DE AGOSTO DE 2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS À ASSOCIAÇÃO DE MORADORES LINHA EYNG.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a repassar recursos financeiros no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a Associação de Moradores da Linha Eyng, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita do CNPJ/MF sob nº. 04.263.609/0001-04, declarada de utilidade pública através da Lei nº. 797, de 07 de novembro de 2001, para custear despesas da construção de cerca e portões do Centro Comunitário.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente.

Art. 3º A Associação terá o prazo de até 60 (sessenta) dias para aplicação dos recursos e de até 90 (noventa) dias para a devida prestação de contas.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 10 de agosto de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 10 de agosto de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0096_2015-PMF RP 0062

Aviso do Pregão Presencial nº 0096/2015 – PMF
Registro de Preços Nº 0062/2015 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de tintas para demarcação viária, tachões e cola para tachões, que será usado na sinalização viária, para uso do Órgão Executivo de Trânsito do Município (ORTFRAI). Validade da Ata de Registro de Preços: agosto a dezembro de 2015. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 09:15 horas do dia 24.08.2015. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 10 de agosto de 2015.
Ivo Biazolo
Prefeito

DECRETO Nº 166/2015

DECRETO Nº 166, DE 10 DE AGOSTO DE 2015.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o disposto no artigo 18 da Lei Nº 2276, de 05 de dezembro de 2014 e o disposto no item 4,2 da Nota Técnica Nº 509/2006-GEACC/CCONT-STN de 27 de março de 2006, expedida pelo Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional;

DECRETA:

Art.1º Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2015 no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.361.0005.1.013 – Construção, Reformas e Equipamentos das Quadras e ou Ginásios Esportivos do Ensino Fundamental		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.9316 (278)	R\$	25.000,00
Total	R\$	25.000,00

Art.2º Os recursos necessários para a suplementação do artigo anterior correrão à conta do Convênio TR 2825, Celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Videira e o Município de Fraiburgo, tendo como objeto a Reforma do Ginásio de Esportes da Escola Municipal Eurico Pinz do Bairro São Miguel e rendimentos de aplicação financeira dos recursos do respectivo convênio.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 10 DE AGOSTO DE 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

EXTRATO DE CONTRATO Nº CT15PMF98_DOM

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT15PMF98
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA EXECUÇÃO DE REFORMA NO CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL FAXINAL DOS CARVALHOS, LOCALIZADO NA ESTRADA MUNICIPAL FB 280, INTERIOR DESTA MUNICÍPIO, PARA ADEQUAÇÃO DO REFEITÓRIO, COM FORNECIMENTO DO MATERIAL E MÃO DE OBRA, DE ACORDO COM OS MEMORIAIS E PROJETOS (ANEXOS AO PAL). VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 16.611,54 (DEZESSEIS MIL SEISCENTOS E ONZE REAIS E CINQUENTA E QUATRO CENTAVOS). DATA DO CONTRATO: 10.08.2015. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: DE 10.08.2015 A 31.12.2015. PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 DIAS APÓS A EMISSÃO E ENTREGA DA ORDEM DE SERVIÇOS. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0140/2015 – PMF. MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 0013A/2015. RECURSOS: 01.0323 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

FRAIBURGO (SC), 10 DE AGOSTO DE 2015
IVO BIAZZOLO
PREFEITO

PORTARIA Nº 1847/2015

PORTARIA Nº 1847, DE 10 DE AGOSTO DE 2015.
Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

O Prefeito de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar ADEMIR VICENTE FRANCO DE SOUZA JUNIOR, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 327.795.578-85, contratado em caráter temporário na função de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 11406, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo CT15PMF98, Processo Administrativo Licitatório nº 0140/2015, Tomada de Preços nº 0013A/2015, cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução de reforma no Centro Educacional Municipal Faxinal dos Carvalhos, localizado na Estrada Municipal Fb 280, interior deste município, para adequação do refeitório, com fornecimento do material e mão de obra, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de agosto de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1848/2015

PORTARIA N.º 1848, DE 10 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034 de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1139/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARIA SERLEI HOLEK, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 384.847.069-15, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de agosto de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1849/2015

PORTARIA N.º 1849, DE 10 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 19 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1139/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANDREIA NUNES, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 052.117.169-57, contratado(a) em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de agosto de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1850/2015

PORTARIA N.º 1850, DE 10 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0010 de 17 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1139/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de VANESA FÁTIMA CHAVES FÉLIX, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 070.247.879-29, contratado(a) em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de agosto de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1851/2015

PORTARIA N.º 1851, DE 10 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034 de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1139/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUANA APARECIDA DOS SANTOS, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 006.272.379-08, contratado(a) em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de setembro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

RECURSOS FEDERAIS 11.08.2015

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
09/07/2015	FNS	VIG. SANITÁRIA	422,48
04/08/2015	FNS	SAMU	12.500,00
04/08/2015	FNS	SAMU	9.419,00
05/08/2015	FNS	PAB FIXO	75.391,33
03/08/2015	FNS	PMAQ	43.900,00
06/08/2015	FNS	MAC	95.000,05
06/08/2015	FNS	MAC -SM	7.500,00
06/08/2015	FNS	MAC - CAPS	28.305,00

Secretaria de Finanças

Galvão

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO 040/2015

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 040/2015, Edital de Carta Convite 005/2015, tipo menor preço por lote até às 09h:00min. do dia 18 de agosto de 2015, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSISTENCIA NA ORGANIZAÇÃO DA II MOSTRA DA BEZERRA A SER REALIZADA NOS DIAS 25 E 26 DE SETEMBRO, CONFORME CONVENIO Nº 2015TR846 CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA E O MUNICIPIO DE GALVÃO, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br

Galvão - SC, 10 de agosto de 2015.

Neri Pederssetti

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 048/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 048/2015
PMG E FMS

Ata nº. 048/2015; Processo nº.65/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. Contratada: ANCS DISTRIBUIDORA LTDA; BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME; ELO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME; EMPREIO DO PAPEL COMERCIAL DE PAPEIS LTDA ME; JAMPER COMERCIAL LTDA; PERUIBE COMERCIO DE PRODUTOS ELETRO ELETRONICOS LTDA; TREZE COMERCIAL LTDA ME; Objeto: Registro de preço para aquisição parcelada, conforme a necessidade de materiais de Copa, Cozinha, Higiene e limpeza para atender as Secretarias administradas pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba.; Valor: R\$ 853.674,28 (Oitocentos e cinquenta e três mil seiscentos e setenta e quatro reais e vinte e oito centavos); Data da Assinatura: 14/07/2015

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 20/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Contrato nº 020/2015; Processo nº. 050/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: SILVEIRA MARTINS CONSTRUÇÕES LTDA EPP. CNPJ: 13.565.760/0001-98. Objeto O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do contrato por 30 (trinta) dias, conforme ofício encaminhado pela Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Serviços Urbanos, anexo a este termo; Data da Assinatura: 06/08/2015.

PORTARIA N.º 660/2015.

PORTARIA N.º 660, DE 07 DE AGOSTO DE 2015.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 10 (dez) dias, concedidas através da Portaria n.º 211/2015 e suspensas através da Portaria n.º 9323/2015, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora MICHELINE ARANHA DE ARAÚJO LUIZ, Matrícula Funcional n.º 5553, no período de 10/08/2015 à 19/08/2015.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 10/08/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de agosto de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 11/08/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

PORTARIA N.º 661/2015.

PORTARIA N.º 661, DE 07 DE AGOSTO DE 2015.
DESIGNA SERVIDOR PARA RESPONDER PELAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos da Lei Municipal n.º 1000/2005 e demais legislação vigente, o Servidor JOÃO DA SILVA PACHECO, Diretor Executivo de Saúde, CPF n.º 077.198.849-49, para responder interinamente e com ônus pelas atribuições do cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE da Prefeitura Municipal de Garopaba, a partir de 10/08/2015.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 10/08/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de agosto de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 11/08/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

PORTARIA N.º 662/2015.

PORTARIA N.º 662, DE 10 DE AGOSTO DE 2015.
CONSTITUI A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO (CAEP) DOS SERVIDORES VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente e considerando o Decreto n.º 142/2010 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. Constituir a COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO (CAEP), formada pelos servidores municipais: JOSÉ ANTÔNIO GONÇALVES, KELLY FERNANDA DE OLIVEIRA, FLAVIA PEREIRA PEREIRA, ANDREA MARIA DE ARAUJO e CARMEM APARECIDA DE SOUZA para, sob a presidência do primeiro, efetuem a coordenação e supervisão do processo de avaliação de Estágio Probatório dos servidores vinculados à Secretaria Municipal de Educação, admitidos através do Concurso Público n.º 0001/2009.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de agosto de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 11/08/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

Garuva

PREFEITURA

DECRETO Nº 120/2015

DECRETO Nº 120 DE 10 DE AGOSTO DE 2015

“Nomeia Comitê para acompanhamento da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB do Município de Garuva e dá outras providências”.

JOSÉ CHAVES, PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E COM BASE NA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL e em conformidade com o Termo de Referência elaborado pela FUNASA, faz saber que,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituído o Comitê Coordenativo e o Comitê Executivo para acompanhamento da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB do Município de Garuva.

Art. 2º São membros do Comitê Coordenativo, sob a Coordenação da Secretária de Saneamento Ambiental:

I. Secretária de Saneamento Ambiental

Titular – Marcelo Eduardo Person

Suplente – Thobias Lemke

II. Secretária de Infraestrutura e Urbanismo

Titular – Gilmar Martins

Suplente – Iolando de Assis

III. Secretária de Saúde

Titular – Vanessa Marilyng Backes Nagel

Suplente – Ariane Leandro

IV. Secretária de Desenvolvimento Social e Habitação

Titular – Devair Hilario da Silva

Suplente - Ana Cláudia Pionhievicz

V. Associação Empresarial de Garuva – ACIG

Titular – Heinrich Hosang

Suplente – Celio Pedrinho Catapan

VI. Associação dos Produtores Rurais de Garuva

Titular – Ana Paula Kruger

Suplente – Mayra Roberta de Araujo Bueno

Parágrafo único: Os serviços prestados como membros do Comitê Coordenativo serão considerados de relevante interesse social e não remunerados.

Art. 3º São representantes do Comitê Executivo:

I. Engº Civil e Agrimensor Vilson Paganini Bellettini – FUCRI

II. Engº Civil Tiago Rosso Urbano – FUCRI

III. Engª Ambiental MSc. Morgana Levati Valvassori – FUCRI

IV. Engº Ambiental MSc. Sérgio Luciano Galatto – FUCRI

V. Engº Químico José Alfredo Dallarmi da Costa – FUCRI

VI. Economista MSc Amauri de Souza Porto Junior – FUCRI

VII. Assistente Social Lutiele da Silva Ghelere – FUCRI

VIII. Arquiteta Raquel Stoltz Back – FUCRI

IX. Assistente Ambiental Adrielli da Silva Oenning – FUCRI

X. Assistente Ambiental Nicole Chini Colonetti – FUCRI

XI. Assistente Ambiental Joana Gomes Meller - FUCRI

Art. 4º A equipe da FUCRI apoiará o município na elaboração dos produtos que compõem o Plano Municipal de Saneamento Básico, conforme determina o Termo de Referência estabelecido pela Fundação Nacional de Saúde.

Art. 5º A FUNASA através do Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica- NICT participará de forma orientativa no Comitê de Coordenação.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO Nº 01 EDITAL DE CONCURSO PUBLICO Nº 01/2015

RETIFICAÇÃO Nº 01 AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 001/2015

CONSIDERANDO a necessidade de especificar os pré-requisitos dos cargos de Professor de Ética e Cidadania e Professor de Educação Especial, assim como corrigir os salários base dos cargos de Fiscal de Obras e Fiscal de Tributos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA torna público aos candidatos interessados no Concurso Público Edital 001/2015, que nesta data, foram retificadas as seguintes informações deste Edital:

No Edital 001/2015, Anexo 1 (Cargos, Número de Vagas, Cargas Horárias, Salários Mensais, Auxílio Alimentação e Pré-requisitos), alínea B (Cargos de Nível Médio), na coluna “Salário Base” para o cargo de Fiscal de Obras, onde se lê:

“R\$ 1.767,37”

Leia-se:

“R\$ 1.632,21”

No Edital 001/2015, Anexo 1 (Cargos, Número de Vagas, Cargas Horárias, Salários Mensais, Auxílio Alimentação e Pré-requisitos), alínea B (Cargos de Nível Médio), na coluna “Salário Base” para o cargo de Fiscal de Tributos, onde se lê:

“R\$ 1.767,37”

Leia-se:

“R\$ 1.632,21”

No Edital 001/2015, Anexo 1 (Cargos, Número de Vagas, Cargas Horárias, Salários Mensais, Auxílio Alimentação e Pré-requisitos), alínea D (Cargos de Nível Superior Magistério), na coluna “Habilitação exigida para o cargo” para o cargo de Professor de Educação Especial, onde se lê:

“Licenciatura Plena na área de atuação”

Leia-se:

“Licenciatura Plena em Pedagogia ou Educação Especial”

No Edital 001/2015, Anexo 1 (Cargos, Número de Vagas, Cargas Horárias, Salários Mensais, Auxílio Alimentação e Pré-requisitos), alínea D (Cargos de Nível Superior Magistério), na coluna “Habilitação exigida para o cargo” para o cargo de Professor de Ética e Cidadania, onde se lê:

“Licenciatura Plena na área de atuação”

Leia-se:

“Licenciatura Plena em Filosofia, Sociologia, História, Geografia, Ciências Naturais ou Ciências Biológicas”

Esta Retificação entra em vigor na data de sua publicação, sendo o Anexo 1 do Edital 001/2015 consolidado com as alterações decorrentes desta Retificação.

Garuva/SC, 10 de agosto de 2015.

José Chaves

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.520, DE 04 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº 6.520, DE 04 DE AGOSTO DE 2015.

NOMEIA CLÁUDIO ROBERTO ÁVILA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE ESPORTES.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado CLÁUDIO ROBERTO ÁVILA, CPF nº 389.317.370-68, para o cargo em comissão de Diretor de Esportes da Fundação Municipal de Esportes, Nível CC, Ref 55, com 40 horas semanais, a partir de 03/08/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 03/08/2015 e revogando a Portaria nº 3.335/2014.

Gaspar, 04 de agosto de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.521, DE 05 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº 6.521, DE 05 DE AGOSTO DE 2015.

NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2015, aprovado para o cargo abaixo especificado, com carga horária e lotação conforme segue:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
FRANCIEL JOSE GANANCINI	MONITOR DE AREA AZUL	40	1º	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 05 de agosto de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.524 DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº 6.524 DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

DELEGA PODERES PARA ASSINAR, EM CONJUNTO, CHEQUES EMITIDOS E PAGAMENTOS ELETRÔNICOS DAS CONTAS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE GASPAR

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica delegado ao Diretor - Presidente da Fundação Municipal de Esportes, MARCELO FONTES SCHRAMM, inscrito no CPF sob nº 453.985.699-53 e o servidor municipal EDUARDO ERNESTO DIAS, inscrito no CPF sob nº 368.908.040-15, poderes exclusivos para assinar, em conjunto, os cheques emitidos da Fundação Municipal de Esportes das contas bancárias aqui descritas, e/ou efetivar pagamentos eletrônicos, consultar extratos e saldos das respectivas, ou ainda, eventuais contas a serem abertas em nome deste Fundo Municipal:

I – Caixa Econômica Federal – 54-0 – (Banco: 104 Ag 1073 CC 54-0)

II - Caixa Econômica Federal – 144-9 – (Banco: 104 Ag 1073 CC 144-9)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 07 de agosto de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 166/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Dispensa de Licitação nº 166/2015

OBJETO: Locação de bem imóvel destinado às instalações do CEJA – Centro de Educação de Jovens e Adultos, situada na Rua Prefeito Leopoldo Schramm, 64, bairro Coloninha, nesta cidade de Gaspar/SC. CONTRATADO: VITAL MONDINI (020.282.129-34). Valor Total Julgado: R\$ 22.263,96 (Vinte e dois mil duzentos e sessenta e três reais e noventa e seis centavos). BASE LEGAL: Art. 24, X, da Lei 8.666/93.

Gaspar(SC), 30 de julho de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

INEXIGIBILIDADE Nº 175/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº 175/2015

OBJETO: Contratação do Espetáculo de contador de história "PARCE COISA DE OUTRO MUNDO e IRMÃOS GRIMM, ENCANTO SEM FIM", a realizar-se no dia 11 de agosto as 8h30min e as 14h e no dia 08 de outubro às 10h e 14h, na sede da Biblioteca Pública Municipal Dom Daniel Hostin e na sala de leitura Vinícius de Moraes em Gaspar. CONTRATADO: EMILIANO DANIEL DE SOUZA (887.313.169-72). Valor Total Julgado: R\$ 1.300,00 (um mil, e trezentos reais). BASE LEGAL: Art. 25, inciso III, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 10 de agosto 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

LEI COMPLEMENTAR Nº 62, DE 10 DE AGOSTO DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 62, DE 10 DE AGOSTO DE 2015.
DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I DA NATUREZA E DA FINALIDADE

Art. 1º O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Política da Assistência Social do Município de Gaspar, de caráter permanente e de composição paritária entre o governo e a sociedade civil, observado o disposto no art. 16, parágrafo único, da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Assistência Social de Gaspar é vinculado ao órgão gestor de Assistência Social, que deve prover a infraestrutura necessária ao seu funcionamento, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, e arcando com despesas referentes a passagens, traslados, alimentação, hospedagens de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício das suas atribuições.

Art. 2º O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS tem a finalidade de deliberar, acompanhar, avaliar e exercer o Controle Social sobre a Política de Assistência Social, em âmbito municipal.

§ 1º As ações deliberativas e reguladoras são aquelas que estabelecem, por meio de resoluções, as ações da Assistência Social, contribuindo para a continuação do processo de implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e da Política Nacional de Assistência Social – PNAS.

§ 2º As ações de acompanhamento e avaliação devem ser direcionadas à execução dos serviços prestados pela Política Municipal de Assistência Social e pelas entidades e organizações de Assistência Social privadas, e advêm da competência de formular recomendações e orientações aos integrantes do sistema descentralizado de Assistência Social.

§ 3º O Controle Social é o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da Política de Assistência Social, do Plano Municipal de Assistência Social e dos recursos financeiros destinados a sua implementação, sendo uma das formas de exercício desse controle zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços socioassistenciais para todos os destinatários desta Política.

CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA E DO EXERCÍCIO

Art. 3º Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS:

I - elaborar seu Regimento Interno, sendo este o conjunto de normas administrativas definidas pelo Conselho, com o objetivo de orientar o seu funcionamento;

II - aprovar a Política Municipal, elaborada em consonância com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e com as diretrizes estabelecidas pelas Conferências de Assistência Social, podendo contribuir nos diferentes estágios de sua formulação;

III – elaborar o Planejamento Estratégico do Conselho, como objetivo de definir metas, ações, estratégias e prazos, envolvendo todos os/as conselheiros (as) titulares e suplentes, e os técnicos (as) do conselho;

IV - convocar, num processo articulado com a Conferência Nacional e Estadual, a Conferência Municipal de Assistência Social;

V - convocar e aprovar as normas de funcionamento da Conferência Municipal, bem como constituir a Comissão Organizadora e o respectivo Regimento Interno;

VI - encaminhar as deliberações da Conferência Municipal aos órgãos competentes e monitorar seus desdobramentos;

VII - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os impactos sociais e o desempenho dos benefícios, rendas, serviços socioassistenciais, programas e projetos aprovados na Política Municipal de Assistência Social;

VIII - normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da Assistência Social, exercendo essas funções num relacionamento ativo e dinâmico com os órgãos gestores, resguardando-se as respectivas competências;

IX - aprovar o Plano Integrado de Capacitação de Recursos Humanos para a área de Assistência Social, de acordo com as Normas Operacionais Básicas do SUAS (NOB-SUAS) e de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS) e a Resolução nº 237, de 14 de dezembro de 2006, ou outra que vier a lhe substituir;

X - zelar pela implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, buscando suas especificidades no âmbito do governo municipal e efetiva participação dos segmentos de representação dos Conselhos;

XI - aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações de Assistência Social no município, tanto os recursos próprios quanto os oriundos de outras esferas de governo, alocados no respectivo Fundo de Assistência Social de Gaspar - FASG;

XII - aprovar critérios de partilha de recursos, respeitando os parâmetros adotados na Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS e explicitar os indicadores de acompanhamento;

XIII - propor ações que favoreçam a interface e superem a sobreposição de programas, projetos, benefícios, rendas e serviços;

XIV – inscrever, acompanhar, monitorar e fiscalizar as entidades e organizações de Assistência Social no município;

XV – atender as demandas oriundas da população usuária e da rede socioassistencial, no que tange tanto a apresentação de propostas de debates quanto para a apresentação de denúncias;

XVI - informar ao Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS sobre o cancelamento de inscrição de entidades e organizações de Assistência Social, para que este adote as medidas cabíveis;

XVII - acompanhar o processo do pacto de gestão entre as esferas nacional, estadual e municipal, efetivado na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e Comissão Intergestores Bipartite - CIB, estabelecido na NOB/SUAS;

XVIII - divulgar e promover a defesa dos direitos socioassistenciais;

XIX - acionar o Ministério Público, como instância de defesa e garantia de suas prerrogativas legais; e

XX - publicar no respectivo Diário Oficial todas as suas deliberações.

Art. 4º Para o exercício de suas competências, o Conselho Municipal de Assistência Social solicitará os seguintes documentos e informações:

I - da Secretaria Municipal de Assistência Social:

a) o Plano Municipal de Assistência Social;

b) o Plano de Ação;

c) a proposta orçamentária da Secretaria de Assistência Social para apreciação e aprovação;

d) o Plano de Inserção e Acompanhamento de usuários do Benefício de Prestação Continuada - BPC e do Programa Bolsa Família - PBF;

e) o Plano de Aplicação do Fundo de Assistência Social de Gaspar - FASG, balancete trimestral e prestação de contas ao final do exercício;

f) as informações relativas ao montante de recursos transferidos para o Fundo Municipal de Assistência Social, oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social e do Fundo Estadual de Assistência Social, quando for o caso;

g) as informações relativas aos recursos repassados pelo Fundo de Assistência Social de Gaspar às entidades e organizações de Assistência Social;

h) a relação das contas correntes que compõem o respectivo Fundo de Assistência Social de Gaspar;

i) os demonstrativos das contas bancárias sob gestão do Fundo de Assistência Social de Gaspar;

j) o relatório anual da gestão e demonstrativo sintético da execução física e financeira; e

k) o Plano de Capacitação dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social - SUAS;

II - das entidades e organizações de Assistência Social:

a) o Estatuto Social;

b) o Plano de Ação;

c) o relatório de atividade anual de execução do Plano de Ação; e

d) os documentos contábeis;

III - do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS:

a) para conhecimento, os documentos deliberados em Assembleia Geral, principalmente as atas; e

b) quando necessário, o assessoramento na aplicação de normas e resoluções fixadas pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;

IV - do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,

a senha de acesso ao Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social; e

V - da Comissão Intergestores Bipartite - CIB, para conhecimento, os documentos de pactuações publicados no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo único. Além dos documentos elencados nos incisos de I a V deste artigo, o Conselho Municipal de Assistência Social poderá requisitar outros que se fizerem necessários para o exercício de suas competências.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

Seção I

Da Composição

Art. 5º O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS deverá ser composto por 50% (cinquenta por cento) de representantes do governo e 50% (cinquenta por cento) de representantes da sociedade civil, com o presidente eleito, entre os seus membros, em reunião plenária, com a alternância do governo e da sociedade civil na Presidência e na Vice-Presidência em cada mandato, sendo permitida uma única recondução.

§ 1º Os conselheiros titulares e suplentes terão mandato de dois anos, permitida uma única recondução, por igual período.

§ 2º Quando houver vacância no cargo de presidente não poderá o vice-presidente assumir para não interromper a alternância da presidência entre governo e sociedade civil, cabendo realizar nova eleição para finalizar o mandato, conforme previsão a constar no Regimento Interno do Conselho.

§ 3º Sempre que houver vacância de um membro da Mesa Diretora ou similar, seja ele representante de um órgão governamental ou de uma entidade da sociedade civil, caberá ao plenário do Conselho decidir sobre a ocupação do cargo vago, seja por aclamação ou voto, devendo essa situação e a forma de sucessão estar contempladas no Regimento Interno.

§ 4º O Conselho Municipal de Assistência Social será composto por 12 (doze) membros titulares e respectivos suplentes, respeitados os seguintes critérios:

I - seis representantes de secretarias municipais e respectivos suplentes, e que sejam servidores que detenham efetivo poder de representação e decisão no âmbito da Administração Pública, da seguinte forma:

a) dois da Secretaria Municipal de Assistência Social;

b) um da Secretaria Municipal de Educação;

c) um da Secretaria Municipal de Saúde;

d) um do Departamento de Habitação; e

e) um da Secretaria Municipal de Administração; e

II - seis representantes da Sociedade Civil e respectivos suplentes, da seguinte forma:

a) dois representantes dos usuários ou organizações de usuários da assistência social;

b) dois representantes de entidades e organizações de Assistência

Social, devidamente inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social; e

c) dois representantes de entidades de trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social.

§ 5º A eleição da sociedade civil ocorrerá em foro próprio, coordenado pelo Conselho Municipal de Assistência Social sob a supervisão do Ministério Público, tendo como candidatos e/ou eleitores os descritos no inciso II do § 4 deste artigo. Deve-se, ainda, observar:

I - caberá a Presidência do Conselho Municipal de Assistência Social encaminhar ao órgão oficial do município responsável pelas publicações, a convocação do foro de que trata o presente artigo, por meio de chamamento público em diário de grande circulação municipal;

II - após a escolha dos representantes da sociedade civil, a Presidência do Conselho Municipal de Assistência Social encaminhará ao Chefe do Poder Executivo a nominata para a respectiva nomeação em forma de Decreto; e

III - o processo de eleição dos representantes da sociedade civil será fixado em Regimento Interno próprio para esta finalidade.

§ 6º Recomenda-se que a nomeação, responsabilidade do respectivo Chefe do Poder Executivo, e a posse dos conselheiros ocorram em prazo adequado e suficiente para não existir descontinuidade do funcionamento do Conselho.

Art. 6º Serão consideradas organizações de usuários aquelas juridicamente constituídas que tenham, estatutariamente, entre seus objetivos, a defesa dos direitos dos indivíduos e grupos vinculados à Política Municipal de Assistência Social, sendo caracterizado seu protagonismo na organização mediante participação efetiva nos órgãos diretivos que os representam, por meio da sua própria participação ou de seu representante legal, quando for o caso.

Art. 7º Serão consideradas entidades de Assistência Social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e/ou assessoramento aos beneficiários abrangidos pela Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.

§ 1º As entidades e organizações de Assistência Social podem ser consideradas isoladas ou cumulativamente:

I - de atendimento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de Proteção Social Básica ou Proteção Social Especial, dirigidos às famílias e aos indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal, nos termos da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e da Resolução do CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009;

II - de assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de Assistência Social, nos termos da Lei nº 8.742/93 e respeitadas às deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS); e

III - de defesa e garantia de direitos: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socio-assistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos,

dirigidos ao público da Política de Assistência Social, nos termos da Lei nº 8.742/93 e respeitadas às deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

§ 2º As entidades e organizações de Assistência Social deverão estar inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social para seu regular funcionamento, nos termos do art. 9º da Lei nº 8.742/93, ao qual caberá a fiscalização dessas entidades e organizações independentemente do recebimento ou não de recursos públicos.

§ 3º Na hipótese de atuação em mais de um município ou estado, as entidades e organizações de Assistência Social deverão inscrever seus serviços, programas, projetos e benefícios no Conselho de Assistência Social do respectivo município que se pretende atingir, apresentando, para tanto, o plano e o relatório de atividades, bem como o comprovante de inscrição no Conselho Municipal de sua sede ou de onde desenvolve suas principais atividades.

Art. 8º Serão consideradas entidades de trabalhadores do setor as associações de trabalhadores, sindicatos, fóruns, federações, confederações, centrais sindicais, conselhos federais e regionais, bem como núcleos de profissões regulamentadas que organizam, defendem e representam os interesses dos trabalhadores que atuam institucionalmente na Política de Assistência Social, conforme preconizado na Lei Orgânica de Assistência Social, na Política Nacional de Assistência Social e na Norma Operacional Básica, Recursos Humanos e no Sistema Único de Assistência Social, mediante os critérios estabelecidos no Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 9º Os conselheiros não receberão qualquer remuneração por sua participação no colegiado e seus serviços prestados serão considerados, para todos os efeitos, como de interesse público e relevante valor social.

Art. 10. A participação de representantes do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não cabe nos Conselhos Municipais de Assistência Social, sob pena de incompatibilidade de poderes.

Seção II

Da Organização

Art. 11. O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS será composto dos seguintes órgãos:

I – da Assembleia Geral;

II – da Mesa Diretora;

III – das Comissões;

IV – da Secretaria Executiva; e

V – dos Grupos de Trabalhos Temporários.

§ 1º A Assembleia Geral é órgão deliberativo e soberano do Conselho Municipal de Assistência Social.

§ 2º A Mesa Diretora do Conselho Municipal de Assistência Social, eleita pela maioria absoluta dos votos da Assembleia Geral para mandato de no mínimo dois anos, permitida uma única recondução, é composta pelos seguintes cargos:

I - Presidente;

II - Vice-Presidente;

III - 1º Secretário; e

IV - 2º Secretário.

§ 3º As Comissões, os Grupos de Trabalhos Temporários e a Mesa Diretora deverão possuir composição paritária entre governo e sociedade civil.

§ 4º A Secretaria Executiva é órgão de apoio técnico e administrativo do Conselho Municipal de Assistência Social e terá suas atribuições definidas no Regimento Interno e atuará também seguindo a orientação da Mesa Diretora

Seção III

Do Funcionamento

Art. 12. O Plenário reunir-se-á, obrigatoriamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, sempre que necessário e funcionará de acordo com o Regimento Interno, que definirá, também, o quórum mínimo para o caráter deliberativo das reuniões do Plenário e para as questões de suplência e perda de mandato por faltas, conforme previsto em Regimento Interno.

Art. 13. O Conselho tem autonomia de se autoconvocar, devendo esta previsão constar do Regimento Interno e suas reuniões devem ser abertas ao público, com pauta e datas previamente divulgadas.

Art. 14. O Conselho de Assistência Social deverá ter uma Secretaria Executiva composta por profissionais com formação de nível superior dentre as áreas, Serviço Social, Psicologia, Direito, Administração, Contabilidade, Economia, Economia Doméstica, Pedagogia, Terapia Ocupacional e Sociologia, conforme Resolução nº 17, de 20 de junho de 2011 e devidamente inscritos nos respectivos conselhos profissionais.

§ 1º A Secretaria Executiva deverá ser a unidade de apoio ao funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social, para assessorar suas reuniões e divulgar suas deliberações, devendo contar com pessoal técnico-administrativo.

§ 2º A Secretaria Executiva poderá requisitar consultoria e assessoramento de instituições, órgãos e entidades ligados à área da Assistência Social, para prestar apoio técnico-logístico.

Art. 15. As Comissões Temáticas serão criadas por Resoluções, aprovadas em Plenária, integradas por conselheiros titulares e suplentes sendo obrigatória a designação das seguintes Comissões:

I - Normas e Regulamentos;

II- Inscrições de Entidades;

III - Financiamento e Orçamento; e

IV - Acompanhamento dos serviços socioassistenciais dos Programas Federais.

Art. 16. Recomenda-se que, no início de cada nova gestão, seja realizado o Planejamento Estratégico do Conselho, com o objetivo de definir metas, ações, estratégias e prazos, envolvendo todos os conselheiros, titulares e suplentes, e os técnicos do Conselho.

Art. 17. Devem ser programadas ações de capacitações continuadas dos conselheiros visando o fortalecimento e a qualificação de seus espaços de articulação, negociação e deliberação e, para tanto, deve-se prever recursos financeiros nos orçamentos, utilizando-se para este fim os recursos repassados pelas três esferas de governo.

Art. 18. O Conselho deve estar atento à interface das Políticas

Sociais, de forma a propiciar significativos avanços, tais como:

I - ampliação do universo de atenção para os segmentos excluídos e vulnerabilizados;

II - demanda e execução de ações próprias focadas nos destinatários em articulação com outras Políticas Públicas;

III - articulação das ações e otimização dos recursos, evitando-se a superposição de ações e facilitando a interlocução com a sociedade; e

IV - garantia da construção de uma Política Pública efetiva, bem como articulação intersetorial, através de reuniões interconselhos.

Seção IV

Do Desempenho

Art. 19. Para o bom desempenho do Conselho é fundamental que os conselheiros:

I - sejam assíduos às reuniões;

II - participem ativamente das atividades do Conselho;

III - colaborem no aprofundamento das discussões para auxiliar nas decisões do Colegiado;

IV - divulguem as discussões e as decisões do Conselho nas instituições que representam e em outros espaços;

V - contribuam com experiências de seus respectivos segmentos, com vistas ao fortalecimento da Política de Assistência Social;

VI - mantenham-se atualizados em assuntos referentes à área de Assistência Social, indicadores socioeconômicos do país, Políticas Públicas, orçamento, financiamento, demandas da sociedade;

VII - colaborem com o exercício do Controle Social;

VIII - atuem, articuladamente, com o seu suplente e em sintonia com a sua entidade;

IX - desenvolvam habilidades de negociação e prática de gestão intergovernamental;

X - estudem e conheçam a legislação da Política de Assistência Social;

XI - aprofundem o conhecimento e o acesso a informações referentes à conjuntura relativa à Política Social;

XII - mantenham-se atualizados a respeito do custo real dos serviços e programas de Assistência Social e dos indicadores socioeconômicos da população, que demandam esses serviços, para então argumentar, adequadamente, as questões de orçamento e cofinanciamento;

XIII - busquem aprimorar o conhecimento in loco da rede pública e privada prestadora de serviços socioassistenciais;

XIV - mantenham-se atualizados sobre o fenômeno da exclusão social, sua origem estrutural e nacional, para poderem contribuir com a construção da cidadania e no combate à pobreza e à desigualdade social; e

XV - acompanhem, permanentemente, as atividades desenvolvidas pelas entidades e organizações de Assistência Social, para

assegurar a qualidade dos serviços oferecidos aos beneficiários das ações de Assistência Social.

CAPÍTULO IV DO CONTROLE SOCIAL

Art. 20. No exercício da orientação e controle do Fundo Municipal de Assistência Social, o Conselho Municipal de Assistência Social adotará as seguintes medidas:

I - orientar, controlar e fiscalizar a gestão do Fundo Municipal de Assistência Social, por meio de resoluções relativas à elaboração da proposta orçamentária, que trata da destinação dos recursos, aos critérios de partilha, ao plano de aplicação e à execução orçamentária e financeira;

II - certificar se a Secretaria Municipal de Assistência Social divulga amplamente para a comunidade local, os benefícios, serviços, programas, e projetos assistenciais, bem como os recursos disponibilizados pelo poder público;

III - assegurar que o orçamento do município disponibilize recursos próprios destinados à Assistência Social, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social, o que constitui condição para os repasses de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS;

IV - apreciar e aprovar a proposta de Lei Orçamentária Municipal, na Função - Assistência Social, considerando os seguintes aspectos:

a) se está contemplada a apresentação dos programas e das ações, em coerência com o Plano Municipal de Assistência Social, de acordo com os níveis de complexidade dos serviços, programas, projetos e benefícios, alocando-os como sendo de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social - PNAS e o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS; e

b) se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não-governamentais estão alocados no Fundo Municipal de Assistência Social, constituído como unidade orçamentária, e se os recursos voltados às atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor desta Política;

V - decidir sobre a regularidade do Plano de Ação Anual, indicando se está de acordo, e assim, autorizar o repasse de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS;

VI - analisar se foram cumpridas as metas físicas e financeiras constantes do plano de ação, mediante a emissão de parecer, observando:

a) a documentação recebida do órgão gestor da Assistência Social, bem como de sua capacidade de gestão;

b) a relação com o Plano Municipal de Assistência Social;

c) a execução e aplicação dos recursos financeiros recebidos na conta do respectivo Fundo Municipal de Assistência Social;

d) regularização no alcance da previsão de atendimento;

e) qualidade dos serviços prestados; e

f) articulação com as demais Políticas Sociais;

VII - verificar, mediante acesso à Rede de Sistema Único de Assistência Social - SUAS, se o Plano de Ação está em conformidade

com o Plano Municipal de Assistência Social, aprovado pelo próprio Conselho;

VIII - analisar o Plano de Ação e verificar se as metas de atendimento de usuários estão de acordo com os dados da efetiva demanda local, para os serviços cofinanciados pelos pisos de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial;

IX - convocar o Conselho para análise e deliberação das prestações de contas, do cofinanciamento federal representada pelo demonstrativo sintético anual da execução físico-financeira do Sistema Único de Assistência Social - SUAS;

X - certificar se o município recebe, com regularidade, recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS e do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, e propor medidas saneadoras para solução do problema, previstas no Regime Interno; e

XI - verificar as razões para os eventuais atrasos ou suspensão de repasse dos recursos às entidades de Assistência Social e propor medidas para solução do problema, previsto no Regimento Interno.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. Será emitida declaração a todos os Conselheiros regularmente nomeados, no ato de sua posse e ao término do respectivo mandato, em reconhecimento aos serviços de relevante interesse público e social prestados.

Art. 22. As reuniões são públicas, portanto abertas à população, que pode inclusive pedir a palavra para fazer observações ou tirar dúvidas, mas somente os conselheiros podem votar nas deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 23. O Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social complementar a estruturação, competências e atribuições definidas nesta Lei Complementar, devendo ser submetido à Assembleia Geral, submetendo-o ao Chefe do Poder Executivo para homologação mediante Decreto.

§ 1º Qualquer alteração do Regimento Interno dependerá da deliberação de 50% mais um dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social em plenário e homologação por decreto, do Chefe do Poder Executivo;

§ 2º As proposições de alteração desta Lei Complementar devem ser encaminhadas ao poder legislativo juntamente com ata contendo a aprovação por deliberação de 50% mais um dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social em plenário.

Art. 24. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei nº 1.648, de 16 de janeiro de 1997.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 10 de agosto de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

LEI Nº 3653, DE 10 DE AGOSTO DE 2015.

LEI Nº 3653, DE 10 DE AGOSTO DE 2015.

cria os cargos de Agente Administrativo, Procurador Jurídico, Assistente Administrativo e Agente de Comunicação junto ao Quadro de Servidores da Câmara de Vereadores de Gaspar e institui o organograma do Legislativo.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criados os cargos de provimento efetivo de Agente Administrativo, Procurador Jurídico, Assistente Administrativo e Agente de Comunicação junto ao Quadro de Servidores da Câmara de Vereadores de Gaspar, cujo grupo ocupacional, número de vagas, carga horária, habilitação e vencimento são os previstos no Anexo I e as atribuições e especificações são as descritas no Anexo II desta Lei, que passam a integrar, respectivamente, os Anexos I e II da Lei Municipal nº 2.802, de 29 de setembro de 2006.

Art. 2º O cargo de Agente de Comunicação, criado na forma do artigo 1º desta Lei, fica subordinado ao cargo de Assessor de Imprensa instituído pela Lei Municipal nº 3.111, de 9 de junho de 2009.

Art. 3º O cargo de Procurador Jurídico criado pela Lei Municipal nº 2.134, de 11 de julho de 2001, com as alterações da Lei Municipal nº 2.802/2006 e da Lei Municipal nº 3.096, de 6 de maio de 2009, fica extinto com o exercício do cargo de Procurador Jurídico a que se refere o artigo 1º desta Lei.

Art. 4º Aplica-se aos servidores que ocuparem os cargos criados por esta Lei o disposto na Lei Municipal nº 3.274, de 3 de dezembro de 2010.

Art. 5º Fica instituído o organograma da Câmara de Vereadores de Gaspar na forma do Anexo III desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, 10 de agosto de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

ANEXO I**S E L - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DO LEGISLATIVO**

CARGO	GRUPO OCUPACIONAL	NÚMERO DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	HABILITAÇÃO	LETRA	VENCIMENTO
Agente Administrativo	SEL – IV	01	40h	Ensino Superior Completo (Bacharelado) em Administração, Contabilidade, Direito ou Economia.	F	R\$ 3.365,47
					E	R\$ 3.533,74
					D	R\$ 3.710,43
					C	R\$ 3.895,95
					B	R\$ 4.090,75
					A	R\$ 4.295,30
Procurador Jurídico	SEL – V	01	40h	Ensino Superior Completo em Direito (Bacharelado) e inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Santa Catarina – OAB/SC.	F	R\$ 4.722,29
					E	R\$ 4.958,40
					D	R\$ 5.206,32
					C	R\$ 5.466,64
					B	R\$ 5.739,97
					A	R\$ 6.026,97

S A L - SERVIÇOS AUXILIARES DO LEGISLATIVO

CARGO	GRUPO OCUPACIONAL	NÚMERO DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	HABILITAÇÃO	LETRA	VENCIMENTO
Assistente Administrativo	SAL – V	01	40h	Ensino Superior Completo (Bacharelado ou Licenciatura) em qualquer área.	F	R\$ 2.374,33
					E	R\$ 2.493,05
					D	R\$ 2.617,70
					C	R\$ 2.748,58
					B	R\$ 2.886,01
					A	R\$ 3.030,31

Agente de Comunicação	SAL – VI	01	40h	Ensino Superior Completo (Bacharelado) em Jornalismo, ou Comunicação Social com habilitação para Jornalismo, e registro profissional no Ministério do Trabalho e Emprego ou equivalente.	F	R\$ 2.404,52
					E	R\$ 2.524,75
					D	R\$ 2.650,98
					C	R\$ 2.783,53
					B	R\$ 2.922,71
					A	R\$ 3.068,84

ANEXO II

AGENTE ADMINISTRATIVO:

Descrição Sumária:

* Executar serviços nas áreas de compras, licitações, contratos públicos, administração de pessoal, contabilidade e patrimônio.

Descrição Detalhada:

- * Propor a realização de compras e licitações para a aquisição de bens e serviços.
- * Receber o material e serviços dos fornecedores e conferir as quantidades e espécies recebidas nas notas fiscais.
- * Elaborar editais de licitação, inexigibilidade e dispensa, tornando-os públicos nos termos da legislação vigente.
- * Elaborar minutas contratuais e, após aprovação da chefia, confeccionar o instrumento final, colher as assinaturas das partes e dar publicidade ao instrumento definitivo.
- * Realizar a aquisição de bens e serviços na forma da legislação em vigor.
- * Efetuar o processamento e registro dos processos de compras e licitações.
- * Manter controle e arquivo de processos de compras e licitações e de contratos, inclusive quanto aos vencimentos.
- * Cuidar para que os procedimentos de compras e licitações sejam conduzidos nos termos das normas regulamentares pertinentes ao assunto.
- * Esclarecer dúvidas de Pregoeiro, de Membro de Comissão de Licitações e de Leiloeiro quanto à legislação relacionada às compras e alienações públicas.
- * Participar das sessões públicas de licitação e congêneres.
- * Realizar amplas pesquisas de especificação do objeto a ser adquirido ou licitado.
- * Elaborar a motivação quando houver inexigibilidade ou dispensa de processo licitatório.
- * Pesquisar preços de mercado do objeto ou serviço a ser adquirido ou licitado.
- * Esclarecer dúvidas de proponentes licitantes.
- * Analisar documentação para habilitação de possíveis contratantes.
- * Analisar o objeto licitado e, se necessário, com auxílio de profissional especialista.
- * Acompanhar a entrega do objeto adquirido ou licitado, checando se a nota fiscal condiz com o processo de aquisição.
- * Autuar e juntar documentos ao processo licitatório, de dispensa ou de inexigibilidade, inclusive em sua fase interna, até o seu arquivamento final.
- * Elaborar relatório gerencial, detalhando todos os processos realizados, em andamento e futuros, a ser repassado à chefia imediata.
- * Controlar sistema de cartão-ponto e banco de horas.
- * Efetuar a preparação, levantamentos e verificação de dados para a elaboração e fechamento da folha de pagamento, procedendo aos lançamentos de informes de vencimentos, totais de horas trabalhadas, descontos de contribuições, alterações e outros, bem como conferindo os resultados e efetuando o fechamento de valores a fim de serem pagos corretamente.
- * Analisar divergências apontadas pelos órgãos financeiros referentes às folhas de pagamento, demonstrativos de pagamentos, de exclusões e outros, com a finalidade de providenciar correções e ou alterações, e sanar as respectivas diferenças apontadas.
- * Efetuar e manter o cadastramento de servidores no sistema, abrindo processo de admissão, férias, entre outros, anotando dados gerais do colaborador, verificando assinaturas de aprovação, dados do setor de trabalho, cargo, vencimento, horário, lançando as informações no sistema para oficialização e controle.
- * Atender os servidores para prestar orientações e esclarecimentos sobre pagamentos, descontos, férias, promoções, entre outros, a fim de dar sequência aos trabalhos, bem como apoiar os órgãos públicos, através de orientação e solução de dúvidas relacionadas com a administração de pessoal.
- * Controlar o atendimento de requisições de pessoal recebidas dos diversos órgãos e emitir relatórios diversos referentes às despesas com pessoal, relação de colaboradores, quadro de pessoal, em conformidade com as normas.
- * Controlar os benefícios requeridos e concedidos, coletando os dados e preparando o processo para as inclusões e exclusões solicitadas, e informando aos usuários sobre o funcionamento.
- * Preencher e emitir documentos legais e relatórios internos envolvendo relação de vencimentos, depósitos, férias, afastamentos, bem como preparar guias e efetuar o recolhimento dos encargos previdenciários e de FGTS.
- * Manter organizado e atualizado arquivo de documentos envolvendo folha de pagamentos, processos trabalhistas e prontuários, recibos de recolhimento de impostos e encargos, de modo atender as exigências legais, processos e fiscalizações.
- * Analisar, classificar e descrever cargos, entrevistando os servidores e superiores imediatos, observando a execução das tarefas nos postos de trabalho, realizando pesquisas de vencimento e salários, para fornecer os elementos necessários à determinação de níveis de vencimentos, avaliações de desempenho, sistema de promoções, programas de treinamento e outros.
- * Realizar estudos sobre vencimentos no serviço público municipal e fora dele, efetuando consultas externas e internas, estudando métodos de remuneração e comparando índices do mercado de trabalho, para fornecer subsídios à formulação de uma política salarial, visando contribuir para a eficácia na aplicação das políticas de vencimentos.
- * Efetuar o controle de lotação, promoção, licenças, férias, penalidades e outros, elaborando mapas, gráficos estatísticos, entre outros, para demonstrar a classificação dos cargos e a estrutura de vencimento.
- * Responsabilizar-se pelo acompanhamento dos trabalhos pertinentes às demonstrações ambientais e aos documentos a estas relacionados, que fazem parte das obrigações dispostas na legislação previdenciária e trabalhista, relativos às condições ambientais de trabalho dos

servidores, efetuando os registros competentes nos termos da legislação.

- * Criar, analisar, controlar e enviar informações aos sistemas informatizados da Receita Federal, Ministério da Previdência, Caixa Econômica Federal, Ministério do Trabalho e outros, relativos às rotinas previdenciárias, fiscais, trabalhistas e de segurança do trabalho.
- * Executar rotinas de recrutamento e seleção de candidatos, elaborando minutas de editais de recrutamento, identificando e selecionando fontes de recrutamento, pesquisando banco de dados, convocando e entrevistando candidatos ou servidores e emitindo relatórios com as observações e recomendações em relação à indicação dos mesmos para o cargo, aplicando e apurando resultados de testes de seleção.
- * Elaborar instrumentos de pesquisa de necessidades de treinamento, determinando métodos de coleta e tabulação de dados, bem como planejar, supervisionar e implementar programas de treinamento, educação e desenvolvimento profissional dos servidores, definindo critérios e itens de análise, elaborando diagnósticos dos resultados obtidos, visando melhorar continuamente a capacitação técnica e o desempenho individual e coletivo.
- * Elaborar relatórios, mapas, quadros, pareceres, informes técnicos, entre outros, com informações e dados estatísticos sobre atividades desenvolvidas no setor de recursos humanos, visando fornecer subsídios para decisões e correções de políticas ou procedimentos na área de recursos humanos e medidas para aperfeiçoamento em sua área de atuação.
- * Levantar e organizar informações sobre os cursos oferecidos no mercado e instrutores, controlando a execução de contratos e convênios mantidos com entidades ou instrutores externos.
- * Atender aos servidores, pessoalmente ou por telefone, visando esclarecer dúvidas, receber solicitações, bem como buscar soluções para eventuais transtornos.
- * Participar de grupos de trabalho ou reuniões, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos à Câmara.
- * Auxiliar o setor de contabilidade da Câmara de Vereadores de Gaspar, emitindo empenhos e relatórios, realizando lançamentos e outros procedimentos pertinentes à área contábil;
- * Controlar e registrar o patrimônio físico da Câmara de Vereadores de Gaspar, anotando as respectivas mutações.
- * Organizar, controlar e processar a requisição de materiais de expediente.
- * Propor a aquisição de materiais de consumo e a realização de serviços relativos à manutenção das atividades da Câmara.
- * Organizar, classificar, registrar, selecionar, arquivar e desarquivar processos e documentos que estão sob sua responsabilidade.
- * Operar computadores, utilizando adequadamente os programas e sistemas de informática disponíveis.
- * Redigir textos, ofícios, relatórios e correspondências, com observância das regras gramaticais e das normas de comunicação oficial, elaborar planilhas e outros documentos.
- * Responsabilizar-se pela divulgação de dados pertinentes à transparência fiscal e ao acesso à informação pela comunidade.
- * Colaborar com levantamentos, estudos e pesquisas para a formulação de planos e projetos.
- * Zelar pela guarda e conservação dos materiais e equipamentos de trabalho.
- * Propor à chefia imediata providências para a consecução plena de suas atividades, indicando a necessidade de aquisição, substituição, reposição, manutenção e reparo de materiais e equipamentos.
- * Efetuar atendimento ao público interno e externo, fornecendo informações e esclarecendo dúvidas sobre suas atividades.
- * Desenvolver outras atividades compatíveis com o cargo, de acordo com as orientações da chefia imediata.
- * Tratar servidores e o público em geral com zelo e urbanidade.
- * Manter conduta profissional compatível com os princípios reguladores da administração pública.

Especificações:

- * Complexidade: executa tarefas especializadas que exigem conhecimentos técnicos.
- * Esforço físico: normal.
- * Esforço mental: constante.
- * Esforço visual: normal.
- * Responsabilidade por dados confidenciais: lida com documentos e informações de caráter eventualmente sigiloso.
- * Responsabilidade por patrimônio: registra e controla o patrimônio físico; responsabiliza-se pelos equipamentos e materiais que utiliza.
- * Responsabilidade por supervisão: supervisiona os serviços de terceiros, prestadores de serviços da Câmara Municipal de Gaspar.
- * Responsabilidade por segurança de terceiros: nenhuma.
- * Ambiente de trabalho: de escritório; eventualmente pode realizar serviços externos.
- * Requisitos para recrutamento: possuir os requisitos de habilitação constantes do Anexo I; ter idade mínima de dezoito anos.
- * Forma de recrutamento: aprovação em concurso público.

PROCURADOR JURÍDICO:

Descrição Sumária:

- * Representar juridicamente a Câmara de Vereadores de Gaspar em assuntos ou ações judiciais e extrajudiciais em que a Câmara for parte ou interessada, bem como perante o Ministério Público e Tribunal de Contas, para assegurar direitos e interesses pertinentes, bem como orientar a Presidência, a Mesa Diretora, as Comissões, demais Vereadores e Servidores a respeito de assuntos de ordem jurídica pertinentes ao Legislativo.

Descrição Detalhada:

- * Representar a Câmara de Vereadores de Gaspar em assuntos ou demandas judiciais em que a Câmara seja parte ou interessada, assegurando direitos e interesses pertinentes.
- * Representar a Câmara de Vereadores de Gaspar perante o Ministério Público e Tribunal de Contas para defesa dos direitos e interesses da Edilidade.
- * Orientar a Presidência, a Mesa Diretora, as Comissões, demais Vereadores e Servidores acerca de assuntos de ordem jurídica pertinentes ao Legislativo.
- * Atender a consultas de matéria legislativa, emitindo parecer, quando for o caso.
- * Elaborar minutas de projetos de lei, decretos legislativos, portarias, resoluções e atos a serem baixados pela Presidência e pela Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar.

- * Em assuntos legislativos, orientar juridicamente a Presidência da Câmara, a Mesa Diretora, as Comissões Permanentes e Temporárias, Vereadores e Servidores, inclusive nas sessões da Câmara.
- * Estudar ou examinar documentos jurídicos e de outra natureza, analisando seu conteúdo, com base nos códigos, leis e jurisprudência, para emitir pareceres fundamentados na legislação vigente.
- * Examinar o texto de projetos de leis e vetos que são encaminhados à Câmara, bem como as propostas apresentadas pela Presidência, Mesa Diretora e Vereadores, elaborando pareceres, quando for o caso, para garantir o cumprimento dos preceitos legais e regimentais vigentes.
- * Examinar e emitir parecer acerca de minutas de editais, contratos e em procedimentos administrativos diversos.
- * Manter registro das ações cujos procuradores sejam alheios aos quadros da Câmara de modo a possibilitar ao Presidente, Mesa Diretora e Vereadores as posições dessas ações judiciais.
- * Orientar a Presidência, Mesa Diretora, Comissões e Vereadores sobre as atitudes a serem adotadas, quando assim exigirem as normas vigentes.
- * Prestar auxílio jurídico à elaboração de editais, contratos, projetos de lei, decretos legislativos, resoluções, emendas e proposições em geral.
- * Prestar assistência aos setores administrativos em assuntos de natureza jurídica, elaborando ou emitindo pareceres nos processos administrativos, como em licitações, dispensas e inexigibilidades de licitação, contratos, distratos, convênios, consórcios, questões trabalhistas ligadas à administração de recursos humanos, visando assegurar o cumprimento de leis e regulamentos.
- * Propor aquisição de livros jurídicos.
- * Redigir correspondências sujeitas a qualquer aspecto jurídico-legal.
- * Tomar a iniciativa de estudos, objetivando a modernização, o aperfeiçoamento e a reorganização da Câmara.
- * Operar computadores, utilizando adequadamente os programas e sistemas de informática disponíveis.
- * Redigir textos, ofícios, relatórios e correspondências, com observância das regras gramaticais e das normas de comunicação oficial, elaborar planilhas e outros documentos.
- * Zelar pela guarda e conservação dos materiais e equipamentos de trabalho.
- * Propor à chefia imediata providências para a consecução plena de suas atividades, indicando a necessidade de aquisição, substituição, reposição, manutenção e reparo de materiais e equipamentos.
- * Efetuar atendimento ao público interno e externo, fornecendo informações e esclarecendo dúvidas sobre suas atividades.
- * Desenvolver outras atividades compatíveis com o cargo, de acordo com as orientações da chefia imediata.
- * Tratar servidores e o público em geral com zelo e urbanidade.
- * Manter conduta profissional compatível com os princípios reguladores da administração pública.

Especificações:

- * Complexidade: executa tarefas de natureza complexa e especializada, que requerem conhecimentos técnicos, exigindo capacidade e discernimento para tomada de decisões, bem como constante aperfeiçoamento e atualização.
- * Esforço Físico: normal.
- * Esforço Mental: constante.
- * Esforço Visual: normal.
- * Responsabilidade por dados confidenciais: lida com informações, dados e documentos de caráter eventualmente sigiloso.
- * Responsabilidade por patrimônio: pelos equipamentos e materiais que utiliza.
- * Responsabilidade por segurança de terceiros: nenhuma.
- * Responsabilidade por supervisão: nenhuma.
- * Ambiente de Trabalho: de escritório; eventualmente pode realizar serviços externos.
- * Requisitos para recrutamento: possuir os requisitos de habilitação previstos no Anexo I; ter idade mínima de dezoito anos.
- * Forma de recrutamento: aprovação em concurso público.

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO:

Descrição Sumária:

- * Auxiliar precipuamente na execução das tarefas relativas à secretaria e, subsidiariamente, nas atividades decorrentes dos encargos dos outros setores da Câmara de Vereadores de Gaspar.

Descrição Detalhada:

- * Auxiliar precipuamente na execução das atividades relativas à secretaria, e subsidiariamente nas atividades relativas a todas as demais áreas da Câmara de Vereadores de Gaspar tais como administração, compras, licitações, contabilidade, procuradoria, legislativa, comunicação e outras que forem instituídas.
- * Proceder ao registro e autuação de processos.
- * Organizar e manter em dia o protocolo, o arquivo e o registro de documentos, de forma a permitir, em qualquer época, a sua verificação.
- * Organizar e manter em dia a coletânea de leis, regulamentos, diretrizes, portarias, circulares, resoluções e demais documentos.
- * Redigir a correspondência que lhe for confiada, lavrar atas e termos.
- * Elaborar relatórios e processos a serem encaminhados às autoridades superiores.
- * Apresentar ao responsável os documentos que devem ser assinados.
- * Alimentar sistemas informatizados que lhe forem confiados.
- * Auxiliar na organização de sessões ordinárias e extraordinárias, solenes e itinerantes.
- * Auxiliar no atendimento da recepção e na organização do Plenário na ausência do responsável.
- * Zelar pelo uso adequado e conservação dos bens materiais que utiliza.
- * Manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas.
- * Prestar esclarecimento sobre os serviços de sua competência, quando solicitado.
- * Operar equipamentos destinados a fazer cópias, produção e escaneamento de documentos.
- * Realizar outras atividades correlatas com a função.

Especificações:

- * Complexidade: executa tarefas de complexidade média.
- * Esforço físico: normal.
- * Esforço mental: constante.
- * Esforço visual: normal.
- * Responsabilidade por dados confidenciais: lida com documentos e informações de caráter eventualmente sigiloso.
- * Responsabilidade por patrimônio: pelos equipamentos e materiais que utiliza.
- * Responsabilidade por segurança de terceiros: nenhuma.
- * Responsabilidade por supervisão: nenhuma.
- * Ambiente de trabalho: de escritório.
- * Requisitos para recrutamento: possuir os requisitos de habilitação constantes do Anexo I; ter idade mínima de dezoito anos.
- * Forma de recrutamento: aprovação em concurso público.

AGENTE DE COMUNICAÇÃO:**Descrição Sumária:**

- * Divulgar as atividades da Câmara de Vereadores de Gaspar nas mídias disponíveis, responsabilizar-se pelas publicações legais e pelo sítio eletrônico da Edilidade na Internet, e exercer papel técnico em questões de áudio e vídeo para a realização de sessões, reuniões e audiências públicas pela Câmara.

Descrição Detalhada:

- * Acompanhar a Presidência, Membros da Mesa e Vereadores em eventos, quando necessário.
- * Acompanhar as sessões, reuniões e eventos realizados pela Câmara e sobre eles registrar imagens e produzir notícias a serem veiculadas na Internet e em meios de comunicação.
- * Orientar a Câmara, Presidência, Mesa Diretora, Comissões e Vereadores no relacionamento com a imprensa.
- * Propor e preparar campanhas de divulgação da Câmara e dos trabalhos do Legislativo.
- * Contatar com agências de publicidade e órgãos de imprensa para divulgação dos trabalhos da Câmara.
- * Coordenar entrevistas coletivas e eventos especiais.
- * Divulgar as realizações da Câmara.
- * Elaborar e coordenar campanhas e o uso estratégico de canais de comunicação visando à divulgação dos trabalhos da Câmara.
- * Elaborar materiais e ações de comunicação dirigida.
- * Elaborar, redigir e revisar materiais informativos para noticiar as atividades desenvolvidas pela Câmara, Presidência, Mesa Diretora, Comissões e Vereadores.
- * Informar à imprensa sobre os dados oficiais da Câmara.
- * Manter atualizado o sítio eletrônico na Internet da Câmara com a divulgação de todas as atividades (texto e imagem) e informações pertinentes ao acesso à informação pela comunidade, inclusive com pasta individual das atividades de cada órgão.
- * Participar e acompanhar a definição de estratégias de comunicação.
- * Planejar e coordenar eventos relativos a atividades da imprensa.
- * Produzir "releases".
- * Produzir encartes, informativos e demais documentos destinados à publicação.
- * Projetar a imagem da Câmara de Vereadores de Gaspar perante os veículos de comunicação, redigindo textos e encaminhando para divulgação, pela imprensa, os atos e fatos relevantes relacionados com a Câmara, com a Presidência, com a Mesa Diretora, com as Comissões e com os Vereadores.
- * Promover a divulgação de atividades e eventos da Câmara como intermediário entre a Edilidade e veículos de comunicação.
- * Promover reuniões com Vereadores sobre assuntos a serem publicados na imprensa.
- * Promover treinamento de mídia para os Membros da Câmara.
- * Realizar serviços de clipagem.
- * Relacionar-se com os veículos de comunicação.
- * Responsabilizar-se pelas publicações legais, inclusive relativas a procedimentos de compras e licitações.
- * Responsabilizar-se pelo atendimento a representantes da imprensa.
- * Alimentar o sítio eletrônico da Câmara com áudio e vídeo gravados das sessões, reuniões e audiências públicas.
- * Editar os vídeos que serão publicados no sítio eletrônico da Câmara.
- * Responsabilizar-se pela gravação, cortes, edição e arquivamento de áudio e vídeo das sessões, reuniões e audiências públicas realizadas pela Câmara.
- * Realizar a transmissão ao vivo do áudio e vídeo das sessões, reuniões e audiências públicas através do sítio eletrônico na Internet da Câmara de Vereadores de Gaspar.
- * Registrar imagens das sessões, reuniões e eventos realizados pela Câmara.
- * Operar computadores, utilizando adequadamente os programas e sistemas de informática disponíveis.
- * Redigir textos, ofícios, relatórios e correspondências, com observância das regras gramaticais e das normas de comunicação oficial, elaborar planilhas e outros documentos.
- * Zelar pela guarda e conservação dos materiais e equipamentos de trabalho.
- * Propor à chefia imediata providências para a consecução plena de suas atividades, indicando a necessidade de aquisição, substituição, reposição, manutenção e reparo de materiais e equipamentos.
- * Efetuar atendimento ao público interno e externo, fornecendo informações e esclarecendo dúvidas sobre suas atividades.
- * Desenvolver outras atividades compatíveis com o cargo, de acordo com as orientações da chefia imediata.
- * Tratar servidores e o público em geral com zelo e urbanidade.
- * Manter conduta profissional compatível com os princípios reguladores da administração pública.

Especificações:

- * Complexidade: executa tarefas de complexidade média.
- * Esforço físico: normal.
- * Esforço mental: constante.
- * Esforço visual: normal.
- * Responsabilidade por dados confidenciais: lida com documentos e informações de caráter público.
- * Responsabilidade por patrimônio: pelos equipamentos e materiais que utiliza.
- * Responsabilidade por segurança de terceiros: nenhuma.
- * Responsabilidade por supervisão: nenhuma.
- * Ambiente de trabalho: de escritório; eventualmente pode realizar trabalhos externos.
- * Requisitos para recrutamento: possuir os requisitos de habilitação constantes do Anexo I; ter idade mínima de dezoito anos.
- * Forma de recrutamento: aprovação em concurso público.

LEI Nº 3654, DE 10 DE AGOSTO DE 2015.

LEI Nº 3654, DE 10 DE AGOSTO DE 2015.

DENOMINA A SUPERINTENDÊNCIA DO BELCHIOR DE TARCÍSIO DESCHAMPS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada a Superintendência do Belchior de Tarcisio Deschamps.

Parágrafo único. A Superintendência do Belchior tem sede na Rua Bonifácio Haendchen, nº 2780, Bairro Belchior Central, no Município de Gaspar.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, 10 de agosto de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PORTARIA Nº 3.763, DE 05 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.763, DE 05 DE AGOSTO DE 2015.

NOMEIA SERVIDORES PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei 1.347/1992,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados, conforme classificação no Edital de Processo Seletivo nº 12/2013 e 001/2015 da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue:

Nome	Admissão	Cargo
ADELITA TEREZINHA DOS SANTOS	06/04/2015	BERCARISTA
ADEMIR DA SILVA BORGES	11/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
ADRIANA BATISTA	10/02/2015	PROFESSOR DOC-I-8
ADRIANA CARVALHO DE AGUIAR	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
ADRIANA DE SOUZA ANASTASIO	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
ADRIANA MARIA LEITE BAADER	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
ADRIANA PAULINO	06/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
ADRIANA PEREIRA	10/02/2015	PROFESSOR DOC-I-4
ADRIANA SOCORRO DE OLIVEIRA	11/02/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
ADRIANA WEBER FAUST	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
ADRIANI MUHL PARIZOTTO	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
AGUINALDO DE JESUS DOMINGUES	04/02/2015	ZELADOR ESCOLA
ALESSANDRA DE FATIMA CORREA	04/02/2015	BERCARISTA
ALESSANDRA FARIAS DA SILVA ESPINDOLA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-I-8
ALESSANDRA MORAIS CAVALHEIRO	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-6
ALESSANDRA OLIVEIRA	09/03/2015	PROFESSOR DOC-I-8
ALESSANDRO IVAN BREDIA OLIVEIRA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-2
ALEXANDRE ANTONIO DUARTE	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
ALEXANDRE CORA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
ALINE DE ALMEIDA TEIXEIRA PRAIS	04/02/2015	BERCARISTA

ALINE GRAZIELLE APPI	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-6
ALINE ROSA MIRANDA	10/02/2015	BERCARISTA
AMANDA DE OLIVEIRA WERNER	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA BELARMINO	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
ANA CLAUDIA LORENZI DE MELO	11/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
ANA CRISTINA MENDES	04/02/2015	BERCARISTA
ANA LUCIA PONCIANO DA SILVA	04/02/2015	BERCARISTA
ANA MARIA ADAO	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
ANA MARIA KNEBEL RAMOS CASTANHA	13/02/2015	PROFESSOR DOC-I-4
ANA PAULA CAPELETI DOS SANTOS	04/02/2015	BERCARISTA
ANA PAULA DOS SANTOS DE ALMEIDA	09/03/2015	PROFESSOR DOC-III-8
ANA PAULA GALDINO LUZ	05/02/2015	BERCARISTA
ANA PAULA LANG DELLANDREA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
ANA PAULA MORAES	18/02/2015	BERCARISTA
ANA PAULA SCHRAMM	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
ANA PAULA SOUZA E SILVA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-I-4
ANANDA PEREIRA	13/02/2015	BERCARISTA
ANDRE LUIS PONTIOLLI	19/02/2015	SUPERVISOR ESCOLAR
ANDRE LUIS PONTIOLLI	06/04/2015	PROFESSOR DOC-III-8
ANDREA CLAUDINA KUNEL	04/02/2015	BERCARISTA
ANDREA GULARTE	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
ANDREA VISINHEWSKI DOS SANTOS	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
ANDREIA FERREIRA RIBEIRO	06/04/2015	BERCARISTA
ANDREIA MULLER	19/02/2015	BERCARISTA
ANDREZA APARECIDA CIRQUEIRA TEIXEIRA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
ANGELA DA SILVA LOPES	02/03/2015	PROFESSOR DOC-I-8
ANGELA MARIA DA SILVA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
ANGELA MARIA DE SOUZA E SILVA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
ANGELA MARIA ROSA CUSTODIO	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-3
ANGELA MAXIMIANO	06/04/2015	PROFESSOR DOC-III-8
ANGELINA DOS SANTOS	04/02/2015	BERCARISTA
ANGELINA SALAIR ADAO	10/03/2015	BERCARISTA
ANTONIO CAETANO NEVES	04/02/2015	ZELADOR ESCOLA
ARETUSA MARQUETTI DE OLIVEIRA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
BARBARA OGLEARI	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
BEATRIZ APARECIDA DO NASCIMENTO ALVES	04/02/2015	BERCARISTA
BERENICE PRAIS	03/03/2015	PROFESSOR DOC-I-8
BERENICE PRAIS	04/02/2015	BERCARISTA
BETRAGNER DE OLIVEIRA PIRES	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-2
BIANCA MICHELE BECKHAUSER CALIXTO	11/02/2015	Orientador Educ.III
BIANCA REINERT	04/02/2015	BERCARISTA
BIATRIZ MOTTA SILVANO	04/02/2015	PROFESSOR DOC-I-3
BRAZ PALMA	09/02/2015	ZELADOR
BRUNA VIEIRA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-I-5
CALMERIA MOSER	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
CANTENOR DE BRITTO	04/02/2015	ZELADOR
CARINA PAOLA BATISTA	04/02/2015	BERCARISTA
CARLA FABIANA SOARES DOS SANTOS	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
CARLA VANESSA GREYTER PARUCKER	19/02/2015	PROFESSOR DOC-I-4
CARLA VIEIRA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
CARLISE PEREIRA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-3
CARMEN MARIA SCHNEIDER	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
CAROLINA SCHMITT DOS SANTOS	10/02/2015	BERCARISTA
CAROLINE BURITY ARAUJO HEINZEN	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
CAROLINE DO PRADO VIDAL	04/02/2015	BERCARISTA
CATIANE TESTONI	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
CECILIA ADRIANA DO NASCIMENTO CUSTODIO	04/02/2015	BERCARISTA
CECILIA ADRIANA DO NASCIMENTO CUSTODIO	13/04/2015	PROFESSOR DOC-I-8
CELIA ANA LUCIANER DE SOUZA	11/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
CELINA CORREA DE LARA	04/02/2015	BERCARISTA
CELINDA ODETE SUPTIL	04/02/2015	BERCARISTA
CHARLES WILSON TESKE	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-3
CHIRLLE MICHELENE CORREA REIS	05/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
CICERA MARIA SCHNAIDER	04/02/2015	MERENDEIRA/SERVENTE

CINTIA APARECIDA DA SILVA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
CIRIA CRISTINA AMARO	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
CIRO ANDRE ZIMMERMANN	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-I
CLAIR LUZIA INACIO	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
CLAUDIA LENI JOVINSKI HARADA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
CLAUDIA MERLO VICTORINO	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
CLAUDIA SCHWAMMLE DA TRINDADE	05/02/2015	PROFESSOR DOC-III-7
CLEBER MOACIR DOS SANTOS	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-2
CLEIDE MARIA MACHADO	09/04/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
CLEILIMAR WINGRES PEREIRA GARCIA	02/03/2015	BERCARISTA
CLEIMAR SARMENTO CORREA	04/02/2015	BERCARISTA
CLENITANARA DEBUS	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-6
CLEUSA MARIA NEVES CARLI	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
CLEUSA REGINA FERNANDES	06/04/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
CREMILDA APARECIDA LARGURA	11/03/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
CRISTIANE ALVES DE ANDRADE	04/02/2015	BERCARISTA
CRISTIANE GUNTHER	04/02/2015	PROFESSOR DOC-I-8
CRISTIANE SEIDE	12/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
CRISTIANO MORAES MEDEIROS	04/02/2015	PROFESSOR DOC-I-8
DAIANA DA SILVA PRAZERES PEREIRA	04/02/2015	BERCARISTA
DAIANE CRISTINA SCHMITT	04/02/2015	BERCARISTA
DAIANE KRIEGER	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-I
DAIANE MONIQUE COELHO	09/02/2015	BERCARISTA
DALVA MARIA DA SILVA	04/02/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
DALVANA SAMARA DA SILVA	04/02/2015	BERCARISTA
DANIELA APARECIDA ANDERSEN	04/02/2015	BERCARISTA
DANIELA WRUCK SANSÃO	09/02/2015	BERCARISTA
DANIELE BRUXEL	04/02/2015	PROFESSOR DOC-I-8
DANIELE CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA	11/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
DARCI MARIA ANTONIO MARIA	06/04/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
DARCI RIBEIRO BORGES	04/02/2015	ZELADOR ESCOLA
DAVI ZIMMERMANN	11/02/2015	PROFESSOR DOC-I-2
DAYANA REGINA DA CONCEIÇÃO	04/02/2015	BERCARISTA
DEBORA CARDOSO	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
DEBORA RODRIGUES DE CARVALHO	02/03/2015	PROFESSOR DOC-I-8
DEISIMARA DOS SANTOS	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
DELIDES DE AVILA FORTES	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
DENISE APARECIDA CARLI CRUZ	12/02/2015	PROFESSOR DOC-I-4
DENISE CRISTINA THEISS ESPIG	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
DENISE PAIS	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
DIEGO SIMAS DOS SANTOS	06/02/2015	PROFESSOR DOC-I-4
DIONE NARA SOARES	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
DIULIANA DE OLIVEIRA CAMARGO	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
EDER PEDRO WAHLDRICH	20/02/2015	PROFESSOR DOC-III-2
EDILAINE BRUNO	04/02/2015	BERCARISTA
EDILAINE SOUZA DA COSTA	19/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
EDILEIA BERNARDI DA ROCHA	04/02/2015	BERCARISTA
EDILSON RAFAEL ODORIZZI	04/02/2015	PROFESSOR DOC-I-4
EDILZA CATARINA LEITE PEREIRA	10/03/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
EDINA FAGUNDES DE OLIVEIRA	04/02/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
EDINA FERREIRA LEITE	04/02/2015	PROFESSOR DOC-I-2
EDINEIA BRORING KORB	04/02/2015	PROFESSOR DOC-I-8
EDIR MACEDO BITTENCOURT	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-2
EDIRCE ODERDENGUE RODRIGUES	04/02/2015	BERCARISTA
EDIRLEI FAUSTO DOS SANTOS	05/02/2015	BERCARISTA
EDITHE APARECIDA KOHLS	23/02/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
EDNA MARIA PAGANI FURLAN	02/03/2015	PROFESSOR DOC-III-4
EDNO ANTONIO DOS SANTOS	12/02/2015	PROFESSOR DOC-I-3
EDWIG SCHMITT	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
ELAINE BAUMGARTNER	22/04/2015	PROFESSOR DOC-I-8
ELAINE LUCIA KERCHER	10/02/2015	PROFESSOR DOC-I-8
ELAINE MARINES LAMIN	04/02/2015	BERCARISTA
ELENI APARECIDA VIEIRA BAY	09/02/2015	MERENDEIRA/SERVENTE

ELENICE CARLOTA FORMAGI	04/02/2015	PROFESSOR DOC-I-2
ELIANE HOEPERS ALVES	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
ELIANE MARIA MACIEL	04/02/2015	BERCARISTA
ELIANE SCHWARTZ REINERT	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
ELIANE VENTURA	04/02/2015	BERCARISTA
ELIANE YOCHICO SHIMADA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
ELIETE DA ROSA	04/02/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
ELISANGELA ALVES DA SILVA RODRIGUEZ	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-5
ELISANGELA LENIR TESSARO	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
ELISETTE GLORIA CARDOSO TABORDA	09/02/2015	BERCARISTA
ELIZABETE APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS	04/02/2015	BERCARISTA
ELIZETE APARECIDA DOS SANTOS	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
ELOIR ALVES DA SILVA OLIVEIRA	04/02/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
ELOISA RIBEIRO	04/02/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
ELZIRA ROSELI LENFERS VALGAS	04/02/2015	SUPERVISOR ESCOLAR
EMANOELA CORRADI PICAGIEWICZ	04/02/2015	PROFESSOR DOC-I-8
EMILLY ANGELICA VATRIM	09/02/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
ENI TEREZINHA LIMA SANTOS	04/02/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
ERNESTO HOSTIN	04/02/2015	SUPERVISOR ESCOLAR
EVA ADRIANA NORBACH FERREIRA	04/02/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
EVANDRO EUGENIO MARCHI	04/02/2015	PROFESSOR DOC-I-8
EVANDRO GELIAR MICHELS	04/02/2015	PROFESSOR DOC-I-8
EVANIA CORREA CUNHA SCHNEIDER	04/02/2015	BERCARISTA
FABIANA BAESSO COSTA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
FABIANA BATISTA DA SILVA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
FABIANA GRACIELA DA SILVA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-I-8
FABIANA JUCIRA DESCHAMPS	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
FABIANE CRISTINA MELATO ZIMMERMANN	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
FABIO LAMIN	09/02/2015	PROFESSOR DOC-III-5
FERNANDA APARECIDA LUCACHINSKI SANSÃO	10/02/2015	PROFESSOR DOC-I-8
FERNANDA EBERHARDT TELES	04/02/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
FERNANDA IGNACIO	04/02/2015	BERCARISTA
FERNANDA RINALDI	19/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
FERNANDA ZUCHI ADRIANO	09/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
FLAVIA FRANZOSI	04/02/2015	BERCARISTA
FLAVIA VIVIANE DA SILVA	11/02/2015	PROFESSOR DOC-I-8
FLAVIANE DALLA COSTA DALL MAGRO	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-1
FRANCIELE DE FRANCA VELOSO CLEMENTE	04/02/2015	BERCARISTA
FRANCIELE LENZI	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-7
FRANCIELI APARECIDA ZAREMBSKI	12/03/2015	BERCARISTA
FRANCINE QUARANTANI	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
GABRIELA DA ROCHA DOS SANTOS	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-3
GEISEBEL DA SILVA RIBEIRO	04/02/2015	BERCARISTA
GEIZA CARLA RODRIGUES	16/03/2015	PROFESSOR DOC-I-8
GELASIO EBEL JUNIOR	04/02/2015	PROFESSOR DOC-I-8
GELSO DE CASTRO	11/02/2015	PROFESSOR DOC-III-5
GENI NUNES DA SILVA ZANCANARO	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
GENOAR DANIELA MACHADO	04/02/2015	BERCARISTA
GILBERTO DELLANDREA JUNIOR	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
GILMARA DE CAMPOS OLIVEIRA	04/02/2015	BERCARISTA
GIOVANA HOSTERT	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
GISELE DE FARIAS TEIXEIRA	04/02/2015	BERCARISTA
GISELE PAOLI CARRARO	04/02/2015	BERCARISTA
GISELI FRANCO WOLLECK	02/03/2015	BERCARISTA
GISELLE VARGAS	18/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
GLACI DIONE IMIANOWSKY	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
GLADIMARA DOS SANTOS PEDROZO PEREIRA	04/02/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
GRASIELY MARQUETTI BRAMBILLA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
GRAZIELI TALLMANN	19/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
GREICE CRISTIANA MATT ZUCHI	04/02/2015	PROFESSOR DOC-I-7
HAGAR DE LARA TIBURCIO DE OLIVEIRA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
HELENA MARIA DE SOUZA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
HELOISA HELENA DESCHAMPS	12/03/2015	PROFESSOR DOC-III-5
HELOISE DE OLIVEIRA	04/02/2015	BERCARISTA

HILDA MARIA DAUDT	11/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
HUGO LEONARDO DOS SANTOS	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
IGOR SANTOS SOUZA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
INDIAMARA APARECIDA VIEIRA	10/02/2015	PROFESSOR DOC-I-8
INES GONÇALVES	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
INGELORE SCHILLER	10/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
IONE DESCHAMPS	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
IVETE MARIA DA SILVA MEDEIROS	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
IVONETE NEVES	23/02/2015	BERCARISTA
IVONETE TECLA GOMES	04/02/2015	PROFESSOR DOC-I-8
IVONETE ZIMMERMANN MERLO	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
IZAURA ALVES DOS SANTOS LONGO	19/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
JACKLINE CRISPIM	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
JACQUELINE ANDRADE	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
JACQUELINE APARECIDA SCHMITT	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
JAMIELLE DE ABREU DE ALMEIDA	04/03/2015	BERCARISTA
JANE DA APARECIDA DA SILVA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
JANE TERESINHA DE ABREU	04/02/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
JANETE RIBEIRO DE LIMA	04/02/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
JANICE MAY DE OLIVEIRA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
JANICE TERESA DE ABREU	04/02/2015	BERCARISTA
JAQUELINE ALVES	04/02/2015	PROFESSOR DOC-I-8
JAQUELINE MIRANDA	04/03/2015	BERCARISTA
JAQUELINE OLIVEIRA ANDRADE	12/02/2015	PROFESSOR DOC-I-8
JAQUELINE RUSSI DOS SANTOS	02/03/2015	PROFESSOR DOC-III-4
JAQUELINE TOMIO	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
JENIFER CLAUDIO	02/03/2015	BERCARISTA
JENIFFER MULLER BRANCO POSTAI	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
JESSICA KOVALEC	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-6
JESSICA LUIZA ERDMANN	04/02/2015	BERCARISTA
JESSICA QUARANTANI	04/02/2015	PROFESSOR DOC-I-8
JESSICA RONCALIO	12/02/2015	PROFESSOR DOC-I-8
JESSICA WERNER	09/03/2015	BERCARISTA
JOAO BATISTA RIBEIRO	04/02/2015	ZELADOR ESCOLA
JOAO CARLOS MABA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
JOAO GEBIEN	02/03/2015	ZELADOR ESCOLA
JOAO PAULO DOS SANTOS	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
JOAO VALMIR DALL OLMO	04/02/2015	ZELADOR ESCOLA
JOCEANE COMPIANI	11/02/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
JOCELIA PAMPLONA SCHMIDT	06/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
JOCIELI PEDROSO	04/02/2015	BERCARISTA
JOCILENE SZPACK	06/04/2015	PROFESSOR DOC-I-4
JOICE CRISTINA DE LIMA ROSA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
JOICE DA LUZ	04/02/2015	BERCARISTA
JORACI SILVERIO LEMOS POLHEIN	12/02/2015	PROFESSOR DOC-I-8
JOSANE FATIMA DE MEDEIROS MIRANDA,	10/02/2015	PROFESSOR DOC-I-8
JOSE CARLOS BITTENCOURT	10/04/2015	ZELADOR
JOSE INACIO WIPPEL	04/02/2015	ZELADOR
JOSE LUIZ DE SOUZA	20/02/2015	ZELADOR
JOSE LUIZ PAULINO	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
JOSE MARIA MERLO	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
JOSEANE DOS SANTOS	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-6
JOSEANE MATOS SANTOS	09/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
JOSEMERY LUCY POFFO RONCAGLIO	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
JOSIANE CRISTINA DE SOUZA BERNER	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
JOSIANE DE OLIVEIRA VITENCOURT	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
JOSIANE ELENA FRANÇA DE OLIVEIRA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
JOSIANE ONEDA	04/02/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
JOSILANE KARIN KLABUNDE	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
JUCILAINE DE BRITO	04/02/2015	BERCARISTA
JUCILEIA REIS	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-3
JUCILENE REINERT PEIXER	02/03/2015	PROFESSOR DOC-III-4
JULIA CARLA PEREIRA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
JULIA MABA	04/02/2015	BERCARISTA

JULIANA CASSIA PAITCH	04/02/2015	BERCARISTA
JULIANA CONCEICAO DEBACKER	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
JULIANA DE OLIVEIRA GALVAO	04/02/2015	BERCARISTA
JULIANA DOS SANTOS	04/02/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
JULIANA MACCARI	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
JULIANA PEREIRA MABBA SCHMITT	11/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
JULIANA PITZ	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
JULIANE KATIA COSTODIO LUZ	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
JULIANE PEREIRA	10/02/2015	PROFESSOR DOC-I-4
JUNIOR JOSE MACHADO	20/02/2015	PROFESSOR DOC-I-2
JURACI DELFES ROSSI	08/04/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
KARINE BERNARDES PIAZZA TESKE	10/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
KARINE TERESINHA DA SILVA	13/02/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
KARLA FARIAS MULLER	04/02/2015	PROFESSOR DOC-I-8
KARLA REGIANE SCHIRMER	04/02/2015	BERCARISTA
KATIA CRISTINA DE SOUZA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
KATIA DE OLIVEIRA LOURENCO PEREIRA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
KATIA MICHEL SCHMITT	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
KATIA REGINA MOSER LANSER	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
KEILA DINIZ	04/02/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
KELLY KRUGER BORNHAUSEN	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
KETLIN JULIANA NEVES BEER	04/02/2015	BERCARISTA
LAIS REGINA ROSSI DE OLIVEIRA	04/02/2015	BERCARISTA
LAUDINETE DA APARECIDA OLIVEIRA	04/02/2015	BERCARISTA
LEILA REGINA PEIXE GUBERT	04/02/2015	BERCARISTA
LEONARDO MANOEL CLEMENTE	04/02/2015	BERCARISTA
LETIANA APARECIDA PIMENTEL	04/02/2015	BERCARISTA
LETICIA SOARES	04/02/2015	PROFESSOR DOC-I-4
LIDIA REGINA DEMMER SCHRAMM	04/02/2015	SUPERVISOR ESCOLAR
LIDIANE FREITAS	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
LIDIANE LEITE	04/02/2015	BERCARISTA
LIGIA MENDES DOS SANTOS BENDER	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-5
LILIAN REGINA DINIZ PLOTGHER	04/02/2015	BERCARISTA
LIZIANE APARECIDA ROSARIO	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
LIZIANE TEREZINHA DOS SANTOS	03/03/2015	BERCARISTA
LORENA JORDINA LINHARES ZIMMERMANN	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
LORITA DA SILVA CORREA	09/02/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
LOURDES ALVES DE OLIVEIRA	09/02/2015	BERCARISTA
LUANA PEREIRA	04/02/2015	BERCARISTA
LUCAS JOSE PEREIRA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-I-8
LUCIANA DICKMANN	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
LUCIANA DOERING RECH	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
LUCIANO ANTONIO VANZUITEN	20/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
LUCIANO BASEI	18/02/2015	PROFESSOR DOC-I-4
LUCIENE POHLMANN DA SILVEIRA GAULKE	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-6
LUCIMAR REGINA GERN DIAS	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
LUCIMARA SUELI CORREA BASEI	04/02/2015	PROFESSOR DOC-I-8
LUCINDA DOS SANTOS	02/03/2015	BERCARISTA
LUISA HELENA DOS SANTOS LOZANO	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-5
LUISA SOARES VIEIRA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-I-6
LUIZ CARLOS PEREIRA JUNIOR	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
LUIZ CARLOS RODRIGUES	04/02/2015	ZELADOR ESCOLA
LUIZ CARLOS ZANCANELLA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
LUZIANE YNDIARA DA SILVA	19/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
MAGNO RODRIGUES DE SOUZA	11/02/2015	PROFESSOR DOC-I-7
MAIARA BERNARDES CORREA	04/02/2015	BERCARISTA
MANOEL TAVARES FILHO	18/02/2015	PROFESSOR DOC-III-5
MANUELA ANDREA PEREIRA DUARTE	04/02/2015	BERCARISTA
MARCELO BRUECKHEIMER BRANCO	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
MARCELO PADILHA SIQUEIRA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-I-6
MARCIA FERRAZ	04/02/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
MARCIA PEREIRA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
MARCIO BENTO	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-7

MARCO AURELIO DA CRUZ SOUZA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-5
MARCOS FACCHETTI DE MATOS	23/04/2015	PROFESSOR DOC-I-8
MARCOS ROBERTO OYARZABAL BAPTISTA	04/02/2015	ZELADOR ESCOLA
MARI PANTANO JUNKES	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
MARIA ANTONIA SCHMITZ	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-6
MARIA APARECIDA DE SOUZA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
MARIA APARECIDA VILVERT	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
MARIA BERNADETI NICOLODI	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
MARIA CLARICE SPENGLER	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
MARIA DA GLORIA DA SILVA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
MARIA DARCI THEISS	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
MARIA DO CARMO OLIVEIRA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
MARIA ELIANE DOS SANTOS	04/02/2015	BERCARISTA
MARIA ELIS DOS SANTOS MARQUES	04/02/2015	BERCARISTA
MARIA ESONITA SCHMITT	04/02/2015	Orientador Educ.III
MARIA GESLEN SANTANA MACIEL	04/02/2015	BERCARISTA
MARIA HELENA BATISTA EGSTER	04/02/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
MARIA IARA OLIVEIRA DA SILVA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-I-8
MARIA IRENE KOCH DAL MAGRO	04/03/2015	PROFESSOR DOC-III-8
MARIA JULIA DOS SANTOS DOMINGOS	03/03/2015	PROFESSOR DOC-I-8
MARIA LUCIA COSTA	09/02/2015	PROFESSOR DOC-I-8
MARIA LUCIA MACEDO DOS SANTOS	19/02/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
MARIA LUCIA VANSUITA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
MARIA LUIZA DOS SANTOS	11/03/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
MARIA REGINA BENEVENUTTI KAVICHIONI	04/02/2015	BERCARISTA
MARIA REGINA POLICARPO PAULO	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-5
MARIA SALETE DE MEDEIROS	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
MARIA SALETE DELLANDREA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
MARIA SALETE MULLER DE FREITAS SMIALOSKI	04/02/2015	BERCARISTA
MARIA SALETE PADILHA	12/02/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
MARIA VALFRIDA ZUCHI	09/02/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
MARIA ZILDA TOMSON	04/02/2015	BERCARISTA
MARIANA LOPES	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-7
MARIETA PAMPLONA SCHMITT	18/02/2015	PROFESSOR DOC-III-5
MARILEI DE MELLO	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-5
MARILI ROSANA DA COSTA SABEL	04/02/2015	BERCARISTA
MARILZA VERAS DOS SANTOS SOUZA	09/03/2015	BERCARISTA
MARINA ANDREIA SEIDEL	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-7
MARINA ANTUNES	06/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
MARINES QUELLER FERRAZ DA SILVA	04/02/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
MARISTELA CRISTANI PAZ	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
MARISTELA MULLER DE LIMA	04/02/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
MARIZETH APARECIDA DELEAO CHOCHO	23/02/2015	PROFESSOR DOC-III-3
MARLENE TOSI	19/02/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
MARLETE THOLL DA SILVA	04/02/2015	BERCARISTA
MARLI IVONE ALVES DE AGUIAR	04/02/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
MARLI TERESINHA CARVALHO BERNZ	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8

MARLUCE CARDOSO PIRES	04/02/2015	BERCARISTA
MARTA DA SILVA DOS SANTOS	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
MARTHA DINIZ BENEVENUTTI	04/02/2015	BERCARISTA
MARY SUSAN ROSSETIM	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
MAURA BORNHAUSEN BONETTI	04/02/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
MAURICIO GALVAO BENTO	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
MAYARA REGINA EMILIO	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
MAYARA TALITA FERRARI	04/02/2015	BERCARISTA
MAZILDA LAMIM	05/03/2015	BERCARISTA
MECIA CRISTINA DA SILVA	09/02/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
MEIRE TERESINHA PEREIRA MAIA	04/02/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
MELITA MULLER KOHN	04/02/2015	BERCARISTA
MICHELE ANDREA RABER	06/02/2015	BERCARISTA
MIDIAM ERONDINA DE OLIVEIRA GALVAO	04/02/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
MIRIA CLEVENICE PEREIRA	11/02/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
MIRIA DA SILVA PAMPLONA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
MIRIAN SOUZA DE AVILA	11/02/2015	Orientador Educ.III
MONICA REGINA MACHADO	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
MORGANA DA SILVA	20/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
NADIA MIKAELY SOUZA BRILHANTE	04/02/2015	BERCARISTA
NADIELI CRISTINA BAUER	04/02/2015	BERCARISTA
NAGILA KARINA CASTALDELLO SABINO	04/02/2015	BERCARISTA
NANDRIA VALGAS	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
NAYARA DALL OLMO	10/02/2015	PROFESSOR DOC-I-8
NEUSA MARIA IGNACIO	04/02/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
NILDA MARIA SOARES MARQUESINI	24/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8

NILMA DE SOUZA	02/03/2015	PROFESSOR DOC-I-4
NILTON JOSE DE BRITO	04/02/2015	ZELADOR ESCOLA
ORLANDO BARBOSA	04/02/2015	ZELADOR ESCOLA
OSMARINA SCHRAMM	04/02/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
PAMELA CRISTINA HOSTINS	04/02/2015	BERCARISTA
PAMELA GABRIELA GANANCINI GANDIN	04/02/2015	BERCARISTA
PATRICIA BARBIERI	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-5
PATRICIA DE SOUZA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
PATRICIA PIRES THOMAZELLI	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-5
PATRICIA POFFO	04/02/2015	PROFESSOR DOC-I-8
PATRICIA STEFFEN MARCHI	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
PATRICIA ZERMIANI DA CONCEIÇÃO	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
PATRICK DE OLIVEIRA HEINECK	11/02/2015	PROFESSOR DOC-I-4
PAULA PASQUALI	02/03/2015	PROFESSOR DOC-I-4
PAULA SABRINA MERLO	04/02/2015	PROFESSOR DOC-I-8
PAULA TALITA STEIN	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
PAULO ESTEVAO	04/02/2015	ZELADOR ESCOLA
PAULO OSMAR JUNKES	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
RAFAEL DE MATTOS MIRANDA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-I-4
RAFAEL NATAN GARBINATO FRANQUES DOS SANT	04/02/2015	PROFESSOR DOC-I-3
RAQUEL ALVES DOS SANTOS	20/02/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
REGIANE APARECIDA RODRIGUES	09/02/2015	BERCARISTA
REGIANE RODRIGUES	19/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
REINALDO ARCANGELO GIRARDI	02/03/2015	PROFESSOR DOC-I-8
RENATO DA COSTA BRAMBILLA	18/02/2015	PROFESSOR DOC-III-6
REYTON DE SOUZA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-I-8

RODRIGO JOAO DIAS	04/02/2015	PROFESSOR DOC-I-8
ROSALINA APARECIDA DOS SANTOS	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
ROSANA MARTINA BEER	04/02/2015	BERCARISTA
ROSANE BARRETO CLAUDINO NOGUEIRA	12/03/2015	PROFESSOR DOC-III-4
ROSANE FERRETTI	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
ROSANE ISABEL PEREIRA	04/02/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
ROSANE MARIA CASAS ROZA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
ROSANGELA NUHS	04/02/2015	BERCARISTA
ROSANI MARIA ESCHEMBACH CORREA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
ROSELE SPENGLER DA SILVEIRA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
ROSELI DUARTE RODRIGUES	04/02/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
ROSELI MARIA KOHLER	04/02/2015	Orientador Educ.III
ROSELIS FIRMO	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
ROSEMERI MARCHETTI	04/02/2015	BERCARISTA
ROSI MERI CEZAR	09/03/2015	BERCARISTA
ROSILEIA SERAFIM SCHMITT	06/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
RUTE BERNARDES CORREA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
RUTH NEIA EUFRAZIO DE OLIVEIRA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
SABRINA DE LIZ RAMOS	04/02/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
SABRINA TEREZINHA BAILER	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
SAIONARA GERTRUDES DOS SANTOS SIGEL	06/02/2015	BERCARISTA
SALETE DE JESUS MOREIRA	05/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
SALETE PALMA BONETTI	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
SAMIRA COSTA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
SAMUEL ESCHEMBACH CORREA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-7
SAMUEL MOSCHEN	23/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8

SANDRA DENISE OECHSLER MORETTO	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
SANDRA ISABEL RUSSI SCHRAMM	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
SANDRA LUIZA WANZUIT	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
SANDRA MARA ZENDRON LOPES FORTES	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
SANDRA PEREIRA DOS SANTOS	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
SANDRA REGINA GOMES	04/02/2015	BERCARISTA
SANDRA REGINA TAVARES	09/02/2015	BERCARISTA
SANDRA REICH FERNANDES	04/02/2015	BERCARISTA
SANDRA SUELI SOARES FRITSCHÉ	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
SANTINA APARECIDA DE OLIVEIRA	04/02/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
SCHIRLEI VITORINO	11/02/2015	PROFESSOR DOC-I-8
SCHIRLENE SCHMITT BRAZ	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
SERGIO LUIZ FIDELIX	06/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
SHEILA CRISTIANE FELISIAK WIRTTI	19/02/2015	PROFESSOR DOC-I-4
SHIRLEY TEREZINHA DE AMORIM SEIBEL	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
SILVANA MARIANO PIRES	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
SILVIA CRISTINA SEIBEL RONCHI	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
SIMONE BEDUSCHI	12/02/2015	PROFESSOR DOC-III-7
SIMONE NARA TIBES PASSOLD	04/02/2015	BERCARISTA
SIMONE SCHMITT MARCHI	04/02/2015	BERCARISTA
SIMONE VILLVOCH	04/02/2015	BERCARISTA
SIMONE VILLVOCH	23/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
SINARA CRISTINA SIMON SCHMIDT	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
SIRLEI ROSA ALVES	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
SOLANGE RAMOS	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
SOLIMARE GUERGUEN	04/02/2015	BERCARISTA

SONIA ELIZIA REINERT HOSTIN	04/02/2015	BERCARISTA
SONIA MARIA DA SILVA DE BRITTO	13/04/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
STEFANI DE SOUZA	18/02/2015	BERCARISTA
SUELY MANERICH	04/02/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
SUSALIN DE VARGAS TORRESANI	23/04/2015	PROFESSOR DOC-III-7
SUZILEI BARBOSA DE OLIVEIRA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
SYLVANA BRUNO	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
TAILA ESTERPANI DE CARVALHO MELLO	19/02/2015	PROFESSOR DOC-I-4
TAMAR MENDES ALVES	09/02/2015	BERCARISTA
TAMARA ALVES ROVIGO	04/02/2015	BERCARISTA
TAMARA CRISTINA PEREIRA	04/02/2015	BERCARISTA
TANIA APARECIDA BERGAMO	04/02/2015	BERCARISTA
TANIA APARECIDA DE OLIVEIRA	19/02/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
TANIA MARIA SPENGLER RAMPELOTTI	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
TANIA REGINA FOPPA	02/03/2015	PROFESSOR DOC-III-8
TANIRA VIEIRA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
TATIANA DIAS GODRI TAMAZZIA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
TATIANA LORENA RAMOS	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
TATIANA MARTINS SALOMAO	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
TATIANA ROEDEL	09/03/2015	PROFESSOR DOC-III-4
TATIANE ANTUNES MONTEIRO	04/02/2015	PROFESSOR DOC-I-8
TATIANE DE SOUZA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
TEREZA CRISTINA BENEVENUTTI	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
TEREZINHA BIBLIANA SEVERGNINI	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
TEREZINHA DE FATIMA DA CRUZ	02/03/2015	BERCARISTA
TEREZINHA DE FATIMA PLATES DA SILVA	08/04/2015	MERENDEIRA/SERVENTE

THACIANA TAMARA WEITGENANT	04/02/2015	BERCARISTA
THAISA LANZMASTER DE QUADROS PESSANHA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-4
VALMIRA BARUFFI	11/02/2015	PROFESSOR DOC-I-4
VALNI DA FONSECA PEREIRA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-I-8
VALTER TEODORO DA SILVA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-I-8
VANDERLEIA DE LIMA VIEIRA AGUIAR	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
VANESSA APARECIDA DIAS CORREA	23/02/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
VANESSA DIAS DA SILVA	10/02/2015	PROFESSOR DOC-I-8
VANESSA FABIANE SCHEIDT	10/03/2015	BERCARISTA
VANESSA MARA DOS SANTOS	04/02/2015	PROFESSOR DOC-I-8
VANESSA SILVEIRA DA SILVA ANTUNES	04/02/2015	MERENDEIRA/SERVENTE
VERONICA PEREIRA	09/04/2015	BERCARISTA
VITOR HENRIQUE CORREA	04/02/2015	BERCARISTA
WANDERLEIA MARISA ISENSEE STEFAN	25/02/2015	PROFESSOR DOC-I-3
WILLIAN CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA	18/02/2015	PROFESSOR DOC-I-2
ZENITA DE OLIVEIRA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8
ZILDA COSTA	04/02/2015	PROFESSOR DOC-III-8

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 04/02/2015.

Gaspar, 05 de agosto de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

PREGÃO PRESENCIAL Nº 177/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 177/2015

OBJETO: Registro de Preços para futuras aquisições de materiais de construção - Repetição ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 9h do dia 25/08/2015, no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435, Centro. ABERTURA: às 9h30min. Íntegra do Edital está disponível no site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar(SC), 10/08/2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Governador Celso Ramos

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 07/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

Extrato do Contrato 007/2015

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS-SC

CONTRATADO: MIGUEL JOÃO SIMÃO

OBJETO: Prestação de serviços no resgate histórico das legislaturas da Câmara Municipal de Governador Celso Ramos/SC (pesquisa, fotografia, biografia, e histórico de todos os vereadores e suplentes que assumiram uma cadeira, desde a primeira legislatura até a atual).

PRAZO: 03/08/2015 à 03/10/2015.

VALOR: R\$ 7.300,00 (Sete mil e trezentos reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Câmara Municipal: 3.3.90.36.05.00.00.00

Governador Celso Ramos, 03 de agosto 2015.

MARCOS HENRIQUE DA SILVA

Presidente da Câmara

Guaraciaba

PREFEITURA

ATA REABERTURA DE PRAZO PROCESSO 94.2015 PMGBA

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA/SC

CNPJ: 82.821.216/0001-82

RUA ADEMAR DE BARROS, 85

C.E.P.: 89920-000 - Guaraciaba - SC

Número da ATA: 97/2015 (Sequência: 1)

PREGÃO PRESENCIAL 73/2015

Processo Administrativo: 94/2015

Processo de Licitação: 94/2015

Data do Processo: 28/07/2015

OBJETO DA LICITAÇÃO:

AQUISIÇÃO DE MATERIAL (CORTADOR DE GRAMA A GASOLINA HP 3000RPM) PARA SER UTILIZADO NA LIMPEZA DO ESTÁDIO MUNICIPAL OLÍMPIO DALMAGRO E OUTROS DEPARTAMENTOS DO ESPORTE NO MUNICÍPIO DE GUARACIABA.

Às 09:00 horas do dia 10 (dez) de agosto de dois mil e quinze, horário marcado para julgamento do Processo Licitatório 94/2015, Pregão Presencial 73/2015 do Município de Guaraciaba/SC o Pregoeiro reuniu-se com a comissão de apoio para receber as propostas e documentação do Processo em epígrafe. No horário marcado nenhuma empresa apresentou envelopes contendo proposta e documentação, diante disso o Pregoeiro juntamente com a comissão de apoio resolve REABRIR o prazo para as empresas interessadas na apresentação de novas propostas e documentação conforme previsto no Artigo 48 parágrafo único da Lei Federal 8.666/93, ficando o novo prazo previsto para o dia 21/08/2015, às 10:00 horas no mesmo local, descrito no edital.

Publique-se

COMISSÃO:

Guaraciaba, 10 de Agosto de 2015

ALDO JUSTINI SALVI - PREGOEIRO

ROBSON LUIZ RINALDI - EQUIPE DE APOIO

DANIELA DEMARCHI DA SILVA – EQUIPE DE APOIO

Guaramirim

PREFEITURA

LEI Nº. 4241/2015

LEI Nº. 4241/2015

Autoriza o Município a celebrar Termo de Convênio com o Centro de Treinamento Pró-Esporte - CTPE, para o desenvolvimento do Projeto Seguir Junto Somos mais Fortes.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar termo de convênio com o Centro de Treinamento Pró-Esporte - CTPE, declarado de utilidade pública através da Lei nº. 4148/2014, de 08 de julho de 2014, para o desenvolvimento do Projeto Seguir Junto Somos mais Fortes.

Art. 2º. Para execução do convênio de que trata o artigo 1º desta Lei, o Município de Guaramirim fornecerá à entidade subvenção social no valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em parcela única.

Art. 3º. A Secretaria de Esporte e Lazer fica responsável pela fiscalização, monitoramento e avaliação do Projeto Seguir Junto Somos mais Fortes, desenvolvido pelo Centro de Treinamento Pró-Esporte - CTPE.

Art. 4º. A prestação de contas deverá ser apresentada à Controladoria Geral do Município de Guaramirim até 30 (trinta) dias após o repasse.

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações constantes do orçamento vigente.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 07 de agosto de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREF 50/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 50/2015 - Pregão Presencial Nº. 28/2015.

Objeto: Aquisição de material e serviço para revitalização do sistema de iluminação com pintura de poste da Praça Padre Balduino Schneider do município de Guarujá do Sul.

Propostas e Habilitação: 25/08/2015

(08:15 Documentação - 08:30 Abertura).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00 de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e no site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 10 de agosto de 2015.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 911/2015

PORTARIA Nº 911/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

RETIFICAR e dar nova redação à Portaria nº 901/2015, da Servidora ALINE PRAXMARER (Matr. 4137), onde se lê: "... Nível/Referência – 1/B,"; leia-se: "... Nível/Referência – 9/A".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 07 de Agosto de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 912/2015

PORTARIA Nº 912/2015

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

RETIFICAR e dar nova redação à Portaria nº 887/2015 do Servidor SÉRGIO LUIZ LUNARDELLI (Matr. 350), onde se lê: "Referente ao período aquisitivo compreendido entre 08 de setembro de 2013 e 07 de setembro de 2015"; leia-se: "Referente ao período aquisitivo compreendido entre 08 de setembro de 2013 e 07 de setembro de 2014".

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 07 de Agosto de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 913/2015

PORTARIA Nº 913/2015

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor DIEGO DE BARROS (Matr. 3092) ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de fevereiro de 2013 e 04 de janeiro de 2015, para serem gozadas a partir de 07 de agosto de 2015 a 05 de setembro de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 07 de Agosto de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 914/2015

PORTARIA Nº 914/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora EDIANE APARECIDA SOARES DA SILVA (Matr. 3615), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Assistente Social, Nível – 12/1, Referência "A", 30 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 10 de setembro de 2013 e 09 de setembro de 2014, para serem gozadas a partir de 10 de agosto de 2015 a 08 de setembro de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 07 de Agosto de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 915/2015

PORTARIA Nº 915/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora IDAMARA DE MELO (Matr. 2781), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Odontóloga, Nível – 13/1, Referência "C", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2012 a 18 de agosto de 2013, para serem gozadas a contar de 10 de agosto de 2015 a 21 de agosto de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 07 de Agosto de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº CM 0136/2015**

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

RESOLUÇÃO Nº CM 0136/2015

“Constitui e Nomeia integrantes da Comissão Legislativa Temporária para elaboração de Proposta de Revisão à Lei Orgânica de Herval d'Oeste e dá outras providências”

LEONARDO MASCARELLO, presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída COMISSÃO LEGISLATIVA TEMPORÁRIA para emissão de elaboração de Proposta de Revisão à Lei Orgânica de Herval d'Oeste.

Art. 2º Ficam nomeados como membros titulares da Comissão Legislativa Temporária, os seguintes vereadores:

- a) DAVI JOSÉ FROZZA – Presidente
- b) ADELAR JOSÉ PROVENCÍ – Vice Presidente
- c) JUAREZ ANTONIO DE SOUZA - Relator

Art.3º A referida comissão deverá apresentar proposta de revisão no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 4º Esta RESOLUÇÃO entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste - SC, em 10 de agosto de 2015.

LEONARDO MASCARELLO

Presidente

Ibiam

PREFEITURA

PL 46/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2015

SRP: 022/2015

A Prefeitura Municipal de Ibiam/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial Registrar preços, visando futuras possíveis aquisições, com pedidos parcelados, de lanches e outros itens, para eventos, organizados pelos idosos do município de Ibiam, por um período de doze meses.

Entrega dos envelopes: até o dia 24/08/2015 até às 13:15 horas

Abertura dos envelopes: 24/08/2015 às 13:30 horas

Tipo de Avaliação: Menor Unitário

Base legal: lei 10.520/02, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06 e LC 0147/14.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta – feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0**49)534-0044.

Ibiam, 07 de Agosto de 2015.

Clovis José Busatto

Prefeito Municipal de Ibiam

Ilhota

PREFEITURA

AVISO LICITAÇÃO PRG 042 - 2015 MULTIENTIDADES - REGISTRO DE PREÇO - COMPUTADOR E NOTEBOOK (SAÚDE E ASSISTÊNCIA)

PROCESSO Nº. 244/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 42/2015 – MULTIENTIDADES
REGISTRO DE PREÇO
Fundo Municipal de Saúde
Fundo Municipal de Assistência Social

SETOR DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

TIPO MENOR PREÇO - TOTAL POR ITEM

OBJETO REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS (COMPUTADOR, NOTEBOOK), PARA A SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E PARA DUAS SALAS DE VACINA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, conforme Anexo I do Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 24/08/15 às 09:30 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 24/08/15 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

MAIORES INFORMAÇÕES:

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.

ALEX MIRANDA
PREGOEIRO OFICIAL
Ilhota, 11 de agosto de 2015.

Imarui

PREFEITURA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO PMI N.º 026/2015

Objeto: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios.

Empresa Fornecedora: Elo Comércio e Serviços LTDA - ME:

Item	Especificação	UN	Qtd.		Marca	Preço UN	Preço Total
			PMI	FMAS			
09	Açúcar - refinado, embalagem de 5 kg, especial de cana de açúcar.	KG	620	100	Caravelas	R\$ 9,49	R\$ 6.832,80
11	Biscoito maisena - Embalagem dupla contendo no mínimo 400g, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido e de acordo com Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos - CNNPA.	PCT	200	500	Diana	R\$ 3,04	R\$ 2.128,00
12	Café - em pó, torrado, moído, características: puro, contendo selo de pureza ABIC. Embalagem de 500g, embalado a vácuo.	PCT	800	200	Odebreth	R\$ 6,80	R\$ 6.800,00
13	Farinha de trigo - especial (embalagem de 1 kg) tipo 1 enriquecido com ferro e ácido fólico (vitamina B9).	KG	-	100	Fidalga	R\$ 2,15	R\$ 215,00
14	Farinha de trigo integral - farinha de trigo integral, fina, de 1ª qualidade, com no mínimo 6g de fibra alimentar em 50g do produto seco. Embalagem de 1 kg.	KG	-	50	Pan Fácil	R\$ 5,74	R\$ 287,00
15	Farinha de milho - (embalagem de 1 kg) tipo fubá fino, enriquecido com ferro ácido fólico (vitamina B9).	KG	-	10	Sinha	R\$ 2,19	R\$ 21,90
16	Leite em pó (Leite em pó - Embalagem 400g) Integral, instantâneo, com no mínimo 26% de gorduras (lipídios), contendo pirofosfato férrico e emulsificante lecitina de soja, acondicionados em embalagem de folha de flandres ou alumínio limpa, resistente, atóxica, isenta de ferrugem, não amassada, contendo 400g de peso líquido. Embalagem apresentando externamente dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote data de validade, quantidade do produto, e número do registro no Ministério da Agricultura. Data de validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega do produto.	PCT	160	100	Piracanjuba	R\$ 7,29	R\$ 1.895,40
17	Farinha de mandioca - (embalagem de 1 kg). Fina, branca, embalada em pacotes plásticos, transparentes, limpos, não violados e resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 05 meses a partir da data de entrega.	KG	-	100	Araruna	R\$ 2,94	R\$ 294,00
19	Ovo - de galinha vermelho. Tamanho médio.	DZ	-	200	Friolar	R\$ 4,54	R\$ 908,00
22	Colorau - embalagem de 500 g., fabricado a partir da pasta de urucum e fubá.	PCT	-	50	Apti	R\$ 2,49	R\$ 124,50
23	Gelatina - embalagem de 1 kg. Sabor: abacaxi. Rendimento mínimo 5 litros.	UN	-	50	Apti	R\$ 6,90	R\$ 345,00
24	Gelatina - embalagem de 1 kg. Sabor: limão. Rendimento mínimo 5 litros.	UN	-	50	Apti	R\$ 7,15	R\$ 357,50
25	Gelatina - embalagem de 1 kg. Sabor: morango. Rendimento mínimo 5 litros.	UN	-	50	Apti	R\$ 7,74	R\$ 387,00
26	Sal refinado - iodado, com granulação uniforme e com cristais brancos, com no mínimo de 98,5% de cloreto de sódio e com dosagem de sais de iodo de no mínimo 10mg e máximo de 15mg de iodo por quilo de acordo com a Legislação Federal Específica - Embalagens de 1 kg.	KG	-	50	Zizo	R\$ 1,09	R\$ 54,50
27	Macarrão - tipo parafuso. a base de farinha, com ovos, embalagem contendo 500g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.	PCT	-	100	Ogliari	R\$ 2,25	R\$ 225,00
28	Macarrão de sêmola de trigo tipo espaguete, enriquecido com ferro e ácido fólico, corantes naturais urucum cúrcuma. Embalagem plástica, de 500 gramas, com data de fabricação e vencimento.	PCT	-	50	Ogliari	R\$ 2,25	R\$ 112,50

29	Achocolatado - Características técnicas: alimento achocolatado em pó, instantâneo, enriquecido com 8 vitaminas. Ingredientes: açúcar cristal, cacau em pó alcalino lecitinado, sal refinado, mistura mineiro vitamínica (vitamina C, niacinamida, vitaminas B6, B2, B1, ácido fólico e vitamina B12) e aromatizante natural reforçado de baunilha. Embalagem primária: sacos de polietileno atóxico, leitoso, resistente, termosoldado. Embalagem de 1 kg.	PCT	-	100	Chocotten	R\$ 10,10	R\$ 1.010,00
30	Doce de fruta cremoso. Rotulado com as informações mínimas: marca, endereço, data de produção, data de validade, ingrediente e/ou informação nutricional. Sabores que serão aceitos: morango, amora, uva e banana. Embalagem de 1 kg isenta de mofo ou bolores, bodes estranhos e substâncias nocivas.	UN	-	50	Luisalvense	R\$ 5,59	R\$ 279,50
35	Feijão - preto tipo, embalagem de 1 kg, livre de sujidades.	KG	-	100	Novo Horizonte	R\$ 3,66	R\$ 366,00
55	Vinagre de álcool com acidez mínima de 4,0% - embalagem mínima de 500 ml.	L	-	50	Heinig	R\$ 1,46	R\$ 73,00
56	Biscoito tipo cream cracker. Embalagem dupla contendo no mínimo 400 gramas, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido e de acordo com a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos - CNNPA.	PCT	-	1.000	Diana	R\$ 2,45	R\$ 2.450,00
57	Biscoito rosquinha sabor coco. Embalagem dupla contendo no mínimo 400 gramas, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido e de acordo com a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos - CNNPA.	PCT	-	1.000	Marilan	R\$ 3,67	R\$ 3.670,00
58	Amido de Milho. Embalagem com 500 gramas, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, peso líquido e de acordo com a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos - CNNPA.	UN	-	50	Apti	R\$ 2,50	R\$ 125,00
60	Sardinha em conserva, preparada com pescado fresco, limpo, eviscerado, cozido. Imersa em óleo comestível. Acondicionado em recipiente de folha de flandres íntegro, resistente, vedado hermeticamente e limpo, contendo aproximadamente 125g de peso líquido e 88g de peso drenado. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	UN	-	200	88	R\$ 2,53	R\$ 506,00

Total do Fornecedor: R\$ 29.467,60

Empresa Fornecedor: Fonte das Águas Comércio de Água Mineral LTDA – ME:

Item	Especificação	UN	Qtd.		Marca	Preço UN	Preço Total
			PMI	FMAS			
61	Água Mineral (bombonas de 20L). Características técnicas: água mineral natural fluoretada, sem gás, com validade de 12 meses. Necessário o cómodo dos cascos de água no início do ano.	UN	1.060	500	Imperatriz	R\$ 8,12	R\$ 12.667,20
62	Água Mineral de 500 ml. Características técnicas: água mineral fluoretada natural, sem gás, inodoro, transparente. Embalagem pet, descartável. Data de fabricação máximo de 15 dias. Data de validade mínimo de 6 meses.	UN	712	500	Imperatriz	R\$ 0,83	R\$ 1.005,96

Total do Fornecedor: R\$ 13.673,16

Total Geral: R\$ 43.140,76

Data da Assinatura: 03/08/2015 Validade da Ata: 03/08/2016

Modalidade: Pregão Presencial.

Imaruí, 10 de Agosto de 2015.

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal de Imaruí

Imbituba

PREFEITURA

EDITAL SEAGP Nº 114/2015

EDITAL SEAGP Nº 114/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2013.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2013, divulgado através do Edital nº 001/2013, de 09 de outubro de 2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2013, de 10 de Janeiro de 2014, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2013, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 11 de Agosto a 10 de Setembro de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 10 de agosto de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 114/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Recreador Social
Yara Marques Vicente

EDITAL SEAGP Nº 115/2015

EDITAL SEAGP Nº 115/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2014.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2014, divulgado através do Edital nº 001/2014, de 10 de outubro de 2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014, de 05 de Janeiro de 2015, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2014, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 11 de Agosto a 10 de Setembro de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 10 de Agosto de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 115/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Agente Comunitário de saúde área 01
Sandra Mara Martins Soares

EXTRATO FMS 2010/12 A/09

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2010/12 A/09

Contratada: JULIANA PEREIRA SOARES

C.P.F.048.322.819-25

Objeto: É objeto deste Termo Aditivo o reajuste de 3,54% (três virgula cinquenta e quatro por cento) correção pelo últimos 12 meses através do IGPM.

Valor: R\$1.306,55 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 23/2010 Dispensa 02/2010

Imbituba, 03 de agosto de 2015.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal de saúde

Contratante

Juliana Pereira Soares

Representante Legal

Contratada

EXTRATO FMS 2012/26 A/06

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2012/26 A/06

Contratada: JOÃO CARLOS MICHELS

C.P.F.343.500.209,34

Objeto: É objeto deste Termo Aditivo o reajuste de 3,54(três virgula cinquenta e quatro por cento) pelo índice IGPM- (FGV) acumulado nos últimos 12 meses.

Valor: R\$1.199,72 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 29/2012 Dispensa 02/2012

Imbituba, 24 de julho de 2015.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal de saúde

Contratante

João Carlos Michels

Representante Legal

Contratada

EXTRATO FMS 2013/40 A/04

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2013/40 A/04

Contratada: CLAUDIO DOS SANTOS

C.P.F.299.864.869-04

Objeto: É objeto deste Termo Aditivo o reajuste de 5,58(cinco virgula cinquenta e oito por cento) pelo índice IGPM- (FGV) acumulado nos últimos 12 meses .

Valor: R\$919,88 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 35/2013 Dispensa 04/2013

Imbituba, 27 de julho de 2015.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal de saúde

Contratante

Claudio dos Santos

Representante Legal

Contratada

EXTRATO PMI SANEAMENTO 2015/137 A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SANEAMENTO 2015/137 A/00

Contratada: RST OBRAS DRAGAGEM SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA

C.N.P.J.03.725.308/0001-92

Objeto: O presente tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA, VISANDO A REVITALIZAÇÃO DA LAGOA DA USINA, conforme as especificações constantes no Edital e Termo de referência.

Valor: R\$138.840,00 Prazo: 31/01/2016

Fundamento: Processo nº. 02/2015 Carta Convite 01/2015

Imbituba, 31 de julho de 2015.

Eduardo dos Passos Nunes

Secretario Municipal de Desenvolvimento

urbano, saneamento e habitação

Contratante

RST Obras Drenagem Serviços e Construções Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEAPI 2015/136 A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAPI 2015/136 A/00

Contratada: COOPERATIVA DE MEDICOS VETERINARIOS

C.N.P.J: 00.742.631/0001-86

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.

Valor: R\$ 13.800,00 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº 75/2015 Dispensa 12/2015

Imbituba, 09 de julho de 2015.

Rui Geraldo Rodrigues

Secretário Municipal da Agricultura Pesca e Infraestrutura

Contratante

Cooperativa de Médicos Veterinários

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 2015/132 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2015/132 A00

Contratada: RENARU'S COMERCIAL LTDA ME

C.N.P.J: 04.188.337/0001-25

Objeto: AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E ACESSÓRIOS PARA PROJETO EDUCACIONAL DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL BASILEU JOSÉ DA SILVA.

Valor: R\$ 5.776,00 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 70/2015 Pregão 44/2015

Imbituba, 23 de julho de 2015.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Contratante

Renaru's Comercial Ltda Me

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 2015/133 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2015/133 A00

Contratada: ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP

C.N.P.J: 01.980.629/0001-08

Objeto: O objeto do presente Termo de Contrato é a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COZINHA PARA O USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS MUNICIPAIS, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

Valor: R\$ 44.127,50 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 25/2015 Pregão 15/2015

Imbituba, 24 de julho de 2015.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Contratante

ANCS Distribuidora Ltda EPP

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 2015/134 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2015/134 A00

Contratada: JOSE CANDIDO ESPINDOLA ME

C.N.P.J: 01.394.452/0001-68

Objeto: O objeto do presente Termo de Contrato é a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COZINHA PARA O USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS MUNICIPAIS, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

Valor: R\$ 15.657,00 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 25/2015 Pregão 15/2015

Imbituba, 24 de julho de 2015.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Contratante

Jose Candido Espindola

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 2015/135 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2015/135 A00

Contratada: RP COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

C.N.P.J: 20.604.417/0001-70

Objeto: O objeto do presente Termo de Contrato é a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COZINHA PARA O USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS MUNICIPAIS, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

Valor: R\$ 7.586,00 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 25/2015 Pregão 15/2015

Imbituba, 24 de julho de 2015.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Contratante

RP Comercio e representações Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SESPORTE 2014 253 A 03 –

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAPI 2015/136 A/00

Contratada: COOPERATIVA DE MEDICOS VETERINARIOS

C.N.P.J: 00.742.631/0001-86

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.

Valor: R\$ 13.800,00 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº 75/2015 Dispensa 12/2015

Imbituba, 09 de julho de 2015.

Rui Geraldo Rodrigues

Secretário Municipal da Agricultura Pesca e Infraestrutura

Contratante

Cooperativa de Médicos Veterinários

Representante Legal

Contratada

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 1492/15

. DECRETO Nº 1492/15

. De 06 de agosto de 2015

Contratação Agente Comunitários de Saúde/Andiele Rezer Merques Chaves

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 3.589/12 e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando o resultado do Processo Seletivo nº 003/2015/FMS/PMI, homologado pelo Decreto 1058/14,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, pelo Regime do Emprego Público, para o cargo Agente Comunitário de Saúde, ANDIELE REZER MERQUES CHAVES.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de agosto de 2015.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 06 de agosto de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da lei.

ADRIANE MACHADO FERRARI

Secretária de Saúde

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1493/15

. DECRETO Nº 1493/15

. De 06 de agosto de 2015

Contratação Agente Comunitários de Saúde/Jefferson Eduardo de Souza

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 3.589/12 e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando o resultado do Processo Seletivo nº 003/2015/FMS/PMI, homologado pelo Decreto 1058/14,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, pelo Regime do Emprego Público, para o cargo Agente Comunitário de Saúde, Jefferson Eduardo de Souza.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de agosto de 2015.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 06 de agosto de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da lei.

ADRIANE MACHADO FERRARI

Secretária de Saúde

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1494/15

. DECRETO Nº 1494/15

. De 06 de agosto de 2015

Contratação Agente Comunitários de Saúde/Mara Marisa Ladevig Feustel

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 3.589/12 e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando o resultado do Processo Seletivo nº 003/2015/FMS/PMI, homologado pelo Decreto 1058/14,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, pelo Regime do Emprego Público, a partir de 10/08/2015, para o cargo Agente Comunitário de Saúde, MARA MARISA LADEVIG FEUSTEL.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de agosto de 2015.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 06 de agosto de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da lei.

ADRIANE MACHADO FERRARI

Secretária de Saúde

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1495/15

. DECRETO Nº 1495/15

. De 06 de agosto de 2015

Contratação Agente Comunitários de Saúde/Samara Andreia Peyerl.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 3.589/12 e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando o resultado do Processo Seletivo nº 003/2015/FMS/PMI, homologado pelo Decreto 1058/14,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, pelo Regime do Emprego Público, para o cargo Agente Comunitário de Saúde, SAMARA ANDREIA PEYERL.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de agosto de 2015.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 06 de agosto de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da lei.

ADRIANE MACHADO FERRARI

Secretária de Saúde

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1496/15

. DECRETO Nº 1496/15

. De 06 de agosto de 2015

Contratação Agente Comunitários de Saúde/Raquel Zoraida Zanchetin de Lorena.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 3.589/12 e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando o resultado do Processo Seletivo nº 003/2015/FMS/PMI, homologado pelo Decreto 1058/14,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, pelo Regime do Emprego Público, para o cargo Agente Comunitário de Saúde, RAQUEL ZORAIDA ZANCHE-TIN DE LORENA.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de agosto de 2015.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 06 de agosto de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da lei.

ADRIANE MACHADO FERRARI

Secretária de Saúde

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1497/15

. DECRETO Nº 1497/15

. De 06 de agosto de 2015

Contratação Agente Comunitários de Saúde/Márcia Maria Alves Teycz

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 3.589/12 e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando o

resultado do Processo Seletivo nº 003/2015/FMS/PMI, homologado pelo Decreto 1058/14,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, pelo Regime do Emprego Público, para o cargo Agente Comunitário de Saúde, MÁRCIA MARIA ALVES TEYCZ.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de agosto de 2015.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 06 de agosto de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da lei.

ADRIANE MACHADO FERRARI

Secretária de Saúde

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1498/15

. DECRETO Nº 1498/15

. De 06 de agosto de 2015

Concede gratificação/

Bianca Lange Nascimento

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida gratificação da ordem de 60% (sessenta por cento) sobre os vencimentos da servidora BIANCA LANGE NASCIMENTO, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura, na condição de responsável pela coordenação do Setor de Agendamentos do SAIS.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a 01 de agosto de 2015.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 06 de agosto de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1499/15

. DECRETO Nº 1499/15

. De 06 de agosto de 2015

Delega atribuições

Joelma Meneghelli

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 92, incisos II, VIII, XI, XII e Parágrafo Único da Lei Orgânica do Município, artigo 28 da Lei Complementar 83/2008 e suas alterações e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando o período de férias do Secretário

de Assistência Social do Município, senhor Lindomar Lindner,

DECRETA,

Art. 1º - Fica delegado a servidora Joelma Meneghelli, ocupante do cargo de Assistente Social, atribuições para assinar a documentação contábil/financeira e administrativa pertinente a Secretaria Municipal de Assistência Social, durante o período de gozo de férias do Secretário Lindomar Lindner, de 10 a 19 de agosto de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial, em 06 de agosto de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1500/15

. DECRETO Nº 1500/15

. De 06 de agosto de 2015

Homologa Processo Seletivo nº 001/2015 da Prefeitura Municipal de Indaial/Secretaria Municipal da Educação.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, o Edital do Processo Seletivo nº 001/2015 para o preenchimento de vagas temporárias existentes e formação de Cadastro de Reserva para quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Município de Indaial, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 06 de agosto de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIAL – SC

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL No 01/2015

A Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Indaial, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto nº 1469/2015 e Lei 4724/12 e suas alterações, torna pública a abertura das instruções especiais destinadas à realização do Processo Seletivo para o preenchimento de vagas temporárias existentes e formação de Cadastro de Reserva para quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação de Indaial - SC, conforme o Edital a seguir:

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Os cargos objeto do Processo Seletivo, os valores dos respectivos vencimentos, o número de vagas e a jornada de trabalho são os constantes do Anexo I deste Edital.

1.2. As condições de habilitação, a descrição sumária dos cargos, a definição de conteúdos programáticos, o processo seletivo e as demais informações próprias de cada cargo constarão de instruções específicas, expressas nos Anexos I, II e III do presente Edital.

1.3. O candidato para se inscrever deverá acessar o site www.ibam-concursos.org.br, clicar no link do cargo escolhido, e antes de confirmar a inscrição, conferir todos os dados inclusive a denominação do cargo e seu respectivo código

1.4. Para efeito do que dispõe o inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal, bem como o parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 1331 de 31 de agosto de 2007, serão reservados aos portadores de deficiência 5% (cinco por cento) do número de vagas de cada cargo.

1.5. O disposto no subitem 1.4 não terá incidência nos casos em que a aplicação do percentual de 5% (cinco por cento) implique, na prática, em majoração indevida do percentual mínimo fixado.

1.6. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo poderão ser designados para as vagas existentes em qualquer unidade de serviço, de acordo com as necessidades do Município de Indaial.

2. REQUISITOS BÁSICOS PARA CONTRATAÇÃO

2.1. Ter nacionalidade brasileira ou equivalente;

2.2. Estar em pleno gozo dos direitos políticos;

2.3. Quitação com as obrigações militares e eleitorais;

2.4. Nível de escolaridade e capacitação técnica exigida para o exercício do cargo;

2.5. Idade mínima de 18 (dezoito) anos;

2.6. Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo;

2.7. Apresentar, quando se tratar de profissão regulamentada, no ato da posse, o competente registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;

2.8. Apresentar declaração de não possuir acúmulo de cargo público, exceto aqueles previstos na Lei.

2.9. Apresentar declaração firmada pelo interessado na qual conste não haver sofrido condenação definitiva por crime doloso ou contravenção, nem penalidade disciplinar de demissão a bem do serviço público no exercício de função pública qualquer.

2.10. Apresentar comprovante de endereço.

3. VAGAS DESTINADAS AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

3.1. É considerada pessoa com deficiência a que se enquadra nas categorias descritas no art. 4º. Do Decreto Federal no 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

3.2. Ao candidato abrangido pelo Decreto Federal no 3.298, de 20 de dezembro de 1999, é

assegurado o direito de inscrever-se na condição de deficiente, desde que declare essa condição no ato da inscrição e sua deficiência não seja incompatível com as atribuições do cargo ao qual concorre.

3.3. O candidato deficiente deverá declarar tal condição em local apropriado, na ficha de inscrição.

3.4. O candidato que tenha declarado sua deficiência estará convocado a comparecer no dia 21 ou 22 de setembro de 2015, às 16 horas na sede da INDAPREV – situada na Rua Castelo Branco, 109 – Sala 02 – Centro – Indaial - SC, perante uma junta oficial para avaliação da compatibilidade da deficiência com o cargo a que concorre, sendo lícito à Administração programar a realização de quaisquer outros procedimentos, se a junta de especialistas assim o requerer, para a elaboração de seu laudo.

3.5. O candidato deverá portar e apresentar no dia da avaliação da compatibilidade da deficiência, laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência.

3.6. A junta oficial será composta conforme disposto no Decreto Federal no 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

3.7. Compete à junta oficial, além da emissão do laudo, declarar, conforme a deficiência do candidato, se este deve ou não usufruir do benefício da reserva de vaga.

3.8. A avaliação em questão será realizada sem ônus para o candidato, garantido recurso em caso de decisão denegatória, na forma estabelecida no item 7 deste Edital.

3.9. As pessoas com deficiência somente poderão disputar cargos

cuja atividade seja compatível com a sua deficiência.

3.10. Caso a deficiência do candidato seja avaliada pela junta oficial como incompatível com o cargo para o qual se inscreveu, o candidato poderá optar por outro cargo, com o mesmo valor de inscrição, desde que compatível com sua deficiência. Caso não haja essa possibilidade, o candidato receberá de volta o valor pago a título de inscrição.

3.11. A não observância do disposto nos itens anteriores acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

3.12. As pessoas com deficiência participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos.

3.13. O candidato com deficiência que necessitar de tratamento diferenciado no dia do Processo Seletivo deverá especificá-lo na ficha de inscrição, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização da prova.

3.14. A não solicitação de recursos especiais, tempestivamente, conforme disposto no subitem 3.13, implica a sua não concessão no dia da realização das provas.

3.15. A realização das provas por estes candidatos, em condições especiais, ficará condicionada à possibilidade de fazê-las de forma que não importe quebra de sigilo ou não enseje seu favorecimento.

3.16. O candidato que tiver sua inscrição homologada como deficiente, se aprovado no Processo Seletivo, além de figurar na lista geral de classificação, terá seu nome publicada em relação à parte, observada a respectiva ordem de classificação.

3.17. Considerando que a legislação reserva para os deficientes 5% (cinco por cento) do número de vagas de cada cargo. O primeiro candidato classificado como pessoa com deficiência, será nomeado para assumir a 20ª vaga e assim, sucessivamente a cada 20 vagas.

4. INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

A inscrição do candidato implicará o conhecimento e aceitação das normas e condições

estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

4.1. Período: de 06 de agosto a 04 de setembro de 2015, pela Internet, através do site (www.ibamconcursos.org.br).

4.1.1. Os candidatos que não tiverem acesso à internet poderão fazê-lo no endereço:

Local: Secretaria Municipal de Educação

Endereço: Rua Leoberto Leal, 191 – Bairro Tapajós, Indaial/ SC

Horário: das 08:30h às 12h e das 14h às 17h.

4.1.2. É de inteira responsabilidade do candidato a conferência e confirmação dos dados de inscrição, bem como por qualquer erro ou omissão no preenchimento da ficha de inscrição, razão pela qual deve ser atenciosamente conferida antes do envio, pois não será permitido pedido de retificação após o encerramento do prazo das inscrições, exceto atualização de endereço.

4.1.3. Valores de inscrição:

Cargos de nível superior

R\$ 45,00 – quarenta e cinco reais

Cargos de nível superior incompleto (Graduandos)

R\$ 40,00 – quarenta reais

4.2. Para inscrever-se, o candidato deverá acessar o endereço eletrônico (www.ibamconcursos.org.br) onde terá acesso ao Edital e seus Anexos, à ficha de inscrição e aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição, que estará disponível no período entre 0 (zero) hora do dia 06 de agosto e 19:00 (dezenove) horas do dia 04 de setembro de 2015.

4.3. As inscrições somente serão aceitas após o banco confirmar o efetivo pagamento do valor da taxa de inscrição. O candidato poderá verificar a confirmação de sua inscrição no site (www.ibamconcursos.org.br) através do link: Área do Candidato.

4.4. O pagamento do Boleto Bancário deverá ser feito em espécie ou através de Internet Banking, não sendo aceito pagamento em cheque ou mediante agendamento eletrônico.

4.5. O pagamento deverá ser efetivado, impreterivelmente, até o último dia previsto para o

encerramento das inscrições, até o horário definido no item 4.2, caso contrário não será considerado. Não será aceito pedido de devolução do valor da inscrição, ainda que superior ou em duplicidade.

4.6. Estarão isentos do pagamento da taxa de inscrição os candidatos que comprovarem não possuir renda de acordo com o artigo 1º. da Lei 3442, alterada pela Lei 3994/2009 e os doadores de sangue, que tenham realizado no mínimo 03 doações nos últimos doze meses anteriores a data de publicação deste edital.

4.6.1. Os candidatos doadores de sangue deverão enviar declaração da entidade coletora

comprovante da qualidade de doador regular e especificação das datas de doação, com postagem até 18/08/2015 para: Secretaria Municipal de Educação. Endereço: Rua Leoberto Leal 191 – Bairro Tapajós, Indaial – SC. CEP: 89130-000, A/C: Comissão de Acompanhamento de Processo Seletivo

da Secretaria Municipal de Educação. No envelope deverão ser informados, na sua parte externa, o nome do candidato, o número de inscrição e o cargo para o qual concorre, sob pena de não ser analisado.

4.6.2. O candidato que atende aos critérios estabelecidos nas leis mencionadas no item 4.6 e estiver interessado em fazer uso do benefício de isenção, na condição de baixa renda, deverá procurar até 18/08/2015 a Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Indaial, munido dos documentos comprobatórios, para formalizar sua solicitação.

4.7. A Comissão Especial do Concurso Público deliberará sobre o pedido de isenção com suporte na documentação apresentada pelo candidato e publicará no endereço eletrônico do IBAM (www.ibam-concursos.org.br) a relação dos pedidos deferidos e indeferidos até o dia 26/08/2015.

4.7.1. Caberá recurso quanto ao resultado do pedido de isenção da inscrição à Comissão de Acompanhamento do Concurso, no prazo de 2 dias úteis, contado da data da publicação da deliberação.

4.7.2. O recurso relativo à deliberação da isenção das inscrições deverá ser protocolizado na Prefeitura de Indaial, conforme item 7.2 deste Edital.

4.7.3. Os candidatos cujos pedidos de isenção forem indeferidos definitivamente poderão, querendo, efetuar o recolhimento do valor de inscrição até o prazo final das inscrições de acordo com o item 4.2.

4.8. O candidato será responsável por qualquer erro ou omissão no preenchimento da ficha de inscrição, não sendo permitido pedido de retificação após o encerramento do prazo das inscrições, exceto mudança de endereço.

4.9. O candidato também é responsável por confirmar se os dados da inscrição pela Internet foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago. Se seu nome não constar da listagem de inscritos, publicada logo após o encerramento das inscrições, o candidato deverá entrar em contato com o IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal, organizador do Concurso Público, no telefone (47) 3041 6262, a fim de verificar a razão da pendência.

4.10. O Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM e a Prefeitura Municipal de Indaial, não se responsabilizam por qualquer problema na inscrição via Internet motivada por falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados.

4.11. Não haverá inscrição condicional ou extemporânea nem inscrição por correspondência.

4.12. O valor pago a título de inscrição não será devolvido em qualquer hipótese, exceto no previsto no item 3.10 deste Edital.

4.13. Em nenhuma hipótese é possível a mudança/troca de cargo após a inscrição.

5. PROCESSO SELETIVO

5.1. Provas Escritas

5.1.1. As provas escritas serão eliminatórias e classificatórias, e se constituirão de questões objetivas de múltipla escolha, conforme

descrito nos Anexos II e III deste Edital.

5.1.2. Nas provas escritas serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem pontos em número igual ou superior ao limite mínimo estabelecido no Anexo II deste Edital.

5.1.3. As provas objetivas serão corrigidas por meio de processamento eletrônico de leitura óptica.

5.1.4. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas.

5.2. Realização das Provas

5.2.1. As provas escritas serão realizadas no dia 04 de outubro de 2015 no período matutino e terão a duração de 02h:30min. (duas horas e trinta minutos).

5.2.2. Os portões serão abertos às 08:00 e fechados, impreterivelmente, às 09:00 horas e as provas iniciadas em seguida.

5.2.3. O candidato que chegar após o horário estabelecido não poderá ingressar no local de prova, ficando, automaticamente, excluído do Processo Seletivo.

5.2.4. O local de realização das provas constará no cartão de confirmação de inscrição que poderá ser acessado no link Área do Candidato.

5.2.5. O candidato deverá comparecer ao local das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o fechamento dos portões de acesso aos locais de aplicação das provas, munido de seu documento de identificação e de caneta esferográfica (tinta azul ou preta).

5.2.6. Serão considerados documentos de identidade: Cédula Oficial de Identidade (RG)

(preferencial); Carteira expedida por Órgão ou Conselho de Classe (CREA, CRA etc.); Carteira de Trabalho e Previdência Social; Certificado de Reservista; Carteira de Motorista com foto e Passaporte.

5.2.7. O candidato não poderá fazer uso, no local de realização da prova, de qualquer aparelho eletrônico. O uso e/ou disparo de alarmes, campainha ou qualquer emissão de som, de bip, telefone celular, walkman, receptor/transmissor, gravador, agenda eletrônica, calculadora, palm-top, relógio digital com receptor, entre outros, incorrerá na exclusão do candidato do Processo Seletivo, podendo a organização do certame vetar o ingresso do candidato com outros aparelhos, além dos acima citados.

5.2.8. No local de prova poderá haver rastreamento eletrônico de sinais.

5.2.9. Caso o candidato não possa apresentar nenhum dos documentos de identidade relacionados no subitem 5.2.7, no dia de realização da prova, por motivo de perda, furto ou roubo de todos eles, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias. Neste caso, o candidato deverá registrar sua impressão digital, além da assinatura, em cartão de identificação específico.

5.2.10. Os candidatos só poderão sair do local de realização do certame após 40 minutos (quarenta minutos) do início da prova, podendo levar o caderno de provas.

5.2.11. Os 03 (três) últimos candidatos a terminar as provas só poderão deixar o local juntos.

5.2.12. A lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova, poderá fazê-lo em sala reservada, desde que o requeira no momento da inscrição, para adoção das providências necessárias.

5.2.13. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

5.2.14. A criança deverá ser acompanhada de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata) e permanecer em ambiente reservado.

5.2.15. A lactante deverá apresentar-se, no respectivo horário para o qual foi convocada, com o acompanhante e a criança.

5.2.16. Não será disponibilizado pelo IBAM, responsável para a guarda da criança, acarretando à candidata a impossibilidade de realização da prova.

5.2.17. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.

5.2.18. Na sala reservada para amamentação ficarão somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

5.2.19. A Comissão de Acompanhamento de Processo Seletivo da Prefeitura Municipal poderá, justificadamente, alterar as normas previstas no item 5 e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do Certame.

5.2.20. Constatando-se, durante a realização da prova, qualquer erro ou equívoco relacionado à edição ou impressão das provas, os organizadores já tomarão a providência cabível, podendo inclusive determinar a anulação da questão ou questões afetadas.

5.2.21. Nas Provas Objetivas, o candidato deverá assinalar as respostas na Folha de Respostas, que será o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento da Folha de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas na capa do Caderno de Questões. Em hipótese alguma haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato. Na correção da Folha de Respostas será atribuída nota zero à questão com mais de uma opção assinalada, sem opção assinalada ou com rasura. O candidato deverá assinar a Folha de Respostas.

5.3. Títulos

5.3.1. Serão atribuídos pontos aos títulos a serem apresentados pelos candidatos.

5.3.1.1. Os pontos referidos no item anterior obedecerão aos critérios a seguir:

Para os cargos de Professor Habilitado:

- A cada 20 horas de cursos de formação continuada, na área de atuação, desde que

realizados nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015: 1(um) ponto, sendo possível acumular até 05 (cinco) pontos.

- Certificado de curso do Plano Nacional de Alfabetização na Idade Certa- PNAIC, de 120 horas, realizado em 2013: 10 pontos.

- Os candidatos que apresentarem Certificado de Conclusão ou Declaração de término

forneida pelo coordenador do curso referente ao Plano Nacional de Alfabetização na Idade Certa- PNAIC, realizado em 2014, somarão 10 pontos.

- Especialização lato sensu: reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação do Brasil, desde que guarde relação direta com a área de atuação para o qual o candidato prestará prova, com o mínimo de 360 (trezentos e sessenta) horas/aula, mediante apresentação de cópia autenticada de certificado de conclusão devidamente registrado: 05 (cinco) pontos, sendo possível acumular até 10 pontos.

- Mestrado: reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação do Brasil, desde que guarde Relação direta com as atribuições do cargo e a área de atuação para o qual o candidato prestará prova, mediante apresentação de cópia autenticada de certificado de conclusão e título de Mestre devidamente registrado: 10 (dez) pontos.

Para os cargos de Professor Não-Habilitado:

- A cada 20 horas de cursos de formação continuada, na área de atuação, desde que

realizados nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015: 1(um) ponto, sendo possível acumular até 05 (cinco) pontos.

- Magistério: reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação, mediante apresentação de cópia autenticada de certificado de conclusão devidamente registrado: 10 (dez) pontos.

5.3.2. Só serão avaliados e pontuados os títulos dos candidatos aprovados nas provas objetivas.

5.3.3. Não haverá desclassificação do candidato pela não apresentação de títulos.

5.4. Apresentação de títulos:

5.4.1. Para fins de cumprimento dos prazos legais para homologação, os títulos deverão ser enviados para análise, exclusivamente no período de inscrições, para a Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua Leoberto Leal, 191 – Bairro Tapajós, Indaial/SC, CEP 89130-000, através de Sedex ou AR, postados, exclusivamente, no período de inscrições ou entregues na Secretaria Municipal

de

Educação no mesmo endereço e no mesmo prazo, aos cuidados da Comissão de Acompanhamento de Processo Seletivo.

5.4.2. Os títulos deverão ser apresentados em envelope fechado, contendo na sua parte externa o número de inscrição (número do documento do boleto), nome do candidato, o cargo para o qual concorre. Não serão analisados os títulos sem indicação dos dados acima.

6. CONTAGEM DE PONTOS

6.1. A contagem de pontos será obtida pela soma dos pontos atribuídos nos três núcleos da prova objetiva, sendo adicionados a esse valor os pontos obtidos com os títulos, quando houver.

7. RECURSOS E REVISÕES

7.1. Aos candidatos serão assegurados recursos em todas as etapas do Processo Seletivo.

7.2. O candidato que se sentir prejudicado em qualquer das etapas do Processo Seletivo, poderá interpor recurso, mediante requerimento individual, desde que:

a) seja dirigido ao Presidente da Comissão de Acompanhamento de Processo Seletivo da Prefeitura Municipal e protocolado na Secretaria Municipal de Educação de Indaial, situada na Rua Leoberto Leal, 191 – Bairro Tapajós, Indaial/SC, nos horários de 08:30h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados após o ato que motivou a reclamação;

b) conste obrigatoriamente do recurso nome completo do candidato, número da inscrição, código e denominação do cargo ao qual se candidatou, fundamentação clara e ampla dos motivos, e, no caso de recursos contra questões ou gabaritos, a bibliografia pesquisada. O referido recurso deverá ser devidamente firmado pelo candidato em todas as folhas.

c) seja apresentado datilografado ou digitado, devendo ser uma folha para cada questão recorrida, no caso de recursos contra questões, conforme modelo constante do Anexo IV deste Edital.

7.3. Será indeferido, liminarmente, o requerimento que não atender ao estabelecido no item 7.2.

7.4. Não serão aceitos recursos interpostos por telegrama, via postal, Internet ou outro meio que não seja o especificado neste Edital.

7.5. Se do exame de recursos resultar anulação de questão, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

7.6. No caso de o gabarito da prova ser fornecido incorretamente por falha de digitação, publicação ou outra, a questão não será anulada, procedendo-se à sua correção e publicação.

7.7. Será dada publicidade às decisões dos recursos.

7.8. As respostas aos recursos serão disponibilizadas aos candidatos recursantes, para leitura e cópia, no setor de protocolo da Secretaria Municipal de Educação em data informada na síntese de recursos a ser publicada.

8. RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO

8.1. Considerar-se-á aprovado o candidato que, submetido ao processo seletivo descrito no item 5 do presente Edital, satisfizer todas as condições lá estabelecidas.

8.2. Em caso de igualdade de pontos na classificação, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios para o desempate dos candidatos:

1o) maior no de pontos na prova de Conhecimentos Técnico-profissionais;

2o) maior no de pontos na prova de Legislação Educacional;

3o) maior no de pontos na prova de Português.

4o) maior idade.

8.2.1. Quando a igualdade de pontos envolver, pelo menos, 01 (um) candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, o desempate far-se-á considerando como primeiro critério o mais idoso, a partir do qual serão aplicados os demais critérios estabelecidos.

8.3. O resultado preliminar do Processo Seletivo contendo o desempenho de todos os candidatos inscritos, em ordem decrescente de pontuação, será publicado nos sites (www.ibamconcursos.org.br), através da opção Documentação do Concurso e (www.indaial.sc.gov.br).

sc.gov.br).

8.4. Após decididos todos os recursos, será também publicada, nos endereços acima, uma relação final com todos os candidatos aprovados por cargo e em ordem de classificação.

8.5. Os candidatos aprovados passarão a constituir um cadastro de reserva pelo período de validade do Processo Seletivo, cabendo-lhes a responsabilidade de manter atualizado, através de documento protocolado junto ao órgão de gestão de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, seu endereço para fins de convocação, sob pena de serem considerados desistentes.

8.6. Os gabaritos serão divulgados no dia 05 de outubro, no site do IBAM (www.ibamconcursos.org.br) e no mural da Secretaria Municipal de Educação de Indaial.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. A classificação dos candidatos aprovados será feita em ordem decrescente dos pontos obtidos.

9.2. A homologação do Processo Seletivo será feita por ato do Prefeito Municipal de Indaial, mediante na apresentação das listagens finais dos resultados do certame.

9.3. O Processo Seletivo terá validade para o ano letivo de 2016, a contar da data da publicação de sua homologação.

9.4. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo, inclusive os portadores de deficiência, serão convocados para o exame médico que será realizado por junta médica oficial e para a comprovação dos requisitos exigidos no item 2 do presente Edital, através dos meios de comunicação julgados convenientes pela Comissão de Acompanhamento de Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Indaial.

9.4.1. Os exames médicos são eliminatórios, sendo excluídos do Processo Seletivo os candidatos que não apresentarem aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo para o qual se inscreveram.

9.5. Os candidatos que não atenderem aos requisitos exigidos neste Edital serão automaticamente eliminados do Processo Seletivo em qualquer de suas fases.

9.6. Será excluído do certame, por ato da Comissão de Acompanhamento de Processo Seletivo da Secretaria Municipal de Educação de Indaial, o candidato que:

a) portar-se de maneira inadequada nos locais de realização das provas, de modo a prejudicar o andamento normal do processo;

b) for surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato;

c) for apanhado em flagrante tentativa de burla, fraude ou falsificação na realização da prova, sem prejuízo do indiciamento cabível;

d) prestar, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;

e) deixar de apresentar qualquer documento comprobatório dos requisitos exigidos neste Edital.

f) deixar de assinar a folha de respostas.

9.7. O presente Processo Seletivo objetiva o preenchimento de vagas temporárias, na forma da Lei Complementar Municipal nº 105, de 1º de dezembro de 2010, Lei Municipal 4156/2010 e a Lei Complementar nº 113/2011 e 4.724/12.

9.8. A aprovação em Processo Seletivo não gera direito à contratação, a qual se dará, a exclusivo critério da Prefeitura Municipal de Indaial, dentro do prazo de validade do Processo Seletivo em conformidade ao número de vagas constantes do Anexo I deste Edital e as necessidades futuras.

9.9. Os aprovados na condição de estudantes graduandos (Não-Habilitados) somente serão contratados para vagas da Educação Básica após esgotar a listagem de aprovados dos Habilitados, exceto nos Programas Especiais da Educação onde poderão ser contratados a qualquer tempo.

9.10. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar pelos jornais, site do IBAM e da Prefeitura de Indaial ou qualquer outro meio de divulgação definido pela Comissão a publicação de todos os atos e editais relativos ao Processo Seletivo, inclusive alterações que porventura ocorram durante o processo.

9.11. O candidato deverá manter atualizado seu endereço, junto ao IBAM, até a publicação da classificação final do Processo Seletivo,

e junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Indaial, após a homologação do resultado do Processo Seletivo, sendo de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não-atualização de seu endereço.

9.12. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento de Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Indaial, competente também para julgar, em decisão irrecurável, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos.

9.13. São partes integrantes deste Edital os Anexos I, II, III e IV que o acompanham.

9.14. O presente Edital e demais atos relativos ao Processo Seletivo estarão disponibilizados no Mural de Atos da Prefeitura Municipal de Indaial, bem como no site do IBAM, (www.ibamconcursos.org.br) e no site da Prefeitura Municipal de Indaial (www.indaial.sc.gov.br).

Prefeitura Municipal de Indaial/SC, 28 de julho de 2015.

Comissão de Acompanhamento de Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Indaial/SC.

Liliane Lange Kloch

Presidente

Denise Stollmeier de Aviz

Membro

Tânia Lúcia Petters

Membro

DECRETO Nº 1501/15

. DECRETO Nº 1501/15

. De 10 de agosto de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5115 de 19 de dezembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAÚDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2441	MANUT. AÇÕES DEPARTAMENTO DE SAÚDE
3339000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
03671002	ESF Estado - E.A.
	Valor: (15.000,00)

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 10 de agosto de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 52/2015

Portaria Nº 52/15

Nomeia Assessor de Gabinete / PATRÍCIA ARIANE HARBS

Anderson Luz dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, baseado no inciso VII, do artigo 50, da Lei Orgânica do Município, inciso VII, do artigo 21, do Regimento Interno, Lei Complementar 167/2015, e demais dispositivos legais em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, a partir de 11 de agosto de 2015, para o cargo em Comissão de Assessor de Gabinete, símbolo CC6 - AG, do quadro de servidores da Câmara Municipal de Indaial, a senhora PATRÍCIA ARIANE HARBS, com os vencimentos atinentes ao cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 10 de Agosto de 2015.

Anderson Luz dos Santos	
Presidente da Mesa	
Osvaldo Metzner	José Klock
Vice-Presidente	1º Secretário
Antônio Carlos Fink	
2º Secretário	

TERMO ADJUDICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 14/2015 - PREGÃO 05/2015

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Através do presente termo, ficam adjudicados os objetos constantes do Processo Licitatório nº 14/2015 – Edital de Pregão (Presencial) nº 005/2015, consoante julgamento do Pregoeiro nomeado pela Portaria nº 66/2009, e da Comissão Permanente de Licitações nomeada pela Portaria nº 49/2015, conforme ata lavrada em 07 de agosto de 2015.

Indaial/SC, 10 de junho de 2015.

JEFFERSON JOSÉ CARLINI

Pregoeiro

COMISSÃO DE APOIO

STEFANI JULIANA VOGEL RAFAEL NAGEL

TERMO HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 14/2015 - PREGÃO 05/2015**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Tendo em vista a decisão proferida pelo Pregoeiro, designado através da Portaria nº 66/2009, e da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pela Portaria 49/2015,
Homologo:

Nesta data, a referida decisão constante da ata anexada, considerando vencedoras para os objetos do Processo Licitatório nº 14/2015 - Edital de Pregão (Presencial) nº 005/2015, as empresas ARTCARD LTDA –EPP e COMPUTIM COMERCIAL LTDA-EPP, com os seguintes objetos e valores:

1. EMPRESA ARTCARD LTDA- EPP: RELÓGIO PONTO

ITEM	QUANT	UNID	EQUIPAMENTO/DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (EM R\$)	VALOR TOTAL (EM R\$)
01	01	Unid	RELÓGIO PONTO DIGITAL BIOMÉTRICO, INCLUINDO SOFTWARE, INSTALAÇÃO E TREINAMENTO. Um Relógio Ponto Digital Biométrico, homologado de acordo com a Portaria nº 1.510/2009 MTE; Garantia: 12 meses; Frete: incluso; Instalação e treinamento: incluso; Suporte técnico. Energia: 220v	2.600,00	2.600,00
VALOR TOTAL:	R\$2.600,00				

2. EMPRESA COMPUTIM COMERCIAL LTDA- EPP: CENTRAL TELEFÔNICA

ITEM	QUANT	UNID	EQUIPAMENTO/DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (EM R\$)	VALOR TOTAL (EM R\$)
01	01	Unid	CENTRAL TELEFÔNICA HÍBRIDA, PLACAS E LICENÇAS PARA RA-MAIS IP, TARIFADOR DE LIGAÇÕES E INTERFACE DE CELULAR. Garantia: 12 meses; Frete: incluso; Instalação e treinamento: incluso; Suporte técnico.	20.700,00	20.700,00
VALOR TOTAL:	R\$20.700,00				

Em relação ao item NOBREAK, a licitação foi considerada DESERTA.

Indaial/SC, 10 de agosto de 2015.
Vereador ANDERSON LUZ DOS SANTOS
Presidente da Câmara

Iomerê

PREFEITURA

CONTRATO Nº 15/071 - PMI

CONTRATO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA JJMCL PANIFICADORA, CONFEITARIA E SERVIÇOS LTDA.

CT15/071

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa JJMCL PANIFICADORA, CONFEITARIA E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Avenida Pedro Penso nº 355, na cidade de Iomerê-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 17.524.852/0001-80, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição do objeto abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, nas Leis nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o fornecimento de gêneros alimentícios abaixo descritos e especificados destinados à merenda escolar, com fornecimento fracionado e com entrega nas escolas, conforme requisição da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Este contrato decorre da homologação do resultado do Pregão Presencial nº 0030/2015, objeto do Processo Administrativo Licitatório nº 0049/2015, que a este se vincula e à proposta vencedora da licitação, sujeitando-se as partes contratantes às suas cláusulas e condições, bem ainda às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo para entrega dos Gêneros Alimentícios será a partir da assinatura do contrato, até 31.12.2015, podendo ser prorrogado até fevereiro do ano seguinte, conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR A SER PAGO

O valor a ser pago pelo fornecimento dos gêneros alimentícios será de R\$ 11.443,80 (onze mil quatrocentos e quarenta e três reais e oitenta centavos), na forma abaixo individualizada com os respectivos preços unitários:

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
132	KG	PÃO PARA CACHORRO QUENTE	160	11,24	1798,40
133	KG	PÃO DOCE	150	11,24	1686,00
134	KG	PÃO FRANCES	160	8,54	1366,40
146	KG	BOLACHA CASEIRA DE FUBÁ	35	16,78	587,30
147	KG	BOLACHA CASEIRA AÇUCARADA	20	16,78	335,60
148	KG	BOLACHA CASEIRA DE AÇUCAR MASCAVO	15	18,18	272,70
149	KG	BOLO CASEIRO DE CENOURA	35	13,05	456,70
150	KG	BOLO CASEIRO DE FUBÁ	30	13,05	391,50
151	KG	BOLO CASEIRO DE LARANJA	35	13,05	456,70
152	KG	GROSTOLI	50	13,05	652,50
156	KG	PÃO TIPO CASEIRO	120	10,06	1207,20
157	KG	PÃO CASEIRO INTEGRAL	120	10,98	1317,60
158	KG	CUSA CASEIRA	80	11,44	915,20

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO

Em nenhuma hipótese será admitido o reajustamento de preços.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PAGAMENTO

As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Contrato correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO PROGRAMA MERENDA ESCOLAR
Complem. Elemento	33.90.30.07 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	0100 -Recursos Ordinários 0037 - PDDE
Reduzido	24 e 25

Todo pagamento será efetuado mediante emissão e apresentação de documento fiscal hábil, tendo o Município um prazo de até 10 (dez) dias para efetivar o pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO DIREITO DE FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização do objeto contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a CONTRATADA das responsabilidades que lhes são afetas, na forma da Lei.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

É responsabilidade da contratada:

- a) Entregar os produtos nas mesmas marcas constantes da proposta, não sendo permitida a substituição de marca, exceto com a devida autorização da Nutricionista Responsável Técnica (RT);
- b) Arcar com todas as despesas relacionadas às entregas, para com todas as unidades escolares;
- c) Entregar os produtos em bom estado de conservação, aparência e acondicionados em adequadas embalagens;
- d) Os produtos que necessitarem de pesagem para entrega (frutas e verduras) deverão ser embalados (em caixas de polietileno), pesados e etiquetados para facilitar a conferência;
- e) Todos os produtos industrializados deverão apresentar Rótulo Nutricional e orientações com relação aos ingredientes, fabricação e prazos de validade;
- f) Entregar produtos com prazo de validade não inferior a 5 (cinco) meses;
- g) Entregar os produtos na data estipulada pelo pedido Mensal e Semanal;
- h) Horários de entrega: Período Matutino até 9:00hs e Período Vespertino até 14:0hs.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Dentre outras obrigações, para o fiel cumprimento dos termos deste contrato, caberá à CONTRATANTE:

- a) Receber os produtos conforme a marca constante na proposta do licitante;
- b) Recusar produtos que apresentem defeito ou que não estejam em bom estado de conservação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido independentemente de qualquer notificação judicial ou extra-judicial no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A prática de ilícitos, a execução deficiente, irregular ou inadequada referente o objeto deste Contrato, o descumprimento de prazos e condições estabelecidas, faculta à CONTRATANTE, nos termos da Lei, a aplicação das seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa de 10,0%(dez por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, no caso da rescisão por inexecução ou eventual pedido de rescisão sem justo motivo;

III - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, no caso de qualquer inadimplemento contratual injustificado, calculada sobre o valor total atualizado do contrato;

IV- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública municipal, pelo prazo de 02 (dois) anos;

V- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal;

§ 1º: As sanções previstas nos incisos I, IV e V desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos II e III, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da CONTRATANTE.

§ 2º: Os critérios para atualização do valor total do contrato serão os mesmos a que se refere a cláusula quinta deste contrato.

§ 3º: A multa incidirá, em qualquer caso, sobre os valores contratuais vigentes na data da sua aplicação, e a partir daí atualizados monetariamente até a data da quitação.

§ 4º: Os valores de quaisquer multas aplicadas à CONTRATADA serão deduzidos dos créditos que eventualmente tenha direito ou cobrados judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Quando houver algum imprevisto que impossibilite ao contratado a entrega dos produtos, objeto da licitação, na data prevista, este deverá comunicar a contratante com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, justificando o motivo para possibilitar a reprogramação dos cardápios.

Como o supermercado é considerado por lei um serviço de alimentação, o mesmo deverá adequar-se as resoluções RDC 216, 359 e 360.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, que é Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 03 de agosto de 2015.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

JJML PANIF. CONFEITARIA E SERVIÇOS LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

CONTRATO Nº 15/072 - PMI

CONTRATO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA COMERCIAL ATACADISTA SOL MIO LTDA - ME.

CT15/072

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa COMERCIAL ATACADISTA SOL MIO LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Nicolau Cavon, na cidade de Videira-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 13.687.057/0001-52, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição do objeto abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, nas Leis nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o fornecimento de gêneros alimentícios abaixo descritos e especificados destinados à merenda escolar, com fornecimento fracionado e com entrega nas escolas, conforme requisição da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Este contrato decorre da homologação do resultado do Pregão Presencial nº 0030/2015, objeto do Processo Administrativo Licitatório nº 0049/2015, que a este se vincula e à proposta vencedora da licitação, sujeitando-se as partes contratantes às suas cláusulas e condições, bem ainda às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo para entrega dos Gêneros Alimentícios será a partir da assinatura do contrato, até 31.12.2015, podendo ser prorrogado até fevereiro do ano seguinte, conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR A SER PAGO

O valor a ser pago pelo fornecimento dos gêneros alimentícios será de R\$ 57.416,76 cinquenta e sete mil quatrocentos e dezesseis reais e setenta e seis centavos), na forma abaixo individualizada com os respectivos preços unitários:

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	QTDE	VLR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	KG	AÇUCAR REFINADO	380	1,81	687,80
2	KG	AMIDO DE MILHO	10	4,81	48,10
3	KG	ARROZ PARBOILIZADO	250	2,13	532,50
4	KG	ARROZ INTEGRAL	40	3,00	120,00
5	KG	BANANA CATURRA	850	1,69	1.436,50
6	KG	MAMÃO	450	3,43	1.543,50
7	KG	LARANJA	400	1,96	784,00
8	KG	MAÇA	650	4,26	2.769,00
9	KG	MANGA	150	3,65	547,50
10	KG	MELÃO	350	3,91	1.368,50
11	KG	MELANCIA	300	1,69	507,00
12	KG	ABACATE	50	5,04	252,00
13	UN	ABACAXI PEROLA	100	5,43	543,00
14	KG	BATATA INGLESA	120	3,10	372,00
15	KG	ABOBRINHA DO TIPO PAULISTA	50	1,93	96,50
16	KG	ABOBORA DO TIPO MORANGA	70	2,13	149,10
17	KG	BATATA DOCE	60	2,20	132,00
18	KG	BATATA SALSA	50	7,93	396,50
19	KG	BETERRABA	60	2,96	177,60
20	KG	CENOURA	60	2,96	177,60
21	KG	CHUCHU	50	1,48	74,00
22	KG	MANDIOCA	50	3,86	193,00
23	KG	PEPINO	30	2,27	68,10
24	KG	TOMATE	200	4,07	814,00
25	KG	CEBOLA	100	5,17	517,00
26	KG	RABANETE	10	2,96	29,60
27	KG	REPOLHO	90	1,60	144,00
28	UN	RADICHE	50	1,56	78,00
29	MÇ	TEMPERO VERDE	80	2,29	183,20
30	KG	ALHO FRESCO	4	18,63	74,52
31	KG	VAGEM	30	5,54	166,20
32	UN	ALFACE	300	1,56	468,00
33	UN	ACELGA FRESCA	50	3,68	184,00
34	MÇ	AGRIÃO	50	3,03	151,50
35	UN	BROCOLIS	80	3,46	276,80

36	UN	CHICORIA	50	1,56	78,00
37	UN	COUVE FOLHA	30	1,56	46,80
38	UN	COUVE FLOR	80	3,33	266,40
39	LT	BEBIDA LACTEA	1000	3,39	3.390,00
40	LT	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA	1000	2,79	2.790,00
41	LT	LEITE SEM LACTOSE	30	4,79	143,70
42	UN	IOGURTE SEM LACTOSE	30	2,59	77,70
43	KG	BISCOITO SALGADO INTEGRAL	25	12,36	309,00
44	KG	BISCOITO SALGADO COM GERELIM	35	12,85	449,75
45	KG	BISCOITO SALGADO TIPO AGUA E SAL	25	11,37	284,25
46	KG	BISCOITO SALGADO TIPO COQUETEL	25	11,86	296,50
47	KG	BISCOITO DOCE SABOR MILHO	25	12,44	311,00
48	KG	BISCOITO DOCE TIPO BOLACHA MEL S/GLACÊ	25	10,94	273,50
49	KG	BISCOITO DO TIPO KUKI	25	12,44	311,00
50	KG	BISCOITO DOCE AO LEITE TIPO MARIA	25	10,45	261,25
51	KG	BISCOITO DO TIPO MAISENA	25	10,45	261,25
52	KG	BISCOITO DOCE, TIPO LAMINADO DE LEITE	25	12,44	311,00
53	KG	BISCOITO SEM GLÚTEN S/ LACTOSE	6	28,46	170,76
54	KG	CAFÉ SOLUVEL GRANULADO	20	48,76	975,20
55	KG	CAFÉ MOIDO E TORRADO	10	14,96	149,60
56	KG	CANELA EM PÓ	0,5	75,66	37,83
57	KG	CANELA EM RAMA	0,5	75,21	37,61
58	KG	CRAVO DA INDIA	0,5	108,97	54,49
59	KG	NOZ MOSCADA MOÍDA	0,4	96,31	38,52
60	KG	OREGANO	0,5	45,40	22,70
61	KG	COLORAU	4	5,68	22,72
62	KG	SAL IODADO REFINADO	35	1,17	40,95
63	KG	CEREAL MATINAL DE MILHO COM AÇUCAR	30	15,42	462,60
64	KG	CEREAL MATINAL DE MILHO SABOR CHOCOLATE	20	17,41	348,20
65	KG	CEREAL INFANTIL	5	28,35	141,75
66	KG	GRANOLA	30	17,91	537,30
67	KG	SEMENTE DE LINHAÇA MARROM EMBALADA	2	14,37	28,74
68	KG	SEMENTE DE GERELIM	2	29,73	59,46
69	KG	GRÃO DE BICO	4	12,38	49,52
70	KG	LENTILHA	15	11,14	167,10
71	LT	LEITE DE SOJA LÍQUIDO	50	5,14	257,00
72	KG	AVEIA EM FLOCOS	3	10,75	32,25
73	KG	LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO	40	23,38	935,20
74	KG	PROTEINA TEXTURIZADA DE SOJA	4	16,36	65,44
75	KG	FARINHA DE AVEIA	3	13,56	40,68
76	KG	FARINHA LACTEA	3	23,84	71,52
77	KG	ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO	30	7,01	210,30
78	KG	CHOCOLATE GRANULADO	2	13,56	27,12
79	KG	CHÁ MATE SABOR MAÇA	1	76,90	76,90
80	KG	CHÁ DE PÊSSEGO	1	76,89	76,89
81	KG	CHÁ SABOR ERVA CIDREIRA	1	96,11	96,11
82	KG	CHÁ DE ERVA DOCE	1	106,79	106,79
83	KG	CHÁ MATE	1	78,31	78,31
84	KG	COCO RALADO SEM AÇUCAR	3	31,63	94,89
85	KG	CREME DE LEITE TIPO UHT	8	9,26	74,08
86	KG	LEITE CONDENSADO	20	9,22	184,40
87	LT	ESSENCIA DE BAUNILHA AÇÚCAR - LÍQUIDO	0,5	149,13	74,57
88	KG	DOCE DE LEITE	12	10,16	121,92
89	KG	EXTRATO DE TOMATE	40	6,73	269,20
90	KG	FERMENTO EM PÓ	5	18,47	92,35
91	UN	ÓLEO DE SOJA (LATA DE 900 ML)	100	3,16	316,00
92	LT	VINAGRE DE MAÇA	50	2,17	108,50
93	LT	AZEITE DE OLIVA	6	31,61	189,66
94	KG	SARDINHA ENLATADA EM OLEO	10	22,17	221,70
95	KG	CARNE BOVINA COXÃO MOLE BIFE	35	24,00	840,00
96	KG	CARNE BOVINA ACEM	60	17,85	1.071,00
97	KG	CARNE BOVINA DE PRIMEIRA MOIDA	120	15,50	1.860,00
98	KG	CARNE DO TIPO LIGUICINHA TOSCANA	10	9,60	96,00
99	KG	CARNE BOVINA - MUSCULO	50	14,50	725,00

100	KG	CARNE SUINA BISTECA	40	12,50	500,00
101	KG	CARNE SUINA DO TIPO COSTELINHA FRESCA	15	12,50	187,50
102	KG	CARNE LOMBO FATIADO	20	22,00	440,00
103	KG	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO	170	6,20	1.054,00
104	KG	PEITO DE FRANGO CONGELADO	150	9,50	1.425,00
105	KG	DRUMET DE FRANGO	40	12,30	492,00
106	KG	ERVILHA DO TIPO CONGELADO	25	10,87	271,75
107	KG	MILHO PARA CANJICA BRANCA	40	5,53	221,20
108	KG	MILHO VERDE CONGELADO	25	10,87	271,75
109	KG	FEIJÃO PRETO	80	4,01	320,80
110	KG	FEIJÃO CARIOCA	10	3,64	36,40
111	KG	FEIJÃO VERMELHO	30	8,77	263,10
112	KG	MILHO PARA PIPOCA	5	5,17	25,85
113	KG	FARINHA DE MANDIOCA	10	5,07	50,70
114	KG	FUBÁ	70	2,02	141,40
115	KG	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL	100	2,02	202,00
116	KG	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL	10	3,41	34,10
117	KG	FARINHA DE POLVILHO DOCE	9	7,74	69,66
118	KG	FARINHA DE POLVILHO AZEDO	7	7,93	55,51
119	KG	GELATINA EM PÓ SABOR ABACAXI	8	13,80	110,40
120	KG	GELATINA EM PÓ SABOR CEREJA	10	13,80	138,00
121	KG	GELATINA SABOR FRAMBOESA	8	13,80	110,40
122	KG	GELATINA EM PÓ SABOR LIMÃO	10	13,80	138,00
123	KG	GELATINA SABOR MORANGO	8	13,80	110,40
124	KG	GELATINA EM PÓ SABOR UVA	8	13,80	110,40
125	KG	PÓ PARA PUDIM	95	12,16	1.155,20
126	KG	SAGU	40	6,28	251,20
127	KG	MACARRÃO COM VEGETAIS DE LETRINHAS	20	7,03	140,60
128	KG	MARGARINA VEGETAL COM SAL	15	7,69	115,35
129	KG	MACARRÃO COM OVOS TIPO PARAFUSO	40	4,22	168,80
130	KG	MACARRÃO SEM GLÚTEN S/ LACTOSE	6	15,00	90,00
131	DZ	OVOS	80	3,98	318,40
135	LT	SUCO UVA 100% NATURAL	60	16,50	990,00
136	LT	SUCO INTEGRAL DIVERSOS SABORES	100	8,00	800,00
137	KG	QUEIJO MUZZARELA FATIADO	70	20,83	1.458,10
138	KG	QUEIJO RALADO DO TIPO PARMESÃO	5	52,56	262,80
139	KG	SALSICHA DO TIPO HOT DOG	65	7,45	484,25
140	KG	PRESUNTO	70	23,41	1.638,70
141	UN	BARRA DE CEREAL SABOR CASTANHAS	90	1,40	126,00
142	UN	BARRA DE CEREAL DE FRUTAS	90	1,40	126,00
143	UN	BARRA DE CEREAL SABOR COCO	90	1,40	126,00
144	UN	BARRA DE CEREAL DE AMENDOIM	90	1,40	126,00
145	KG	CANJIQUELHA OU QUIRERA	5	3,70	18,50
153	KG	TORTEI CASEIRO ENROLADO	15	17,21	258,15
154	KG	TORTEI CASEIRO PASTELZINHO	15	17,21	258,15
155	KG	AGNOLINE TIPO CASEIRO (recheio de frango)	50	18,74	937,00
159	KG	LASANHA CASEIRA	10	19,50	195,00
160	KG	MACARRÃO CASEIRO CONG. TIPO ESPAGUETE GROSSO	45	12,50	562,50
161	KG	MACARRÃO CASEIRO CONG. TIPO FURADO GROSSO	45	12,50	562,50
162	KG	MACARRÃO CASEIRO CABELO DE ANJO	40	12,50	500,00
163	KG	DOCE CASEIRO DE FRUTAS	50	13,37	668,50
164	KG	MEL NATURAL DE ABELHA	5	16,24	81,20
165	LT	ALIMENTO A BASE DE SOJA COM SABOR	100	5,35	535,00

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO

Em nenhuma hipótese será admitido o reajustamento de preços.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PAGAMENTO

As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Contrato correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO PROGRAMA MERENDA ESCOLAR

Complem. Elemento	33.90.30.07 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	0100 -Recursos Ordinários 0037 - PDDE
Reduzido	24 e 25

Todo pagamento será efetuado mediante emissão e apresentação de documento fiscal hábil, tendo o Município um prazo de até 10 (dez) dias para efetivar o pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO DIREITO DE FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização do objeto contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a CONTRATADA das responsabilidades que lhes são afetas, na forma da Lei.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

É responsabilidade da contratada:

- Entregar os produtos nas mesmas marcas constantes da proposta, não sendo permitida a substituição de marca, exceto com a devida autorização da Nutricionista Responsável Técnica (RT);
- Arcar com todas as despesas relacionadas às entregas, para com todas as unidades escolares;
- Entregar os produtos em bom estado de conservação, aparência e acondicionados em adequadas embalagens;
- Os produtos que necessitarem de pesagem para entrega (frutas e verduras) deverão ser embalados (em caixas de polietileno), pesados e etiquetados para facilitar a conferência;
- Todos os produtos industrializados deverão apresentar Rótulo Nutricional e orientações com relação aos ingredientes, fabricação e prazos de validade;
- Entregar produtos com prazo de validade não inferior a 5 (cinco) meses;
- Entregar os produtos na data estipulada pelo pedido Mensal e Semanal;
- Horários de entrega: Período Matutino até 9:00hs e Período Vespertino até 14:0hs.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Dentre outras obrigações, para o fiel cumprimento dos termos deste contrato, caberá à CONTRATANTE:

- Receber os produtos conforme a marca constante na proposta do licitante;
- Recusar produtos que apresentem defeito ou que não estejam em bom estado de conservação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido independentemente de qualquer notificação judicial ou extra-judicial no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A prática de ilícitos, a execução deficiente, irregular ou inadequada referente o objeto deste Contrato, o descumprimento de prazos e condições estabelecidas, faculta à CONTRATANTE, nos termos da Lei, a aplicação das seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa de 10,0%(dez por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, no caso da rescisão por inexecução ou eventual pedido de rescisão sem justo motivo;

III - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, no caso de qualquer inadimplemento contratual injustificado, calculada sobre o valor total atualizado do contrato;

IV- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública municipal, pelo prazo de 02 (dois) anos;

V- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal;

§ 1º: As sanções previstas nos incisos I, IV e V desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos II e III, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da CONTRATANTE.

§ 2º: Os critérios para atualização do valor total do contrato serão os mesmos a que se refere a cláusula quinta deste contrato.

§ 3º: A multa incidirá, em qualquer caso, sobre os valores contratuais vigentes na data da sua aplicação, e a partir daí atualizados monetariamente até a data da quitação.

§ 4º: Os valores de quaisquer multas aplicadas à CONTRATADA serão deduzidos dos créditos que eventualmente tenha direito ou cobrados judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Quando houver algum imprevisto que impossibilite ao contratado a entrega dos produtos, objeto da licitação, na data prevista, este deverá comunicar a contratante com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, justificando o motivo para possibilitar a reprogramação dos cardápios.

Como o supermercado é considerado por lei um serviço de alimentação, o mesmo deverá adequar-se as resoluções RDC 216, 359 e 360.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, que é Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 03 de agosto de 2015.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

COMERCIAL ATACAD. SOL MIO LTDA - ME
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

PORTARIA Nº 2613 DE 08 DE AGOSTO DE 2015

PORTARIA Nº 2613 de 08 de agosto de 2015

NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, Sr. Luciano Paganini no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Nomear Carina Falchetti Peretti, Douglas Francisco Zardo, Claudemir Agostini e Elizéte Barichello Baldo, p
=-./,1szzsara sob a presidência do primeiro, constituir a Comissão de Avaliação de bens móveis:

Art. 2º Caberá a Comissão nomeada relacionar os bens móveis a serem leiloados, e fixar o valor mínimo de alienação, podendo ser agrupados em lotes, devendo apresentar o laudo dentro de 10(dez) dias úteis, contados desta publicação.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Gabinete do Prefeito
Iomerê, 08 de agosto de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretario de Administração e Finanças

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2015

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

Edital de Pregão Presencial nº 32/2015

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 32/2015 para realização de projeto de loteamento. A abertura das propostas se dará no dia 24/08/2015 às 09h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 10 de agosto de 2015.
Luciano Paganini
Prefeito Municipal

Ipumirim

PREFEITURA

DECRETO N. 2.158 DE 07 DE AGOSTO DE 2.015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 312.601,59

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do artigo 34 da Lei 1.748 de 15 de outubro de 2.014 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.015 – LDO e dá outras providências e combinado com o inciso I do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e inciso II do § 4º do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.751 de 12 de dezembro de 2.014, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.015 – LOA,

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

I - Código reduzido 127, Projeto/Atividade 04.122.0004.2.007 - Ações de Parcerias para o Fortalecimento do Municipalismo, elemento 33500000000000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu, fonte de recursos 0.3.0000 - Exerc. Ant. - Recursos Ordinários, Órgão 2 - GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO MUNICIPAL, Unidade 1 - Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito, no valor de R\$ 12.388,00.

II - Código reduzido 123, Projeto/Atividade 04.122.0003.2.003 - Gestão das Ações do Departamento de Administração, elemento 33900000000000 - Aplicações Diretas, fonte de recursos 0.3.0000 - Exerc. Ant. - Recursos Ordinários, Órgão 3 - SECRETARIA MUN. ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 1 - Departamento Municipal de Administração, no valor de R\$ 50.000,00.

III - Código reduzido 128, Projeto/Atividade 18.541.0004.2.010 - Ações de Parcerias Ambientais - Consórcio Lambari, elemento 31710000000000 - Transf. a Consórcios Públicos, fonte de recursos 0.3.0000 - Exerc. Ant. - Recursos Ordinários, Órgão 4 - SECRETARIA MUN.DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, Unidade 1 - Departamento de Assistência Agropecuária, no valor de R\$ 334,56.

IV - Código reduzido 129, Projeto/Atividade 18.541.0004.2.010 - Ações de Parcerias Ambientais - Consórcio Lambari, elemento 33710000000000 - Transferências a Consórcios Públicos, fonte de recursos 0.3.0000 - Exerc. Ant. - Recursos Ordinários, Órgão 4 - SECRETARIA MUN.DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, Unidade 1 - Departamento de Assistência Agropecuária, no valor de R\$ 1.602,68.

V - Código reduzido 130, Projeto/Atividade 18.541.0004.2.010 - Ações de Parcerias Ambientais - Consórcio Lambari, elemento 44710000000000 - Transferências a Consórcios Públicos, fonte de recursos 0.3.0000 - Exerc. Ant. - Recursos Ordinários, Órgão 4 - SECRETARIA MUN.DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, Unidade 1 - Departamento de Assistência Agropecuária, no valor de R\$ 862,76.

VI - Código reduzido 120, Projeto/Atividade 26.782.0026.2.061 - Gestão das Políticas e Ações do Transporte Rodoviário Municipal, elemento 33900000000000 - Aplicações Diretas, fonte de recursos 0.3.0000 - Exerc. Ant. - Recursos Ordinários, Órgão 5 - SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO, Unidade 1 - Departamento de Estradas de Rodagem, no valor de R\$ 100.000,00.

VII - Código reduzido 126, Projeto/Atividade 26.782.0026.2.061 - Gestão das Políticas e Ações do Transporte Rodoviário Municipal, elemento 33900000000000 - Aplicações Diretas, fonte de recursos 0.3.0082 - Exerc. Ant.- Recursos FEPE, Órgão 5 - SECRETARIA

MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO, Unidade 1 - Departamento de Estradas de Rodagem, no valor de R\$ 22.413,59.

VIII - Código reduzido 124, Projeto/Atividade 27.812.0025.2.060 - Gestão das Políticas e Ações do Desporto e Lazer Comunitário, elemento 33900000000000 - Aplicações Diretas, fonte de recursos 0.3.0000 - Exerc. Ant. - Recursos Ordinários, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 3 - Departamento Municipal de Esportes, no valor de R\$ 15.000,00.

IX - Código reduzido 125, Projeto/Atividade 20.605.0019.2.050 - Gestão das Políticas e Ações da Agropecuária, elemento 33900000000000 - Aplicações Diretas, fonte de recursos 0.3.0000 - Exerc. Ant. - Recursos Ordinários, Órgão 8 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO, Unidade 1 - Fundo Municipal Agropecuário, no valor de R\$ 20.000,00.

X - Código reduzido 121, Projeto/Atividade 15.452.0027.2.063 - Gestão das Políticas e Ações de Desenvolvimento Urbano, elemento 33900000000000 - Aplicações Diretas, fonte de recursos 0.3.0000 - Exerc. Ant. - Recursos Ordinários, Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 40.000,00.

XI - Código reduzido 32, Projeto/Atividade 10.302.0005.2.029 - Gestão das Ações de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial, elemento 33900000000000 - Aplicações Diretas, fonte de recursos 0.3.0002 - Exerc. Ant. - Recursos ASPS 15%, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 50.000,00.

TOTAL GERAL
R\$ 312.601,59

Art. 2º Os créditos suplementares constantes no artigo anterior serão abertos por conta das seguintes fontes de recursos:

I - Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0000 - Exerc. Ant. - Recursos Ordinários, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 240.188,00

II - Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0082 - Exerc. Ant.- Recursos FEPE, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 22.413,59

III - Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0002 - Exerc. Ant. - Recursos ASPS 15%, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 50.000,00

TOTAL GERAL
R\$ 312.601,59

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 07 de agosto de 2.015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 07 de agosto de 2.015

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

EXTRATOS DAS ATAS DE REG. DE PREÇOS DO PL 44, PP 19-ÓLEO LUB. E HID./PM

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO 44/2015

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2015, do PROCESSO Nº 44/2015, homologado aos 06 de agosto de 2015, cujo objeto é registro de preço de óleo lubrificantes e hidráulico para a manutenção preventiva da frota municipal, com as características e quantidades, conforme anexo III do Edital, para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2015.44.6943
de 10 de agosto de 2015

FORNECEDOR: LUBRIFIL COMERCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTDA, situada na RUA TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 91, CEP: 89.700.000, Município de CONCORDIA-SC, inscrita no CNPJ sob n. 01.558.657/0001-31 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 253.343.488, representado pelo Senhor ANDERSON MARTINI, CPF: 035.062.359-74.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Fluido de freio DOT 4 - CX/ 20 UNIDADES 500 ML	CX	4,00	HITECH	192,00	768,00
2	TDH óleo especial (fluido 10w 30 p/ transmissão-hidráulico)	BAL	15,00	AGECOM	190,00	2.850,00
3	Óleo Multiviscoso SAE 15W40	BAL	100,00	AGECOM	169,00	16.900,00
4	Óleo SAE 30 CF4	BAL	20,00	PETRO-BRÁS	280,00	5.600,00
5	Óleo 68 AW	BAL	120,00	AGECOM	145,00	17.400,00
6	Óleo 85 W 140 API GL5	BAL	20,00	PETRO-BRÁS	180,00	3.600,00
7	Óleo 90 GL5	BAL	20,00	PETRO-BRÁS	180,00	3.600,00
8	Óleo 433 API GL4	BAL	15,00	PETRO-BRÁS	190,00	2.850,00
9	Óleo para Transmissão SAE 140	BAL	5,00	PETRO-BRÁS	180,00	900,00
10	Óleo SAE 50 - caixa cambio	BAL	8,00	PETRO-BRÁS	180,00	1.440,00
11	Óleo Hidráulico ATF	BAL	20,00	AGECOM	175,00	3.500,00
12	Óleo Hidráulico ISO 32	BAL	20,00	AGECOM	145,00	2.900,00
13	Graxa de sabão de lítio	BL	25,00	INGRAX	225,00	5.625,00
14	Graxa de sabão de cálcio	T	2,00	INGRAX	995,00	1.990,00
Valor Total Registrado						

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2015.44.8437
de 10 de agosto de 2015

FORNECEDOR: DYSPEF COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, situada na RUA MARINGÁ, 533 GALPÃO 04, BAIRRO: SALTO DO NORTE, CEP: 89.065-700, Município de BLUMENAU-SC, inscrita no CNPJ sob n. 02.747.714/0001-93, representado pelo Senhor ACIR HERMENEGIL-DO ROSA, CPF: 341.699.389-68.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
15	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 15W40 API CX /12 LITROS	CX	20,00	YPF - REP-SOL	175,00	3.500,00
16	Óleo lubrificante 5w30 100% sintético cx/ 12 litros	CX	20,00	YPF - REP-SOL	186,00	3.720,00
Valor Total Registrado						

As atas retrocitadas possuem vigência de 12 (doze) meses.

EXTRATOS DAS ATAS DE REG. DE PREÇOS DO PL 45, PP 20-SEMEN BOVINO/PM

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO 45/2015

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2015, do PROCESSO Nº 45/2015, homologado aos 06 de agosto de 2015, cujo objeto é: registro de preço para fornecimento de sêmen bovino e materiais, para atender o programa de melhoramento genético do rebanho leiteiro do Município de Ipumirim, com as características e quantidades constantes no anexo III do presente

edital, para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2015.45.7705
de 10 de agosto de 2015.

FORNECEDOR: SEMEX DO BRASIL LTDA, situada na RUA GUILHERME SCHARF, Nº 2520, município de BLUMENAU-SC, inscrita no CNPJ sob n. 00.593.476/0001-83, representado pela Senhora MARIANE RAMBO, CPF: 034.272.279-44.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
4	SÊMEN BOVINO RAÇA HOLANDESA COR PRETA E BRANCA	DS	1.500,00	SEMEX (WALLACE)	16,30	24.450,00
Valor Total Registrado						

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2015.45.8399
de 10 de agosto de 2015.

FORNECEDOR: ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA, situada na RUA MAXIMO PINHEIRO LIMA, Nº 59 - CASA 02, município de CURITIBA-PR, inscrita no CNPJ sob n. 07.385.007/0001-18 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 903.41917-24, representado pelo Senhor ALBERTO FRISCHMANN, CPF: 006.297.018-65.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	bainhas para inseminação artificial tipo francesa, pct/50	PCT	200,00	BOVIGAINÉ	12,00	2.400,00
5	DOSES DE SÊMEN DE UM TOURO DA RAÇA JERSEY,	DS	2.000,00	LARIS 11JE 1165	16,90	33.800,00
6	DOSES DE SÊMEN DA RAÇA GIR LEITEIRO QUE TENHA PAI PROVADO	DS	800,00	PANAMBI 11GL0134	13,90	11.120,00
7	DOSES DE SÊMEN BOVINO DA RAÇA HOLANDÊSA PRETO E BRANCO,	DS	500,00	CARNIVAL 11HO11078	15,90	7.950,00
8	DOSES DE SÊMEN BOVINO DA RAÇA RED ANGUS COM PESO	DS	500,00	ALTA BROWN CHEYNNE	14,80	7.400,00
Valor Total Registrado						

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2015.45.8717
de 10 de agosto de 2015.

FORNECEDOR: NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA, situada na AV. SENADOR SALGADO FILHO , Nº 3846 UBERABA - CEP: 81570-001, Município de CURITIBA-PR, inscrita no CNPJ sob n. 85.093.524/0001-27 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 10.18.96.22-64, representado pelo Senhor SANDRO HENRIQUE BORELLA, CPF:164.023.768-25.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
3	NITROGÊNIO LÍQUIDO	L	1.400,00	NITROVET	1,64	2.296,00
Valor Total Registrado						

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2015.45.9810
de 10 de agosto de 2015.

FORNECEDOR: LUCINEIA DE FRANÇA EIRELI - ME, situada na RUA SANTO ANTONIO, Nº 160, CEP: 89.683-000, Município de PONTE SERENADA-SC, inscrita no CNPJ sob n. 21.587.815/0001-99, representado pelo Senhor LUCINEIA DE FRANÇA, CPF:984.771.619-68.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2	luvas plásticas cano longo 5 dedos pct 25 unidades	CX	200,00	WAGO	8,00	1.600,00
Valor Total Registrado						

As atas retrocitadas possuem vigência de 12 (doze) meses.

PORTARIA Nº. 340/2015 DE 10 DE AGOSTO DE 2015.

CONCEDE FERIAS A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL DE IPUMIRIM E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A CRISTIAN FERNANDO TELES, matrícula 1680-2, férias de 11 dias, relativas ao período aquisitivo de 21/07/2013 a 20/07/2014 e gozo de 11/08/2015 a 21/08/2015 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 11/08/2015.

Ipumirim - SC, 10 de agosto de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 341/2015 DE 10 DE AGOSTO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

CRISTIANE RODRIGUES GALVÃO DE TOMIN, Matrícula 2344-2, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3.847.667-3 e do CPF 005.383.579-40, com nomeação para o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 066/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 10 de agosto de 2015.

Ipumirim - SC, 10 de agosto de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Irineópolis

PREFEITURA

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 40/2015

Processo Licitatório nº. 40/2015

Inexigibilidade de Licitação nº. 06/2015

Comissão Permanente de Licitações

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, através do presidente da Comissão Permanente de Licitações, declara que o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, nos termos do artigo 25, caput da Lei nº. 8.666/93, conforme consta do Processo de Licitação nº. 39/2015, declarou a inexigibilidade de licitação, para a contratação do Sr. Daniel Elias Garcia, Leiloeiro Oficial, matriculado sob nº. AARC/306, na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, conforme documentação constante dos autos, com o objetivo de prestar serviços de Alienação de bens inservíveis, em Leilão Público, pertencentes a Prefeitura Municipal. A presente declaração encontra-se plenamente fundamentada, consoante se denota da justificativa elaborada pela Comissão de Licitações, bem como em razão dos documentos que instruíram o processo. Nos termos do art. 109, da Lei nº. 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, representação ou impugnação.

Irineópolis (SC), 04 de agosto de 2015

ROSANI RODRIGUES DA SILVA MISCHKA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

DESPACHO DE INEXIGIBILIDADE Nº 40/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

DESPACHO DO PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATORIO Nº 40/2015

Processo de Inexigibilidade de Licitação n.º 06/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO OFICIAL, MATRICULADO NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA REALIZAÇÃO DE ALIENAÇÃO EM LEILÃO PÚBLICO DE BENS INSERVÍVEIS, PERTENCENTES A PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS.

Aprovo a justificativa da Comissão Permanente de Licitações, constante do processo administrativo em epígrafe, para nos termos do artigo 25, caput da Lei nº. 8.666/93, declarar a Inexigibilidade de licitação para contratação do Sr. Daniel Elias Garcia, Leiloeiro Oficial, conforme matrícula nº. AARC/306 na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, para prestar serviços nas alienações que se fizerem necessárias, em leilões públicos dos bens inservíveis, pertencentes à Prefeitura Municipal. O processo em epígrafe encontra respaldo legal no artigo supra citado, sendo o Sr. Julio Ramos Luz, o primeiro a encaminhar os documentos necessários, de acordo com os solicitados no Processo Licitatório 31/2015 – Credenciamento 03/2015. Conforme consta dos autos, os valores a serem recebidos pelo leiloeiro serão pagos pelo arrematante, e o leiloeiro contratado fará a prestação de contas dos bens arrematados, ao encerramento do Leilão Público, na Secretaria da Fazenda. Cumpra-se.

Irineópolis, 04 de agosto de 2015.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE Nº 40/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

PROCESSO LICITATORIO 40/2015

INEXIGIBILIDADE 06/2015

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ref.: Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação nº. 40/2015

CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO: O Município de Irineópolis necessita contratar leiloeiro(a)s, matriculados na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, para prestar serviços como leiloeiros, dos bens inservíveis da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme as ações descritas abaixo, sendo obrigações dos Credenciados:

1. Disponibilizar pessoal técnico especializado, para realização do objeto;
2. Auxiliar na avaliação dos bens a serem leiloados;
3. O edital para abertura do Processo de Leilão será de responsabilidade do leiloeiro contratado;
4. Receber os valores dos bens arrematados, e prestar contas destes valores, com a Sra. Bernadete Schuster Longo – Secretária Municipal da Fazenda, após o ato do leilão.
5. Receber do arrematante, o valor de 5% (cinco por cento), sobre o valor da venda.

6. Caso houver inadimplência pelo arrematante, os valores serão de responsabilidade do contratado.

RAZÃO DA ESCOLHA: A escolha pelo Processo Licitatório de Inexigibilidade de Licitação possui previsão na Lei Federal 8.666/93, em seu artigo 25, caput, artigo 34, Parágrafo 1º e 2º, artigo 35 e artigo 37. O credenciamento ocorre nas situações em que a Administração não pretende contratar uma empresa/profissional ou um numero limitado delas(es), mas todas(os) as(os) que tiverem interesse. Nesse sentido, não há relação de exclusão, o que, por sua vez, inviabiliza a competição. A contratação por inexigibilidade de licitação, mediante sistema de credenciamento, cuja convocação é aberta a todos os profissionais interessados na prestação do serviço, implica a contratação daqueles que tiverem interesse e que satisfaçam as condições exigidas no edital.

FUNDAMENTO LEGAL: Amparado no artigo 25, caput, artigo 34, §§ 1º e 2º, artigo 35 e artigo 37, da Lei Federal nº 8.666/93, consolidada, justifica-se o presente certame através de inexigibilidade de licitação porquanto resta caracterizada a inviabilidade de competição na medida em que a Administração Pública pretende contratar todos os profissionais e pessoas jurídicas que satisfaçam os requisitos e que expressamente acatem as condições do poder público. A contratação do Sr Daniel Elias Garcia, dar-se-á pelo período de 01(um) ano, podendo ser prorrogada, por sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, se houver interesse das partes, tudo nos termos do que autoriza o art. 57, II da Lei 8666/93. É a justificativa que submetemos à apreciação de Vossa Excelência.

Irineópolis, 04 de agosto de 2015.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

PORTARIA N º 285/2015

PORTARIA N º. 285/2015.

REVOGA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 292/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e no que dispõe o artigo 105, inciso II da Lei Complementar n º 007/2001, de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a contar de 01/08/2015, os efeitos da Portaria nº 292/2014, de 29/05/2014, que designou o servidor REICHARDT WAGNER, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para exercer a Função Específica de Operador de Retroescavadeira.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 01/08/2015.

Irineópolis (SC), 07 de Agosto de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Itá

PREFEITURA

EDITAL 002 - PROCESSO SELETIVO 003/2015

EDITAL 002 PROCESSO SELETIVO PUBLICO 003/2015

A PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e considerando o disposto no inciso IV do artigo 2º da Lei Complementar nº 031/2006, que “dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público e dá outras providências” torna público, para o conhecimento dos interessados, a Homologação das Inscrições do Processo Seletivo 003/2015 de provas prática e escrita objetivando a contratação em caráter temporário para atuação na Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Desenvolvimento Econômico.

Nº	NOME	OPÇÃO DO CANDIDATO
01	Simone Analice Brand	Monitor de dança Folclórica Alemã
02	Gustavo Luís Oliveira Guimarães	Monitor Banda Marcial
03	Paulo Vinícius Hassemer	Monitor de violão
04	Anderson Luís Lemes Da Silva	Monitor de violão
05	Lucas Ramires Mingotti	Monitor Banda Marcial
06	Jansiele Denize Schumann	Monitor de Teclado
07	Ari Peres Carvalho	Monitor de violão
08	Everton Antônio Battisti	Monitor de teclado
09	Eliakin Darlei Klement	Monitor de teclado
10	Luan Hochwart	Monitor de violão
11	José Roberto Oliveira Rosa	Monitor de dança
12	Dilmara Pratto	Monitor de teatro
13	Soyara Muller Chaves	Monitor de Dança
14	Mauriana Paula Gritti	Monitor de dança

Itá, 10 de agosto de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Itaiópolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PE Nº 32/2015

Processo Licitatório nº 45/2015 – Pregão Eletrônico nº 32/2015. Objeto: contratação de empresa(s) especializada(s) em seguro para os veículos que compõe a frota municipal. Recebimento das Propostas: até as 09h30min do dia 24/08/2015. Abertura das Propostas: dia 24/08/2015, as 09h45min. Início da Sessão de Disputa de Preços: dia 24/08/2015, as 10:00 horas. O Edital poderá ser obtido nos Sites: www.itaioplis.sc.gov.br e www.bll.org.br. Itaiópolis, 07 de agosto de 2015. JOSÉ HERALDO SCHRITKE Prefeito Municipal

SUSPENSÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2015 - PR Nº 30/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2015 - Pregão Presencial nº 30/2015. OBJETO: contratação de serviços de Transporte Escolar de alunos da Rede Municipal e Estadual de Ensino do Município de Itaiópolis, para a linha nº 03 - Matutino. Fica suspenso o Processo Licitatório nº 43/2015, tendo em vista a revisão dos atos da Comissão Permanente de Licitação, onde constatou que o procedimento de convocação das empresas classificadas em 3º, 4º e 5º, referente ao Processo Licitatório nº 30/2015, não foi realizado. Itaiópolis, 07 de agosto de 2015. José Heraldo Schritke Prefeito Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

ATA PREGAO 133/2015 - DESERTA

ATA DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGAO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS
Nº 133/2015

Às nove horas do sexto dia do mês de agosto de dois mil e quinze, nas dependências do setor de compras e licitações do Município, reuniu-se a comissão de julgamento nomeada por intermédio do Decreto nº 01/2015, para julgar a documentação apresentada ao Processo Administrativo de Licitação nº 133/2015, na modalidade de Pregão Presencial, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE SEGUROS DE VEÍCULOS, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA. Aberta a sessão de julgamento, a comissão verificou não terem ocorrido interessados em participar do certame. Nada havendo a tratar, encerrou-se a sessão, da qual foi redigida ata que será devidamente assinada pelos membros da comissão julgadora.

Janete F. Baumann
Pregoeira

Thiago Rohden
Membro

Ricardo Kraemer
Membro

PORTARIA Nº 162/2015

Portaria nº 162 de 6 de agosto de 2015.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art.1º. Retificar a data base para cálculo de adicional de tempo de serviço para 1º de março de 2005 do servidor municipal Tarcísio Schlickmann matrícula nº 14136/02, devido a não interrupção das atividades funcionais, do exercício de cargo em comissão e a posterior nomeação para cargo efetivo, em conformidade com o Parecer Jurídico nº 071/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 1º/8/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC., 6 de agosto de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 163/2015

Portaria nº 163 de 6 de agosto de 2015.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art.1º. Retificar a data base para cálculo de adicional de tempo de serviço para 03 de dezembro de 2001 da servidora municipal Paula Prost Welter matrícula nº 11741/03, devido a não interrupção das atividades funcionais, do exercício de cargo em comissão e a posterior nomeação para cargo efetivo, em conformidade com o Parecer Jurídico nº 071/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 1º/8/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC., 6 de agosto de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 164/2015

Portaria nº 164 de 6 de agosto de 2015

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011; Lei Complementar nº 002/2006 e suas alterações;

RESOLVE:

Art.1º. Nomear, a partir do dia 6 de agosto de 2015, Clénice dos Santos Becker sob matrícula nº 3125/07, no cargo de provimento em comissão de Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com 40 horas semanais.

Art.2º. A servidora municipal estará vinculada ao regime de trabalho estatutário e enquadrada no nível 504, classe A-01.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário em especial a Portaria nº 30 de 4/2/2011.

ITAPIRANGA-SC, 6 de agosto de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PREGÃO Nº 139/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL
Nº 139/2015

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 139/2015, cujo objeto é contratação de empresa especializada em serviços de implantação, manutenção, suporte e assistência técnica mensal de software para gestão da Secretaria Municipal de Agricultura, desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 24 de agosto de 2015. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga – SC, 10 de agosto de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 2519/2015 DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA.

DECRETO MUNICIPAL nº 2519/2015

Data: 10 de agosto de 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Vice-Prefeito, no exercício do cargo de prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 6º, inciso I da Lei Municipal nº 559/2014 – LOA 2015,

DECRETA

Art. 1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar por anulação de dotação dentro da mesma funcional programática, na seguinte rubrica orçamentária, perfazendo o montante de R\$ 3.000,00 (três mil reais), conforme segue:

Suplementação

09.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA

09.01 Departamento de Agricultura

02006010012.2038 Manutenção do Departamento de Agricultura

33390 Aplicações Diretas (79) FR 10000
..... R\$ 7.500,00

Anulação

09.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA

09.01 Departamento de Agricultura

02006010012.2038 Manutenção do Departamento de Agricultura

34490 Aplicações Diretas (169) FR 10000
..... R\$ 7.500,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 10 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO DE ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO/VAGAS REMANESCENTES EDITAL N.º 44/2015

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO DE ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO/VAGAS REMANESCENTES Edital N.º 44/2015

GEOGRAFIA

Class.	Nome
1	Helga Krauss
2	Marcia Cristina Wagner
3	Celia Maria Lempek
4	Rodrigo Felipe Quintana

Itapoá, 07 de agosto de 2015

Terezinha Fávoro da Silveira

Secretária de Educação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: TERMO DE CONVOCAÇÃO 01/2015 - DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 044/2015

TERMO DE CONVOCAÇÃO 01/2015 - DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL Nº 044/2015

Terezinha Fávoro da Silveira, no uso de suas atribuições legais CONVOCA o(os) candidato(s) abaixo relacionado(s):

- Helga Krauss;

Para comparecer Secretaria de Educação, cito, rua 1590, nº 430, Centro, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação desta convocação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados:

1. Cédula de Identidade (RG) original e cópia;
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF) original e cópia;
3. Título de Eleitor - original e cópia;
4. Certidão de Quitação Eleitoral (internet);
5. Certidão de nascimento ou casamento – original e cópia;
6. Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
7. Uma foto 3/4 recente;
8. Comprovante de residência – original e cópia;
9. Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo – original e cópia;
10. Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
11. Certidão de Nascimento dos Filhos – original e cópia;
12. Certidão de Regularização do CPF (internet);
13. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
14. Declaração de bens e ou IRRF;
15. Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
16. Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
17. Tipagem sanguínea;
18. Laudo Médico;
19. Nº Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá.

O não comparecimento junto a Secretaria de Educação ou a não apresentação de qualquer um dos itens obrigatórios acima relacionados, dentro do prazo estipulado, implicará na DESISTÊNCIA SOBRE A VAGA.

Itapoá, 10 de agosto de 2015

Terezinha Fávoro da Silveira

Secretária da Educação

Joaçaba

PREFEITURA

CONTRATO 56/2014/FMS - TA 01

CONTRATO Nº 56/2014/FMS – TA 01

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, SC, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo seu Secretário, Sr. ADEMIR LUIZ RIGHI, e a empresa FOCALLE – ENGENHARIA VIARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.072.082/0001-54, estabelecida na AV. XV DE NOVEMBRO, 468 SL J, Bairro CENTRO, no Município de JOAÇABA/SC, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. FELIPE RAMOS D'AGOSTINI, portador da Carteira de Identidade nº 3.538.752 e CPF nº 09.072.082/0001-54, residente e domiciliado na cidade de JOAÇABA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 56/2014/FMS, firmado em 15/08/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 19/2014/FMS – Edital PP nº 14/2014/FMS, cujo objeto é a locação pela CONTRATADA de uma Solução para Gestão de Atividades de Coleta de Dados Relativos à Saúde, em campo, através da comunicação em tempo real entre central e colaboradores, utilizando software embarcado em dispositivos móveis, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, RENOVAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, RENOVAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO**

A vigência do contrato fica prorrogada em 12 (doze) meses, a contar de 15 de agosto de 2015, em conformidade com o disposto no inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo para execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 24 (vinte e quatro) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 07 de agosto de 2015.
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ADEMIR LUIZ RIGHI - Secretário

FOCALLE – ENGENHARIA VIARIA LTDA
Felipe Ramos D'Agostini

Testemunhas:

1. _____

2. _____

PORTARIA N.º 4538

PORTARIA Nº 4.538 DE 10 DE AGOSTO DE 2015

“EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) SHEILA FERRI, Farmacêutico, das funções de Chefe da Farmácia Municipal, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com as Leis Complementares nº 76, 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e alterações, conforme memorando n.º 468/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de agosto de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 10 de agosto de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4539

PORTARIA Nº 4.539 DE 10 DE AGOSTO DE 2015

“NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr.(a) CRISTIANE VOLPATO MICHELON, Farmacêutico, para exercer as funções de Chefe da Farmácia Municipal, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com as Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003, n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, de acordo com o memorando n.º 468/2015.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de agosto de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 10 de agosto de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4540

PORTARIA Nº 4.540 DE 10 DE AGOSTO DE 2015

"ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ALTERAR A CARGA HORÁRIA do(a) Servidor(a) Sr.(a) KELLY ANILY PEREIRA BRESSAN das funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital de chamada pública n.º 001/2015 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a partir do dia 02 de julho de 2015, conforme memorando 211/2015 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de julho de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 10 de agosto de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4541

PORTARIA Nº 4.541 DE 10 DE AGOSTO DE 2015

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, o(a) Senhor(a) ELISAMARA DAL MORO, do cargo de Psicólogo, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, pedido protocolado através de documento protocolado na Secretaria Municipal de Saúde em 07 de agosto de 2015, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 210 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º – Fica declarada a vacância do cargo conforme Art. 34 § I da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 06 de agosto de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 10 de agosto de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4542

PORTARIA Nº 4.542 DE 10 DE AGOSTO DE 2015

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) ANGELICA BIANCHETTI DA SILVA durante o período de 13 de julho de 2015 a 15 de setembro de 2015, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital de teste seletivo n.º 001/2014 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CERT em substituição a servidora Luciana Aparecida Nardi em afastamento médico.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 13 de julho de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 10 de agosto de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4543

PORTARIA Nº 4.543 DE 10 DE AGOSTO DE 2015

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) PATRICIA TREVISOL durante o período de 27 de julho de 2015 a 02 de outubro de 2015, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital de chamada pública n.º 004/2015 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na disciplina de matemática no cronograma de licenças premio.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 27 de julho de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 10 de agosto de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4544

PORTARIA Nº 4.544 DE 10 DE AGOSTO DE 2015

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, a partir da data de 06/08/2015, do(a) Sr.(a) ANGELA BRUNA LUCHESE SARI, Enfermeiro Plantonista - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), com carga horária de 06 (seis) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 256 de 20 de dezembro de 2013, Lei Complementar nº 274/2014 e nº 97 de 18 de março de 2005, bem como pelo aprovação no processo seletivo nº 001/2015/FMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 06 de agosto de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 10 de agosto de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4545

PORTARIA Nº 4.545 DE 10 DE AGOSTO DE 2015

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, a partir da data de 03/08/2015, do(a) Sr.(a) DIOMAR FLORES DE CAMARGO das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital nº 001/2014

– Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 03 de agosto de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 10 de agosto de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4546

PORTARIA Nº 4.546 DE 10 DE AGOSTO DE 2015

"EXONERA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, o (a) Sr. (a) ZEFERINO COSTENARO, Procurador Geral do Município, nível CC-1, com lotação vinculada ao Gabinete do Prefeito Municipal – Divisão da Procuradoria Geral do Município, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 173 de 11 de março de 2009, Lei Complementar nº 230 de 14 de fevereiro de 2013 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 31 de julho de 2015, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 10 de agosto de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA

ERRATA PREGÃO 0022/2015 - SIMAE

Errata

SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna - SC.

Pregão JHL 0022/2015

Licitação nº 0030/2015

Protocolo 1807/2015

A Sra. Diretora Presidente do SIMAE torna público aos interessados a alteração do Edital de Licitação do Pregão nº 0022/2015, nos seguintes termos:

1ª Alteração – Itens 1.3 e 1.4.

a) Foi alterada a data de entrega dos envelopes e abertura da licitação ficando da seguinte forma:

- Entrega dos envelopes: Até às 10:30 horas do dia 28/08/2015.
- Abertura da Sessão: Dia 28/08/2015 às 14:00 horas.

2ª Alteração – Anexo I, item 7.

a) Foi alterada a descrição do anexo I, item 7 ficando da seguinte forma:

MÁQUINA DESKTOP FORMATO SMALL FORM FACTOR - SFF, INTEL - CORE I5 4570 OU SUPERIOR, 4 GB DE MEMÓRIA RAM DDR3, DISCO RÍGIDO DE 500 GB, PADRÃO SATA III, CHIPSET INTEL, COM WINDOWS 8 PRO AUTÊNTICO E MICROSOFT OFFICE EM VERSÃO 2013 STANDARD LICENÇA OPEN PARA GOVERNO. MODELO DE REFERÊNCIA HP 402G1 SFF. CONFORME MODELO DE REFERÊNCIA.

3ª Alteração – Anexo IX Termo de Referência, item 01, subitem

2.1.18.

a) Foi alterada a descrição do subitem ficando da seguinte forma:

2.1.18 - O equipamento ofertado deverá estar na lista do EPEAT na categoria Silver (www.epeat.net), desta maneira assegurando conformidade com o padrão RoHS (Restriction of Hazardous Substances) garantindo que este equipamento terá um baixo impacto ambiental. A comprovação deve ser encaminhada juntamente com a proposta.

4ª Alteração – Anexo IX Termo de Referência, item 07, subitem 2.72, 2.7.3, 2.7.4, 2.7.8, 2.7.10, 2.7.13.

a) Foi alterada as descrições dos subitens a seguir, ficando da seguinte forma:

2.7.2 Deverá possuir no mínimo 4 Gb de Memória RAM no padrão DDR3 (1600 MHz), porém com capacidade de expansão para até 16GB.

2.7.3 Deverá ser equipado com 1 Disco Rígido (HD) no padrão SATA com capacidade mínima de armazenamento de 500GB e com funcionamento interno em no mínimo 5400 RPM e deverá possuir interface SATA não inferior a 6,0 Gb/s;

2.7.4 Deverá possuir no mínimo 4 portas USB 2.0 e no mínimo 2 Portas USB 3.0 livres para utilização, não sendo aceito nenhum tipo de adaptação, como hub ou rabicho na parte traseira do gabinete.

2.7.8 Deverá possuir fonte com mínimo de 150W com PFC Ativo, com eficiência energética igual ou superior a 87%.

2.7.10 Deverá possuir chipset Intel® H81.

2.7.13 Deverá possuir interface de som "on-board", padrão Plug-and-Play compatível com o padrão "High Definition Audio" (Referência Realtek® ALC662);

Joaçaba, 10 de agosto de 2015.

João Carlos Ungericht

Presidente Substituto da Comissão de Licitação do SIMAE".

ERRATA TOMADA DE PREÇO 0007/2015 - SIMAE

Errata

SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna - SC.

Tomada de Preço JHL 0007/2015

Licitação nº 0035/2015

Protocolo1915/2015

A Sra. Diretora Presidente do SIMAE torna público aos interessados a alteração do Edital de Licitação da Tomada de Preços n.º 0007/2015, nos seguintes termos:

1ª Alteração – Itens 1.2 e 1.3:

a)- Foi alterada a data de entrega dos envelopes e de abertura da licitação para o dia 27/08/2015, às 14:00 horas.

2ª Alteração – Itens 2.3 e 6.3.2.14:

a)- Foi alterado o valor máximo global da obra para R\$ 139.081,97 (cento e trinta e nove mil, oitenta e um reais e noventa e sete centavos).

3ª Alteração – Anexo I – Planilha Orçamentária:

Foi alterada a planilha orçamentária em alguns valores unitários,

conforme consta no edital atualizado no site do SIMAE.

4ª Alteração – Anexo I – Cronograma Físico Financeiro:

Foi incluído o cronograma físico financeiro no edital atualizado no site do SIMAE, que não constava no primeiro edital publicado.

Joaçaba, 10 de agosto de 2015.

João Carlos Ungericht

Presidente Substituto da Comissão de Licitação do SIMAE.

PORTARIA JHL 189/2015

PORTARIA SIMAE. JHL – Nº 189/2015 10.08.2015

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE MENCIONA".

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna- SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar à pedido o Servidor Osmar de Souza Cezar do cargo de Operador de ETA, Padrão-6, Nível-1, Referência A, Matrícula 166, lotado na Diretoria Técnica, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, de conformidade a Lei Complementar nº 193 de 06 de Setembro de 2010.

Art. 2º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no Art. 34, inciso I, da Lei Complementar nº 76 de 11/12/03.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 11 de Agosto de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente

Joaçaba-SC, 10 de Agosto de 2015.

PREGÃO 0026/2015 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0036/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0026/2015

PROTOCOLO JHL 1933/2015

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0026/2015 – Licitação 0036/2015, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: Aquisição de materiais de copa, cozinha e limpeza para a sede administrativa do SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até as 10h30m do dia 25/08/2015 na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 25/08/2015 às 14h:00m, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 08 horas às 11h e das 14h às 17h ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 10/08/2015 a 25/08/2015.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 10 de Agosto de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori – Diretora Presidente do SIMAE.

BALANCETE FINANCEIRO JUNHO DE 2015**SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Junho

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	1.387.223,84	ORÇAMENTÁRIAS	1.150.820,70
RECEITA PATRIMONIAL	91.712,33	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.057.984,73
RECEITA DE SERVIÇOS	1.262.882,94	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	495.910,59
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	14.998,43	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	539.248,41
RECEITA DE SERVIÇOS	17.600,76	INVESTIMENTOS	22.825,73
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	29,38	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	92.835,97
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	72.655,48
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.180,49
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.329.299,70	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.315.399,16
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	164.931,02	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	162.802,08
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.164.368,68	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.122.902,19
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	29.694,89
SALDOS ANTERIORES	8.559.558,26	SALDOS ATUAIS	8.809.861,94
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	8.501.466,90	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	8.763.159,03
BANCO C/ MOVIMENTO	55.126,72	BANCO C/ MOVIMENTO	43.718,07
POUPANÇA	2.964,64	POUPANÇA	2.984,84
TOTAL	11.276.081,80	TOTAL	11.276.081,80

JOACABA, 10/08/2015

 ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
 Diretora Presidente

 CESAR AUGUSTO MACIEL RIBEIRO
 Contador CRC SC 039259/O-8

Lages

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 201/2015 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 201/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: ELIDIO ADALBERTO HERTIG inscrito no CPF n.º 032.275.619-72, com sede a Rua Presidente Costa e Silva, 125 – Joinville/SC, neste ato representado pela Sra. Hilde Rovena Schmitt Ferti inscrita no CPF nº 693.648.939-72

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 151/2015, correlato à Dispensa de Licitação 26/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Locação de Imóvel que está sendo usado pela Secretaria de Segurança e Ordem Pública

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2015;

2.3 Do Contrato, da data da assinatura até 31/12/201

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 2.149,47 (dois mil, cento e quarenta e nove reais e quarenta e sete centavos) mensais.

Lages, 28 de Abril de 2015

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE REVOGAÇÃO AO PROCESSO 62/2015 SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO: REVOGAÇÃO AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 62/2015 SMS.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGES

CNPJ: 11.840.546/0001-77

RUA BENJAMIN CONSTANT, 13

C.E.P.: 88501-900 - Lages – SC

Processo de Licitação: 62/2015

Pregão presencial 36/2015 -

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios para o uso no centro de Zoonoses, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante deste Edital.

NOTA DE REVOGAÇÃO Nº 8/2015 PROCESSO DE COMPRA Nº 62/2015

Motivo: A LICITAÇÃO NÃO É MAIS CONVENIENTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NESTE ANO EM DECORRÊNCIA DO DECRETO N. 15.029, QUE ALTEROU O EXPEDIENTE DA PREFEITURA, APENAS PARA O HORÁRIO DA TARDE. CONFORME PARECER JURÍDICO N 1335/214

Lages, 10 de Agosto de 2015.

ANTÔNIO ARCANJO DUARTE

PREFEITO MUNICIPAL

RERRATIFICAÇÃO Nº 07 PP 87-2015 PML

RERRATIFICAÇÃO Nº 07

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2015 PML

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS E ELETRODOMÉSTICOS PARA O CEIM BAIRRO DA VÁRZEA E CEIM BAIRRO PRÓ-MORAR.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedido da Secretaria Requisitante, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Anexo II do Edital em comento, conforme segue abaixo:

- No lote 05, item 05.1, leia-se: Aparelho de DVD player, com especificações mínimas: reprodução DVD, DVD-R, DVD-RW, DVD+R, DVD+RW, CD, CD-R, CDRW, Formatos – MP3, WMA, JPEG, DIVX, saída de áudio e vídeo, saída de vídeo componente; Progressive Scan, controle remoto; 220v; garantia do fabricante mínima de 01 (um) ano. Embalagem com especificações do produto e marca do fabricante;

- No lote 05, item 05.5, alterar o valor máximo unitário para R\$ 271,00 – valor máximo total para R\$ 542,00;

- No lote 05, item 05.6, leia-se: Secadora de roupas 10 KG; abertura frontal, ciclo normal e delicado, cor branca, painel manual, trava de segurança, voltagem 220v, peso aproximado 40,50KG, garantia do fornecedor de 01 (um) ano;

- No lote 09, item 09.2, leia-se: Impressora com Xerox multifuncional jato de tinta (semelhante a HP Officejet 8600). Especificações: mantêm-se as especificações descritas anteriormente.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 10 de agosto de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

RERRATIFICAÇÃO PP 100-2015 PML

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/2015 PML

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, DELEGAÇÕES DE ATLETAS, PROFESSORES, E OUTROS, À LOCALIDADES QUE SE FIZEREM NECESSÁRIAS, EM NÍVEL ESTADUAL/INTERMUNICIPAL.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedido da Secretaria Requisitante, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Anexo II do Edital em comento, conforme segue abaixo:

- No preâmbulo do edital, leia-se: licitação na modalidade PREGÃO com Sistema de Registro de Preço (SRP), Pelo Menor Preço Por Quilômetro Rodado;

- No item 4.3 Do Contrato, leia-se: ficam adstritos aos respectivos créditos orçamentários ano base 2015. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2015, ou até atingir 100.000 km rodados no total;

- Incluir Item 21.10, Possuir no mínimo 01 (um) ônibus leito à disposição diariamente, por determinados períodos do ano, por

ocasião de eventos esportivos;
As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 10 de agosto de 2015.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário de Administração

RERRATIFICAÇÃO PP 99-2015 PML

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 99/2015 PML
OBJETO: AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS DE 50 LITROS PARA DIVERSAS
AVENIDAS, RUAS E PRAÇAS DO MUNICÍPIO DE LAGES.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedido da Secretaria Requisitante, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Anexo II do Edital em comento, conforme segue abaixo:

- No item 02, na quantidade, onde se lê 50 conjuntos, leia-se 30 conjuntos.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 10 de agosto de 2015.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário de Administração

Laguna

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.442/15

DECRETO Nº 4.442 DE 10 DE AGOSTO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO IRMÃ VERA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.781 de 22/12/2014.

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente da Fundação Irmã Vera, no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), na seguinte classificação:

Órgão: 17 – Fundação Irmã Vera

Unidade: 01 – Fundação Irmã Vera

Projeto/Atividade: 2.500 – Manutenção da Gestão Administrativa Superior da Fundação Irmã Vera

Elemento de Despesa - 2 - 3.1.90.11.00.00.00.00.01 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
R\$ 60.000,00

Elemento de Despesa - 3 - 3.1.90.13.00.00.00.00.01 – Obrigações Patronais
R\$ 15.000,00

Elemento de Despesa - 11- 3.3.90.48.00.00.00.00.01 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas
R\$ 35.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados em igual valor, recursos da seguinte dotação:

Órgão: 17 – Fundação Irmã Vera

Unidade: 01 – Fundação Irmã Vera

Projeto/Atividade: 2.500 – Manutenção da Gestão Administrativa Superior da Fundação Irmã Vera

Elemento de Despesa - 1 - 3.1.90.04.00.00.00.00.01 – Contratação por Tempo Determinado
R\$ 110.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.443/15

DECRETO Nº 4.443 DE 10 DE AGOSTO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.781 de 22/12/2014.

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente da Fundação Lagunense de Cultura, no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), na seguinte classificação:

Órgão: 15 – Fundação Lagunense de Cultura

Unidade: 01 – Fundação Lagunense de Cultura

Projeto/Atividade: 2.307 – Gestão Administrativa Superior da Fundação Lagunense de Cultura

Elemento de Despesa - 6 - 3.3.50.43.00.00.00.00.0080 – Subvenções Sociais
R\$ 13.500,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados em igual valor, recursos da seguinte dotação:

Órgão: 15 – Fundação Lagunense de Cultura

Unidade: 01 – Fundação Lagunense de Cultura

Projeto/Atividade: 2.307 – Gestão Administrativa Superior da Fundação Lagunense de Cultura

Elemento de Despesa - 2 - 3.1.90.11.00.00.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
R\$ 13.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 005/ CMS 2015

MUNICÍPIO DE LAGUNA – SC
CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 005/ CMS 2015

APROVADO

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Laguna/SC, com base em suas competências regimentais e no uso de suas atribuições, atendendo o disposto na Lei nº 1.802 de 01 de janeiro de 2015, RESOLVE.

Art. 1º. – Aprovar a proposta de Criação de duas Comissões apresentada pelo pleno do Conselho Municipal de Saúde de Laguna, que por unanimidade indicou para participar da Comissão de membros eleitos entre os Conselheiros, para realizarem levantamento e Relatórios das Construções, Reformas das Unidades de Saúde do Município de Laguna, afim de averiguar prováveis irregularidades existentes. E outra para averiguar o funcionamento no geral das Unidades de Saúde e outros estabelecimentos. A primeira comissão fica assim constituída Maria Regina Marçal Fores e Selma Serafim representante – Usuários, Regina Ramos dos Santos representante dos Prestadores de Serviço - Coordenadora, e Maria Heloisa Fernandes representante dos Gestores Municipais.

Art. 2º. - A segunda comissão será composta pelos seguintes Conselheiros (a): Carlos Alberto Batista representante dos Prestadores de Serviço - Coordenador, Paulo Cesar Barcelos e a senhora Maria Aparecida representante dos Usuários e o Senhor Vadezir Rampineli - Engenheiro Civil da Prefeitura Municipal de Laguna indicado da Gestão Municipal Secretaria Municipal de Saúde e a senhora Clarice de Souza Duarte representante da 19ª Gerência de Saúde de Laguna/SC. Estas duas comissões são de caráter temporário.

Art. 3º. As comissões terão prazo de trinta a sessenta dias para apresentar o relatório a plenária do Conselho Municipal.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor e passa a produzir seus efeitos a partir de sua publicação.

Maria Regina Marçal Flores
1ª Secretária do CMS/Laguna

Homologo em, 20 de julho de 2015
Sebastião Ferreira Nunes
Presidente do CMS/Laguna

Lauro Muller

PREFEITURA

EDITAL DE PREGAO N°28/2015 HMHL

EDITAL DE PREGAO N°28/2015 HMHL

PROCESSO N°28

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 20 de agosto de 2015 às 11:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão para contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada de material para produção de radiografias para atender as necessidade do Hospital Municipal Henrique Lage, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 10 de agosto de 2015.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

EDITAL DE PREGAO N°76/25/27/2015 PMLM/FMS/HMHL

EDITAL DE PREGAO N°76/25/27/2015 PMLM/FMS/HMHL

PROCESSO N°76/25/27/2015

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 20 de agosto de 2015 às 09:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão para contratação de empresas do ramo pertinente, para locação com montagens e desmontagens de sistemas de sonorização para eventos promovidos pelas Secretarias do Município de Lauro Muller/SC com cerimonial e serviços de carro de som, durante o ano de 2015, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 10 de agosto de 2015.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

EDITAL DE PREGAO N°77/2015 PMLM

EDITAL DE PREGAO N°77/2015 PMLM

PROCESSO N°77

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 20 de agosto de 2015 às 10:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão para contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada, de material de copa e cozinha para atender a Secretaria de Administração de Lauro Muller, durante o exercício de 2015, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 10 de agosto de 2015.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

Lebon Régis

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 1.524/2015

Lei Municipal nº 1.524/2015, de 07 de agosto de 2015.

“DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO ASSENTAMENTO CONQUISTA DOS PALMARES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LUDOVINO LABAS, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, no âmbito administrativo deste município de Lebon Régis, estado de Santa Catarina, a ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO ASSENTAMENTO CONQUISTA DOS PALMARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, pessoa jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 21.649.976/0001-60 e com código de atividade econômica nº 94.30-8-00, com sede na localidade de Conquista dos Palmares, s/n, Interior, neste município de Lebon Régis.

Art. 2º Revogam – se contrárias disposições.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lebon Régis, 07 de agosto de 2015.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski

Secretária de Administração e Finanças

Leoberto Leal

PREFEITURA

LEI N.º 1.170/2015

LEI Nº 1.170, DE 11 DE AGOSTO DE 2015

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE”

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber à todos os habitantes deste município que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a suplementar dotação do Orçamento Fiscal, no valor de R\$ 15.000,00, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	15.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	15.000,00
Função	12	Educação	15.000,00
Sub-função	361	Ensino Fundamental	15.000,00
Programa	04	Educação é Tudo	15.000,00
Atividade	2.008	Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental	15.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	15.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	15.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	15.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0036.0	Salário Educação	15.000,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR	15.000,00		

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	15.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	15.000,00
Função	12	Educação	15.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	15.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	15.000,00

Projeto/ Atividade	1.045	Construção de um Núcleo Escolar em Rio das Pedras	15.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	15.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	15.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	15.000,00
Fonte de Recurso	0.1.00036.0	Salário Educação	15.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO	15.000,00		

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 11 de agosto de 2015.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

LEI N.º 1.171/2015

LEI Nº 1.171, DE 11 DE AGOSTO DE 2015.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL”

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo autorizada a abrir crédito adicional especial no orçamento da Seguridade Social, até o valor de R\$ 18.216,00, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	18.216,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	18.216,00
Função	08	Assistência Social	18.216,00
Sub-função	244	Assistência Comunitária	18.216,00
Programa	07	Vivendo com Amor	18.216,00
Atividade	2022	Apoio à Famílias Carentes	18.216,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	18.216,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	18.216,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	18.216,00
Fonte de Recursos	0.1.0034.000331	Transferências de Convênios – União Outros/ Convênio Trabalho Social – Programa Minha Casa Minha vida – Recursos FAR	18.216,00
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL	18.216,00		

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação na seguinte fonte:

Fonte/Detalhamento	Fonte/Detalhamento	Valor
Transferências de Convênios – União Outros/ Convênio Trabalho Social – Programa Minha Casa Minha vida – Recursos FAR	0.1.0034.000331	18.216,00
TOTAL DO PROVÁVEL EXCESSO	18.216,00	

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 11 de agosto de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

LEI N.º 1.172/2015

LEI Nº 1.172, DE 11 DE AGOSTO DE 2015.

“DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA AS ASSOCIAÇÕES QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

A PREFEITA DO MUNICIPIO DE LEOBERTO LEAL, no uso das suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública:

I- A Associação dos Grupos das Mulheres de Leoberto Leal - Associação União Boa Amizade, fundada em 07 de Agosto de 2007, de fins não econômicos, de personalidade jurídica de direito privado, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, duração indeterminada, inscrita no CNPJ sob o nº 09.144.294/0001-08, registrada no Cartório de Registro Civil de Ituporanga/SC sob o nº 1522, folha 234 do Livro A-12 e com sede na Avenida Adolfo Scheidt S/Nº, Centro, Leoberto Leal, SC (Cópia do Estatuto em Anexo); e

II- A Associação do Idoso Nova Esperança - Associação do Idoso de Leoberto Leal), inscrita no CNPJ sob o nº 18.549.157/0001-45, pessoa jurídica de direito privado, de caráter beneficente, educativo e de promoção social, sem fins lucrativos, duração indeterminada, registrado no Cartório de Registro Civil de Ituporanga/SC sob o nº 1776, folha 254 do Livro A-14 e com sede na Rua Aquino de Campos 13, Centro, Leoberto Leal/SC. (Cópia do Estatuto em Anexo).

Art. 2º Para as Associações a que se refere o Artigo Primeiro desta Lei devem ser concedidos os benefícios legais vigentes.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 11 de Agosto de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

LEI N.º 1.173/2015

LEI COMPLEMENTAR N.º 1.173, DE 11 DE AGOSTO DE 2015.

“DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 2º DA LEI Nº 813 DE 29 DE JUNHO DE 2011”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Art. 2º da Lei nº 813, de 29 de junho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Fica obrigado o Poder Executivo Municipal, através de seu órgão competente, dentro do prazo de 06 (seis) anos:

I – a providenciar o adequado levantamento topográfico destinado a descrição e delimitação dos bairros;

II – a instalar placas de denominação e sinalização dos bairros.

Parágrafo único As placas referidas no inciso II deste artigo deverão ser padronizadas e mantidas permanentemente em bom estado de conservação.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem partir de 29/06/2011.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial aquelas constantes nas Leis nº 910, de 26 de junho de 2012 e nº 1.165, de 23 de julho de 2015.

Leoberto Leal, 11 de agosto de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Luzerna

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA - PL 070/2015 - DL 011/2015 - PML

MUNICIPIO DE LUZERNA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório 070/15

Dispensa nº 011/15

O Poder Público Municipal torna pública a Dispensa de Licitação referente à Contratação, da empresa COMERCIO DE DIVISORIAS FERCAL LTDA ME, inscrito no CNPJ nº 15.459.686/0001-50, com sede na Av. Caetano Natal Branco, n. 3156, Caetano Branco, Joaçaba/SC, a execução dos serviços e o fornecimento dos equipamentos e materiais necessários para a reforma do Destacamento do Posto da Polícia Militar de Luzerna /SC.

Valor homologado: R\$ 13.535,11 (treze mil quinhentos e trinta e cinco reais e onze centavos).

Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, e suas alterações introduzidas pela lei 8.886/94 em especial o disposto no art. 24, inciso I.

Luzerna (SC), 11 de agosto de 2015.

Moises Diersmann

Prefeito de Luzerna

DECRETO 2083 - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

DECRETO Nº 2083 de 03 de agosto de 2015.

“CONVOCA A IV CONFERÊNCIA INTERMUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Luzerna, em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de propor diretrizes para a implementação da Política de Direitos da Mulher,

DECRETA:

Art.1º- Fica convocada a IV CONFERÊNCIA INTERMUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER, a ser realizada em Luzerna, Santa Catarina, no dia 26 de agosto de 2015, no CENTRO DE EVENTOS SÃO JOÃO BATISTA, sob a coordenação da Assistência Social dos Municípios de Luzerna, Joaçaba, Herval d' Oeste e Erval Velho.

Art. 2º- As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social de cada município.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna, 03 de agosto de 2015.

Moises Diersmann

Prefeito de Luzerna

Nelva Dalla Lana Soccol

Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Mulher

Mafra

PREFEITURA

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 33.645.482/0001-96

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINITRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM

Nota Fiscal nº 00003808. R\$ 15.000,00.

Nota Fiscal nº 00003603. R\$ 15.000,00.

Valor Total: R\$ 30.000,00.

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é uma das responsáveis pela prestação de serviços de Gestão de ISSQN.

Mafra (SC), 10 de agosto de 2015.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração Interino

Maracajá

PREFEITURA

PORTARIA 214/2015

PORTARIA N° 214 DE 05 DE AGOSTO DE 2015.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei n. 418 de 10 de junho de 1997 no seu art. 4º;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros efetivos e suplentes do Conselho Municipal de Saúde, como segue:

I - Representantes do Governo:

1.1 Secretário Municipal de Saúde e/ ou equivalente:

- Vilmar Leandro;
- Rosilane Dassoler da Silva (Suplente);

1.2 Membros da Secretaria de Educação e/ou equivalente:

- Janaina Ramos;
- Denner Lucas Casagrande (Suplente);

1.3 Membros da Secretaria de Assistente Social e/ou equivalente:

- Karine dos Santos Marques DalToé;
- Ivonete de Oliveira Capela (Suplente);

1.4 Membros da Secretaria de Administração e Finanças:

- Renan Machado Fregulha;
- Diomar de Sousa Machado Junior (Suplente);

II - Representantes dos Prestadores de Serviços

2.1 Membros dos Profissionais da Área Médica vinculadas ao SUS:

- Jaqueline Darós Machado;
- Erica Oriques de Pra (Suplente);

III - Representantes dos Profissionais da Saúde.

3.1 Funcionários da Unidade de Saúde:

- Camila de Freitas Rocha;
- Silvia Aparecida Pereira Fontana (Suplente);

IV - Representantes dos Usuários:

4.1 Membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

- José Cichella;
- Andre Dos Santos (Suplente);

4.2 Membros da Igreja Católica:

- Edimar Manoel Silva Jerônimo;
- Elite Martinello (Suplente);

4.3 Membros da APAE Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Maracajá:

- Fátima Regina Borges Leandro;
- Cristiane Masiero da Rocha (Suplente);

4.4 Membros do Grupo da Terceira Idade de Maracajá:

- Eliete de Freitas Viera;
- Vera Lucia Silveira Candido (Suplente);

4.5 Membros do Clube de Mães Cantinho da Amizade:

- Aurora Scarduelli;
- Olenir Henrique (Suplente);

4.6 Membros da Associação Comunitária do Bairro Mangue Seco:

- Márcia Delfino Leandro;
- Adenir Leandro Cichella (Suplente);

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 47 de 15 de abril de 2009.

Município de Maracajá, Gabinete do Prefeito, 05 de Agosto de 2015.

Wagner da Rosa

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal em 05 de Agosto de 2015.

Valmir Carradore

Secretário de Administração

Massaranduba

PREFEITURA

DECRETO Nº. 3132 DE 06 DE AGOSTO DE 2015

DECRETO Nº. 3132 DE 06 DE AGOSTO DE 2015

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 224,00 (Duzentos e vinte e quatro reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0083.2043 – Manutenção do Transporte Escolar Fundamental

0501 – 33900000 – Aplicações Diretas

0501 – 33705 – Transf. ref PNATE Ensino Fundamental R\$ 224,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 06 DE AGOSTO DE 2015

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

ATA Nº 23.2015 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2015

Processo Licitatório Nº 40/2015

Pregão Presencial Nº 32/2015

VALIDADE: 12 (doze) meses

Ao quarto dia do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº 40/2015 - Pregão Presencial nº 32/2015 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA PARA LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DAS ESCOLAS, PRÉ-ESCOLARES, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CENTRO ESPORTIVO, PREFEITURA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTENCIAL SOCIAL, para atender a demanda citada pelo período de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo X do edital do referido Pregão Presencial que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes as empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
MERCADO MOA LTDA EPP	84.093.574/0001-41
MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	03.916.528/0001-01
DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA	01.306.465/0001-38
J.P. DE LIMA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP	05.785.417/0001-20
MAXIMA PAPELARIA EIRELI	85.260.164/0001-00
COMERCIAL MULTVILLE LTDA - ME	06.220.022/0001-43
3A COMERCIO DE MOVEIS E REFRIGERACAO LTDA ME	13.128.438/0001-00
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA	12.667.876/0001-75

NEW WAY COM DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA	14.320.137/0001-38
BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	14.534.916/0001-36
COMERCIAL UTIMIX LTDA	15.764.140/0001-03
SUPERMERCADO FRONTAL LTDA	81.815.219/0001-40
DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP	00.750.862/0001-31
AMANDA COM. DE PAPEIS E EMBALAGENS LTA	04.835.184/0001-60
VENCOLI BRASIL DISTR. LTDA ME	11.414.789/0001-43
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP	05.919.156/0001-94
DANDARA FREIBERGER	16.976.123/0001-00
BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS LTDA ME	14.722.310/0001-24
ASTROGILDO OJEDA	12.971.249/0001-23
FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP HORNURG	22.621.552/0001-50
COMERCIALIZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME	10.712.308/0001-13
DEIVID REINERT ME	19.025.406/0001-57
MAYCON WILL ME	18.712.730/0001-80

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA PARA LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DAS ESCOLAS, PRÉ-ESCOLARES, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CENTRO ESPORTIVO, PREFEITURA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTENCIAL SOCIAL, em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no edital e seus anexos.

ITEM	EMPRESA	PRODUTO	UNID.	MARCA	QTDE	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
38	DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA	PAPEL HIGIENICO NA COR BRANCA, MACIO. - FARDOS C/ 64 ROLOS DE 30 MT. FOLHA SIMPLES PICOTADA.	FARDOS	ALPHES	1.039	R\$ 17,30	R\$ 17.974,70
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 17.974,70							
10	J.P. DE LIMA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP.	DESINFETANTE, FRAGRANCIA EUCALIPTO, GALAO DE 5,0 LTS, DE BOA QUALIDADE. COMPOSICAO: CLORETO DE ALQUIL DIMETIL BENZIL AMONIO, ESSENCIA DE EUCALIPTO, CORANTE DE EUCALIPTO 0,4%.	GALAO	BUENO	426	R\$ 5,56	R\$ 2.368,56
14	J.P. DE LIMA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP	ESCOVA DE MAO, COM CABO PLASTICO.	UNID	L. MANIA	66	R\$ 1,54	R\$ 101,64
22	J.P. DE LIMA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP	LIMPEZA PESADA 500 ML, CAIXA COM 24: DODECIL BENZENO SULFONATO DE SODIO, TENSOATIVOS NAO IONICOS, COADJUVANTES, SOLUBILIZANTE, SEQUESTRANTE, ETER GLICOLICO, ALCOOL, CORANTE, AGUA, PERFUME E CONSERVANTE.	CX	POLWAX	432	R\$ 46,08	R\$ 19.906,56
48	J.P. DE LIMA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP	SABONETE CREMOSO EM BARRA 90G, DIVERSAS FRAGRÂNCIAS.	UNID	IARA	267	R\$ 0,68	R\$ 181,56
51	J.P. DE LIMA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP	SACO P/ LIXO 150 LITROS FARDOS C/ 100, ALTA DENSIDADE, MICRA 0,07, PRETO.	FARDOS	IDEAL	100	R\$ 38,00	R\$ 3.800,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 26.358,32							
3	MAXIMA PAPELARIA EIRELI	AMACIANTE DE ROUPAS AZUL, GALAO COM 2,0 LTS. ATIVO, COADJUVANTES, EMULSAO DE SILICONE, DILUENTE, CONSERVANTE (5-CLORO-2METIL ISOTIAZOLIN-3-ONA E 2-METIL-4 ISOTIAZOLIN-3-ONA), PERFUME, PIGMENTO E AGUA. COMPONENTE ATIVO: CLORETO DE DIALQUIL DIMETIL AMONIO	GALAO	UNIVERSAL	553	R\$ 2,75	R\$ 1.520,75
18	MAXIMA PAPELARIA EIRELI	ESPONJA DE LA DE ACO. PACOTE COM 60 GRAMAS	PACOTE	INOVE	303	R\$ 1,00	R\$ 303,00

25	MAXIMA PAPELARIA EIRELI	LUSTRA MOVEIS 200ML, EMULSAO AQUOSA CREMOSA, PERFUMADO, PARA SUPERFICIE EM GERAL (EXCETO PISO) COMPOSTO DE CERA, SILICONE, SOLVENTE EMULSIFICANTE, CONSERVANTE, SEQUESTRANTE, PERFUME E AGUA, EMBALADO EM FRASCO PLASTICO 200 ML	UNID	WORKER	179	R\$ 1,44	R\$ 257,76
31	MAXIMA PAPELARIA EIRELI	NAFTALINA (NAFTELENO), APRESENTADO EM BOLA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA CONTENDO NO MÍNIMO 20G DO PRODUTO, ROTULO COM FORMULA, DATA DE FABR/VAL, Nº LOTE E PROCE-DÊNCIAS.	PACOTE	SANY	74	R\$ 0,76	R\$ 56,24
33	MAXIMA PAPELARIA EIRELI	OLEO MINERAL PARA ASSOALHO - GL. 5 LTS	UNID	SOLARQUIM	17	R\$ 59,90	R\$ 1.018,30
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 3.156,05							
7	COMERCIAL MULTVILLE LTDA - ME	CERA LIQUIDA AUTOBRILHO INCOLOR 750 ML, CX. C/ 12:DISPERSOES ACRILICAS, EMULSAO DE POLIETILENO, SOLVENTE, RESINA FUMARICA, PLASTIFICANTE, COADJUVANTE, CONSERVANTE, ATENUADOR DE ESPUMA, ESSENCIA E AGUA	CX	GIRANDO SOL	79	R\$ 61,63	R\$ 4.868,77
43	COMERCIAL MULTVILLE LTDA - ME	RODO DE ESPUMA, COM 30 CM, COM CABO DE MADEIRA REVESTIDO COM MATERIAL PLASTICO.	UNID	CANADÁ	370	R\$ 4,06	R\$ 1.502,20
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 6.370,97							
40	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA	PILHA; TIPO ALCALINA; NA VOLTAGEM DE 1,5V, NO TAMANHO MEDIA (C), EMBALADO EM CARTELA COM 2 UNIDADES.	PACOTE	ELGIN	54	R\$ 7,65	R\$ 413,10
41	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA	PILHA; TIPO ALCALINA; NA VOLTAGEM DE 1,5V, NO TAMANHO PALITO (AAA); EMBALADO EM CARTELA COM 2 UNIDADES.	PACOTE	ELGIN	74	R\$ 2,25	R\$ 166,50
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 579,60							
35	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PALHA DE ACO NR 2.	UNID	INOVE	264	R\$ 0,53	R\$ 139,92
44	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	RODO PLASTICO COM BORRACHA 30 CM, BORRACHA DUPLA, COM CABO DE MADEIRA REVESTIDO COM MATERIAL PLASTICO.	UNID	MARINGA	114	R\$ 3,07	R\$ 349,98
45	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	RODO PLASTICO COM BORRACHA, 60 CM, BORRACHA DUPLA, COM CABO DE MADEIRA REVESTIDO COM MATERIAL PLASTICO.	UNID	MARINGA	145	R\$ 6,20	R\$ 899,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 1.388,90							
46	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP	SABAO EM BARRA GLICERINADO, 1 LINHA, PACOTE COM 5UNIDADES, PESO LIQUIDO 1 KG	KG	ZAVASKI	200	R\$ 3,89	R\$ 778,00
52	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP	SACO PARA LIXO 20 LITROS, FARDO COM 100, ALTA DENSIDADE, MICRA 0,07, PRETO	FARDOS	IDEAL PLÁSTICOS	350	R\$ 5,49	R\$ 1.921,50
53	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP	SACO PARA LIXO 40 LITROS, FARDO COM 100, ALTA DENSIDADE, MICRA 0,07, PRETO	FARDOS	IDEAL PLÁSTICOS	300	R\$ 7,25	R\$ 2.175,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 4.874,50							
4	AMANDA COM. DE PAPEIS E EMBALAGENS LTA	BALDE PLASTICO 15 LTS, COM ALCA DE METAL REFORCADO	UNID	ARQPLAST	86	R\$ 3,79	R\$ 325,94

15	AMANDA COM. DE PA- PEIS E EMBALAGENS LTA	ESCOVA PARA LIMPEZA DE VASO SANITARIO, DESENVOLVIDA EM POLIPROPILENO, CABO LONGO, CERDAS CURTAS E GROSSAS, SEM SUPORTE	UNID	DALCIN	84	R\$ 2,01	R\$ 168,84
16	AMANDA COM. DE PA- PEIS E EMBALAGENS LTA	ESCOVAO PARA CHAO COM CABO DE MADEIRA REVESTIDO COM MATERIAL PLASTICO	UNID	KLERING	92	R\$ 4,15	R\$ 381,80
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 876,58							
47	VENCOLI BRASIL DISTR. LTDA ME	SABAO EM PO: TENSOATIVO, ALCALINIZANTE, COADJUVAN- TE, ANTIRREDEPOSITANTE, BRANQUEADOR OPTICO, CO- RANTEENZIMA, BRANQUEADOR, TAMPONANTE, PERFUME, AGUA, ALVEJANTE E CARGA, ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SO- DIO. EMBALAGEM DE 1KG.	KG	TOP LIMP	1.370	R\$ 3,08	R\$ 4.219,60
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 4.219,60							
19	AP OESTE DISTRIBUI- DORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP	ESPONJA DE LOUCA PARA LIMPEZA, TIPO DUPLA FACE. MEDIDA MINIMA DE 109 MM X 73 MM E 20 MM, COM FORMATO RETANGULAR, POLIURETANO E FIBRA SINTETICA, NA COR VERDE/AMARELO	UNID	BETAMIN	1.500	R\$ 0,43	R\$ 645,00
58	AP OESTE DISTRIBUI- DORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP	TOALHA DE PAPEL, FOLHAS MEDINDO 20X21CM. FOLHA INTERCALADA, DUAS DOBRAS, 100% FIBRAS CELULÓSICAS, COM ALTO PODER DE ABSOR- ÇÃO, MACIO, COR CREME. PACOTE COM NO MÍNIMO 1.000 FOLHAS	PACOTE	IDEAL	4.904	R\$ 3,55	R\$ 17.409,20
59	AP OESTE DISTRIBUI- DORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP	TOUCA DESCARTÁVEL PRODU- ZIDO 100% EM POLIPROPILE- NO, COM ELÁSTICO EM SUA EXTREMIDADE PARA FIXAÇÃO NA CABEÇA. GRAMATURA APRO- XIMADA DE 20G/M. PACOTE COM 100 UNIDADES.	PACOTE	DESCARPACK	100	R\$ 5,68	R\$ 568,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 18.622,20							
2	BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS LTDA ME	ALCOOL 1 LITRO, CAIXA COM 12 UNIDADES, COMPOSICAO- ALCOOL ETILICO HIDRATADO 92,8 INPM	CX	FLOOP	347	R\$ 40,00	R\$ 13.880,00
23	BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS LTDA ME	LIXEIRA PLÁSTICA COM TAMPA COM NO MÍNIMO 96 LITROS.	UNID	ARQPLAST	82	R\$ 34,90	R\$ 2.861,80
24	BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS LTDA ME	LIXEIRA PLÁSTICA COM TAMPA COM NO MÍNIMO 10 LITROS.	UNID	ARQPLAST	140	R\$ 3,49	R\$ 488,60
26	BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS LTDA ME	LUVA DOMESTICA DE LÁTEX NATURAL COM INTERIOR DE ALGODÃO, TAM P.	PAR	VOLK	200	R\$ 1,65	R\$ 330,00
27	BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS LTDA ME	LUVA DOMESTICA DE LATEX NATURAL, COM INTERIOR DE ALGODAO, TAMANHO M	PAR	VOLK	531	R\$ 1,65	R\$ 876,15
28	BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS LTDA ME	LUVA DOMESTICA DE LATEX NATURAL COM INTERIOR DE ALGODAO, TAMANHO G	PAR	VOLK	356	R\$ 1,65	R\$ 587,40
29	BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS LTDA ME	LUVAS DESCARTAVEIS, MA- TERIAL PLASTICO. PACOTE COM100.	PACOTE	VOLK	553	R\$ 1,10	R\$ 608,30
30	BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS LTDA ME	MULTI-USO 3 EM 1 LIMPADOR INSTANTANEO, DESINFETANTE BACTERICIDA, PERFUME DE PINHO SILVESTRE, CAIXA COM 24 FRASCOS DE 500 ML	CX	VEJA	386	R\$ 70,00	R\$ 27.020,00

57	BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS LTDA ME	TOALHA DE CAMURÇA SINTÉTICA FEITA DE PVC, COM ALTO TEOR DE ABSORÇÃO. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE.	UNID	MANTINPANOS	10	R\$ 12,50	R\$ 125,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 46.777,25							
5	ASTROGILDO OJEDA	BOBINA DE PLASTICO PICOTADA 28 X 42, COM 100	UNID	MEGA MIL	476	R\$ 2,70	R\$ 1.285,20
09	ASTROGILDO OJEDA	COPOS DESCARTAVEIS 2500X180 ML, PADRAO ABNT, CAIXA COM 2500 UNIDADES. MATERIAL PP NA COR TRANSPARENTE OU BRANCO.	CX	ZANATA	627	R\$ 51,50	R\$ 32.290,50
11	ASTROGILDO OJEDA	DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFICIES FIXAS A BASE DE HIPOCLORITO A 1%. GALÃO DE 5 LITROS.	GALAO	HODPCLEAN	20	R\$ 9,40	R\$ 188,00
17	ASTROGILDO OJEDA	ESCOVAS COM CERDAS DE NYLON PARA HIGIENE DE UNHAS	UNID	VERPLAST	24	R\$ 0,90	R\$ 21,60
21	ASTROGILDO OJEDA	LIMPA VIDROS, ACAA INSTANTANEA, COM SQUEEZE, FRASCOS DE 500 ML	UNID	DA ILHA	387	R\$ 1,79	R\$ 692,73
32	ASTROGILDO OJEDA	OLEO DE EUCALIPTO (ESSENCIA 140 ML. COMPONENTE ATIVO ALCOOL ETILICO. DIVERSAS ESSENCIAS.	UNID	MOGILÂNDI	334	R\$ 6,90	R\$ 2.304,60
34	ASTROGILDO OJEDA	PA PARA LIXO, PLASTICO	UNID	VERPLAST	20	R\$ 1,20	R\$ 24,00
39	ASTROGILDO OJEDA	PEDRA SANITARIA COM SUPORTE PLASTICO, 25 GRAMAS	UNID	SANNY	1.244	R\$ 0,64	R\$ 796,16
50	ASTROGILDO OJEDA	SACO P/ LIXO 100 LITROS FARDOS C/ 100, ALTA DENSIDADE, MICRA 0,07, PRETO	FARDOS	COLELLO	350	R\$ 25,90	R\$ 9.065,00
60	ASTROGILDO OJEDA	VASSOURA NYLON PIAÇAÇA. COM CABO DE MADEIRA REVESTIDO EM PLÁSTICO	UNID	VERPLAST	166	R\$ 3,90	R\$ 647,40
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 47.315,19							
6	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP	BORRIFADOR EM PLÁSTICO PARA USO GERAL COM CAPACIDADE PARA ATÉ 250 ML DE ÁGUA.	UNID	PLASDURAN	44	R\$ 2,60	R\$ 114,40
13	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP	DETERGENTE 500 ML, CAIXA COM 24: TENSOATIVOS ANIONICOS, GLICERINA, COADJUVANTE, PRESERVANTES, SEQUESTRANTE, ESPESSANTES, OPACIFICANTE, FRAGRANCIA E VEICULO. COMPONENTE ATIVO LINEAR ALQUIBENZENO SULFANATO DE SODIO. CONTEM TENSOATIVO BIODEGRADAVEL	CX	LIMPOL	253	R\$ 24,90	R\$ 6.299,70
42	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP	PILHA; TIPO ALCALINA; NA VOLTAGEM DE 1,5V, NO TAMANHO PEQUENA (AA); EMBALADO EM CARTELA COM 2 UNIDADES.	PACOTE	EVEREADY	74	R\$ 1,85	R\$ 136,90
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 6.551,00							
1	COMERCIALIZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME	AGUA SANITARIA, GALAO COM 5,0 LITROS (HIPOCLORITODE 2 A 3%), CONTEM CLORO ATIVO 2,0 A 2,5%. COMPOSICAO HIPOCLORITO DE SODIO E AGUA DESMINERALIZADA.MARCA PRÉ-QUALIFICADA: DA ILHA, QBOA.	GALAO	VERDESAN	1.156	R\$ 4,25	R\$ 4.913,00
37	COMERCIALIZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME	PANO DE PRATO LISO OU ESTAMPADO, COR BRANCA OU DECORADO, 100% ALGODAO, MEDIDAS MINIMAS 50X70 CM, COM BAINHA.	UNID	MARTINS	1.008	R\$ 1,59	R\$ 1.602,72

49	COMERCIALIZZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME	SABONETE LIQUIDO. COMPO- SICAO ACIDO DODECIBENZENO SULFONICO, CORANTE, ESSEN- CIA AGUA, DIETANOLAMINA DE ACIDOS GRAXOS DE COCO, FRAGRANCIA ERVA-DOCE. EMBA- LAGEM DE 5 LITROS.	GALAO	VERDESAN	399	R\$ 8,90	R\$ 3.551,10
54	COMERCIALIZZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME	SACO P/ LIXO 60 LITROS FARDO C/ 100, ALTA DENSIDADE, MICRA 0,07, PRETO.	FARDOS	NEWPLAST	300	R\$ 16,57	R\$ 4.971,00
56	COMERCIALIZZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME	SAPONACEO EM PO, FRASCO DE 300 G. COMPOSICAO TENSOATI- VO ANIONICO ALCALINIZANTE, AGENTE ABRASIVO, AGENTE DE BRANQUEAMENTO E ESSENCIAS	UNID	SANY	152	R\$ 1,27	R\$ 193,04
61	COMERCIALIZZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME	VASSOURA; TIPO CAIPIRA; PRO- PRIEDADES MINIMAS:CEPAEM PALHA; COM CERDAS DE PALHA COM NO MÍNIMO 30 CMDE LARGURA;3 FIOS E AMARRACAO COM ARAME; CABO DE MADEIRA MEDINDO 120CM	UNID	ASSIS	414	R\$ 10,05	R\$ 4.160,70
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 19.391,56							
63	DEIVID REINERT ME	PAPEL HIGIÊNICO ROLÃO 300 METROS - PACOTE COM 8 UNIDADES. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: PAPEL HIGIÊNICO - DE PRIMEIRA QUALIDADE; FOLHA SIMPLES, 100 POR CENTO FI- BRAS NATURAIS; ACABAMENTO PICOTADO; NA COR BRANCA, NEUTRO, MEDINDO 8 CENTÍME- TROS DE LARGURA.	PACOTE	EMBALASTIL	1.000	R\$ 14,90	R\$ 14.900,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 14.900,00							
8	MAYCON WILL ME	CLORO, GALAO DE 5 LTS. COMPOSICAO: HIPOCLORITO DESODIO DE 4 OU 5% DE IONS DE CLOR ATIVO. CLORETO DE SODIO E AGUA	GALAO	RARIDADE	793	R\$ 8,40	R\$ 6.661,20
20	MAYCON WILL ME	INSETICIDA AEROSOL MATA BARATA E FORMIGA 300 ML	UNID	ULTRA INSET	208	R\$ 4,65	R\$ 967,20
36	MAYCON WILL ME	PANO DE CHAO DUPLO ESCURO COM MEDIDAS MINIMAS DE 48 CM X 68 CM.	UNID	MARTIMPANO	1.485	R\$ 2,04	R\$ 3.029,40
55	MAYCON WILL ME	SAPONACEO CREMOSO LIMAO, FRASCO DE 300 ML	UNID	SAUBA	253	R\$ 1,85	R\$ 468,05
62	MAYCON WILL ME	SUPORTE PARA ROLO DE PAPEL HIGIÊNICO DE 300 A 400METROS EM PLÁSTICO ABS COM FECHADURA E CHAVE EM PLÁSTICO ABS, CONTENDO UM KIT PARA FIXAÇÃO NA PAREDE CONTENDO BUCHAS E PARAFU- SOS. COR BRANCO COM FUNDO BRANCO. MEDIDAS: 27,5CM (ALTURA) X 27CM (LARGURA) X 12CM (PROFUNDIDADE).	UNID	PLUS	200	R\$ 14,90	R\$ 2.980,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 14.105,85							
TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 233.462,27							

1.2. Consumo médio: o valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 233.462,27 (DUZENTOS E TRINTA E TRÊS MIL E QUATROCENTOS E SESENTA E DOIS REAIS E VINTE E SETE CENTAVOS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula

I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços será usada pela Secretaria de Administração, que será o Órgão Gerenciador da mesma.

3.2. O valor ofertado pelas empresas signatárias desta Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula I, de acordo com a respectiva classificação no Processo Licitatório nº 40/2015 - Pregão Presencial nº 32/2015.

3.3. Em cada fornecimento de materiais decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do edital do Processo Licitatório nº 40/2015 - Pregão Presencial nº 32/2015 e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: nota fiscal emitida na 1ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 10 (dez) do mês subsequente; nota fiscal emitida na 2ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 25 (vinte cinco) do mês subsequente. Para a efetivação do pagamento o objeto/prestação de serviço deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestada pela Administração.

4.1.1. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

4.2. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidos as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

4.3. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

4.4 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1. Os materiais de limpeza deverão ser entregues pelo fornecedor adjudicado da seguinte forma:

5.1.1. Entregas parceladas, conforme a necessidade de suprimento do material, em datas e quantidades estabelecidas em requisições a serem fornecidas pela Prefeitura Municipal.

5.1.2. Todas as entregas deverão ser realizadas nas Escolas, Pré-Escolares, Centros de Educação Infantil, Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde, conforme horário e funcionamento dos mesmos, no prazo máximo de até 04 (quatro) dias úteis, após o recebimento da requisição de fornecimento.

5.1.3. Todas as entregas serão realizadas nas Entidades conforme horário e funcionamento dos mesmos.

5.2. As Notas Fiscais deverão ser emitidas, de acordo com as Ordens de Compra, para:

Prefeitura de Massaranduba CNPJ: 83.102.483/0001-62 Rua 11 de Novembro, 2765 – Bairro Centro CEP.: 89.108-000 Massaranduba – SC	Fundo de Saúde de Massaranduba CNPJ: 11.231.203/0001-05 Rua 11 de Novembro, 3025 Bairro Centro CEP.: 89.108-000 Massaranduba – SC	Fundo de Assistência Social CNPJ: 01.743.462/0001-61 Rua 11 de Novembro, 3025 Bairro Centro CEP.: 89.108-000 Massaranduba – SC
--	--	---

5.3. A não entrega até o prazo estipulado acarretará notificação e as penalidades previstas no item 15 do edital.

5.4. Os materiais de limpeza somente serão considerados devidamente aceitos após analisados e aprovados por servidor responsável pelo recebimento e conferência dos mesmos.

5.5. Caso o objeto recebido não atenda as especificações estipuladas no respectivo Processo Licitatório, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à empresa vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 01 (um) dia corrido, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

5.6. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, o órgão solicitante dará ciência a Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a devida instauração procedimental, de acordo com as normas contidas na Lei 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades previstas no edital.

5.7. A Empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal 2051/2010, ao critério da Administração.

6.2. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator.

6.2.1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória.

6.2.2. Cancelamento do registro na Ata.

6.2.3. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores.

6.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções.

6.5.1. Advertência.

6.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1º colocado de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos.

6.7 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.8. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidas às prerrogativas da Lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito.

8.2. Pela Administração Municipal, quando:

8.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

8.2.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

8.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços.

8.2.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços.

8.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

8.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

8.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pela Secretaria de Administração, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Compete ao Órgão Gerenciador.

10.2. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.3. Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

10.4. O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. Compete ao Fornecedor:

11.1.1. Efetuar a entrega no prazo previsto na Cláusula V, independentemente da quantidade solicitada e do local de entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integra esta Ata, o edital do Pregão Presencial Nº 32/2015, e as propostas das empresas classificadas no certame supranumerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba (SC), 04 de agosto de 2015.

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

SUZANE E. F. REINKE

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

ANNA K. R. FRANZ

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

AMANDA COM. DE PAPEIS E EMBALAGENS LTDA

Contratada

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP

Contratada

ASTROGILDO OJEDA

Contratada

BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA ME

Contratada

BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA

Contratada

BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME

Contratada

COMERCIALIZZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME
Contratada

COMERCIAL MULTVILLE LTDA - ME
Contratada

DEIVID REINERT ME
Contratada

DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA
Contratada

DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP
Contratada

FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP
Contratada

J.P. DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP
Contratada

MÁXIMA PAPELARIA EIRELI
Contratada

MAYCON WILL ME
Contratada

VENCOLI BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA ME
Contratada

DECRETO Nº. 3131 DE 06 DE AGOSTO DE 2015

DECRETO Nº. 3131 DE 06 DE AGOSTO DE 2015

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0601 – GERÊNCIA DE SAÚDE
0601.017.512.0195.1107 – Melhoria da drenagem pluvial
0601 – 33900000 – Aplicações Diretas
0601 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 35.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais) do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0600 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0601 – GERÊNCIA DE SAÚDE
0601.017.512.0195.1107 – Melhoria da drenagem pluvial
0601 – 44900000 – Aplicações Diretas
0601 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 35.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 06 DE AGOSTO DE 2015
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3133 DE 06 DE AGOSTO DE 2015

DECRETO Nº. 3133 DE 06 DE AGOSTO DE 2015

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 1.753,00 (Hum mil setecentos e cinquenta e três reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.362.0085.2045 – Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Médio

0501 – 33900000 – Aplicações Diretas

0501 – 33707 – Transf. ref PNATE Ensino Médio
..... R\$ 1.753,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 06 DE AGOSTO DE 2015

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3134 DE 06 DE AGOSTO DE 2015

DECRETO Nº. 3134 DE 06 DE AGOSTO DE 2015

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 1.640,00 (Hum mil seiscentos e quarenta reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.365.0093.2052 – Manutenção do Transporte Escolar do Pré-Escolar

0501 – 33900000 – Aplicações Diretas

0501 – 33706 – Transf. ref PNATE Ensino Infantil
..... R\$ 1.640,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 06 DE AGOSTO DE 2015

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3135 DE 10 DE AGOSTO DE 2015

DECRETO Nº. 3135 DE 10 DE AGOSTO DE 2015

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0400 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401 – GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401.025.752.0056.2028 – Manutenção da Iluminação Pública

0401 – 33900000 – Aplicações Diretas

0401 – 10800 – Contribuição Custeio Serv. Iluminação Pública (Cosp)....R\$ 250.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais) do seguinte programa e verbas abaixo discriminados:

0400 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401 – GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401.025.752.0056.2028 – Manutenção da Iluminação Pública

0401 – 31900000 – Aplicações Diretas

0401 – 10800 – Contribuição Custeio Serv. Iluminação Pública (Cosp)....R\$ 50.000,00

0401 – 44900000 – Aplicações Diretas

0401 – 10800 – Contribuição Custeio Serv. Iluminação Pública (Cosp)....R\$ 200.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 10 DE AGOSTO DE 2015

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

LIC FMS 19.2015 PRP 15.2015 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA O PRONTO ATENDIMENTO

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19 / 2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/ 2015

REGISTRO DE PREÇOS

O Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba torna público, de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por item, objetivando aquisição de diversos medicamentos destinados ao Pronto Atendimento do município de Massaranduba (SC).

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08h00min do dia 24/08/2015.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08h30min do dia 24/08/2015. INFORMAÇÕES: A íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou no site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 07 de agosto de 2015.

SUZANE E. F. REINKE

Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

Meleiro

PREFEITURA

PORTARIA N° 301/2015

PORTARIA n.º 301/2015

TRATA DO RETORNO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

RETORNAR

Art. 1.º Da licença saúde, o servidor JOÃO BATISTA SALVALAIO, ocupante do cargo de Aux. De Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 188/2015.

Meleiro, 10 de Agosto de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 0206/2015

DECRETO Nº 0206/2015 de 10.08.2015.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARLICE SIRLEI MULLER GERLACH, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.198/2015, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

Considerando o requerimento de exoneração apresentado pela Servidora,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerada a pedido, a partir desta data, a Servidora MARLICE SIRLEI MULLER GERLACH, do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde Pública ESF, do Município de Modelo/SC, de conformidade com as disposições legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 10 de agosto de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

MARLICE SIRLEI MULLER GERLACH

Registrado e Publicado na Data Supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

DECRETO Nº 0207/2015

Decreto nº 207/2015 de 10/08/15

Dispõe sobre o credenciamento referente ao Edital Nº001/2015, altera os valores, e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º- Considerando nova pesquisa de mercado, referente ao objeto CREDENCIAR EMPRESAS DO MUNICÍPIO DE MODELO (PES-SOA JURÍDICA) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÁQUINA, FORNECIMENTO DE FERTILIZANTES, SEMENTES DE PASTAGEM E ÓLEO DIESEL, CONFORME DISPÕE A LEI Nº 2193/2014 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014, ficam alterados os valores dos itens conforme segue abaixo.

Descrição	Unidade	Valor (R\$)
ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	HORAS	222,50
TRATOR DE ESTEIRA	HORAS	240,00
RETRO ESCAVADEIRA	HORAS	125,00
ÓLEO DIESEL	LITROS	2,89
AVEIA CRIOLA	KG	2,49

AVEIA PRETA	KG	1,52
AZEVÉM	KG	5,65
AVEIA DE VERÃO	KG	2,07
ADUBO 9.33.12	SACA 50 KG	84,08
ADUBO 2.20.20	SACA 50 KG	70,05
URÉIA 45% NITROGÊNIO	SACA 50 KG	71,13

ART. 2º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Segunda-Feira, 10 de agosto de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN
Chefe do Depto. De Compras e Licitações

EXTRATO DE ATA DE REGISTROS Nº 030/2015

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 30/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 373/2015

Ata de Registro de Preços n. 30/2015

Valor: R\$ 24.976,00

O Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados que formalizou Ata de Registro de Preços, tendo por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Modelo e a empresa GRAFICOU IMPRESSÃO DIGITAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 18.477.027/0001-35, vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº. 034/2015, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO DE DESIGN GRAFICO E IMPRESSÃO DE MATERIAL GRÁFICO, INCLUINDO BANNERS, LONAS, OUTDOORS E ADESIVOS PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO EM GERAL DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC.

Modelo (SC), 10 de agosto de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0125/2015

PORTARIA Nº 0125/2015 de 10.08.2015.

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando novo atestado médico emitido, solicitando o afastamento do Servidor para tratamento de saúde por mais 60 (sessenta) dias a partir desta data,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde constante na Portaria nº 074/2015, concedida ao Servidor Público Municipal RODRIGO ALBERTO RAUBER, matrícula nº 1911-9, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Externos, lotado no Departamento Municipal de Estradas e Rodagens, por motivo de doença.

Parágrafo Único: A prorrogação de que trata o Art. 1º desta Portaria é pelo período de 10.08.2015 a 08.10.2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 10 de agosto de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra:

Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

PORTARIA Nº 0126/2015

PORTARIA Nº 0126/2015 de 10.08.2015

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GELSON LUIZ BORTOLIN, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 2.198/2015, Lei Orgânica Municipal em especial de conformidade com o Art. 112 da Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal GELSON LUIZ BORTOLIN, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas, conforme Decreto de nomeação nº 115/2008 de 10.06.2008, 30 (trinta) dias de LICENÇA PRÊMIO, a que faz jus, conforme disposto no artigo 112 da Lei Municipal 1.513/2002, relativo ao período aquisitivo de 06/2008 a 06/2013, a ser usufruída no período de 01.09.2015 a 30.09.2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,

aos 10 de agosto de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

PORTARIA Nº 0127/2015

PORTARIA Nº 0127/2015 DE 10.08.2015.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PRÊMIO ASSIDUIDADE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GELSON LUIZ BORTOLIN, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Municipal nº 1.513/2002, Seção III, Art. 93 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

RESOLVE:

Art.1º - Fica concedido o Prêmio Assiduidade, ao servidor GELSON LUIZ BORTOLIN, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas, conforme Decreto de nomeação nº 115/2008 de 10.06.2008, correspondendo a um mês da remuneração a ser convertido em dinheiro, com pagamento na folha do mês de setembro de 2015, conforme requerido e a que faz jus, relativo ao período aquisitivo de 06/2008 a 06/2013 e de conformidade com o disposto no artigo 93 da Lei Municipal 1.513/2002.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 10 de agosto de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
CHEFE DE SETOR

Monte Carlo

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 95/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº95/2015

Aos 05 dias do mês e ano corrente, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de Herval D'Oeste SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 84.583.954/0001-64 neste ato representada por: CLAUDETE M.F. PEROZA cpf nº 737.970.069-3 doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir. As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO 1.1 - REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: SERVIÇOS GRÁFICOS, conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO 2.1 – As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

2.3 – O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO 3.1 – Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

ITEM	QTDADE	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$/UND	R\$/TOTAL
4	100	UNI	APOSTILA CBAE- CURSO BÁSICO DE ATENDIMENTO DE EMERGENCIAS, MODELO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA,66 PÁGINAS, ASPIRAL E CAPA PLÁSTICA, PAPEL A4 75 GR/M2		8,50	850,00
7	5.000,00	JG	NOTAS FISCAIS DE PRODUTOR,CONFORME MODELO PADRÃO DE SC, COM 4 VIAS CARBONADAS		0,32	1.600,00
11	1.000,00	UNI	ENVELOPE 18X25 COL. C/BRASÃO TIMBRADO P/ EDUCAÇÃO		0,70	700,00
12	1.000,00	UNI	ENVELOPE 26X36 COL. C/BRASÃO TIMBRADO P/ EDUCAÇÃO		0,89	890,00
18	500,00	UNI	PASTA PARA PROCESSO LICITAÇÃO A CORES, COM VERNIZ UV,-CORTE,VINCOS,TRIPLEX,450G,49X34 CM		1,10	550,00
19	3.000,00	UNI	PASTA MOVIMENTO DE CAIXA, A CORES, C VERNIZ UV, 2 VINCOS, TRIPLEX,450G, 52X34		1,20	3.600,00
54	900,00	UNI	ENVELOPE 23X11,5; COLORIDO, BRASÃO,120GRS, CRAS		0,34	306,00
57	1.000,00	UNI	PASTA CRAS, COLORIDA, VERNIZ UV, TRIPLEX, 450G,49X34, COM VINCO E CORTE		1,06	1.060,00
			TOTAL:			9.556,00

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS 4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS 5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR Será de responsabilidade da licitante vencedora:

6.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

6.2 – Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

6.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.

6.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

6.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

CLAUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE 7.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

7.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3 – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

7.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

7.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

7.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

7.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

7.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

7.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.

7.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

7.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

7.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sr (a); Alcione Roberto Buyno portador do cpf nº 543.529.679-04 como fiscal do presente contrato.

7.14 – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas em Edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS 8.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

a) advertência,

b) multa,

c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,

d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

8.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

8.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

8.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

8.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

8.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

8.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

8.8 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.

7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.

8.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

8.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

8.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL 9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR 11.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- Tiver presentes razões de interesse público;
- For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 12.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015.

12.2 – O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO 13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 84/2015, Pregão Presencial nº 41/2015 – Registro de Preços 60/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA 14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 31/dezembro/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

15.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

15.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

15.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO 16.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 02- duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC, 05 de Agosto de 2015

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA
CLAUDETE M.F. PEROZA

Testemunhas:

Fiscal do Contrato: Alcione Roberto Buyno - 543.529.679-04

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 90/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 90/2015

Aos 05 dias do mês e ano corrente, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: GOLTIX INDUSTRIA E COMÉRCIO- EIRELI- ME pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de São Mateus do Sul inscrita no C.N.P.J. sob o nº 22.602.420/0001-80 neste ato representada por: WALDIR DE LUCA cpf nº 170.341.679-15 doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir. As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO 1.1 - REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: UNIFORMES ESCOLARES, conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO 2.1 – As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 480 (quatrocentas e oitenta) horas.

2.3 – O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO 3.1 – Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

ITEM	QTDADE	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$/UND	R\$/TOTAL
2	1800	UNI	CALÇA EM MICROFRIBA, 100% POLIÉSTER, COR AZUL MARINHO, GRAMATURA DE NO MÍNIMO 150,0 GR/M2, FORRO FINO, ANTI-PILLING, FILETE VERMELHO NAS LATERAIS DOIS BOLSOS LATERAIS COM FUNDO VERMELHO, CÓS COM ELÁSTICO E CORDÃO.		14,90	26.820,00

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS 4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS 5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR Será de responsabilidade da licitante vencedora:

6.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

6.2 – Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

6.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.

6.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

6.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

CLAUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE 7.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

7.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

7.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização

das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

7.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

7.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

7.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

7.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

7.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.

7.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

7.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

7.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sr (a); Nadir Ribeiro portador do cpf nº 664.958.909-82 como fiscal do presente contrato.

7.14 – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas em Edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS 8.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

a) advertência,

b) multa,

c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,

d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

8.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

8.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

8.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

8.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

8.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

8.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

8.8 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.

8.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

8.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

8.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado

para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL 9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR 11.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 12.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015.

12.2 – O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO 13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 83/2015, Pregão Presencial nº 40/2015 – Registro de Preços 59/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA 14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 31/dezembro/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

15.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

15.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

15.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO 16.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam á presente Ata em 02- duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC, 05 de Agosto de 2015.

MUNICIPIO DE MONTE CARLO
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

GOLTEX IND. E COM. EIRELI ME
WALDIR DE LUCA

Testemunhas:

Fiscal do Contrato: Nadir Ribeiro - 664.958.909-82

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 91/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 91/2015

Aos 05 dias do mês e ano corrente, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: FS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE UNIFORMES LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de Videira SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 07.434.746/0001-52, neste ato representada por: Edson Francisco Ritter cpf nº 776.580.869-91 doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir. As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO 1.1 - REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: UNIFORMES ESCOLARES, conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO 2.1 – As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 480 (quatrocentas e oitenta) horas.

2.3 – O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO 3.1 – Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

ITEM	QTDAD	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$/UND	R\$/TOTAL
3	1800	UNI	JAQUETA EM MICROFRIBRA, 100 % POLIÉSTER, COR AZUL MARINHO, GRAMATURA DE NO MÍNIMO 150,0 GR/M2, ANTI-PILLING, FORRO FINO, FILETE VERMELHO NAS LATERAIS DAS MANGAS, DOIS BOLSOS LATERAIS, PUNHO COM MEIO ELÁSTICO, BRASÃO DO MUNICÍPIO BORDADO NO PEITO LADO ESQUERDO, MANGA COMPRIDA, FECHO FRONTAL COM ZIPER.		24,00	43.200,00

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS 4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS 5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR Será de responsabilidade da licitante vencedora:

6.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

6.2 – Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

6.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.

6.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

6.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

CLAUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE 7.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

7.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

7.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

7.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

7.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

7.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

- 7.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.
- 7.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- 7.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.
- 7.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.
- 7.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.
- 7.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.
- 7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sr (a); Nadir Ribeiro portador do cpf nº 664.958.909-82 como fiscal do presente contrato.
- 7.14 – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas em Edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS 8.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a) advertência,
- b) multa,
- c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,
- d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.
- 8.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 8.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.
- 8.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 8.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.
- 8.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
- a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;
- c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.
- 8.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.
- 8.8 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.

- 8.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.
- 8.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.
- 8.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL 9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR 11.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 12.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015.

12.2 – O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO 13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 83/2015, Pregão Presencial nº 40/2015 – Registro de Preços 59/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA 14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 31/dezembro/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

15.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

15.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

15.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO 16.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam á presente Ata em 02- duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC, 05 de Agosto de 2015.

MUNICIPIO DE MONTE CARLO
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

FS IND. E COM. DE UNIFORMES LTDA
EDSON FRANCISCO RITTER

Testemunhas:

Fiscal do Contrato: Nadir Ribeiro – 664.958.909-82

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 92/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 92/2015

Aos 05 dias do mês e ano corrente, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: SUPERA UNIFORMES IND. COM. TÊXTIL LTDA-EPP pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de Caçador SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 82.112.475/0001-34 neste ato representada por: EUZENIR CANSAN cpf nº 82.112.475/001-34 doravante denominado

FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir. As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO 1.1 - REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: UNIFORMES ESCOLARES, conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO 2.1 – As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 480 (quatrocentas e oitenta) horas.

2.3 – O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO 3.1 – Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

ITEM	QTDAD	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$/UND	R\$/TOTAL
01	1.800	UNI	CAMISETA EM DRY, BRANCO SUBLIMADA EM DEGRADÊ NAS CORES AZUL MARINHO E VERMELHO, GOLA REDONDA COM RIBANA VERMELHA, DUAS LISTRAS SUBLIMADAS NAS CORES AZUL MARINHO E VERMELHO NA FRENTE LADO DIREITO, BRASÃO DO MUNICÍPIO SUBLIMADO NO LADO ESQUERDO E ESCRITA "MONTE CARLO-SC" NAS COSTAS NA COR AZUL MARINHO, MANGA CURTA.		12,65	22.770,00

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS 4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS 5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR Será de responsabilidade da licitante vencedora:

6.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

6.2 – Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

6.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.

6.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

6.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

CLAUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE 7.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

7.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

7.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

7.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

7.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

7.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

7.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

7.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.

7.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

7.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

7.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sr (a); Nadir Ribeiro portador do cpf nº 664.958.909-82 como fiscal do presente contrato.

7.14 – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas em Edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS 8.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

a) advertência,

b) multa,

c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,

d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

8.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

8.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

8.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

8.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

8.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

8.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

8.8 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.

8.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

8.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

8.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL 9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR 11.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 12.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015.

12.2 – O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO 13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 83/2015, Pregão Presencial nº 40/2015 – Registro de Preços 59/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA 14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 31/dezembro/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

15.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

15.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

15.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO 16.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 02- duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC, 05 de Agosto de 2015.

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

SUPERA UNIFORMES IND. COM. TÊXTIL LTDA EPP
EUZENIR CANSAN

Testemunhas:

Fiscal do Contrato: Nadir Ribeiro – 664.958.909-82

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 93/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 93/2015

Aos 05 dias do mês e ano corrente, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: ARTES GRÁFICAS COSMOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de Fraiburgo SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 78.989.126/0001-28 neste ato representada por: EDGAR RODRIGUES DE MORAES cpf nº 306.540.509-10 doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir. As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO 1.1 - REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: SERVIÇOS GRÁFICOS, conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO 2.1 – As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

2.3 – O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO 3.1 – Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

ITEM	QTDAD	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$/UND	R\$/TOTAL
1	10	BL	LAUDO DE VISTORIA BOMBEIROS, 50 JOGOS, 4 VIAS, CARBONADA, COM ARTE E NUMERADO		20,99	209,90
5	5	UNI	BLOCO DE AUTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO –AIT, POLÍCIA MILITAR, TAMANHO 120MMX195MM, CORES 1X 0 IMPRESSÃO, BLOCAGEM COM COLA E GRAMPO, PICOTE, 50 JOGOS DE ,3 FOLHAS POR JOGO, CONTROLE DE TALONÁRIO.		20,99	104,95
21	50	UNI	ORDEM DE COMPRA. DUAS VIAS, CARBONADA, BLOCO 50 JOGOS, TAMANHO 150X210, NUMERADA.		4,69	234,50
41	25.000,00	UNI	BOLETIM ATENDIMENTO DE URGENCIA (FICHA VERDE)		0,11	2.750,00
42	1.000,00	UNI	ENVELOPE 23X11,5; BRASÃO E TIMBRADO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE,120GR/M2		0,48	480,00
43	2.000,00	UNI	FICHA DE VISITA DENGUE, FORMATO 15X11 CM COR ÚNICA, PAPEL 120GR/M2		0,74	1.480,00
44	3.000,00	UNI	MANUAL DA DENGUE DUAS FOLHAS A4, COLORIDA, VINCADA, GRAMPEADA		1,49	4.470,00
45	50,00	UNI	BOLETIM DE VISITA DOMICILIAR, COR 1X1, A4, 75GR, BLOCO C/50FLS, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO		4,89	244,50
46	50,00	UNI	BOLETIM DE SERVIÇOS PRODUZIDOS, COR 1X1, A4, 75GR, BLOCO C/50 FLS.		4,89	244,50
51	1.000,00	UNI	PASTA CRAS, COLORIDA, VERNIZ UV, TRIPLEX, 450G 45X31 CM, COM VINCO E CORTE		1,07	1.070,00
53	800,00	UNI	ENVELOPE 18X25, COLORIDO, BRASÃO,120GRS, CRAS		0,54	432,00
58	500,00	UNI	ENVELOPE 36X26 CRAS, COLORIDO, BRASÃO,120G CRAS		1,19	595,00
59	800,00	UNI	ENVELOPE 18X25 CRAS, COLORIDO, BRASÃO LOGOTIPO,120G CRAS		0,68	544,00
60	900,00	UNI	ENVELOPE 23,11,5 CRAS, COLORIDO, BRASÃO, LOGOTIPO, 120G CRAS		0,41	369,00
			VALOR TOTAL :			13.228,35

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS 4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS 5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR Será de responsabilidade da licitante vencedora:

6.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

6.2 – Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

6.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.

6.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

6.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

CLAUSÚLA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE 7.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

7.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos á execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

7.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

- 7.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.
- 7.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.
- 7.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.
- 7.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.
- 7.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- 7.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.
- 7.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.
- 7.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.
- 7.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.
- 7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sr (a); Alcione Roberto Buyno portador do cpf nº 543.529.679-04 como fiscal do presente contrato.
- 7.14 – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas em Edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS 8.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a) advertência,
- b) multa,
- c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,
- d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.
- 8.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 8.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.
- 8.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 8.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.
- 8.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
- a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;
- c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.
- 8.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.
- 8.8 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.

- 8.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.
- 8.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.
- 8.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL 9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR 11.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 12.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015.

12.2 – O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO 13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 84/2015, Pregão Presencial nº 41/2015 – Registro de Preços 60/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA 14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 31/dezembro/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

15.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

15.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

15.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO 16.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam á presente Ata em 02- duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC, 05 de Agosto de 2015.

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

ARTES GRAFICAS COSMOS LTDA
EDGAR RODRIGUES DE MORAES

Testemunhas:

Fiscal do Contrato: Alcione Roberto Buyno. – 543.529.679-04

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 94/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº94/2015

Aos 05 dias do mês e ano corrente, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de Joaçaba SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 84.583.954/0001-64 neste ato representada por: RICARDO ANTONIO PRATES cpf nº 454.080.179-15 doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir. As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO 1.1 - REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: SERVIÇOS GRÁFICOS, conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO 2.1 – As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

2.3 – O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO 3.1 – Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

ITEM	QTDAD	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$/UND	R\$/TOTAL
2	20,00	Uni	FICHA ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR CORPO DE BOMBEIROS SC 100X1 FRENTE E VERSO		7,99	159,80
3	100,00	UNI	CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE CURSO, FRENTE E VERSO, PAPEL 180 GM/M2		2,49	249,00
6	750,00	UNI	CAPA BLOCO NF PRODUTOR RURAL, A CORES, COM VINCO, TRIPLEX 450G, PLASTIFICADA		0,88	660,00
8	500,00	UNI	NOTA FISCAL DE SERVIÇO AVULSA, 4 VIAS CARBONADA		0,79	395,00
13	1.000,00	UNI	ENVELOPE 23X11,5; BRASÃO E TIMBRADO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 120GR/M2		0,49	490,00
15	2.000,00	UNI	ENVELOPE 36X26 COLORIDO COM BRASÃO E LOGOTIPO		0,99	1.980,00
16	3.000,00	UNI	ENVELOPE 18X25 COLORIDO C/ BRASÃO E LOGOTIPO		0,69	2.070,00
22	50,00	UNI	ORDEN DE COMPRA, UMA VIA, BLOCO 50 VIAS TAMANHO 110X160, NUMERADA		2,69	134,50
29	70,00	UNI	FICHA EE ATENDIMENTO INDIVIDUAL, BLOCO 50X1 PAPEL A4, 75 GR/M2, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO.		5,48	383,60
31	70,00	UNI	FICHA DE ATIVIDADE COLETIVA, BLOCO 50X1, PAPEL A4, 75 GR/M2, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO		5,49	384,30
34	50,00	UNI	DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO, BLOCO 50X1 TAMANHO 15X21 CM		3,59	179,50
35	50,00	UNI	RECEITA MÉDICA, CONTROLE ESPECIAL, CARBONADA, BLOCO 50 JOGOS, DUAS VIAS		4,89	244,50
39	2.000,00	UNI	ENVELOPE 18X25 COLORIDO, BRASÃO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, 120GM/M2		0,69	1.380,00
40	900,00	UNI	ENVELOPE 36X26 COLORIDO, BRASÃO E TIMBRADO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, 120GR/M2		0,99	891,00
48	5.000,00	UNI	CARTÃO SAÚDE DA FAMÍLIA, PAPEL 120GR/M2, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, 110X75MM		0,89	4.450,00
52	500,00	UNI	ENVELOPE 36X26, COLORIDO, BRASÃO, 120GR/M2, CRAS		0,94	470,00
			VALOR TOTAL :			14.521,20

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS 4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS 5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a

realização da emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR Será de responsabilidade da licitante vencedora:

- 6.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;
- 6.2 - Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;
- 6.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.
- 6.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;
- 6.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

CLAUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE 7.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

- 7.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.
- 7.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos á execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.
- 7.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.
- 7.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.
- 7.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.
- 7.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.
- 7.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.
- 7.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- 7.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.
- 7.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.
- 7.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.
- 7.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.
- 7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sr (a); Alcione Roberto Buyno portador do cpf nº 543.529.679-04 como fiscal do presente contrato.
- 7.14 – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas em Edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS 8.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a) advertência,
 - b) multa,
 - c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,
 - d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.
- 8.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 8.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.
- 8.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 8.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.
- 8.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
- a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;
 - b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;
 - c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.
- 8.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.
- 8.8 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.

8.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

8.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

8.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL 9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR 11.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 12.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015.

12.2 – O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO 13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 84/2015, Pregão Presencial nº 41/2015 – Registro de Preços 60/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA 14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 31/dezembro/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

15.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

15.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

15.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO 16.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriun-

das da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam á presente Ata em 02- duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC, 05 de Agosto de 2015.

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA
RICARDO ANTONIO PRATES

Testemunhas:

Fiscal do Contrato: Alcione Roberto Buyno – 543.529.679-04

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 96/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº96/2015

Aos 05 dias do mês e ano corrente, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de Joaçaba SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 17.430.560/0001-89 neste ato representada por: LUCAS JOSÉ HAU FRANÇA cpf nº 107.569.729-81 doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir. As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO 1.1 - REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: SERVIÇOS GRÁFICOS, conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO 2.1 – As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

2.3 – O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO 3.1 – Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

ITEM	QTDADE	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$/UND	R\$/TOTAL
17	2.000,00	UNI	ENVELOPE 23X 11,5 COLORIDO C/ BRASÃO E LOGOTIPO		0,48	960,00
37	10.000,00	UNI	FOLHA A4 TIMBRADA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, 90GR/M2		0,06	600,00
38	2.000,00	UNI	PASTA TIMBRADA A CORES FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, VERNIZ UV , TRIPLEX 450G, 45X31 CM COM VINCO		1,07	2.140,00
49	5.000,00	UNI	CARTÃO DO HIPERTENSO + DIABÉTICO, PAPEL 120GR/M2 IMPRESSÃO FRENTE E VERSO, 110X75 MM		1,00	5.000,00
			TOTAL :			8.700,00

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS 4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS 5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR Será de responsabilidade da licitante vencedora:

6.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

6.2 – Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

6.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.

6.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

6.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

CLAUSÚLA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE 7.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

7.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3 – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

7.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

7.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

7.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

7.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

7.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

7.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.

7.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

7.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

7.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sr (a); ALCIONE ROBERTO BUYNO portador do cpf nº 543.529.679-04 como fiscal do presente contrato.

7.14 – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas em Edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS 8.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

a) advertência,

b) multa,

c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,

d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

8.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

8.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

8.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

8.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

8.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

8.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

8.8 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.

7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.

8.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

8.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

8.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL 9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR 11.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- Tiver presentes razões de interesse público;
- For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 12.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015.

12.2 – O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO 13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 84/2015, Pregão Presencial nº 41/2015 – Registro de Preços 60/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA 14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 31/dezembro/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

15.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

15.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

15.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO 16.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam á presente Ata em 02- duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC, 05 de Agosto de 2015.

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA ME
LUCAS JOSÉ HAU FRANÇA

Testemunhas:

Fiscal do Contrato: Alcione Roberto Buyno- 543.529.679-04

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 97/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº97/2015

Aos 05 dias do mês e ano corrente, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de Joaçaba SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 13.919.051/0001-63 neste ato representada por: LUIS JUNIOR DE CRISTO cpf nº 774.876.139-68 doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir. As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO 1.1 - REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: SERVIÇOS GRÁFICOS, conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO 2.1 – As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

2.3 – O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO 3.1 – Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

ITEM	QTDADE	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$/UND	R\$/TOTAL
10	2.000,00	UNI	PASTA TIMBRADA A CORES SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E BRASÃO VERNIZ UV TRIPLEX 450G, 49X34CM COM VINCO		1,29	2.580,00
20	50,00	UNI	ORDEM DE COMPRA, UMA VIA, BLOCO COM 50 JOGOS, TAMANHO 150X210, NUMERADA		3,47	173,50
26	70,00	UNI	CADASTRO DOMICILIAR , E-SUS ATENÇÃO BÁSICA PAPEL A4 75 GR/M2, BLOCO COM 50X1		4,86	340,20
30	70,00	UNI	FICHA DE PROCEDIMENTOS BLOCO 50X1 PAPEL A4, 75GR/M2 IMPRESSÃO FRENTE E VERSO		5,47	382,90
33	150,00	UNI	REQUISIÇÃO DE EXAMES, BLOCO 50X1, TAMANHO 15 X 21 CM		2,65	397,50
55	500,00	UNI	AGENDA DA FAMÍLIA, EM ASPIRAL, 30 PAGINAS PAPEL COLORIDO, CAPA 180GR/M2, FOLHAS INTERNAS 85 GR/M2		23,99	11.995,00
			TOTAL:			15.869,10

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS 4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS 5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR Será de responsabilidade da licitante vencedora:

6.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

6.2 – Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

6.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.

6.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

6.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

CLAUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE 7.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

7.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

7.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

7.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

7.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

7.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

7.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

7.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.

7.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

7.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

7.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sr (a); ALCIONE ROBERTO BUYNO portador do cpf nº 543.529.679-04 como fiscal do presente contrato.

7.14 – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas em Edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS 8.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

a) advertência,

b) multa,

c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,

d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

8.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

8.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

8.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

8.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

8.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

8.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

8.8 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras

9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.

8.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

8.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

8.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL 9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR 11.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 12.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015.

12.2 – O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO 13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 84/2015, Pregão Presencial nº 41/2015 – Registro de Preços 60/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA 14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 31/dezembro/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

15.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

15.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

15.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO 16.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 02- duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC, 05 de Agosto de 2015.

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA
LUIS JUNIOR DE CRISTO

Testemunhas:

Fiscal do Contrato: Alcione Roberto Buyno – 543.529.679-04

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 98/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº98/2015

Aos 05 dias do mês e ano corrente, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: BUSINESS EDITORA E PUBLICAÇÃO DE INFORMATIVOS LTDA EPP jurídica de direito privado, situada na cidade de Joaçaba SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 84.583.954/0001-64 neste ato representada por: ANDRÉ LUIS SILVEIRA SARAGOSA cpf nº 042.913.859.86 doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir. As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO 1.1 - REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: SERVIÇOS GRÁFICOS, conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO 2.1 – As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

2.3 – O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO 3.1 – Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

ITEM	QTDAD	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$/UND	R\$/TOTAL
9	10.000,00	UNI	FOLHA A4 TIMBRADA 75 G SEC DE EDUCAÇÃO		0,08	800,00
14	20.000,00	UNI	FOLHA DE PAPEL A4 TIMBRADA C/ BRASÃO DO MUNICÍPIO		0,08	1.600,00
23	3.000,00	UNI	FOLHA DE OFÍCIO A5 14.8X21 CM TIMBRADA COM BRASÃO DO MUNICÍPIO COLORIDA 90 GR/M2		0,07	210,00
24	50,00	UNI	NOTIFICAÇÃO DE RECEITA (TIPO CHEQUINHO) MODELO B NUMERADA BLOCO 50X1		3,60	180,00
25	100,00	BL	ATESTADO MÉDICO BLOCO C/50FLS		2,73	273,00
27	50,00	UNI	FICHA DE EVOLUÇÃO CLÍNICA, BLOCO 50X1 A4 75GR/M2 IMPRESSÃO FRENTE E VERSO		5,40	270,00
28	70,00	UNI	FICHA DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO INDIVIDUAL BLOCO 50X1 PAPEL A4, 75GR/M2 IMPRESSÃO FRENTE E VERSO		5,49	384,30
32	150,00	UNI	AGENDAMENTO DE CONSULTA BLOCO 50X1 TAMANHO 15CMX21CM PAPEL 75GR		2,50	375,00
36	150,00	UNI	RECEITA MÉDICA BLOCO 50 VIAS 50X1		3,29	493,50
47	3.000,00	UNI	CARTEIA DE FISIOTERAPIA, CARTÃO DE AGENDAMENTO 90X80MM PAPEL 120GR/M2 IMPRESSÃO FRENTE E VERSO		0,99	2.970,00
50	10.000,00	UNI	FOLHA A4 TIMBRADA CRAS COLORIDA 4X0 S-90 COM ARTE		0,08	800,00
56	10.000,00	UNI	FOLHA A4 TIMBRADA SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PAPEL A4 90GR/M2		0,06	600,00
			TOTAL:			8.955,80

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS 4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS 5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR Será de responsabilidade da licitante vencedora:

6.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

6.2 – Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

6.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.

6.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

6.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

CLAUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE 7.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

7.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3 – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

7.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

7.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

7.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

7.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

7.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

7.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.

7.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

7.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

7.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sr (a); ALCIONE ROBERTO BUYNO portador do cpf nº 543.529.679-04 como fiscal do presente contrato.

7.14 – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas em Edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS 8.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

a) advertência,

b) multa,

c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,

d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

8.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

8.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

8.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

8.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

8.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

8.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

8.8 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.

7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.

8.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

8.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

8.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL 9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR 11.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 12.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correm a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015.

12.2 – O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO 13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 84/2015, Pregão Presencial nº 41/2015 – Registro de Preços 60/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA 14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 31/dezembro/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

15.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

15.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

15.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO 16.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 02- duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC, 05 de Agosto de 2015.

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

BUSINESS ED. E PUBL. DE INF. LTDA EPP
ANDRÉ LUIS SILVEIRA SARAGOSA

Testemunhas:

Fiscal do Contrato: Alcione Roberto Buyno- 543.529.679-04

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 99/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 61/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 99/2015

Aos 05 dias do mês e ano corrente, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: EDGIMED SERVIÇOS MÉDICOS S/S LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de Curitiba, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 19.726.347/0001-44 neste ato representada por: EDSON MAURO DA SILVA cpf nº 592.025.809-87 doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir. As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO 1.1 - REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: SERVIÇOS MÉDICOS nas especialidades de: consulta ginecológica e obstetrícia e exames de ultrassonografia obstétrica, transvaginal e pélvica, conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO 2.1 – As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

2.3 – O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO 3.1 – Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

ITEM	QTDAD	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$/UND	R\$/TOTAL
01	1.440,00	UNI	CONSULTA GINECOLÓGICA E OBSTETRÍCIA		41,60	59.904,00
02	360,00	UNI	EXAME DE ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA		27,80	10.008,00
03	360,00	UNI	EXAME DE ULTRASSONOGRAFIA TRANSVAGINAL		27,80	10.008,00
04	360,00	UNI	EXAME DE ULTRASSONOGRAFIA PÉLVICA		27,80	10.008,00
			TOTAL :			89.928,00

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS 4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS 5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR Será de responsabilidade da licitante vencedora:

6.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

6.2 – Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

6.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.

6.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

6.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

6.6 - Enviar, juntamente com a Nota Fiscal a relação dos atendimentos constantes da referida nota fiscal com o nome e dados dos pacientes.

CLAUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE 7.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

7.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

7.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

7.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

7.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

7.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

7.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

7.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.

7.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

7.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

7.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sr (a); ANDERSON RAFAEL SARTOR portador do cpf nº 762.948.119-53 como fiscal do presente contrato.

7.14 – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas em Edital.

7.15 – Fornecer ao contratado local, material e equipamentos necessários a realização do objeto deste edital bem como sua manutenção

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS 8.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

a) advertência,

b) multa,

c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,

d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

8.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

8.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

8.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

8.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

8.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

8.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

8.8 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.

8.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

8.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

8.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL 9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR 11.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 12.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correm a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015.

12.2 – O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO 13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 85/2015, Pregão Presencial nº 42/2015 – Registro de Preços 61/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA 14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 30/junho/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

15.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

15.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

15.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO 16.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam á presente Ata em 02- duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC, 05 de Agosto de 2015.

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

EDGIMED SERVIÇOS MÉDICOS S/S LTDA
EDSON MAURO DA SILVA

Testemunhas:

Fiscal do Contrato: Anderson Rafael Sartor – 762.948.119-53

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 88/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 88/2015

Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, que fazem entre si, o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, com sede à Rodovia SC 452 Km 25, Nº 1551, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito, MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, denominado CONTRATANTE e como CONTRATADA: DANIEL ELIAS GARCIA, pessoa física, inscrita no CPF sob n. 910.192.149-53, Documento de Identidade nº 3172018, Leiloeiro Oficial Inscrito na JUCESC N. AARC/3065 residente: Rua Henrique Lage, 2201, Bairro Santa Barbara, Município de Criciúma, SC decorrente do Credenciamento nº 01/2015 celebram o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 – Constitui objeto do presente contrato, a contratação de leiloeiro oficial que comprove a capacidade técnica para a realização de leilões oficiais de bens inservíveis pertencentes ao patrimônio do município de Monte Carlo - SC.

Parágrafo único: Os serviços, objeto deste contrato, são adjudicados, à contratada em decorrência do Credenciamento nº 01/2015 e seus respectivos anexos que integram este instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – VINCULAÇÃO E GERENCIAMENTO**2.1 – Da vinculação**

O presente contrato está vinculado aos termos do Credenciamento nº 01/2015 e seus respectivos anexos, que integram este documento independentemente de transcrição.

2.2 – Do gerenciamento

O acompanhamento e gerenciamento deste contrato serão exercidos pela Secretaria Municipal de Finanças, ao qual se reportará sempre o contratado, para informações e resolução de eventuais problemas.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE OPERACIONALIZAÇÃO DO LEILÃO

3.1 – A contratada deverá realizar os seguintes trabalhos, para operacionalização do leilão:

3.1.1 – Definir juntamente com o responsável pela Secretaria Municipal de Finanças, os devidos lotes de móveis a serem leiloados.

3.1.2 - Definir juntamente com o responsável pela Secretaria Municipal de Finanças, as condições de venda e as regras para os participantes, inclusive, estabelecendo lances mínimos.

3.1.3 – Emitir recibo, no ato do recebimento dos bens, atestando o estado de conservação registrado nos documentos emitido pelo Município.

3.1.4 – Planejar, em conjunto com o Município, todos as fases do leilão e executá-las em conformidade com este planejamento;

3.1.5 – Acompanhar a visita dos interessados ao local onde se encontrarão os bens a serem leiloados;

3.1.6 - Promover a divulgação do leilão;

3.1.7 – Apresentar previamente a minuta de cada aviso do leilão de bens do Município, indicando o veículo de divulgação, observando ainda que :

a) Os avisos de leilão deverão ser elaborados em conformidade com os padrões definidos pelo Município;

b) O leiloeiro só poderá proceder à publicação do aviso de leilão após o Município autorizá-lo, o que será feito à vista da aprovação da minuta, publicação e da concordância com o veículo de comunicação proposto para divulgação, sem ônus para o Município;

c) Os custos de divulgação dos avisos deverão ser pagos pelo leiloeiro, sem ônus para o Município, tais como: folhetos , cartazes, catálogos, faixas, inserções em radio e televisão, etc.;

d) Encaminhar ao Município uma copia de cada publicação realizada em jornal de grande circulação, para comprovação da conformidade do art. 21 da Lei 8.666/93;

e) Prever pagamento somente á vista para todos os bens do

Município que venham a ser leiloados;

f) Realizar os leilões de bens do Município com estrita observância da legislação pertinente e do planejamento elaborado com conjunto o Município e não entregar os bens negociados aos respectivos arrematantes antes de recebido integralmente o valor correspondente.

g) No caso de leilão de veículos, preencher o Certificado de Registro de Veículo –CRV/DUT (documento de transferência) de cada veículo , com os dados do respectivo Arrematante, responsabilizando-se por eventuais rasuras e extravios , bem como providenciar a assinatura do Arrematante, com o reconhecimento de firma por autenticidade em cartório e entregá-lo ao Município, acompanhado de 02 (duas) cópias do documento de identidade (RG) e CPF do Arrematante, para fins de assinatura pela autoridade competente;

h) Prestar contas ao Município do leilão realizado até 05 (cinco) dias úteis após sua respectiva realização inclusive com relatório dos bens leiloados, valores destes e os bens não leiloados;

i) Depositar na conta bancaria informada pelo Município, até 05 (cinco) dias após a respectiva realização inclusive com relatório dos bens leiloados, valores destes os bens não leiloados;

j) Em hipótese alguma o leiloeiro poderá realizar retenção parcial ou total do valor de venda dos bens, que será repassado integralmente ao Município;

k) Não utilizar o nome do Município de Monte Carlo em quaisquer atividades de divulgação profissional, como por exemplo, cartões de visita, anúncios diversos, impressos, com exceção da divulgação do evento específico;

l) Manter sigilo dos serviços e das informações que lhe serão repassadas para a realização do leilão e responsabilizar-se perante o Município de Monte Carlo pela indenização de eventuais danos decorrentes de quebra de sigilo dessas informações pelo seu uso indevido;

m) Oferecer infraestrutura para realização do leilão;

n) Utilização de sistema de áudio durante o leilão e disponibilizando equipe para acompanhamento dos lances e arrematações;

o) Sistema informatizado para gerenciamento do leilão, que permita, nos locais de sua realização, a impressão de notas de venda ou recibos, a execução de controles administrativos, realizações de cópias de documentos e acesso á rede mundial de computadores ;

p) Preparar os bens móveis para organização dos itens e ou lotes do leilão;

q) Atualização de seus dados cadastrais (telefone e e-mail) que serão utilizados para notificação quando dos sorteios a serem realizados;

r) A confecção de material publicitário impresso acerca do leilão : catálogos , folhetos de divulgação, etc., em quantidade mínima suficiente para que sejam fornecidos a todos os interessados;

s) Fazer constar na divulgação do evento na rede mundial de computadores e no material impresso a descrição dos bens ofertados, informações sobre o leilão, telefones e endereços eletrônicos para contatos e esclarecimentos adicionais;

t) Disponibilizar equipe para atendimento dos interesses e para o bom funcionamento do leilão.

3.2 – Não conseguindo realizara venda de todos os bens em um único leilão, o leiloeiro contratado ficará obrigado a realizar tantos leilões quantos forem necessários para a alienação total do objeto do contrato.

3.3 – Os bens arrematados serão pagos pelo arrematante, após a assinatura da ata do leilão, á vista.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1 – O prazo de vigência do presente contrato iniciará no ato de sua assinatura e vigorará por 12 (doze) meses, podendo, por interesse da Administração ser renovado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA QUINTA – VALOR DA CONTRATAÇÃO

5.1 – Este contrato não gera ônus para a contratante.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1 – Disponibilização de local adequado para a realização de leilão.
- 6.2 – Apresentação dos bens a serem leiloados devidamente preparados.
- 6.3 – Preparar em conjunto com o leiloeiro todas as fases do leilão, de modo que possam ser rigorosamente cumpridas as exigências legais.
- 6.4 – Observar o plano do leilão, elaborando em conjunto com o leiloeiro contratado, providenciar:
- a) em tempo hábil as publicações legais a que se refere o art. 21 da Lei 8666/93;
- b) em até 03 (três) dias úteis da apresentação de cada minuta de aviso de leilão a ser publicado pelo leiloeiro, a análise quanto à forma e ao veículo de comunicação proposto para o aviso e pronunciamento conclusivo, autorizando ou não a divulgação proposta.
- 6.5 – Emitir, à vista das notas de arrematação do leiloeiro contratado, os documentos fiscais e outros que a lei exigir para formalização da venda dos bens negociados em leilão público, pelo leiloeiro;
- 6.6 – Armazenar, de forma organizada e em local seguro, os bens para fins de leilão, de modo a preservar-lhes a integridade e o estado de conservação;
- 6.7 – Disponibilizar recursos humanos para fins da execução da sua atividade, devendo criar uma comissão especialmente para fins de acompanhamento e fiscalização do leilão de bens inservíveis, cujos membros deverão ser devidamente identificados através de crachá.
- 6.8 – Indicar a comissão responsável para a realização, juntamente com o leiloeiro da avaliação dos bens e acompanhamento do leilão;
- 6.9 – Prestar todos os esclarecimentos e informações necessárias ao bom andamento do processo de alienação.
- 6.10 – Acompanhar a prestação dos serviços verificando a cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado.
- 6.11 – Emitir o relatório final para publicação, em órgão oficial, da homologação e do resultado final;
- 6.12 – Proceder a entrega dos bens aos arrematantes.
- 6.13 – Acompanhar todos os trabalhos do leiloeiro, conferindo a documentação relativa aos bens leiloados e, se for o caso, submetê-la à aprovação/assinatura da autoridade superior.
- 6.14 – Deliberar sobre os casos omissos e não previstos neste contrato, observadas as disposições da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – LICITAÇÃO

- 7.1 – A licitação dos bens a realizar-se-á na modalidade de leilão, por item ou por lote, tipo maior lance, nunca inferior ao valor da avaliação, cujo pagamento deverá ser efetuado pelo arrematante.
- Parágrafo único – Após o pagamento total do bem arrematado, o arrematante deverá comparecer no local indicado pelo leiloeiro oficial, para que o mesmo faça a emissão da Nota de Arrematação.

CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

- 8.1 – A Secretaria Municipal de Finanças, será responsável pela fiscalização do leilão.
- Parágrafo único – A fiscalização de que trata esta cláusula, não exclui e nem reduz a responsabilidade da contratada por quaisquer irregularidades, ou ainda, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios e na ocorrência desses, não implica em corresponsabilidade da contratante e de seus agentes ou prepostos.

CLÁUSULA NONA – PAGAMENTO

- 9.1 – Os serviços prestados pela Contratada serão pagos exclusivamente pelo Arrematante, na proporção de 5% (cinco por cento) do valor do lance de arrematação, não sendo devido pelo Contratante qualquer ônus decorrente da contratação, conforme previsto no 2º do art. 42 do Decreto nº 21.981/32, combinado com o parágrafo único do art. 24 do mesmo artigo.

CLÁUSULA DÉCIMA – EXTINÇÃO E RESCISÃO

- 10.1 – O contrato resultará extinto ao término do prazo previsto na Cláusula Quarta, peremptoriamente, caso esse prazo não tenha

sido prorrogado.

PARÁGRAFO ÚNICO – O Contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93 e legislação subsequente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ANOTAÇÕES NO CADASTRO DE CREDENCIAMENTO E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1 – Serão registrados no credenciamento dos Leiloeiros Oficiais:
- 11.1.1 – Todos os fatos ou faltas de caráter administrativo, comercial ou técnico referentes à atuação do leiloeiro oficial para a condução da licitação;
- 11.1.2 – As penalidades previstas nos instrumentos contratuais e neste Edital.
- 11.2 – Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, sendo-lhe franqueada vista ao processo.
- 11.3 – A aplicação de qualquer das penalidades será sempre comunicada formalmente ao interessado.
- 11.4 – Pela infração às normas legais e de credenciamento ou o cometimento de outras irregularidades, inclusive no cumprimento de contrato assinado com o Município, poderá o faltoso sofrer as seguintes penalidades :
- a) Anotação restritiva no credenciamento, nos seguintes casos:
- I) Atraso injustificado na execução dos serviços;
- II) Execução de serviços em desacordo como previsto no contrato;
- III) Inexecução total do contrato de serviços;
- IV) Qualidade insatisfatória dos serviços prestados;
- V) Recusa injustificada em assinar o contrato;
- VI) Repetição de pequenas falhas que prejudiquem o andamento dos serviços;
- VII) Rescisão contratual;
- b) Advertência;
- c) Pagamento de multa;
- d) Cancelamento do credenciamento.
- 11.5 – Nos casos abaixo relacionados, de acordo com a gravidade das ocorrências, o Leiloeiro Oficial poderá ser excluído do credenciamento:
- a) Inadimplência de obrigação contratual assumida com o Município de Monte Carlo;
- b) Recusa em assinar contrato decorrente da indicação mediante sorteio para conduzir leilão oficial;
- c) Prestação de serviço considerado insatisfatório;
- d) 02 (duas) advertências em um prazo de 01 (um) ano;
- e) Omitir ou prestar informações inverídicas aos interessados sobre as condições de venda dos bens, que resultem na desvalorização dos bens;
- 11.6 – O credenciamento deverá ainda ser cancelado, com embasamento em relatório elaborado pela gerência encarregada da administração do contrato, nos seguintes casos:
- a) Decretação de falência do Leiloeiro Oficial;
- b) Falsidade ideológica;
- c) Apresentação de documentação falsa ou adulterada ;
- d) Não comprovação, quando solicitado, da autenticidade e veracidade da documentação apresentada.
- 11.7 – O interessado será notificado tempestivamente de sua exclusão/cancelamento do credenciamento.
- 11.8 – Cessados os motivos que impuseram a penalidade aplicada, o Município de Monte Carlo poderá efetuar a reabilitação do interessado, mediante sua solicitação, permanecendo no credenciamento os registros anteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO

- 12.1 – A publicação do presente contrato correrá por conta e ônus do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ANEXOS

- 13.1 - São anexos ao presente instrumento e dele fazem parte

integrante os seguintes documentos:

1. Edital de Credenciamento N.º 01/2015 e seus anexos;
2. Pedido de Credenciamento e documentação do Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 – Fica eleito o foro da Comarca de Fraiburgo - SC, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer dúvida ou pendência oriunda do presente instrumento.

14.2- E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos legais.

MONTE CARLO - SC , 05 de agosto de 2015.

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

Pela Contratante

DANIEL ELIAS GARCIA

Leiloeiro Oficial

TESTEMUNHAS:

1 - _____

Vanderléia Alves Fernandes

CPF.: 077.361.879-16

1 - _____

Marielle Stratmann

CPF.: 099.087.109-66

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 89/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 89/2015

TERMO DE CONTRATO PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS a REFORMA CENTRO EDUCACIONAL E ESPORTIVO MUNICIPAL "VEREADOR ALTAIR LUIZ GONÇALVES", com o fornecimento de todo o material e mão de obra necessários, conforme projetos, memorial descritivo e orçamento em anexo, que entre si, celebram o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e a empresa CONSTRUTORA SOLO LTDA cnpj nº 07.706.125/0001-80 PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICA.

Aos 05 dias do mês e ano corrente , de um lado O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, Estado de Santa Catarina, entidade jurídica de Direito Público Interno, estabelecida na Rodovia SC 452 Km 25, nº 1551, nesta cidade de Monte Carlo, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, inscrito no CPF sob o nº 850.169.429.00 no final assinado e no uso de suas atribuições, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa CONSTRUTORA SOLO LTDA inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.706.125/0001-80 com sede na na cidade de Concórdia neste ato representada pelo(a) Sr(a). NEUDI WUNDER portador(a) do CPF nº 430.543.079-72 doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tendo em vista o resultado da licitação na modalidade da Tomada de Preço nº 01/2015, do Tipo Menor Preço Global, consoante e decidido no Processo Licitatório nº 77/2015 resolvem celebrar o presente Contrato de execução de obra sujeitando-se às normas da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, com suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto, a contratação de empresa especializada para REFORMA CENTRO EDUCACIONAL E ESPORTIVO MUNICIPAL "VEREADOR ALTAIR LUIZ GONÇALVES", com o fornecimento de todo o material e mão de obra necessária, conforme projetos, memorial descritivo e orçamento em anexo e em conformidade com as especificações e condições constantes no Edital e seus anexos a que este Contrato se vincula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Este Contrato vincula-se ao Edital de Tomada de Preço nº 01/2015 e seus anexos e à proposta comercial apresentada pela Contratada para o referido processo licitatório.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA - O prazo de vigência do Contrato será de sua assinatura até 05/12/2015 conforme prazo de execução das obras.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES - Para garantir o fiel cumprimento do objeto contratado, são obrigações das partes:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - DA CONTRATANTE

1 - Dar condições para a CONTRATADA executar o objeto do contrato de acordo com os padrões estabelecidos. Exercer a fiscalização dos serviços por meio de comissão especialmente designada para este fim.

2- A fiscalização não altera ou diminui a responsabilidade da CONTRATADA na execução do objeto, nem dos custos inerentes ao refazimento dos serviços.

3 - Receber e conferir o objeto do contrato, consoante às disposições estabelecidas.

4- Efetuar os pagamentos na forma convencionada na CLÁUSULA NONA.

5 - Permitir que os funcionários da CONTRATADA tenham acesso aos locais de execução dos serviços.

6- Notificar, por escrito, à CONTRATADA, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, com total ônus à CONTRATADA.

7 - Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

PARÁGRAFO SEGUNDO - DA CONTRATADA

1 - Executar os serviços de acordo com as especificações técnicas e prazos determinados no Projeto Executivo, como também de acordo com o cronograma físico-financeiro constantes no item 1.1 do presente Edital. Caso esta obrigação não seja cumprida dentro do prazo, a licitante vencedora ficará sujeita à mesma multa estabelecida no item 14 deste Edital.

2 - Manter a equipe executora dos serviços convenientemente munida de equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletiva adequados à execução dos serviços e de acordo com as normas de segurança vigentes.

3 - Propiciar o acesso da fiscalização da Prefeitura aos locais onde serão realizados os serviços, para verificação do efetivo cumprimento das condições pactuadas.

3.1 - A atuação da comissão fiscalizadora da Prefeitura não exime a licitante vencedora de sua total e exclusiva responsabilidade sobre a qualidade e conformidade dos serviços executados.

4 - Empregar boa técnica na execução dos serviços, com materiais de primeira qualidade, de acordo com o previsto no Projeto Executivo (plantas, memoriais descritivos, caderno de especificações técnicas e planilhas orçamentárias).

5 - Prestar manutenção da obra, durante o período de garantia legal conforme artigo nº 618 do Código Civil de 2002, durante o período de garantia, da seguinte forma:

- Iniciar o atendimento em no máximo 1 (um) dia útil, contados da comunicação do(s) defeito(s) pela Prefeitura.

- Concluir os serviços de manutenção no prazo máximo determinado pela Prefeitura.

- Caso o atendimento do chamado e/ou à conclusão dos serviços de manutenção não sejam realizados dentro do prazo, a licitante vencedora ficará sujeita à multa estabelecida no item 14 deste edital.

6 - Visando à administração da obra, manter 01 (um) engenheiro residente e 01 (um) encarregado geral em período integral.

7 - Executar todos os serviços complementares julgados necessários para que o local tenha condições de uso satisfatório.

8 - Corrigir e/ou refazer os serviços e substituir os materiais não aprovados pela fiscalização da Prefeitura, caso os mesmos não atendam às especificações constantes no Projeto Executivo.

8.1- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

9 - Fornecer, além dos materiais especificados e mão-de-obra especializada, todas as ferramentas necessárias, ficando responsável por seu transporte e guarda.

10 - Fornecer a seus funcionários equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletiva adequados à execução dos serviços e de acordo com as normas de segurança vigentes.

11 - Responsabilizar-se por quaisquer danos ao patrimônio da Prefeitura e de terceiros, causados por seus funcionários em virtude da execução dos serviços.

12 - Executar limpeza geral, ao final da execução dos serviços, o espaço deverá ser entregue limpo e em perfeitas condições de ocupação e uso.

13 - Empregar, na execução dos serviços, apenas materiais de primeira qualidade, que obedeçam às especificações, sob pena de impugnação destes pela fiscalização da Prefeitura.

14 - Obedecer sempre às recomendações dos fabricantes e das normas técnicas vigentes na aplicação dos materiais industrializados e dos de emprego especial, pois caberá à licitante vencedora, em qualquer caso, a responsabilidade técnica e os ônus decorrentes de sua má aplicação.

15 - Proceder à substituição, em até 24 horas a partir da comunicação, de materiais, ferramentas ou equipamentos julgados pela Fiscalização da Prefeitura como inadequados à execução dos serviços.

16 - Entregar o local objeto desta licitação limpo, sem instalações provisórias e livres de entulho ou quaisquer outros elementos que possam impedir a utilização imediata das unidades. Concluído o objeto contratado, deverá a licitante vencedora comunicar o fato, por escrito, à Fiscalização da Prefeitura, para que se possa proceder à vistoria da obra com vistas à sua aceitação provisória. Todas as superfícies deverão estar impecavelmente limpas.

17 - Recuperar áreas ou bens não incluídos no seu trabalho e deixá-los em seu estado original, caso venha, como resultado de suas operações a danificá-los.

18 - Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas,

de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a Prefeitura.

19 - Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Prefeitura ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

20 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação para execução exigidas na licitação.

21 - Possuir corpo técnico qualificado em conformidade com o porte da obra contratada e Anotações de Responsabilidade Técnica apresentadas em processo licitatório a que este CONTRATO se vincula.

22 - A Prefeitura não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da licitante vencedora para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

22.1 – Mesmo os serviços sub-contratados pela licitante vencedora serão de sua inteira responsabilidade, cabendo à mesma o direito de ação de regresso perante a empresa contratado para ressarcimento do dano causado.

23 - Providenciar o livro "DIÁRIO DE OBRAS", para as anotações da fiscalização da CONTRATANTE e do Responsável Técnico da CONTRATADA, no tocante ao andamento dos serviços contratados e problemas detectados, com o estabelecimento, inclusive, de prazo para sua correção.

24 - Todo o pessoal contratado para a execução da obra, objeto deste contrato, deverá ser registrado em carteira pelo regime CLT, em nome da Contratada.

25 - A CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL, DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO - O local e as condições de execução, bem como a forma de recebimento do objeto contratado, obedecerão ao seguinte: **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O início da execução dos serviços deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis, da data da emissão da Ordem de Serviço.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O objeto do contrato será recebido pela CONTRATANTE, nos termos da lei 8.666/93, dispostos no inciso I de seu artigo 73:

A) PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado.

B) DEFINITIVAMENTE, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da lei 8.666/93.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os serviços a serem executados prevêm obediência às Normas Técnicas da ABNT e às normas dos fabricantes dos materiais e equipamentos.

PARÁGRAFO QUARTO - Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA perante a CONTRATANTE ou terceiros, os serviços

estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita fiscalização, a qualquer hora, em toda a área abrangida pelos serviços. A CONTRATANTE exercerá a fiscalização da obra por meio de comissão fiscalizadora instituída para este fim, bem como auxiliares que se fizerem necessários, devidamente designados pela autoridade competente, podendo, ainda, contratar empresa especializada, para auxiliar nesta atividade.

PARÁGRAFO QUINTO - A fiscalização da CONTRATANTE solucionará todos os impasses quanto à substituição ou não de peças ou materiais, no todo ou em parte irrecuperáveis, ficando a seu cargo os critérios para tal. Qualquer alteração feita ao Projeto Executivo, após aprovação da CONTRATANTE, deverá ser registrada no livro "Diário de Obras". Ressalta-se que tal livro não poderá ser retirado, em hipótese alguma, do canteiro de obras até que o objeto pactuado por este contrato seja concluído e entregue mediante TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DA OBRA.

PARÁGRAFO SEXTO - À fiscalização da CONTRATANTE fica assegurado o direito de:

a) Exigir o cumprimento de todos os itens e subitens do Projeto Executivo.

b) Rejeitar todo e qualquer serviço mal executado ou material de qualidade inferior ou diferente ao especificado em Projeto Executivo, estipulando prazo para a sua retirada e refazimento do serviço, sob ônus da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Caberá à comissão fiscalizadora da CONTRATANTE o dever de:

a) Fazer cumprir todas as disposições das especificações constantes do Projeto Executivo e deste CONTRATO.

b) Decidir sobre as divergências de projeto e especificações, motivando a escolha tomada.

PARÁGRAFO OITAVO - A CONTRATADA deverá manter na direção da obra um profissional habilitado, conforme apresentado em fase licitatória, com conhecimento que lhe permita a execução de todos os serviços, além dos demais elementos necessários à perfeita administração.

PARÁGRAFO NONO - A Administração da obra deverá ser realizada por 1 (um) engenheiro, podendo prestar serviços de fiscalização por meio período e 1 (um) Encarregado Geral, devendo este prestar serviços em período integral. **PARÁGRAFO DECIMO** - As especificações para a execução do objeto do presente contrato são aquelas constantes do Projeto Executivo disponibilizado quando da publicação do Edital a que este CONTRATO se vincula, às quais a CONTRATADA declara ter pleno conhecimento e está obrigada a cumprir fielmente.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS

A Obra, objeto do presente Edital - Contrato, deverá ser executada de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Projeto, até a data 05/12/2015.

CLÁUSULA SEXTA - DOS ENCARGOS CONTRATUAIS - A CONTRATADA é responsável por todas as providências e obrigações referentes à legislação específica de acidentes de trabalho quando de ocorrências em que forem vítimas os seus funcionários, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA, como única e exclusiva responsável pela execução dos serviços objeto do presente contrato, responde civil e criminalmente por todos os danos, perdas

e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos ou terceiros, no exercício de suas atividades, vier, direta ou indiretamente, causar ou provocar à CONTRATANTE ou a terceiros.

PARÁGRAFO SEGUNDO - À CONTRATADA caberá as despesas peculiares às empreitadas globais, notadamente serviços gerais, transporte horizontal e vertical, mão-de-obra e materiais, inclusive para instalações provisórias, e todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais decorrentes, bem como as relativas aos registros junto ao CREA. Cabe ainda à Contratada, por todo o período de execução das obras, manter os seguros que por Lei se tornarem exigíveis.

PARÁGRAFOS TERCEIROS - Por se tratar de empreitada por preço global, os preços contratados constituirão a única e completa remuneração pelos serviços contratados no período estabelecido, estando incluído nos mesmos os custos com os encargos relacionados no parágrafo anterior ou quaisquer outras despesas adicionais. A inadimplência da CONTRATADA com referência aos mesmos não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REGIME DE EXECUÇÃO - O objeto do presente contrato será executado sob o regime de execução indireta, na modalidade de empreitada por preço global.

CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR - Ao presente contrato é dado o valor global de R\$ 315.913,68 (trezentos e quinze mil, novecentos e treze reais e sessenta e oito centavos) fixo e irrevogável, sendo o valor dos materiais de R\$ 205.340,09 (Duzentos e cinco mil, trezentos e quarenta reais e nove centavos) e de mão de obra de R\$ 110.573,59 (Cento e dez mil, quinhentos e setenta e três reais e cinquenta e nove centavos).

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO - O pagamento será efetuado à empresa contratada no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, após a apresentação e aceitação da nota fiscal que será emitida após a medição da etapa conforme Cronograma Físico-Financeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Não serão efetuados quaisquer pagamentos à CONTRATADA enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A liberação do pagamento ficará condicionada a consulta prévia ao Sistema de Cadastro de Fornecedores da Prefeitura, para verificação da situação da CONTRATADA em relação às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, cujo resultado será impresso e juntado aos autos do processo.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A CONTRATANTE pagará a(s) Nota(s) Fiscal(is) / Fatura(s) somente à CONTRATADA, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.

PARÁGRAFO QUARTO - A empresa CONTRATADA deverá fazer constar na(s) Nota(s) Fiscal(is) / Fatura(s) correspondente(s), emitida(s) sem rasura, e em letra legível, o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.

PARÁGRAFO QUINTO - A comissão fiscalizadora da CONTRATANTE somente atestará a execução dos serviços e liberará a(s) Nota(s) Fiscal(is) / Fatura(s) para pagamento, quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas e cumpridas eventuais pendências.

PARÁGRAFO SEXTO - Havendo erro na(s) Nota(s) Fiscal(is) / Fatura(s) ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese,

o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Os pagamentos serão efetuados por etapas de serviços executados, de acordo com o cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária apresentada neste processo licitatório e aprovada pela Comissão Especial de Licitação, não se admitindo em nenhuma hipótese o pagamento de materiais entregues na obra.

PARÁGRAFO OITAVO – Para efeito de pagamento das etapas de serviços executados, será observado o que estabelecem as legislações vigentes do INSS e FGTS quanto aos procedimentos de retenção, recolhimento e fiscalização relativos aos encargos previdenciários.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS ACRÉSCIMOS E/OU SUPRESSÕES - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do presente CONTRATO, dentro dos limites previstos o § 1º do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As dotações orçamentárias para suportar as despesas com a execução do contrato serão oriundas do Orçamento 2015:

Entidade: 01 – Prefeitura Municipal
Órgão: 07 – Secretaria de Educação
Unidade: 03 – Departamento de Esportes
Projeto/atividade: 2028 – Manutenção Desporto Amador
Ministério dos Esportes – Contrato nº 1014663-71/2014 R\$: 243.750,00

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES - Pela inexecução total ou parcial das obrigações decorrentes da execução do objeto contratado, a CONTRATANTE, garantida a prévia e ampla defesa, poderá aplicar à CONTRATADA, segundo a extensão da falta ensejada, as seguintes sanções, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

I - Advertência, por escrito. II – Multa.

III - Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública Local, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Será aplicado multa de 0,03 % (três centésimos por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, incidentes sobre o valor do serviço a que se referir a infração, devida em dobro a partir do décimo dia de atraso até o trigésimo dia, quando a CONTRATANTE poderá decidir pela continuidade da multa ou rescisão contratual, aplicando-se na hipótese de rescisão apenas a multa prevista no Parágrafo Segundo, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução total do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, quando a entrega for inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado ou quando o atraso ultrapassar o prazo limite de trinta dias, estabelecido no Parágrafo Primeiro.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O valor correspondente a qualquer multa aplicada à CONTRATADA, respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado no prazo máximo de 10

(dez) dias, após o recebimento da notificação, na forma definida pela legislação, em favor da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO-SC, ficando a CONTRATADA obrigada a comprovar o pagamento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

PARÁGRAFO QUARTO - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, após o que, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO QUINTO - No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente ao abatimento da dívida, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

PARÁGRAFO SEXTO - Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, a CONTRATADA responderá pela sua diferença, podendo esta ser cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil decorrente das infrações cometidas junto a CONTRATANTE, inclusive com a possibilidade de exigir perdas e danos.

PARÁGRAFO OITAVO - A CONTRATADA, na execução do CONTRATO, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra e/serviços, até o limite admitido, em cada caso, pela CONTRATANTE. Ressalta-se que a terceirização de serviços pela CONTRATADA não a exime de sua inteira responsabilidade dos serviços executados pela empresa subcontratada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES - O presente instrumento de CONTRATO poderá ser alterado, com as devidas justificativas, de acordo com os casos previstos no capítulo III, Seção III - DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO - A rescisão do presente instrumento ocorrerá de acordo com o previsto no Artigo 79 da Lei nº 8.666/93, no que couber.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS MOTIVOS PARA A RESCISÃO - A inexecução total ou parcial do CONTRATO enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e legais previstas na Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Constituem motivos para a rescisão do contrato aqueles relacionados no Artigo 78 da Lei nº 8.666/93, no que couber.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Nos casos de rescisão, a CONTRATADA receberá o pagamento pelos materiais utilizados e devidamente medidos pela CONTRATANTE até a data da rescisão.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ocorrendo a rescisão, a CONTRATANTE poderá promover o ressarcimento de perdas e danos por via administrativa ou ação judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS - Este Contrato regula-se pela Lei nº 8.666/93, pelas suas Cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral de contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA ANÁLISE - A minuta do presente instrumento de CONTRATO foi devidamente examinada e aprovada pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura, conforme determina a legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO - A publicação resumida deste instrumento no Diário Oficial dos Municípios, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO - Fica eleito o Foro da Comarca de Fraiburgo - SC para dirimir quaisquer dúvidas oriundas das obrigações previstas neste Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas:

Monte Carlo – SC 05 de Agosto de 2015.

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

Pela Contratante

NEUDI WUNDER

CONSTRUTORA SOLO LTDA

TESTEMUNHAS:

1 - _____

Vanderléia Alves Fernandes

CPF.: 077.361.879-16

1 - _____

Marielle Stratmann

CPF.: 099.087.109-66

EDITAL PREGÃO Nº 44/2015

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 87/2015

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2015

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação futura de pessoa jurídica para execução do objeto abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues a partir das 08:00 horas do dia 11 de agosto de 2015 até as 08:45 horas do dia 21 de agosto 2015. Abertura da sessão no mesmo dia. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR LOTE, As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

1 – DO OBJETO 1.1 – O presente pregão tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE PEÇAS, PARA A MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MASTER PLACA MJX-5596 DO FUNDO MUNICIPAL SAUDE., nos casos especificados conforme delimitações constantes neste Edital, para exercício de 2015.

2 – DA EXECUÇÃO 2.1 – Do acesso aos mercados:

2.1.1 – O presente Processo Licitatório destina-se exclusivamente a contratação do objeto junto a Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

2.1.2 – Fica priorizado a contratação de empresa "nacional", assim definido no ANEXO XIII.

2.2 – As quantidades de unidades individuais do objeto licitado, que serão contratados total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.3 - A licitante vencedora efetuará entrega dos objetos do presente processo mediante a solicitação formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo 20 (vinte) dias.

2.4 – As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

2.5 – As empresas interessadas em participar do presente certame deverão realizar vistoria no veículo, em horário comercial junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, com o Sr. Bruno de Oliveira, para conhecimento da situação em que o veículo se encontra antes da

formulação da proposta de preços. Caso haja necessidade de acréscimo de peças posteriormente, ficará a cargo da licitante vencedora, sem qualquer ajuste ou aditivo dos itens e/ou preços cotados.

2.6 – Tendo a faculdade de realização da vistoria, as licitantes não poderão alegar desconhecimento das especificações dos serviços, das condições e do grau de dificuldades existentes com a justificativa de eximirem das obrigações assumidas em decorrência deste Pregão, nem para pretensões de acréscimos de preços.

2.7 – As peças deverão ser de 1ª linha, novas, com garantia de 06 (seis) meses, contados a partir da emissão da Nota Fiscal.

2.8 – A licitante vencedora deverá realizar a recuperação do motor, instalação no veículo, deixando-o testado e funcionando, inclusive a parte elétrica, no local onde este se encontrar.

2.9 - Todas as despesas decorrentes da aquisição das peças/prestação dos serviços correrão por conta da proponente vencedora.

3 – DA PARTICIPAÇÃO 3.1 – Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que satisfizerem as condições de habilitação preliminar elencadas no presente Edital.

3.2 – Não poderá participar desta licitação, empresas temporariamente suspensa de licitar e impedida de contratar junto ao Município de Monte Carlo.

3.3 – Não poderá participar da licitação, empresa declarada inidônea para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único do art. 97 da Lei Federal nº 8666/1993 e suas alterações.

3.4 – É vedada a participação nesta licitação, empresas das quais participem, seja a título de sócio-administrador ou sócio-cotista, servidor público do município de Monte Carlo.

3.5. – Não será permitida a participação nesta licitação de empresas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

3.6 – Não poderá participar da licitação empresa com falência decretada ou concordatária.

3.7 – Somente poderão participar da presente licitação as empresas cujo objeto social seja pertinente ao objeto licitado.

3.7.1 – Entende-se por pertinência, o objeto social da proponente que, mesmo não sendo idêntico ao objeto da licitação, seja ao menos apropriado a este, ou seja, o objeto social da licitante não deve ser totalmente estranho e incompatível com o objeto licitado.

3.8 - Por força do art. 9º, da Lei nº 8.666/93, e em honra ao princípio da moralidade, não poderão participar desta licitação, servidor público, efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, que mantenha vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, excetua-se destas vedações o servidor público municipal no gozo de licença não remunerada para tratar de interesses particulares, nos termos da legislação municipal vigente; bem como, não seja pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro, Obras, Educação ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto.

3.9 - Estrangeiras que não funcionem no País.

3.10 – Fica vedada a participação de empresas de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum.

3.11 – Não será admitida a participação de cooperativas e ou instituições sem fins lucrativos cujos os estatutos e objetivos sociais não prevejam ou não estejam de acordo com o objeto ora licitado.

3.12 – A participação neste Processo Licitatório é reservada única e exclusivamente de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

4 - DO CREDENCIAMENTO 4.1 - Quando a interessada for representada por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, esta deverá apresentar Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado com data de emissão inferior a 30 (trinta) dias da abertura da sessão ou Contrato Social na forma da lei.

4.2 - Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração (podendo utilizar o ANEXO I como modelo) ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF - Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, devendo apresentar, também, a mesma documentação constante do LOTE 4.1 deste capítulo, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

4.2.1 - Não poderá atuar como procurador da proponente, servidor público efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, que mantenha vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, bem como, pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto. Excetua-se desta vedação o servidor público municipal no gozo de licença não remunerada para tratar de interesses particulares, nos termos da legislação municipal vigente.

4.3 - Apresentar declaração de cumprimento de plenos requisitos da habilitação, modelo Anexo IV.

4.4 – No caso das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, deverão apresentar Certidão Simplificada conforme definição mencionada no LOTE 4.1 para fins de comprovação da situação, sob pena de desclassificação.

4.5 - Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 4.1, 4.2 e 4.3 deverão vir fora dos envelopes de documentação e/ou da proposta e ficarão retidos nos autos.

4.6 – Havendo remessa via postal dos envelopes ou defeito no credenciamento pela ausência de algum dos documentos tratados no LOTE "5 – Proposta de Preços", a licitante não poderá participar da fase de lances, permanecendo com sua proposta fixa, bem como não poderá se manifestar acerca da interposição de recurso quando declarado o vencedor.

4.7 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, conforme o caso, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro, ou membro da Equipe de Apoio ou servidor do Departamento de Compras.

5 - DA PROPOSTA DE PREÇOS 5.1 - A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2015
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)
ENVELOPE Nº 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

5.2 - A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

- a) ser apresentada no formulário ANEXO II ou segundo seu modelo, com prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias, contendo especificação detalhada dos serviços e/ou produtos segundo as exigências mínimas apresentadas no Anexo VII deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas.
- b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ;
- c) suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;
- d) conter o preço unitário e total de cada LOTE, em moeda corrente nacional, em algarismo, limitado a 02 (duas) casas decimais para os centavos, respeitados os valores máximos trazidos pelo Termo de Referência.
- e) as licitantes deverão apresentar proposta de preços contendo preços unitários iguais ou inferiores aos preços máximos admitidos pelo Edital.
- f) conter prazo de validade da ata;
- g) oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

5.3 - Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, nº da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos (conforme modelo no ANEXO III).

5.4 - Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF e endereço eletrônico; (conforme modelo no ANEXO III).

5.5 – Anexar a proposta, as Declarações solicitadas no presente Edital; que são:

- 5.5.1 - Declaração de inexistência de vínculo de sócio ou procurador com a administração pública municipal, modelo Anexo IX;
- 5.5.2 – Declaração de Idoneidade, modelo Anexo VIII;
- 5.5.3 - Declaração de inexistência de fato impeditivo, modelo Anexo X;
- 5.5.4 – Declaração de elaboração independente de proposta, conforme Instrução Normativa nº 02 de 16.Setembro.2009, modelo Anexo XI;
- 5.5.5 – Declaração de que a empresa não irá terceirizar os serviços, sob pena de proibição temporária da empresa infratora licitar novamente.
- 5.5.6 – Declaração de que a licitante oferece o prazo mínimo de 06 (seis) meses de garantias do serviço e das peças, com reconhecimento de firma de assinatura em cartório;

5.7 – Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências do presente edital e seus anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, e, ainda aquelas que impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidas neste edital.

5.7 – Havendo divergência entre a descrição dos produtos constantes no Anexo VII e a proposta eletrônica disponível no sistema, prevalece a constantes neste Edital.

6 - DA HABILITAÇÃO 6.1 - Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2015
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)
ENVELOPE Nº 02 - "DOCUMENTAÇÃO"

6.2 - Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

6.2.1 – Quanto à habilitação Jurídica:

a) Contrato social na forma de lei (sê, não apresentado na fase de credenciamento).

6.2.2 – Quanto à regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;
- c) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- d) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;
- f) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, modelo Anexo XII;

6.3 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX). Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA 7.1 - Entregar o objeto do presente processo licitatório nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

7.2 - Realizar a entrega dos produtos, na sede do município, diretamente nos locais a que for indicado.

7.3 – Entregar os objetos licitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

7.4 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.

7.5 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

7.6 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

8 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE 8.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições deste Edital, e de seus Anexos.

8.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

8.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos á execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

8.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

8.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

8.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

8.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

8.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

8.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

8.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.

8.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

8.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

8.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

8.13.1 – Para fiscalização dos contratos oriundos do presente processo licitatório, será definida a pessoa responsável, na Ata de Registro de Preços em sua cláusula 7.13.1;

8.14 – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Edital e no Contrato.

8.15 – Rejeitar a execução do objeto do contrato, por terceiros, sem autorização, ou se houver, que seja aquele da informação constante na proposta apresentada.

9 - DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO 9.1 - No dia, hora e local designados no Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no Capítulo 4.

9.2 - Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão, o Pregoeiro solicitará e receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.

9.3 - Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

9.4 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

9.5 - No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

9.6 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no LOTE anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

9.7 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços;

9.8 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

9.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

9.10 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

9.11 - Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerados aqueles acima do preço de mercado.

9.12 - Neste momento, após finalizada os lances, será concedido a LICITANTE Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que no início se credenciou como tal, o direito de preferência, conforme parágrafo 3º do Artigo 45 da LC Nº 123/2006, desde que esteja com proposta dentro do preço compreendido entre a menor proposta apresentada mais 5%(cinco por cento), apresentar no prazo máximo de 05(cinco) minutos, nova proposta menor que a menor proposta até então apresentada. O disposto neste LOTE somente ser aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.13 - O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço para que seja obtido preço ainda melhor.

9.14 - Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições.

9.15 – Neste íterim será concedido novamente o direito de preferência, no caso de ter sido vencedora na etapa de lances uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para havendo irregularidades na documentação de Regularidade Fiscal, apresentar as devidas correções e ou substituições no prazo máximo de 05 (cinco) dias, prorrogáveis por mais 05 (cinco), conforme parágrafo 1º do Art. 43 da LC 123/2006, e 147/2014 para regularização da documentação.

9.16 - No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

9.17 - Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes.

9.17.1 - Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar. Serão registrados os fornecedores na ordem de sua classificação, para fins de convocação remanescente na forma do art. 64, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

9.18 - O Pregoeiro somente manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos licitantes perdedores quando houver manifestação de recurso previsto no LOTE 14.1 deste Edital;

9.19 - Da sessão pública será lavrada Ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

9.20 - Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes.

10 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO 10.1 - A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO – JULGAMENTO POR LOTE, desde que atendidas às exigências deste Edital.

11 – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

11.1 – Decairão do direito de impugnar os termos desta licitação perante à Administração, os licitantes que não o fizerem dentro do prazo legal, conforme art. 41, § 2º da Lei nº 8.666/93, hipótese que tal comunicação posterior não terá efeito de recurso.

11.2 – A propositura de impugnação ou esclarecimento por via postal, não impede a realização do certame, ficando a cargo da proponente, certificar-se que o pedido deverá ser entregue na sede da Prefeitura Municipal, até o prazo previsto no LOTE 11.1, sob pena de não conhecimento do mesmo.

11.3 – Somente serão aceitos pedidos de esclarecimento ou impugnações, devidamente formalizados por escrito, pelos proponentes interessados, e regularmente protocolados perante o Setor de Compras e Licitações do Município de Monte Carlo –SC.

11.3.1 – Pelo recebimento do pedido de esclarecimento ou impugnação, terá o Presidente da Comissão de Licitações que promover sua resposta.

11.4 - Os pedidos de impugnação ou esclarecimento deverão indicar obrigatoriamente, um endereço eletrônico para onde serão remetidas as respostas e decisões, pelo Setor de Compras e Licitações.

11.5 - Pedidos de esclarecimento ou impugnações formuladas em desacordo com o previsto nos itens 11.1 a 11.4, e seus subitens, deste Edital, serão tidos como inexistentes, e não receberão resposta, sob nenhuma justificativa.

12 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 12.1 – As obrigações decorrentes da entrega dos produtos e serviços constantes no Registro de Preços a serem firmadas entre a Administração, os Órgãos Participantes e o Fornecedor serão formalizadas através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade do Registro de Preços será o da assinatura do termo até a data de 06 (seis) meses em função da garantia.

12.2 - O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados, será convocado através de publicação no DOM – Diário Oficial dos Municípios ou através do endereço eletrônico (e-mail) informado no processo, a firmar contrato no prazo máximo de 3 (três) dias.

12.3 – O licitante que, convocado para assinar a Ata, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

12.4 – No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, a licitante vencedora deverá apresentar os seguintes documentos:

12.4.1 – Certidão negativa de falência e concordata.

12.5 – Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

12.6 – Observados os critérios e condições estabelecidas neste Edital e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

12.7 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13 – DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS 13.1 - Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

14 - DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS 14.1 - Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razão em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

14.2 - Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), sendo submetido este resultado ao Prefeito Municipal para homologação.

14.3 - O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Exmo. Prefeito Municipal, por intermédio do Pregoeiro, a qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias úteis ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

14.4 - Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao Exmo. Prefeito Municipal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

14.5 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

14.6 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a) advertência,
- b) multa,
- c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,
- d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

14.7 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

14.8 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

14.9 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

14.10 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

14.11 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

- a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;
- c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

14.12 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

14.13 – Falha na execução do contrato prevista no LOTE nº 14.6 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela a seguir:

LOTE	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar

14.15 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

14.16 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

14.17 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

15 – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 15.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.1.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o

custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

15.1.2 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

I - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

15.1.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

15.1.4 - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

16 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR 16.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

I - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II - recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - tiver presentes razões de interesse público;

V - for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

VI - for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

16.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

17 – DA DOTAÇÃO 17.1 - As despesas decorrentes da entrega/realização do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015, a saber:

Entidade: 04 – Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo

Órgão: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2033 – Atenção Básica à Saúde

Código Reduzido: 17

Dotação Orçamentária: 3.3.90.00.00.00.00.0038

18 – DO PAGAMENTO

18.1 - O pagamento pela execução objeto da presente licitação, será feito em favor da licitante vencedora, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores devidamente identificados, após as publicações mensais, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

18.1.1 – Conforme disposição legal contida no Decreto nº 7.507, art. 2º, § 1º, de 27 de junho de 2011, os fornecedores obrigam-se a informar a esta administração, caso sejam vencedores do certame, número de conta em agência de banco oficial federal (BANCO DO BRASIL OU CAIXA ECONOMICA FEDERAL), para receberem seus créditos sem custo adicionais. Caso apresentem número de contas em bancos não oficiais, do ramo privado, ARCARÃO com os custos provenientes da transferência do pagamento.

18.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (LOTE 5.2. letra a deste Edital).

18.3 – A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o dia 10 (dez) do mês subsequente a da emissão da nota fiscal.

18.4 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

19 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

19.2 - O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, na sala do Setor de Compras e Licitações, logo após sua homologação.

19.3 - Detalhes não citados, referentes a prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

19.4 - O prazo de garantia das peças e dos serviços prestados será de 06 (seis) meses ou, 20000 (vinte mil) quilômetros, sendo que durante o período de garantia, a contratante poderá exigir a abertura do motor para verificação dos serviços executados, na hipótese da ocorrência de falhas ou defeitos.

19.5 – Todos os encargos, traslado do veículo a partir deste Município até o local de prestação de serviços ou outro que tenha sido necessário ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive o traslado de devolução do veículo/máquina, montagem, desmontagem e segurança do veículo enquanto este permanecer em poder do contratado são de sua inteira e exclusiva responsabilidade.

19.6 - O Prefeito Municipal poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

19.7 - O Pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, em horário de atendimento ao público, pessoalmente no Departamento de Compras ou ainda pelo e-Mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

19.8 – São partes integrantes deste edital os seguintes ANEXOS:

- a) ANEXO I – Procuração;
- b) ANEXO II – Proposta de Preços;
- c) ANEXO III – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
- d) ANEXO IV – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- e) ANEXO V – Minuta de Contrato.
- f) ANEXO VI – Relação das quantidades .
- g) ANEXO VII – Modelo Declaração de Idoneidade.
- h) ANEXO VII - Modelo de declaração de inexistência de vínculo de sócio ou procurador com a administração pública municipal.
- i) ANEXO X – Modelo de Declaração de fato superveniente e impeditivo da habilitação.
- j) ANEXO X - Declaração de elaboração independente de proposta.
- l) ANEXO XI – Declaração Inciso XXXIII art 7º da CF.
- m) ANEXO XII – Do acesso aos mercados.
- n) ANEXO XIII – Termo de referência.

Monte Carlo – SC, 10 de agosto de 2015
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
PREFEITO

ANEXO I PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2015

PROCURAÇÃO

____<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO> _____, por meio de _____<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA> _____, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr. _____<NOME COMPLETO, RG, CPF> _____, outorgando-lhe poderes gerais para representar a referida empresa no Processo Licitatório nº 70/2015 do Município de Monte Carlo - SC, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances, interpor recursos, assinar contratos e praticar todos os demais atos necessários a este procedimento licitatório.

____<Cidade/Estado>____, ____<data> _____

<nome completo do representante legal
e qualificação na empresa>

OBS: Com assinatura do Outorgante
reconhecida em Cartório.

ANEXO II PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2015

PROPOSTA DE PREÇOS

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

Razão Social: _____

Nome de Fantasia: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Município: _____

Estado: _____ CEP: _____

Fone/Fax: _____

CNPJ: _____

Inscrição Estadual: _____
Inscrição Municipal: _____

2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

Prazo de validade da proposta: 60 dias.

Prazo de validade da Ata: 06 (seis) meses em função da garantia.

3. DECLARAÇÃO:

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão inclusos todos os custos e despesas necessários a total execução do objeto ora licitado, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, fretes, seguros, encargos sociais e trabalhistas, embalagens, lucro, honorários profissionais, despesas de hospedagem, alimentação, deslocamento dos profissionais e outros necessários ao cumprimento integral do objeto de Edital do Pregão acima indicado e seus anexos.

Carimbo do CNPJ:

Assinatura do representante
Carimbo da empresa

Continua...

ANEXO II - continuação PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2015

PROPOSTA DE PREÇOS**4. – OBJETO DA PROPOSTA**

LOTE	QTDAD	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$/UND	R\$/TOTAL

Monte Carlo – SC, /22/

(representante legal)

ANEXO III PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2015

1. DADOS BANCÁRIOS:

NOME DO BANCO:	
CIDADE:	
Nº DA AGÊNCIA:	Nº DA CONTA CORRENTE:
TITULAR DA CONTA CORRENTE:	

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:
IDENTIDADE Nº :
CPF/MF Nº:
ENDEREÇO ELETRÔNICO (e-Mail)

ANEXO IV PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2015

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

_____ (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) CNPJ nº _____, sediada em _____ (ENDEREÇO COMERCIAL) _____, declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

Obs.: Em se tratando de ME ou EPP, favor orientar-se pelo descrito no LOTE 4.3 parágrafo único.

Monte Carlo (SC), ____ < DATA> ____

Assinatura do representante legal da empresa
Carimbo da empresa

Carimbo do CNPJ:

ANEXO - V PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2015

MINUTA CONTRATO Nº /1/

Aos /2/, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições simplesmente MUNICÍPIO, e de outro lado a empresa xxxxxxxxxxxxxxxx pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de /4/, inscrita no C.N.P.J. sob o nº /5/, neste ato representada por: /6/, cpf nº /7/, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir. As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO 1.1 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE PEÇAS, PARA A MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MASTER PLACA MJX-5596 DO FUNDO MUNICIPAL SAUDE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO 2.1 – As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados parcial ou total, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 20 (vinte) dias..

2.3 – O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO 3.1 – Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

LOTE	QTDAD	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$/UND	R\$/TOTAL

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS 4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência do presente contrato, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS 5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR Será de responsabilidade da licitante vencedora:

6.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

6.2 – Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

6.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.

6.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

6.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

CLAUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE 7.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

7.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos á execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

7.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

7.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

7.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

7.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

- 7.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.
- 7.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- 7.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.
- 7.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.
- 7.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.
- 7.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.
- 7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sr (a); /11/, portador do cpf nº /12/ como fiscal do presente contrato.
- 7.14 – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas em Edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS 8.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a) advertência,
 - b) multa,
 - c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,
 - d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.
- 8.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 8.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.
- 8.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 8.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.
- 8.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
- a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;
 - b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;
 - c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.
- 8.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.
- 8.8 – Falha na execução do contrato prevista no LOTE nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

LOTE	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.

- 8.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.
- 8.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.
- 8.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL 9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 10.1 – O presente contrato poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR 11.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 12.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015, a saber:

Entidade: 04 – Fundo Municipal de Saúde de Monte Carlo

Órgão: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2033 – Atenção Básica à Saúde

Código Reduzido: 17

Dotação Orçamentária: 3.3.90.00.00.00.00.0038

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO 13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 87/2015, Pregão Presencial nº 44/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA 14.1 - O prazo de validade do presente termo será da data de assinatura até a data de 06 (seis) meses em função da garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 15.1 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

15.2 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.3 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

15.4 – O prazo de garantia das peças e dos serviços prestados será de 06 (seis) meses ou, 20000 (vinte mil) quilômetros, sendo que durante o período de garantia, a contratante poderá exigir a abertura do motor para verificação dos serviços executados, na hipótese da ocorrência de falhas ou defeitos.

15.5 – Todos os encargos, traslado do veículo a partir deste Município até o local de prestação de serviços ou outro que tenha sido necessário ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive o traslado de devolução do veículo/máquina, montagem, desmontagem e segurança do veículo enquanto este permanecer em poder do contratado são de sua inteira e exclusiva responsabilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO 16.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam á presente Ata em 02- duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC, /16/.

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO /3/

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA /6/

Testemunhas:

Fiscal do Contrato: /11/ - /12/

ANEXO - VI PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2015

RELAÇÃO DE PRODUTOS COM QUANTIDADE ESTIMADA E VALOR DE REFERÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO		UNID.MED	QTD	PREÇO UNIT MAXIMA	PREÇO TOTAL
1	GUIA ADM/ESC MASTER MJX-5596	UIN	16,000	23,1600	370,56	
2	JOGO JUNTA C/ RETENTOR MASTER MJX-5596	UIN	1,000	1.145,0000	1.145,00	
3	COXIM MASTER MJX-5595	UIN	1,000	206,0000	206,00	
4	POLIA GUIA DA CORREIA MASTER MJX-5596	UIN	1,000	242,0000	242,00	
5	RETENTOR COMANDO MASTER MJX-5596	UIN	2,000	49,0000	98,00	
6	KIT CORREIA MASTER MJX-5596	UIN	1,000	460,0000	460,00	
7	VEDADOR DE VALVULAS MASTER MJX-5596	UIN	16,000	9,3200	149,12	
8	ESMERILLHAR SEDE/VALVULA MASTER MJX-5596	SER	16,000	10,6500	170,40	
9	TROCAR GUIAS DE VALVULAS MASTER MJX-5596	SER	16,000	12,5000	200,00	
10	RETIFICA VALVULA MASTER MJX-5596	SER	16,000	15,7500	252,00	
11	RETIFICA SEDE DE VALVULA MASTER MJX-5596	SER	16,000	17,0000	272,00	
12	MONTAR CABEÇOTE MASTER MJX-5596	SER	1,000	131,0000	131,00	
13	PLAINAR CABEÇOTE MASTER MJX-5596	UIN	1,000	312,5000	312,50	
14	LIMPAR CABEÇOTE MASTER MJX-5596	SER	1,000	75,0000	75,00	
15	TESTAR CABEÇOTE MASTER MJX-5596	SER	1,000	172,5000	172,50	
	TOTAL LOTE					4.256,08

ANEXO VII PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2015

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A (nome da empresa), localizada no endereço (endereço completo-rua, bairro, cidade, estado), devidamente inscrita no cnpj sob o nº (especificar), com vistas ao credenciamento junto a Administração do Município de Monte Carlo no Processo Licitatório nº 70/2015 DECLARA sob as penas da lei que não está cumprindo penalidade de inidoneidade, suspensão ou impedimento de contratar com a Administração Pública.

xxxxxxxxxxxxxxxx-xx, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxx

(nome/representante legal)

ANEXO VIII PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2015

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO, SÓCIO OU PROCURADOR VINCULADO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

_____ (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____ CNPJ nº _____, sediada em _____ (ENDEREÇO COMERCIAL) _____, declara, nos termos do art. 9º, da Lei nº 8.666/93, que não possui como sócio ou procurador, ou sendo pessoa física não é, servidor público efetivo ou não, ainda que licenciado do cargo, nem mantém vínculo de qualquer espécie com o Município de Monte Carlo, bem como, não é pessoa terceirizada cuja atividade esteja relacionada com os setores de Compras, Jurídico, Contábil, Financeiro ou qualquer outro setor cujo objeto licitado seja afeto.

Monte Carlo (SC), ____ < DATA> _____

Assinatura do representante legal da empresa
Carimbo da empresa

Carimbo do CNPJ:

ANEXO IX PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2015

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE E IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO.

A (nome da empresa), localizada no endereço (endereço completo-rua, bairro, cidade, estado), devidamente inscrita no cnpj sob o nº (especificar), para efeito de participação junto a Administração do Município de Monte Carlo no Processo Licitatório nº 70/2015 DECLARA sob as penas da lei que não possui fato impeditivo que altere os dados para efetivação da sua habilitação e ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

xxxxxxxxxxxxxxxx-xx, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxx

(nome/representante legal)

ANEXO X PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2015

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado LICITANTE para fins do disposto no Edital do Processo Licitatório nº 70/2015, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- (a) a proposta apresentada para participar do presente processo licitatório foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato quanto a participar ou não da referida licitação;
- (d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- (e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de Administração Municipal antes da abertura oficial das propostas; e
- (f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, em ____ de _____ de _____

(representante legal do licitante).

ANEXO - XI PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2015**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO NO DISPOSTO NO INCISO XXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

_____, (nome), portador do CPF N.º _____, na condição de preposto da empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, DECLARO, sob as penas da lei*, que a pessoa jurídica acima nominada encontra-se em situação regular quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Por ser esta uma declaração da verdade, firmo o presente para os efeitos pretendidos, especialmente para comprovação de regularidade quanto ao cumprimento da norma constitucional de proteção ao trabalho do menor e do adolescente junto ao Sistema Federal de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

_____, em ____/____/____.

*Código Penal, art. 299.

Representante da Licitante

ANEXO XII PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2015**DO ACESSO AOS MERCADOS**

Nos termos do Capítulo V da Lei Complementar nº 147 de 07/agosto/2014, priorizando o desenvolvimento do município, da região ou do estado, pela oportunidade de criação, geração e fomentação de empregos pelo incentivo ao desenvolvimento de atividades comerciais e industriais, a empresa será beneficiada em 10,0% (dez por cento) do melhor preço válido, cuja sua sede localize-se em:

LOCAL

Município de Monte Carlo – SC

REGIONAL

Em um dos municípios catarinenses integrantes da região abrangida pela AMPLASC e AMARP.

ESTADUAL

Em um dos municípios integrantes do Estado de Santa Catarina.

NACIONAL

Em qualquer um dos municípios do território brasileiro.

ANEXO - XIII TERMO DE REFERÊNCIA**CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONserto MOTOR A DIESEL.**

1 - OBJETIVO 1.1 - O presente termo tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE PEÇAS, PARA A MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO MASTER PLACA MJX-5596 DO FUNDO MUNICIPAL SAUDE, com fornecimento de peças e mão de obra, conforme especificações, quantitativos e delimitações constantes em Edital.

2 - JUSTIFICATIVA 2.1 – A contratação de serviços de retificação do motor se justifica pela necessidade de manter o veículo em perfeito funcionamento, pois se faz imprescindível ao exercício das atividades desenvolvidas pela administração pública.

2.2 – As referidas atividades não são finalísticas da Administração Municipal, o que faz com que a mesma não possua uma estrutura de quadro de pessoal próprio que comporte a sua realização com eficácia e também de maquinário específico; daí a necessidade da presente contratação.

2.3 – O fornecimento pela contratada de insumos, equipamentos e demais materiais necessários para a execução das atividades e não pelo próprio órgão contratante se justifica pelos seguintes motivos:

2.3.1 – As empresas, na realização dos serviços usualmente possuem materiais, mão de obra e instalações adequadas ao desenvolvimento dos procedimentos laboratoriais.

2.3.2 – Mesmo que a Administração pudesse realizar tais serviços, por preço reduzido em relação ao da empresa contratada, deveriam ser considerados outros custos nos controles dos mesmos, tais qual a remuneração dos servidores envolvidos, transporte, a armazenagem, as despesas decorrentes de eventuais perdas, entre outros. Além disso, a especialização da contratada garante maior eficácia nos resultados finais.

3 – ENQUADRAMENTO LEGAL 3.1 – Lei nº 8.666/1993 de 21 de junho de 1993 – Lei de Licitações.

3.2 – Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000.

3.3 – Decreto nº 3.931, de 19 de setembro de 2001.

3.4 – Decreto nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

3.5 – Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002.

4 – DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO 4.1 – Valor e quantidade estimado é aquele constante em tabela anexa, após consulta no comércio que presta serviços inerentes ao objeto.

4.2 – A presente contratação será efetuada através de licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por LOTE.

5 – DA GARANTIA 5.1 - O prazo de garantia das peças e dos serviços prestados será de 06 (seis) meses ou, 20000 (vinte mil) quilômetros, sendo que durante o período de garantia, a contratante poderá exigir a abertura do motor para verificação dos serviços executados, na hipótese da ocorrência de falhas ou defeitos.

6 – CARACTERÍSTICAS DOS VEÍCULOS QUE REQUEREM OS SERVIÇOS 6.1 - VEÍCULO, RENAULT MASTER JAEDI: PLACA MJX-5596, MOTOR DIESEL, ANO E MODELO: 2012/2013 , CHASSI: 93YADC1H6DJ355869.

Morro da Fumaça

PREFEITURA

ERRATA DOS REGISTROS DE PREÇOS 073/2015 E 074/2015

Município de Morro da Fumaça. ERRATA dos Registros de Preços 073/2015 e 074/2015. Data: 20/08/2015 às 09:00 e as 11:00 respectivamente. ALTERA-SE O ANEXO VIII do edital. Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. Fernando D Teixeira – Secretário de Finanças.

Navegantes

PREFEITURA

DECRETO 418 DE 07 DE AGOSTO DE 2015

DECRETO Nº 418 DE 07 DE AGOSTO DE 2015

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei nº 2947 de 21/11/2014 e pelo inciso VI do art. 167 da Constituição Federal:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 5.180,00 (Cinco mil cento e oitenta reais) da seguinte dotação:

Órgão: 25 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 53– Centro de Atenção Psicossocial

2.099 – Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial

Fonte de Recursos – 013802 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

154 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 5.180,00

T O T A L
..... R\$ 5.180,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação da seguinte dotação:

Órgão: 25 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 53– Centro de Atenção Psicossocial

2.099 – Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial

Fonte de Recursos – 013802 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

153 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 5.180,00

T O T A L
..... R\$ 5.180,00

Art. 3º - Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Prefeitura de Navegantes - SC, 07 de Agosto de 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de Agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO Nº 422 DE 10 DE AGOSTO DE 2015

DECRETO Nº 422 DE 10 DE AGOSTO DE 2015

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3017 de 10/08/2015:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) das seguintes dotações, nas respectivas fontes de recursos:

Fonte de Recursos – 10001– Recursos Sesan

ÓRGÃO: 28 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

UNIDADE: 02 – Diretoria de Operações, Expansão e Comércio

17.512.0057 – 1.034 – Termo de Ajuste de Conduta – Construção de Reservatórios

233 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos - Aplicações Diretas R\$ 1.400.000,00

17.512.0057 – 1.037 – Termo de Ajuste de Conduta – Aquisição de Equipamentos/Infraestrutura

235 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos - Aplicações Diretas R\$ 600.000,00

17.512.0057 – 1.087 – Drenagem Pluvial

237 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos - Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00

T O T A L
.....R\$ 3.000.000,00

Art. 2º Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

Fonte de Recursos – 10001– Recursos Sesan

ÓRGÃO: 28 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

UNIDADE: 02 – Diretoria de Operações, Expansão e Comércio

17.512.0057 – 2.115 – Manut. e Func. da Diretoria de Operações, Expansão e Comércio

238 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 3.000.000,00

T O T A L
.....R\$ 3.000.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE AGOSTO DE 2015.

Roberto Carlos dos Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

NAVEGANTES-SC, 10 DE AGOSTO DE 2015.

Silvana Maria Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EXTRATO CONTRATUAL Nº 164/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL.

Contrato Nº.: 164/2015.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES.

Contratada: GENTE SEGURADORA S/A.

CNPJ: 90.180.605/0001-02.

Vigência: INÍCIO: 05/08/2015 TÉRMINO: 05/08/2016.

Valor: R\$ 15.290,00 (quinze mil duzentos e noventa reais).

Licitação: Pregão Presencial nº 028/2015.

Recursos: Dotação: 2.093 3.3.90.00.00.00

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL (FRANQUIA OBRIGATÓRIA) DE COLISÃO, INCÊNDIO, DANOS DE QUALQUER NATUREZA: DANOS MATERIAIS A TERCEIROS, DANOS CORPORAIS A TERCEIROS, DANOS MORAIS, ACIDENTES PESSOAL POR PASSAGEIRO "MORTE E INVALIDEZ; FURTO E ROUBO PARA ATENDER AOS VEÍCULOS (AMBULÂNCIA) A DISPOSIÇÃO DO SAMU, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, conforme Pregão Presencial nº 28/2015.

Navegantes, 05 de agosto de 2015.

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO CC07/2015 FMS.

EXTRATO - HOMOLOGAÇÃO CC07/2015.

CONCORRÊNCIA Nº 7/2015

PROCESSO FMS Nº0 7/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES.

OBJETO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE ENTIDADES HOSPITALARES PRESTADORAS DE SERVIÇOS EM ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE PARA ATENDIMENTO DE URGENCIA E EMERGENCIA, INTERNAÇÕES HOSPITALARES E ATENDIMENTO AMBULATORIAL COM A FINALIDADE DE ATENDIMENTO AOS PACIENTES DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC.

EMPRESA: INSTITUTO DE SAÚDE E EDUCAÇÃO VIDA.

VALOR TOTAL: R\$ 37.586.762,82 (trinta e sete milhões quinhentos e oitenta e seis mil setecentos e sessenta e dois reais e oitenta e dois centavos).

Navegantes, 04 de agosto de 2015.

Roberto Carlos de Souza.

Prefeito do Município.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PMN Nº 112/2015 / 115/2015.

Inexigibilidade PMN Nº 112/2015.

Processo: IL112/2015.

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO COM A DUPLA MUSICAL "DANY E RAFA" A SER REALIZADO NO DIA 23 DE AGOSTO DE 2015 EM PRAÇA PÚBLICA, NAS FESTIVIDADES COMEMORATIVAS AO 53º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLITICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Empresa: DANY E RAFA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA.

CNPJ: 14.969.859/0001-18.

Valor: R\$ 17.000,00.

Fundamento: Art. 25, Lei 8.666/93.

Navegantes, 06 de agosto de 2015.

Inexigibilidade PMN Nº 115/2015.

Processo: IL115/2015.

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO DO "CANTOR ARMANDINHO E BANDA" A SER REALIZADO NO DIA 26 DE AGOSTO DE 2015 EM PRAÇA PÚBLICA, NAS FESTIVIDADES COMEMORATIVAS AO 53º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLITICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Empresa: ALBA PRODUÇÕES ARTISTICA LTDA.

CNPJ: 10.344.124/0001-48

Valor: R\$ 54.000,00.

Fundamento: Art. 25, Lei 8.666/93.

Navegantes, 06 de agosto de 2015.

LEI 3018 ALTERA LEI 3004

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

LEI Nº 3018 DE 10 DE AGOSTO DE 2015

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3004 DE 23 DE JUNHO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Ficam alterados os incisos IV e V do artigo 1º da lei nº 3004 de 23 de junho de 2015, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

IV – APP da Escola Municipal Profª Maria Tereza Leal;

V – Escola Municipal Profª Neusa Maria Rebello Vieira"

Art. 2º Ficam inalteradas as demais disposições da lei nº 3004 de 23 de junho de 2015.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE AGOSTO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de agosto de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LEI Nº 3017 DE 10 DE AGOSTO DE 2015

LEI Nº 3017 DE 10 DE AGOSTO DE 2015

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) das seguintes dotações, nas respectivas fontes de recursos:

Fonte de Recursos – 10001– Recursos Sesan

ÓRGÃO: 28 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

UNIDADE: 02 – Diretoria de Operações, Expansão e Comércio

17.512.0057 – 1.034 – Termo de Ajuste de Conduta – Construção de Reservatórios

233 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos - Aplicações Diretas R\$ 1.400.000,00

17.512.0057 – 1.037 – Termo de Ajuste de Conduta – Aquisição de Equipamentos/Infraestrutura

235 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos - Aplicações Diretas R\$ 600.000,00

17.512.0057 – 1.087 – Drenagem Pluvial

237 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos - Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00

T O T A L
.....R\$ 3.000.000,00

Art. 2º Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

Fonte de Recursos – 10001– Recursos Sesan

ÓRGÃO: 28 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

UNIDADE: 02 – Diretoria de Operações, Expansão e Comércio

17.512.0057 – 2.115 – Manut. e Func. da Diretoria de Operações, Expansão e Comércio

238 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 3.000.000,00

T O T A L
.....R\$ 3.000.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE AGOSTO DE 2015.

Roberto Carlos dos Souza

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

NAVEGANTES-SC, 10 DE AGOSTO DE 2015.

Silvana Maria Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PREGÃO 60/2014FMS - PEDIDO TROCA DE MARCA - PONTAMED - INDEFERIDO

DECISÃO- PEDIDO – TROCA DE MARCA - INDEFERIMENTO

EMPRESA: PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA

CNPJ: 02.816.696/0001-54

Aos 10 (dez) dias, do mês de agosto de 2015, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, com sede a Rua João Emílio nº. 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº. 8.666/93, 10.520/2002 e dos decretos nº. 3.931/2001 e 056/2009, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão de Registro de Preços nº.60/2014, Ata de julgamento de Preços homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE INDEFERIR o pedido de troca de marca item 95, feito via almoxarifado em 04/08/2015, pela empresa PONTAMED FARMACEUTICA LTDA tendo em vista que o pedido foi insuficiente, sem base, assim como sem justificativa plausível.

A comissão ao verificar o pedido de TROCA do item 95 do pregão 60/2014, constatou que a licitante apresentou um comunicado do fabricante (Laboratório Teuto Brasileiro S/A) de 04/12/2014, assinado por Wanduil de Melo Santos, no qual informava que a produção dos medicamentos FENITOINA 100MG (C1) COMP C/100 e FENITOINA SOD 50MG/ML (C1) SOLINJ C/72 GEN estava suspensa devido ao indeferimento do Boas Práticas de Fabricação da empresa Sinbiotik, ENTRETANTO a licitação ocorreu dia 08/01/2015, um mês depois do licitante já ter o conhecimento de que o medicamento estaria suspenso.

Desta forma além de indeferir o presente pedido, esta comissão RATIFICA DECISÃO ANTERIOR AO encaminhar a decisão ao departamento de processo administrativo para apurar a falta de entrega pelo licitante referente a AF 265/2015 e se for o caso suspender sua participação nos processos licitatórios.

Douglas Lemos – Pregoeiro

Maria B. Correa – Pregoeira Substituta

Equipe de apoio –

Pedro Paulo da Costa

Carla Claudino

Franciele Justino

Josezite dos Santos

Corroborando

Silvana Maria Mendes Francisco

Secretária de Administração

Nova Trento

PREFEITURA

CLASSIFICAÇÃO FINAL - PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015

PROCESSO SELETIVO 003/2015

"HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO APÓS ANÁLISE DOS RECURSOS INTERPOSTOS, PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFISSIONAIS PARA OCUPAREM OS CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL QUE COMPÕE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, SC, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a classificação final do processo seletivo, após análise dos recursos interpostos, para contratação temporária de profissionais é a seguinte:

CARGO: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO		ACER- TOS	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA FINAL		
			Portu- guês	Matemá- tica	Conh. Gerais	Conh. Especí- ficos		
01	Clarice Poli Ferrari	21/12/1977	05	06	05	06	5,7	5,7
02	Ivaldair Bortoletti	07/09/1957	05	02	06	06	5,5	5,5
03	Bernardete Tomasi Carniel	07/08/1954	04	04	06	05	5,0	5,0
04	Fermino Inacio Fumagali	31/07/1952	00	00	05	06	4,6	4,6
05	Santim Teodoro Tomasi	29/10/1955	01	04	05	06	4,6	4,6
06	José Valdir Perotoni	03/10/1953	04	03	01	06	4,5	4,5
07	Ricardo Luis da Silva	11/04/1971	03	03	04	04	3,8	3,8
08	Osni Valter Mickaski	10/11/1974	04	03	03	04	3,7	3,7
09	Nilton Libardo	19/11/1963	02	02	01	06	3,6	3,6
10	Enes Tomasi	24/12/1952	02	01	01	06	3,5	3,5
11	Celestino Alves	19/05/1965	03	01	05	03	3,2	3,2
12	Valdoci Lofy	29/01/1973	02	04	01	04	3,2	3,2
13	Daniel Martins Godoe	14/09/1960	03	05	04	03	3,0	3,0
14	João Taboni	23/07/1964	03	03	00	04	3,0	3,0
15	Ivo Bonikoski	22/07/1953	03	04	02	03	2,7	2,7
16	Mario Abelino	04/02/1959	04	04	03	02	2,6	2,6
17	Inacio Dalla Brida	31/07/1948	02	05	01	03	2,4	2,4
18	Norival Libardo	30/10/1975	00	02	02	03	2,4	2,4
19	Osmar Hilleshein	20/05/1966	03	02	03	02	2,3	2,3
20	Sergio Fachi	12/03/1964	01	03	03	02	2,3	2,3
21	Aldo Inacio Marchi	19/04/1956	03	04	01	02	2,1	2,1
22	Hilario Wolf	01/09/1966	03	02	02	02	2,1	2,1
23	Senator Eccher	02/08/1937	02	03	01	02	2,0	2,0
24	Lauzinho Lacerda	21/04/1951	02	03	01	02	2,0	2,0
00	Aparecido Moreira	Não compareceu						

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO		ACER- TOS	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA FINAL		
			Portu- guês	Matemá- tica	Conh. Gerais	Conh. Especí- ficos		
01	Carina Sueli Nicolodi	09/04/1992	10	06	06	06	6,4	6,4
02	Dalva Aparecida Eccher	18/07/1960	03	01	06	07	5,8	5,8
03	Cacilda Moreira	18/05/1969	09	05	07	05	5,8	5,8
04	Nalzir do Prado Hoffmann	03/03/1960	05	03	06	06	5,6	5,6
05	Maristela Dutra	09/07/1982	04	02	03	07	5,4	5,4
06	Elicelma Lazzarotto	26/04/1979	06	02	07	05	5,2	5,2
07	Elaine Aparecida de Souza	24/10/1972	07	08	02	05	4,9	4,9
08	Ana Claudia Battisti	28/10/1995	07	02	05	05	4,9	4,9
09	Dalva Montibeller Dell Antonio	27/02/1967	05	04	06	04	4,5	4,5

10	Ivani Salete Cordeiro Wisintainer	08/10/1966	06	03	05	04	4,3	4,3
11	Karla Armelini	06/02/1978	04	03	06	04	4,3	4,3
12	Waylla Maria Souza Santos	10/03/1986	09	05	05	03	4,2	4,2
13	Leila Maria Giacomini	03/02/1962	07	06	05	03	4,1	4,1
14	Maria de Lourdes Tomasi Minatti	17/04/1960	05	05	06	03	4,0	4,0
15	Maria Cattani Veneri	31/10/1958	00	03	06	04	3,9	3,9
16	Aparecida Montibeller Vinotti	11/09/1960	02	06	06	03	3,8	3,8
17	Laudivânia Silva Bezerra	08/10/1978	05	02	03	04	3,7	3,7
18	Andreia Naira Battisti	27/07/1987	04	05	05	03	3,7	3,7
19	Jozelia Fogaça França	19/03/1987	04	04	04	03	3,4	3,4
20	Idineia Turaci Mantoani	05/07/1978	05	03	03	03	3,2	3,2
21	Juliana Aparecida dos Santos	30/07/1989	06	06	03	01	2,3	2,3
22	Mirian Libardo Coelho	03/04/1968	01	00	04	01	1,5	1,5
00	Dirce Cavajoni	13/01/1982	00	00	00	00	00	00
00	Marlene Detz Corsi	Não compareceu						
00	Salvelina Nunes Fontanelli	Não compareceu						
00	Tânia Murceski Pereira	Não compareceu						

CARGO: ATENDENTE DE CRECHE

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO		ACERTOS	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA FINAL		
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos		
01	Ana Lucia Vargas Coelho	17/09/1970	10	07	10	06	7,3	7,3
02	Naiara Minatti Muraro	20/11/1989	06	09	04	06	5,9	5,9
03	Leticia Eliane de Maria de Jesus	19/05/1988	05	08	07	05	5,7	5,7
04	Marilete Orlandi Piva	18/05/1971	07	04	04	06	5,5	5,5
05	Raquel Jordana dos Santos Dornelles	21/12/1995	08	03	04	06	5,5	5,5
06	Josiani Piva Capraro	16/11/1981	08	08	07	04	5,4	5,4
07	Josilda Queiroz Biscaia	31/07/1989	08	09	05	04	5,1	5,1
08	Marileia Raiser Dalla Bida	30/04/1978	07	07	05	04	4,8	4,8
09	Janete Inacia Gulini Nichnoski	15/06/1971	06	05	06	04	4,7	4,7
10	Tainara da Silva	27/12/1995	06	05	06	04	4,7	4,7
11	Raquel Venske	31/05/1997	06	04	05	04	4,4	4,4
12	Edna Magali Koerich	20/09/1982	04	02	06	04	4,2	4,2
13	Fabricia Meyer	25/09/1983	08	06	04	03	4,0	4,0
14	Mariza Marilande Fantini	24/11/1984	08	06	07	02	4,0	4,0
15	Driely Valeria de Aguiar Gonçalves	12/07/1992	05	05	06	03	4,0	4,0
16	Joselia Moreira Kuttoche	23/07/1979	09	03	07	02	3,8	3,8
17	Rosenilda Perotoni Peixer	04/10/1979	02	04	03	04	3,6	3,6
18	Edineia Ap. dos Santos Maçaneiro	17/05/1985	06	05	06	02	3,6	3,6
19	Ivone Gandin	04/03/1966	06	03	05	02	3,1	3,1
20	Maria Bernadete Fumagalli	27/10/1958	03	03	05	02	2,8	2,8
21	Luana Miquele Dessoy	12/08/1994	06	07	04	01	2,7	2,7
22	Eler Franzoi	30/04/1961	03	05	05	01	2,4	2,4
00	Maria Isabel de Oliveira	Não compareceu						
00	Neuza Aparecida T. Marcolla	Não compareceu						
00	Maiara Muraro	Não compareceu						
00	Paula Suelyn de Lima	Não compareceu						
00	Andressa Tarter Mafra	Não compareceu						
00	Nara Adriana Esmala	Não compareceu						

CARGO: MOTORISTA III

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO		ACERTOS	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA FINAL		
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos		
01	Criselle Stuepp Claudino	30/06/1982	06	07	08	09	8,3	8,3
02	Ricardo Amarante	27/12/1981	07	09	06	09	8,2	8,2

03	Daniel Ferreira Coelho	05/04/1976	06	06	09	08	7,8	7,8
04	Jefferson G. Ouriques	15/10/1980	08	06	07	08	7,6	7,6
05	Leonardo João Bonecher	04/04/1990	07	07	04	09	7,6	7,6
06	Evandro Aluizio Cucco	05/07/1969	04	07	07	08	7,3	7,3
07	João Lemes	11/08/1961	07	07	08	07	7,2	7,2
08	Lindonei Benvenutti	02/06/1983	04	04	07	08	7,0	7,0
09	Luciano Neri de Souza	06/06/1983	04	06	05	08	6,8	6,8
10	Reginaldo Edesio Silva	18/08/1982	06	06	06	07	6,7	6,7
11	Jaison José Compiani	28/11/1976	08	06	10	05	6,4	6,4
12	Paulo Sérgio Rodrigues	17/12/1968	05	04	05	07	6,1	6,1
13	Luiz Henrique Neumann	06/12/1975	06	09	05	06	6,1	6,1
14	Nestor Brás Ramos	26/02/1964	07	06	05	06	5,9	5,9
15	Cristiano Constante	27/07/1974	04	07	05	05	5,2	5,2
16	Paulo Roberto Rodrigues	28/08/1961	06	02	06	05	5,0	5,0
17	Valmir Sehn	26/11/1977	05	03	06	05	5,0	5,0
00	Jair Michaski	10/11/1970	00	00	02	01	1,0	1,0
00	Marcelo Francisco de Moura	Não compareceu						

CARGO: TECNICO DE ENFERMAGEM

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO		ACERTOS	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA FINAL		
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos		
01	Juraci Jurema Vicentini Demonti	04/02/1962	04	03	08	06	5,9	5,9
02	Paulo Roberto Ferreira de Brito	05/08/1987	06	01	09	04	4,9	4,9
03	Salete Eller	22/05/1958	05	02	05	05	4,7	4,7
04	Valdinéia Dos Santos Rosa	20/11/1981	06	03	07	04	4,7	4,7
05	Lucimari Brizolla de Vargas	06/07/1982	08	01	07	04	4,7	4,7
06	Fernanda Salum Correa	17/01/1980	05	02	07	04	4,5	4,5
07	Robison Melo	16/12/1969	05	02	05	04	4,1	4,1
08	Rogério Júlio De Aguiar	17/07/1970	08	01	07	03	4,1	4,1
09	Onélia Almeida	23/02/1956	04	01	05	04	3,9	3,9
10	Karina Tomasi	12/06/1979	08	01	06	03	3,8	3,8
11	Alvina Buttchewitz Dalri	27/03/1964	01	01	07	03	3,4	3,4
12	Sérgio Pereira Lobo	25/11/1976	04	01	05	03	3,3	3,3
13	Terezinha Maria Dalri	06/06/1959	02	04	04	03	3,2	3,2
14	Tayse Gambeta	18/04/1995	08	02	05	02	3,2	3,2
15	Daniela Carina Selli Rodhen	07/02/1980	06	03	05	02	3,1	3,1
16	Chirle Silva	08/01/1980	04	04	05	02	3,0	3,0
00	Marcio Ceratti Junior	25/12/1983	Não compareceu					
00	Luci Sueli Cardoso Paza	29/12/1973	Não compareceu					
00	Julio Cesar De Oliveira	26/07/1970	Não compareceu					

CARGO: MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO		ACERTOS	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA FINAL		
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos		
01	Vili Francisco Giacomini	05/12/1952	06	05	07	07	6,7	6,7
02	Francisco Rodolfo Orsi	13/08/1958	04	06	06	06	5,8	5,8
03	Romoacir Romalino de Souza	10/09/1952	03	05	07	05	5,2	5,2
04	Jair Silva dos Santos	05/11/1949	02	05	07	04	4,5	4,5
05	Luiz Snaider	18/07/1955	02	03	05	05	4,5	4,5
06	Edson Adão Ferreira	18/09/1980	05	05	04	04	4,2	4,2
07	Alexandre Marcelo Piva	Não compareceu						
08	Jan Carlos Dalri	Não compareceu						

CARGO: AUXILIAR DE ENFERMAGEM

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO		ACERTOS	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA FINAL		
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos		
01	Marcia Maria Vicentini	15/12/1965	08	05	07	04	5,1	5,1
02	Salomão Almeida Santos	14/04/1967	05	07	09	03	4,8	4,8
03	Rita Cadorin Tomasoni	05/01/1968	06	04	06	06	4,6	4,6

CARGO: VIGIA

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO		ACERTOS	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA FINAL		
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos		
01	Giovani Gomes da Rosa	10/07/1960	07	06	05	05	5,3	5,3
02	Joel Battisti	17/06/1996	06	03	03	05	4,5	4,5
03	Élcio Giacomeli	24/10/1965	03	01	07	03	3,6	3,6
00	Vinícius G. Barreto Passos	Não compareceu						

CARGO: PROFESSOR NÃO HABILITADO – CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO		ACERTOS	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA FINAL		
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos		
00	Janderlene Laurindo	Não compareceu						

CARGO: PROFESSOR DE GEOGRAFIA NÃO HABILITADO

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO		ACERTOS	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA FINAL		
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos		
01	Jucelino Marino Chini	16/12/1979	05	03	08	05	5,4	5,4

CARGO: PROFESSOR DE PORTUGUES NÃO HABILITADO

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO		ACERTOS	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA FINAL		
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos		
00	Dione dos Santos	Não compareceu						

CARGO: PROFESSOR DE CIÊNCIAS NÃO HABILITADO

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO		ACERTOS	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA FINAL		
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos		
01	Augusto Flavio Porto da Veiga	01/09/1967	04	03	09	07	6,7	6,7
02	Dhionatas Junior Ferreira Oliveira	09/06/1992	09	05	09	05	6,2	6,2
03	Eugeani Fundcheller	28/10/1979	05	06	07	03	4,3	4,3

CARGO: PROFESSOR NÃO HABILITADO ANOS INICIAIS

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO		ACERTOS	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA FINAL		
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos		
01	Mireli Carla Ceccato	22/08/1990	06	03	07	06	5,9	5,9
00	Andrea de Souza Mário							

CARGO: PROFESSOR NÃO HABILITADO EDUCAÇÃO INFANTIL

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO		ACERTOS	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA FINAL		
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos		
01	Maiara Boettner Peixe	14/10/1981	07	03	09	09	8,2	8,2
02	Pamela Janaina Freese	04/09/1992	07	05	08	06	6,4	6,4
03	Elide Maria Anzoategui	20/05/1974	06	05	09	05	5,9	5,9
04	Suelen do Belem de Oliveira	11/04/1990	07	04	08	04	5,1	5,1
05	Lisangela Locks	08/08/1980	07	04	04	05	4,9	4,9
00	Luciana Pezzini	Não compareceu						

CARGO: PROFESSOR NÃO HABILITADO - ARTES

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO		ACERTOS	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA FINAL		
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos		
01	Pâmela Amorim da Silva	17/03/1997	06	07	06	08	7,3	7,3
02	Hingrid Rosa Clotilde Z. Ouriques Pereira	20/11/1996	03	04	08	02	3,5	3,5
03	Silene Rodrigues Cadorin	12/02/1970	04	02	06	02	3,0	3,0
00	Patricia Fagundes	Não compareceu						

CARGO: PROFESSOR HABILITADO – CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO		ACERTOS	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL		
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos			
01	Patricia Regina Tell Marchi	05/04/1964	04	00	06	05	3,6	00	3,6
02	Jeime Andreia Davalo Gonçalves	Não compareceu							

CARGO: PROFESSOR HABILITADO – CIÊNCIAS

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO		ACERTOS	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL		
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos			
01	Fernanda Piazza	02/12/1988	05	04	09	06	5,1	0,50	5,6

CARGO: PROFESSOR HABILITADO – ANOS INICIAIS

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO		ACERTOS	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL		
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos			
01	Daiana Laura de Aguiar	18/12/1985	07	04	06	04	3,9	00	3,9
00	Emilia Irani Tomasi Leite	Não compareceu							
00	Paula camilla Bertelli	Não compareceu							

CARGO: PROFESSOR HABILITADO – EDUCAÇÃO INFANTIL

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO		ACERTOS	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL		
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos			
01	Juliana Zicatti de Santana Marcolla	09/04/1984	05	02	06	05	3,9	0,50	4,4
02	Adriele Moraes	20/01/1989	05	04	05	06	4,3	00	4,3

CARGO: PROFESSOR HABILITADO – EDUCAÇÃO FÍSICA - BASQUETE

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO		ACERTOS	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL		
--------	---------------	--------------------	--	---------	--------------------	--------------------	------------	--	--

			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos			
01	Gabriela de Barros Mandrozato	11/07/1972	03	04	07	09	5,7	00	5,7

CARGO: PROFESSOR HABILITADO – EDUCAÇÃO FÍSICA - SESI

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO		ACERTOS	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL		
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos			
01	Israel Sérgio Cipriani	09/05/1989	05	04	08	08	5,7	00	5,7
02	Leandro da Silva	14/09/1985	06	03	07	08	5,5	00	5,5
00	Francieli Alves Cabral	Não compareceu							

CARGO: PROFESSOR HABILITADO – PORTUGUES

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO		ACERTOS	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL		
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos			
01	Lacioni Wolf	28/01/1985	09	01	06	06	4,6	0,50	5,1

CARGO: MÉDICO ESPECIALISTA - PSIQUIATRIA

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO		ACERTOS	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL		
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos			
01	Victor Raphael Corrêa Voss	01/11/1984	07	10	09	05	5,5	00	5,5

CARGO: MÉDICO PLANTONISTA

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO		ACERTOS	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL		
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos			
01	Rafael A Alves Pinto	26/01/1989	09	09	08	08	6,6	00	6,6
02	Fábio Shihadeh Muhammad Mahmud Leite	24/10/1985	07	04	09	08	6,1	00	6,1
03	Rodrigo Dias da Silva	20/04/1982	06	07	08	07	5,7	00	5,7
04	Maico Matos Menegola	05/06/1976	06	07	08	06	5,3	00	5,3
05	Hélio S. Barbosa Filho	28/08/1977	08	06	09	05	5,2	00	5,2
06	Felisberto Mora	29/01/1937	07	06	09	05	5,1	00	5,1
07	Marcia Ross	11/01/1966	08	02	08	06	5,0	00	5,0
00	Dany Willian Taguchi	Não compareceu							

CARGO: NUTRICIONISTA

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO		ACERTOS	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL		
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos			
01	Larissa Tachini	09/05/1993	08	08	09	09	7,0	00	7,0
02	Vivian Braz Vieira	17/11/1980	06	07	06	09	6,1	00	6,1

CARGO: FARMACEUTICO (A)

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO		ACERTOS	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL		
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos			
01	Eduarda Souza Lodetti	02/12/1992	07	08	08	07	5,9	00	5,9
02	Marcelo Battista de Andrade Jacques	20/05/1968	08	08	09	05	5,4	00	5,4
03	Indianara Waltrick Abreu	20/03/1991	07	09	07	04	4,6	00	4,6

CARGO: ENFERMEIRO (A)

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO		ACERTOS	NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL		
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos			
01	Dinamar de Souza Froner	15/05/1977	02	03	09	05	4,3	0,5	4,8

02	Rodrigo Thallis A. Pudell	04/12/1979	06	02	09	05	4,6	00	4,6
03	Leticia Testoni	29/06/1981	03	06	07	05	4,3	00	4,3
04	Thais Angelita da Silva	03/10/1968	04	02	07	05	4,0	00	4,0
00	Rosangela Braz Vieira	29/09/1956	02	01	01	01	0,9	0,5	1,4

Com relação ao critério de desempate, proceder-se-á ao desempate usando os seguintes critérios:

- a) considerada com maior idade, para os que se enquadrarem nessa condição (art. 27, parágrafo único, da Lei 10.741/2003, Lei do Idoso, quando um dos candidatos tiver 60 anos ou mais);
- b) Maior idade;
- c) obtiver maior número de pontos na prova prática, quando couber;
- d) obtiver maior número de pontos na prova escrita de conhecimentos específicos;
- e) o que possuir maior número de dependentes;
- f) Sorteio.

Nova Trento, 10 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 091/2015

CONTRATO Nº 091/2015

Origem: Processo Licitatório Nº 037/2015. Inexigibilidade nº 004/2015. Contratante: Fundo ,Municipal de Saúde de Nova Trento, inscrito no CNPJ nº 08.858.200/001-91, com sede na Rua Nereu Ramos 164, Centro, CEP 88270-000. Contratada: HABEAS CORPUS CLÍNICA MÉDICA LTDA. , inscrita no CNPJ nº 19.828.778/0001-11, estabelecida na Rua Azambuja, 1.089 – Sala 17, Bairro Azambuja, CEP 88353-460, cidade de Brusque/SC. Objeto do Contrato: Credenciar MÉDICOS, pessoa física ou jurídica, nas especialidades indicadas, para realização de cirurgias eletivas no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição de Nova Trento, sem caráter de exclusividade, no quantitativos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde ou Deliberação CIB/SUS (se houver), e de acordo com a Tabela de Procedimentos do SUS, divulgada pelo Ministério da Saúde. Vigência: 31/12/2015.

Nova Trento, 18 de maio de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 134/2015

DECRETO Nº 134, de 10 de Agosto de 2015.

NOMEIA SERVIDORES APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o art. 94, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, combinado com o disposto nos artigos 17 e 18 da Lei Municipal nº 1.207, de 30 de agosto de 1992, Resolve:

Art. 1º NOMEAR para os cargos abaixo indicados, os aprovados no concurso público realizado no exercício de 2015, Edital nº 002/2015:

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA
José Lopes Augusto	Cirurgião dentista	40 horas semanais
Janete da Rosa	Técnico de Enfermagem	40 horas semanais
Daiane Daniela Consolaro Miranda	Técnico de Enfermagem	40 horas semanais
Adriane Fogaça Pilz	Enfermeira	40 horas semanais
Gisele Córdova Nunes	Enfermeira	40 horas semanais
Eliane Aparecida Sgrott Darossi	Atendente de Creche	40 horas semanais
Andreia Naira Battisti	Auxiliar de serviços Gerais	40 horas semanais
Palmira Casagrande Bernardi	Auxiliar de serviços Gerais	40 horas semanais

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 10 de Agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário M. Administração e Finanças

DECRETO Nº 135/2015

DECRETO nº 135/2015

convoca os aprovados no CONCURSO PÚBLICO 002/2015 – QUINTA CHAMADA, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo I do presente Decreto para comparecerem Ao Setor de Recursos Humanos, do dia 14 a 24 de agosto de 2015, munidos da documentação abaixo relacionada observados o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - 01 (uma) foto 3/4

II - Cópia da Carteira de Identidade;

III - Cópia do CPF;

IV – Cópia da CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida, se for o caso;

V- Cópia do Título Eleitoral;

VI - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII – Cópia atualizada da Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

VIII - Cópia atualizada da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

IX – Cópia Comprovante de Residência;

X - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, demonstrada por atestado médico de saúde, fornecido por médico, homologado pela junta médica oficial do município, após a apreciação dos exames e demais documentos (Anexo II).

XI – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;

XII - Estar quite com o Serviço Militar Obrigatório, se for o caso;

XIII – Cópia autenticada do Diploma de Curso Superior (Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

XIV Cópia autenticada do Diploma Escolar (Ensino Fundamental/Médio/Curso Técnico), se for o caso;

XV – Cópia do comprovante de Registro do Órgão de Classe, se for o caso

XVI - Inscrição no PIS/PASEP;

XVII - Certidão negativa de antecedentes criminais, fornecida pelos Cartórios Judiciais Federal, Estadual ou distrital do domicílio do candidato, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento.

XVIII- Declaração de bens, Declaração de acúmulos ou não de cargos, Declaração de penalidade disciplinar (retirar no setor de Recursos Humanos).

XIX – Declaração de desistência a vaga do cargo no qual foi nomeado (a), se for o caso (Anexo III).

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 10 de agosto de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo I

(Decreto nº135/2015)

CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
10º	195	Vanderlei Luiz Orsi
11º	893	Jamir Marchi
12º	97	Luiz Veneri

ANEXO II – EXAMES MÉDICOS

(Decreto nº 135/2015)

CARGOS	EXAMES
OPERADOR DE MÁQUINAS	Raio-X de coluna lombo sacra Ap/Pe com laudo. Acima de 45 anos Eletrocardiograma e Audiometria

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

(Decreto nº 135/2015)

Ilmo. Senhor

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Nova Trento- SC

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu, , portador (a) do
RG nº e CPF nº , Candidato (a) naª posição do Concurso Público - Edital nº
002/2015, inscrição nº , para o cargo de , pela Prefeitura Municipal de Nova Trento, venho,
pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA à vaga do referido cargo, no qual fui Nomeado(a) pelo Decreto nº , publicado
no Diário Oficial dos Municípios de/ /.....

Nova Trento, de de 2015 .

Assinatura

PORTARIA Nº 605/2015

PORTARIA Nº 605/ 2015

Concede Licença Para Tratamento de Saúde

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, CATARINA POSTAI DA SILVA, matrícula nº 191, atuante no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 09 (nove) dias, a contar de 23 de julho de 2015 a 31 de julho de 2015, conforme resultado pericial datado de 31/07/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 31 de julho de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e Publicada a presente Portaria em 31 de julho de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 617/2015

PORTARIA Nº 617/ 2015

Concede Licença Prêmio

O Secretário Municipal de Educação do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 102, da Lei Municipal nº 1.207/92, "Estatuto do Funcionário Público Municipal",

RESOLVE:

CONCEDER Licença Prêmio, a Servidora Pública Municipal AUGUSTA CREPPAS MINATTI, matrícula nº 153, concursada, ocupante do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle, pertencente ao quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura, município de Nova Trento, Venho respeitosamente requerer a Vossa Senhoria, que digne-se a conceder-me LICENÇA PRÊMIO, de 02 (dois) mês a contar de 03 de agosto de 2015 a 01 de outubro de 2015, relativo ao período aquisitivo de 08/09/2003 a 07/09/2008, de acordo com o Art. 102 da Lei Municipal n. 1.207/97 de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 03 de agosto de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 03 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 - JULGAMENTO RECURSO INTERPOSTOS

PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015

JULGAMENTO DOS RECURSOS INTERPOSTOS DAS QUESTÕES E DA DISCORDÂNCIA COM O GABARITO DA PROVA;

Recurso 01 - Pontuação da Prova do Candidato Leonardo João Bonecher - MOTORISTA III

- Português – Total de acertos: 7 questões
- Matemática – Total de acertos: 7 questões
- Conhecimentos gerais – Total de acertos: 4 questões
- Conhecimentos específicos – Total de acertos: 9 questões

De acordo com edital 003/2015 a pontuação de cada questão é:

Tipo de Prova	Quantidade Questões	Valor de Cada Questão	Total da Nota da Prova
Língua Portuguesa	10	0,1	1,0
Matemática	10	0,1	1,0
Conhecimentos Gerais	10	0,2	2,0
Conhecimentos Específicos	10	0,6	6,0
Total	40	---	10,00

Sendo assim MINHA NOTA FINAL seria 7,6 e não 5,4.

Recurso DEFERIDO pela comissão de Processo Seletivo.

Recurso 02 - Pontuação da Prova da Candidata Daniela Carina Selli Rodhen - TECNICO EM ENFERMAGEM

- Português – Total de acertos: 6 questões
- Matemática – Total de acertos: 3 questões
- Conhecimentos gerais - – Total de acertos: 5 questões
- Conhecimentos específicos - – Total de acertos: 2 questões

De acordo com edital 003/2015 a pontuação de cada questão é:

Tipo de Prova	Quantidade Questões	Valor de Cada Questão	Total da Nota da Prova
Língua Portuguesa	10	0,1	1,0
Matemática	10	0,1	1,0
Conhecimentos Gerais	10	0,2	2,0
Conhecimentos Específicos	10	0,6	6,0
Total	40	---	10,00

Sendo assim MINHA NOTA FINAL seria 3,1 e não 2,3.

Recurso DEFERIDO pela comissão de Processo Seletivo.

Recurso 03 - Pontuação da Prova da Candidata Letícia Testoni - ENFERMEIRO (A)

- Português – Total de acertos: 3 questões
- Matemática – Total de acertos: 6 questões
- Conhecimentos gerais - – Total de acertos: 7 questões
- Conhecimentos específicos - – Total de acertos: 5 questões

De acordo com edital 003/2015 a pontuação de cada questão é:

Tipo de Prova	Quantidade Questões	Valor de Cada Questão	Total da Nota da Prova
Língua Portuguesa	10	0,1	1,0
Matemática	10	0,1	1,0
Conhecimentos Gerais	10	0,2	2,0
Conhecimentos Específicos	10	0,6	6,0
Total	40	---	10,00

Sendo assim MINHA NOTA FINAL seria 4,3 e não 4,2.

Recurso DEFERIDO pela comissão de Processo Seletivo.

Nova Trento, 10 de agosto de 2015.

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

Miliani Piffer Mazzola

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 031/2015 - PR Nº 010/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA : 07/08/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E/OU CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE HABITAÇÃO QUE SERÁ DOADO ÀS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL E QUE ESTEJAM COM SUAS

RESIDÊNCIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO, PRECÁRIO E OU INSALUBRE, RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.

CONTRATADO: BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇOES LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 26.973,25 (Vinte e seis mil novecentos e setenta e três reais e vinte cinco centavos).

DATA: 07/08/2015 - ELI MARIOTT - Prefeito Municipal.

Orleans

PREFEITURA

ATA PUBLICIDADE 49/2015

TERCEIRA ATA DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ORELANS PARA ABERTURA E PROCESSAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 49/2015 QUE TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E/OU PROPAGANDA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA O MUNICÍPIO DE ORLEANS.

Às dezessete horas do dia vinte e sete de julho de dois mil e quinze reuniu-se a Comissão Especial de Licitações do Município de Orleans/SC, na Prefeitura Municipal, com Sede na Rua XV de Novembro – 282, Centro, para recebimento das avaliações realizadas pela subcomissão técnica. Abertos os trabalhos pelo Presidente, foram recebidas as avaliações aferidas bem como a somatória de cada quesito. Desta feita, vislumbrando cotejar os envelopes 1 e 3 atribuindo as pontuações respectivas de cada agencia de publicidade, fixa-se o dia 13 de agosto de 2015 as 17:00 horas no Setor de Licitações, para abertura do envelope nº 02. Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão de Licitação dão por encerrada a reunião e ordenam que se lavre a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão e presentes que o desejarem. Orleans, 27 de julho de 2015.

DELSON LOTIN
Presidente da Comissão de Licitações

CARLOS H. O. CECHETTO
Secretario

EDSON KESTRING
Membro

GABARITO OFICIAL PROCESSO SELETIVO Nº006/2015

GABARITO OFICIAL CARGO: MOTORISTA SOCORRISTA

CONHECIMENTOS GERAIS

1	2	3	4	5
B	D	C	E	E

LINGUA PORTUGUESA

1	2	3	4	5
D	A	B	E	C

CONHECIMENTOS ESPECIFICOS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	C	B	B	D	B	A	D	E	C
11	12	13	14	15					
C	A	C	D	A					

GABARITO OFICIAL CARGO: TECNICO DE ENFERMAGEM SOCORRISTA

CONHECIMENTOS GERAIS

1	2	3	4	5
C	B	E	C	B

LINGUA PORTUGUESA

1	2	3	4	5
D	A	B	E	C

CONHECIMENTOS ESPECIFICOS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	A	A	D	D	D	A	D	C	C
11	12	13	14	15					
A	A	D	D	A					

GABARITO OFICIAL CARGO: AGENTE COMUNITÁRIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA

LINGUA PORTUGUESA

1	2	3	4	5
A	D	C	D	C

CONHECIMENTOS GERAIS

1	2	3	4	5
C	B	E	C	E

CONHECIMENTOS ESPECIFICOS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	C	A	B	B	D	D	B	D	E
11	12	13	14	15					
D	E	C	B	E					

TPO 95/2015

PROCESSO Nº 104/2015

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 95/2015

Tipo: Menor Preço/GLOBAL

Objeto: CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS SOCIAIS PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES SANITARIAS DOMICILIARES A SEREM CONSTRUÍDOS EM DIVERSAS RESIDÊNCIAS CONFORME ANEXOS.

Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 27/08/2015 às 13h:30min.

Abertura das Propostas: dia 27/08/2015, às 14:h00min.

Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93 consolidada.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segundas à Sextas feiras, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, ou pelo site www.orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 10 de agosto de 2015.

Eduardo Bertoncini

Secretário de Administração

Ouro Verde

PREFEITURA

EXTRATO ATA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº048/2015

firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa UPEMAQ MAQUINAS E SERVICOS LTDA.

Objeto:Registro de preço, visando eventuais requisições futuras de serviços, por hora/homem trabalhada, de mecânica, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e demais equipamentos.Valor total registrado R\$:183.750,00. Data da assinatura:05/08/2015.Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 05 de agosto de 2015. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

EXTRATO CONVÊNIO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE COVÊNIO Nº. 0002/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO HABITACIONAL DO RECANTO DAS EMAS – ASHAREM

Objeto:PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ELABORAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS HABITACIONAIS, ASSISTENCIA TECNICA, TRABALHO SOCIAL E REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA, com foco na elaboração e implantação do empreendimento OURO VERDE-SC para atendimento de 60 famílias de baixa renda do Município de OURO VERDE-SC de acordo com a POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO.Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde,10 de agosto de 2015.Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

Palhoça

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 121/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 121/2015

O Município de Palhoça torna público que fará realizar no dia 26 de agosto de 2015, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 121/2015, que tem por objeto a aquisição de veículos zero quilômetro para a Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Secretaria de Municipal da Receita. O edital que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 10 de agosto de 2015. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

RESULTADO DO PG 112-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL

112/2015

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição parcelada (diária) de combustíveis para abastecimento dos Veículos do Corpo de Bombeiros do município de Palhoça (LOTE 01) e da frota da Diretoria da Região Sul (LOTE 02), de acordo com as especificações do Anexo I, que são partes integrantes deste edital.

RESULTADO:

Não houve nenhuma proponente para o certame. Diante disto, o pregoeiro decide ARQUIVAR o presente processo e sugere a promoção de um novo certame por ter sido considerado DESERTO.

Palhoça, 10 de agosto de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº49/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº49/2015 – Pregão Presencial 13/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: BRUTHAN COMERCIAL LTDA - ME. OBJETO: Aquisição de fórmulas para o Programa de Fórmulas Lácteas e Especias e leites para atendimento de ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 05/05/2015 à 04/05/2016.

Nome da Empresa: BRUTHAN COMERCIAL LTDA					CNPJ: 02.625.813/0001-00
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Fórmula infantil extensamente hidrolisada, isenta de lactose. apresentação: lata com 400 gramas.					
3	3000000,00	GR	Pregestemil/Premium/mead Johnson Nutriti	R\$0,1410	R\$423.000,0000
Valor Total		(quatrocentos e vinte e três mil reais)			R\$423.000,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº50/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº50/2015 – Pregão Presencial 13/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: P F G COMERCIAL LTDA - ME. OBJETO: Aquisição de fórmulas para o Programa de Fórmulas Lácteas e Especias e leites para atendimento de ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 05/05/2015 à 04/05/2016.

Nome da Empresa: P F G COMERCIAL LTDA. - ME					CNPJ: 20.438.684/0001-15
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Leite em pó Ninho Fortificado. Apresentação: lata com 400 gramas.					
1	1600000,00	GR	NINHO FORTIFICADO/ NESTLÉ	R\$0,0340	R\$54.400,0000
Especificação: Leite em pó Ninho Fases 1+. apresentação: lata com 400 gramas.					
2	1200000,00	GR	NINHO FASES 1 + / NESTLÉ	R\$0,0346	R\$41.520,0000
Valor Total		(noventa e cinco mil e novecentos e vinte reais)			R\$95.920,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº51/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº51/2015 – Pregão Presencial 14/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: J.R. EHLKE & CIA LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo e permanente laboratorial, para realização de exame no Laboratório Municipal.

DATA: 05/05/2015 à 04/05/2016.

Nome da Empresa: J.R. EHLKE & CIA. LTDA.					CNPJ: 76.730.076/0001-34
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Calibrador para aparelho Hemato Mindray BC 3000					
61	3,00	UN	MINDRAY/CHINA	R\$275,0000	R\$825,0000
Especificação: Diluente M 50 D 20 litros.					
62	28,00	GL	MINDRAY/CHINA	R\$173,0000	R\$4.844,0000

Especificação: Enxague M-30 20L

63	10,00	GL	MINDRAY/CHINA	R\$208,0000	R\$2.080,0000
----	-------	----	---------------	-------------	---------------

Especificação: Limpador de sonda para aparelho Hemato Mindray BC 3000 - frasco com 50 mL

64	5,00	UN	MINDRAY/CHINA	R\$34,0000	R\$170,0000
----	------	----	---------------	------------	-------------

Especificação: Lyse M 30 CFL Lise 500 ML.

65	5,00	FRS	MINDRAY/CHINA	R\$257,0000	R\$1.285,0000
----	------	-----	---------------	-------------	---------------

Especificação: Reagente M-30 E Z CLEANSER 100ML

66	10,00	FRS	MINDRAY/CHINA	R\$154,3100	R\$1.543,1000
----	-------	-----	---------------	-------------	---------------

Valor Total	(dez mil, setecentos e quarenta e sete reais e dez centavos)			R\$10.747,10	
-------------	--	--	--	--------------	--

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº52/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº52/2015 – Pregão Presencial 14/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: DIAGNOSTICA CATARINENSE COMERCIO DE PRODUTOS LABOR. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo e permanente laboratorial, para realização de exame no Laboratório Municipal.

DATA: 05/05/2015 à 04/05/2016.

Nome da Empresa: DIAGNÓSTICA CATARINENSE COMÉRCIO DE PRODUTOS LABOR	CNPJ: 14.248.265/0001-18
---	--------------------------

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
------	------------	---------	----------------	----------------	-------------

Especificação: Coletor de urina infantil (unissex), estéril, pacote com 10 unidades.

4	100,00	PCT	MEDIC PLAST	R\$2,4300	R\$243,0000
---	--------	-----	-------------	-----------	-------------

Especificação: Contador de células com 12 teclas, sendo 10 teclas de contagem e 2 teclas de função. Visor digital. Registro de Leucócitos, funções de cálculo de valores absolutos e índices hematimétricos. Contagem de eritroblastos em separado. Alarme sonoro e bloqueio automático ao se atingir 100 (cem) células contadas. 220V.

6	2,00	UN	KACIL	R\$565,1100	R\$1.130,2200
---	------	----	-------	-------------	---------------

Especificação: Estante metálica para 24 tubos de ensaio.

14	10,00	UN	RICILAB	R\$13,7700	R\$137,7000
----	-------	----	---------	------------	-------------

Especificação: Estante metálica para 72 tubos de ensaio.

15	10,00	UN	RICILAB	R\$29,1600	R\$291,6000
----	-------	----	---------	------------	-------------

Especificação: Garrote livre de látex, não talcado. Destacável a cada 36 cm. Tamanho: 2,5 cm x 36 cm. Embalagem dispensadora. Caixa com 25 unidades.

16	4,00	CX	CRAL	R\$19,2000	R\$76,8000
----	------	----	------	------------	------------

Especificação: Homogeneizador de sangue com capacidade para 20 a 30 tubos, garras de fixação dos tubos em aço inox, carcaça em aço carbono com pintura em epóxi, ajuste de velocidade até 60 a 80 rpm, voltagem 220 v.

17	2,00	UN	PHOENIX	R\$1.296,0000	R\$2.592,0000
----	------	----	---------	---------------	---------------

Especificação: Ponteiras para micropipeta - até 200 µL

31	5000,00	UN	CRAL	R\$0,0100	R\$50,0000
----	---------	----	------	-----------	------------

Especificação: Suporte de metal para cálice descartável com 5 lugares.

36	5,00	UN	J.PROBAB	R\$71,4000	R\$357,0000
----	------	----	----------	------------	-------------

Especificação: Suporte para pipetas de westergreen para VHS, com capacidade para 10 pipetas, base com cones de borracha para proteger o bico das pipetas e 10 parafusos para prender as pipetas. Produzido em aço e ferro.

37	2,00	UN	PRECISION	R\$68,0400	R\$136,0800
Especificação: Tubo de ensaio Cônico e Graduado de vidro 10ml					
40	200,00	UN	PLENA	R\$3,7800	R\$756,0000
Especificação: Tubo de coleta a vácuo com gel aspiração 4,9 mL					
41	20000,00	UN	LABOR IMPORT	R\$0,6600	R\$13.200,0000
Especificação: Agulha de amostra - para equipamento Cobas Mira Plus					
43	15,00	UN	ATLAS	R\$54,0000	R\$810,0000
Especificação: Agulha de reagente - para equipamento Cobas Mira Plus					
44	10,00	UN	ATLAS	R\$90,0000	R\$900,0000
Especificação: Reagente para determinação de Ácido úrico - Frasco com 100 mL					
47	7,00	FRS	ANALISA	R\$21,1700	R\$148,1900
Especificação: Reagente para determinação de Proteína Urinária, com controle e padrão - frasco com 50 mL					
53	4,00	FRS	ANALISA	R\$29,9300	R\$119,7200
Especificação: Rolo de papel térmico 110 x 30 para para Cobas Mira Plus					
58	100,00	RL	PIGATTO	R\$5,2200	R\$522,0000
Valor Total		(vinte e um mil, quatrocentos e setenta reais e trinta e um centavos)			R\$21.470,31

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº53/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº53/2015 – Pregão Presencial 14/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: LOGITEKNICA COM. DE PRODUTOS PARA SAÚDE E LOGISTICA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo e permanente laboratorial, para realização de exame no Laboratório Municipal.

DATA: 05/05/2015 à 04/05/2016.

Nome da Empresa: LOGITEKNICA COM. DE PRODUTOS PARA SAÚDE E LOGISTICA				CNPJ: 07.570.445/0001-56	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Calibrador para Bioquímica (automação) - Frasco de 5 mL					
45	10,00	FRS	LABORLAB	R\$36,4500	R\$364,5000
Especificação: Reagente para determinação de Colesterol - Frasco com 250 mL					
48	14,00	FRS	LABORLAB	R\$54,0000	R\$756,0000
Especificação: Reagente para determinação de Gama GT -Kit com 50 mL					
50	6,00	UN	LABORLAB	R\$46,2000	R\$277,2000
Especificação: Reagente para determinação de Glicose - Frasco com 250 mL					
51	16,00	FRS	LABORLAB	R\$20,6200	R\$329,9200
Especificação: Reagente para determinação de HDL -Colesterol Direto- Kit com 120 mL					
52	25,00	FRS	LABORLAB	R\$242,8800	R\$6.072,0000
Especificação: Reagente para determinação de Triglicerídeos - Frasco com 100 mL					
56	25,00	FRS	LABORLAB	R\$57,7500	R\$1.443,7500

Valor Total	(nove mil, duzentos e quarenta e três reais e trinta e sete centavos)	R\$9.243,37
-------------	---	-------------

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº54/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº54/2015 – Pregão Presencial 14/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: BIOMARCHESINI PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo e permanente laboratorial, para realização de exame no Laboratório Municipal.

DATA: 05/05/2015 à 04/05/2016.

Nome da Empresa: BIOMARCHESINI PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA.				CNPJ: 80.993.751/0001-95	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Câmara K-Cell para contagem de sedimentos na urina, caixa com 100 unidades.					
3	10,00	CX	CRAL	R\$161,7000	R\$1.617,0000
Especificação: Conservante Parasitológico - MIF - Frasco com 1L					
5	60,00	FRS	NEWPROV	R\$20,2600	R\$1.215,6000
Especificação: Corante giemsa para coloração de lâminas de hemograma, frs. com 1.000 ml.					
9	5,00	FRS	NEWPROV	R\$41,6600	R\$208,3000
Especificação: Corante May Grunwald, frasco com 1.000 ml.					
10	10,00	FRS	NEWPROV	R\$29,6800	R\$296,8000
Especificação: Curativo pós-coleta, adesivo, redondo, 25 mm de diâmetro, antisséptico, hipoalergênico. Caixa com 500 unidades.					
11	40,00	CX	CRAL	R\$10,8800	R\$435,2000
Especificação: Escalpe para coleta à vácuo - Nº 21 G					
12	5000,00	UN	LABOR IMPORT	R\$0,4700	R\$2.350,0000
Especificação: Escalpe para coleta à vácuo - Nº 23 G					
13	3000,00	UN	LABOR IMPORT	R\$0,4700	R\$1.410,0000
Especificação: Imuno-Latex Aslo - Kit para pesquisa antiestreptolisina, contém no Kit: Suspensão de látex revestidas com estreptolisina O, Soro controle positivo, Soro controle negativo, Varetas plásticas, Placa de reação e instrução para uso.					
18	10,00	KIT	EBRAM	R\$61,3100	R\$613,1000
Especificação: Imuno-Latex FR - Kit para pesquisa de fator reumatóide, contém no Kit: Suspensão de látex revestidas com IgG humana, Soro controle positivo, Soro controle negativo, Varetas plásticas, Placa de reação e instrução para uso.					
19	10,00	KIT	EBRAM	R\$38,4900	R\$384,9000
Especificação: Imuno-Latex PCR - Kit para pesquisa de PCR (Proteína C Reativa), contém no Kit: Suspensão de látex revestidas com anticorpo monoclonal anti-PCR, Soro controle positivo, Soro controle negativo, Varetas plásticas, Placa de reação e instrução para uso.					
20	10,00	KIT	EBRAM	R\$43,0500	R\$430,5000
Especificação: Kit para sorologia VDRL antígeno pronto para uso e estabilizado, para uso na triagem sorológica da sífilis, frascos conta-gotas com aproximadamente 5ml, aferido para dispensar cerca de 0,022 ml, com soro controle positivo e negativo.					
21	30,00	KIT	WAMA	R\$40,0400	R\$1.201,2000
Especificação: Lâmina de vidro comum com parte fosca, caixa com 100un.					
22	100,00	CX	CRAL	R\$3,0100	R\$301,0000
Especificação: Lâmina de vidro comum lapidada, caixa com 50 unidades.					

23	40,00	CX	CRAL	R\$2,5600	R\$102,4000
Especificação: Lamínulas para câmara de Neubauer, caixa com 10 un.					
24	10,00	CX	CRAL	R\$1,3300	R\$13,3000
Especificação: Lamínulas para microscopia 18x18, caixa com 100 un.					
25	40,00	CX	CRAL	R\$1,1100	R\$44,4000
Especificação: Lugol parasitológico - Frasco com 500 mL					
26	2,00	FRS	NEWPROV	R\$22,9200	R\$45,8400
Especificação: Micropipeta com dispensador de ponteiros - 20µL.					
27	3,00	UN	CRAL	R\$38,6400	R\$115,9200
Especificação: Micropipeta volume ajustável de 100 µL a 1000 µL.					
28	3,00	UN	CRAL	R\$75,6000	R\$226,8000
Especificação: Peneira para filtragem de fezes, descartável, tecido filtrante, com aro plástico, pacote c/ 100 unidades					
29	40,00	PCT	DESKARPLAS	R\$44,1000	R\$1.764,0000
Especificação: Ponteiros para micropipeta - até 1000 µL.					
30	5000,00	UN	CRAL	R\$0,0200	R\$100,0000
Especificação: Soro Anti Ig-G humana (soro de Coombs) - frasco com 10 mL					
32	5,00	FRS	EBRAM	R\$28,7000	R\$143,5000
Especificação: Soro para tipagem sanguínea anti A com 10ml					
33	10,00	FRS	EBRAM	R\$16,3100	R\$163,1000
Especificação: Soro para tipagem sanguínea anti B com 10ml					
34	10,00	FRS	EBRAM	R\$16,3100	R\$163,1000
Especificação: Soro para tipagem sanguínea anti D (rh) com 10ml					
35	10,00	FRS	EBRAM	R\$30,6600	R\$306,6000
Especificação: Tira reagentes de detecção qualitativa de Gonadotrofina Coriônica Humana B (B-hCG) em amostras de urina ou soro humano, indicado para o diagnóstico precoce da gravidez, sensibilidade 25 mUI/mL, testes selados individualmente em bolsa de alumínio com dessecante, com 100 testes.					
39	55,00	CX	EBRAM	R\$30,7900	R\$1.693,4500
Especificação: Tubo de coleta a vácuo EDTA K3 4,9 mL					
42	20000,00	UN	LABOR IMPORT	R\$0,3200	R\$6.400,0000
Especificação: Multicubetas para Cobas Mira Plus - caixa com 15 tiras com 12 testes cada tira.					
46	35,00	CX	CRAL	R\$30,1400	R\$1.054,9000
Especificação: Reagente para determinação de Creatinina - Kit com 100 mL					
49	14,00	KIT	GTLAB	R\$19,7100	R\$275,9400
Especificação: Reagente para determinação de TGO (AST) -Kit com 50 mL					
54	20,00	KIT	GTLAB	R\$32,0600	R\$641,2000
Especificação: Reagente para determinação de TGP (ALT) -Kit com 50 mL					
55	20,00	KIT	GTLAB	R\$32,0600	R\$641,2000
Especificação: Reagente para determinação de Uréia UV - Kit com 100 mL					
57	12,00	KIT	GTLAB	R\$23,8000	R\$285,6000

Especificação: Soro Controle Nível Patológico Alto para Bioquímica (automação) - Frasco de 5 mL					
59	24,00	FRS	GTLAB	R\$36,4700	R\$875,2800
Especificação: Soro Controle Nível Normal para Bioquímica (automação) - Frasco de 5 mL					
60	24,00	FRS	GTLAB	R\$36,4700	R\$875,2800
Valor Total		(vinte e seis mil, trezentos e noventa e cinco reais e quarenta e um centavos)			R\$26.395,41

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº92/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº92/2015 – Pregão Presencial 22/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: BRUTHAN COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de leites e suplementos alimentares para atendimento de ações Judiciais impetradas contra este Município e para atender o Programa DST, no fornecimento à crianças filhos de mães portadoras de HIV.

DATA: 03/08/2015 à 02/08/2016.

Nome da Empresa: BRUTHAN COMERCIAL LTDA				CNPJ: 02.625.813/0001-00	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Sustagen, lata com 400 gramas					
29	80,00	LATA	JOHNSON	R\$37,3100	R\$2.984,8000
Especificação: Supra Soy sem Lactose, natural, lata com 300 gramas. JOSAPAR					
30	100,00	LATA	SUPRA SOY/JOSAPAR	R\$22,4000	R\$2.240,0000
Valor Total		(cinco mil, duzentos e vinte e quatro reais e oitenta centavos)			R\$5.224,80

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº93/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº93/2015 – Pregão Presencial 22/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: A.P TORTELLI COM. REPR. PROD. MED. HOSP. LTDA. OBJETO: Aquisição de leites e suplementos alimentares para atendimento de ações Judiciais impetradas contra este Município e para atender o Programa DST, no fornecimento à crianças filhos de mães portadoras de HIV.

DATA: 03/08/2015 à 02/08/2016.

Nome da Empresa: A.P.TORTELLI-COM.REPR.PROD.MED.HOSP.LTDA				CNPJ: 78.451.614/0001-87	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Trophic fiber, caixa com 1.000 ml, sem sabor					
31	500,00	CX	TROPHIC FIBER	R\$22,8000	R\$11.400,0000
Valor Total		(onze mil e quatrocentos reais)			R\$11.400,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº94/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº94/2015 – Pregão Presencial 22/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de leites e suplementos alimentares para atendimento de ações Judiciais impetradas contra este Município e para atender o Programa DST, no fornecimento à crianças filhos de mães portadoras de HIV.

DATA: 03/08/2015 à 02/08/2016.

Nome da Empresa: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA				CNPJ: 03.612.312/0004-97	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Fortini em pó, sem sabor, suplemento infantil, lata com 400 gramas. SUPPORT					
1	500,00	LATA	DANONE	R\$41,0000	R\$20.500,0000
Especificação: Leite Aptamil 1 em pó, fórmula infantil lata, com 400 gramas. DANONE					
2	350,00	LATA	DANONE	R\$14,5400	R\$5.089,0000
Especificação: Leite Aptamil 2 em pó, fórmula infantil, lata com 400 gramas. DANONE					
3	800,00	LATA	DANONE	R\$16,4900	R\$13.192,0000
Especificação: Leite Aptamil 3 em pó, fórmula infantil, lata com 400 gramas. DANONE.					
4	350,00	LATA	DANONE	R\$19,7700	R\$6.919,5000
Especificação: Leite Aptamil Pepti em pó, fórmula infantil lata com 400 gramas. DANONE					
5	850,00	LATA	DANONE	R\$47,9500	R\$40.757,5000
Especificação: Leite Aptamil AR, em pó, fórmula infantil, lata com 400 gramas. DANONE					
6	1000,00	LATA	DANONE	R\$19,4400	R\$19.440,0000
Especificação: Leite Aptamil HA, em pó, fórmula infantil, lata com 400 gramas.					
7	300,00	LATA	DANONE	R\$25,4400	R\$7.632,0000
Especificação: Leite Aptamil de Soja 2, fórmula infantil, lata com 400 gramas. DANONE					
8	500,00	LATA	DANONE	R\$18,2200	R\$9.110,0000
Especificação: Leite em pó Neocate, lata com 400 gramas. DANONE					
16	900,00	LATA	DANONE	R\$150,0000	R\$135.000,0000
Especificação: Leite em pó Neocate advanced c/400g					
17	200,00	LATA	DANONE	R\$140,0000	R\$28.000,0000
Especificação: Leite em pó Pregomin Pepti, lata com 400 gramas. DANONE					
22	300,00	LATA	DANONE	R\$79,4700	R\$23.841,0000
Especificação: Nutri drink max, sem sabor, lata com 350 gramas					
28	450,00	LATA	DANONE	R\$45,0000	R\$20.250,0000
Valor Total		(trezentos e vinte e nove mil e setecentos e trinta e um reais)			R\$329.731,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº95/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº95/2015 – Pregão Presencial 22/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: MERCO SOLUCOES EM SAUDE LTDA. OBJETO: Aquisição de leites e suplementos alimentares para atendimento de ações Judiciais impetradas contra este Município e para atender o Programa DST, no fornecimento à crianças filhos de mães portadoras de HIV.

DATA: 03/08/2015 à 02/08/2016.

Nome da Empresa: MERCO SOLUCOES EM SAUDE LTDA				CNPJ: 05.912.018/0001-83	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Leite em pó Nutren Activa, sabor banana, lata com 400 gramas. NESTLÉ					
18	100,00	LATA	NESTLE	R\$30,0000	R\$3.000,0000

Especificação: Leite em pó Nutren Activa, sabor baunilha, lata com 400 gramas. NESTLÉ					
19	100,00	LATA	NESTLE	R\$30,0000	R\$3.000,0000
Especificação: Leite em pó Nutren Jr, lata com 400 gramas. NESTLÉ					
20	300,00	LATA	NESTLE	R\$45,0000	R\$13.500,0000
Especificação: Leite em pó Peptamen Junior, lata com 430 gramas. NESTLÉ					
21	350,00	LATA	NESTLE	R\$180,0000	R\$63.000,0000
Valor Total		(oitenta e dois mil e quinhentos reais)			R\$82.500,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº96/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº96/2015 – Pregão Presencial 22/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: PFG COMERCIAL LTDA - ME. OBJETO: Aquisição de leites e suplementos alimentares para atendimento de ações Judiciais impetradas contra este Município e para atender o Programa DST, no fornecimento à crianças filhos de mães portadoras de HIV.

DATA: 03/08/2015 à 02/08/2016.

Nome da Empresa: P F G COMERCIAL LTDA. - ME				CNPJ: 20.438.684/0001-15	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Leite em pó Nan comfor 1, fórmula infantil, lata com 400 gramas.					
9	50,00	LATA	NAN COMFOR 1/NESTLÉ	R\$18,0000	R\$900,0000
Especificação: Leite em pó Nan comfor 2, fórmula infantil, lata com 400 gramas.					
10	200,00	LATA	NAN COMFOR 2/NESTLÉ	R\$18,0000	R\$3.600,0000
Especificação: Leite em pó Nan Supreme 1, fórmula infantil , lata com 400 gramas. NESTLÉ					
11	300,00	LATA	NAN SUPREME 1/NESTLÉ	R\$18,0000	R\$5.400,0000
Especificação: Leite em pó Nan Supreme 2, fórmula infantil , lata com 800 gramas. NESTLÉ					
12	500,00	LATA	NAN SUPREME 2/NESTLÉ	R\$18,0000	R\$9.000,0000
Especificação: Leite em pó Nan HA, fórmula infantil c/400g					
13	150,00	LATA	NAN HA/NESTLÉ	R\$22,0000	R\$3.300,0000
Especificação: Leite em pó Nan Soy, fórmula infantil, lata com 400 gramas. NESTLÉ					
14	300,00	LATA	NAN SOY/NESTLÉ	R\$30,0000	R\$9.000,0000
Especificação: Leite em pó Nan AR , fórmula infantil, lata com 400 gramas. NESTLÉ					
15	600,00	LATA	NAN AR/NESTLÉ	R\$18,0000	R\$10.800,0000
Especificação: Mucilon de Arroz com Aveia, cereal Infantil para complementar a alimentação, lata com 400 gramas. NESTLÉ					
23	20,00	LATA	MUCILON ARROZ E AVEIA/NESTLÉ	R\$7,0000	R\$140,0000
Especificação: Mucilon de Arroz, cereal infantil para complementar a alimentação, lata com 400 gramas. NESTLÉ					
24	20,00	LATA	MUCILON ARROZ/NESTLÉ	R\$7,0000	R\$140,0000
Especificação: Mucilon de Milho, é o cereal infantil para complementar a alimentação, lata com 400 gramas. NESTLÉ					
25	35,00	LATA	MUCILON MILHO/NESTLÉ	R\$7,0000	R\$245,0000
Especificação: Mucilon Multicereais, cereal infantil para complementar a alimentação , lata com 400 gr. NESTLÉ					

26	180,00	LATA	MUCILON MULTICEREAIS/ NESTLÉ	R\$7,0000	R\$1.260,0000
Especificação: Nestogeno 2, fórmula infantil, lata com 400 gramas. NESTLÉ					
27	400,00	LATA	NESTOGENO 2/NESTLÉ	R\$16,0500	R\$6.420,0000
Especificação: Fórmula infantil para crianças de 0 a 06 meses, contendo: soro de leite desmineralizado, lactose, leite desnatado, fibras alimentares, óleo de palma, coco e canola, concentrado protéico de soro de leite, óleo de milho, carbonato de cálcio, citrato de potássio, bitartarato de colina, cloreto de potássio, vitamina C, citrato de sódio, taurina, óxido de magnésio, sulfato ferroso, inositol, sulfato de zinco, vitaminas A e E, niacina, gluconato de cobre, sulfato de cobre, pantotenato de cálcio, beta caroteno, vitaminas B6 e B1, iodeto de potássio, ácido fólico, sulfato de manganês, selenito de sódio, vitamina D, biotina, vitamina K. Atendendo aos padrões do Codex Alimentarius FAO/OMS, embalagem deverá vir no mínimo com 400 gramas, prazo de validade mínima de 02 anos.					
32	600000,00	GR	NAN COMFOR 1/NESTLÉ	R\$0,0350	R\$21.000,0000
Valor Total		(setenta e um mil e duzentos e cinco reais)			R\$71.205,00

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA**PORTARIA Nº 045/2015**

PORTARIA Nº 045/2015

Extingue Pensão Por Morte, concedida a Senhora Dalila Ingraça do Nascimento, dependente presumida do servidor Inativo falecido Irineu Manoel do Nascimento.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Art. 1º Extinguir a Pensão Por Morte, concedida a Senhora Dalila Ingraça do Nascimento, dependente presumida do servidor Inativo falecido Irineu Manoel do Nascimento, nos termos da Portaria nº 005/2002, retificada pela Portaria nº 029/2010, em face do óbito ocorrido em 11/07/2015

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 11/07/2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça (SC), em 04 de agosto de 2015.

Camilo Nazareno Pagani Martins
Prefeito Municipal

Milton Luiz Espindola
Presidente do IPPA

Maria Terezinha Broering Fernandes
Assistente Administrativo
Matrícula 300054-1

Palmitos

PREFEITURA

DECRETO 088/15

DECRETO Nº 088/2015. De 30 de julho de 2015.	ESTABELECE DIRETRIZES E PROVIDÊNCIAS PARA A REDUÇÃO E OTIMIZAÇÃO COM AS DESPESAS DE CUSTEIO E DE PESSOAL NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DE PALMITOS, SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 60, da Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor.
---	---

CONSIDERANDO que a implantação de práticas democráticas na administração pública pressupõe eficiência e efetividade obtidas com a racionalização e redução das despesas de custeio, especificamente na área de recursos humanos;

CONSIDERANDO a necessidade de adequar as nossas despesas à programação de receitas para o corrente ano e o alto índice de inadimplência dos contribuintes perante o fisco Municipal;

CONSIDERANDO o atraso nos pagamentos de Convênios, nas esferas Estaduais e Federais e a queda nos repasses do valor do fundo de participação dos Municípios = FPM e do ICMS, que afeta o orçamento Municipal, bem como a disparidade entre os valores orçados inicialmente, com base, numa inflação de 5%, (cinco por cento) e os índices atingidos atualmente;

CONSIDERANDO o aumento do valor da energia elétrica, nos combustíveis e materiais de custeio em geral para manutenção das atividades administrativas, e que a racionalização que se pretende introduzir compreende definições e implantação de procedimentos nas rotinas de trabalho, para manter um rigoroso controle das despesas, de forma a garantir a saúde financeira do Município, sem prejuízo de programas essenciais à população e dos compromissos assumidos pelo Município, relativamente às ações de cunho social desenvolvidas, que não podem ser eliminadas, diminuídas ou prejudicadas;

CONSIDERANDO que os servidores municipais merecem ser tratados com dignidade e respeito, e neste sentido a Administração Pública Municipal continuará honrando o compromisso de garantir o pagamento da folha mensal de vencimentos, no prazo previsto;

CONSIDERANDO o que prevê o Artigo 22 e o caput do Artigo 23, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

DECRETO Nº 088/2015.
De 30 de julho de 2015.
DECRETA

Art.1º Este Decreto estabelece, até 31 de dezembro de 2015, diretrizes e providências para a redução e otimização com as despesas de custeio e de pessoal no âmbito do Poder Executivo de Palmitos.

Parágrafo único. As medidas administrativas de que tratam este Decreto entram em vigor a partir de 1º (primeiro) de agosto de 2015.

Art. 2º Fica estabelecido uma redução em 10% (dez por cento), nos valores dos vencimentos de todos os cargos comissionados e dos agentes políticos;

Art. 3º Redução de pessoal no quadro de comissionados;

Art. 4º Redução de pessoal contratado com contrato temporário (ACT);

Art. 5º Ficam suspensos até 31 de dezembro de 2015.

I - Novos afastamentos de servidores para estudos ou cursos, seminários, feiras e congressos com ônus ou não para o Município;

II - A concessão:

- a) Função de confiança e gratificada, exceto as decorrentes de previsão legal;
- b) Licença para tratar de interesses particulares e licença prêmio, quando estas implicarem em nomeações ou contratações emergenciais para substituição do servidor afastado;
- c) Horas extras, ressalvados os serviços prioritários expressamente autorizados pelo Secretário da Pasta, observados os casos excepcionais;
- d) Diárias e passagens, sendo concedidas somente em caráter excepcional, autorizadas expressamente pelo Prefeito Municipal;
- e) Abono de férias com conversão em pecúnia;
- f) Realizar plantões do final de semana, exceto na área da saúde;

III - Fica proibido em caráter temporário ceder e/ou locar veículos para realização de passeios, jogos ou viagens de qualquer natureza em atividades da municipalidade ou de instituições não governamentais, até ulterior deliberação;

IV - O uso de veículos da frota (máquinas e equipamentos) será exclusivamente no horário de serviço, com autorização da pasta, devendo após o uso ser recolhido no pátio próprio, ficando expressamente proibido o uso para interesse particular.

DECRETO Nº 088/2015.
De 30 de julho de 2015.

V - Ficam suspensas temporariamente todas as compras diretas, sem previa autorização da CENTRAL DE COMPRAS, que em consonância com o orçamento de cada pasta fará uma pré-análise do saldo de cada pasta disponível. Os pagamentos de compras efetuadas em desacordo com o presente artigo serão de exclusiva responsabilidade de quem as efetuar.

Art. 6º Para dar cumprimento à determinação do art. 1º os titulares dos órgãos deverão estabelecer mecanismos para:

I - Reduzir despesas de manutenção, estabelecida em 30% (trinta por cento), em relação ao mês de maio de 2015, tais como, água, energia elétrica, telefonia, combustível, material de consumo, assim entendidos material de escritório, material de limpeza, peças e acessórios de veículos.

II - Os Secretários deverão promover a racionalização de ações administrativas pontuais em seu âmbito de atuação que possam gerar economia de gastos determinando as providências necessárias e

baixar normas internas complementares, estipulando os critérios para utilização racional das despesas de custeio, para atender ao disposto neste Decreto.

Art. 7º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 30 de julho de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO 089/15

DECRETO Nº 089/2015. De 30 de julho de 2015.	REVOGA DECRETO Nº 048/2012 DE 17 DE ABRIL DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas por Lei.
---	---

DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, suspenso até 31 de dezembro de 2015, as disposições sobre os Plantões da Fiscalização estabelecidos pela Lei 3.209 de 20 de março de 2008.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 048 de 17 de abril de 2012.

Município de Palmitos/SC, em 30 de julho de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO 090/15

DECRETO Nº 090/2015. De 30 de julho de 2015.	CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL PARA AVALIAÇÃO DE ÁREA DE TERRA COM BENFEITORIAS A SER DESAPROPRIADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas por Lei.
---	--

DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, constituída comissão especial para avaliação de área de terra com benfeitorias, localizada nas proximidades do campus da UDESC, sito na Rua Luiz Alba, prolongamento da Avenida Brasil, a ser composta pelos seguintes

membros:

- 1 - RÉGIS ALMIR BATISTA DA SILVA (Creci nº 27.810 F);
- 2 - JAMES DE ALMEIDA (Creci nº 3.863-1); e,
- 3 - LEONIR JOSÉ PROVIM (Creci nº 27.092 F).

Art. 2º A Comissão Especial terá como finalidade apresentar laudo contendo avaliação da área de terra e benfeitorias, de propriedade de MITRA DIOCESANA DE CHAPECÓ, matriculada no Cartório do Registro de Imóveis desta Comarca, sob nº 3.619, a ser desapropriada pelo Município de Palmitos.

Art. 3º A nomeação de que trata o artigo anterior do presente Decreto é de caráter relevante, não se atribuindo qualquer vínculo empregatício, espécie de remuneração, gratificação ou adicional.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

.

Município de Palmitos/SC, em 30 de julho de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO 091/15

DECRETO Nº 091/2015. De 31 de julho de 2015	DESIGNA TEMPORARIAMENTE SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas por Lei.
--	---

DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, designada temporariamente a Servidora Pública Juliana Édina Chaves, Sub- Diretora, como responsável pela publicação de atos do Poder Executivo Municipal, no Mural Público já instituído, a partir de 03 de Agosto de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, 31 de julho de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Papanduva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 066/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA.
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 066/2015. Objeto: Contratação de prestação de serviços de engenheiro de minas. Tipo: Menor preço por item; Entrega dos envelopes: Até o dia 24 de agosto de 2015 às 13:45hs; Início da Sessão Pública: Dia 24/08/2015 – 14:00hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislação vigente e pertinente à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 10 de agosto de 2015
Dario Schicovski
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2550, DE 07.08.2015 - ALTERA O INCISO I DO ART. 1º DO DECRETO Nº 2540, DE 03 DE JULHO DE 2015.

Decreto nº 2550, de 07 de agosto de 2015.

Altera o Inciso I do Art. 1º do Decreto nº 2540, de 03 de julho de 2015.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas especialmente pelos incisos VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. O Inciso I do Art. 1º do Decreto nº 2540, de 03 de julho de 2015, passa a constar e vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. ...

I – Médicos Titulares: Dra. Thalita Cristina Pokryviecki e Dr. Sandro Bichofe.

...

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 07 de agosto de 2015.

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, na mesma data supra.

Fábio José Padilha
Secretário da Administração

Passo de Torres

CÂMARA MUNICIPAL

ERRATA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2015

Câmara de Vereadores de Passo de Torres

ERRATA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

No extrato de dispensa de licitação nº 04/2015, oriundo do procedimento administrativo nº 07/2015, ocorreu um erro quanto ao nome do contratado.

Desta forma, comunica a todos interessados que:

Onde se lê: Contratado: Beira Rio Supermercado

Leia-se: Contratado: Las Batista e Cia Ltda ME

Passo de Torres, 10 de agosto de 2015.

Pedro Paulo Bitencourt

Presidente da Câmara de Vereadores de Passo de Torres

Passos Maia**PREFEITURA****ERRATA AO CONTRATO N. 0057/2015**

ERRATA AO CONTRATO N.0057/2015

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0028/2015

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO n. 0019/2015

Onde se lê:

CLÁUSULA I - DO OBJETO:

O objeto do presente contrato é a aquisição de uma ensiladeira com no mínimo 10 facas de corte, com comendo hidráulico, capacidade de colher uma linha de milho ou similares, acoplável ao hidráulico do trato e acionada pela tomada de força, oriundo do contrato de, com afiador automático, roda de apoio, bica semi-hidráulica ou hidráulica, quebra grãos, opções de corte de ao menos 2 a 20 milímetros, o qual a CONTRATADA se declara em condições de entregar em estrita observância com o indicado nas Especificações do Anexo I e na documentação levada a efeito pelo Pregão Presencial em epígrafe.

A presente aquisição é oriunda do Contrato de Repasse n. 805984/2014/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Leia-se:

CLÁUSULA I - DO OBJETO:

O objeto do presente contrato é a aquisição de uma ensiladeira CREMASCO/CUSTOM 950-C III, com 10 facas de corte, com comando hidráulico de bica, roda de apoio, quebrador de grãos, capacidade de colher uma linha de milho, acoplável ao hidráulico do trator e acionada pela tomada de força, com afiador automático e corte de 2 a 41 milímetros, o qual a CONTRATADA se declara em condições de entregar em estrita observância com o indicado nas Especificações do Anexo I e na documentação levada a efeito pelo Pregão Presencial em epígrafe.

A presente aquisição é oriunda do Contrato de Repasse n. 805984/2014/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Passos Maia-SC, 10 de agosto de 2015.

IVANDRE BOCALON

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

CONTRATANTE

COMERCIAL AGRICOLA CAPRI LTDA.

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

EDSON SALVADEGO

KARINA AP. MAR. RIBEIRO

CPF n. 067.004.859-32

CPF n. 008.042.129-61

Paulo Lopes

PREFEITURA

EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2015

EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2015

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei Orgânica do Município, o inciso do Art. 37, IX, da CF e o que prevê a Lei Municipal Nº 819, de 01 de outubro de 1998, torna público, pelo presente Edital, Chamada Pública, em razão de esgotado dos interessados classificados por cargos e áreas no processo seletivo n. 003/2014, e, Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse para provimento de vagas temporárias de categorias funcionais para o ano de 2015, constantes nos Quadros de Pessoal da Administração Pública Municipal no âmbito da Secretaria Municipal da Educação.

Os candidatos interessados deverão dirigir-se à sede da Secretaria Municipal de Educação, munidos de documentos pessoais e comprovação de sua habilitação, para a escolha das vagas disponíveis, no dia 17 de agosto de 2015 às 10 horas; O Edital Completo encontra-se a disposição no site www.paulolopes.sc.gov.br

Paulo Lopes, 07 de agosto de 2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 268/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 268/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e conforme a justificativa nº 031/2015, resolve:

AMPLIAR CONTRATO POR PRAZO TEMPORÁRIO, a Servidora Pública Municipal, Clarice Maria Gonçalves, brasileira, portadora do CPF nº 040.318.569-62, matrícula nº 11133, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, de 05/08/2015 até 05/11/2015, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS

Município de Paulo Lopes-SC, em 05 de agosto de 2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 269/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 269/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Dalva Fabis Pasini Rodrigues, portadora do CPF nº 800.998.669-00, matrícula 10960, ocupante do Cargo de Medica Plantonista, contratada pela portaria nº 423/2013, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS

Município de Paulo Lopes – SC, em 06 de agosto de 2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 270/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 270/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Maisa Miranda Cascaes, portadora do CPF nº 050.149.609-28, matrícula 11043, ocupante do Cargo de Medica Plantonista, contratada pela portaria nº 300/2014, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS

Município de Paulo Lopes – SC, em 06 de agosto de 2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 271/2015ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 271/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a Servidora Pública Municipal, Edite Fraga Cargnin Vescovi, brasileira, efetiva e estável, portadora do CPF nº868.948.629-15, matrícula nº 700, ocupante do Cargo de Professora, a disposição na Secretaria Municipal de Educação, com gozo no período de 06/08/2015 á 03/11/2015, referente ao quinquênio de 18/02/2002 á 17/02/2007, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 06 de agosto de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 272/2015ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 272/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR A PEDIDO, a Servidora Pública Municipal, Fernanda Pereira Botega, brasileira, ocupante do Cargo de Assessora de Planejamento e Projetos de Saúde, portadora do CPF nº 059.607.489-16, matrícula nº11032, nomeada pela portaria nº 220/2014, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, conforme documento em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, 07 de agosto de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 273/2015ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 273/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na legislação. Resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal efetiva e estável, Zélia Maria de Souza Santos, brasileira, portadora do CPF nº 552.324.009-59, matrícula nº 685, ocupante do cargo de Professora, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, ate 04/09/2015 conforme beneficio Nº 6113833988 em anexo.

Município de Paulo Lopes – SC, em 07 de agosto de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 274/2015ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 274/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR A PEDIDO, o Servidor Público Municipal, Gustavo Conde de Figueredo Cima, brasileiro, ocupante do Cargo de Medico ESF 40h, portador do CPF nº 833.793.471-91, matrícula nº11073, contratado pela portaria nº 58/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, por motivos pessoais, conforme documento em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, 07 de agosto de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

PORTARIA Nº 190/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 190/2015

EXONERA: a pedido a Sra. MARIA DA GRAÇA GOMES BENTO, do cargo de Servente/Merendeira, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data. Revogando a Portaria nº 123/2004.

Penha/SC, 07 de agosto de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 372/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

2º TERMO ADITIVO Nº 372/2015 AO CONTRATO Nº 332/2015

Contratado (A) DIMAS CARLOS PIMENTEL, fica prorrogado até 06/09/2015, a contar de 06/08/2015.

Penha/SC, 06 de agosto de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 373/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

4º TERMO ADITIVO Nº 373/2015 AO CONTRATO Nº 333/2015

Contratado (A) RAFFAEL OLIVEIRA DO PRADO, fica prorrogado até 06/09/2015, a contar de 06/08/2015.

Penha/SC, 06 de agosto de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 374/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

5º TERMO ADITIVO Nº 365/2015 AO CONTRATO Nº 333/2015

Contratado (A) RAFFAEL OLIVEIRA DO PRADO, fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na E.B.M João Batista da Cruz, no período de 06/08/2015 a 06/09/2015.

Penha/SC, 06 de agosto de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.259 DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº 4.259 DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.798 de 18 de novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais) no Município de Pinheiro Preto abaixo discriminado;

Unidade Orçamentária: 2003 – Secretaria de Educação e Cultura

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 12 – Desenvolvimento Educacional

Atividade: 2.32 – Manutenção das atividades do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 3390-0000

Fonte: 0100

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Município de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais) conforme abaixo discriminado;

Unidade Orçamentária: 2003 – Secretaria de Educação e Cultura

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 12 – Desenvolvimento Educacional

Atividade: 2.32 – Manutenção das atividades do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 3190-0000

Fonte: 0100

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 07 DE AGOSTO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 289, DE 10 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº 289, DE 10 de AGOSTO DE 2015.

Concede Licença prêmio A Servidora Pública ivania beal bressan.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 148, VI, da Lei Complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora pública ivania beal bressan, ocupante do cargo de provimento efetivo de professora pos graduada, 02 (dois) meses de LICENÇA PRÊMIO, referentes aos períodos aquisitivos de 2002 a 2007 e de 2007 a 2012, cujo gozo do benefício dar-se-á no período compreendido entre 10 de agosto de 2015 a 08 de outubro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 10 de agosto de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO- LEI COMPLEMENTAR Nº 153, DE 01 DE JULHO DE 2009

LEI COMPLEMENTAR Nº 153, DE 01 DE JULHO DE 2009

CRIA EMPREGOS PÚBLICOS, ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 141, DE 22 DE AGOSTO DE 2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei,

Art. 1º Ficam criados no Quadro de Pessoal da Administração Direta, Regime Jurídico Celetista, os empregos públicos de provimento efetivo relacionados no Anexo I desta Lei, com a remuneração prevista no Anexo II, Programa Saúde da Família - PSF.

Parágrafo único. O regime jurídico para os cargos de que trata o art. 1º desta lei é o Celetista, regulamentado pela Lei Complementar nº 141, de 22 de agosto de 2007.

Art. 2º As atribuições dos empregos de que trata esta lei são às constantes dos Anexo III.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento em vigor.

Art. 4º O art. 6.º da Lei Complementar nº 141, de 22 de agosto de 2007 passa a vigorar acrescido com inciso V:

“Art. 6º
[....];

V – extinção do emprego.”

Parágrafo único. A condição da extinção do emprego que trata o inciso V, somente poderá ser aplicada, de forma motivada e com a ocorrência de pelo menos uma das situações a seguir:

- a) Extinção dos programas federais;
- b) Desativação/redução de equipe(s);
- c) Renúncia ou cancelamento do convênio de adesão assinado por iniciativa do Município ou da União;
- d) Cessaçao do repasse de recursos financeiros da União para o Município.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 01 de julho de 2009.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

ANEXO I

(Art. 1º LEI COMPLEMENTAR Nº 153, DE 01 DE JULHO DE 2009)

QUADRO DE EMPREGOS DE PROVIMENTO EFETIVO - PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

CARGOS EFETIVOS	FORMAÇÃO ESCOLAR	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Agente Comunitário de Saúde – PSF	2º Grau – nível médio	07	40
Auxiliar de Higiene Bucal- PSF	Segundo Grau	01	40
Enfermeira - PSF	Superior	01	40
Técnicas em Enfermagem – PSF	Segundo Grau	02	40
Médico Programa PSF	Superior	01	40
Odontólogo – PSF	Superior	01	40

ANEXO II

(Art. 1º LEI COMPLEMENTAR Nº 153, DE 01 DE JULHO DE 2009)

TABELA DE SALÁRIOS - EMPREGOS PÚBLICOS**PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA**

CARGOS EFETIVOS	SALÁRIO MENSAL
Agente Comunitário de Saúde	465,00
Auxiliar de Higiene Bucal	510,00
Enfermeira PSF	2.050,00
Técnicas em Enfermagem	700,00
Médico Programa PSF	10.500,00
Odontólogo Programa PSF	2.500,00

ANEXO III

(Art. 2º LEI COMPLEMENTAR Nº 153, DE 01 DE JULHO DE 2009)

ATRIBUIÇÕES EMPREGOS**PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA**

DENOMINAÇÃO DO CARGO	REQUISITOS PARA INGRESSO	ATIBUIÇÕES
Agente Comunitário de Saúde	2º Grau – nível médio	<ul style="list-style-type: none"> · Realizar mapeamento de sua área; · Cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro; · Identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco; · Identificar área de risco; · Orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimento odontológico, quando necessário; · Realizar ações e atividades, no nível de suas competências, na áreas prioritárias da Atenção Básicas; · Realizar, por meio da visita domiciliar, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade; · Estar sempre bem informado, e informar aos demais membros da equipe, sobre a situação das família acompanhadas, particularmente aquelas em situações de risco; · Desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças; · Promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras; · Traduzir para a ESF a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades e limites; · Identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possa ser potencializados pela equipe. · Prestação de primeiros socorros e orientação quando forem chamadas pelas famílias assistidas. · Orientação às famílias nas ações de saúde preventiva e orientá-las na busca de cuidados médicos · Apresentar relatórios mensais das atividades · Desenvolver as atividades de acordo com os princípios do SUS e, acima de tudo, voltado à permanente defesa da vida e da saúde do cidadão. · Traçar perfil epidemiológico das famílias e pessoas · Participar de reuniões que for convocada · Demais atividades inerentes às funções do cargo. <p>O profissional deverá cumprir carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.</p>
Técnico em Enfermagem	2º Grau – nível médio	<ul style="list-style-type: none"> · Realizar procedimento de enfermagem dentro das suas competência técnicas e legais. · Realizar procedimentos de enfermagem nos diferentes ambientes, UFS e nos domicílios, dentro do planejamento de ações traçado pela equipe; · Preparar o usuário para consultas médicas e de enfermagem, exames e tratamentos na Unidade Básica de Saúde; · Zelar pela limpeza e ordem do material, de equipamento e de dependências da USF, garantindo o controle de infecção; · Realizar ações de educação em saúde aos grupos de patologias específicas e às família de risco, conforme planejamento da Unidade de Saúde. <p>O profissional deverá cumprir carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.</p>
Auxiliar de Higiene Bucal	2º Grau – nível médio	<ul style="list-style-type: none"> · Sob a supervisão do cirurgião dentista, realizar procedimentos preventivos, individuais ou coletivos, nos usuários para o atendimento clínicos, como escovação supervisionada, evidencição de placa bacteriana, aplicação tópica de flúor, selantes, raspagem, alisamentos e polimentos, bochechos com flúor, entre outros; · Realizar procedimentos reversíveis em atividades restauradoras, sob supervisão do cirurgião dentista; · Cuidar da manutenção e conservação dos equipamentos odontológicos; · Acompanhar e apoiar o desenvolvimento dos trabalhos da equipe de saúde da família no tocante à saúde bucal. <p>O profissional deverá cumprir carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.</p>

Enfermeira PSF	Curso Superior de Enfermagem	<ul style="list-style-type: none"> Realizar cuidados diretos de enfermagem nas urgências e emergências clínicas, fazendo a indicação para a continuidade da assistência prestada; Realizar consulta de enfermagem, solicitar exames complementares, prescrever/transcrever medicações, conforme protocolos estabelecidos nos Programas do Ministério da Saúde e as Disposições legais da profissão; Planejar, gerenciar, coordenar, executar e avaliar a USF; Executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto, e idoso; No nível de suas competência, executar assistência básica e ações de vigilância epidemiológica e sanitária; Realizar ações de saúde em diferentes ambientes, na USF e, quando necessário, no domicílio; Realizar as atividades corretamente às áreas prioritárias de intervenção na Atenção Básica, definidas na Norma Operacional da Assistência à Saúde - NOAS 2001; Aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva; Organizar e coordenar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, etc; Supervisionar e coordenar ações para capacitação dos Agentes Comunitário de Saúde e de auxiliares de enfermagem, com vistas ao desempenho de sua funções. <p>O profissional deverá cumprir carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.</p>
Médico Programa PSF	Superior - Medicina	<ul style="list-style-type: none"> Realizar consultas clínicas aos usuários da sua área adstrita; Executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto e idoso; Realizar consultas e procedimentos na USF e, quando necessário, no domicílio; Realizar as atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias na intervenção na atenção Básica, definidas na Norma Operacional da Assistência à Saúde - NOAS 2001; Aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva; Fomentar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, etc; Realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências; Encaminhar aos serviços de maior complexidade, quando necessário, garantindo a continuidade do tratamento na USF, por meio de um sistema de acompanhamento e referência e contra-referência; Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais; Indicar internação hospitalar; Solicitar exames complementares; Verificar e atestar óbito. <p>O profissional deverá cumprir carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.</p>
Odontólogo	Superior	<ul style="list-style-type: none"> Realizar levantamento epidemiológico para traçar o perfil de saúde bucal da população adscrita; Realizar os procedimentos clínicos definidos na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde - NOB/SUS 96 - e na Norma Operacional Básica da Assistência à Saúde (NOAS); Realizar o tratamento integral, no âmbito da atenção básica para a população adscrita; Encaminhar e orientar os usuários que apresentam problema complexo a outros níveis de assistência, assegurando seu acompanhamento; Realizar atendimentos de primeiros cuidados nas urgências; Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais; Prescrever medicamentos e outras orientações na conformidade dos diagnósticos efetuados; Emitir laudos, pareceres e atestados sobre assuntos de sua competência; Executar as ações de assistência integral, aliado a atuação clínica à saúde coletiva, assistindo as famílias, indivíduos ou grupo específicos, de acordo com planejamento local; Coordenar ações coletivas voltadas para promoção e prevenção em saúde bucal; Programar e supervisionar o fornecimento de insumos para as ações coletivas; Capacitar as equipes de saúde da família no que se refere às ações educativas e preventivas em saúde bucal; Supervisionar o trabalho desenvolvido pelo THD e o ACD. <p>O profissional deverá cumprir carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.</p>

OBS: Republicado por incorreção.

Pomerode

PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 035 / 2015 – REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 035 / 2015 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 071 / 2015.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS APARELHOS DE AR CONDICIONADOS SPLIT E JANELEIRO E MÁQUINAS DE LAVAR ROUPA, GELADEIRAS E BEBEDOUROS INSTALADOS NOS PRÉDIOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 24/08/2015.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 24/08/2015.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode/SC, 10 de Agosto de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

Porto Belo

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.367, DE 06 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº 1.367, DE 06 DE AGOSTO DE 2015.

ALTERA OS ARTIGOS 6º E 7º DO DECRETO Nº 1.294, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado os Arts. 6º e 7º do Decreto nº 1.294, de 11 de dezembro de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º A área a ser caucionada para garantia da execução das obras é a abaixo descrita:

I – Lote 12, com área de 4.455,53m²

Art. 7º As áreas abaixo descritas serão transferidas ao domínio público:

I - Área Verde:

a) Área Verde 01 - Um terreno com área de 5.666,22m², com as seguintes medidas e confrontações: Frente a oeste, Iniciando no vértice V65 com coordenadas X=736952.8524 e Y=6996157.0637, seguindo com azimute 184°14'13" e distância 75,38m chega-se ao vértice V71 com coordenadas X=736947.2833 e Y=6996081.8901, confrontando com a Marginal BR-101/SC. Estrema ao sul em duas linhas, Iniciando no vértice com V71 com coordenadas X=736947.2833 e Y=6996081.8901, seguindo com azimute de 99°53'11" e distância 44,88m chega-se ao vértice V72 com coordenadas X=736991.4962 e Y=6996074.1846. Deste com azimute de 99°53'11" e distância 29,26m chega-se ao vértice V73 com coordenadas X=737020.3258 e Y=6996069.1602, perfazendo um total de 74,14m, confrontando com Lote 14 e Lote 15. Fundos ao sudeste em quatro linhas, iniciando no vértice V73 com coordenadas X=737020.3258 e Y=6996069.1602, seguindo com azimute de 52°59'55" e distância 20,00m chega-se ao vértice V74 com coordenadas X=737036.2982 e Y=6996081.1969 que deste com azimute de 52°59'55" e distância 20,00m chega-se ao vértice V75 com coordenadas X=737052.2706 e Y=6996093.2336 que deste com azimute de 52°59'55" e distância 20,00m chega-se ao vértice V76 com coordenadas X=737068.243 e Y=6996105.2703 que deste com azimute de 52°59'55" e distância 2,36m chega-se ao vértice V62 com coordenadas X=737070.1271 e Y=6996106.6902, perfazendo um total de 62,36m, confrontando com Lote 16, Lote 17, Lote 18 e Lote 19. Estrema ao norte em três linhas, iniciando no vértice V62 com coordenadas X=737070.1271 e Y=6996106.6902, seguindo com azimute 280°01'22" e distância 83,33m chega-se ao vértice V63 com coordenadas X=736988.0713 e Y=6996121.1927 que deste com azimute de 10°01'54" e distância 31,60m chega-se ao vértice V64 com coordenadas X=736993.5758 e Y=6996152.3096 que deste com azimute de 276°39'31" e distância 41,00m chega-se ao vértice V65 com coordenadas X=736952.8524 e Y=6996157.0637, perfazendo um total de 155,93m, ponto origem deste memorial, confrontando com Lote 20.

b) Área Verde 02 - Um terreno com área de 1.310,28m², com as seguintes medidas e confrontações: Frente ao Noroeste em quatro linhas, Iniciando no vértice V23 com coordenadas X=737162.3076 e Y=6996082.2373, seguindo com azimute 238°11'38" e distância 0,76m chega-se ao vértice V24 com coordenadas X=737161.6579 e Y=6996081.8344 que deste com azimute de 242°54'26" e distância 4,93m chega-se ao vértice V25 com coordenadas X=737157.2727 e Y=6996079.5911 que deste com azimute de 242°00'13" e distância 12,21m chega-se ao vértice V26 com

coordenadas X=737146.5069 e Y=6996073.8676 que deste com azimute de 236°07'56" e distância 2,35m chega-se ao vértice V27 com coordenadas X=737144.5576 e Y=6996072.5593, perfazendo um total de 20,25m, confrontando com a Avenida Projetada. Estrema Sudoeste, Iniciando no vértice com V27 com coordenadas X=737144.5576 e Y=6996072.5593, seguindo com azimute de 142°59'46" e distância 66,54m chega-se ao vértice V11 com coordenadas X=737184.6069 e Y=6996019.4194, confrontando com Lote 10. Fundos ao Sudeste, iniciando no vértice V11 com coordenadas X=737184.6069 e Y=6996019.4194, seguindo com azimute de 54°25'30" e distância 20,00m chega-se ao vértice V12 com coordenadas X=737200.8791 e Y=6996031.0583, confrontando com Itacol Loteamento de Terrenos Ltda. Estrema Nordeste, iniciando no vértice V12 com coordenadas X=737200.8791 e Y=6996031.0583, seguindo com azimute 322°59'46" e distância 64,09m chega-se ao vértice V23 com coordenadas X=737162.3076 e Y=6996082.2373, ponto origem deste memorial, confrontando com Lote 11.

II - Área Destinada ao Sistema Viário:

a) Um terreno com área de 10.496,61m², com as seguintes medidas e confrontações: Estrema Sudoeste, Iniciando no vértice V41 com coordenadas X=736934.236 e Y=6995905.7734, seguindo com azimute 4°14'27" e distância 19,14m chega-se ao vértice V42 com coordenadas X=736935.6516 e Y=6995924.8641 que deste com azimute de 4°14'09" e distância 69,61m chega-se ao vértice V43 com coordenadas X=736940.7919 e Y=6995994.2674 que deste com azimute de 4°14'13" e distância 18,58m chega-se ao vértice V44 com coordenadas X=736942.1648 e Y=6996012.7999, confrontando com Marginal BR-101/SC. Estrema Noroeste, Iniciando no vértice com V44 com coordenadas X=736942.1648 e Y=6996012.7999, seguindo com azimute de 111°48'10" Raio de 38,78 e distância 74,70m chega-se ao vértice V45 com coordenadas X=737001.2824 e Y=6995989.1512 que deste com azimute de 17°25'12" e distância 4,18m chega-se ao vértice V46 com coordenadas X=737002.5352 e Y=6995993.144 que deste com azimute de 52°59'44" e distância 19,96m chega-se ao vértice V47 com coordenadas X=737018.4729 e Y=6996005.1558, confrontando com LOTE 13, que deste com azimute de 52°59'55" e distância 20,00m chega-se ao vértice V48 com coordenadas X=737034.4453 e Y=6996017.1925, confrontando com LOTE 14, que deste com azimute de 52°59'55" e distância 20,00m chega-se ao vértice V49 com coordenadas X=737050.4177 e Y=6996029.2292, confrontando com LOTE 15, que deste com azimute de 52°59'55" e distância 20m chega-se ao vértice V50 com coordenadas X=737066.39 e Y=6996041.2659, confrontando com LOTE 16, que deste com azimute de 52°59'55" e distância 20,00m chega-se ao vértice V51 com coordenadas X=737082.3624 e Y=6996053.3026, confrontando com LOTE 17, que deste com azimute de 52°59'55" e distância 20,00m chega-se ao vértice V52 com coordenadas X=737098.3348 e Y=6996065.3394, confrontando com LOTE 18, que deste com azimute de 52°59'55" e distância 22,13m chega-se ao vértice V53 com coordenadas X=737116.0045 e Y=6996078.6551, que deste com azimute de 41°26'35" e distância 6,15m chega-se ao vértice V54 com coordenadas X=737120.0732 e Y=6996083.2633, confrontando com LOTE 19, que deste com azimute de 17°38'26" raio de 30,00 e distância 21,77m chega-se ao vértice V55 com coordenadas X=737126.5275 e Y=6996103.56, que deste com azimute de 23°54'55" raio 35,84 e distância 35,45m chega-se ao vértice V56 com coordenadas X=737140.3203 e Y=6996134.6627, que deste com azimute de 60°08'57" raio de 23,20 e distância 6,40m chega-se ao vértice V57 com coordenadas X=737145.8509 e Y=6996137.8366 que deste com azimute de 45°39'47" raio de

28,80 e distância 22,50m chega-se ao vértice V58 com coordenadas X=737161.5404 e Y=6996153.1671, que deste com azimuth de 23°53'30" e distância 21,38m chega-se ao vértice V59 com coordenadas X=737170.1987 e Y=6996172.7135, confrontando com LOTE 20. Estrema Nordeste, Iniciando no vértice V59 com coordenadas X=737170.1987 e Y=6996172.7135, seguindo com azimuth de 100°34'11" e distância 3,49m chega-se ao vértice V60 com coordenadas X=737173.6307 e Y=6996172.0731 que deste com azimuth de 100°34'11" e distância 13,41m chega-se ao vértice V17 com coordenadas X=737186.8098 e Y=6996169.6139, confrontando com TERRAS DE MARINHA. Estrema Sudeste, Iniciando no vértice V17 com coordenadas X=737186.8098 e Y=6996169.6139, seguindo com azimuth 204°04'10" raio de 983,51 e distância 25,49m chega-se ao vértice V18 com coordenadas X=737176.4153 e Y=6996146.3435 que deste com azimuth de 180°16'23" raio de 30,00 e distância 24,14m chega-se ao vértice V19 com coordenadas X=737176.3034 e Y=6996122.8478 que deste com azimuth de 162°03'45" raio de 22,00 e distância 3,72m chega-se ao vértice V20 com coordenadas X=737177.4476 e Y=6996119.3132 que deste com azimuth de 173°58'22" raio de 34,61e distância 8,59m chega-se ao vértice V21 com coordenadas X=737178.347 e Y=6996110.7943, confrontando com LOTE 12, que deste com azimuth de 207°47'49" raio de 34,61 e distância 32,28m chega-se ao vértice V22 com coordenadas X=737163.835 e Y=6996083.2662 que deste com azimuth de 236°02'12" e distância 1,84m chega-se ao vértice V23 com coordenadas X=737162.3076 e Y=6996082.2373, confrontando com LOTE 11, que deste com azimuth de 238°11'38" e distância 0,76m chega-se ao vértice V24 com coordenadas X=737161.6579 e Y=6996081.8344 que deste com azimuth de 242°54'26" e distância 4,93m chega-se ao vértice V25 com coordenadas X=737157.2727 e Y=6996079.5911 que deste com azimuth de 242°00'13" raio de 72,34 e distância 12,21m chega-se ao vértice V26 com coordenadas X=737146.5069 e Y=6996073.8676, que deste com azimuth de 236°07'56" raio de 71,00 e distância 2,35m chega-se ao vértice V27 com coordenadas X=737144.5576 e Y=6996072.5593, confrontando com ÁREA VERDE 2, que deste com azimuth de 233°09'21" e distância 18,33m chega-se ao vértice V28 com coordenadas X=737129.8888 e Y=6996061.5681 que deste com azimuth de 206°48'46" e distância 1,86m chega-se ao vértice V29 com coordenadas X=737129.0492 e Y=6996059.9069, confrontando com LOTE 10, que deste com azimuth de 206°48'46" e distância 3,80m chega-se ao vértice V30 com coordenadas X=737127.3339 e Y=6996056.5131 que deste com azimuth de 232°59'46" e distância 16,59m chega-se ao vértice V31 com coordenadas X=737114.0872 e Y=6996046.5296, confrontando com LOTE 9, que deste com azimuth de 232°59'46" e distância 20,00m chega-se ao vértice V32 com coordenadas X=737098.1152 e Y=6996034.4922, confrontando com LOTE 8, que deste com azimuth de 232°59'46" e distância 20,00m chega-se ao vértice V33 com coordenadas X=737082.1433 e Y=6996022.4549, confrontando com LOTE 7, que deste com azimuth de 232°59'46" e distância 20,00m chega-se ao vértice V34 com coordenadas X=737066.1714 e Y=6996010.4175, confrontando com LOTE 6, que deste com azimuth de 232°59'46" e distância 20,00m chega-se ao vértice V35 com coordenadas X=737050.1995 e Y=6995998.3802, confrontando com LOTE 5, que deste com azimuth de 232°59'46" e distância 20,00m chega-se ao vértice V36 com coordenadas X=737034.2276 e Y=6995986.3428 confrontando com Lote 4, que deste com azimuth de 232°59'46" e distância 20,00m chega-se ao vértice V37 com coordenadas X=737018.2557 e Y=6995974.3054, confrontando com Lote 3, que deste com azimuth de 257°07'41" e distância 6,11m chega-se ao vértice V38 com coordenadas X=737012.2974 e Y=6995972.9439 que deste com azimuth de 232°50'33" e distância 14,42m chega-se ao vértice V39 com coordenadas X=737000.8031 e Y=6995964.2327 confrontando com Lote 2, que deste com azimuth de 233°01'41" e distância 65,90m chega-se ao vértice V40 com coordenadas X=736948.1472 e Y=6995924.5942, que deste com azimuth de 216°28'11" raio de 51,40 e distância 23.61m chega-se ao vértice V41, perfazendo um total de 386,93m,

ponto origem deste memorial, confrontando com LOTE 1.

Parágrafo Único: [...]

Art. 2º - Os demais itens do Decreto 1.294, de 11 de dezembro de 2014 permanecem inalterados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 06 dias do mês de agosto de 2015.

MEDIDA PROVISÓRIA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 004/2015

Institui o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Porto Belo – REFIS, e dá outras providências.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Orgânica Municipal adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Porto Belo – REFIS – destinado a promover a regularização de créditos do Município de Porto Belo, decorrentes de débitos de pessoas físicas e jurídicas, relativos a tributos municipais, inscritos em dívidas ativas, ajuizados ou não ajuizados, com exigibilidade suspensa ou não.

Art. 2º O interessado em aderir ao REFIS poderá fazê-lo até 30 de outubro de 2015, através da assinatura do Termo de Opção ao REFIS.

Art. 3º As parcelas deverão ser pagas mensalmente e de forma sucessiva, optando o contribuinte por vencimentos nos dias 1º, 10 ou 20 de cada mês, sendo que o valor de cada parcela não seja inferior a quarenta (40) UFMPB.

Art. 4º O Contribuinte poderá optar pelos seguintes parcelamentos e descontos, referentes à multas e juros:

I – pagamento à vista: 100% de desconto de multas e juros;

II – pagamento em duas parcelas: 95% de desconto de multas e juros;

III – pagamento em três parcelas: 90% de descontos de multas e juros;

IV – pagamento em quatro parcelas: 85% de descontos de multas e juros;

V – pagamento em cinco parcelas: 80% de descontos de multas e juros;

VI – pagamento em seis parcelas: 75% de descontos de multas e juros;

VII – pagamento em sete parcelas: 70% de descontos de multas e juros;

VIII – pagamento em oito parcelas: 65% de descontos de multas e juros;

IX – pagamento em nove parcelas: 60% de descontos de multas e juros;

X – pagamento dez parcelas: 55% de descontos de multas e juros. Parágrafo único. O valor do débito tributário será corrigido monetariamente.

Art. 5º O vencimento de duas parcelas consecutivas ou alternadas, tornará sem efeito o desconto de juros e multas, concedido nos termos do art. 4º desta Lei.

Art. 6º A opção pelo parcelamento instituído pela presente lei sujeita o devedor a:

I - confissão irrevogável e irretratável dos débitos consolidados;

II - pagamento regular das parcelas do débito consolidado, bem assim dos tributos decorrentes de fatos geradores ocorridos posteriormente à assinatura do Termo de Opção;

III - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas para o ingresso e permanência no REFIS;

Art. 7º A opção pelo REFIS exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos.

Parágrafo único. A opção implica não exclui os gravames decorrentes

de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal.

Art. 8º Os Contribuintes que tiverem em curso parcelamento nos moldes previstos na Lei Complementar nº 52/2014 poderão optar pelo REFIS ora instituído, sendo automaticamente excluído daquele parcelamento, condicionado à opção do reparcelamento em até três parcelas.

Art. 9º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo, aos 05 dias do mês de agosto de 2015.

Porto União

PREFEITURA

ERRATA DE TOMADA DE PREÇOS 004/2015 - EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

RETIFICAÇÃO REFERENTE PROCESSO LICITATORIO 014/2015 - EDUCAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS 004/2015

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna pública a Errata ao edital do processo licitatório anteriormente citado, onde exclui-se o item 9.2 do Edital e a alínea "j" da cláusula sexta da minuta de contrato, alterando-se também as datas publicadas. A data limite de recebimento será até dia 28 de agosto de 2015 às 14h00min, com início da sessão pública no mesmo dia e horário.

As demais informações permanecem inalteradas.

Porto União SC, 10 de agosto de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 151/2015

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato aditivo 151/2015

Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 066/2015.

Partes: Município de Porto União e José Ari Ferreira da Silva.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se o aludido contrato superior por 03 (três) meses.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 04 de agosto de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 155/2015

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato aditivo 155/2015

Aditivo ao Contrato de Execução de Obras 142/2014.

Partes: Município de Porto União e Décio Pacheco & Cia Ltda.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se por 120 (cento e vinte) dias o aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 06 de agosto de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 002/2015 - AMASPU

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 006/2015 - AMASPU

Extrato de Edital de Pregão Presencial 002/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de equipamentos de áudio e vídeo. O recebimento dos envelopes se dará até as 09h00min do dia 25 de agosto de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitateportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 10 de agosto de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

RESCISÃO DE CONTRATO 001/2015 - FAS

RESCISÃO DE CONTRATO 001/2015 - FAS

CONTRATO 019/2015 - FAS

Considera-se RESCINDIDO de pleno direito o contrato de Prestação de Serviços nº 019/2015 - FAS, datado de 19 de maio de 2015 entre o Município de Porto União e Deisi Cristina Rabuske, inscrita no CPF 043.193.029-58 visto as razões expostas e acatada conforme parecer jurídico, anexo ao Processo Licitatório nº 007/2014 - FAS, Modalidade de Tomada de Preços nº 001/2014 - FAS, ficam liberadas as partes.

Porto União SC, 03 de agosto de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

Deisi Cristina Rabuske

Presidente Nereu

PREFEITURA

DIVULGAÇÃO DE RESULTADO DE PREGÃO ELETRONICO 07/2015

DIVULGAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico - 7/2015

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde Benito Brand, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

HOMOLOGAR o processo de licitação 14 - Pregão - 7/2015, consoante ata de julgamento.

AQUISICAO DE MEDICAMENTOS COM DESTINO A REDE MUNICIPAL DE SAUDE

Fornecedores e Itens Vencedores:

Fornecedor	Item	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Preço Total
DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	00138	4.000,00000	COMPR	0,1090	436,00
DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	00139	8.000,00000	COMPR	0,1200	960,00
DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	00140	10.000,00000	COMPR	0,1200	1.200,00
DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	00154	4.000,00000	COMPR	0,1990	796,00
DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	00202	100,00000	FRASCO	5,2000	520,00
DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	00205	25.000,00000	COMPR	0,0640	1.600,00
DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	00206	20.000,00000	COMPR	0,1380	2.760,00
DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	00207	300,00000	EV	0,4190	125,70
DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	00215	4.000,00000	COMPR	0,2390	956,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00003	500,00000	COMPR	0,0400	20,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00006	50,00000	TB	6,5000	325,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00009	50,00000	FRASCO	1,1500	57,50
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00019	100,00000	FRASCO	4,8500	485,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00021	20,00000	FRASCO	29,1100	582,20
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00025	5.000,00000	COMPR	0,0500	250,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00026	3.000,00000	COMPR	0,0300	90,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00033	5.000,00000	COMPR	0,0600	300,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00043	4.000,00000	COMPR	0,1900	760,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00044	50,00000	UN	1,9300	96,50
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00047	2.000,00000	COMPR	0,2200	440,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00048	1.000,00000	COMPR	0,0900	90,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00049	3.000,00000	COMPR	0,1300	390,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00050	3.000,00000	COMPR	0,1600	480,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00051	50,00000	FRASCO	10,0000	500,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00057	6.000,00000	COMPR	0,1200	720,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00060	5.000,00000	COMPR	0,1800	900,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00064	50,00000	FRASCO	0,8300	41,50
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00066	6.000,00000	COMPR	0,0400	240,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00067	500,00000	UN	3,2800	1.640,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00068	3.000,00000	COMPR	0,2400	720,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00071	2.000,00000	COMPR	0,1200	240,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00073	1.000,00000	COMPR	0,0600	60,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00074	6.000,00000	COMPR	0,5800	3.480,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00077	3.000,00000	COMPR	0,5800	1.740,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00078	3.000,00000	COMPR	0,2300	690,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00079	5.000,00000	COMPR	0,3000	1.500,00

ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00081	8.000,00000	COMPR	0,1800	1.440,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00082	3.000,00000	COMPR	0,3000	900,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00083	30,00000	FRASCO	14,0000	420,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00085	5.000,00000	COMPR	0,0400	200,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00089	50,00000	FRASCO	2,2700	113,50
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00093	500,00000	COMPR	0,2000	100,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00110	50,00000	FRASCO	1,5000	75,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00118	5.000,00000	COMPR	0,0500	250,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00123	4.000,00000	COMPR	0,1700	680,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00128	10.000,00000	COMPR	0,0700	700,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00129	2.000,00000	COMPR	0,1100	220,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00130	1.000,00000	COMPR	0,2400	240,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00137	100,00000	COMPR	3,3300	333,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00141	2.000,00000	COMPR	0,2400	480,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00149	500,00000	COMPR	0,0300	15,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00164	2.000,00000	COMPR	0,5800	1.160,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00165	500,00000	COMPR	0,6700	335,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00177	3.000,00000	COMPR	0,2800	840,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00185	20,00000	FRASCO	2,0000	40,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00191	40,00000	FRASCO	1,3900	55,60
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00195	3.000,00000	COMPR	0,1200	360,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00200	4.000,00000	COMPR	0,2000	800,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00203	1.000,00000	COMPR	0,1600	160,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00209	50,00000	FRASCO	0,8900	44,50
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00214	50,00000	FRASCO	6,4700	323,50
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00228	400,00000	AMPOLA	0,7600	304,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00236	300,00000	AMPOLA	0,5500	165,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00238	100,00000	AMPOLA	0,6500	65,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00241	100,00000	AMPOLA	0,2500	25,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00242	100,00000	AMPOLA	0,2400	24,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00280	100,00000	AMPOLA	14,0000	1.400,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00281	100,00000	AMPOLA	2,0000	200,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00002	500,00000	COMPR	0,1350	67,50
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00008	30,00000	FRASCO	13,7000	411,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00010	200,00000	COMPR	0,4890	97,80
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00011	500,00000	COMPR	0,1440	72,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00012	500,00000	COMPR	0,0590	29,50
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00013	3.000,00000	COMPR	0,2120	636,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00014	3.000,00000	COMPR	0,1990	597,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00015	3.000,00000	COMPR	0,1290	387,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00017	1.000,00000	COMPR	0,3460	346,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00018	5.000,00000	COMPR	0,1790	895,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00022	3.000,00000	COMPR	1,0690	3.207,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00023	1.000,00000	COMPR	0,1590	159,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00024	5.000,00000	COMPR	0,0330	165,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00028	500,00000	COMPR	0,2310	115,50
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00029	1.000,00000	COMPR	0,5120	512,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00030	50,00000	FRASCO	2,7690	138,45
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00031	20,00000	FRASCO	2,1990	43,98
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00034	5.000,00000	COMPR	0,0990	495,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00035	1.000,00000	COMPR	0,8480	848,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00036	50,00000	FRASCO	0,9600	48,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00040	8.000,00000	COMPR	0,0388	310,40
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00041	12.000,00000	COMPR	0,0240	288,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00042	3.000,00000	COMPR	0,0980	294,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00045	50,00000	UN	2,3300	116,50
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00054	500,00000	COMPR	0,1310	65,50
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00055	2.000,00000	COMPR	0,6890	1.378,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00056	500,00000	COMPR	0,0860	43,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00058	4.000,00000	COMPR	0,1990	796,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00059	1.000,00000	COMPR	0,5190	519,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00061	4.000,00000	COMPR	0,1490	596,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00062	8.000,00000	COMPR	0,1090	872,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00063	150,00000	FRASCO	2,5800	387,00

ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00065	50,00000	FRASCO	1,9000	95,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00069	5.000,00000	COMPR	0,3590	1.795,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00070	3.000,00000	COMPR	0,7190	2.157,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00072	3.000,00000	COMPR	0,3190	957,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00075	1.000,00000	COMPR	0,5990	599,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00076	1.000,00000	COMPR	0,3990	399,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00084	500,00000	TB	0,8000	400,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00086	5.000,00000	COMPR	0,0390	195,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00087	1.000,00000	COMPR	0,0490	49,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00090	100,00000	TB	2,8390	283,90
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00092	1.000,00000	COMPR	1,4580	1.458,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00094	1.000,00000	COMPR	0,0850	85,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00095	50,00000	FRASCO	0,8490	42,45
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00099	2.000,00000	COMPR	0,1290	258,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00100	30,00000	FRASCO	14,4950	434,85
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00101	3.000,00000	COMPR	1,1200	3.360,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00102	4.000,00000	COMPR	0,4990	1.996,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00105	500,00000	COMPR	0,5390	269,50
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00106	4.000,00000	COMPR	0,0950	380,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00108	3.000,00000	COMPR	0,3490	1.047,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00112	100,00000	FRASCO	17,3200	1.732,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00113	3.000,00000	COMPR	0,2690	807,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00115	3.000,00000	COMPR	0,5990	1.797,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00119	1.000,00000	COMPR	0,1190	119,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00121	20.000,00000	COMPR	0,0359	718,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00125	8.000,00000	COMPR	0,0699	559,20
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00133	2.000,00000	COMPR	0,8090	1.618,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00136	3.000,00000	COMPR	0,6690	2.007,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00144	3.000,00000	COMPR	0,1990	597,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00151	10.000,00000	COMPR	0,1090	1.090,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00168	10.000,00000	COMPR	0,0469	469,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00178	2.000,00000	COMPR	0,2240	448,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00179	4.000,00000	COMPR	0,2390	956,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00227	400,00000	AMPOLA	0,7390	295,60
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00240	100,00000	AMPOLA	2,2400	224,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00252	500,00000	COMPR	1,4500	725,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00262	200,00000	FRASCO	0,8800	176,00
ANGEOMED - COM DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA	00263	50,00000	FRASCO	9,9900	499,50
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPI-TALARES	00109	3.000,00000	COMPR	0,1000	300,00
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPI-TALARES	00134	3.000,00000	COMPR	0,2650	795,00
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPI-TALARES	00135	100,00000	FRASCO	6,9500	695,00
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPI-TALARES	00150	10.000,00000	COMPR	0,7800	7.800,00
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPI-TALARES	00152	20.000,00000	COMPR	0,0640	1.280,00
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPI-TALARES	00153	20.000,00000	COMPR	0,0530	1.060,00
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPI-TALARES	00174	150,00000	FRASCO	20,0000	3.000,00
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPI-TALARES	00184	3.000,00000	COMPR	0,4000	1.200,00
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPI-TALARES	00186	30,00000	FRASCO	1,2300	36,90
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPI-TALARES	00189	10.000,00000	COMPR	0,1000	1.000,00
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPI-TALARES	00190	4.000,00000	COMPR	0,0360	144,00
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPI-TALARES	00194	2.000,00000	COMPR	0,0750	150,00
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPI-TALARES	00197	8.000,00000	COMPR	0,0170	136,00

ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	00001	15.000,00000	COMPR	0,0259	388,50
ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	00005	50,00000	FRASCO	3,0890	154,45
ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	00020	30,00000	FRASCO	10,8000	324,00
ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	00053	100,00000	TB	1,1899	118,99
ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	00091	3.000,00000	COMPR	0,0398	119,40
ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	00097	6.000,00000	COMPR	0,0699	419,40
ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	00111	50,00000	FRASCO	3,0600	153,00
ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	00126	100,00000	COMPR	1,5299	152,99
ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	00176	20.000,00000	COMPR	0,0419	838,00
ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	00183	10.000,00000	FRASCO	0,4919	4.919,00
ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	00201	10.000,00000	COMPR	0,4099	4.099,00
ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	00204	250,00000	FRASCO	0,9790	244,75
ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	00220	300,00000	AMPOLA	5,9999	1.799,97
ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.	00244	200,00000	AMPOLA	0,6499	129,98
SIDD COMERCIAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	00037	5.000,00000	COMPR	0,3600	1.800,00
SIDD COMERCIAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	00038	50,00000	FRASCO	3,3700	168,50
SIDD COMERCIAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	00039	1.000,00000	COMPR	0,4280	428,00
SIDD COMERCIAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	00046	5.000,00000	COMPR	0,1200	600,00
SIDD COMERCIAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	00080	10.000,00000	COMPR	0,0800	800,00
SIDD COMERCIAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	00103	200,00000	FRASCO	10,0000	2.000,00
SIDD COMERCIAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	00222	200,00000	AMPOLA	1,9900	398,00
SIDD COMERCIAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	00226	200,00000	AMPOLA	6,0400	1.208,00
SIDD COMERCIAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	00259	200,00000	FRASCO	2,7600	552,00
SIDD COMERCIAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	00270	200,00000	AMPOLA	8,5900	1.718,00
S & R DISTRIBUIDORA LTDA	00124	50,00000	FRASCO	5,7600	288,00
S & R DISTRIBUIDORA LTDA	00131	2.000,00000	COMPR	0,4800	960,00
S & R DISTRIBUIDORA LTDA	00158	100,00000	TB	2,7550	275,50
S & R DISTRIBUIDORA LTDA	00159	50,00000	FRASCO	1,5800	79,00
S & R DISTRIBUIDORA LTDA	00180	50,00000	TB	2,8800	144,00
S & R DISTRIBUIDORA LTDA	00210	4.000,00000	COMPR	0,0745	298,00
S & R DISTRIBUIDORA LTDA	00213	50,00000	FRASCO	1,1200	56,00
S & R DISTRIBUIDORA LTDA	00219	200,00000	AMPOLA	1,1900	238,00
S & R DISTRIBUIDORA LTDA	00255	50,00000	FRASCO	45,2700	2.263,50
S & R DISTRIBUIDORA LTDA	00264	30,00000	FRASCO	12,0200	360,60
S & R DISTRIBUIDORA LTDA	00273	300,00000	AMPOLA	3,0000	900,00
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	00104	30.000,00000	COMPR	0,0420	1.260,00
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	00114	4.000,00000	COMPR	0,2000	800,00
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	00116	8.000,00000	COMPR	0,0300	240,00

MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	00117	20.000,00000	COMPR	0,0250	500,00
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	00120	25.000,00000	COMPR	0,0160	400,00
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	00132	3.000,00000	COMPR	0,2700	810,00
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	00142	3.000,00000	COMPR	0,0450	135,00
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	00143	50,00000	FRASCO	1,6200	81,00
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	00146	10.000,00000	COMPR	0,0360	360,00
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	00147	2.000,00000	COMPR	0,0600	120,00
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	00155	2.000,00000	COMPR	0,1050	210,00
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	00156	5.000,00000	UNI	0,5500	2.750,00
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	00157	5.000,00000	COMPR	0,0600	300,00
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	00161	3.000,00000	COMPR	0,0780	234,00
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	00162	50,00000	TB	5,2000	260,00
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	00163	50,00000	TB	4,2000	210,00
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	00166	300,00000	TB	0,9900	297,00
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	00169	100,00000	FRASCO	0,8500	85,00
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	00172	3.000,00000	COMPR	0,1500	450,00
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	00173	5.000,00000	COMPR	0,1390	695,00
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	00182	12.000,00000	COMPR	0,0490	588,00
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	00187	30,00000	FRASCO	2,1500	64,50
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	00188	3.000,00000	COMPR	0,0970	291,00
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	00196	3.000,00000	COMPR	0,0700	210,00
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	00198	5.000,00000	COMPR	0,0700	350,00
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	00211	4.000,00000	COMPR	0,0320	128,00
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	00212	50,00000	FRASCO	0,6450	32,25
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	00216	20,00000	FRASCO	2,1000	42,00
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	00217	1.000,00000	COMPR	0,1200	120,00
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	00229	200,00000	AMPOLA	0,4800	96,00
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	00230	200,00000	AMPOLA	0,5000	100,00
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	00234	500,00000	AMPOLA	0,4800	240,00
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	00237	400,00000	AMPOLA	1,6900	676,00
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	00253	300,00000	CTLA	0,6000	180,00
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	00258	4.000,00000	COMPR	0,1680	672,00
MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	00266	300,00000	AMPOLA	1,3000	390,00

MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	00274	200,00000	AMPOLA	1,1000	220,00
NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME	00004	3.000,00000	COMPR	0,1190	357,00
NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME	00007	50,00000	TB	2,3310	116,55
NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME	00016	1.000,00000	COMPR	0,0390	39,00
NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME	00027	6.000,00000	COMPR	0,0390	234,00
NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME	00032	4.000,00000	COMPR	0,5000	2.000,00
NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME	00088	8.000,00000	COMPR	0,0254	203,20
NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME	00096	10.000,00000	COMPR	0,3090	3.090,00
NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME	00107	1.000,00000	COMPR	0,1380	138,00
NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME	00122	100,00000	FRASCO	1,6590	165,90
NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME	00148	50,00000	FRASCO	1,4100	70,50
NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME	00167	2.000,00000	COMPR	0,0344	68,80
NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME	00170	100,00000	COMPR	3,7490	374,90
NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME	00181	8.000,00000	COMPR	0,0490	392,00
NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME	00199	100,00000	FRASCO	2,2590	225,90
NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME	00218	500,00000	COMPR	0,0590	29,50
NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME	00224	300,00000	AMPOLA	15,0000	4.500,00
NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME	00239	500,00000	AMPOLA	1,2220	611,00
LIFE CENTER COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	00098	200,00000	FRASCO	0,6680	133,60
A G KIENEN & CIA LTDA	00127	3.000,00000	COMPR	0,0900	270,00
A G KIENEN & CIA LTDA	00145	3.000,00000	COMPR	0,1800	540,00
A G KIENEN & CIA LTDA	00192	5.000,00000	COMPR	1,7955	8.977,50
A G KIENEN & CIA LTDA	00193	100,00000	FRASCO	2,2000	220,00
A G KIENEN & CIA LTDA	00208	200,00000	COMPR	2,0800	416,00
A G KIENEN & CIA LTDA	00221	100,00000	AMPOLA	1,7800	178,00
A G KIENEN & CIA LTDA	00223	300,00000	AMPOLA	4,3431	1.302,93
A G KIENEN & CIA LTDA	00225	100,00000	AMPOLA	8,5500	855,00
A G KIENEN & CIA LTDA	00231	300,00000	AMPOLA	1,6500	495,00
A G KIENEN & CIA LTDA	00232	400,00000	AMPOLA	0,8500	340,00
A G KIENEN & CIA LTDA	00233	100,00000	AMPOLA	4,4000	440,00
A G KIENEN & CIA LTDA	00235	300,00000	AMPOLA	0,7000	210,00
A G KIENEN & CIA LTDA	00243	100,00000	AMPOLA	6,0000	600,00
A G KIENEN & CIA LTDA	00245	100,00000	AMPOLA	14,9600	1.496,00
A G KIENEN & CIA LTDA	00246	100,00000	AMPOLA	1,3000	130,00
A G KIENEN & CIA LTDA	00247	200,00000	AMPOLA	5,8000	1.160,00
A G KIENEN & CIA LTDA	00248	100,00000	AMPOLA	1,3500	135,00
A G KIENEN & CIA LTDA	00249	200,00000	AMPOLA	0,8700	174,00
A G KIENEN & CIA LTDA	00251	100,00000	AMPOLA	10,0000	1.000,00
A G KIENEN & CIA LTDA	00254	3.000,00000	UN	3,9700	11.910,00
A G KIENEN & CIA LTDA	00257	2.000,00000	COMPR	0,3000	600,00
A G KIENEN & CIA LTDA	00260	50,00000	FRASCO	58,0000	2.900,00
A G KIENEN & CIA LTDA	00261	50,00000	FRASCO	82,0000	4.100,00
A G KIENEN & CIA LTDA	00265	4.000,00000	COMPR	0,3800	1.520,00
A G KIENEN & CIA LTDA	00267	300,00000	AMPOLA	3,0000	900,00
A G KIENEN & CIA LTDA	00268	200,00000	AMPOLA	5,7200	1.144,00
A G KIENEN & CIA LTDA	00269	200,00000	AMPOLA	3,0800	616,00

A G KIENEN & CIA LTDA	00271	200,00000	AMPOLA	3,0000	600,00
A G KIENEN & CIA LTDA	00272	300,00000	AMPOLA	8,6100	2.583,00
A G KIENEN & CIA LTDA	00275	100,00000	AMPOLA	5,0676	506,76
A G KIENEN & CIA LTDA	00276	100,00000	AMPOLA	8,6100	861,00
A G KIENEN & CIA LTDA	00277	500,00000	UNID	10,0000	5.000,00
A G KIENEN & CIA LTDA	00278	300,00000	AMPOLA	17,0000	5.100,00
A G KIENEN & CIA LTDA	00279	300,00000	AMPOLA	0,2660	79,80

PRESIDENTE NEREU - SC, 10 de agosto de 2015
BENITO BRAND
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EDITAL DE CREDENCIAMENTO 10/2015 DE PALESTRA SAUDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

Departamento de Licitações e Compras

CREDENCIAMENTO nº 10/2015

O Município de Presidente Nereu através de seu Fundo Municipal de Saúde torna público que fará realizar a partir do dia 18/08/2015 às 08:00 horas até o dia 31/12/2015, na sala de licitações da Prefeitura, CREDENCIAMENTO do tipo Menor preço por item, Objetivando o credenciamento de pessoas físicas e/ou jurídicas para contratação de Profissionais Capacitados Para Realizar Palestras Multivacionais Para Os Funcionários Públicos Municipais No Período De 2015. O Edital que está amparado na Lei de Licitações encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Praça Leão Dehon, 50, Centro de Presidente Nereu/SC, de segunda a sexta-feira das 12:30 às 17:30 horas. Maiores Informações: pelo fone/fax (0xx47) 3362-1108, com Departamento de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal, pelo Site: www.presidentenereu.sc.gov.br no link licitações.

Presidente Nereu, 10 de agosto de 2015.

Benito Brand

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº. 10 / 2015

“OBJETIVANDO O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAL CAPACITADO PARA REALIZAR PALESTRAS MULTIVACIONAIS PARA OS FUNCIONARIOS PUBLICOS MUNICIPAIS NO PERIODO DE 2015.”

O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU através do seu Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 14.488.313/0001-45, representado neste ato pelo Gestor, faz saber pelo presente EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO 10 / 2015 que, estará efetuando o CREDENCIAMENTO, a partir do dia 18/08/2015 às 12:30 horas até 31/12/2015, de interessados em prestar os serviços constantes no objeto desta licitação. Maiores informações encontram-se à disposição dos interessados no horário das 12:30 às 17:30, no Centro Administrativo Municipal, na Praça Leão Dehon, nº. 50, centro, na cidade de Presidente Nereu/SC.

1 – OBJETO

1.1 - O presente Chamamento Público tem como Objetivo o credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas profissionais CAPACITADO PARA REALIZAR PALESTRAS MULTIVACIONAIS PARA OS FUNCIONARIOS PUBLICOS MUNICIPAIS NO PERIODO DE 2015, com os valores constantes na tabela (anexo I).

2 -DO CREDENCIAMENTO

2.1 – Os interessados que desejarem efetuar o credenciamento deverão obrigatoriamente apresentar os seguintes documentos, em original ou por cópia autenticada em tabelionato ou, por servidor municipal.

2.2 - O credenciamento, para pessoas jurídicas, consistirá basicamente na apresentação dos seguintes documentos:

- a) – Registro comercial, no caso de empresa individual.
- b) – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- c) – Cartão do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ-MF), conforme Instrução Normativa da SRF nº. 200, de 13 de setembro de 2002. Será feita consulta on-line.
- d) – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do credenciante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, (alvará de localização e/ou DIC documento de identificação de Contribuinte).
- e) – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal;
- f) – Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do credenciante.
- g) – Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do credenciante.
- h) – Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- i) – Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

- j) – Certidão negativa de falência ou concordada expedida pelo distribuidor da sede do credenciante, com data não superior a 30 (trinta) dias, contados da data de apresentação da Proposta.
- l) – Declaração da credenciante, de que não pesa contra si, declaração de inidoneidade, de acordo com o modelo constante no Anexo II e sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo para contratar com o Poder Público, conforme prescreve o § 2º, Art. 32, da Lei 8.666/93 e Ofício Circular 040/94 – GEP.
- m) - Declaração da credenciante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (conforme modelo do Anexo III), assinada por representante(s) legal(is) da empresa.
- n) – Declaração de que se propõe a prestar os serviços de PALESTRAS MULTIVACIONAIS PARA OS FUNCIONARIOS PUBLICOS MUNICIPAIS NO PERIODO DE 2015, bem como a capacidade máxima de atendimento diário, concordando com os valores constantes na tabela de exames em anexo V.
- o) Atestado de Capacidade técnica de ter prestado os serviços em pelo menos um município.

2.3 Em se tratando de pessoas físicas, ou seja, profissionais liberais, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) – Certidão Negativa Federal;
- b) – Certidão Negativa Estadual;
- c) - prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do seu domicílio;
- d) - carteira de identidade e CPF.
- e) – Declaração da credenciante, de que não pesa contra si, declaração de inidoneidade, de acordo com o modelo constante no Anexo II e sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo para contratar com o Poder Público, conforme prescreve o § 2º, Art. 32, da Lei 8.666/93 e Ofício Circular 040/94 – GEP.
- f) - Declaração da credenciante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (conforme modelo do Anexo III), assinada pela credenciante.
- g) – Declaração de que se propõe a prestar os serviços de PALESTRAS MULTIVACIONAIS PARA OS FUNCIONARIOS PUBLICOS MUNICIPAIS NO PERIODO DE 2015, bem como a capacidade máxima de atendimento diário, concordando com os valores constantes na tabela h) – Certificado de Comprovação de habilitação profissional para desempenho da função para a qual pretende o credenciamento.
- i) – Atestado de Capacidade técnica de ter prestado os serviços em pelo menos um município.

2.4 - As informações relativas à habilitação, são de inteira responsabilidade do credenciante, que responderá cível e criminalmente por estas.

2.5 - Os documentos expedidos pela INTERNET poderão ser apresentados em forma original ou, cópia reprográfica sem autenticação. Entretanto, estarão sujeitas as verificações de sua autenticidade através de consulta realizada pela Comissão de Licitações. Os demais documentos deverão ser cópias atualizadas e autenticadas por tabelião ou, por Servidor Municipal.

2.6 - Todos os documentos apresentados deverão ser correspondentes unicamente à matriz ou à filial da empresa que ora se habilita para este certame licitatório. Os documentos devem ser em nome de uma única empresa (razão social).

3– DO CREDENCIAMENTO DOS SERVIÇOS:

3.1 – O credenciamento dos serviços mencionados no item 1, deverão atender às especificações e condições, segundo as normas editais.

3.2 – A prioridade do credenciamento será do prestador que melhor atender ao interesse público. A Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Nereu distribuirá o serviço de forma alternada entre os credenciados com o intuito de garantir o atendimento ininterrupto à secretaria de saúde, prevenindo-se de situações de impedimento do prestador por motivo imprevisível, optando pela distribuição do serviço entre os fornecedores que melhor preencherem os requisitos exigidos neste Edital, podendo ser credenciados vários prestadores, quantos forem necessários à boa distribuição e prestação dos serviços.

3.3 – As unidades contratadas deverão atuar em conformidade com os programas, metas e indicadores determinados pela Secretaria Municipal de Saúde, atuais e futuros.

4 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

Poderão prestar serviços ao município de Presidente Nereu, em caráter complementar, as pessoas jurídicas, legalmente constituídas, com capacidade técnica comprovada, idoneidade econômico-financeira, regularidade jurídico-fiscal, que não estejam em processo de suspensão ou declaração de inidoneidade por parte do poder público, que satisfaçam as condições fixadas neste Edital e ANEXOS e que aceitem as exigências estabelecidas pelas normas da Secretaria Municipal de Saúde, pela Lei Federal nº 8.666/93 e demais disposições legais aplicáveis.

4.1 – Estão impedidas de participar as instituições e/ou empresas:

4.1.1 – Que cumprirem, na data fixada para a apresentação dos envelopes, penalidade de suspensão temporária para licitar ou contratar com a Administração;

4.1.2 – Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas;

5 – A PARTICIPAÇÃO NESTE CERTAME OBRIGA A:

5.1 – Estar ciente das condições do credenciamento, assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados e fornecer quaisquer informações complementares solicitadas pela Comissão Técnica de Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde;

5.2 – Executar os serviços de acordo com o estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde;

5.3 – Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento, além daquelas pertinentes a legislação trabalhista, exibindo periodicamente, a critério da Secretaria Municipal de Saúde, os comprovantes dos recolhimentos dos impostos e encargos decorrentes.

6 – DA DOCUMENTAÇÃO

6.1 – Para participar, o interessado deverá apresentar os documentos para proposta de habilitação conforme segue abaixo, em ENVELOPE LACRADO, indicando em sua parte
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE NEREU - SC
DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO Nº 10/2015
(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)

7 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DA PREÇOS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

7.1. A proposta de Preços e a Documentação de Habilitação deverão ser apresentadas no local, dia e hora, determinados no Edital, em envelopes separados, devidamente fechados e rubricados no fecho, assim denominados:

- a) Envelopes nº 1 : Proposta de Preços ; e
b) Envelope nº 2 : Documentos de habilitação

3.1.1. Os envelopes deverão conter, em suas partes externas, os seguintes dizeres:

Envelope nº 1 – Proposta de Preços

Entidade de Licitação

Edital de Credenciamento nº 10 / 2015

Razão Social do Proponente:

CNPJ nº: Envelope nº 2 – Documento de Habilitação

Entidade de Licitação

Edital de Credenciamento nº 10 / 2015

Razão Social do Proponente :

CNPJ nº: 8 - FORMA DE PAGAMENTO:

8.1 – Os pagamentos somente serão realizados mediante:

- a) - Apresentação das autorizações para REALIZAÇÃO DE CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAL CAPACITADO PARA REALIZAR PALESTRAS MULTIVACIONAIS PARA OS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS NO PERÍODO DE 2015., emitida pelo Secretário da Saúde;
b) - Os valores serão postos à disposição da CREDENCIADA, junto à tesouraria do Município, mensalmente, até o quinto (5º) dia útil do mês subsequente àquele em que os serviços forem prestados.
c) - Os valores a serem pagos, somente serão liberados mediante a apresentação da fatura e/ou nota fiscal, que deverá ser apresentado à Secretaria da Saúde do Município de Presidente Nereu até o segundo (2º) dia útil, que deverá estar em conformidade com os serviços realizados e devidamente comprovados, e estarão sujeitos às retenções previdenciárias e tributárias;
d) - Os valores a serem pagos serão sempre os fixados em preço público a ser definido pelo Poder Público na forma da Lei;

8 - VIGÊNCIA:

8.1 – O presente objetivo é a celebração de contrato, para realização dos serviços citados, tendo sua vigência a partir da assinatura do contrato de credenciamento, e tendo como prazo final o dia 31.12.2015.

8.2 - O credenciamento poderá ocorrer a qualquer tempo, de qualquer interessado, pessoa física ou jurídica, que preencha as condições mínimas exigidas no presente edital;

9 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº

10	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
0010	SAUDE
0301	ATENCAO BASICA
1601	ATENÇÃO INTEGRAL A SAUDE DO CIDADÃO
2022	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
33903699000000	OUTROS SERVICOS TERCEIROS - PES FISICA
01670100	Transf SUS/Estado - Cofinanciamento
10	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
0010	SAUDE
0301	ATENCAO BASICA
1601	ATENÇÃO INTEGRAL A SAUDE DO CIDADÃO
2022	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
33903999000000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-P.JURIDICA
01670100	Transf SUS/Estado - Cofinanciamento

10 – DA ASSINATURA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

Após o credenciamento a Administração, no prazo de até 05 (cinco) dias, convocará a(s) pessoa credenciada para assinar o termo de credenciamento.

10 - DISPOSIÇÕES FINAIS:

10.1 - Em nenhuma hipótese será concedido prazo diverso do fixado neste Edital, para o credenciamento.

10.2 – O(A) credenciado(a) que se recusar a executar os serviços ora credenciados, sofrerá as penalidades previstas no Art. 87, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações, ficando sujeita, ainda ao descredenciamento.

10.3 - Pelo atraso injustificado na realização das consultas, será cobrada multa na razão de R\$ 5,00 (cinco reais), por dia de atraso, sem prejuízo da sujeição de descredenciamento.

10.4 - Será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa prévia.

10.5 - Ao Gestor fica assegurado o direito de preservando interesse do Município, revogar ou anular a presente edital de chamamento público, justificando a razão de tal ato, dando ciência aos partícipes.

11.6 – Fazem parte integrante deste Edital:

-Anexo I – Tabela de Valores dos serviços.

-Anexo II -Modelo de Declaração de Idoneidade.

-Anexo III -Modelo de Declaração (cumprimento ao artigo 7º.inciso XXXIII da CF).

-Anexo IV – Declaração de que concorda na prestação dos serviços.

-Anexo V – Minuta contrato (Termo de Credenciamento).

11.7 - O processo licitatório, os termos do contrato e o Edital de Chamamento Público, contendo todas as informações encontra-se à disposição dos interessados de segunda a sexta-feira, das 12:30 às 17:30 hs, através do telefone (47) 3362-1108 ou fax 3362-1115, ou pessoalmente (Praça Leão Dehon, 50 Presidente Nereu/SC) junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura de Presidente Nereu/SC.

Presidente Nereu, 10 de agosto de 2015.

BENITO BRAND

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I

ITENS QTDE UNID DESCRIÇÃO DO ITEM COT. MÁX VL. UNIT.VL. TOTAL

1	5,00	UN	PALESTRA MOTIVACIONAL PARA OS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE NO INTUITO DE SUPERAR A CARÊNCIA NO ATENDIMENTO EM ACOLHER E HUMANIZAR OS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, COM DURAÇÃO DE NO MÍNIMO 04 (QUATRO) HORAS POR PALESTRA MINISTRADA.	6.500,00		
---	------	----	---	----------	--	--

ANEXO II**MODELO**

À Comissão de Licitações

Declaração de Idoneidade

(Razão Social da Credenciante) ., através de seu Diretor ou Responsável Legal, declara, sob as penas da lei, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

_____, em _____ de _____ de 2015.

Assinatura

ANEXO III**MODELO**

À Comissão de Licitações

DECLARAÇÃO

A empresa (ou pessoa física)declara, para os fins de direito e sob as penas da lei, na qualidade de credenciante do procedimento licitatório sob a modalidade de Edital de Credenciamento Público nº. 10/2015, em cumprimento ao inciso XXXIII, do artigo 7º. da Constituição Federal de que não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

_____, em _____ de _____ de 2015.

Assinatura

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO

Ao

Município de Presidente Nereu

Comissão de Licitação

A empresa (ou pessoa física), inscrita no CNPJ/CPF sob o nº, declara que concorda em prestar os serviços de PALESTRAS MULTIVACIONAIS PARA OS FUNCIONARIOS PUBLICOS MUNICIPAIS NO PERIODO DE 2015, com os valores constantes na tabela de valores anexa ao edital de Credenciamento Público nº 10/2015 e que atenderemos a demanda exigida pela Secretaria da Saúde, de segunda-feira a sexta-feira.

..... de de 2015

Assinatura

ANEXO V

TERMO DE CREDENCIAMENTO

"REFERENTE AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 10/2015, "OBJETIVANDO O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/ OU JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAL CAPACITADO PARA REALIZAR PALESTRAS MULTIVACIONAIS PARA OS FUNCIONARIOS PUBLICOS MUNICIPAIS NO PERIODO DE 2015. NOS TERMOS E CONDIÇÕES A SEGUIR":

Pelo presente instrumento, de um lado, o Município de Presidente Nereu, pessoa jurídica de direito público interno, com centro administrativo na Praça Leão Dehon, nº. 50, inscrito no CNPJ sob nº. , neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, doravante denominado simplesmente de CREDENCIANTE e, de outro,, (qualificação) inscrita no CNPJ/CPF sob nº , estabelecida na Rua em ..., neste ato representada pelo(a) Sr.(a) , portador(a) da Carteira de Identidade com RG nº ... e CPF nº , residente e domiciliado na Rua em..., doravante denominada simplesmente CREDENCIADA, acordam celebrar o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA -OBJETO

A CREDENCIADA compromete-se a prestar os serviços de REALIZAÇÃO DE CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAL CAPACITADO PARA REALIZAR PALESTRAS MULTIVACIONAIS PARA OS FUNCIONARIOS PUBLICOS MUNICIPAIS NO PERIODO DE 2015. conforme tabela de valores abaixo discriminados:

ITENS QTDAD E UNID DESCRIÇÃO DO ITEM COT. MÁX VL. UNIT.VL. TOTAL

1	5,00	UN	PALESTRA MOTIVACIONAL PARA OS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE NO INTUITO DE SUPERAR A CARÊNCIA NO ATENDIMENTO EM ACOLHER E HUMANIZAR OS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, COM DURAÇÃO DE NO MÍNIMO 04 (QUATRO) HORAS POR PALESTRA MINISTRADA.	6.500,0000		
---	------	----	---	------------	--	--

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

A CREDENCIADA, responderá pela solidez, segurança e perfeição dos serviços executados, sendo ainda responsável por quaisquer danos pessoais ou materiais, inclusive contra terceiros, ocorridos durante a execução dos serviços ou deles decorrentes.

A CREDENCIADA durante a vigência do presente contrato, obriga-se a manter todas as condições da habilitação e qualificação exigidas no Edital de Credenciamento Público nº 010/2015.

CLAUSULA TERCEIRA - DO EQUIPAMENTO E MÃO-DE-OBRA

- Caberá a CREDENCIADA o fornecimento de todos os equipamentos e mão-de-obra, necessários à plena execução dos serviços indicados na cláusula primeira deste termo.
- Correrão por sua inteira conta e risco, as despesas de toda a mão-de-obra, instrumento, equipamento necessários, e, igualmente se responsabiliza por encargos sociais decorrentes de contrato de trabalho de seus empregados, bem como do que vier a firmar com terceiros, nos termos da legislação trabalhista, civil, previdenciária ou penal em vigor, bem como indenizações por danos causados à CONTRATANTE e ou a terceiros.
- Suportará, também, encargos decorrentes de manutenção e conservação dos equipamentos utilizados na execução dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA -VIGÊNCIA

O presente pacto tendo sua vigência a partir da assinatura do presente instrumento, e tendo como prazo final o dia 31.12.2015.

CLÁUSULA QUINTA -FORMA DE PAGAMENTO

Os pagamentos somente serão realizados mediante:

- a) - Apresentação das autorizações para realização das consultas, emitida pelo Secretário da Saúde do Município de Presidente Nereu, ou por ele autorizado; emitida por funcionário da Secretaria da Saúde do Município de Presidente Nereu;
- b) - Os valores serão postos à disposição da CREDENCIADA, junto à tesouraria do Município, mensalmente, até o quinto (5º) dia útil do mês subsequente àquele em que os serviços forem prestados.
- c) - Os valores a serem pagos, somente serão liberados mediante a apresentação da fatura e/ou nota fiscal, que deverá ser apresentado à Secretaria da Saúde do Município de Presidente Nereu até o segundo (2º) dia útil, que deverá estar em conformidade com os serviços realizados e devidamente comprovados, e estarão sujeitos às retenções previdenciárias e tributárias;
- d) - Os valores a serem pagos serão sempre os fixados em preço público a ser definido pelo Poder Público na forma da Lei, sendo que qualquer alteração do preço deve ser comunicada à CREDENCIADA, para manifestar o seu interesse na continuidade ou não do credenciamento;

Parágrafo Único – Uma vez comunicada a CREDENCIADA sobre qualquer alteração, INCLUSIVE QUANTO AO PREÇO PÚBLICO FIXADO e, permanecendo ciente quanto à vigência do pacto, este permanecerá em vigor e com a alteração sofrida.

CLÁUSULA SEXTA –FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização sobre os serviços executados e em execução pela CREDENCIADA, podendo rejeitá-los quando estiverem fora das especificações, devendo se feito sem ônus à CONTRATANTE.

A CONTRATANTE reserva-se o direito de fiscalizar, a qualquer tempo, o local de trabalho da CREDENCIADA, bem como seus equipamentos de trabalho, devendo esta fornecer todas as informações necessárias ao CONTRATANTE, bem como permitir a fiscalização em seu estabelecimento e equipamentos, quando esta julgar pertinente.

CLAUSULA SÉTIMA -DAS PENALIDADES.

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas ou o cumprimento em desacordo com o pactuado acarretará, à CREDENCIADA, as penalidades previstas no Artigo 87, da Lei Nº 8666/93 e alterações, conforme a gravidade da infração e independentemente da incidência de multa e sem prejuízo de descredenciamento.

CLÁUSULA OITAVA -DA MULTA.

A CONTRATANTE, no uso das prerrogativas que lhe confere o inciso IV, do artigo 58 e artigo 87, inciso II, da Lei focada, aplicará multa:

- a) – Pela recusa em executar os serviços ora contratados, sofrerá as penalidades previstas no Art. 87, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- b) - Pelo atraso injustificado, será cobrada multa na razão de R\$ 5,00 (cinco reais), por dia de atraso da consulta/seção encaminhada.

CLÁUSULA NONA -DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E MULTAS.

No caso de incidência de uma das situações previstas neste instrumento, o CREDENCIANTE notificará a CREDENCIADA, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento desta, justificar, por escrito, os motivos do inadimplemento.

CLÁUSULA DÉCIMA -RESCISÃO CONTRATUAL

O presente Termo de Credenciamento poderá ser rescindido:

- a) - Mediante acordo expresso, e firmado pelas partes, após um aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência de 15 (quinze) dias pelo interessado.
- b) - Unilateralmente pela CREDENCIANTE, em qualquer tempo, independente de interpelação ou procedimento judicial ou extrajudicial, caso a CREDENCIADA:
 - b1) - ceda ou transfira, no todo ou em parte, o objeto deste contrato ou delegue a outrem as incumbências e/ou as obrigações nele consignadas, sem prévia e expressa autorização da CREDENCIANTE.
 - b2) - venha a agir com dolo, culpa, simulação ou em fraude na execução dos serviços contratados.
 - b3) - quando pela reiteração de impugnação dos serviços ficar evidenciada a incapacidade da credenciada para dar execução satisfatória ao contrato.
 - b4) - venha a falir, entrar em concordata, liquidação ou dissolução.
 - b5) - quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e/ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

Parágrafo Único - Havendo rescisão contratual, a CONTRATANTE pagará à CREDENCIADA, o numerário equivalente aos serviços efetivamente realizados, e aprovados pela Secretaria da Saúde, no valor avençado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- a) Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob n °

10	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
0010	SAUDE
0301	ATENCAO BASICA
1601	ATENÇÃO INTEGRAL A SAUDE DO CIDADÃO
2022	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
33903699000000	OUTROS SERVICOS TERCEIROS - PES FISICA
01670100	Transf SUS/Estado - Cofinanciamento
10	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
0010	SAUDE
0301	ATENCAO BASICA
1601	ATENÇÃO INTEGRAL A SAUDE DO CIDADÃO
2022	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
33903999000000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-P.JURIDICA
01670100	Transf SUS/Estado - Cofinanciamento

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - CASOS OMISSOS.

Qualquer litígio judicial oriunda da aplicação do presente termo, será dirimida com base na legislação específica, especialmente no EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO N. 10/2015 e na Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

A CREDENCIADA não poderá, sob qualquer hipótese, cobrar diferenças de valores aos beneficiários pelo atendimento, bem como, que este assine fatura ou guia de atendimento em branco.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DO FORO.

As partes elegem o Foro da comarca de Rio do Sul/SC para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acertados, firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

Presidente Nereu, de de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Rio do Sul

PREFEITURA

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 045/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 045/2015 firmado em 29/01/2015, com término previsto para 18/12/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA PAULA ROSA COSTA portador(a) do CPF nº 048.614.649-94, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 045/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira e terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar, a partir de 03/08/2015, com a seguinte redação:

"CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Anos Iniciais, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Prefeito Luis Adelar Soldatelli, em substituição a Iraci Rosa Osterno Tonet, designado para ocupar cargo comissionado."

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 21/07/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

ANA PAULA ROSA COSTA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: Nome:
CPF: CPF:

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 055/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 055/2015 firmado em 29/01/2015, com término previsto para 05/08/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) TANIA REGINA FERREIRA portador(a) do CPF nº 059.354.359-93, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 055/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira e terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar, a partir de 03/08/2015, com a seguinte redação:

"CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Anos Iniciais, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Prefeito Luis Adelar Soldatelli, em substituição a Jucelia Correia de Santana que está designada para ocupar cargo comissionado."

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 21/07/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

TANIA REGINA FERREIRA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: Nome:
CPF: CPF:

EMANUELLA MURIEL CUNHA - 2º TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 210/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 17/07/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) EMANUELLA MURIEL CUNHA, portador(a) do CPF nº 070.901.549-63, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 210/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 210/2015, iniciando-se a prorrogação em 18/07/2015 e encerrando-se em 06/08/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 16/07/2015.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	EMANUELLA MURIEL CUNHA Contratado(a)
--	---

Testemunhas:

Nome: CPF:	Nome: CPF:
---------------	---------------

LEI COMPLEMENTAR Nº 302 (REPUBLICAÇÃO)

LEI COMPLEMENTAR Nº 302, de 24 de junho de 2015.

"DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO PARA A ELABORAÇÃO DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA, PREVISTO NO ART. 59 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	A presente Lei Complementar tem por finalidade regulamentar e estabelecer critérios para aplicação do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), nos termos estabelecidos no § 2º do art. 182 da Constituição Federal, nos arts. 36 e 37 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 e no art. 59 da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006.
Art. 2º-	Os seguintes instrumentos da política urbana deverão ser aplicados no município de Rio do Sul:
	I - Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV);
	II - Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV).
Art. 3º-	O Estudo de Impacto de Vizinhança e o Relatório de Impacto de Vizinhança serão exigidos:
	I - na implantação de empreendimento que tenham as características:
	a) uso residencial multifamiliar quando possuir mais de 40 unidades autônomas ou utilizar a ferramenta outorga onerosa do direito de construir;
	b) parcelamento de solo mediante condomínio fechado acima de 10 lotes ou loteamento independente da área e quantidade de lotes parcelados;
	c) autódromos, kartódromos, hipódromos ou motódromos ao ar livre ou fechado;
	d) ginásios esportivos ou estádios;
	e) comércio e serviço de médio e grande porte, acima de 500,00m² como: galpões, depósitos, armazéns, entrepostos, garagens de veículos, transportes de cargas coletivos e taxis ou transportadoras com área de estocagem a céu aberto ou construído;
	f) uso hoteleiro;
	g) terminais rodoviários urbanos ou interurbanos, metroviários, hidroviários, ferroviários e aeroviários;
	h) estacionamento rotativo acima de 100 vagas;
	i) estabelecimentos relacionados à saúde e estabelecimentos de uso veterinário, vigilância epidemiológica e centro de zoonoses com área construída igual ou superior a 2.500,00m²;
	j) casas de espetáculo, boates, danceterias e congêneres, bares, pubs, centros de eventos e similares, casas de reunião de público;
	k) clubes de lazer com área de terreno igual ou superior a 2.500,00m²;
	l) teatro ou cinema;
	m) centros de convenções e pavilhões de feiras e eventos;
	n) parque de lazer ou diversões não itinerantes com área de terreno igual ou superior a 20.000,00m²;
	o) estabelecimentos de uso educacional;
	p) igrejas e templos religiosos;
	q) cemitérios e crematórios;
	r) indústria acima de 2.500,00m² de área construída independente do nível de degradação ambiental, e indústria de qualquer porte definidas com alto nível potencialmente causador de degradação ambiental de impacto local definida pela Resolução do CONSEMA;
	s) qualquer empreendimento destinado à atividade de geração de energia;
	t) obras de túneis, viadutos, vias expressas e/ou arteriais, rodoviárias, metroviárias e ferroviárias;
	u) aterros sanitários, estações de tratamento de água e esgoto e atividade de reciclagem;
	v) presídios;
	w) postos de combustíveis;
	x) terraplanagens acima de 500,00m³;
	y) clubes de caça e tiro e sociedades esportivas independente da área construída.
	II - nas reformas com ampliação:
	a) de empreendimentos que na implantação elaboraram o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), desde que esta reforma represente 25% (vinte e cinco por cento) ou mais da obra originalmente aprovada;
	b) de empreendimentos que na implantação não tenham elaborado o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), mas que com a área de ampliação atinjam as características determinadas no inciso I.
	§ 1º- Poderá ser exigido o Estudo de Impacto de Vizinhança/Relatório de Impacto de Vizinhança, pelo órgão municipal competente, em qualquer empreendimento, independente dos requisitos determinados neste artigo, sempre que na análise prévia este seja considerado causador de impacto substancial na área de vizinhança.
	§ 2º- O Estudo de Impacto de Vizinhança/Relatório de Impacto de Vizinhança serão solicitados ao empreendedor na análise do projeto.
Art. 4º-	Entende-se como:
	I - área de vizinhança: imediações num raio de 1.000,00m do local onde se propõe a instalação, construção ou ampliação do empreendimento.
	II - população residente: pessoas que residem num raio de 1.000,00m do entorno do empreendimento;
	III - população usuária: pessoas que transitam ou fazem uso daquele entorno do empreendimento para trabalho, compras, lazer, estudo;
	IV - medidas compensatórias: aquelas destinadas a compensar impactos irreversíveis e que não podem ser evitados;

	V - medidas mitigadoras: aquelas destinadas a prevenir, reduzir ou evitar impactos adversos do empreendimento sobre sua área de influência;
	VI - medidas compatibilizadoras: aquelas destinadas a harmonizar e/ou conformar o empreendimento com sua área de vizinhança;
	VII - empreendedor: pessoa física ou jurídica responsável pela obra a ser construída.
	§ 1º- Poderão ser solicitadas para mitigar, compensar ou compatibilizar os impactos a serem gerados pelo empreendimento, entre outras, a execução de melhorias na infraestrutura urbana, tais como:
	I - ampliação da rede de água, esgoto, iluminação pública, drenagem pluvial e pavimentação no entorno da área do empreendimento;
	II - ampliação e adequação da estrutura viária, sinalização, mobiliário urbano, equipamentos urbanos e comunitários, etc., na área do empreendimento;
	III - implantação ou reurbanização de praça ou área de lazer, em imóvel público, no bairro do empreendimento.
	§ 2º- As medidas compensatórias, mitigadoras e/ou compatibilizadoras devem pautar-se:
	I - nos aspectos paisagísticos;
	II - na rede de equipamentos urbanos da cidade como os serviços públicos de educação, cultura, esporte e lazer, saúde, assistência social, rede de esgoto, abastecimento de água, energia elétrica, coleta de lixo, águas pluviais, rede telefônica, gás canalizado, etc.;
	III - no sistema viário.
Art. 5º-	Sobre a análise e aprovação do Estudo de Impacto de Vizinhança/Relatório de Impacto de Vizinhança:
	I - O Estudo de Impacto de Vizinhança/Relatório de Impacto de Vizinhança será analisado pela Comissão Permanente do Plano Diretor, seguido da aprovação que será feita em apresentação de banca;
	II - Não será expedido o Alvará de Construção ou de Terraplanagem sem a assinatura do Termo de Ajuste de Conduta das medidas compensatórias para aprovação do projeto;
	III - O Estudo de Impacto de Vizinhança deve analisar as diferenças entre as condições existentes antes e depois da implantação ou ampliação do empreendimento;
	IV - O Estudo de Impacto de Vizinhança não dispensa nem substitui o Estudo de Impacto Ambiental (EIA).
Art. 6º-	Compete à Comissão Permanente do Plano Diretor:
	I - analisar o Estudo de Impacto de Vizinhança/Relatório de Impacto de Vizinhança;
	II - emitir, a partir do protocolo com prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a deliberação contendo a aceitação ou não do Estudo Prévio, de acordo com o Termo de Referência, propondo, se necessário, alterações e ajustes para melhor análise dos impactos que possam advir do empreendimento;
	III - emitir, após a entrega do Estudo de Impacto de Vizinhança/Relatório de Impacto de Vizinhança, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, parecer encaminhando o Estudo de Impacto de Vizinhança para apreciação do Conselho Municipal do Plano Diretor que terá prazo igual para apreciação e parecer, encaminhando posteriormente à Comissão Permanente do Plano Diretor para agendamento da banca de aprovação.
	Parágrafo único - A Comissão Permanente do Plano Diretor poderá exigir esclarecimentos e complementações das informações prestadas, caso em que, ficará suspenso o prazo determinado no inciso III, até a entrega, pelo empreendedor, das informações adicionais solicitadas.
Art. 7º-	Após a Comissão Permanente do Plano Diretor emitir o parecer de aprovação o empreendedor será informado do dia, hora e local da banca de aprovação, devendo:
	I - recolher aos cofres públicos o valor referente à publicação de Edital, para que a Administração Pública Municipal, conforme estabelece a legislação, faça a referida publicação em jornal de grande circulação;
	II - fornecer versão digital do Estudo do Impacto de Vizinhança/Relatório de Impacto de Vizinhança com vistas à sua disponibilização na página eletrônica oficial do Município, protocolado na Prefeitura Municipal de Rio do Sul;
	III - instalar placa informativa no local do empreendimento, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias antes da realização da banca de aprovação, com dimensão mínima de 2m2 (dois metros quadrados), com as seguintes informações:
	a) atividade principal;
	b) área construída;
	c) data, local e hora da banca de aprovação.
	Parágrafo único - Todas as despesas relativas à Banca de Aprovação correrão por conta do empreendedor.
Art. 8º-	Após a banca os documentos deverão ser encaminhados à Comissão Permanente do Plano Diretor para nova análise e complementação do parecer, se necessário, a partir das contribuições da sociedade.
Art. 9º-	O Estudo de Impacto de Vizinhança/Relatório de Impacto de Vizinhança deverá ser arquivado definitivamente na hipótese do empreendedor não prestar esclarecimentos ou deixar de atender a qualquer das solicitações, num prazo igual a noventa dias corridos, a contar do despacho da Comissão Permanente do Plano Diretor.
	Parágrafo único - O parecer deverá ser remetido ao Conselho do Plano Diretor para apreciação.
Art. 10-	Após a aprovação do Estudo de Impacto de Vizinhança/Relatório de Impacto de Vizinhança e assinatura do Termo de Ajuste de Conduta, a Comissão Permanente do Plano Diretor deverá emitir parecer favorável à liberação do empreendimento, sendo que a emissão do Alvará de Construção/Funcionamento ficará condicionada à aprovação das demais exigências da Lei Complementar nº 163/2006.
	§ 1º- O Termo de Ajuste de Conduta é o documento em que o empreendedor se compromete em arcar com a execução de melhorias e intervenções necessárias para eliminar, minimizar ou compensar os impactos negativos do empreendimento ou atividade.
	§ 2º- O Termo de Ajuste de Conduta deverá estar, durante o tempo de implantação do empreendimento, na obra junto com o Alvará de Construção.

Art. 11-	O Estudo de Impacto de Vizinhança/Relatório de Impacto de Vizinhança deverão ser elaborados por profissional qualificado na área de urbanismo ou equipe multidisciplinar, com a participação de pelo menos um urbanista, devidamente habilitado, e deverá ser acompanhado de Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica.
Art. 12-	A banca será regulamentada através de Decreto emitido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.
Art. 13-	O Habite-se somente poderá ser emitido mediante comprovação do cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta, que deverá ser certificado pela Comissão Permanente do Plano Diretor.
Art. 14-	Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 15-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

24 de junho de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO ADITIVO 063/2015

1º TERMO ADITIVO Nº 063/2015 – DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NR. 089/2015, REFERENTE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA CLICK SOLUÇÕES TÉCNICAS, ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS LTDA.

Aos vinte e nove (29) dias do mês de julho (07) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa Click Soluções Técnicas, Administrativas e Pedagógicas Ltda., estabelecida na rua Tenente Costa, 95, Centro, no município de Ituporanga/SC, CEP 88.400-000, inscrita no CNPJ sob o nº 09.151.415/0001-30, ora denominada CONTRATADA, representada pelo seu Sócio Gerente, Sr. Ruan Carlos Souza, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Pregão Presencial nº 057/2014, o Contrato original de Prestação de Serviços nº 089, datado de 18 de junho de 2015, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no da letra “a”, inciso I do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ACRÉSCIMOS

Fica acrescido ao objeto do termo de referência os cargos de Pintor, Nutricionista, Fonoaudiólogo e Médico 40hs, contratual assumido constante da Cláusula Primeira do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, conforme justificativa anexa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Contratante

Click Soluções Técnicas, Administrativas e Pedagógicas Ltda.

Sr. Ruan Carlos Souza

Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

TERMO DE CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015 - ALICE CRISTINE BECKER REDEL**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) ALICE CRISTINE BECKER REDEL, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT MONITOR ESCOLAR, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 001/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 10 de agosto de 2015.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 854, DE 10 DE AGOSTO DE 2015**

PORTARIA Nº 854, DE 10 DE AGOSTO DE 2015

Exonera a Assessora Parlamentar Jully
Annye Goedert.

O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015, resolve:

EXONERAR:

Art. 1º A partir de 10 de agosto de 2015, JULLY ANNIE GOEDERT, ocupante do cargo de provimento em Comissão, Assessora Parlamentar - Padrão CC-1, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Rio do Sul.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de agosto de 2015.

GIOVANI NASCIMENTO

Diretor Geral

THAYNÁ FIAMONCINI

Diretora Administrativa

RESOLUÇÃO Nº 814, DE 10 DE AGOSTO DE 2015

RESOLUÇÃO Nº 814, DE 10 DE AGOSTO DE 2015

Autoriza pagamento de uma e meia diária e indenização de transporte a assessor parlamentar.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais, etc...

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de uma e meia diária ao Assessor Parlamentar João Henrique Facchini, no valor de R\$ 356,62 (trezentos e cinquenta e seis reais e setenta e dois centavos), para participar do 6º Encontro Catarinense de Observatórios Sociais, a ser realizado nos dias 13 e 14 de agosto do corrente ano, tendo como local o Auditório da Blucredi à Rua Alberto Stein, 199 – Vila Germânica, na cidade de Blumenau- SC.

Art. 2º A indenização de transporte, em veículo próprio, no trecho compreendido entre o município de Rio do Sul e a cidade de Blumenau, será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 588, de 05 de outubro de 2010.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de agosto de 2015.

JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA

Presidente da Mesa

ZELI DA SILVA

Vice-Presidente

DIONÍSIO MAÇANEIRO

1º Secretário

MÁRIO MIGUEL

2º Secretário

Rio dos Cedros

PREFEITURA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO, PARA O ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS

ATA da audiência pública para discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, PARA O ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS

Ata da audiência pública para discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2016, para o ano de dois mil e dezesseis, realizou-se aos sete de agosto do ano de dois mil e quinze, no salão nobre da prefeitura municipal de Rio dos Cedros, sito a Rua Nereu Ramos, 205, neste município de Rio dos Cedros, tal audiência foi publicada no mural público e internet, atendendo o disposto no parágrafo 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal. A audiência iniciou as 16h00min, com a presença de 13 pessoas, representantes do Poder Executivo, Legislativo e líderes comunitários, conforme lista de presença anexo. O Controlador Interno, Sr. Eduardo Osti, abriu a audiência cumprimentando a todos, realizando uma pequena explanação sobre a Lei Diretrizes Orçamentárias, informou que esta lei estabelece as metas e prioridades para o exercício financeiro do próximo ano e que seus dados foram retirados do Plano Plurianual 2014-2017, orientando na elaboração do orçamento do mesmo. Explanou sobre os diversos artigos, frisou também a importância do artigo 43, que permite ao Executivo Municipal assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município. Após a explanação foram prestadas os devidos esclarecimentos aos presentes, e em seguida, agradecendo a todos os técnicos envolvidos principalmente ao setor contábil, encerrei oficialmente a audiência agradecendo a disponibilidade de todos. Nada mais havendo a tratar, declarei encerrada a sessão, e para constar, eu, Eduardo Osti, Agente de Controle Interno, lavrei esta ata, e todos os membros da reunião assinaram a lista de presença, anexo.

Eduardo Osti – Agente de Controle Interno

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N. 060/2015

DECRETO Nº 60, DE 04 DE AGOSTO DE 2015.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DE SALTO VELOSO - CMSV.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito do Município de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei nº. 1.542, de 22 de julho de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho de Desenvolvimento de Salto Veloso - CDSV, os seguintes representantes:

I - Representante do Poder Público:

a) Representantes do Poder Executivo Municipal:

1. Titular: Paulo Hoffelder;

Suplente: Leomar Guzi.

2. Titular: Tânia Giacomini de Bortoli;

Suplente: Bruno de Paula Barboza.

3. Titular: Cristine Gisela Ohlweiler Cesca;

Suplente: Mirian Giacomini.

4. Titular: Mônica Giacomini;

Suplente: Fernando Rech.

b) Representantes do Poder legislativo Municipal:

1. Titular: Sibeli Matos Ganasini;

Suplente: Fernanda Vitali de Bortoli.

II – Representantes da Sociedade Civil:

a) Representante da Associação de Bairros:

1. Titular: Vilson Morando;

Suplente: Leonardo Tomazi.

b) Representantes das Associações Comunitárias:

1. Associação Cultural de Salto Veloso:

1.1. Titular: Albino Tomazi;

Suplente: Araceli Ióli Tomazi.

2. Associação Desportiva Classista Seara - ADCS:

2.1. Titular: Pedro Sezi Silva;

Suplente: Ederson Antônio Barboza.

c) Representante dos Sindicatos patronais ou de Trabalhadores:

1. Titular: Valdenir José Zamboni;

Suplente: Jair Tasca.

d) Representante da Fundação Médica Social Rural de Salto Veloso:

1. Titular: Nereu Borga;

Suplente: Vilson Antônio Nezzi.

III – Representantes dos setores produtivos

a) Representante da Associação Empresarial de Salto Veloso:

1. Titular: Gelson Luiz Giacomini;

Suplente: Leonel Afonso Abati.

2. Titular: Daniel Getassi;

Suplente: Débora Rech.

3. Titular: Camilo Backes;

Suplente: Jonas Macari.

b) Representantes das cooperativas estabelecidas e em funcionamento no município:

1. Cooperativa Agroindustrial Salto Veloso - Coopersalto

1.1. Titular: Ronaldo Francisco Bridi;

Suplente: Rafael Rossi.

2. Cooperativa Agropecuária Videirense - Coopervil:

2.1. Titular: Sidinei dos Santos;

Suplente: Geraldo Tomazi.

Parágrafo Único. Os membros da comissão ora nomeados, não perceberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou gratificação pela respectiva nomeação, eis que prestarão serviço relevante ao Município.

Art. 2º A Presidência do Conselho de Desenvolvimento de Salto Veloso será exercida pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal.

Art. 3º O mandato dos conselheiros nomeados será de 2 (dois) anos, conforme Art. 5º da Lei nº 1.542 de 22 de julho de 2015.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso (SC), 04 de agosto 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JOSÉ CARLOS ONEDA

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO MUNICIPAL N. 061/2015

DECRETO Nº 061, DE 06 de AGOSTO de 2015.

Homologa Resolução nº 007/2015, do Conselho Municipal de Assistência Social.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica de Salto Veloso;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a Resolução nº 007/2015, de 05 de agosto de 2015, do Conselho Municipal de Assistência Social, que dispõe sobre "Nomeação de Comissão Especial organizadora para a 3º Conferência Municipal de Assistência Social."

Art. 2º. É parte integrante deste decreto o Anexo Único.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso - SC, 06 de agosto de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

RESOLUÇÃO 07/2015

Dispõe sobre a Nomeação de Comissão Especial organizadora para a 3º Conferência Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 05 de agosto de 2015, no uso das competências e das atribuições legais, sob a Ata nº 04/2015.

RESOLVE:

Art. (1º) Nomear os conselheiros de assistência social, Sra. Andréia

Vitti, Sra. Ilarina Alves e Sra. Maria Dileta Conte, para sob a presidência da Sra. Katiani Moraes, Presidente do CMAS, comporem a Comissão Organizadora para a organização da 3ª Conferência Municipal de Assistência Social.

Art. (2º) Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Salto Veloso, 05 de agosto de 2015.

Katiani G. M. dos Santos

Presidente do CMAS

DECRETO MUNICIPAL N. 062/2015

DECRETO Nº 062, DE 06 de AGOSTO de 2015.

Homologa relação dos candidatos APTOS de acordo com a avaliação psicossocial do processo de escolha unificado do Conselho Tutelar de Salto Veloso.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica de Salto Veloso;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a relação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que dispõe sobre "Relação dos candidatos APTOS de acordo com a avaliação psicossocial"

Art. 2º. É parte integrante deste decreto o Anexo Único.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso - SC, 06 de agosto 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

EDITAL Nº 01/2015

PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS APTOS DE ACORDO COM A AVALIAÇÃO PSICOSSOCIAL Avaliação Psicológica e Avaliação Social (EM ORDEM ALFABÉTICA)

INSCRIÇÃO	NOME
014	ANDRÉIA SCHWANTZ DOS SANTOS
002	GIOVANA ARIATI ZACCARON
005	JANI CARLOS CONTE
001	MARLI ANGÉLICA BORGES
004	MARTINA CELZLEIN
003	MERYELI DONADEL
013	PAULO RICARDO DA FONSECA
006	SANDRA MARA DE MOURA RIBAS

Andréia Vitti

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

DECRETO MUNICIPAL N. 063/2015

DECRETO Nº 063/2015, DE 06 DE AGOSTO DE 2015.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE , SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.526/2014 de 19/12/2014;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 18.398,84 (Dezoito Mil Trezentos e Noventa e Oito Reais e Oitenta e Quatro Centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.036 – MANUT. DAS ATIV. ENSINO FUNDAMENTAL

Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 15.178,84

Fonte: 1332.00000

RED: 146

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.036 – MANUT. DAS ATIV. ENSINO FUNDAMENTAL

Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 3.220,00

Fonte: 1332.00000

RED: 147

Art. 2º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 06 de Agosto de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL N. 064/2015

DECRETO Nº 64, DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

NOMEIA MEMBROS PARA PARTICIPAR DA COMISSÃO ELEITORAL NA ELEIÇÃO DE CONSELHEIROS TUTELARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal em de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação municipal aplicável,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada através deste decreto a Comissão Eleitoral para Eleição Unificada de Conselheiros Tutelares.

Art. 2º. Fazem parte desta Comissão Eleitoral:

I - Quatro membros do CMDCA: Camilo Dorneles, Andréia Leite Godoy Vitti, Ediana Castanheiro e Andreza Bertotto.

II - Dois membros da Sociedade Civil: Rosili Panatta, representante da Fundação Médica e Dolores Cesca Ganasini, representante do LIONS Clube de Salto Veloso.

III - Dois membros do Governo: Débora Baronchello e Orlando Abati.

Parágrafo Único: Os membros da comissão ora nomeados, não receberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou gratificação pela respectiva nomeação, eis que prestarão serviço relevante ao município.

Art. 3º. Os membros desta Comissão acompanharão os atos em que houver solicitação pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA do procedimento de Eleição de Conselheiros Tutelares.

Art. 4º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 21 de 09 de abril de 2015.

Salto Veloso (SC), 07 de agosto de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 278/2015

PORTARIA Nº. 278/2015

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerada, a pedido a partir desta data, a Srª. MARIA MADALENA VIEIRA, do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE LIMPEZA, matrícula nº 1171, lotada na Secretaria de Educação, código CPE 02, do Anexo II, Tabela II, Grupo II, com 40 horas semanais.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 07 de Agosto de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 279/2015

PORTARIA Nº. 279/2015

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerado, a pedido a partir desta data, o Srº. FRANCIS NATALLY DE ALMEIDA ANACLETO, do cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM RECURSOS HUMANOS, matrícula nº 1203, lotado na Secretaria de Administração e Finanças, código CPE 15, do Anexo II, Tabela I, Grupo I, com 40 horas semanais.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 10 de Agosto de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

PORTARIA Nº 142/2015 REINTEGRA FUNCIONÁRIO A CARGO EFETIVO

PORTARIA Nº 142/2015

REINTEGRA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica reintegrado no cargo de carreira , a partir desta data , o servidor publico municipal Sr. ERONI ALLEBRANDT portador do CPF 867.248.949-72 na função de Tecnólogo em Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor com efeitos retrativo de 04 de Agosto de 2015.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 10 de Agosto de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1300/5

Santiago do Sul

PREFEITURA

CONTRATO 91/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Principal	91/2015
Contratante	Município de Santiago do Sul
Contratada	NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
Objeto	Aquisição de gêneros alimentícios para utilização no preparo da merenda escolar em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, destinado aos alunos da Educação Básica do Município.
Valor	R\$ 749,54 (setecentos e quarenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos).
Vigência	01 de setembro a 31 de outubro de 2015.
Processo Licitatório	89/2015.
Dispensa de Licitação	76/2015.
Santiago do Sul-SC, 03 de agosto de 2015.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

CONTRATO 92/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Principal	92/2015
Contratante	Município de Santiago do Sul
Contratada	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
Objeto	Aquisição de gêneros alimentícios para utilização no preparo da merenda escolar em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, destinado aos alunos da Educação Básica do Município.
Valor	R\$ 623,23 (seiscentos e vinte e três reais e vinte e três centavos).
Vigência	01 de setembro a 31 de outubro de 2015.
Processo Licitatório	89/2015.
Dispensa de Licitação	76/2015.
Santiago do Sul-SC, 03 de agosto de 2015.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

CONTRATO 93/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Principal	93/2015
Contratante	Município de Santiago do Sul
Contratada	MERCADO SANTIAGO LTDA - ME
Objeto	Aquisição de gêneros alimentícios para utilização no preparo da merenda escolar em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, destinado aos alunos da Educação Básica do Município.
Valor	R\$ 5.988,30 (cinco mil novecentos e oitenta e oito reais e trinta centavos).
Vigência	01 de setembro a 31 de outubro de 2015.
Processo Licitatório	89/2015.
Dispensa de Licitação	76/2015.
Santiago do Sul-SC, 03 de agosto de 2015.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 192/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 192/2015

MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:30 horas do dia 21 agosto de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA IMPLANTAÇÃO DE 03 HORTAS COMUNITÁRIAS COM 03 ESTUFAS DE 169 M² (BAIRRO SERRA ALTA, LENÇOL (LOTEAMENTO ALPESTRE) E MATO PRETO, AMPLIAÇÃO DA HORTA COMUNITÁRIA EXISTENTE NO BAIRRO CENTENÁRIO COM A CONSTRUÇÃO DE 01 ESTUFA DE 169 M² E AUMENTO DO CERCADO E REATIVAÇÃO DO VIVEIRO DE MUDAS, REFERENTE PROCESSO Nº 71000.094383/2012-69 CONVÊNIO Nº 017/2012 SINCOV Nº 774229/2012, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min. São Bento do Sul, 06 de agosto de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

Pregoeiro

EDITAL Nº 007/2015

CLASSIFICAÇÃO FINAL

PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA

PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

EDITAL N.º 007/2015

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, homologa e torna público o Resultado Final do Processo Seletivo de Contratação Temporária Edital n.º 007/2015.

CARGO: PROFESSOR DE ARTES – HABILITADO

Classificação	Inscrição	Tempo de serviço	Nome do Candidato
1º	09	3.0	SIMONE MICKUS CHAVES
2º	14	-	GISELE DAIANA ADAMYK

CARGO: PROFESSOR DE ARTES – NÃO HABILITADO

Classificação	Inscrição	Tempo de serviço	Nome do Candidato
1º	15	3.0	ELISANDRA ROWERDER
2º	02	-	SILVANE ADRIANA PIRAM SETLIK
3º	12	-	JANAINA RAQUEL ALVES DE CAMPOS COUTINHO
4º	08	-	KATIA REGINA KOBUS
5º	07	-	KENNDRA RAFAELA RANDIG
6º	13	-	JUCILIANA PIRES

* Critérios de desempate: itens 5.1.1 e 5.1.2 do Edital

CARGO: PROFESSOR DE OFICINA MÚSICA/CORAL - HABILITADO

Classificação	Inscrição	Tempo de serviço	Nome do Candidato
1º	04	5.0	SIDNEI MUEHLBAUER
2º	03	5.0	JOSE AUGUSTO SLUMINSKI

* Critérios de desempate: itens 5.1.1 e 5.1.2 do Edital

CARGO: PROFESSOR DE OFICINA MÚSICA/CORAL - NÃO HABILITADO

Classificação	Inscrição	Tempo de serviço	Nome do Candidato
1º	16	-	KHENIA GINI RODRIGUES
2º	01	-	FELIPE LIEBL HOTZ

* Critérios de desempate: itens 5.1.1 e 5.1.2 do Edital

CARGO: PROFESSOR OFICINA DE CAPOEIRA - HABILITADO

Classificação	Inscrição	Tempo de serviço	Nome do Candidato
1º	05	3.0	JONAS DA SILVA DE SOUZA

DESCCLASSIFICADOS

CARGO: PROFESSOR OFICINA DE CAPOEIRA - NÃO HABILITADO

Inscrição	Nome do Candidato	
10	JOAO FERNANDES DOS SANTOS	SEM COMPROVAÇÃO DE CARGA HORÁRIA EM CURSOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO
06	ANA PAULA MILCZEWSKY	SEM COMPROVAÇÃO DE HABILITAÇÃO NA ÁREA DE ATUAÇÃO
11	CRISTINA DOS SANTOS DUMS	SEM HABILITAÇÃO NA ÁREA DE ATUAÇÃO

São Bento do Sul, 10 de agosto de 2015.

Fernando Tureck
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 9739/2015

PORTARIA Nº 9739, DE 10 DE AGOSTO DE 2015

Designa para responder e Revoga Portaria nº 9738/2015

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da lei,

RESOLVE:

Art. 1º Designar MATHEUS GUEDES REIS, OAB/SC n. 33.273, ocupante do cargo de Assessor Jurídico, para responder, interinamente, pelo cargo de Procurador Jurídico, no período de 07 de agosto de 2015 a 16 de agosto de 2015, período este de férias do titular da pasta.

Art. 2º Fica Revogada, a partir de 06 de agosto de 2015, a Portaria nº 9738/2015.

São Bento do Sul, 10 de agosto de 2015.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS**PORTARIA IPRESBS Nº 262/2015**

PORTARIA IPRESBS Nº 262/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 05/08/2015 a 04/09/2015, concedido a servidora ARLETE LUSIA MUEHLMANN JELINSKY ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 129/2015, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 05/08/2015.

São Bento do Sul, 06/08//2015.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 258/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 258/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 31/08/2015 a 18/09/2015, concedido a servidora LEIDA TERESINHA MORVAN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal Assistência Social, através da Portaria IPRESBS nº 046/2015, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31/08/2015.

São Bento do Sul, 06/08//2015.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 259/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 259/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, nos períodos de 14/08/2015 a 27/09/2015, a servidora REGINA CÉLIA REGO DE MOURA BELO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente de Berçário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento,

referente ao período 30/07/2015 a 13/08/2015 competem a Prefeitura.

3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 14/08/2015.

São Bento do Sul, 06/08/2015.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 260/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 260/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 03/08/2015 a 17/09/2015, concedido a servidora MARILIA SANOCKI BECKER ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 118/2015, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03/08/2015.

São Bento do Sul, 06/08//2015.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 261/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 261/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, nos períodos de 09/08/2015 a 10/09/2015, ao servidor PAULO RICARDO DA COSTA LOPES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Fisiatra, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 20/07/2015 a 22/07/2015 e 28/07/2015 a 08/08/2015 competem a Prefeitura.

3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 09/08/2015.

São Bento do Sul, 06/08/2015.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 263/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 263/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/08/2015 a 11/09/2015, concedido a servidora LUCIANE DUMS MODESKI ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 447/2015, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/08/2015.

São Bento do Sul, 07/08//2015.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 264/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 264/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, nos períodos de 11/08/2015 a 16/10/2015, a servidora MADALENA LUZIA MULLER DE SOUZA MININI ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 27/07/2015 a 10/08/2015 compete a Prefeitura.

3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11/08/2015.

São Bento do Sul, 07/08/2015.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 265/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 265/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/08/2015 a 30/08/2015, concedido a servidora ANA MARIA MOCELIN ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 383/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/08/2015.

São Bento do Sul, 07/08//2015.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 266/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 266/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, nos períodos de 13/08/2015 a 27/08/2015, a servidora MARIA DE JESUS MASSANEIRO CRISTOFOLINI ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 29/07/2015 a 12/08/2015 compete a Prefeitura.

3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 13/08/2015.

São Bento do Sul, 07/08/2015.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 267/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 267/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, nos períodos de 26/07/2015 a 28/08/2015, a servidora NEUSA ZOLLNER DE SOUZA ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 03/07/2015 a 03/07/2015, 09/07/2015 a 09/07/2015 e 13/07/2015 a 25/07/2015 competem a Prefeitura.

3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 26/07/2015.

São Bento do Sul, 07/08/2015.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

DEC 2039 DE 10 08 15 ADMITE AGENTE EDUCATIVO ACT GRACIELI APARECIDA DA SILVEIRA

DECRETO Nº 2039, DE 10 DE AGOSTO DE 2015.

Admite servidora aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990; Lei Complementar nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada; Lei Complementar nº 0045, de 06/11/ 2012 atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada e Lei Complementar nº 0043, de 26/07/2012;

- Considerando a solicitação da Secretária Municipal de Educação Cultura e Esportes, dando conta da necessidade da contratação de profissional Agente Educativo, para atuar no CEIM Criança Feliz;

- Considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014, visando à contratação de pessoal, por prazo determinado, para desempenhar funções dos cargos do Magistério Público Municipal;

- Considerando o Edital n. 008, de 30 de janeiro de 2015, que homologou o resultado do Processo Seletivo Simplificado, objeto do Edital nº 001/2014;

- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Gracieli Aparecida da Silveira, para exercer o cargo de Agente Educativo, Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será durante o ano letivo de 2015, conforme o que estabelece a Lei Complementar nº 0043 de 26 de julho de 2012.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 10 de agosto de 2015.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

EDITAL Nº 9 INSCRIÇÕES DEFERIDAS_

EDITAL Nº 009/2015 - CMDCA

Dispõe sobre a relação de candidatos com inscrições deferidas a membro do Conselho Tutelar e alteração de local para realização da avaliação psicológica.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de São Domingos, através de sua Presidente, torna público o deferimento das inscrições a membro do Conselho Tutelar, processo de escolha 2015 e o novo local para realização da avaliação psicológica.

Art. 1º. Foram deferidas as inscrições abaixo:

- 1 – Jéssica Inéia;
- 2 – Luciane Scheffer Ortiz;
- 3 – Nadiesca Salete Do Prado Gonçalves;
- 4 – FrantchescaSpezia;
- 5 – Maria Salete de Moraes Borges;
- 6 – Terezinha Aparecida Rodrigues;
- 7 – Jucelane de Fátima Ribeiro de Souza;
- 8 – Margarete Cristina Eckert.

Art. 2º Alteração do local para avaliação psicológica:

Onde se lê no edital de reabertura:

4.2. Da Avaliação Psicológica:

4.2.1. O candidato deverá se submeter à avaliação psicológica, de caráter eliminatório, que será realizada por profissional da área, no dia 14.08.2015, das 13h e 30min às 17 h e 30 min tendo como local o auditório da Câmara Municipal de Vereadores, Rua São Cristóvão, nº 380 - Centro.

4.2. Da Avaliação Psicológica:

4.2.1. O candidato deverá se submeter à avaliação psicológica, de caráter eliminatório, que será realizada por profissional da área, no dia 14.08.2015, das 13h30min às 17h30min tendo como local o Centro de Múltiplo Uso, Av. Irineu Bornhausen, nº 507 Centro.

Este edital entrará em vigor na data de sua publicação.

São Domingos, 10 de agosto de 2015.

RosiMarmentiniScheffer

Presidente Conselho Municipal de Direitos
da Criança e do Adolescente

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/2015 E CONTRATO Nº 63/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/2015 e CONTRATO Nº 63/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e LW- Eventos Esportivos- Ltda- Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 52/2015

OBJETO: "Contratação de empresa para serviços de coordenação e arbitragem dos Jogos de São João do Oeste (JASJO)."

VIGÊNCIA: 07.08.2015 até 31.12.2015

VALOR: R\$ 23.200,00

São João do Oeste – 07 de Agosto de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Industria e Comércio de Confecções Schoeler- Ltda.

ORIGEM: Carta Convite nº 07/2015

OBJETO: "Aquisição de uniformes para os alunos das escolas do município e para os funcionários da saúde e urbanismo do município de São João do Oeste."

VIGÊNCIA: 07.08.2015 até 04/09/2015

VALOR: R\$ 19.123,10

São João do Oeste – 07 de Agosto de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Sandra Kuffel Halmenschlager- Mei

ORIGEM: Carta Convite nº 07/2015

OBJETO: "Aquisição de uniformes para os funcionários da saúde e urbanismo do município de São João do Oeste."

VIGÊNCIA: 07.08.2015 até 04.09.2015

VALOR: R\$ 5.807,30

São João do Oeste – 07 de Agosto de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

São José

PREFEITURA

CONTRATO/CT: Nº 113/2015 – TP 013/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 113/2015 – TP 013/2015 – Processo 223/2015 - Contratado: MUNDIAL SERVIÇOS LTDA - EPP. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE PICADAS DO SUL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS NECESSÁRIOS A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS. Prazo: O prazo de execução dos serviços será de 150 (cento e cinq-enta) dias, contados a partir da assinatura da Autorização de Execução de Serviços e o prazo de vigência contratual será de 240 (duzentos e quarenta) dias, com efeitos a partir de sua assinatura. Valor total: R\$ 183.648,87 (cento e oitenta e três mil, seiscentos e quarenta e oito reais e oitenta e sete centavos). Data da Assinatura do Contrato: 14 de julho de 2015.

ERRATA AO EXTRATO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 079/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ERRATA AO EXTRATO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 079/2015 – A Prefeitura de São José, por intermédio da sua Diretora de Compras, leva ao conhecimento dos interessados, que na publicação do dia 07/08/2015, ONDE SE LÊ: "PREGÃO PRESENCIAL 079/2015 – Processo nº 228/2015: Objeto: CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA TÉCNICA, DESTINADA A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 28/07/2015 às 13h15min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 28/07/2015 às 13h30min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000." LEIA-SE: "RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 079/2015 - Processo nº 228/2015. Fornecedor: DANIEL SEEMANN. Objeto: CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA TÉCNICA, DESTINADA A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.. Valor total: R\$ 46.200,00 – quarenta e seis mil e duzentos reais. Cláudia Schweitzer Pflieger - Diretora de Compras.". Cláudia Schweitzer Pflieger / Diretora de Compras.

PORTARIA Nº 03 DE 06 DE AGOSTO DE 2015

PORTARIA Nº 03 de 06 de agosto de 2015.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER, Secretário de Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de São José, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

Art. 1º - Fica criado o sistema de distribuição de Fiscais de Obras por áreas de atuação específica, visando otimizar os trabalhos realizados pelo Setor de Fiscalização.

§1º - O Município, para efeitos desta Portaria, fica subdividido da seguinte forma:

I – Área 1 – Inicia na orla marítima que faz limite com o Município de Biguaçu e segue por esta até o Logradouro Código 90077, deste até a marginal direita (sentido sul-norte) da BR 101, segue pela marginal até a Rua Dona Carlota, desta até a Rua Felisbino Camilo da Silva, desta até a Rua Hamilton Ferreira até chegar na Avenida Osvaldo José do Amaral. Segue pela Avenida até a Rua João José Martins, segue por esta até a esquina com a Rua Francisco Torquato da Rosa. Deste ponto segue pela linha imaginária em direção ao norte até o limite com o Município de Biguaçu. Segue pela linha que divide o Município de São José e o Município de Biguaçu até encontrar o ponto inicial na orla marítima;

II – Área 2 – Inicia na orla marítima na altura do Logradouro Código 90077 e segue por essa até a altura da Rua Otto Júlio Malina. Da orla marítima atravessa a BR 101 e segue pela Rua Otto Júlio Malina até a Rua José Antônio Pereira, segue por esta até a Rua Francisco Torquato da Rosa. Desta até o encontro com a Rua João José Martins. Segue pelo limite com a Área 1 até o ponto inicial na orla marítima;

III – Área 3 – Inicia na orla marítima a partir da altura da Rua Otto Júlio Malina e segue até Foz do Rio Buchelle, na divisa entre o Município de São José e o Município de Florianópolis. Segue pela linha divisória até BR 282, seguindo por esta em linha reta até o início da Avenida Osvaldo José do Amaral. Segue por esta até a Rua Otto Júlio Malina. Segue pelo limite da Área 2 até o ponto inicial na orla marítima;

IV – Área 4 – Inicia no encontro das linhas imaginárias que seguem pelo eixo da BR 282 e da BR 101. Segue o eixo da BR 101, sentido norte-sul até o encontro com a Rua Ver. Arthur Manoel Mariano. Segue por esta até a esquina com as Ruas Antônio Jovita Duarte e Kiliano Hammes. Segue pela Rua Kiliano Hammes até a Rua José Antônio Pereira. Segue pelo limite com da José Antônio Pereira até a Avenida Osvaldo José do Amaral. Segue pela Avenida Osvaldo José do Amaral até o ponto inicial no encontro das linhas imaginárias que seguem pelo eixo da BR 282 e da BR 101;

V – Área 5 – Inicia no encontro da linha imaginária que segue o eixo da BR 282 com o limite ao leste com o Município de Florianópolis. Segue pelo limite com o Município de Florianópolis até a foz do Rio Araújo. Segue pela orla marítima até a foz do Rio Maruim, na divisa com o Município de Palhoça. Segue pela divisa com o Município de Palhoça até a linha imaginária que segue o eixo da BR 101, seguindo por esta no sentido sul-norte até o encontro com a linha imaginária que segue o eixo da BR 282, seguindo dessa até o ponto inicial no encontro entre a linha imaginária do eixo da BR 282 até o encontro com a divisa com o Município de Florianópolis;

VI – Área 6 – Inicia no encontro da Rua Ver. Arthur Manoel Mariano com a linha imaginária que segue o eixo da BR 101. Segue por essa linha sentido norte-sul até a divisa com o Município de Palhoça. Segue a divisa com o Município de Palhoça até o encontro com a Rua Vidal Vicente de Andrade, seguindo por esta até a Rua Antônio Jovita Duarte. Segue pela Rua Antônio Jovita Duarte em direção ao leste até o encontro com a Rua Ver. Arthur Manoel Mariano, seguindo por esta até o ponto inicial no encontro desta com a linha imaginária que segue o eixo da BR 101;

VII - Área 7 - Inicia no encontro entre a Rua Antônio Jovita Duarte com a Rua Vidal Vicente de Andrade. Segue por esta em direção ao sul até o ponto extremo da divisa com o Município de Palhoça. Segue pela divisa com o Município de Palhoça direção oeste, passa pelas divisas com o Município de Santo Amaro da Imperatriz, São Pedro de Alcântara, Antônio Carlos e Biguaçu até o encontro com a Estrada Geral do Alto Forquilhas. Seguindo por esta até a Rua Antônio Jovita Duarte. Segue pela Rua Antônio Jovita Duarte em direção sudeste até o ponto inicial no encontro com a Rua Vidal Vicente de Andrade;

VIII - Área 8 - Inicia no encontro entre a Kiliano Hammes, Rua Arthur Manoel Mariano e Rua Antônio Jovita Duarte, seguindo por esta última na direção noroeste até a Estrada Geral do Alto Forquilhas. Segue por esta até a divisa com o Município de Biguaçu. Segue pela divisa com o Município de Biguaçu até o encontro com o limite da Área 1, seguindo pela linha imaginária do limite da Área 1 até o encontro com a intersecção com a Área 2, na Rua João José Martins. Segue em direção sul pelo limite com a Área 2 pela Rua Francisco Torquato da Rosa até o encontro com as Ruas José Antônio Pereira e Rua Kiliano Hammes. Segue pela Rua Kiliano Hammes direção sul até o ponto inicial no encontro com as Ruas Rua Arthur Manoel Mariano e Rua Antônio Jovita Duarte.

Art. 2º - Será realizado o rodízio dos Fiscais nas áreas de atuação a cada quadrimestre, contado da publicação desta Portaria, sendo a determinação da área decidida por meio de sorteio, que ocorrerá em reunião conjunta com os Fiscais, do qual será lavrada ata que será assinada pelos presentes.

§ 1º - A convocação para a reunião ocorrerá com, no mínimo, 3 (três) dias de antecedência, por meio de Comunicação Interna, no qual será rubricada por todos para fins de comprovação de ciência.

§ 2º - Após a definição das áreas por meio do primeiro sorteio, ocorrido a partir da publicação desta Portaria, fica vedada a recondução do Fiscal na área em que esteve sob sua responsabilidade, devendo ser excluído seu nome do sorteio da área que em atuou no quadrimestre.

§ 3º - Fica vedada a atuação de Fiscal de Obras em área que não esteja sob sua responsabilidade, sendo considerados nulos os atos praticados em desacordo com esta Portaria.

Art. 3º - Os Fiscais de Obras estarão subordinados diretamente ao Secretário da Pasta, devendo emitir relatório semanal, com as devidas comprovações, dos trabalhos desenvolvidos para fins de elaboração da planilha de pagamento da Gratificação de Produtividade.

§ 1º - O relatório deverá ser entregue no primeiro dia útil subsequente à semana de trabalhos realizados.

§ 2º - O descumprimento do prazo citado no parágrafo anterior resultará na exclusão dos serviços realizados na planilha de pagamento da Gratificação de Produtividade.

§ 3º - Poderá o Secretário, mediante justificativa apresentada por escrito pelo Fiscal de Obras, permitir a entrega do relatório após o prazo estipulado no § 1º, despachando no corpo do próprio documento sua decisão, que será remetida ao responsável pela elaboração da planilha de pagamento da Gratificação de Produtividade.

Art. 4º - Os procedimentos de fiscalização deverão, obrigatoriamente, obedecer a ordem cronológica dos processos, devendo ser priorizados aqueles que estejam tramitando a mais tempo.

§ 1º - A ordem cronológica poderá ser alterada nos seguintes casos:

I - Quando houver requerimento do Ministério Público Estadual ou Federal;

II - Quando houver requerimento da Procuradoria-Geral do Município para fins de instrução processual;

III - Quando houver prazo determinado pelo Poder Judiciário;

IV - Quando houver determinação expressa do Secretário de Serviços Públicos, devidamente fundamentado em ato que deverá ser apensado aos autos.

§ 1º - O Secretário poderá determinar que uma área seja fiscalizada por mais de um fiscal, que poderão atuar isolada ou conjuntamente;

§ 2º - O Secretário poderá designar Comissão de Fiscalização, composta por 3 (três) fiscais, para realização de vistorias em empreendimentos que possuam 1.000m² (mil metros quadrados) ou mais de área construída, para fins de emissão de Habite-se ou nos casos de legalização de obra.

Art. 5º - Fica anexada a esta Portaria os mapas com as respectivas áreas de fiscalização - Anexo I ao VIII.

Art. 6º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique-se.

São José, 06 de agosto de 2015;
Michel da Silva Schlemper
Secretário de Serviços Públicos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2015 - Processo nº 253/2015. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE OXIGÊNIO MEDICINAL E AR COMPRIMIDO PARA ATENDER AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, POLICLÍNICAS, SAMU/SJ E NOVAS UNIDADES A SEREM INAUGURADAS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 11 de agosto de 2015 às 18h00min até dia 24 de agosto de 2015, às 16h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 16h00min do dia 24 de agosto de 2015. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

PREGÃO PRESENCIAL 077/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 077/2015 - Processo nº 224/2015: Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE FÓRMULAS INFANTIS E LEITE EM PÓ INTEGRAL PARA SEREM DISTRIBUÍDOS ATRAVÉS DOS PROGRAMAS DST/AIDS E HEPATITES VIRAIS E SÃO JOSÉ CRIANÇA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 24/08/2015 às 13h30min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 24/08/2015 às 14h00min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

RESOLUÇÃO Nº 17/2015

RESOLUÇÃO Nº 17/2015.

APROVA REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO JOSÉ PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS COMAD.

O Conselho Municipal dos direitos da criança e do adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº. 5.482/2015 e conforme aprovado na Reunião Plenária Ordinária de 08 de julho de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar os Representantes para o Conselho Municipal Antidrogas COMAD.

TITULAR: ELIANE MAGALHÃES ROSA

SUPLENTE: ANTÔNIO MARTINS DOS SANTOS

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

São José (SC), 08 de julho de 2015.

CESAR MAXIMILIANO SIMÕES

Presidente do CMDCA/SJ

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 089/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 089/2015 - Processo nº 251/2015. Fornecedores: MARCONI KIRCH – EPP; HAMILTON MACHADO – ME; MAYCON WILL – ME; JULIANO JAIRO MELO – ME e L.M. – COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA DESTINADOS AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 523.493,00 – quinhentos e vinte e três mil, quatrocentos e noventa e três reais. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2015 - Processo nº 129/2015. Fornecedor: PEDRAGON AUTOS LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO ZERO KILÔMETRO TIPO MINI VAN, PARA SER UTILIZADO PELA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor: R\$ 60.540,00 – sessenta mil e quinhentos e quarenta reais. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

São José do Cedro

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº. 003/CMS/2015

RESOLUÇÃO Nº. 003/CMS/2015

“APROVA O DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE, ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL – SIOPS, 3º BIMESTRE DE 2015”.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, com fundamento em suas competências regimentais e no uso de suas atribuições, atendendo o disposto no inciso VI, do artigo 9º, da Lei nº. 3.788, de 07 de dezembro de 2010, conforme deliberação da Reunião Ordinária nº 005/2015, realizada no dia 07 de agosto de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º- Aprovar a o demonstrativo das receitas e despesas com ações e serviços públicos de saúde, orçamentos fiscal e da seguridade social – SIOPS, referente ao 3º bimestre de 2015.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor e passa a produzir seus efeitos a partir de sua publicação.

São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,
10 de agosto de 2015.
FRANCYELY CASAGRANDA,
Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário do Conselho Municipal de Saúde.

DECRETO Nº 5.629, DE 03 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº 5.629, DE 03 DE AGOSTO DE 2015.

“NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1. Fica NOMEADO o funcionário público municipal, GILNEI VILLE, para exercer o cargo de MOTORISTA, carga horária de 176 horas mensais, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, Edital nº. 001/2013, homologado através do Decreto nº. 5.346, de 11 de fevereiro de 2014, classificado em 1º lugar, média final 8,80, a partir de 03 de agosto de 2015, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 03 de agosto de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5.630, DE 04 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº 5.630, DE 04 DE AGOSTO DE 2015.

“NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1. Fica NOMEADA a funcionária pública municipal, CLARICE CASARIN POSSATTO, para exercer o cargo de TELEFONISTA, carga horária de 160 horas mensais, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, Edital nº. 001/2014, homologado através do Decreto nº. 5.504/2014, de 18 de dezembro de 2014, classificada em 3º lugar, média final 6,85, a partir de 04 de agosto de 2015, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 04 de agosto de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5.631, DE 07 DE AGOSTO DE 2015

DECRETO Nº 5.631, DE 07 DE AGOSTO DE 2015

HOMOLOGAÇÃO DO DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 001/2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que são conferidas pelo Art. 69, Inciso X, da Lei orgânica Municipal, especialmente aquelas contidas no Edital de Processo Seletivo nº. 001/2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o deferimento e indeferimento das inscrições relativas ao Edital de Processo Seletivo Edital nº 001/2015 do Município de São José do Cedro – SC, conforme segue:

****PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO COM LICENCIATURA | Modalidade A**

Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
96292	Ademir Alberto Zanatta	DEFERIDA
99943	Cleiton Rodrigo Ferreira Gomes	DEFERIDA
88354	Cristiana Reichert	DEFERIDA
89030	Daniela Martinelli De Lima	DEFERIDA
88194	Lucimar Isoton	DEFERIDA
96599	Rosane Maria Kummer	DEFERIDA
100099	Samara Borille	DEFERIDA
94271	Sirlei Rubin	DEFERIDA
88370	Suely Decarli	DEFERIDA
92303	Tatiane Bossa	DEFERIDA

PROFESSOR DE HISTÓRIA - HABILITADO COM LICENCIATURA | Modalidade A

Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
94723	Gabriela Garcia De Mattos	DEFERIDA

PROFESSOR DE GEOGRAFIA - HABILITADO COM LICENCIATURA | Modalidade A

Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
100172	Celia Osmari Toigo	DEFERIDA
98337	Daniel Da Silva	DEFERIDA
88578	Eliane Menin	DEFERIDA
98492	Lenise Winter	DEFERIDA
94360	Sergio Renato Machado Fagundes	DEFERIDA

PROFESSOR DE MATEMÁTICA - HABILITADO COM LICENCIATURA | Modalidade A

Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
Nenhum candidato com a inscrição deferida neste cargo.		

PROFESSOR DE CIÊNCIAS - HABILITADO COM LICENCIATURA | Modalidade A

Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
89270	Danielli Fernanda Picinin	DEFERIDA
100182	Diangeles Lunkes	DEFERIDA
91860	Gisele Najar Porto	DEFERIDA
93466	Marcio Francisco Razia	DEFERIDA
99824	Marines Maria Banaszkeski Stringhini	DEFERIDA

PROFESSOR DE ARTES - HABILITADO COM LICENCIATURA | Modalidade A

Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
98737	Brigida Rosa Poli	DEFERIDA
99805	Marines Philipsen	DEFERIDA
100347	Mirna Araujo Muniz	DEFERIDA
92039	Silvana Ester Delevatti	DEFERIDA

PROFESSOR DE INGLÊS - HABILITADO COM LICENCIATURA | Modalidade A

Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
94378	Lucia Fatima Maldaner	DEFERIDA
95700	Vanessa Trevisol	DEFERIDA

PROFESSOR DE ESPANHOL - HABILITADO COM LICENCIATURA | Modalidade A

Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
99997	Graciela Neumann	DEFERIDA
97109	Mariele Dreyer Schneider	DEFERIDA
94220	Rosane Vichiatti	DEFERIDA

PROFESSOR DE PORTUGUÊS - HABILITADO COM LICENCIATURA | Modalidade A

Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
97110	Mariele Dreyer Schneider	DEFERIDA

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS - HABILITADO COM LICENCIATURA | Modalidade A

Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
93181	Ana Maria Casagrande Conferri	DEFERIDA
93574	Angela Cristina Both	DEFERIDA
93500	Beatriz De Mello Martini	DEFERIDA
98405	Betania Luiza Poli	DEFERIDA
94774	Camila Regina Kummer Brum	DEFERIDA
99390	Catiane Regina Lavall	DEFERIDA
99682	Claudiane Pauli	DEFERIDA
99989	Cleci Alves De Souza Santos Da Silva	DEFERIDA
92731	Cleusa De Fatima Telles Fantinelli	DEFERIDA
92483	Cristiane Garbin	DEFERIDA
89193	Daiane Mireli Gularte De Mattos Passarin	DEFERIDA
93088	Daiane Pavin	DEFERIDA
99113	Debora Trevisol	DEFERIDA
98066	Deise Daniela Dassoler	DEFERIDA
98064	Deise Michele Tiecher	DEFERIDA
91573	Dilvane Gaspar Da Silva	DEFERIDA
88308	Dionara Decarli	DEFERIDA
98655	Edilaine Girardi	DEFERIDA
99892	Edina Seibel Backes	DEFERIDA
88660	Eduarda Noro	DEFERIDA
100037	Eliane Ana Spironello Foppa	DEFERIDA
95642	Elisandra Dos Reis	DEFERIDA
96758	Elisiane Alves	DEFERIDA
97822	Franciele Da Rosa	DEFERIDA
99875	Francieli Batista	DEFERIDA
95835	Geneci Ochoa Brixner	DEFERIDA
98146	Gerusa Izabel Manica	DEFERIDA
97871	Gessi Boller	DEFERIDA
100082	Gisele Henicka Miola	DEFERIDA

94106	Ivanete Da Silva	DEFERIDA
88133	Janeffer Scholl	DEFERIDA
99904	Janete Bernardy	DEFERIDA
95303	Joceli Zanetti	DEFERIDA
87958	Jovana Neinas	DEFERIDA
99993	Judite Lorenzon Deicke	DEFERIDA
97117	Juliana Miola Martini	DEFERIDA
98781	Juliana Seibel Freddi	DEFERIDA
92205	Keila Cieplak	DEFERIDA
96023	Leda Maria Britz Lunkes	DEFERIDA
100102	Liane Terezinha Canto Potrich	DEFERIDA
95363	Maide Luiza Klein Anzolin	DEFERIDA
97787	Mara De Re	DEFERIDA
99790	Marciele Huning	DEFERIDA
99881	Maria Terezinha Lazzari	DEFERIDA
100177	Neiva Maria Becker Bossa	DEFERIDA
89278	Nelia Maria Maldaner Picinin	DEFERIDA
100149	Odete Casarin	DEFERIDA
93400	Regi Dal'alba	DEFERIDA
88514	Rosamar Mazzoneto	DEFERIDA
98915	Rosmari Borges Costa	DEFERIDA
97474	Sabrina Banhara	DEFERIDA
99809	Simone Lauermann	DEFERIDA
100186	Susana Camicia	DEFERIDA
94212	Vera Lucia Schmitz	DEFERIDA
96270	Yeligel Laris Delevatti	DEFERIDA

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO COM LICENCIATURA | Modalidade A

Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
98368	Aline Andreia Thums	DEFERIDA
93182	Ana Maria Casagrande Conferri	DEFERIDA
93575	Angela Cristina Both	DEFERIDA
93501	Beatriz De Mello Martini	DEFERIDA
98406	Betania Luiza Poli	DEFERIDA
94775	Camila Regina Kummer Brum	DEFERIDA
97107	Carla Ines Rosenbach	DEFERIDA
99376	Catiane Regina Lavall	DEFERIDA
92732	Cleusa De Fatima Telles Fantinelli	DEFERIDA
92484	Cristiane Garbin	DEFERIDA
89194	Daiane Mireli Gualarte De Mattos Passarin	DEFERIDA
93089	Daiane Pavin	DEFERIDA
96462	Deise Cristina Da Silva Rockenbach	DEFERIDA
98065	Deise Michele Tiecher	DEFERIDA
91574	Dilvane Gaspar Da Silva	DEFERIDA
88309	Dionara Decarli	DEFERIDA
98656	Edilaine Girardi	DEFERIDA
99951	Edina Gusta Zamboni	DEFERIDA
99893	Edina Seibel Backes	DEFERIDA
100038	Eliane Ana Spironello Foppa	DEFERIDA
95643	Elisandra Dos Reis	DEFERIDA
94770	Elisiane Alves	DEFERIDA
97823	Franciele Da Rosa	DEFERIDA
99876	Francieli Batista	DEFERIDA
95836	Geneci Ochoa Brixner	DEFERIDA
98147	Gerusa Izabel Manica	DEFERIDA
97872	Gessi Boller	DEFERIDA
100083	Gisele Henicka Miola	DEFERIDA
94079	Ivanete Da Silva	DEFERIDA
88134	Janeffer Scholl	DEFERIDA
99905	Janete Bernardy	DEFERIDA
94406	Janizes Ana Zanata	DEFERIDA

95304	Joceli Zanetti	DEFERIDA
97116	Juliana Miola Martini	DEFERIDA
98782	Juliana Seibel Freddi	DEFERIDA
97584	Juliane Kafer	DEFERIDA
92206	Keila Cieplak	DEFERIDA
89101	Lais Kasper	DEFERIDA
96024	Leda Maria Britz Lunkes	DEFERIDA
99613	Leila Britsche	DEFERIDA
95994	Leila Sandra Baierle Bittencourt	DEFERIDA
97788	Mara De Re	DEFERIDA
97342	Margarete Lisaki	DEFERIDA
100178	Neiva Maria Becker Bossa	DEFERIDA
93401	Regi Dal'alba	DEFERIDA
88515	Rosamar Mazzoneto	DEFERIDA
99810	Simone Lauermann	DEFERIDA
94208	Vera Lucia Schmitz	DEFERIDA
99601	Viviane Smaniotto	DEFERIDA
96271	Yeligel Laris Delevatti	DEFERIDA

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - 2º PROFESSOR - HABILITADO COM LICENCIATURA | Modalidade A

Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
98412	Angela Vendramin Rauber	DEFERIDA
98067	Deise Daniela Dassoler	DEFERIDA
95364	Maide Luiza Klein Anzolin	DEFERIDA
97475	Sabrina Banhara	DEFERIDA
99602	Viviane Smaniotto	DEFERIDA

PROFESSOR HABILITADO COM MAGISTÉRIO | Modalidade A

Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
99703	Carine Helena Mayer	DEFERIDA
99484	Carla Larissa Moraes	DEFERIDA
99705	Carla Maria Mayer	DEFERIDA
99969	Eliate Cristine Schneider Balen	DEFERIDA
100135	Elidiane Maria Gass Arrial	DEFERIDA
96710	Elisete Ferraz	DEFERIDA
95013	Franciela Triches	DEFERIDA
96663	Helena Cristine Pacheco	DEFERIDA
96385	Juliana Da Silva	DEFERIDA
99792	Liane Maria Lunkes Simioni	DEFERIDA
98619	Lidiane Siqueira Weppo	DEFERIDA
99547	Marciane Cristiane Winter	DEFERIDA
95689	Maria Carolina Araujo Johner	DEFERIDA
96167	Nadir Salete Schultz	DEFERIDA
89113	Sueli Zamboni	DEFERIDA

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO | Modalidade A

Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
100101	Caroline Markus	DEFERIDA
96261	Daniel Nunes	DEFERIDA
96267	Dara Claudia De Oliveira Ferrasso	DEFERIDA
88361	Elizandra Fontana	DEFERIDA
88627	Francisco Jose Da Conceicao	DEFERIDA
99513	Guilherme Smaniotto Toigo	DEFERIDA
99709	Gustavo Andrioli	DEFERIDA
99877	Karen Zanetti Bizotto	DEFERIDA
95071	Nicholas Rossini Rohenkohl	DEFERIDA
94759	Ricardo Trevisol	DEFERIDA
99095	Sibeli Vettorazzi	DEFERIDA

PROFESSOR DE HISTÓRIA - NÃO HABILITADO | Modalidade A

Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
93498	Angela Maria Borssatti	DEFERIDA
88048	Caroline Mortari	DEFERIDA
100040	Dinora Merigo Bisutti	DEFERIDA
PROFESSOR DE GEOGRAFIA - NÃO HABILITADO Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
95717	Gislaine Bonna Da Silveira Schnorr	DEFERIDA
96381	Marilei Ruhoff Lunkes	DEFERIDA
100092	Salete Klaus	DEFERIDA
PROFESSOR DE MATEMÁTICA - NÃO HABILITADO Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
95989	Carina Aparecida Lemes De Souza	DEFERIDA
88137	Jandir Jose Hartmann	DEFERIDA
PROFESSOR DE CIÊNCIAS - NÃO HABILITADO Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
Nenhum candidato com a inscrição deferida neste cargo.		
PROFESSOR DE ARTES - NÃO HABILITADO Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
95126	Rubia Taisi Pinheiro	DEFERIDA
PROFESSOR DE INGLÊS - NÃO HABILITADO Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
95602	Franciele Herbert Mantovani	DEFERIDA
100155	Helena Beatriz Arend Francisco	DEFERIDA
PROFESSOR DE ESPANHOL - NÃO HABILITADO Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
95603	Franciele Herbert Mantovani	DEFERIDA
PROFESSOR DE PORTUGUÊS - NÃO HABILITADO Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
96695	Cristiane Knob	DEFERIDA
96534	Gisele Regina Orzechoski	DEFERIDA
92366	Marciane Bitsch	DEFERIDA
97711	Taisa Markus	DEFERIDA
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES INICIAIS - NÃO HABILITADO Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
99673	Iana Patricia Caramori	DEFERIDA
95002	Marinez Salet Justen	DEFERIDA
99912	Marta Elena Bernardy Apio	DEFERIDA
93053	Raquel Lazzari	DEFERIDA
96712	Sueli Conceicao Da Silva	DEFERIDA
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
95550	Adreana Weber Salvati	DEFERIDA

93464	Angelica Damo	DEFERIDA
99708	Daiani Foretti	DEFERIDA
98715	Daniela Lucia Spironello	DEFERIDA
92276	Gabriela Postai	DEFERIDA
100085	Gessica Fernandes	DEFERIDA
100091	Leonice Maria Bianchi	DEFERIDA
95003	Marinez Salet Justen	DEFERIDA
99913	Marta Elena Bernardy Apio	DEFERIDA
93054	Raquel Lazzari	DEFERIDA
96713	Sueli Conceicao Da Silva	DEFERIDA
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - 2º PROFESSOR - NÃO HABILITADO Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
93626	Allisson Caroline Olbermann	DEFERIDA
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS Modalidade B		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
99481	Anderson Luis Müller	DEFERIDA
94207	Eliane Collett Sasso	DEFERIDA
95948	Ivanete De Vargas Araujo Klain	DEFERIDA
100141	Marlei De Mello	DEFERIDA
99916	Tatiane Collett Markus	DEFERIDA
MERENDEIRA Modalidade B		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
97433	Cenair Teresinha Sartori	DEFERIDA
92129	Elisete Camargo Elesbao Thalheimer	DEFERIDA
94191	Marlice Terezinha Hendges	DEFERIDA
92019	Sonia Aparecida Siqueira Ely	DEFERIDA
MONITOR DE CRECHE Modalidade B		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
97429	Andressa Neitzke	DEFERIDA
97368	Bruna Cristina Schuster	DEFERIDA
98441	Daiana Paula Wisniewski	DEFERIDA
95771	Daniela Johner Fogiato	DEFERIDA
99572	Debora Marta Bruzzo	DEFERIDA
95760	Eduarda Banhara Bortolotto	DEFERIDA
99574	Isaura Reichert	DEFERIDA
98500	Janesca Martinelli Rocha	DEFERIDA
99507	Jessica Fogiato	DEFERIDA
96244	Joeci Justina Dallo	DEFERIDA
99450	Joelma Aparecida Lemos	DEFERIDA
97607	Karline Elizabete Back	DEFERIDA
98266	Katrine Schneider Werlang	DEFERIDA
93841	Luiza Paula Aretz	DEFERIDA
96112	Mara Regina Deves Budtinger	DEFERIDA
96326	Rosalene Maria Sasso	DEFERIDA
98749	Rozeli Pinheiro Wronski	DEFERIDA
99328	Sandra Zanotelli Martinelli	DEFERIDA

Art. 2º. Por este decreto ficam indeferidas, por não atenderem as instruções contidas no Edital de Processo Seletivo nº 001/2015, do Município de São José do Cedro – SC, as seguintes inscrições:

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO COM LICENCIATURA Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
95153	Jaqueline Aparecida Perondi	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
97138	Josiani Carine Comassetto	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
PROFESSOR DE HISTÓRIA - HABILITADO COM LICENCIATURA Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
89320	Misleine Kreich	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
PROFESSOR DE GEOGRAFIA - HABILITADO COM LICENCIATURA Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
96763	Junior Rdrigues De Sousa	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
PROFESSOR DE MATEMÁTICA - HABILITADO COM LICENCIATURA Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
93382	Maiara Zaparoli	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
92335	Simone Bianchin	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
PROFESSOR DE CIÊNCIAS - HABILITADO COM LICENCIATURA Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
98541	Francieli Delazeri	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
PROFESSOR DE ARTES - HABILITADO COM LICENCIATURA Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
Nenhum candidato com a inscrição indeferida para este cargo.		
PROFESSOR DE INGLÊS - HABILITADO COM LICENCIATURA Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
Nenhum candidato com a inscrição indeferida para este cargo.		
PROFESSOR DE ESPANHOL - HABILITADO COM LICENCIATURA Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
Nenhum candidato com a inscrição indeferida para este cargo.		
PROFESSOR DE PORTUGUÊS - HABILITADO COM LICENCIATURA Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
88864	Francimeire De Oliveira Lima	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
94379	Lucia Fatima Maldaner	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital

89191	Silviana Machado	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS - HABILITADO COM LICENCIATURA Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
99878	Denise Colombo Lolato	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
98234	Greici Kely Muller	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
92233	Katiuscia Luciana Zanatto	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
99579	Leandra Valeria Schultz	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO COM LICENCIATURA Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
99879	Denise Colombo Lolato	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
98235	Greici Kely Muller	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
98265	Katrine Schneider Werlang	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
98595	Keli Cristina Muller	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
99589	Leandra Valeria Schultz	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
89110	Sueli Zamboni	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - 2º PROFESSOR - HABILITADO COM LICENCIATURA Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
98476	Carla Maria Schossler Bremm	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
100100	Elza Maria Vogel	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
89279	Nelia Maria Maldaner Picinin	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
PROFESSOR HABILITADO COM MAGISTÉRIO Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
99958	Daiana Paula Wisniewski	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
93319	Grasiely De Campos Bento	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
98603	Keli Cristina Muller	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital

98604	Keli Cristina Muller	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
88072	Marisa Lassen	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
96729	Monica Pacifica Borges	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
88437	Jaqueline Lazzari	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.7 e 2.7.1 do edital
95746	Mateus Jose Giongo	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
PROFESSOR DE HISTÓRIA - NÃO HABILITADO Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
96764	Junior Rdrigues De Sousa	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
PROFESSOR DE GEOGRAFIA - NÃO HABILITADO Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
93510	Edina Cristina Favero	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
88273	Gesica Dinamara Hoesel	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
PROFESSOR DE MATEMÁTICA - NÃO HABILITADO Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
Nenhum candidato com a inscrição indeferida para este cargo.		
PROFESSOR DE CIÊNCIAS - NÃO HABILITADO Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
Nenhum candidato com a inscrição indeferida para este cargo.		
PROFESSOR DE ARTES - NÃO HABILITADO Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
Nenhum candidato com a inscrição indeferida para este cargo.		
PROFESSOR DE INGLÊS - NÃO HABILITADO Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
Nenhum candidato com a inscrição indeferida para este cargo.		
PROFESSOR DE ESPANHOL - NÃO HABILITADO Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
Nenhum candidato com a inscrição indeferida para este cargo.		
PROFESSOR DE PORTUGUÊS - NÃO HABILITADO Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
Nenhum candidato com a inscrição indeferida para este cargo.		
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES INICIAIS - NÃO HABILITADO Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
Nenhum candidato com a inscrição indeferida para este cargo.		
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO

93625	Allisson Caroline Olbermann	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
93410	Cristieli Karla Lauxen	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
95561	Geisiane Bezerra De Oliveira	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
97483	Jessica Liciane Schenkel Roos	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
94679	Margarete Ines Pellenz	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
89280	Patricia Troian	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - 2º PROFESSOR - NÃO HABILITADO Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
88049	Caroline Mortari	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS Modalidade B		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
92128	Elisete Camargo Elesbao Thalheimer	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.7 e 2.7.1 do edital
94543	Fernando Dos Santos Bittencourt Filho	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
98436	Jaqueline Von Borstel Mallmann	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
96515	Vanderlei Fontanari	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
MERENDEIRA Modalidade B		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
Nenhum candidato com a inscrição indeferida para este cargo.		
MONITOR DE CRECHE Modalidade B		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
88498	Allana Thais De Oliveira	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
94544	Fernando Dos Santos Bittencourt Filho	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
95562	Geisiane Bezerra De Oliveira	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
88438	Jaqueline Lazzari	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
96853	Leilane Pavan	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
94031	Lucia Collmam Tortora	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital

96823	Marcia Weber	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
-------	--------------	--

Art. 3º. Os candidatos com as inscrições indeferidas terão os dias 08, 09 e 10 de agosto de 2015 para interpor recurso no site da AMEOSC <http://www.ameosc.org.br/>.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 07 de agosto de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 151/2015 - SF

DECRETO Nº. 151/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 100,85 (cem reais e oitenta e cinco centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

17 SECRETARIA DO PLANEJ, E DESENV ECONÔMICO
01 DEPTO. DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS
2.113 MANUTENÇÃO DA EXPOCEDRO
"306"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo
..... R\$100,85

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 100,85 (cem reais e oitenta e cinco centavos), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

17 SECRETARIA DO PLANEJ, E DESENV ECONÔMICO
01 DEPTO. DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS
2.113 MANUTENÇÃO DA EXPOCEDRO
"307"3.3.90.39.00.00.1.0000 Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$100,85

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 31 de julho de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº. 152/2015 - SF

DECRETO Nº. 152/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

11 SECRETARIA DOS ESPORTES
01 DEPTO. DOS ESPORTES
2.046 MANUTENÇÃO DOS JOGOS OFICIAIS
"270"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo
..... R\$7.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

11 SECRETARIA DOS ESPORTES
01 DEPTO. DOS ESPORTES
2.046 MANUTENÇÃO DOS JOGOS OFICIAIS
"273"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$7.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 31 de julho de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº. 153/2015 - SF

DECRETO Nº. 153/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 364,00 (trezentos e sessenta e quatro reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

17 SECRETARIA DO PLANEJ, E DESENV ECONÔMICO
01 DEPTO. DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS
2.113 MANUTENÇÃO DA EXPOCEDRO
"306"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo
..... R\$364,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 364,00 (trezentos e sessenta e quatro reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a

seguir discriminadas:

17 SECRETARIA DO PLANEJ, E DESENV ECONÔMICO
01 DEPTO. DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS
2.113 MANUTENÇÃO DA EXPOCEDRO
"307"3.3.90.39.00.00.1.0000 Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$364,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 31 de julho de 2015.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº. 154/2015 - SF

DECRETO Nº. 154/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I da Lei Municipal 4.317/2014 - LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, Lei Nº 4.317/2014 de 26/11/2014 - LOA, no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais), destinados aos programas e verbas a seguir discriminados:
06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
01 DEPTO. DE ENSINO FUNDAMENTAL
2.019 TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL
"128"3.3.90.39.00.00.1.0019 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. R\$100.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos do excesso de arrecadação de Recursos 40% FUNDEB, Fonte Nº 1.0019, no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 31 de julho de 2015.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº. 155/2015 - SF

DECRETO Nº. 155/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
06 DEPTO. DE CULTURA
2.027 DIFUSÃO CULTURAL EM GERAL
"172"3..90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo
..... R\$1.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
06 DEPTO. DE CULTURA
2.027 DIFUSÃO CULTURAL EM GERAL
"176"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente
..... R\$1.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 31 de julho de 2015.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº. 156/2015 - SF

DECRETO Nº. 156/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA
2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA
"31"3.3.90.14.00.00.1.0002 Diárias – Civil
..... R\$7.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), Recursos Receitas e Transferências de Impostos da Saúde, Fonte 1.0002,

das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA
2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA
"32"3.3.90.30.00.00.1.0002 Material de Consumo
..... R\$7.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 03 de agosto de 2015.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº. 157/2015 - SF

DECRETO Nº. 157/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA
2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA
"31"3.3.90.14.00.00.1.0002 Diárias – Civil
..... R\$3.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), Recursos Receitas e Transferências de Impostos da Saúde, Fonte 1.0002, das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA
2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA
"38"3.3.90.47.00.00.1.0002 Obrigações Tributárias e Contributivas
..... R\$3.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 03 de agosto de 2015.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº. 158/2015 - SF

DECRETO Nº.158/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – F.M.A.S
01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.117 PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PAIF
"400"3.3.90.39.00.00.3.0065 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$5.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Recursos Transferências Proteção Social Básica - PAIF, Fonte 3.0065, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 07 de agosto de 2015.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº. 159/2015 - SF

DECRETO Nº. 159/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I da Lei Municipal 4.317/2014 - LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, Lei Nº 4.317/2014 de 26/11/2014 - LOA, no valor de R\$27.261,00 (vinte e sete mil duzentos e sessenta e um reais), destinados aos programas e verbas a seguir discriminados:

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA
01 DEPTO. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
2.030 MANUTENÇÃO DA CASA FAMILIAR RURAL
"199"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil...R\$15.851,00
"200"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais
..... R\$3.410,00
"202"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo
..... R\$5.000,00
"204"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica....R\$3.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos do excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, Fonte Nº 1.0000, no valor de R\$27.261,00 (vinte e sete mil duzentos e sessenta e um reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 07 de agosto de 2015.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 056/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 056/2015

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais convoca para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, os candidatos aprovados no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 001/2013, de 18 de dezembro de 2013, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.346/2014, de 11 de fevereiro de 2014, compareçam à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta feira a fim de assumirem os cargos a seguir discriminados:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

MARIA CAROLINA ARAUJO JOHNER

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 04 de agosto de 2015.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 057/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 057/2015

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais convoca para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, os candidatos aprovados no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 001/2013, de 18 de dezembro de 2013, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.346/2014, de 11 de fevereiro de 2014, compareçam à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta feira a fim de assumirem os cargos a seguir discriminados:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ***

*** As vagas disponibilizadas para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais destinam-se para lotação na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

FÁBIO JOSÉ DA SILVA

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 04 de agosto de 2015.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 058/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 058/2015

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais convoca para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, os candidatos aprovados no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 001/2013, de 18 de dezembro de 2013, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.346/2014, de 11 de fevereiro de 2014, compareçam à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta feira a fim de assumirem os cargos a seguir discriminados:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ***

*** As vagas disponibilizadas para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais destinam-se para lotação na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

JACKSON BONATTO

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 10 de agosto de 2015.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.14/2015

PREFEITURA MUN. DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº14/2015

O Fundo Municipal de Saúde, do Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº 14/2015, Edital de Pregão Nº 14/2015, Objeto: Aquisição de aparelhos de TV, notebooks e suportes para TV, para implantação de sistema de publicidade audiovisual nas Unidades Básicas de Saúde Central, do Distrito de Padre Réus e do Distrito de Mariflor, visando a veiculação de comerciais, contemplando ações de Saúde em rede. Recebimento das propostas até às 14:00 horas do dia 21/08/2015. Abertura dos envelopes às 14:00 horas do dia 21/08/2015, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura ou. São José do Cedro. Fernando Julio Will – Responsável pelo FMS.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.15/2015

PREFEITURA MUN. DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº15/2015

O Fundo Municipal de Saúde, do Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº 15/2015, Edital de Pregão Nº 15/2015, Objeto: Contratação de seguro para veículos do fundo municipal de saúde, visando assegurar os usuários, os pacientes transportados, o patrimônio do município, bem como terceiros envolvidos em eventuais acidentes e outros danos. Recebimento das propostas até às 09:00 horas do dia 21/08/2015. Abertura dos envelopes às 09:00 horas do dia 21/08/2015, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura ou. São José do Cedro. Fernando Julio Will – Responsável pelo FMS.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2015 - FMS

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2015 - FMS

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 016/2015 – Tomada de Preços Nº 002/2015 - FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DA 2ª ETAPA DAS OBRAS PARA CONSTRUÇÃO DA ACADEMIA DE SAÚDE DO BAIRRO SANTA CATARINA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, QUE CONTEMPLAM GUARDA-CORPO METÁLICO, PAVIMENTAÇÃO EM PAVER DO PASSEIO PÚBLICO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS (ILUMINAÇÃO EXTERNA) CONFORME PROJETOS ANEXOS AO EDITAL.

FORNECEDOR: BRAVA CONSTRUÇÕES LTDA - ME - CNPJ: 07.830.558/0001-43

VALOR: 107.522,84 (cento e sete mil quinhentos e vinte e dois reais e oitenta e quatro centavos).

TOTAL: 107.522,84 (cento e sete mil quinhentos e vinte e dois reais e oitenta e quatro centavos).

DATA DE ASSINATURA: 30/07/2015.

VIGÊNCIA: 30/07/2015 à 31/12/2015.

INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 090/2015

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 090/2015

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 090/2015 – Tomada de Preços Nº 013/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA, BEM COMO, MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE ALTERAÇÃO DA ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA NA EDIFICAÇÃO DO SENAI DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC CONFORME ANEXOS DESTE EDITAL.

FORNECEDOR: EDMAR DA SILVA - ME - CNPJ: 11.354.002/0001-03

VALOR: 34.006,75 (trinta e quatro mil seis reais e setenta e cinco centavos).

TOTAL: 34.006,75 (trinta e quatro mil seis reais e setenta e cinco centavos).

DATA DE ASSINATURA: 02/07/2015.

VIGÊNCIA: 02/07/2015 à 31/12/2015.

INFORMAÇÕES: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 120/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2015

A Prefeitura Municipal, a partir do Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de britas, pedrisco e pó de brita destinados para a conservação e manutenção das ruas do perímetro urbano deste Município, para o exercício de 2015, de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 21 de agosto de 2015.

Abertura: às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 10 de julho de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N. 121/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2015

A Prefeitura Municipal, a partir do Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de limpeza destinados para a conservação das Praças Walnir Botaro Daniel e Belarminio Annoni, perímetro urbano de São Miguel do Oeste – SC, para o período de 12 meses, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 14h45min do dia 21 de agosto de 2015.

Abertura: às 15h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 10 de agosto de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 69.2015

O Município de São Pedro de Alcântara. Avisa da abertura do Processo nº 69.2015 Tomada de Preços EXCLUSIVA ME E EPP – Tipo: Menor Preço Global- Objeto: A presente licitação tem por objeto Contratação de empresa de consultoria e engenharia para a supervisão de obras e operação do Sistema de Abastecimento de Água (SAS) no município de São Pedro de Alcântara/SC, Data de Abertura com entrega dos envelopes 26/08/2015 às 09:00h Maiores Informações: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 08:00h às 12:00h e das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, ou pelo e-mail licitações@pmspa.sc.gov.br; - São Pedro de Alcântara, 10/08/2015- EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO – Prefeito Municipal e.e.

CONTRATO N.º 061/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 061/2015

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal e.e, Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 041.337.639-71, residente e domiciliado a Rua Leopoldo Stein, s/nº, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhorita EMANUELY VENTURA DE SOUZA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 067.011.969-50, residente e domiciliada a Rua Engilberto Koerich, nº448 – Colônia Santana – São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 002/2014, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

- 1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal nº 05/1997, e suas alterações.
- 1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

- 2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de AGENTE DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

- 3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

- 3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

- 4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 11/08/2015, findando no dia do término da licença para tratamento de saúde da servidora titular Janete Martins da Gama Veber, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação. Caso não haja o retorno até a data de 30/12/2015, fica esta data sendo como término do contrato.
- 4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal nº 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

- 5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:
 - 5.1.1- Acordo entre as partes;
 - 5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:
 - 5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;
 - 5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;
 - 5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;
 - 5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:
 - 5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal nº 05/1997 (arts. 166 a 178);
 - 5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:
 - 5.2.2.1- Ato de improbidade;
 - 5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;
 - 5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;
 - 5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;
 - 5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;
 - 5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;
 - 5.2.2.7- Violação de segredo funcional;
 - 5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;
 - 5.2.2.9- Abandono de emprego;
 - 5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
 - 5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
 - 5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;
 - 5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.
 - 5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal nº 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

- 6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de agosto de 2015.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

EMANUELY VENTURA DE SOUZA

CONTRATADA

Testemunhas:

DECRETO N.º 079/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO n.º 079/2015

REGULAMENTA A REALIZAÇÃO DE INSPEÇÃO MÉDICA OFICIAL QUE PRECEDE A NOMEAÇÃO EM CARGO PÚBLICO - CARÁTER EFETIVO.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 45, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar os exames e os procedimentos de inspeção médica oficial que precedem a nomeação em cargo público (caráter efetivo), haja vista a realização de Concurso Público Edital 001/2015 realizado pela municipalidade.

DECRETA:

Art. 1.º Regulamentar a realização da inspeção médica oficial que precede a nomeação em cargo público, tendo como empresa contratada para este fim “PERICIAL SUL”, situada no CEISA CENTER – Bloco C, 10º andar, sala 1002 – Centro - Florianópolis – SC, a qual obrigatoriamente observará as disposições deste Decreto.

Art. 2º - O candidato aprovado no Concurso Público Edital 001/2015, quando de sua convocação para o ingresso no cargo, deverá proceder à realização dos exames admissionais e agendar, quando da posse dos resultados destes, a inspeção médica oficial, junto empresa PERICIAL SUL, sob pena de desclassificação.

Parágrafo Único: As despesas com exames são de inteira responsabilidade do candidato.

Art. 3º - Os exames clínicos admissionais, de acordo com o cargo ocupacional – sua natureza, atribuições, responsabilidades e/ou condições de serviço, encontram-se discriminados, conforme relação constante do Anexo I, deste Decreto.

Art. 4º - Fica a critério do perito designado pela empresa contrata, objetivando aferir a aptidão física e mental do candidato à assunção no cargo ocupacional, a exigência de avaliações e /ou exames complementares que julgar imprescindíveis à sua conclusão pericial, verificada durante a inspeção admissional.

Art. 5º - Na data agendada para a realização da inspeção médica oficial, o candidato deverá comparecer munido dos laudos avaliativos constantes no anexo I deste Decreto.

Art. 6º - A nomeação no serviço público fica condicionada à decisão exarada pela perícia oficial do Município, por meio do laudo médico oficial, emitido pela empresa contratada PERICIAL SUL, comprovando a aptidão física e mental do candidato ao exercício do cargo pleiteado.

Art. 7º - Este Decreto permanecerá disponível para acesso e consulta dos candidatos e demais interessados, no sítio oficial da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, no endereço eletrônico www.pmspa.sc.gov.br.

Art. 8º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 9º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 07 de agosto de 2015.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

Anexo I

Exame de admissão para ingresso no serviço público – caráter efetivo

1. EXAMES EM GERAL PARA TODOS OS CARGOS:

- Hemograma Completo;
- Glicemia;

- Sorologia Para Lues;
- Parcial de Urina;
- Rx do Torax (Pa + Perfil) com Laudo Médico;
- Creatinina;
- Vdrl;
- Eletrocardiograma com Laudo (Acima de 35 Anos).

2. Item II - AGENTES SERVIÇOS GERAIS E TRABALHADOR BRAÇAL

- Todos do Item 1;
- RX dinâmico em flexo extensão de coluna lombo sacra 2P;
- RX de bacia panorâmico;
- Rx digital de ombro dominante com descrição de acrômio 2P;
- Caderneta de vacinação (Tétano).

3. - OPERADOR DE MÁQUINA

- Todos do Item 1;
- RX dinâmico em flexo extensão de coluna lombo sacra 2P;
- RX de bacia panorâmico;
- Rx digital de ombro dominante com descrição de acrômio 2P;
- Caderneta de vacinação (Tétano);
- Audiometria;
- Acuidade visual com e sem correção, fundo de olho, deverá ser emitido laudo por médico oftalmologista.

4. - MOTORISTA

- Todos do Item 1;
- RX ombro dominante;
- Acuidade visual (fundo de olho) com Laudo emitido por medico oftalmologista.

5. PROFESSOR GRADUAÇÃO:

- Todos do Item 1;
- RX de ombro dominante com descrição acrômio;
- Audiometria;
- Laringoscopia indireta;
- Carteira de vacina rubéola (sexo feminino).

6. MEDICOS E ODONTOLOGOS

- Todos do Item 1;
- HCV anti Hepatite C;
- HBsAg e Anti HBS;
- Caderneta de Vacinação (difteria, tétano, hepatite B, rubéola – sexo feminino).

7. TECNICO DE ENFERMAGEM E AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE

- Todos do Item 1;
- HCV – Hepatite C;
- HBsAg e Anti HBS;
- Caderneta de Vacinação (difteria, tétano, hepatite B, rubéola – sexo feminino);
- RX do ombro dominante.

8. ASSISTENTE SOCIAL, ENGENHEIRO CIVIL

- Todos do Item 1;
- RX ombro dominante;

9. FISCAL

- Todos do Item 1;
- RX ombro dominante;

10. TELEFONISTA

- Todos do Item 1;
- RX ombro dominante;
- Laudo Fonoaudiólogo.

São Pedro de Alcântara/SC, 07 de agosto de 2015.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 261/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 261/2015

Homologa a estabilidade funcional da servidora admitida em 09/08/2012 por Concurso Público.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município de acordo com o art. 45, Inciso XVI, e Artigo 20 da Lei Complementar 05/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Considerar-se-á estável a servidora abaixo mencionada, admitida em 09/08/2012, por Concurso Público nº. 001/2010, tendo esta completado o período de 03 (três) anos de estágio probatório sem qualquer ação desabonadora de sua conduta:

§ TEREZINHA VILMA DA CUNHA KUHN.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 10 de agosto de 2015.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 262/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 262/2015

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA TEREZINHA VILMA DA CUNHA KUHN

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 10 da Lei 19/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder progressão funcional a servidora TEREZINHA VILMA DA CUNHA KUHN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, haja vista, ter completado três anos de serviço prestado junto a esta Instituição:

§ TEREZINHA VILMA DA CUNHA KUHN – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – LETRA B.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 10 de agosto de 2015.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 264/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 264/2015

Admite em Caráter Temporário EMANUELY VENTURA DE SOUZA para o cargo de Agente de Vigilância Epidemiológica.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, EMANUELY VENTURA DE SOUZA para o cargo de Agente de Vigilância Epidemiológica, contrato de trabalho nº. 061/2015.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de agosto de 2015.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA N. 06/2015- PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA N. 06/2015-
PMS
PROCESSO LICITATÓRIO N. 175/2015 - PMS

OBJETO: outorga de permissão remunerada de uso para fornecimento e exploração comercial de pontos de alimentação, bebida e comércio no geral pelos quatro dias de evento Oficial da Schroederfest 2015 – Comemoração Político Administrativa do Município de Schroeder/SC, de acordo com as condições previstas neste Edital e as especificações constantes do Anexo IV deste Edital.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 11 de setembro de 2015 às 08h45min.

Abertura do Processo: 11 de setembro de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 11 de agosto de 2015.

Oswaldo Jurck

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2015-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2015-FMS

PROCESSO Nº. 60/2015-FMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Curso de Reanimação Cardiopulmonar e Desfibrilador para profissionais da saúde, visando qualificar os profissionais para saberem como proceder em situações que trazem risco a vida das pessoas, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 04 de setembro de 2015 às 08h45min.

Abertura do Processo: 04 de setembro de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 11 de agosto de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 004/2014-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. CHRISTIANE KARVAT, inscrita no CPF sob nº. 077.335.809-94, aprovada em 24º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR A – ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 19 de agosto de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 07 de agosto de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

PORTARIA Nº 6.156/2015, DE 10 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº. 6.156/2015, DE 10 DE AGOSTO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado do servidor Sr. Erden Ramirez Pestana, com efeitos retroativos a partir de 09 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 10 de agosto de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA

Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.157/2015, DE 10 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº 6.157/2015, DE 10 DE AGOSTO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o término do contrato de trabalho por prazo determinado do servidor, Sr. Erden Ramirez Pestana em 09 de agosto de 2015;

Considerando o Decreto nº. 3.387/2015, de 07 de agosto de 2015, que autoriza a contratação emergencial de médico para atender a necessidade de especial interesse público, na secretaria de saúde do município de Schroeder;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Bárbara Klein para exercer o cargo de Médica - ESF, percebendo o nível salarial nº 001 (ESF), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 079/2009, de 16/10/2009, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1.690/2008, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 10 de agosto de 2015.
OSVALDO JURCK ORLANDO TECILLA
Prefeito Municipal Secretário de Saúde

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.158/2015, DE 10 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº 6.158/2015, DE 10 DE AGOSTO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o término do contrato de trabalho por prazo determinado do servidor, Sr. Adriano Dias Furtado em 09 de agosto de 2015;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 001/2015-SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.363/2015, de 1º de julho de 2015, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, o Sr. Chéirum Michaaél Ribeiro, para exercer o cargo de Professor B – Matemática, subárea Ens. Fund. – Anos Finais, percebendo o nível salarial B-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 30 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 001/2015/SECEL/PMS, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 10 de agosto de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº. 6.155/2015, DE 10 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº. 6.155/2015, DE 10 DE AGOSTO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado do servidor Sr. Adriano Dias Furtado, com efeitos retroativos a partir de 09 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 10 de agosto de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA NO 03/2015-PMS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA No 03/2015-PMS

Processo nº. 109/2015-PMS

O Prefeito Municipal OSVALDO JURCK, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR o Credenciamento de empresas especializadas na realização de serviços médicos, na área de Saúde Ocupacional, para realização exames admissionais e demissionais, periódicos, complementares, retorno ao trabalho, audiometria, acuidade visual e espirometria, emissão de atestados e/ou laudos médicos para atender ao Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, do Município de Schroeder:

· CONSULTÓRIO MÉDICO RJ GUINDANI LTDA., inscrita no CNPJ nº 04.555.607/0001-99

Objeto: Credenciamento de empresas especializadas na realização de serviços médicos, na área de Saúde Ocupacional, para realização exames admissionais e demissionais, periódicos, complementares, retorno ao trabalho, audiometria, acuidade visual e espirometria, emissão de atestados e/ou laudos médicos para atender ao Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, do Município de Schroeder, sendo:

ITEM	DESCRIÇÕES	VALOR R\$ UNITÁRIO
01	Exame Admissional	60,00
02	Exame de Retorno ao Trabalho	60,00
03	Exame Audiométrico via aérea	20,00
05	Exame Periódico	60,00
06	Exame Demissional	60,00
07	Exame Espirometria	35,00
08	Exame Clínico (preenchimento de CAT)	100,00

Schroeder, 10 de agosto de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ATA CHAMADA PÚBLICA 03/2015-PMS (SEQUÊNCIA 02)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	OUTRAS MODALIDADES Nr.: 3/2015 - OU
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 109/2015 Data do Processo: 12/06/2015

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 109/2015 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Credenciamento de empresas especializadas na realização de serviços médicos, na área de Saúde Ocupacional, para realização exames admissionais e demissionais, periódicos, complementares, retorno ao trabalho, audiometria, acuidade visual e espirometria, emissão de atestados e/ou laudos médicos para atender ao Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, do Município de Schroeder

A comissão reuniu-se para o ato de abertura do envelope da empresa CONSULTÓRIO MÉDICO RJ GUINDANI LTDA., para o Credenciamento de empresas especializadas na realização de serviços médicos, na área de Saúde Ocupacional, para realização exames admissionais e demissionais, periódicos, complementares, retorno ao trabalho, audiometria, acuidade visual e espirometria, emissão de atestados e/ou laudos médicos para atender ao Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, do Município de Schroeder. Foi aberto o envelope de Habilitação da empresa CONSULTÓRIO MÉDICO RJ GUINDANI LTDA. cujos documentos foram rubricados e examinados pela presidente e membros da comissão. Considerando que o edital de chamada publica é um processo que vem formalizar um ato contratual com prestadores de serviços para Credenciamento de empresas especializadas na realização de serviços médicos, na área de Saúde Ocupacional, para realização exames admissionais e demissionais, periódicos, complementares, retorno ao trabalho, audiometria, acuidade visual e espirometria, emissão de atestados e/ou laudos médicos para atender ao Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, do Município de Schroeder que prestam atendimento referente ao objeto especificado, não prevendo concorrência, pois a administração prevê as cláusulas às quais as requerentes devem se enquadrar. Diante da manifestação da intenção de credenciamento dos senhores CONSULTÓRIO MÉDICO RJ GUINDANI LTDA. e que diante do fato das documentações apresentada estarem respeitando as exigências do edital, resulta assim habilitada. Será procedida a homologação dos pedidos de credenciamento da empresa CONSULTÓRIO MÉDICO RJ GUINDANI LTDA. O resultado será publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC. A presidente encerra a sessão e pede-se que a ata será repassada a empresa participante.

Schroeder, 10 de Agosto de 2015

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Valderi Rocha de Camargo	- - Membro
Eloir José Wendt	- - Membro
Andreia Nass Friedemann	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Suzana Pereira Lopes	- - Membro Suplente
Natália Kersten Brumuller	- - Membro Suplente

ATA CONCORRÊNCIA 04/2015-PMS (SEQUÊNCIA 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER	CONCORRÊNCIA Nr.: 4/2015 - CC
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 136/2015 Data do Processo: 08/07/2015
	Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 108/2015 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

outorga de permissão de serviços de remoção por guincho, guarda e depósito de veículos removidos, apreendidos e retirados de circulação pela Polícia Militar e Civil no Município de Schroeder, nos termos da lei municipal nos termos da Lei Municipal n.º 1.681/2008, de 16 de setembro de 2008 e Lei Federal n.º 8.987, de 13/02/1995 e Convênio n.º 15.743/2007-0.

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento a empresa GUINCHO DOIS IRMÃOS LTDA. - ME, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que o representante da empresa GUINCHO DOIS IRMÃOS LTDA. - ME, está credenciado para a licitação. Pois apresentou a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foi aberto o envelope de habilitação da empresa GUINCHO DOIS IRMÃOS LTDA. - ME, cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que a empresa GUINCHO DOIS IRMÃOS LTDA. - ME apresentou a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitada. Sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação pela empresa participante, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório. Foi aberto o envelope de proposta comercial da empresa GUINCHO DOIS IRMÃOS LTDA. - ME Constatou-se vencedora a empresa GUINCHO DOIS IRMÃOS LTDA. - ME. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da ata a empresa participante.

Schroeder, 10 de Agosto de 2015

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Valderi Rocha de Camargo	- - Membro
Eloir José Wendt	- - Membro
Andreia Nass Friedemann	- - Membro
Daniela Samuleski	- - Secretária
Suzana Pereira Lopes	- - Membro Suplente
Natália Kersten Brumuller	- - Membro Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

MARCELO MILLNITZ	- - Representante
------------------	-------------------------

ATA PREGÃO PRESENCIAL 75/2015-PMS (SEQUÊNCIA 01)

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER</p> <p>CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 75/2015 - PR</p> <p>Processo Administrativo: 152/2015 Processo de Licitação: 22/07/2015 Data do Processo:</p>
	<p>Folha: 1/1</p>

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 110/2015 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de lenço de papel para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

A pregoeira e equipe de apoio reuniram para abertura da licitação conforme determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo é publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Diante da ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. O processo foi declarado deserto. Diante do acima exposto encerra-se a sessão.

Schroeder, 10 de Agosto de 2015

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	-	- Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	-	- Equipe de Apoio
Andreia Nass Friedemann	-	- Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	-	- Equipe de Apoio
Natália Kersten Brumuller	-	- Equipe de Apoio

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO Nº.167/2015

DECRETO Nº 167 DE 10 DE AGOSTO DE 2015

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OLIDEN LUIZ VANI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CELSO ANTONIO FAZZIONI, Prefeito Municipal de Sul Brasil em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 384 de 01.06.2001 – Estatuto dos Servidores Públicos.

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado a Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal Oriden Luiz Vani, ocupante do cargo de Assessor de Transportes, com lotação Secretaria Municipal de Agricultura, Obras e Transportes pelo período de 21.05.2015 a 20.12.2015, conforme benefício do INSS sob nº 6107843268, em anexo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil, aos 10 de agosto de 2015.

CELSO ANTONIO FAZZIONI

Prefeito Municipal em exercício

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração

Timbó

PREFEITURA

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 54 DE 07 DE AGOSTO DE 2015

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 54 DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

O Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 345, de 13 de dezembro de 2007, certifica que:

Está APROVADO o DESMEMBRAMENTO denominado "MATHIAS GOTTLIB KEUTMANN", situado no lado ímpar da Rua Itajaí, distando pelo lado direito do imóvel, 15,70 metros da esquina formada com o lado par da Rua Quintino Bocaiúva, nesta Cidade, com a área de 1.416,79m² (Hum mil, quatrocentos e dezesseis metros e setenta e nove décimos quadrados), processo D-016/2015 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente MATHIAS GOTTLIB KEUTMANN, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 4.262, datado de 26 de junho de 2015 e da aprovação técnica exarada pelo profissional.

O desmembramento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 25.169, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.07.028.0586.001, sendo constituído:

De 01 (uma) área a desmembrar e mais uma área remanescente, abaixo transcritos:

01 – Área a desmembrar - com área de 455,02m² (Quatrocentos e cinquenta e cinco metros e dois décimos quadrados), situada no lado ímpar da Rua Itajaí, distando pelo lado direito do imóvel, 52,50 metros da esquina formada com o lado par da Rua Quintino Bocaiúva; estremando na frente em 18,36 metros com o lado ímpar da Rua Itajaí; fundos estrema em 17,86 metros, sendo em 11,81 metros com terras de Marino Dalpiaz, transcrição nº 7.540, folha 163, livro 3-D, e em 6,05 metros com terras de Valentin Germano, Pedro Germano, Terezinha Spiess, Joãozinho Germano, Paulo Germano e José Germano, matrícula nº 10.120, livro 2; lado direito estrema em 25,20 metros com a Área Remanescente; e, lado esquerdo estrema em 25,05 metros com terras de Adir Noll, matrícula nº 2.620, livro 2.

02 – Área Remanescente - com área de 961,77m² (Novecentos e sessenta e um metros e setenta e sete décimos quadrados), situada no lado ímpar da Rua Itajaí, distando pelo lado direito do imóvel, 15,70 metros da esquina formada com o lado par da Rua Quintino Bocaiúva, edificada com uma casa residencial de alvenaria sob nº 21, e um anexo residencial de alvenaria, um pavimento, com 64,20m²; estremando na frente em 36,80 metros com o lado ímpar da Rua Itajaí; fundos estrema em 39,03 metros, sendo em 9,18 metros com terras de Valentin Germano, Pedro Germano, Terezinha Spiess, Joãozinho Germano, Paulo Germano e José Germano, matrícula nº 10.120, livro 2, em 15,11 com terras de Ruth Correia Piazza e Lorita Correia, matrícula nº 6.768, livro 2, e em 14,74 metros com terras de Leonido Salvador, matrícula nº 6.703, livro 2; lado direito estrema em 25,62 metros com Continuação da Certidão n.º 54/2015, fls. 02

terras de Ewaldo Wille, transcrição nº 6.162, folha 163, livro 3-C; e, lado esquerdo estrema em 25,20 metros com a Área a Desmembrar.

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas as exigências da Lei Complementar n.º 335/2007 e do Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 07 de agosto de 2015.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente
Município de Timbó

CERTIDÃO Nº 55 DE 07 DE AGOSTO DE 2015

CERTIDÃO Nº 55 DE 07 DE AGOSTO DE 2015

ALTERA dispositivo da Certidão nº 48, de 18 de junho de 2015, com a seguinte descrição:

"02 – Área Remanescente - com área de 5.912,69m² (Cinco mil, novecentos e doze metros e sessenta e nove décimos quadrados), situado no lado ímpar da Rua Pomerode, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 75,60 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Augusto Brandt; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Pomerode; fundos estrema em 49,50 metros com terras de Morro Azul Incorporadora de Bens Ltda Epp, matrícula nº 10.966, livro 2; lado direito estrema em 21,81 metros, em 76,03 metros e em 6,65 metros com o lote 01 de propriedade de Diocese de Blumenau, matrícula nº 20.237, livro 2, em 53,02 metros, sendo em 19,03 metros com o lote 01 de propriedade de Diocese de Blumenau, matrícula nº 20.237, livro 2, e em 33,99 metros com o

Lote 01, em 31,42 metros com o Lote 01 e em 100,72 metros com terras de Carlos Ricardo Drager, Harry Heinz Drager, Norival Drager e Iracema Drager Wollinger, matrícula nº 9.517, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 78,63 metros com terras de Romilda Fachini, matrícula nº 11.167, livro 2, em 6,00 metros e em 158,80 metros com terras de Wilson Hoeltgebaum, matrícula nº 19.549, livro 2. Neste imóvel foi constituída a servidão de passagem de um caminho, a favor de Bruno Oelke e seus sucessores, sobre o imóvel constante da presente matrícula, situado no lado esquerdo do imóvel, com área de 1.472,44m²; estremando na frente em 6,73 metros com o lado ímpar da Rua Pomerode; fundos estrema em 6,00 metros com terras de Morro Azul Incorporadora de Bens Ltda Epp, matrícula nº 10.966, livro 2; lado direito estrema, em linha quebrada, em segmentos de 76,03 metros, sendo em 16,79 metros com terras do proprietário, em 59,24 metros, e 6,65 metros e em 164,70 metros, sendo em 19,03 metros com o lote 01 de propriedade de Diocese de Blumenau, matrícula nº 20.237, livro 2, em 33,99 metros com o Lote 01 e em 111,68 metros com terras do proprietário; e, lado esquerdo estrema, em linha quebrada, em 78,63 metros com terras de Romilda Fachini, matrícula nº 11.167, livro 2, em 6,00 metros e em 158,80 metros com terras de Wilson Hoeltgebaum, matrícula nº 19.549, livro 2."

Ficam ratificados os demais termos.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 07 de agosto de 2015.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

Município de Timbó

EDITAL DE PRORROGAÇÃO DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N. 01/2014 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC

MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC

EDITAL DE PRORROGAÇÃO DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N. 01/2014 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC

O Prefeito de Timbó/SC, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 50 incisos II, V, VII e X da Lei Orgânica do Município de Timbó/SC, torna público que:

- Considerando que o Processo Seletivo SEMED n. 01/2014 terá seu prazo de validade expirado em 19 de dezembro de 2015;

- Considerando que o item 1.8 do Edital de Processo Seletivo n. 01/2014 - SEMED prevê a possibilidade de prorrogação do prazo de vigência do referido Processo Seletivo;

- Considerando a conveniência e oportunidade de se proceder à prorrogação, resguardando a economicidade da Administração Pública Municipal, vinculando-se a contratação de pessoal para atender necessidade temporária de excepcional interesse público prevista na Lei n. 2.045/1998 com alterações promovidas pela Lei n. 2.439/2009, bem como aos termos constantes do respectivo edital;

RESOLVE

PRORROGAR, por 1 (um) ano, a contar de sua homologação, o prazo de validade do Processo Seletivo – SEMED Edital n. 01/2014, homologado em 19 de dezembro de 2014, consoante publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição n. 1642, de 19 de dezembro de 2014.

Timbó, 04 de agosto de 2015.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JÚNIOR

Prefeito de Timbó

EXTRATO SEGUNDO TERMO DE ADITIVO A ATA DE REGISTRO - 34.2014 ALTERMED

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 34/2014 FMS

CONTRATANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda.

OBJETO: Equilíbrio econômico financeiro do item 170 (seringa descartável estéril), que fica acrescido proporcionalmente ao aumento ocorrido, passando a ser R\$ 0,3130.

DATA DA ASSINATURA: 04/08/2015.

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário Municipal de Saúde

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 128 2014 PMT - MATERIAL ELÉTRICO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 128/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó

OBJETO: Registro de preços para a aquisição de materiais elétricos, hidráulicos, pintura e construção destinados a atender as necessidades da administração direta e indireta.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Correa Materiais Elétricos Ltda; Ma-devia Ltda Me; Coml. Vitória Ltda; Supermercado Fistarol Ltda; Danna Comercial Eireli Me; Construsouza Material de Construção Ltda Epp; Suprivale Comercial Ltda Me; Magaldi Instalação e Manutenção Elétrica Eireli Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 159.703,69 (cento e cinquenta e nove mil setecentos e três reais e sessenta e nove centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 10/11/2015

Timbó, 11/11/2014

MARIA ANHÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

CÂMARA MUNICIPAL**PARECER DA COMISSÃO DE MÉRITO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 07/2015**
COMISSÃO DE MÉRITO

Projeto de Lei Complementar nº 7/2015 - Altera a Lei Complementar n. 170 de 17 de dezembro de 1999 que declarou de utilidade pública e autorizou a aquisição de imóveis para a ampliação do cemitério do bairro da Araponguinhas.

Iniciativa: Prefeito Laércio Demerval Schuster Júnior.

Relator: Vereador Waldemar Gebauer.

I) RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei que visa definir alterar a Lei Complementar n.º 170, de 17 de dezembro de 1999, no que diz respeito à descrição das áreas que por ela foram declaradas de utilidade pública.

O Projeto foi protocolado nesta Casa Legislativa no dia 17 de julho, tendo sido despachado a esta Comissão pelo Presidente da Mesa Diretora no dia 06 de agosto após manifestação pela sua constitucionalidade e legalidade por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, cujo parecer fora publicado no mesmo dia, na forma regimental.

No dia 06 de agosto esta Comissão teve como pauta o presente em sua Reunião, exarando seu parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II) FUNDAMENTAÇÃO

Analisando-se a proposição, verifica-se que a mesma visa alterar a Lei Complementar n.º 170/1999, que declarou de utilidade pública e autorizou a aquisição de imóveis para a ampliação do cemitério do Bairro Araponguinhas. Isso porque as aquisições feitas em 1999 nunca foram levadas a registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

Para proceder com o devido registro dos imóveis em questão, o 1.º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó exigiu a retificação das áreas a serem registradas, com a inclusão de todos os confrontantes e as áreas de preservação permanente contidas nos imóveis, nos termos da legislação em vigor. Assim, se faz necessária a adoção da medida prevista no projeto em análise, no que diz respeito à descrição dos imóveis, de modo a incluir os dados requisitados pelo 1.º Ofício de Registros de Imóveis da Comarca de Timbó.

Deste modo, o Relator do Projeto não encontra óbices à sua aprovação em Plenário.

III - CONCLUSÃO**VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 7/2015.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Guilherme Voigt Júnior

Vereador Fabricio Dalcastagné

Sala das Comissões, em 07 de agosto de 2015.

Guilherme Voigt Júnior

Presidente

Fabricio Dalcastagné

Membro

Waldemar Gebauer

Relator

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ**PORTARIA NO SAMAE -127 DE 31 DE JULHO DE 2015**

PORTARIA No SAMAE -127 DE 31 DE JULHO DE 2015

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Erna Packer, contratada temporariamente para cargo de Auxiliar Operacional I na Autarquia Municipal, a contar de 03 de agosto do corrente.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e pelo art. 9º, inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, a pedido, a Servidora Pública Municipal ERNA PACKER, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, do Quadro de Pessoal do SAMAE, pela Portaria nº SAMAE 005, de 06 de janeiro de 2015, a contar de 03 de agosto do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

PORTARIA NO SAMAE -130 DE 03 DE AGOSTO DE 2015

PORTARIA No SAMAE -130 DE 03 DE AGOSTO DE 2015

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Fabio Steuck, contratado temporariamente para cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo na Autarquia Municipal, a contar de 04 de agosto do corrente.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e pelo art. 9º, inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, a pedido, ao Servidor Público Municipal FABIO STEUCK, contratado temporariamente para o cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo, do Quadro de Pessoal do SAMAE, pela Portaria nº SAMAE 133, de 12 de novembro de 2014, a contar de 04 de agosto do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de agosto de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 128, DE 31 DE JULHO DE 2015

PORTARIA N. SAMAE- 128, DE 31 DE JULHO DE 2015

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto n. 3852, de 01/06/2015;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: Agente de Coleta e Seleção de Lixo				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
LEANDRO MARTINEZ DA SILVA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	21/08/1991	082.115.069-39	44 horas	03/08/2015 a 31/08/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 01 de julho de 2015, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 129 DE 31 DE JULHO DE 2015

PORTARIA N. SAMAE- 129 DE 31 DE JULHO DE 2015

Concede Promoção por Nova Titulação a servidora Lourdes Moser

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012 e com fundamento nos arts. 20 a 25 da Lei Complementar n. 137 de 02 de Julho de 1998,

RESOLVE

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO, a Servidora ocupante de cargo efetivo, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
LOURDES MOSER	39	40	27/07/2015	RH 90/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de julho de 2015; 145o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Timbó Grande

PREFEITURA

EDITAL TP 03/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ GRANDE

ATO AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE Tomada de Preço Nº 003/2015

Objeto: Tomada de Preço – O município de Timbó Grande torna público para conhecimento dos interessados que estará realizando processo licitatório na modalidade Tomada de Preço, com objetivo de contratar empresa para Pavimentação da Rua Osvaldino Nunes Pereira. Acesso pública terá início às 10 horas, do dia 24 de julho de 2015, junto ao Departamento de Compras e Licitações. Maiores informações no setor ou pelo telefone 49-3252-1278, dias úteis das 14:00 às 16:30 horas.

Comunicamos que não houve empresa interessada em participar do certame, ficando deserta.

Almir Fernandes

Prefeito Municipal

Timbó Grande-SC, 10 de agosto de 2015.

TP 04/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ GRANDE

ATO AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE Tomada de Preço Nº 004/2015

Objeto: Tomada de Preço – O município de Timbó Grande torna público para conhecimento dos interessados que estará realizando processo licitatório na modalidade Tomada de Preço, com objetivo de contratar empresa para Pavimentação da Rua Osvaldino Nunes Pereira. Acesso pública terá início às 10 horas, do dia 03 de setembro de 2015, junto ao Departamento de Compras e Licitações. Maiores informações no setor ou pelo telefone 49-3252-1278, dias úteis das 14:00 às 16:30 horas.

Almir Fernandes

Prefeito Municipal

Timbó Grande-SC, 10 de agosto de 2015.

Três Barras

PREFEITURA

CONTRATO Nº 037/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 037/2015

Vigência: 16/07/2015 até 16/01/2015.

Processo Licitatório nº 071/2015

Modalidade "Tomada de Preços": nº 060/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC

Contratado: Ipe Informática Ltda - Me.

CNPJ nº. 04.263.321/0001-30.

Objeto: A contratação de empresa para FORNECIMENTO DE INFRAESTRUTURA DE INTERNET E TELECOMUNICAÇÕES, sendo: Implantação de uma estrutura de telecomunicações aos diversos Departamentos da Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, oferecendo condições de comunicação a todos os Departamentos da Prefeitura, inclusive aos locais não conectados a internet possibilitando uma rede única substitutiva aos atuais serviços contratados nos pontos já conectados a internet, conforme memorial descritivo.

Valor: R\$ 51.400,00 (cinquenta e um mil e quatrocentos reais).

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 10 Agosto de 2015.

Treze Tílias

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 56/2015

EXTRATO DE CONTRATO 56/2015

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias.

CONTRATADO: LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME.

OBJETO: Aquisição de forma parcelada de materiais para pequenas obras, e instalações elétricas, para o Novo Centro de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital

VALOR: O valor total ora contratado é de R\$ 18.703,32 (Dezoito mil, setecentos e três reais e trinta e dois centavos), de acordo com os itens vencedores do Processo de Licitação nº 55/2015, conforme Anexo I.

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as seguintes dotações orçamentárias: 05.01.2005.33.90.00.00.00.00.00.

PROCESSO LICITATÓRIO: 55/2015.

VIGÊNCIA: Dos Prazos e Vigência - O contrato terá início no momento da assinatura e término previsto para 31/12/2015.

DATA ASSINATURA: 07/08/2015

TREZE TÍLIAS, 07 de Agosto de 2015.

PORTARIA 075/2015

PORTARIA Nº 075/15 DE 10 DE AGOSTO DE 2015

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR a Sra. LIANA PELLICOLI, CPF nº 047.570.359-69, residente e domiciliada no município de Treze Tílias, para ocupar o cargo comissionado de GERENTE DE ASSUNTOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E EMPREENDEDORISMO.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 10 DE AGOSTO DE 2015.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 076/2015

PORTARIA Nº 076/15 DE 10 DE AGOSTO DE 2015

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR o Sr. DIEGO MERGENER, CPF nº 068.912.199-73, residente e domiciliado neste município, do cargo em comissão de ASSESSOR DE IMPRENSA E CERIMONIAL, conforme Portaria de nomeação nº 050/13 de 16 de janeiro de 2013.

Artigo 2º - NOMEAR o Sr. DIEGO MERGENER, CPF nº 068.912.199-73, residente e domiciliado neste município ao cargo em comissão de GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR E EXPEDIENTE.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 10 DE AGOSTO DE 2015.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 077/2015

PORTARIA Nº 077/15 DE 10 DE AGOSTO DE 2015

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR o Sr. CLEITHON ROVER, CPF nº 009.916.749-28, residente e domiciliado neste município, ocupante do cargo comissionado de GERENTE DE ESPORTES 01, conforme Portaria de nomeação nº 125/13 de 24 de junho de 2013.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 10 DE AGOSTO DE 2015.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária Mun. de Administração e Finanças

PORTARIA 078/2015

PORTARIA Nº 078/15 DE 10 DE AGOSTO DE 2015

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares ao servidor municipal abaixo mencionado.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Aline Liria Grahl	11/06/2014 a 10/06/2015	12/08/2015 a 31/08/2015	20

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 10 DE AGOSTO DE 2015.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Finanças

ATA RP 03-2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 1/66

Número do Registro de Preços: 3/2015 Data do Registro: 10/08/2015 Válido até: 10/08/2016

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Abaxador de língua de madeira - Pacote c/ 100 unidades (288)	PCT	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	ESTILO	0	2,2400	1
2	Ácido acético 2% - Frasco 100ml (269)	FR	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	CINETICA	0	13,5100	1
3	Ácidos graxos essenciais - solução para pele, composta com ácido caprílico, ácido capríco, ácido linoléico, lecitina de soja, vitamina A e vitamina E; ácidos graxos essenciais - Frasco c/ 150ml (270)	FR	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Moph	0	3,5740	1
4	Água destilada - Galão 5 litros (271)	GL	PLASMEDIC- COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E DENTAL TEC (83)	DENTAL TEC	0	5,8900	1
5	Água destilada 10ml. Solução injetável. Caixa c/ 200 ampolas (818)	CX	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Samtec	0	35,8000	1
6	Água destilada 250 ml. Caixa com 24 frascos (819)	CX	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Basa	0	49,1520	1

Página: 2/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015 Data do Registro: 10/08/2015 Válido até: 10/08/2016

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	Água destilada para injeção, estéril, ampolas de 20 ml. (2053)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Samtec	0	0,2750	1
8	Água oxigenada 10 volumes, Almotolia de 100 ml. (1974)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Vic Pharma	0	1,2780	1
9	Aguilha descartável 20x6,5mm parede fina, bisel trifacetado - Caixa c/ 100 unidades (275)	CX	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	RIOQUIMICA	0	1,6300	2
10	Aguilha descartável 25x7mm parede fina, bisel trifacetado - Caixa c/ 100 unidades (272)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	SR	0	4,7700	1
11	Aguilha descartável 25x8mm parede fina, bisel trifacetado - Caixa c/ 100 unidades (273)	CX	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	LABOR IMPOF	0	5,0200	2
12	Aguilha descartável 30x8mm parede fina, bisel trifacetado - Caixa c/ 100 unidades (274)	CX	PRODUALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	LABOR	0	5,4300	3
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	SR	0	4,7700	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	LABOR IMPOF	0	5,2600	2
			PRODUALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	LABOR	0	5,4300	3
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	SR	0	4,5900	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	LABOR IMPOF	0	4,6100	2
			PRODUALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	LABOR	0	5,4300	3
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	SR	0	4,6000	1

Página: 3/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015 Data do Registro: 10/08/2015 Válido até: 10/08/2016

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Agulha descartável 40x12mm parede fina, bisel trifacetado - Caixa c/ 100 unidades (276)	CX	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	LABOR IMPOF	0	4,6400	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	LABOR	0	5,4300	3
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	SOLIDOR	0	5,4300	1
14	Agulha hipodérmica 13x4,5mm parede fina bisel trifacetado - Caixa c/ 100 unidades (277)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	SR	0	5,7300	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Lamedid-Solid	0	6,1000	3
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	SR	0	4,7700	1
15	Alcool 70% em 1000ml (278)	L	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	LABOR IMPOF	0	4,8300	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	LABOR	0	5,4300	3
			PLASMEDIC- COMERCIO DE MATERIAS PARA USO MEDICO E (83)	CICLO FARMª	0	3,5900	1
16	Alcool 70% em gel com bico dosador, 500 ml (820)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Da Ilha	0	3,6000	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	CICLO FARMª	0	3,6300	3
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	VIC PHARMA	0	3,7000	4
16	Alcool 70% em gel com bico dosador, 500 ml (820)	UN	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	CICLO FARMª	0	3,5200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

Página: 4/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015 Data do Registro: 10/08/2015 Válido até: 10/08/2016

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Da Ilha	0	3,9860	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	DGL	0	5,1300	3
17	Alcool Gel 70 % Anti-Séptico de 800 ml (700Gr) para ser utilizado como refil em saboneteiras de parede. Utiliza álcool neutro, bidestilado, isento de contaminantes. Produto Biodegradável. Gel a base de alcoois que evaporam sem deixar odores residuais, e com largo espectro de ação. (1975)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Vic Pharma	0	9,7460	1
18	Algodão hidrófilo 500gr. O algodão hidrófilo são rdos de manta uniformemente enredados sobre si, formado por fibras 100% algodão, branqueadas, isento de amido, alvejante óptico e ph, substâncias gordurosas, substâncias solúveis em água dentro dos limites estabelecidos na NBR 13300 em mantas uniformes, envolvidos em papel especial e embalado individualmente em saco plástico, o produto está disponível na forma não estéril (282)	RL	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	NATHALYA	0	7,5100	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	RICIE	0	12,1300	2
			DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	NATHALYA	0	8,0000	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	MEDI HOUSE	0	8,8500	3
19	Almofola clara c/ 200ml (280)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	J Prolab	0	1,7870	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	J.PROLAB	0	1,8900	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	J. PROLAB	0	2,2000	3
20	Almofola escura c/ 200ml (279)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	J Prolab	0	1,7870	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	J.PROLAB	0	1,8900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

Página: 5/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015			Data do Registro: 10/08/2015		Válido até: 10/08/2016		
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	J. PROLAB	0	2,2000	3
21	Aparelho de pressão digital de braço, medição muito rápida e confiável da pressão arterial sistólica e diastólica, aprovada pelo INMETRO, totalmente automático, medidor de pressão e pulsação. Inclui um manguito, Peso 483g (sem pilhas); Dimensões 124 (L) x 205 (P) x 81 (A) mm; Monitor de LCD (Liquid Crystal Display); Método de medição: Oscilométrico; Sensor de pressão: Capacitivo; Manguito: normal/médio para circunferência de braço entre 22 - 32 cm. Variação de medição: SIST/DIAST: 30 a 280 mmHg; Pulso: 40 a 200 por minuto; Variação de indicação da pressão do manguito: 0-299 mmHg; Memória: Armazena automaticamente as 30 últimas medições; Resolução de medição: 1 mmHg; Precisão: pressão dentro de mais ou menos 3 mmHg / pulso de mais ou menos da leitura; Fonte de energia: 4 pilhas AA de 1,5 V. (2083)	UN	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	G-TECH	0	154,8800	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Glicomed-Acc	0	164,9480	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	BIOLAND	0	169,0000	3
23	Atadura de crepom 10cm x 4,5m. Densidade 13 fios e comprimento de 4,5 mt esticada. O acabamento na lateral, elástica, sem desfiamento e sem fios soltos, garante estabilidade dimensional e elimina a possibilidade de garroamento provocado pelo desfiamento. Atadura de crepom em conformidade com NBR 14056-ABNT e portaria 106/2003-INMETRO. Cada rolo é envolvido em embalagem individual contendo todas as informações relacionadas ao produto. O produto possui a cor natural do fio de algodão (284)	UN	PLASMEDIC- COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E (83)	MB TEXTIL	0	0,3400	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	PEROLA	0	0,3900	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MB TEXTIL	0	0,3900	3
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	BIOTEXTIL	0	0,4100	4
24	Atadura de crepom 12cm x 4,5m. Densidade 13 fios e comprimento de 4,5mt esticada. O acabamento na lateral, elástica, sem desfiamento e sem fios soltos, garante estabilidade dimensional e elimina a possibilidade de garroamento provocado pelo desfiamento. Atadura de crepom em conformidade com NBR 14056-ABNT e portaria 106/2003-INMETRO. Cada rolo é envolvido em embalagem individual contendo todas as informações relacionadas ao produto. O produto possui a cor natural do fio de algodão (285)	UN	PLASMEDIC- COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E (83)	MB TEXTIL	0	0,4100	1

Página: 6/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 10/08/2015		Válido até: 10/08/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

25	Atadura de crepom 15cm x 4,5m. Densidade 13 fios e comprimento de 4,5mt esticada. O acabamento na lateral, elástica, sem desfiamento e sem fios soltos, garante estabilidade dimensional e elimina a possibilidade de garfamento provocado pelo desfiamento. Atadura de crepom em conformidade com NBR 14066-ABNT e portaria 106/2003-INMETRO. Cada rolo é envolvido em embalagem individual contendo todas as informações relacionadas ao produto. O produto possui a cor natural do fio de algodão (286)	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	PEROLA	0	0,4700	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MB TEXTIL	0	0,4900	3
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	BIOTEXTIL	0	0,4900	4
			PLASMEDIC- COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E (63)	MB TEXTIL	0	0,5100	1
26	Atadura de crepom 20cm x 4,5m. Densidade 13 fios e comprimento de 4,5mt esticada. O acabamento na lateral, elástica, sem desfiamento e sem fios soltos, garante estabilidade dimensional e elimina a possibilidade de garfamento provocado pelo desfiamento. Atadura de crepom em conformidade com NBR 14066-ABNT e portaria 106/2003-INMETRO. Cada rolo é envolvido em embalagem individual contendo todas as informações relacionadas ao produto. O produto possui a cor natural do fio de algodão (638)	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	PEROLA	0	0,5900	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MB TEXTIL	0	0,6100	3
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	BIOTEXTIL	0	0,6100	4
			PLASMEDIC- COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E (63)	MB TEXTIL	0	0,6800	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	PEROLA	0	0,7900	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MB TEXTIL	0	0,8000	3

Página: 7/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 10/08/2015		Válido até: 10/08/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

27	Atadura de crepom 6cm x 4,5m. Densidade 13 fios e comprimento de 4,5mt esticada. O acabamento na lateral, elástica, sem desfiamento e sem fios soltos, garante estabilidade dimensional e elimina a possibilidade de garfamento provocado pelo desfiamento. Atadura de crepom em conformidade com NBR 14056-ABNT e portaria 106/2003-INMETRO. Cada rolo é envolvido em embalagem individual contendo todas as informações relacionadas ao produto. O produto possui a cor natural do fio de algodão (283)	UN	PLASMEDIC- COMERCIO DE MATERIAS PARA USO MEDICO E (83)	MB TEXTIL	0	0,1900	1
28	Atadura de Rayon não estéril - 7,5 cm x 5 metros - confeccionada em fibras sintéticas 100% rayon. Livre de impurezas, rasgos, fios soltos e manchas atóxicas e apirôgenico. Indicado para curativos ou onde necessite de alta absorção e baixa aderência tecidual. Rolo da atadura com 5 metros em embalagem não estéril. Embalado individualmente (1015)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MB TEXTIL	0	0,2000	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	PEROLA	0	0,2400	3
			DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	BIOTEXTIL	0	0,2600	4
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	POLARFIX	0	3,1000	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	POLAR FIX	0	3,4000	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Polar Fix	0	3,6430	3
29	Avental descartável, sem manga, com amarrinho na cintura e no pescoço, medindo 1,40 cm de comprimento, confeccionado em falsotecido, na cor branca, 50 gramas. Pacote com 10 unidades. (1976)	UN	PLASMEDIC- COMERCIO DE MATERIAS PARA USO MEDICO E (83)	CLEAN	0	12,0000	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	SKY	0	12,0400	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Sky	0	13,7500	3
30	Bacia em aço inox. Tamanho 32cm de diâmetro (821)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	PLAZA	0	49,2000	1

Página: 8/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015			Data do Registro: 10/08/2015		Válido até: 10/08/2016		
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
31	Balança digital adulto, com capacidade: 200 kg, divisões de 100g, plataforma de 300 x 390 mm, coluna de 1,20m e rodas, função tara, display 6 dígitos, pesagem mínima de 1 kg, fonte full range 90 a 240 Vac., saída para impressora, proteção da célula de carga contra impactos laterais (1016)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Fam/Luminor	0	64,6050	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Welmy	0	948,4540	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	WELMY	0	1,122,2000	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	WELMY	0	1,158,3000	3
32	Balança digital pediátrica, com capacidade para 15 kg, divisões de 10 g, pés reguláveis em borracha sintética, concha anatômica em polipropileno com medida de 540 x 290 mm, chave seletora de tensão 110 / 220 V, display com 5 dígitos e função de tática da tática no painel frontal (1017)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Ramuza	0	549,8280	1
			PLASMEDIC- COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E (83)	RAMUZA	0	681,0000	2
33	Balança digital, vidro temperado 200kg. Design moderno, plataforma de vidro temperado, max-capacidade: até 200kg, divisão de 50g, amplo display LCD de fácil visualização, acionamento por toque, desligamento automático, indicador de baterias fracas. 01 ano de garantia. (823)	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	WELMY	0	689,8500	3
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	G Tech	0	68,7290	1
34	Bandeja retangular inox 30 x 20 x 4 sem tampa. Produto confeccionado em aço inoxidável AISI-420. Garantia de 10 anos contra defeitos de fabricação. Fabricado de acordo com padrões internacionais de qualidade, normas da ABNT, CE (824)	UN	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	G-TECH	0	97,5000	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Fam/Luminor	0	48,1100	1

Página: 9/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015 Data do Registro: 10/08/2015 Válido até: 10/08/2016						
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	FAVA	0	52,9100
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	FAMI	0	63,3200
35	Bisturi Cirúrgico Descartável nº 11, Fabricado em lâmina de aço inox e cabo em poliestileno de alto impacto. Estéril, Atóxico e Apirrogênico. Uso único. Embalados individualmente em papel grau cirúrgico. (2054)	UN	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	SOLIDOR	0	0,1800
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Maxitor	0	0,1920
36	Bisturi Cirúrgico Descartável nº 15, Fabricado em lâmina de aço inox e cabo em poliestileno de alto impacto. Estéril, Atóxico e Apirrogênico. Uso único. Embalados individualmente em papel grau cirúrgico. (2055)	UN	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	SOLIDOR	0	0,1800
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Maxitor	0	0,1920
37	Bisturi Cirúrgico Descartável nº 24, Fabricado em lâmina de aço inox e cabo em poliestileno de alto impacto. Estéril, Atóxico e Apirrogênico. Uso único. Embalados individualmente em papel grau cirúrgico. (2056)	UN	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	SOLIDOR	0	0,1800
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Maxitor	0	0,1920
38	Bobina de papel para eletrocardiograma tamanho 216 mm x 30 mm (Tamanho folha A4) (1977)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Teconprint	0	8,9350
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	FOURSTAR	0	15,0000
40	Bulbo de sucção de borracha 8 cm de comprimento 5 cm de diâmetro. (2057)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	GST	0	8,3000

Página: 10/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 10/08/2015		Válido até: 10/08/2016		Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
41	Caixa coletora para lixo contaminado 13,0 litros de material perfuro-cortante com capacidade para 10 litros útil, confeccionado em papelão ondulado resistente a perfuração, com saco plástico e revestimento interno para descarte de objetos, manuseio, com instruções de uso e montagem impressas externamente. Fabricado de acordo com normas IPT NEA 55 e as normas ABNT NBR 7500. (949)	CX	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Embalare	0	28,4000	1
42	Caixa coletora para lixo contaminado 7,0 litros de material perfuro-cortante com capacidade para 5 litros útil, confeccionado em papelão ondulado resistente a perfuração, com saco plástico e revestimento interno para descarte de objetos, manuseio, com instruções de uso e montagem impressas externamente. Fabricado de acordo com normas IPT NEA 55 e as normas ABNT NBR 7500. (949)	CX	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	DESCARBOX	0	23,0000	1
43	Cânula Orofaringea de Guedel nº 0 - 60mm, em material Polietileno. (1979)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Embalare	0	23,4000	2
44	Cânula Orofaringea de Guedel nº 00 - 50mm, em material Polietileno. (1980)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	ADVANTIVE	0	2,4900	1
45	Cânula Orofaringea de Guedel nº 01 - 70mm, em material Polietileno. (1981)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	MD	0	2,6800	2
46	Cânula Orofaringea de Guedel nº 02 - 80mm, em material Polietileno. (1982)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	ADVANTIVE	0	2,4900	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	MD	0	2,6800	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	ADVANTIVE	0	2,4900	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	MD	0	2,6800	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	ADVANTIVE	0	2,4900	1

Página: 11/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015			Data do Registro: 10/08/2015		Válido até: 10/08/2016		
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	MD	0	2,6800	2
47	Cânula Orofaringea de Guedel nº 03 - 90mm, em material Polietileno. (1983)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	ADVANTIVE	0	2,4900	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	MD	0	2,6800	2
48	Cânula Orofaringea de Guedel nº 04 - 110mm, em material Polietileno. (1984)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	ADVANTIVE	0	2,4900	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	MD	0	2,6800	2
49	Cânula Orofaringea de Guedel nº 05 - 110mm, em material Polietileno. (1985)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	ADVANTIVE	0	2,4900	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	MD	0	2,6800	2
50	Cânula Traqueostomia nº 8, em material PVC, com Balão. Termossensível, siliconada, com 2 cânulas internas sendo uma delas de reserva (sobressalente); tampa de proteção anti-icose; válvula de fixação; conector para oxigênio; placa (asa) de fixação flexível e fita de fixação ajustável com velcro nas extremidades. Produto esteril. (2084)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	CPL	0	16,3000	1
51	Cateter intravenoso Periférico integral com dispositivo de segurança, 16 GA. Indicado na terapia intravenosa periférica, para infusões de média duração. Possuindo dispositivo de proteção da agulha auto-ocionável, agulha siliconada com bisel be-angulado e trifacetado, protetor do conjunto agulha/cateter, conector Luer-Lock, translúcido, codificado por cores e com ranhuras para fixação. Caixa com 100 unidades. (1986)	CX	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	LABOR IMPOF	0	119,9000	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	TKI	0	120,0000	2
52	Cateter intravenoso Periférico integral com dispositivo de segurança, 18 GA. Indicado na terapia intravenosa periférica, para infusões de média duração. Possuindo dispositivo de proteção da agulha auto-ocionável, agulha siliconada com bisel be-angulado e trifacetado, protetor do conjunto agulha/cateter, conector Luer-Lock, translúcido, codificado por cores e com ranhuras para fixação. Caixa com 100 unidades. (1987)	CX	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	TKI	0	119,9000	1

Página: 12/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015			Data do Registro: 10/08/2015		Válido até: 10/08/2016		
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	LABOR IMPOF	0	120,0000	2
53	Cateter intravenoso Periférico integral com dispositivo de segurança, 20 GA. Indicado na terapia intravenosa periférica, para infusões de média duração. Possuindo dispositivo de proteção da agulha auto-acionável, agulha siliconizada com bisel bi-angulado e trifacetado, protetor do conjunto agulha/cateter, conector Luer-Lock, translúcido, codificado por cores e com ranhuras para fixação. Caixa com 100 unidades. (1988)	CX	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	TKI	0	119,9000	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	LABOR IMPOF	0	120,0000	2
54	Cateter intravenoso Periférico integral com dispositivo de segurança, 22 GA. Indicado na terapia intravenosa periférica, para infusões de média duração. Possuindo dispositivo de proteção da agulha auto-acionável, agulha siliconizada com bisel bi-angulado e trifacetado, protetor do conjunto agulha/cateter, conector Luer-Lock, translúcido, codificado por cores e com ranhuras para fixação. Caixa com 100 unidades. (1989)	CX	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	LABOR IMPOF	0	119,9000	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	TKI	0	120,0000	2
55	Cateter intravenoso Periférico integral com dispositivo de segurança, 24 GA. Indicado na terapia intravenosa periférica, para infusões de média duração. Possuindo dispositivo de proteção da agulha auto-acionável, agulha siliconizada com bisel bi-angulado e trifacetado, protetor do conjunto agulha/cateter, conector Luer-Lock, translúcido, codificado por cores e com ranhuras para fixação. Caixa com 100 unidades. (1990)	CX	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	TKI	0	119,9000	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	LABOR IMPOF	0	120,0000	2
56	Cateter intravenoso Periférico integral com dispositivo de segurança, 14 GA. Indicado na terapia intravenosa periférica, para infusões de média duração. Possuindo dispositivo de proteção da agulha auto-acionável, agulha siliconizada com bisel bi-angulado e trifacetado, protetor do conjunto agulha/cateter, conector Luer-Lock, translúcido, codificado por cores e com ranhuras para fixação. Caixa com 100 unidades. (1978)	CX	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	LABOR IMPOF	0	119,9000	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	TKI	0	120,0000	2

Página: 13/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015 Data do Registro: 10/08/2015 Válido até: 10/08/2016

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
57	Cateter tipo óculos para oxigênio, descartável, esterilizado por de etileno apirogênico. Produto de uso único (293)	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	MEDSONDA	0	0,6700	1
2			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MEDSONDA	0	0,7000	2
3			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Biosani	0	0,7970	3
60	Clorexidina 0,5 % Solução Alcoólica, composta por Digliconato de Clorexidina 0,5 %. Indicada como antisséptico tópico para desinfecção e lavagens das mãos. Almotola de 100 ml. (1994)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Vic Pharma	0	1,4570	1
2			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	CINORD	0	1,5700	2
3			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	VIC PHARMA	0	1,6800	3
61	Clorexidina 1% Solução Aquosa Tópica, composta por Digliconato de Clorexidina 1%. Indicada como antisséptico tópico. Almotola de 100 ml. (2060)	UN	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	VIC PHARMA	0	1,6000	1
2			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Vic Pharma	0	1,8560	2
62	Coletor de urina sistema fechado, esterilizado a óxido de etileno, descartável, capacidade 2000ml, confeccionado em material apropriado, com escala para medir o fluxo urinário, pinça corta fluxo, fundo achatado para completo esvaziamento do coletor, embalado individualmente em papel grau cirúrgico, constando externamente os dados de identificação (833)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	STARMED	0	2,2000	1
2			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	LABOR	0	2,2500	2
3			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	LABOR IMPOF	0	2,3700	3
4			PLASMEDIC- COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E (83)	STARMED	0	2,3800	4

Página: 14/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015			Data do Registro: 10/08/2015		Válido até: 10/08/2016		
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
63	Comadre tipo pá, em aço inox, superfície lisa para o conforto e fácil limpeza, embalada individualmente. Capacidade 2,5 litros (834)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Pharmatex	0	2,4740	5
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Famit/Luminox	0	102,0000	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	FAMI	0	104,0000	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	FAVA	0	128,2500	3
64	Compressa Cirúrgica. Tecida em quatro camadas de gaze sobrepostas, confeccionada com fios 100% algodão. O tecido é feito com amarrações (entrelaçamento das quatro camadas de tecido), para evitar o deslocamento entre as mesmas. As laterais do produto são costuradas com pontos over-lock para evitar desfilamentos. A compressa cirúrgica tem em sua extremidade um cadarço duplo, que deve ser deixado do lado externo da cavidade cirúrgica como precaução, facilitando também seu manuseio e oferecendo melhores condições de visibilidade no local da cirurgia. São branqueadas, purificadas e isentas de impurezas, amido, possui pH dentro dos limites especificados pela NBr 13853. Sem fio radiopaco. Tamanho: 25cm x 25cm. Pacote com 50 unidades (1021)	PCT	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	MB	0	26,8500	1
65	Compressa de gaze com 4 dobras, 8 camadas, 13 fios, 7,5 x 7,5 aberta 15 x 30, cor branca, bordas devidamente voltadas para dentro que evitam soltura de fios, isenta de quaisquer defeitos prejudiciais a sua perfeita utilização, embalada individualmente em pacote plástico com 500 unidades (835)	PCT	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	AMÉRICA	0	29,3200	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	AMERICA	0	32,5400	3
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Bio Textil	0	17,8560	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	MEDI HOUSE	0	19,8000	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	AMERICA	0	22,9500	3

Página: 15/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015			Data do Registro: 10/08/2015		Válido até: 10/08/2016		
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
66	Compressa de gaze confeccionada em rayon, não esteril, embetida com aproximadamente 3m de óleo, composto de ácidos, graxos de cadeia média, óleo de melaleuca e copaiba e lecitina de soja medindo 7,5 x 7,5cm, embaladas individualmente em material que garanta a integridade do produto. Caixa com 24 unidades (1022)	CX	FUFA-SC COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA (18)	Pielbana Sach	0	50,0000	1
67	Cuba redonda inox 09cm 250ml. Produto confeccionado em aço inoxidável AISI-420. Garantia de 10 anos contra defeitos de fabricação. Fabricado de acordo com padrões internacionais de qualidade, Normas da ABNT, CE (836)	UN	STARWED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	LUMINOX	0	9,1000	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	FamLuminox	0	9,6220	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	FAVA	0	11,9600	3
68	Cuba rim inox 26 x 12cm 700ml (837)	UN	STARWED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	LUMINOX	0	27,0000	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	FamLuminox	0	27,5000	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	FAVA	0	36,6600	3
69	Curativo adesivo hipodérmico, uso pós punção venosa ou injeção. Fita adesiva microporosa e não tecido absorvente. Caixa com 500 unidades. (1995)	CX	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	CIEX	0	10,0800	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Oral	0	10,7220	2
			STARWED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	CIEX	0	12,4800	3

Página: 16/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015			Data do Registro: 10/08/2015		Válido até: 10/08/2016		
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
70	Curativo de hidrocolóide e alginato de cálcio e sódio, constituído de água purificada, propilenoglicol, carboximetilcelulose sódica, carbômero 940, trietanolamina, alginato de cálcio e sódio, sobato de potássio, ácido bórico e hidrântina - conservantes estes de grande importância para manutenção da estabilidade do produto por até 28 dias após o produto aberto. Num ambiente aquoso, hidratante e absorvente, transparente na forma de gel, que apresenta a capacidade de hidratar feridas secas e absorver o exsudato, interagindo com diversos níveis de umidade da ferida para cavidades profundas, úlceras de perna-venosa e arterial, pé diabético, cortes, abrasões e lacerações, queimaduras de 1º e 2º graus, úlcera de pressão por ação hemostática, debridente, com pH neutro, embalagem individual com tampa flip-top de fácil abertura que mantém a estabilidade do produto. Tubo com 85 gr (1023)	TB	FUFA-SC COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA (18)	Saf Gel 85gr	0	53,8000	1
73	Curativo especial hidrocolóide extra-fino, translúcido, flexível e moldável. Produto estéril composto por uma camada interna com 3 hidrocolóides (gelatina, pectina e carboximetilcelulose sódica), polibutileno e polímeros elastoméricos adicionados à formula para controle da formação de gel com camada externa de poliuretano que oferece uma barreira bacteriana e viral. Caixa com 10 unidades tamanho 15 x 18cm (301)	CX	FUFA-SC COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA (18)	Duoderm Extra	0	324,0000	1
74	Curativo redondo estéril bege. Caixa com 500 unidades, macios, suaves, flexíveis e acompanham os movimentos nas articulações, deixam a pele respirar; material hipoalergênico, resistentes à água, não deixam resíduos (838)	CX	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	LABOR IMPOF	0	10,2000	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	CIEX	0	10,2900	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Oral	0	10,4000	3
75	Detector Fetal Portátil Digital. Classe de enquadramento (ANVISA) - Classe II - Médio Risco, Faixa de medida do BCF - 50 - 210 batimentos por minuto, Tensão (Volts) - 9VDC, Tipo de corrente - CC (Contínua). Proteção contra penetração noiva de água - Equipamento comum - IPX1, Tipo de alimentação - Bateria 9V, Gabinete - ABS, Potência Máxima de consumo (mW) - 405, Frequência ultra-som - 2,25 MHz ± 10%, Peso líquido (g) - 190, Peso Bruto (embalagem) (g) - 460, Dimensões do equipamento (mm) - 73 x 173 x 36, Controles - Liga/desliga, Volume, Indicadores - Liga/desliga, Bradicardia, Taquicardia, bcf (digitais) (1025)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	MD	0	549,0000	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	MD	0	550,0000	2
			PLASMEDIC- COMERCIO DE MATERIAS PARA USO MEDICO E (83)	MD	0	695,5000	3

Página: 17/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015 Data do Registro: 10/08/2015 Válido até: 10/08/2016

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
77	Dispenser de Parede. Líquido: Álcool Gel. Cor Branca. (2063)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Premisse	0	16,2200	1
79	Dispositivo para irrigação para uso em frascos de solução em sistema fechado. Ponta perfurante padrão ISO com protetor. Cone luer protetor que garante a vedação do sistema após o uso. Embalagem individual, produto de uso único. Registro ANVISA (1026)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Biosani	0	0,8250	1
80	Dreno de Penrose. Fabricado em látex natural, estéril, cor âmbar, comprimento 35 cm e tamanho 2, sem gaze. Esterilizado a gás óxido de etileno e embalado individualmente em papel grau cirúrgico. Pacote com 12 unidades. (841)	PCT	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MADEITEX	0	13,8900	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MEDSONDA	0	0,9900	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Wallex	0	16,5000	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	MADEITEX	0	18,4100	3
82	Dreno de Tórax. Tamanho: 32 FR com Filamento Radiopaco. Em PVC, cristal atóxico. Embalado em papel grau cirúrgico. Esterilizado a gás óxido de etileno. (2072)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	CPL	0	5,8500	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Cirurgica Brasi	0	7,0600	2
83	Dreno de Tórax. Tamanho: 34 FR com Filamento Radiopaco. Em PVC, cristal atóxico. Embalado em papel grau cirúrgico. Esterilizado a gás óxido de etileno. (2070)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	CPL	0	5,8500	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Cirurgica Brasi	0	7,0600	2
87	Eletrodo descartável para eletrocardiograma composto de dorso de espuma com adesivo hipoalérgico para aplicações de curta duração, gel sólido de cloreto de potássio, capa plástica para manter a umidade do gel, pino de encaixe em aço inox. Pacote com 50 unidades. Dimensões do eletrodo 42 x 37 x 2mm (639)	PCT	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	VITAL COR	0	12,1000	1

Página: 18/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015 Data do Registro: 10/08/2015 Válido até: 10/08/2016

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Lamedid-Solid	0	13,1090	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	SKINTACT	0	14,7100	3
88	Embalagem em 100% polipropileno, compostas por 3 Spunbonded Meliblow Spunbonded (SMS) com barreira microbiana, resistência mecânica, barreira a líquidos, esterilizável em autoclave a vapor e peróxido de hidrogênio, gramatura 40 g/m2, dimensões 30 x 30 cm, cor azul. Caixa com 500 unidades (1027)	CX	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	POLAR FIX	0	55,0000	1
89	Embalagem em 100% polipropileno, compostas por 3 Spunbonded Meliblow Spunbonded (SMS) com barreira microbiana, resistência mecânica, barreira a líquidos, esterilizável em autoclave a vapor e peróxido de hidrogênio, gramatura 60 g/m2, dimensões 40 x 40 cm, cor azul. Caixa com 500 unidades (1028)	CX	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	POLAR FIX	0	95,0000	1
90	Embalagem em 100% polipropileno, compostas por 3 Spunbonded Meliblow Spunbonded (SMS) com barreira microbiana, resistência mecânica, barreira a líquidos, esterilizável em autoclave a vapor e peróxido de hidrogênio, gramatura 60 g/m2, dimensões 60 x 60 cm, cor azul. Caixa com 250 unidades (1029)	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	POLAR FIX	0	110,0000	1
91	Equipo de alimentação enteral pronto uso, estável e descartável. Em tubo de PVC flexível. Em uma extremidade apresenta a câmara de gotejamento com a ponta perfurante que se adapta tanto a bolsa quanto ao frasco, no meio do tubo localiza-se o regulador de fluxo, o qual controla o gotejamento e o fluxo da solução (1997)	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	MEDSONDA	0	0,9700	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	MED SONDA	0	0,9800	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Biosani	0	1,1270	3
92	Equipo macroptos, estável, com câmara gotejadora, tubo em PVC, atóxica, adaptador par agulha ou cateter, tampa e pinça rolê-respiro de ar, embalado individualmente em papel grau cirúrgico, obedecendo as normas e Portaria do Ministério da Saúde (643)	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	LABOR IMPOF	0	0,9200	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	LABOR IMPOF	0	0,9600	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 19/66

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 10/08/2015		Válido até: 10/08/2016		Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	TKI	0	0,9700	3
			PLASMEDIC- COMERCIO DE MATERIAS PARA USO MEDICO E (83)	DESCARPAC	0	0,9800	4
93	Equipo microgotas, estéril, com câmara goteadora, tubo em PVC, atóxica, adaptador para agulha ou cateter, tampa e pinça rolete-respiro de ar, embalado individualmente em papel grau cirúrgico, obedecendo as normas e Portaria do Ministério da Saúde (844)	UN	DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	LABOR IMPOF	0	1,0500	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Labortimport	0	1,1410	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MEDSONDA	0	1,3900	3
95	Equipo polifix 02 vias com clamp. Caixa com 50 unidades (847)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	VITAL GOLD	0	27,0000	1
			PLASMEDIC- COMERCIO DE MATERIAS PARA USO MEDICO E (83)	VITAL GOLD	0	27,5000	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	LABOR	0	32,5000	3
97	Escova ginecológica descartável - Pacote com 100 unidades, não estéril, cabo cilíndrico medindo 18cm de comprimento facetado, medida da escova 2cm de comprimento, com cerdas em formato levemente côncavo, com a base mais larga que o ápice, dispostas em 15 níveis paralelos da base ao ápice. (309)	PCT	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	LABOR	0	14,8000	1
			PLASMEDIC- COMERCIO DE MATERIAS PARA USO MEDICO E (83)	KOLPLAST	0	14,8500	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Kopiplast	0	17,2000	3

Página: 20/66

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:****Número do Registro de Preços: 3/2015 Data do Registro: 10/08/2015 Válido até: 10/08/2016****Objeto da Compra:** A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
98	Estimomaniômetro analógico, adulto, aprovado pelo Inmetro, manômetro de alta precisão, maniquito e péra de látex, braçadeira em nylon e com grampos para fechamento; acompanhado de estetoscópio (311)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Lamedid-Solid	0	49,8000	1
99	Esparadrapo impermeável 10cm x 4,5mm, recebe um tratamento especial para proporcionar facilidade de rasgo sem desfiamento, resina acrílica impermeabilizante, massa adesiva a base de borracha natural, óxido de zinco e resinas, de alta adesividade. Apresentar bordas senilhadas que favorecem o corte orientado em ambos os sentidos, sem a necessidade de instrumentos de corte, tornando o produto mais econômico. Feito a partir de tecido 100% algodão. Enrolado em carretéis plásticos, com abas, protegidos também por capas que mantêm a integridade do produto. Na cor branca. Produto não estéril (314)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	PREMIUM	0	50,0000	2
			PLASMEDIC- COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E (83)	SOLIDOR	0	58,5000	3
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Missner	0	4,3500	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	MISSNER	0	4,4000	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	ADPELE / MIS	0	4,5000	3
100	Espátula de Ayre, de madeira - Pacote c/ 100 unidades (315)	PCT	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	THEOTO	0	4,6000	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Theoto	0	4,8110	2
			DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	THEOTO	0	5,1300	3
101	Espéculo M estéril não lubrificado: embalado em envelope de polietileno; característica: comprimento total do cabo à valva: 155mm; eixo longitudinal de valva: 95mm; largura proximal da valva: 25 mm; largura distal da valva: 28mm (318)	UN	PLASMEDIC- COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E (83)	KOLPLAST	0	0,8000	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Oral	0	0,8100	2

Página: 21/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015 Data do Registro: 10/08/2015 Válido até: 10/08/2016

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	ADUN	0	1,0300	3
102	Espécúlo P estéril não lubrificado: embalado em envelope de polietileno; características: comprimento total do cabo à valva: 145mm; eixo longitudinal de valva: 80mm; largura proximal da valva: 22mm; largura distal da valva: 22mm (319)	UN	PLASMEDIC- COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E (83)	KOLPLAST	0	0,8100	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	ADUN	0	0,8600	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Oral	0	0,8800	3
103	Estetoscópio indicado para a ausculta cardíco-respiratória não invasiva do organismo, completo, com tubo duplo para ausculta mais precisa e incluindo olivas e diafragmas para conversão em diferentes formas de uso. Características: Adulto e pediátrico, tubo duplo para ausculta mais precisa. Deve conter na embalagem: Par de Olivas rosqueável dura, Par de Olivas rosqueável macia, Par de Olivas rosqueável silicone, 2 pares de membranas de plástico rígido, Anel rosqueado de cobre cromado (Infantil, Adulto), Base rosqueada de cobre cromado que possibilita troca do sino ou diafragma (Infantil, Adulto), Câmara de som em liga de alumínio (oxidado ou anodizado), Tubo duplo de PVC ligado através de anéis metálicos, Fone binauricular de cobre cromado, Diafragma aberto (sino prolongador) tamanho pequeno, Diafragma aberto (sino prolongador) tamanho médio, Diafragma aberto (sino prolongador) tamanho grande e auscultador. Garantia 1 ano (1033)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	ADVANTIVE	0	39,4800	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	PREMIUM	0	63,8400	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Glicomed-Aox	0	74,1920	3
104	Estetoscópio indicado para a ausculta cardíco-respiratória não invasiva do organismo, completo, com tubo duplo para ausculta mais precisa e incluindo olivas e diafragmas para conversão em diferentes formas de uso. Características: Pediátrico e Neonatal. Deve conter na embalagem: Par de Olivas rosqueável dura, Par de Olivas rosqueável macia, Par de Olivas rosqueável silicone, 2 pares de membranas de plástico rígido, Anel rosqueado de cobre cromado (Pediátrico e Neonatal), Base rosqueada de cobre cromado que possibilita troca do sino ou diafragma (Pediátrico e Neonatal), Câmara de som em liga de alumínio (oxidado ou anodizado), Tubo duplo de PVC ligado através de anéis metálicos, Fone binauricular de cobre cromado, Diafragma aberto (sino prolongador) tamanho pequeno, Diafragma aberto (sino prolongador) tamanho médio, Diafragma aberto (sino prolongador) tamanho grande e Auscultador. Garantia 1 ano (1034)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	ADVANTIVE	0	39,4800	1

Página: 22/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015 Data do Registro: 10/08/2015 Válido até: 10/08/2016

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	PREMIUM	0	63.8400	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Glicomed-Acc	0	158.2770	3
105	Fio de sutura Catgut cromado com agulha 3,5 cm, cortante. Caixa com 24 envelopes 2-0 agulhado (848)	CX	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	TECHNOFIO	0	71.8200	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Shalon	0	82.4640	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	SHALON	0	92.8000	3
106	Fio de sutura Catgut cromado com agulha 3,5 cm, cortante. Caixa com 24 envelopes 3-0 agulhado. (849)	CX	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	TECHNOFIO	0	71.8200	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Shalon	0	82.4640	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	SHALON	0	92.8000	3
107	Fio de sutura Catgut cromado com agulha 3,5 cm, cortante. Caixa com 24 envelopes 4-0 agulhado. (850)	CX	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	TECHNOFIO	0	71.8200	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Shalon	0	82.4640	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	SHALON	0	92.8000	3
108	Fio de sutura Catgut simples com agulha 3,5 cm, cortante. Caixa com 24 envelopes 2-0 agulhado (1047)	CX	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	TECHNOFIO	0	71.8200	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Shalon	0	82.4640	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS**

Página: 23/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 10/08/2015		Válido até: 10/08/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
109	Fio de sutura Catgut simples com agulha 3,5 cm, cortante. Caixa com 24 envelopes 3-0 agulhado (1049)	CX	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	SHALON	0	92,8000	3
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	TECHNOFIO	0	71,8200	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Shalon	0	82,4640	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	SHALON	0	92,8000	3
110	Fio de sutura Catgut simples com agulha 3,5 cm, cortante. Caixa com 24 envelopes 4-0 agulhado. (1049)	CX	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	TECHNOFIO	0	71,8200	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Shalon	0	82,4640	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	SHALON	0	92,8000	3
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	PROCARE	0	23,8100	1
111	Fio de sutura mononylon Preto com agulha 1,5cm tipo triangular cortante. Caixa com 24 envelopes 2-0 fio de sutura agulhado tem como finalidade a sutura agulhada de tecidos orgânicos, auxiliando em procedimentos cirúrgicos (851)	CX	PLASMEDIC- COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E (83)	PROCARE	0	29,1200	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Techniofio	0	30,9360	3
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	PROCARE	0	23,8100	1
			PLASMEDIC- COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E (83)	PROCARE	0	29,1200	2
112	Fio de sutura mononylon Preto com agulha 1,5cm tipo triangular cortante. Caixa com 24 envelopes 3-0 fio de sutura agulhado tem como finalidade a sutura agulhada de tecidos orgânicos, auxiliando em procedimentos cirúrgicos (852)	CX	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	PROCARE	0	23,8100	1
			PLASMEDIC- COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E (83)	PROCARE	0	29,1200	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	PROCARE	0	23,8100	1
			PLASMEDIC- COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E (83)	PROCARE	0	29,1200	2

Página: 24/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 10/08/2015		Válido até: 10/08/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Technofo	0	30.9360	3
113	Fio de sutura mononylon Preto com agulha 1,5cm tipo triangular cortante. Caixa com 24 envelopes 4-0 fio de sutura agulhado tem como finalidade a sutura agulhada de tecidos orgânicos, auxiliando em procedimentos cirurgicos (853)	CX	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	PROCARE	0	23.8100	1
			PLASMEDIC- COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E (83)	PROCARE	0	29.1200	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Technofo	0	30.9360	3
114	Fio de sutura mononylon Preto com agulha 2,0cm tipo triangular cortante. Caixa com 24 envelopes 5-0 fio de sutura agulhado tem como finalidade a sutura agulhada de tecidos orgânicos, auxiliando em procedimentos cirurgicos (857)	CX	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	PROCARE	0	23.8100	1
			PLASMEDIC- COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E (83)	PROCARE	0	29.1200	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Technofo	0	30.9360	3
115	Fio de sutura mononylon Preto com agulha 2,0cm tipo triangular cortante. Caixa com 24 envelopes 6-0 fio de sutura agulhado tem como finalidade a sutura agulhada de tecidos orgânicos, auxiliando em procedimentos cirurgicos (858)	CX	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	PROCARE	0	23.8100	1
			PLASMEDIC- COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E (83)	PROCARE	0	29.1200	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Technofo	0	30.9360	3
116	Fio de sutura mononylon Preto com agulha 3,5cm tipo triangular cortante. Caixa com 24 envelopes 2-0 fio de sutura agulhado tem como finalidade a sutura agulhada de tecidos orgânicos, auxiliando em procedimentos cirurgicos (854)	CX	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	PROCARE	0	23.8100	1

Página: 25/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 10/08/2015		Válido até: 10/08/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

117	Fio de sutura mononylon Preto com agulha 3,5cm tipo triangular cortante. Caixa com 24 envelopes 3-0 fio de sutura agulhado tem como finalidade a sutura agulhada de tecidos orgânicos, auxiliando em procedimentos cirurgicos (855)	CX	PLASMEDIC- COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E (83)	PROCARE	0	29,1200	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	SHALON	0	35,6700	3
118	Fio de sutura mononylon Preto com agulha 3,5cm tipo triangular cortante. Caixa com 24 envelopes 4-0 fio de sutura agulhado tem como finalidade a sutura agulhada de tecidos orgânicos, auxiliando em procedimentos cirurgicos (856)	CX	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	PROCARE	0	23,8100	1
			PLASMEDIC- COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E (83)	PROCARE	0	29,1200	2
119	Fio de sutura sintético Mononylon 5-0, Agulha 1,7 cm, de nylon monofilamentar, esteril, não absorvível, de encapsulamento gradual por tecido conectivo fibroso. (1998)	CX	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	SHALON	0	35,6700	3
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Technofio	0	30,9360	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	SHALON	0	37,7000	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	ETHICON	0	135,6600	3

Página: 26/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 10/08/2015		Válido até: 10/08/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
120	Fita adesiva, em papel crepado, para autoclave, medindo 19mm de largura x 50 metros de comprimento,devendo a superfície ser impregnada de substancia adesiva uniformemente enrolada em dorso de papelão, apropriada para uso hospitalar, indicada para o fechamento de pacotes, vedação de portas, janelas e frascos, além de aplicações em geral em superfícies lisas de papel, borracha,vidro, metal,tecidos,paredes,etc, acatila escrita a tinta ou a lápis de fácil remoção,embaladas individualmente em saco plástico contendo os dados de identificação (1999)	RL	PLASMEDIC- COMERCIO DE MATERIAS PARA USO MEDICO E (83)	MISSNER	0	1,9000	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Poli Tape	0	2,1990	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	CIEX	0	2,9000	3
121	Fita cirúrgica microporosa 1,2 cm x 10 m, possui substrato feito de não tecido a base de rayon com microporos, coberto por adesivo acrílico hipocelogenico. A alta tecnologia do não tecido aliado ao adesivo acrílico permite uma excelente fixação, flexibilidade, uma respiração normal da pele o que ajuda a manter a sua integridade, proporcionando conforto, uma perfeita conformidade com a pele mesmo em partes mais sensíveis e delicadas como ao redor de feridas, regiões da face. Enrolado em carretéis plásticos com abas, protegidos também por capas transparentes que mantêm a integridade do produto (2000)	RL	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	VITAL PORE	0	0,8900	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Oral	0	0,9620	2
			PLASMEDIC- COMERCIO DE MATERIAS PARA USO MEDICO E (83)	MISSNER	0	1,0500	3
122	Fita cirúrgica microporosa 2,5 cm x 10 m, possui substrato feito de não tecido a base de rayon com microporos, coberto por adesivo acrílico hipocelogenico. A alta tecnologia do não tecido aliado ao adesivo acrílico permite uma excelente fixação, flexibilidade, uma respiração normal da pele o que ajuda a manter a sua integridade, proporcionando conforto, uma perfeita conformidade com a pele mesmo em partes mais sensíveis e delicadas como ao redor de feridas, regiões da face. Enrolado em carretéis plásticos com abas, protegidos também por capas transparentes que mantêm a integridade do produto (2001)	RL	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	VITAL PORE	0	1,4500	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	MISSNER	0	1,4600	2
			PLASMEDIC- COMERCIO DE MATERIAS PARA USO MEDICO E (83)	MISSNER	0	1,5000	3

Página: 27/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 10/08/2015		Válido até: 10/08/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Oral	0	1,5810	4
123	Fita cirúrgica microporosa 5,0 cm x 10 m, possui substrato feito de não tecido a base de rayon com microporos, coberto por adesivo acrílico hiperalergênico. A alta tecnologia do não tecido aliado ao adesivo acrílico permite uma excelente fixação, flexibilidade, uma respiração normal da pele o que ajuda a manter a sua integridade, proporcionando conforto, uma perfeita conformidade com a pele mesmo em partes mais sensíveis e delicadas como ao redor de feridas, regiões da face. Enrolado em carretéis plásticos com abas, protegidos também por capas transparentes que mantêm a integridade do produto (2002)	RL	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	MISSNER	0	2,2500	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	VITAL PORE	0	2,7800	2
			PLASMEDIC- COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E (83)	MISSNER	0	3,0000	3
124	Fixador citológico - Frasco com 100 ml, solução de propilenoglicol e álcool absoluto que possui propriedades de fixação (2003)	FR	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	ADLIN	0	5,3400	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	ADLIN	0	5,3500	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Adlin	0	5,3610	3
125	Fleei Enema, Composição cada 100ml da solução (volume aplicado) contém: fosfato de sódio monobásico H2O 18g, fosfato de sódio dibásico H2O 8g. Apresentação em frasco plástico descartável com 130 ml, com cânula retal previamente lubrificada. (859)	UN	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (89)	NATULAB	0	4,4800	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Natulab	0	4,7420	2
129	Fraldas geriátricas, tamanho P. Com cintura até 70 cm e peso até 40 Kg. Pacote com 12 unidades (860)	PCT	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	MASTERFRAL	0	10,8900	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Mesterfral	0	10,9000	2

Página: 28/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015 Data do Registro: 10/08/2015 Válido até: 10/08/2016

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PLASMEDIC- COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E (83)	POP	0	11,8800	3
130	Frasco de alimentação enteral 300 ml, permite tratamento térmico (aquecimento, resfriamento) de soluções, graduado com escala de 50 ml, com dispositivo para fixação em suporte. Tampa rosqueável com tampa e adaptador de equipo em hímén (2004)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Biobase	0	0,6740	1
131	Frascos para drenagem de tórax em PVC rígido, cristal, atóxico, com tampa de rosca polipropileno (PP) contendo até 3 vias. Extensão em PVC flexível com 1,2m. Anel de vedação da tampa, molda plástica, selo d'água, clamp corta fluxo, alça, base de sustentação, conector flexível escalonado, adaptável a qualquer dreno. Permite uma drenagem segura em selo d'água. Visualização total das drenagens através do sistema. Atóxico. Descartável. Esterilizado em ETO. Frasco com 1000 ml. (2076)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	BIOWASE	0	0,7700	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	BIOWANI	0	0,8000	3
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Bional	0	21,0310	1
132	Carroto Látex Free: Uso único, livre de látex, não tóxico, descartável a cada 36cm, embalagem dispensadora, com largura de 2,5 x 36cm. Caixa (rolô) com 25 tiras (1035)	CX	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Labormport	0	25,8420	1
133	Gel para Eletrocardiograma/Ultrassonografia, PH neutro e incolor. Frasco com 01 Litro (865)	FR	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Calthes-Dental	0	4,1240	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	REYMER	0	5,1400	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	SUPRAGEL	0	5,3800	3
134	Gluconato de clorexidina 2% . anti-séptico químico, com ação anti-fúngica e bactericida, capaz de eliminar bactérias gram-positivas e gram-negativas. Frasco com 1000 ml (2008)	UN	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	VIC PHARMA	0	10,1800	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	CINORD	0	10,6800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TILIAS

Página: 29/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 10/08/2015		Válido até: 10/08/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

135	Hipodórto de sódio 1,0% com 1000ml (326)	L	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Vic Pharma	0	12,9900	3
136	Histornéto descartável para execução de exame ginecológico. Embalagem papel grau cirúrgico e filme políester/polietileno - Esterilizado a óxido de etileno. (2077)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Kopiplast	0	2,1000	1
137	Indicador biológico para autoclave, 24 horas de incubação, para vapor saturado. Caixa com 50 testes (866)	CX	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Clean-up	0	309,3000	1
138	Indicador Químico multiparamétrico para vapor de autoclave. Caixa com 240 unidades (867)	CX	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	3M	0	130,0000	1
139	Lâmina de bisturi nº 15. Caixa c/ 200 unidades (328)	CX	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	SOLIDOR	0	17,6200	1
140	Lâmina de bisturi nº 24. Caixa com 200 unidades (868)	CX	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	SOLIDOR	0	17,6200	1

Página: 30/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 10/08/2015		Válido até: 10/08/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

141	Lâmina para microscopia fosca, lapidada, medindo 26 x 76mm, espessura 1 a 1,2mm. Caixa c/ 50 peças (330)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	ADVANTIVE	0	26,4000	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	LABOR	0	34,7200	3
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Global Trade	0	2,5430	1
142	Lâmina para microscopia fosca, lapidada, medindo 26 x 76mm, espessura 1 a 1,2mm. Caixa c/ 50 peças (330)	CX	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	LABOR	0	2,7800	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	ADLIN	0	2,8600	3
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	STERILANCE	0	37,0000	1
143	Lanterna clínica simples, com pilhas (332)	UN	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	LABOR IMPOF	0	37,4000	2
			FUFA-SC COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA (18)	Accu Chek Saf	0	59,0000	3
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Glicomed-Accu	0	8,0410	1
144	Lanterna clínica simples, com pilhas (332)	UN	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	PREMIUM	0	8,5200	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	PREMIUM	0	13,0000	3

Página: 31/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 10/08/2015		Válido até: 10/08/2016		Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
144	Lençol descartável cor branca 30gr pacote com 10 unidades, com elástico. Medidas: Lençol 30g 0,9 x 2,0m (872)	PCT	PLASMEDIC- COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E (83)	CLEAN	0	9,0000	1			
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	SKY	0	10,2000	2			
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	ANADONA	0	16,3700	3			
145	Lençol descartável cor branca 40gr com Elástico. Pacote com 10 unidades. Medidas: 40g 0,9x2,0m (2009)	PCT	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	SKY	0	10,2000	1			
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	PROTDESC	0	25,7400	2			
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Sky	0	26,0000	3			
146	Lençol hospitalar, em papel de folha simples, 70cm x 50m, branco, extra luxo, 100% celulose virgem. Embalado em caixa com 06 rolos, totalizando 300mts (338)	CX	PLASMEDIC- COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E (83)	CLEAN	0	49,8400	1			
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	FLEXPEL	0	49,8500	2			
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	PLUMAX	0	51,0000	3			
147	Loção Hidratante a base de AGE (Ácidos Graxos essenciais), Vitamina A e E, Derivados de Óleos Vegetais, Lecitina de Soja e Aloe Vera que hidrata e revitaliza a pele mantendo o equilíbrio hídrico natural da pele, melhorando a elasticidade dérmica. Composição: Aloe Vera, D-Pantenol, Lecitina de Soja, Óleo de Girassol, Silicone, Triclorídeos de Cadeia Média, Ureia, Vaselina Líquida, Veículo Aquoso, Retinol, Ácido Cáprico, Vitaminas A e E e perfume. Frasco de 200 ml (1036)	FR	FUFA-SC COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA (18)	Pleisana Prem	0	19,0000	1			
148	Lugol forte (Solução Iodada) - Frasco 1.000 ml (1037)	FR	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	CINETICA	0	90,0000	1			

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 32/66

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 10/08/2015		Válido até: 10/08/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Gemballa	0	186,9640	2
149	Luva cirúrgica nº 6,0. Borracha natural (látex). Superfície texturizada e antiderrapante, totalmente impermeável à água e a outros fluidos. Anatómica. Estéril. Com pó bio-absorvível. Envelope interno indicando as luvas direita e esquerda. (2010)	PAR	DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	MAXITEX	0	0,8400	1
			PLASMEDIC- COMERCIO DE MATERIAS PARA USO MEDICO E (83)	DESCARPAC	0	1,0500	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	LEIMGRUBER	0	1,0600	3
150	Luva cirúrgica nº 6,5, confeccionada em látex natural, esterilizada a raios gama cobalto 60, formato anatómico, flexibilidade, resistência e sensibilidade tati adequadas a sua finalidade, punho reforçado na borda, lubrificada com pó bioabsorvível pelo organismo, embalada em envelope contendo um par, selado quente nos 4 lados, sendo que no lado superior deve possuir abas que permitam abertura asséptica do material. (2011)	PAR	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Maxitex	0	0,8590	1
			DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	MAXITEX	0	0,8700	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MAXITEX	0	0,9200	3
151	Luva cirúrgica nº 7,0, confeccionada em látex natural, esterilizada a raios gama cobalto 60, formato anatómico, flexibilidade, resistência e sensibilidade tati adequadas a sua finalidade, punho reforçado na borda, lubrificada com pó bioabsorvível pelo organismo, embalada em envelope contendo 1 par, selado quente nos 4 lados, sendo que no lado superior deve possuir abas que permitam abertura asséptica do material (2013)	PAR	DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	MAXITEX	0	0,8200	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Maxitex	0	0,8590	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MAXITEX	0	0,9200	3

Página: 33/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015			Data do Registro: 10/08/2015		Válido até: 10/08/2016		
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
152	Luva cirúrgica nº 7,5, confeccionada em látex natural, esterilizada a frio gama cobalto 60, formato anatômico, flexibilidade, resistência e sensibilidade tátil adequadas a sua finalidade, punho reforçado na borda, lubrificada com pó biabsorvível pelo organismo, embalada em envelope contendo 1 par, selado quente nos 4 lados, sendo que no lado superior deve possuir abas que permitam abertura asséptica do material (336)	PAR	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	MAXITEX	0	0,8200	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Maxitex	0	0,8590	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MAXITEX	0	0,9200	3
153	Luva cirúrgica nº 8,0, confeccionada em látex natural, esterilizada a frio gama cobalto 60, formato anatômico, flexibilidade, resistência e sensibilidade tátil adequadas a sua finalidade, punho reforçado na borda, lubrificada com pó biabsorvível pelo organismo, embalada em envelope contendo 1 par, selado quente nos 4 lados, sendo que no lado superior deve possuir abas que permitam abertura asséptica do material (337)	PAR	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	MAXITEX	0	0,8300	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Maxitex	0	0,8590	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MAXITEX	0	0,9200	3
154	Luva cirúrgica nº 8,5, confeccionada em látex natural, esterilizada a frio gama cobalto 60, formato anatômico, flexibilidade, resistência e sensibilidade tátil adequadas a sua finalidade, punho reforçado na borda, lubrificada com pó biabsorvível pelo organismo, embalada em envelope contendo 1 par, selado quente nos 4 lados, sendo que no lado superior deve possuir abas que permitam abertura asséptica do material (1038)	PAR	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	MAXITEX	0	0,8300	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Maxitex	0	0,8590	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MAXITEX	0	0,9200	3
155	Luva procedimento tam. PP. Caixa com 100 unidades, em látex, com pó, não estéril, indicada para procedimentos não cirúrgicos. Possui a superfície do látex microtexturizada, oferecendo acabamento antiderapante. (2015)	CX	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	SUPERMAX	0	13,9000	1

Página: 34/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 10/08/2015		Válido até: 10/08/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

156	Luva procedimento tamanho G. Caixa c/100 unidades, em látex, com pó, não estéril, indicada para procedimentos não cirúrgicos. Possui a superfície do látex microtexturizada, oferecendo acabamento antiderrapante. (344)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	LEIMGRUBER	0	14,8600	2
157	Luva procedimento tamanho M. Caixa c/100 unidades, em látex, com pó, não estéril, indicada para procedimentos não cirúrgicos. Possui a superfície do látex microtexturizada, oferecendo acabamento antiderrapante. (343)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	LEIMGRUBER	0	13,8500	1
158	Luva procedimento tamanho P. Caixa c/100 unidades, em látex, com pó, não estéril, indicada para procedimentos não cirúrgicos. Possui a superfície do látex microtexturizada, oferecendo acabamento antiderrapante. (342)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	LEIMGRUBER	0	13,8700	2
			DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	NUGARD	0	15,9100	3
			DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	NUGARD	0	16,0800	3
			DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	NUGARD	0	13,8500	1
			DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	NUGARD	0	13,8700	2
			DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	NUGARD	0	13,8800	1
			DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	NUGARD	0	13,8900	2
			DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	LEIMGRUBER	0	14,8600	3

Página: 35/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 10/08/2015		Válido até: 10/08/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
159	Máscara cirúrgica tripla com elástico Filtro meltblown PP60g branca. Caixa com 50 unidades. MATERIAL UTILIZADO: Não tecido de fibras de polipropileno (TNT); filtro de retenção bacteriana meltblown; clipe para ajuste nasal. CARACTERÍSTICAS FÍSICAS: Não tecidos de estrutura plana, flexível e porosa, 100% polipropileno; excelente distribuição e homogeneidade dos filamentos; boa resistência mecânica, não libera fapos; hipoalérgico e atóxico; metal galvanizado totalmente revestido com plástico. CARACTERÍSTICAS QUÍMICAS: Não tecido composto por grânulos de resina de polipropileno unidas por processo térmico; baixa condutividade térmica e baixa inflamabilidade; material inerte e antisséptico; barreira contra passagem de microrganismos; eficiência de retenção bacteriana (EFB) = 99,8% (874)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	INNOVA	0	4,0000	1
160	Máscara de alta concentração de oxigênio - HUDSON, tamanho Pediátrico. Possui bolsa reservatória de oxigênio confeccionada em material plástico transparente sem latex, possui válvula anti-refluxo, que impede a re-inalação do gás expirado, lâmina de alumínio para ajuste do nariz e elástico para fixação na cabeça. (2079)	UN	DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	LABOR IMPOF	0	4,0900	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Embramac	0	4,1000	3
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	MD	0	9,3470	1
161	Máscara de alta concentração de oxigênio, tamanho Adulto. Possui bolsa reservatória de oxigênio confeccionada em material plástico transparente sem latex, possui válvula anti-refluxo, que impede a re-inalação do gás expirado, lâmina de alumínio para ajuste do nariz e elástico para fixação na cabeça. (2078)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MD	0	25,6800	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	MD	0	9,3470	1
162	Máscara de Proteção RESPIRADOR N95 PFF2 9920 retém vírus, bactérias etc. registrado no Ministério da Saúde, conforme exigido pelo Art. 12 da Lei 6.360, de 23/09/1976, e Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA - RDC nº 185, de 06/11/2001 (875)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MD	0	25,6800	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Aldeesc	0	1,1000	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	DESCARPAC+	0	3,0800	2

Página: 36/66

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 10/08/2015		Válido até: 10/08/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	SUPERMED	0	4,3800	3
163	Máscara facial para oxigenioterapia com sistema de "Venturi". Conjunto contendo: máscara facial adequada tamanho adulto, confeccionada em vinil macio e transparente, com formato anatômico sob-o-queixo, assegurando conforto e visualização da face do paciente e anel metálico que permite melhor ajuste à face do paciente. Sistema seguro e de fácil aplicação. Diluidores codificados em seis cores para diferentes concentrações de 24%, 28%, 31%, 35%, 40%, 50%. Inclui adaptador acrílico para entrada de nebulização de alta performance, tubo flexível para conexão dos diluidores, e tubo de oxigênio com 2,10 de comprimento com conector universal. (876)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	MD	0	11,4090	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MD	0	19,2900	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	PORTEX	0	22,9600	3
164	Óculos de proteção incolor ajustáveis (877)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	FERREIRA MC	0	3,3400	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Prevenax	0	4,4670	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	3M	0	5,0700	3
165	Otoscópio completo com 05 espelhos, diferentes calibres, sem lâmpada sobressalente. Acondicionado em estojo super resistente. Luz halógena para melhor visualização, utiliza-se com 2 pilhas médias. 1 ano de garantia. Acondicionado em estojo super resistente. Cabeçote em metal nobre cromado, acoplamento por sistema de rosca. Cabo em metal cromado para duas pilhas médias. Regulagem de intensidade da luz. Capa revestida antiderrapante para punho (1039)	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	MIKATOS	0	191,2900	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	MD	0	233,6770	2
			PLASMEDIC- COMERCIO DE MATERIAS PARA USO MEDICO E (83)	MD	0	292,5000	3

Página: 37/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015			Data do Registro: 10/08/2015		Válido até: 10/08/2016		
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
166	Oxímetro de dedo. Mede e mostra valores confiáveis da SpO2 e da frequência cardíaca. Botão único de ligação para facilitar a operação. Visor Grande de fácil visualização. Compacto, portátil e iluminado. Capacidade das pilhas para uso contínuo de aproximadamente 30 horas. Alimentação através de duas pilhas alcalinas "AAA". Dispositivo desliga automaticamente após 8 segundos sem atividade. Utiliza 2 pilhas AAA. Inclui cordão para o pescoço. (2019)	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	SOLIMEDICA	0	200,8500	1
167	Papagaio em aço inox, capacidade 1000 cc, cabo de fácil manuseio preenchimento ou esvaziamento, embalada individualmente (878)		DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	CHOICEMEDIK	0	286,0000	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Rossmax	0	288,6600	3
		UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	FAMI	0	62,5000	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Fami/Luminox	0	63,0000	2
168	Papel Crepado branco ou verde 40 x 40 cm, gramatura 60 g/m², indicado para o empacotamento de todos os materiais a serem esterilizados em autoclave a vapor. Oferece barreira microbiana eficaz através da porosidade, eficiente na filtração microbiana, maleável, resistente a ruptura, rasgo e estouro, confeccionado em 100% celulose. Pacote com 500 unidades. (2021)		DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	FAVA	0	80,3400	3
		PCT	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Hospiflex	0	82,4740	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	HOSPFLEX	0	82,9500	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	VITAL PACK	0	107,3000	3
169	Papel Crepado branco ou verde 50 x 50 cm, gramatura 60 g/m², indicado para o empacotamento de todos os materiais a serem esterilizados em autoclave a vapor. Oferece barreira microbiana eficaz através da porosidade, eficiente na filtração microbiana, maleável, resistente a ruptura, rasgo e estouro, confeccionado em 100% celulose. Pacote com 500 unidades. (2020)	PCT	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	HOSPFLEX	0	129,0000	1

Página: 38/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015						Data do Registro: 10/08/2015		Válido até: 10/08/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.											
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Hospiflex	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	VITAL PACK	3
170	Papel Crepado branco ou verde 60 x 60 cm, gramatura 60 g/m², indicado para o empacotamento de todos os materiais a serem esterilizados em autoclave a vapor. Oferece barreira microbiana eficaz através da porosidade, eficiente na filtração microbiana, maleável, resistente a ruptura, rasgo e estouro, confeccionado em 100% celulose. Pacote com 500 unidades. (2022)	PCT	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Hospiflex	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	HOSPIFLEX	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	VITAL PACK	3
171	Papel grau cirúrgico 100 mm x 100 m. Bobinas lisas, produzidas em papel grau cirúrgico e filme laminado (Políester/Polipropileno). Indicado para esterilização em autoclave a vapor ou óxido de etileno. Permeável ao vapor e ao ar, impermeável a microorganismo, resistentes ao calor, livres de nutrientes microbianos e resíduos tóxicos. A alta transparência do filme azul permite a visualização do material embalado. Possui selagem tripla Multilínea que proporciona maior segurança ao material esterilizado. Dotado de indicadores químicos que mudam de cor após o processo de esterilização. Possui indicador de sentido correto de abertura na embalagem. (2023)	RL	PLASMEDIC-COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E (83)	ESTERILCARI	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	VITAL PACK	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	HOSPIFLEX	3
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	ESTERILCARI	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 39/66

Número do Registro de Preços: 3/2015 Data do Registro: 10/08/2015 Válido até: 10/08/2016

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
172	Papel grau cirúrgico 200 mm x 100 m. Bobinas lisas, produzidas em papel grau cirúrgico e filme laminado (Políéster/Polipropileno). Indicado para esterilização em autoclave a vapor ou óxido de etileno. Permeável ao vapor e ao ar, impermeável a microorganismo, resistentes ao calor, livres de nutrientes microbianos e resíduos tóxicos. A alta transparência do filme azul permite a visualização do material embalado. Possui selagem tripla Multilínea que proporciona maior segurança ao material esterilizado. Dotado de indicadores químicos que mudam de cor após o processo de esterilização. Possui indicador de sentido correto de abertura na embalagem. (2024)	RL	PLASMEDIC- COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E (83)	ESTERILCARE	0	55.5000	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	VITAL PACK	0	56.0000	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	ESTERILCARE	0	65.0000	3
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	HOSPFLEX	0	66.0000	4
173	Papel grau cirúrgico 300 mm x 100 m. Bobinas lisas, produzidas em papel grau cirúrgico e filme laminado (Políéster/Polipropileno). Indicado para esterilização em autoclave a vapor ou óxido de etileno. Permeável ao vapor e ao ar, impermeável a microorganismo, resistentes ao calor, livres de nutrientes microbianos e resíduos tóxicos. A alta transparência do filme azul permite a visualização do material embalado. Possui selagem tripla Multilínea que proporciona maior segurança ao material esterilizado. Dotado de indicadores químicos que mudam de cor após o processo de esterilização. Possui indicador de sentido correto de abertura na embalagem. (2025)	RL	PLASMEDIC- COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E (83)	ESTERILCARE	0	94.0000	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	VITAL PACK	0	95.0000	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	ESTERILCARE	0	97.0000	3
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	HOSPFLEX	0	98.0000	4
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Harbo	0	109.8000	5
174	Papel toalha, produzido com fibra celulósica, com gofrado diferenciado, 3 dobras, macio, alto poder de absorção, resistente e econômico. Pacote c/ 5.000 folhas (355)	PCT	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Qualitux	0	24.7400	1

Página: 40/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 10/08/2015		Válido até: 10/08/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

175	Pasta protetora de pele para uso peristomal, a base de três hidrocolóides - gelatina, pectina, carboximetilcelulose sódica - e polissoduliteiro, em veículo alcolólico. Estéril, atóxica, isento de irritantes dérmicos. O produto deve propiciar proteção da pele, e auxiliar na atestividade do equipamento coletor de estomia. Tubo com 56,7g (1040)	TB	FUFA-SC COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA (18)	Pasta Stomahit	0	65.0000	1
176	Pinça anatômica com dente de rato normal 10cm. Produto confeccionado em aço inoxidável AISI-420. Garantia de 10 anos contra defeitos de fabricação. Fabricado de acordo com padrões internacionais de qualidade, normas da ABNT, CE (880)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Abc	0	7.2850	1
177	Pinça Kelly hemostática reta 14cm. Produto confeccionado em aço inoxidável AISI-420. Garantia de 10 anos contra defeitos de fabricação. Fabricado de acordo com padrões internacionais de qualidade, normas da ABNT, CE. (881)	UN	DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	GOLGRAN	0	7.7400	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	ABC	0	8.6700	3
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Abc	0	16.9070	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	ABC	0	19.4900	2
			DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	GOLGRAN	0	20.0200	3
178	Pinça tentaculula 15cm. Produto confeccionado em aço inoxidável AISI-420 Tamanho: 15cm. Embalagem plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade. Garantia: 10 anos contra defeitos de fabricação. Fabricado de acordo com padrões internacionais de qualidade, normas da ABNT, CE.REG. MS: 10304850059 (882)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Abc	0	4.5360	1
			DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	GOLGRAN	0	5.2700	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	ABC	0	5.7800	3

Página: 41/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015			Data do Registro: 10/08/2015		Válido até: 10/08/2016		
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
179	Pó protetor da pele periestomal, composto por gelatina, pectina e carboximetilcelulose sódica. Produto isento de agentes alergizantes, atóxico, sem interferência na adesividade do sistema coletores para estomia. Frasco com 28,3g (1042)	FR	FUFA-SC COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA (18)	Pó Stomahesiv	0	65,0000	1
180	Porta agulha Derf comum 12cm para sutura. Produto confeccionado em aço inoxidável AISI-420. Garantia de 10 anos contra defeitos de fabricação. Fabricado de acordo com padrões internacionais de qualidade, normas da ABNT, CE. (883)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Abc	0	17,5950	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	GOLGRAN	0	17,6800	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	ABC	0	21,0600	3
181	Protetor solar facial FPS 50 (2028)	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	MOPH	0	12,0000	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Cosmoderma	0	13,7460	2
182	Reservatório de Silicone para Ambu Reanimador Manual Adulto, Pediátrico e Neonatal. (2029)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	ADVANTIVE	0	10,0000	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	MD	0	178,0610	2
183	Resuscitador respiratório de reanimação manual adulto produzido com o silicone do mais alto grau, com alta flexibilidade, material estável, podendo resistir a altas temperaturas (a um máximo de 134°C). Não esteril. Volume: 1700mL. Para pacientes com peso maior do que 30kg. Com reservatório de oxigênio de 2500 mL. Deverá conter: Bolsa - Polissulfona, Silicone. Etileno-propileno-dieno Válvula - Polissulfona. Silicone; Reservatório - Policarbonato, Polietileno e Máscara: Máscara facial almofadada, formato anatômico, constituída de cúpula em acrílico transparente para visualização segura da face do paciente e coxim inflável que permite selagem hermética por baixa pressão. Possui válvula de insuflação para coxim permitindo moldagem à face (885)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	SAFTI	0	101,4800	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	MD	0	137,4570	2

Página: 42/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015 Data do Registro: 10/08/2015 Válido até: 10/08/2016						
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			PLASMEDIC- COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E (83)	MD	0	177,0000
184	Resuscitador respiratório de reanimação manual infantil produzido com o silicone do mais alto grau, com alta flexibilidade, material estável, podendo resistir a altas temperaturas (a um máximo de 134°C) autoclavável. Não esteril. Volume: 550mL. Para pacientes com peso de 6 a 30kg. Com reservatório de oxigênio de 600mL. Deverá acompanhar Bolsa - Polissulfona, Silicone, Etileno-propileno-cloro; Válvula - Polissulfona, Silicone; Reservatório - Policarbonato, Polietileno e Máscara: Máscara facial almofadada, formato anatômico, constituída de cúpula em acrílico transparente para visualização segura da face do paciente e coxim inflável que permite selagem hermética por baixa pressão. Possui válvula de insuflação para coxim permitindo moldagem à face (886)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	SAFTI	0	101,4800
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	MD	0	137,4570
			PLASMEDIC- COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E (83)	MD	0	177,0000
185	Resuscitador respiratório de reanimação manual neonatal produzido com o silicone do mais alto grau, com alta flexibilidade, material estável, podendo resistir a altas temperaturas (a um máximo de 134°C). Não esteril. Volume: 280mL. Para pacientes com peso inferior a 6kg. Com reservatório de oxigênio de 600mL. Deverá conter: Bolsa - Polissulfona, Silicone, Etileno-propileno-cloro; Válvula - Polissulfona, Silicone; Reservatório - Policarbonato, Polietileno e Máscara: Máscara facial almofadada, formato anatômico, constituída de cúpula em acrílico transparente para visualização segura da face do paciente e coxim inflável que permite selagem hermética por baixa pressão. Possui válvula de insuflação para coxim permitindo moldagem à face (887)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	SAFTI	0	101,4800
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	MD	0	137,4570
			PLASMEDIC- COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E (83)	MD	0	177,0000
186	Sabonete líquido. Refil para saboneteira dosadora 800ml, incolor e concentrado (888)	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	B. B.	0	7,4300
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Prenisse	0	10,5840

Página: 43/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015 Data do Registro: 10/08/2015 Válido até: 10/08/2016

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	RIOQUIMICA	0	11,7800	3
187	Saco de Lixo Hospitalar 100 L. Produzido em polietileno de alta densidade (PEAD) virgem, oferecendo uma perfeita resistência mecânica e proporcionando a capacidade necessária à aplicação. A saída de fundo deve ser tipo estreita, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio. Produto de acordo com a Norma Técnica 9191, NBR 7500/2009, padrões da ABNT e do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas). Pacote com 100 unidades (1043)	PCT	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Jurema	0	42,1990	1
188	Saco de Lixo Hospitalar 30 L. Descrição: Produzido em Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem, oferecendo uma perfeita resistência mecânica e proporcionando a capacidade necessária à aplicação. A saída de fundo deve ser tipo estreita, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio. Produto de acordo com a Norma Técnica 9191, NBR 7500/2009, padrões da ABNT e do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas). Pacote com 100 unidades (2030)	PCT	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Jurema	0	16,4950	1
189	Scalp (dispositivo intravenoso) nº 19 cateter para infusão venosa com agulha aguçada de bisel curto trifacetado com assas de plástico leve que se dobrem facilmente, tubo vinílico leve, flexível, transparente, atóxico e apirrogênico com conector rígido, leve e pequeno para conectar seringas, equips ou qualquer outro dispositivo, embalagem individual em papel grau cirúrgico. Caixa com 100 unidades (889)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	STARMED	0	14,9600	1
190	Scalp (dispositivo intravenoso) nº 21 cateter para infusão venosa com agulha aguçada de bisel curto trifacetado com assas de plástico leve que se dobrem facilmente, tubo vinílico leve, flexível, transparente, atóxico e apirrogênico com conector rígido, leve e pequeno para conectar seringas, equips ou qualquer outro dispositivo, embalagem individual em papel grau cirúrgico. Caixa c/ 100 unidades (368)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	STARMED	0	14,9600	1

Página: 44/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 10/08/2015		Válido até: 10/08/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

191	Scalp (dispositivo intravenoso) nº 23 cateter para infusão venosa com agulha aguçada de bisel curto trifacetado com asas de plástico leve que se dobrem facilmente, tubo vinílico leve, flexível, transparente, atóxica e aprógenico com conector rígido, leve e pequeno para conectar seringas, equips ou qualquer outro dispositivo, embalagem individual em papel grau cirúrgico. Caixa c/ 100 unidades (369)	CX	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	LAMEDID	0	16,0400	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	LAMEDID	0	16,9000	3
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	STARMED	0	14,9600	1
192	Scalp (dispositivo intravenoso) nº 25 cateter para infusão venosa com agulha aguçada de bisel curto trifacetado com asas de plástico leve que se dobrem facilmente, tubo vinílico leve, flexível, transparente, atóxica e aprógenico com conector rígido, leve e pequeno para conectar seringas, equips ou qualquer outro dispositivo, embalagem individual em papel grau cirúrgico. Caixa c/ 100 unidades (370)	CX	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	LAMEDID	0	16,0400	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	LAMEDID	0	16,9000	3
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	STARMED	0	14,9600	1
193	Scalp (dispositivo intravenoso) nº 27 cateter para infusão venosa com agulha aguçada de bisel curto trifacetado com asas de plástico leve que se dobrem facilmente, tubo vinílico leve, flexível, transparente, atóxica e aprógenico com conector rígido, leve e pequeno para conectar seringas, equips ou qualquer outro dispositivo, embalagem individual em papel grau cirúrgico. Caixa c/ 100 unidades (371)	CX	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	LAMEDID	0	16,0400	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	LAMEDID	0	16,9000	3
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	STARMED	0	14,9600	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	LAMEDID	0	16,0400	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	LAMEDID	0	16,9000	3
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	STARMED	0	14,9600	1

Página: 45/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 10/08/2015		Válido até: 10/08/2016		
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.

			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	LAMEDID	3
194	Seringa 01 ml: características: luer slip, sem agulha, uso único, atóxica, estétil, livre de pirogênio, validade impressa na embalagem. Caixa com 100 unidades (1044)	CX	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	SR	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	SR	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	ADVANTIVE	3
195	Seringa 03 ml: características: LL, com dispositivo de segurança conforme NR 32, sem agulha, uso único, atóxica, estétil, livre de pirogênio, validade impressa na embalagem. Caixa c/ 100 unidades (1088)	CX	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	PHARMATEX	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	TKI	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	DESCARPAC+	3
196	Seringa 05 ml: características: LL, com dispositivo de segurança conforme NR 32, sem agulha, uso único, atóxica, estétil, livre de pirogênio, validade impressa na embalagem. Caixa c/ 100 unidades (1088)	CX	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	TKI	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	DESCARPAC+	2
197	Seringa 10 ml: características: LL, com dispositivo de segurança conforme NR 32, sem agulha, uso único, atóxica, estétil, livre de pirogênio, validade impressa na embalagem. Caixa c/ 100 unidades (1090)	CX	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	TKI	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	PHARMATEX	2

Página: 46/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015 Data do Registro: 10/08/2015 Válido até: 10/08/2016						
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			PLASMEDIC- COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E (83)	ADVANTIVE	0	42,0000
198	Seringa 20 ml: características: luer slip, sem agulha, uso único, atóxica, estétil, livre de pirógeno, validade impressa na embalagem, Caixa com 50 unidades. (2031)	CX	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	SR	0	12,8500
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	DESCARPAC	0	15,4000
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	EMBRAMAC	0	18,2000
199	Seringa descartável de 60 ml. Bico cateter, sem agulha. Estétil, uso único, transparente, atóxica, com escala externa gravada, precisa e visível. Êmbolo com ramificações em sua base para facilitar a aplicação sem deslize dos dedos. Êmbolo deslizável, ajustado ao corpo da seringa, de modo a impedir a entrada de ar, com anel de retenção de borracha fixado em sua extremidade. Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto. (2032)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	ADVANTIVE	0	1,2800
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	SR	0	1,3000
			DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	INJEX	0	3,3200
200	Seringa descartável graduada em unidades (escala de 1 em 1 unidade), agulha fixa (integrada) de 12,7 mm de comprimento por 0,33 mm de diâmetro (25G 1/2"), sem espaço morto e com capacidade para até 50 unidades de insulina. Ideal para adultos que estão acima do peso e utilizam menos de 50 unidades de insulina por aplicação. Pacotes com 10 unidades. Caixas com 100 unidades (891)	CX	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	LABOR IMPOF	0	26,0000
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	SR	0	34,4000
			DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	INJEX	0	45,2400

Página: 47/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 10/08/2015		Válido até: 10/08/2016		Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
201	Seringa descartável graduada em unidades (escala de 1 em 1 unidade), agulha fixa (integrada) de 8 mm de comprimento por 0,30 mm de diâmetro (30G 3/16"), sem espaço morto e com capacidade para até 50 unidades de insulina. Ideal para crianças, adolescentes e adultos com tipo físico normal, que utilizam menos de 50 unidades de insulina por aplicação. Pacotes com 10 unidades. Caixa com 100 unidades (892)	CX	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	SOLIDOR	0	28,5700	1
202	Solução Injetável de Ringer com lactato. Composição: Solução fisiológica de cloreto de sódio a 0,6% + cloreto de potássio a 0,03% + cloreto de cálcio a 0,02% + lactato de sódio a 0,30%. Sistema fechado, estéril e apirrogênico. Caixa com 24 frascos. (2033)	FR	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	SR	0	41,2000	2
203	Solução Injetável Mantitol 20%, 250 ml, estéril e apirrogênica. Sistema fechado. Caixa com 20 frascos. (2034)	UN	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	INJEX	0	45,2400	3
204	Sonda de alimentação Nasoenteral nº 12. Produzidas 100% em Silicone, flexíveis, resistentes e suportam longos períodos em contato com a acidez do suco gástrico sem perder suas propriedades elásticas. Acompanham fio-guia em aço inox. Para suavizar a retirada do fio-guia, acompanham bisnaga com lubrificante (Vaselina Líquida). Esterilizados em óxido de etileno. (2035)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Segmenta-Eun	0	68,9520	1
205	Sonda de aspiração traqueal nº 06. Dispositivo utilizado para aspiração de secreções da árvore traqueobrônquica do sistema respiratório e vias aéreas em pacientes. Tubo em pvc alívico, flexível transparente e com a superfície rigorosamente lisa, com a ponta arredondada aberta no lado proximal do tubo, e 2 orifícios alternados em lados opostos. Conector perfeitamente adaptável em seringas no lado distal do tubo. Esterilização a óxido de etileno. Embalagem em papel grau cirúrgico. Pacote com 30 unidades (895)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	EUROFARMA	0	75,4000	2
206	Solução Injetável Mantitol 20%, 250 ml, estéril e apirrogênica. Sistema fechado. Caixa com 20 frascos. (2034)	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	SOLUMED	0	10,8800	1
207	Solução Injetável Mantitol 20%, 250 ml, estéril e apirrogênica. Sistema fechado. Caixa com 20 frascos. (2034)	UN	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	EQFLEX	0	12,2900	2
208	Sonda de aspiração traqueal nº 06. Dispositivo utilizado para aspiração de secreções da árvore traqueobrônquica do sistema respiratório e vias aéreas em pacientes. Tubo em pvc alívico, flexível transparente e com a superfície rigorosamente lisa, com a ponta arredondada aberta no lado proximal do tubo, e 2 orifícios alternados em lados opostos. Conector perfeitamente adaptável em seringas no lado distal do tubo. Esterilização a óxido de etileno. Embalagem em papel grau cirúrgico. Pacote com 30 unidades (895)	PCT	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MEDSONDA	0	19,2000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

Página: 48/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015 Data do Registro: 10/08/2015 Válido até: 10/08/2016						
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			PRODUALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	MEDSONDA	0	19.5000
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Biosani	0	23.3500
206	Sonda de aspiração traqueal nº 08. Dispositivo utilizado para aspiração de secreções da árvore traqueobrônquica do sistema respiratório e vias aéreas em pacientes. Tubo em pvc atóxico, flexível transparente e com a superfície rigorosamente lisa, com a ponta arredondada aberta no lado proximal do tubo, e 2 orifícios alternados em lados opostos. Conector perfeitamente adaptável em seringas no lado distal do tubo. Esterilização a óxido de etileno. Embalagem em papel grau cirúrgico. Pacote com 50 unidades (896)	PCT	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MEDSONDA	0	19.9000
			PRODUALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	MEDSONDA	0	20.0000
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Biosani	0	20.8000
207	Sonda de aspiração traqueal nº 10. Dispositivo utilizado para aspiração de secreções da árvore traqueobrônquica do sistema respiratório e vias aéreas em pacientes. Tubo em pvc atóxico, flexível transparente e com a superfície rigorosamente lisa, com a ponta arredondada aberta no lado proximal do tubo, e 2 orifícios alternados em lados opostos. Conector perfeitamente adaptável em seringas no lado distal do tubo. Esterilização a óxido de etileno. Embalagem em papel grau cirúrgico. Pacote com 50 unidades (897)	PCT	PRODUALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	MEDSONDA	0	20.9000
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MEDSONDA	0	21.0000
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Biosani	0	22.0000
208	Sonda de aspiração traqueal nº 12. Dispositivo utilizado para aspiração de secreções da árvore traqueobrônquica do sistema respiratório e vias aéreas em pacientes. Tubo em pvc atóxico, flexível transparente e com a superfície rigorosamente lisa, com a ponta arredondada aberta no lado proximal do tubo, e 2 orifícios alternados em lados opostos. Conector perfeitamente adaptável em seringas no lado distal do tubo. Esterilização a óxido de etileno. Embalagem em papel grau cirúrgico. Pacote com 50 unidades (898)	PCT	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Biosani	0	21.9000
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MEDSONDA	0	22.0000

Página: 49/66

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 10/08/2015		Válido até: 10/08/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	MEDSONDA	0	23,3100	3
209	Sonda de aspiração traqueal nº 14. Dispositivo utilizado para aspiração de secreções da árvore traqueobrônquica do sistema respiratório e vias aéreas em pacientes. Tubo em pvc atóxico, flexível transparente e com a superfície rigorosamente lisa, com a ponta arredondada aberta no lado proximal do tubo, e 2 orifícios alternados em lados opostos. Conector perfeitamente adaptável em seringas no lado distal do tubo. Esterilização a óxido de etileno. Embalagem em papel grau cirúrgico. Pacote com 50 unidades (889)	PCT	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MEDSONDA	0	22,0000	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	MEDSONDA	0	22,3500	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Biosani	0	22,7000	3
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	MEDSONDA	0	23,9000	1
210	Sonda de aspiração traqueal nº 16. Dispositivo utilizado para aspiração de secreções da árvore traqueobrônquica do sistema respiratório e vias aéreas em pacientes. Tubo em pvc atóxico, flexível transparente e com a superfície rigorosamente lisa, com a ponta arredondada aberta no lado proximal do tubo, e 2 orifícios alternados em lados opostos. Conector perfeitamente adaptável em seringas no lado distal do tubo. Esterilização a óxido de etileno. Embalagem em papel grau cirúrgico. Pacote com 50 unidades (900)	PCT	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Biosani	0	24,0000	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MEDSONDA	0	30,1300	3
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	MED SONTA	0	28,0000	1
211	Sonda de aspiração traqueal nº 18. Dispositivo utilizado para aspiração de secreções da árvore traqueobrônquica do sistema respiratório e vias aéreas em pacientes. Tubo em pvc atóxico, flexível transparente e com a superfície rigorosamente lisa, com a ponta arredondada aberta no lado proximal do tubo, e 2 orifícios alternados em lados opostos. Conector perfeitamente adaptável em seringas no lado distal do tubo. Esterilização a óxido de etileno. Embalagem em papel grau cirúrgico. Pacote com 50 unidades (901)	PCT	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MEDSONDA	0	28,2000	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Biosani	0		

Página: 50/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 10/08/2015		Válido até: 10/08/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	MED SONDA	0	34.8400	3
212	Sonda de Foley 2 vias, 30 cc tamanho 18, látex de borracha 100% natural, com ponta distal atraumática, balão resistente à alta pressão, fácil insuflação e enchimento simétrico. Embalagem individual, tipo blister, de fácil abertura, em papel grau cirúrgico. Atóxico e esterilizado em óxido de etileno (1045)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	STARMED	0	1,9200	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Lamedid-Solidk	0	2,2390	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	SOLIDOR	0	2,2800	3
213	Sonda de Foley 2 vias, 30 cc tamanho 14, látex de borracha 100% natural, com ponta distal atraumática. Balão resistente à alta pressão, fácil insuflação e enchimento simétrico. Embalagem individual, tipo blister, de fácil abertura, em papel grau cirúrgico. Atóxico e esterilizado em óxido de Etileno (902)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	STARMED	0	1,9200	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Lamedid-Solidk	0	2,2390	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	SOLIDOR	0	2,2800	3
214	Sonda de Foley 2 vias, 30 cc tamanho 16, látex de borracha 100% natural, com ponta distal atraumática. Balão resistente à alta pressão, fácil insuflação e enchimento simétrico. Embalagem individual, tipo blister, de fácil abertura, em papel grau cirúrgico. Atóxico e esterilizado em óxido de Etileno (903)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	STARMED	0	1,9200	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Lamedid-Solidk	0	2,2390	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	SOLIDOR	0	2,2800	3

Página: 51/66

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 10/08/2015		Válido até: 10/08/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

215	Sonda de Foley 2 vias, 30 cc tamanho 20, látex de borracha 100% natural, com ponta distal atraumática. Balão resistente a alta pressão, fácil insuflação e enchimento simétrico. Embalagem individual, tipo blister, de fácil abertura, em papel grau cirúrgico. Atóxico e esterilizado em óxido de Etileno (904)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	STARMED	0	1,9200	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Lamedid-Solid	0	2,2390	2
			DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	SOLIDOR	0	2,2800	3
216	Sonda de Foley 2 vias, 30 cc tamanho 22, látex de borracha 100% natural, com ponta distal atraumática. Balão resistente a alta pressão, fácil insuflação e enchimento simétrico. Embalagem individual, tipo blister, de fácil abertura, em papel grau cirúrgico. Atóxico e esterilizado em óxido de Etileno (905)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	STARMED	0	1,9200	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Lamedid-Solid	0	2,2390	2
			DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	SOLIDOR	0	2,2800	3
217	Sonda nasogástrica PVC esteril longa Nº 06. O produto é confeccionado em PVC (cloreto de polivinila) transparente, flexível, atóxico; esterilizado pelo processo de óxido de etileno. Descrição: em forma de cilindro reto e intáctico, com extremidade proximal arredondada, fechada, isenta de rebabas; dotada de dois orifícios distribuídos alternadamente e equidistantes de forma a cobrir todo o diâmetro do tubo. Tais orifícios são dimensionados de acordo com o calibre de cada sonda, apresentando diâmetros perfeitamente acabados delimitados e regulares em toda a superfície. A extremidade distal apresenta devidamente acabado e fixado dispositivo conector. Este dispositivo é moldado conforme padrões usuais de fabricação e é capaz de manter estável a fixação da sonda (906)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Biosani	0	0,5220	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MEDSONDA	0	0,5500	2
			DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	MED SONDA	0	0,6400	3

Página: 52/66

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 10/08/2015		Válido até: 10/08/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

218	Sonda nasogástrica PVC estéril longa Nº 08. O produto é confeccionado em PVC (cloreto de polivinila) transparente, flexível, atóxico; esterilizado pelo processo de óxido de etileno. Descrição: em forma de cilindro reto e interno, com extremidade proximal arredondada, fechada, isenta de rebarbas; dotada de dois orifícios distribuídos alternadamente e equidistantes de forma a cobrir todo o diâmetro do tubo. Tais orifícios são dimensionados de acordo com o calibre de cada sonda, apresentando diâmetros perfeitamente acabados, delimitados e regulares em toda a superfície. A extremidade distal apresenta devidamente acabado e fixado dispositivo conector. Este dispositivo é moldado conforme padrões usuais de fabricação e é capaz de manter estável a fixação da sonda (907)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Biosani	0	0,5770	1
219	Sonda nasogástrica PVC estéril longa Nº 10. O produto é confeccionado em PVC (cloreto de polivinila) transparente, flexível, atóxico; esterilizado pelo processo de óxido de etileno. Descrição: em forma de cilindro reto e interno, com extremidade proximal arredondada, fechada, isenta de rebarbas; dotada de dois orifícios distribuídos alternadamente e equidistantes de forma a cobrir todo o diâmetro do tubo. Tais orifícios são dimensionados de acordo com o calibre de cada sonda, apresentando diâmetros perfeitamente acabados, delimitados e regulares em toda a superfície. A extremidade distal apresenta devidamente acabado e fixado dispositivo conector. Este dispositivo é moldado conforme padrões usuais de fabricação e é capaz de manter estável a fixação da sonda (908)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MEDSONDA	0	0,6200	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	MED SONDA	0	0,7300	3
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Biosani	0	0,5910	1
220	Sonda nasogástrica PVC estéril longa Nº 12. O produto é confeccionado em PVC (cloreto de polivinila) transparente, flexível, atóxico; esterilizado pelo processo de óxido de etileno. Descrição: em forma de cilindro reto e interno, com extremidade proximal arredondada, fechada, isenta de rebarbas; dotada de dois orifícios distribuídos alternadamente e equidistantes de forma a cobrir todo o diâmetro do tubo. Tais orifícios são dimensionados de acordo com o calibre de cada sonda, apresentando diâmetros perfeitamente acabados, delimitados e regulares em toda a superfície. A extremidade distal apresenta devidamente acabado e fixado dispositivo conector. Este dispositivo é moldado conforme padrões usuais de fabricação e é capaz de manter estável a fixação da sonda (909)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MEDSONDA	0	0,6500	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	MED SONDA	0	0,7700	3
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Biosani	0	0,6460	1

Página: 53/66

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015			Data do Registro: 10/08/2015		Válido até: 10/08/2016		
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
221	Sonda nasogástrica PVC estéril longa Nº 14. O produto é confeccionado em PVC (cloreto de polivinila) transparente, flexível, atóxico; esterilizado pelo processo de óxido de etileno. Descrição: em forma de cilindro reto e interno, com extremidade proximal arredondada, fechada, isenta de rebarbas; dotada de dois orifícios distribuídos alternadamente e equidistantes de forma a cobrir todo o diâmetro do tubo. Tais orifícios são dimensionados de acordo com o calibre de cada sonda, apresentando diâmetros perfeitamente acabados, delimitados e regulares em toda a superfície. A extremidade distal apresenta devidamente acabado e fixado dispositivo conector. Este dispositivo é moldado conforme padrões usuais de fabricação e é capaz de manter estável a fixação da sonda (910)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MEDSONDA	0	0,6700	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	MED SONDA	0	0,7800	3
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Biosani	0	0,6460	1
222	Sonda nasogástrica PVC estéril longa Nº 16. O produto é confeccionado em PVC (cloreto de polivinila) transparente, flexível, atóxico; esterilizado pelo processo de óxido de etileno. Descrição: em forma de cilindro reto e interno, com extremidade proximal arredondada, fechada, isenta de rebarbas; dotada de dois orifícios distribuídos alternadamente e equidistantes de forma a cobrir todo o diâmetro do tubo. Tais orifícios são dimensionados de acordo com o calibre de cada sonda, apresentando diâmetros perfeitamente acabados, delimitados e regulares em toda a superfície. A extremidade distal apresenta devidamente acabado e fixado dispositivo conector. Este dispositivo é moldado conforme padrões usuais de fabricação e é capaz de manter estável a fixação da sonda (911)	UN	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MEDSONDA	0	0,7000	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	MED SONDA	0	0,7800	3
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Biosani	0	0,7560	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MEDSONDA	0	0,7700	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	MED SONDA	0	0,9100	3

Página: 54/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 10/08/2015		Válido até: 10/08/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

223	Sonda nasogástrica PVC estátil longa Nº 18. O produto é confeccionado em PVC (cloreto de polivinila) transparente, flexível, atóxico; esterilizado pelo processo de óxido de etileno. Descrição: em forma de cilindro reto e intertício, com extremidade proximal arredondada, fechada, isenta de rebarbas; dotada de dois orifícios distribuídos alternadamente e equidistantes de forma a cobrir todo o diâmetro do tubo. Tais orifícios são dimensionados de acordo com o calibre de cada sonda, apresentando diâmetros perfeitamente acabados, delimitados e regulares em toda a superfície. A extremidade distal apresenta devidamente acabado e fixado dispositivo conector. Este dispositivo é moldado conforme padrões usuais de fabricação e é capaz de manter estável a fixação da sonda (912)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Biosani	0	0,8250	1
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MEDSONDA	0	0,8500	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	MED SONDA	0	1,0000	3
224	Sonda uretral para alívio nº 06. Produto confeccionado em PVC (cloreto de polivinila) transparente, flexível, atóxico; esterilizado pelo processo de óxido de etileno e embalada em papel grau cirúrgico. Pacote com 10 unidades (913)	PCT	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Biosani	0	3,9900	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	MEDSONDA	0	4,0800	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MEDSONDA	0	4,4200	3
225	Sonda uretral para alívio nº 08. Produto confeccionado em PVC (cloreto de polivinila) transparente, flexível, atóxico; esterilizado pelo processo de óxido de etileno e embalada em papel grau cirúrgico. Pacote com 10 unidades (914)	PCT	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Biosani	0	4,1200	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	MEDSONDA	0	4,2200	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MEDSONDA	0	4,5300	3
226	Sonda uretral para alívio nº 10. Produto confeccionado em PVC (cloreto de polivinila) transparente, flexível, atóxico; esterilizado pelo processo de óxido de etileno e embalada em papel grau cirúrgico. Pacote com 10 unidades (915)	PCT	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Biosani	0	4,2000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

Página: 55/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 10/08/2015		Válido até: 10/08/2016		Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
227	Sonda uretral para alívio nº 12. Produto confeccionado em PVC (direito de polivinila) transparente, flexível, atóxico; esterilizado pelo processo de óxido de etileno e embalada em papel grau cirúrgico. Pacote com 10 unidades (916)	PCT	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MEDSONDA	0	4,2500	2		
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	MEDSONDA	0	4,3700	3		
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Biosani	0	4,3000	1		
228	Sonda uretral para alívio nº 14. Produto confeccionado em PVC (direito de polivinila) transparente, flexível, atóxico; esterilizado pelo processo de óxido de etileno e embalada em papel grau cirúrgico. Pacote com 10 unidades (917)	PCT	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MEDSONDA	0	4,3500	2		
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	MEDSONDA	0	4,5100	3		
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Biosani	0	4,4000	1		
229	Sonda uretral para alívio nº 16. Produto confeccionado em PVC (direito de polivinila) transparente, flexível, atóxico; esterilizado pelo processo de óxido de etileno e embalada em papel grau Cirúrgico. Pacote com 10 unidades (918)	PCT	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (1822)	MEDSONDA	0	4,6600	2		
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MEDSONDA	0	4,9100	3		
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Biosani	0	4,8100	1		
230	Sonda uretral para alívio nº 18. Produto confeccionado em PVC (direito de polivinila) transparente, flexível, atóxico; esterilizado pelo processo de óxido de etileno e embalada em papel grau cirúrgico. Pacote com 10 unidades (919)	PCT	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MEDSONDA	0	5,6300	2		
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	MED SONDA	0	5,7200	3		
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Biosani	0	5,2200	1		

Página: 56/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015 Data do Registro: 10/08/2015 Válido até: 10/08/2016						
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MEDSONDA	0	6,2400
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	MED SONDA	0	6,5700
231	Soro fisiológico 0,9%, solução injetável, 1000ml. Caixa com 24 frascos (647)	CX	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (89)	BASA	0	84,0000
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Basa	0	91,3920
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	EUROFARMA	0	93,6000
232	Soro fisiológico 0,9%, solução injetável, 100ml. Caixa com 48 frascos (641)	CX	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (89)	EUROFARMA	0	93,0000
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Basa	0	99,6480
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	EUROFARMA	0	107,3800
233	Soro fisiológico 0,9%, solução injetável, 250ml. Caixa com 24 frascos (642)	CX	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Basa	0	50,9000
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (89)	BASA	0	51,0000
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	EUROFARMA	0	61,1700
234	Soro fisiológico 0,9%, solução injetável, 500ml. Caixa com 12 frascos (643)	CX	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (89)	BASA	0	29,0000
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Basa	0	29,6880

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 57/66

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 10/08/2015		Válido até: 10/08/2016			Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
235	Soro fisiológico 0,9%, solução injetável, 1.000 ml. Caixa com 24 frascos (2036)	CX	PLASMEDIC- COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E (83)	BASA	0	34,0200	3		
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	EUROFARMA	0	34,0200	4		
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (89)	BASA	0	83,0000	1		
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Basa	0	83,5000	2		
237	Soro glicofisiológico 5%, solução injetável, 250ml. Caixa com 24 unidades (644)	CX	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	EUROFARMA	0	83,9000	3		
			PLASMEDIC- COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E (83)	BASA	0	97,2000	4		
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (89)	BASA	0	58,0000	1		
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Jp	0	62,6880	2		
238	Soro glicofisiológico 5%, solução injetável, 500ml. Caixa com 12 unidades (645)	CX	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Basa	0	30,5000	1		
			PLASMEDIC- COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E (83)	BASA	0	30,7000	2		
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	EUROFARMA	0	43,7400	3		
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (89)	BASA	0	65,0000	1		

Página: 58/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 10/08/2015		Válido até: 10/08/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
240	Soro glicosado 5%, solução injetável, 500ml. Caixa com 20 unidades (921)	CX	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	EUROFARMA	0	65,5000	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Basa	0	74,2200	3
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (89)	BASA	0	50,0000	1
241	Tampa para polífix / scalp / abocath com rosca (luer). Descartável, atóxica, estéril. Embalagem individual em papel grau cirúrgico, que possibilite abertura asséptica. (2037)	UN	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	EUROFARMA	0	51,0000	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Basa	0	56,3600	3
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	MEDSONDA	0	0,1300	1
242	Termômetro Digital Clínico à prova d'água. A unidade de medição é graus Celsius (°C), com precisão decimal. Emite sinais sonoros (beeps) diferenciados ao final da medição, para indicar temperatura normal ou febril. Desligamento automático. Tomada de temperatura em aproximadamente 1 minuto. Ecologicamente correto: não contém mercúrio ou substâncias tóxicas. (2038)	UN	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	EMBRAMED	0	0,2300	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Biosani	0	0,3020	3
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	MEDQOCO	0	7,6500	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Lamedid-Solid	0	8,2520	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	G.TECH	0	12,4900	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS**

Página: 59/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015				Data do Registro: 10/08/2015		Válido até: 10/08/2016	
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
243	Tesoura cirúrgica fina/fina 20cm. Produto confeccionado em aço inoxidável AISI-420. Garantia de 10 anos contra defeitos de fabricação. Fabricado de acordo com padrões internacionais de qualidade, Normas da ABNT, CE (925)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Abc	0	19,5190	1
244	Tesoura cirúrgica klher 12cm. Produto confeccionado em aço inoxidável AISI-420. Garantia de 10 anos contra defeitos de fabricação. Fabricado de acordo com padrões internacionais de qualidade, Normas da ABNT, CE (926)	UN	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Abc	0	32,9900	1
245	Tesoura Iris Reia. Confeccionada em aço inox de 1ª qualidade de, medindo 11,5cm de comprimento, embalada individualmente em plástico, constando externamente os dados de identificação e procedência. Garantia de fábrica: 10 anos contra defeitos de fabricação. Serve para uso cirúrgico geral (924)	UN	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	GOLGRAN	0	11,7900	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Abc	0	12,0960	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	ABC	0	14,8400	3
246	Tiras teste para medição quantitativa de glicose sanguínea, que utilize sangue capilar total, com amostra de no máximo 1,0 microlitro, com capacidade de medição de glicemia entre 10 mg/dl a 600 mg/dl, com leitura de resultado de no máximo 20 segundos. Que utilize tecnologia de glicose desidrogenase com metodologia de amperometria, tiras reagentes que absorvam o sangue (gota) automaticamente (aspiração capilar), para dentro da célula reagente. Obs: A empresa vencedora deverá fornecer em forma de comodato os equipamentos compatíveis para utilização das respectivas tiras. Caixa com 50 unidades. (2042)	CX	FUFA-SC COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA (18)	Accu Chek Per	0	42,0000	1
247	Tubo endotraqueal com balão Nº 5,0. Tubo de material plástico utilizado para entubação endotraqueal; marcadores de graduação em centímetros; embalagem individual tipo blister, de fácil abertura em papel grau cirúrgico; fabricado em polipropileno, válvula abs com mola inoxidável. Caixa com 10 unidades (934)	CX	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	G-TECH	0	75,4000	2
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	VITAL GOLD	0	26,9000	1

Página: 60/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015 Data do Registro: 10/08/2015 Válido até: 10/08/2016

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
248	Tubo endotraqueal com balão Nº 5,5. Tubo de material plástico utilizado para entubação endotraqueal; marcadores de graduação em centímetros; embalagem individual tipo blister, de fácil abertura em papel grau cirúrgico; fabricado em polipropileno, válvula aus com mda inoxidável. Caixa com 10 unidades (635)	CX	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	SOLIDOR	0	34,9700	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Lamedid-Solid	0	35,3100	3
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	VITAL GOLD	0	26,9000	1
249	Tubo endotraqueal com balão Nº 6,0. Tubo de material plástico utilizado para entubação endotraqueal; marcadores de graduação em centímetros; embalagem individual tipo blister, de fácil abertura em papel grau cirúrgico; fabricado em polipropileno, válvula aus com mda inoxidável. Caixa com 10 unidades (636)	CX	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	SOLIDOR	0	34,9700	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Lamedid-Solid	0	35,3100	3
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	VITAL GOLD	0	26,9000	1
250	Tubo endotraqueal com balão Nº 6,5. Tubo de material plástico utilizado para entubação endotraqueal; marcadores de graduação em centímetros; embalagem individual tipo blister, de fácil abertura em papel grau cirúrgico; fabricado em polipropileno, válvula aus com mda inoxidável. Caixa com 10 unidades (637)	CX	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	SOLIDOR	0	34,9700	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Lamedid-Solid	0	35,3100	3
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	VITAL GOLD	0	26,9000	1
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	SOLIDOR	0	34,9700	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Lamedid-Solid	0	35,3100	3
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	VITAL GOLD	0	26,9000	1

Página: 61/66

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015			Data do Registro: 10/08/2015			Válido até: 10/08/2016		
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
251	Tubo endotraqueal com balão Nº 7,0. Tubo de material plástico utilizado para entubação endotraqueal; marcadores de graduação em centímetros; embalagem individual tipo blister, de fácil abertura em papel grau cirúrgico; fabricado em polipropileno, válvula abs com mola inoxidável. Caixa com 10 unidades (938)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	VITAL GOLD	0	26,9000	1	
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	SOLIDOR	0	34,9700	2	
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Lamedid-Solidt	0	35,3100	3	
252	Tubo endotraqueal com balão Nº 7,5. Tubo de material plástico utilizado para entubação endotraqueal; marcadores de graduação em centímetros; embalagem individual tipo blister, de fácil abertura em papel grau cirúrgico; fabricado em polipropileno, válvula abs com mola inoxidável. Caixa com 10 unidades (939)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	VITAL GOLD	0	26,9000	1	
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	SOLIDOR	0	34,9700	2	
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Lamedid-Solidt	0	35,3100	3	
253	Tubo endotraqueal com balão Nº 8,0. Tubo de material plástico utilizado para entubação endotraqueal; marcadores de graduação em centímetros; embalagem individual tipo blister, de fácil abertura em papel grau cirúrgico; fabricado em polipropileno, válvula abs com mola inoxidável. Caixa com 10 unidades (940)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	VITAL GOLD	0	26,9000	1	
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E (1823)	SOLIDOR	0	34,9700	2	
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Lamedid-Solidt	0	35,3100	3	
254	Tubo endotraqueal com balão Nº 8,5. Tubo de material plástico utilizado para entubação endotraqueal; marcadores de graduação em centímetros; embalagem individual tipo blister, de fácil abertura em papel grau cirúrgico; fabricado em polipropileno, válvula abs com mola inoxidável. Caixa com 10 unidades (941)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	VITAL GOLD	0	26,9000	1	

Página: 62/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015 Data do Registro: 10/08/2015 Válido até: 10/08/2016

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
255	Tubo endotraqueal com balão nº 9,0. Tubo de material plástico utilizado para entubação endotraqueal; marcadores de graduação em centímetros; embalagem individual tipo blister, de fácil abertura em papel grau cirúrgico; fabricado em polipropileno, válvula abs com mola inoxidável. Caixa com 10 unidades (942)	CX	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	SOLIDOR	0	34,9700	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Lamedid-Solid	0	35,3100	3
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	VITAL GOLD	0	26,9000	1
256	Tubo endotraqueal sem balão nº 2,5. Tubo de material plástico utilizado para entubação endotraqueal; marcadores de graduação em centímetros; embalagem individual tipo blister, de fácil abertura em papel grau cirúrgico; fabricado em polipropileno, válvula abs com mola inoxidável. Caixa com 10 unidades (929)	CX	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	SOLIDOR	0	34,9700	2
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Lamedid-Solid	0	35,3100	3
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	VITAL GOLD	0	21,5600	1
257	Tubo endotraqueal sem balão nº 3,0. Tubo de material plástico utilizado para entubação endotraqueal; marcadores de graduação em centímetros; embalagem individual tipo blister, de fácil abertura em papel grau cirúrgico; fabricado em polipropileno, válvula abs com mola inoxidável. Caixa com 10 unidades (930)	CX	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Lamedid-Solid	0	25,0900	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	SOLIDOR	0	25,2200	3
			STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (51)	VITAL GOLD	0	21,5600	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Lamedid-Solid	0	25,0900	2
			DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E (1823)	SOLIDOR	0	25,2200	3

Página: 63/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015 Data do Registro: 10/08/2015 Válido até: 10/08/2016
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
258	Tubo endotraqueal sem balão Nº 3,5. Tubo de material plástico utilizado para entubação endotraqueal; marcadores de graduação em centímetros; embalagem individual tipo blister, de fácil abertura em papel grau cirúrgico; fabricado em polipropileno, válvula abs com mola inoxidável. Caixa com 10 unidades (931)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	(51) VITAL GOLD	0	21.5600	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.	(432) Lamedid-Solid	0	25.0900	2
			DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E	(1823) SOLIDOR	0	25.2200	3
259	Tubo endotraqueal sem balão Nº 4,0. Tubo de material plástico utilizado para entubação endotraqueal; marcadores de graduação em centímetros; embalagem individual tipo blister, de fácil abertura em papel grau cirúrgico; fabricado em polipropileno, válvula abs com mola inoxidável. Caixa com 10 unidades (932)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	(51) VITAL GOLD	0	21.5600	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.	(432) Lamedid-Solid	0	25.0900	2
			DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E	(1823) SOLIDOR	0	25.2200	3
260	Tubo endotraqueal sem balão Nº 4,5. Tubo de material plástico utilizado para entubação endotraqueal; marcadores de graduação em centímetros; embalagem individual tipo blister, de fácil abertura em papel grau cirúrgico; fabricado em polipropileno, válvula abs com mola inoxidável. Caixa com 10 unidades (933)	CX	STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	(51) VITAL GOLD	0	21.5600	1
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.	(432) Lamedid-Solid	0	25.0900	2
			DENTAL SHOW- COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E	(1823) SOLIDOR	0	25.2200	3
261	Vaselina liquido-grau, fórmula química CNH2N+2, líquido, oleoso, transparente, incolor, isento ou quase isento de fluorescência. Inodoro e insípido. Quando frio e quando aquecido desenvolve no máximo leve odor de petróleo, densidade entre 0,845 e 0,905 e o recipiente deve ser hermeticamente fechado. O produto não pode ser reembalado ou fracionado, o fracionamento somente será permitido quando a menor embalagem do fabricante for superior a fração a ser fornecida. Frasco 1000ml (982)	FR	DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E	(1823) VIC PHARMA	0	15.9900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 64/66

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 10/08/2015		Válido até: 10/08/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (432)	Vic Pharma	0	17,3880	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 65/66

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 10/08/2015		Válido até: 10/08/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PRODUIVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1822)	RICIE	0	18,0800	3

Página: 66/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2015					Data do Registro: 10/08/2015		Válido até: 10/08/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de materiais de uso médico destinados para a manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.										
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

- REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2015
PROCESSO Nº 3/2015
- (18) - FUFA-SC COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA
 - (51) - STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA
 - (83) - PLASMEDIC- COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E
 - (89) - PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
 - (432) - ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.
 - (1822) - PRODUALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
 - (1823) - DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E

Treze Tílias, 10 de Agosto de 2015.

Tunápolis

PREFEITURA

PORTARIA 3905/2015

PORTARIA Nº. 3.905/2015.

Em 04 de Agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 027/2011 e alterações, bem como o Edital de Processo Seletivo SMECETT nº 07/2014;

1)Considerando que a Administração Municipal realizou seleção para contratação em Caráter Temporário (ACT) para o Magistério Público Municipal, para o ano de 2.015, conforme Edital 007/2014 SMECETT - para vagas cujo preenchimento é de caráter temporário e vinculado a Licença Tratamento de Saúde da Professora Soleni Roloff Kumm;

2)Considerando que o ano letivo não poderá sofrer paralisação das aulas, em razão do comprometimento, não só do calendário escolar, mas também das pessoas envolvidas;

3)Considerando o relevante interesse público municipal na questão, bem como, o tratamento diferenciado e impositivo dado pela Carta Magna na área da Educação.

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, o (a) professor (a) CAMILA LUIZA SCHMIDT, com cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, lotada na Secretaria Municipal de Educação, neste município, com carga horária de 40 (QUARENTA) horas aula, para o período de 04 de Agosto e enquanto perdurar a licença Tratamento de Saúde da Professora Soleni Roloff Kumm, não habilitada, recebendo vencimentos e vantagens previstas na lei acima citada.

Art. 2º - CONCEDER vantagem de Regência de Classe de 6% (seis por cento) sobre o vencimento, não recebendo ajuda de custo referente deslocamento dentro do município, conforme Art. 64, parágrafo 1º, da Lei Complementar nº. 027/2011.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC. Em 04 de Agosto de 2015.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

VIANEI LUÍS HAMMERSCHMITT

Secr. Munic. Educação Cultura e Esportes

Esta Portaria foi publicada
na presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

PORTARIA 3906/2015

PORTARIA Nº. 3.906/2015

Em 04 de Agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Legislação vigente, baseado na Lei Complementar 13/2006, Art. 71, parágrafo 2º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder "LICENÇA MATERNIDADE", a Servidora efetiva CARLISE INÊS GROTH LEZONIER, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, neste município.

Art.2º Esta Portaria em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à 02 de Agosto de 2.015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS/SC Em 04 de Agosto de 2015.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Turvo

PREFEITURA

DECRETO 41/2015

DECRETO Nº 041/15, de 03 de Agosto de 2015.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 7º da Lei nº 2.249/15, de 22 de Julho de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) assim classificados:

07.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0007.1.004-VIAS URBANAS PAVIM. PASSEIO PÚBL. E PRAÇAS PÚBLICAS

4.4.90.00.00.00.00.00.0113.0 (115) – Aplicações Diretas R\$ 2.000.000,00

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serviram como recursos para abertura do crédito adicional suplementar de que trata o presente Decreto as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 2.249/15, de 22 de Julho de 2015.

§ 1º – Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 03 de agosto de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

DECRETO 42/2015

DECRETO Nº 042/15, de 10 de Agosto de 2015.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.222/14 (Lei Orçamentária Anual), de 12/12/2014.

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) assim classificados:

07.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0007.1.004 – VIAS URBANAS PAVIM. PASSEIO PÚBLICO E PRAÇA PÚBLICA

4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 (080) – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação da Fonte 0080 no valor de R\$ 5.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 10 de agosto de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 251/2015

PORTARIA Nº 251/15, de 03 de Agosto de 2015.

DEMITE A PEDIDO AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR, NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Demitir a pedido, a Servidora abaixo relacionada, ocupante da função pública de Agente Administrativo Escolar, nomeada temporariamente através do Processo Seletivo nº 001/14 - SME, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

NOME	CPF	MATRICULA
Eliane Guedes de Andrade	526.786.364-53	3283

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 03 de agosto de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 252/2015

PORTARIA Nº 252/15, de 03 de Agosto de 2015.

REDUZ A PEDIDO CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR EFETIVO, ALTERADA TEMPORARIAMENTE, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Reduzir a pedido a carga horária do Servidor abaixo relacionado, alterada temporariamente, de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, com os vencimentos estabelecidos em lei.

MATRÍCULA	SERVIDOR (A)	FUNÇÃO
1195	Gisele Bendo Nazário	Professor II

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo SC, 03 de agosto de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 253/2015

PORTARIA Nº 253/15, de 03 de Agosto de 2015.

DEMITE A PEDIDO PROFESSOR IV, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Demitir a pedido, a Servidora abaixo relacionada, ocupante da função pública de Professor IV, admitida em caráter temporário, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

NOME	CPF	MATRÍCULA
Nazarena Idalino Trombin	056.734.209-35	3393

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 03 de agosto de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 254/2015

PORTARIA Nº 254/15, de 03 de Agosto de 2015.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE SERVIDORA NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 05 de outubro de 2015 a contratação da servidora CHARLENE PATEL FELTRIN ARCARO CPF nº 036.836.379-19, matrícula nº 3291, nomeada através do Processo Seletivo nº 001-14, exercendo a função pública de Professor 20 (vinte) horas semanais, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei, em substituição a servidora LEONIR DA SILVA PIAZZOLI que se encontra em Auxílio Doença.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 03 de agosto de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 255/2015

PORTARIA Nº 255/15, de 03 de Agosto de 2015.

NOMEIA PROFESSOR IV, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014-SME o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, para exercerem a função pública de Professor IV, do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF	DISCIPLINA	LOCAL DE TRABALHO
Mariana Sasso Favarin	066.260.229-38	Filosofia	EJA

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 03 de Agosto de 2015 e encerrará em 30 de Novembro de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 03 de agosto de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 256/2015

PORTARIA Nº 256/15, de 03 de Agosto de 2015.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 138, XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias aos servidores abaixo especificados, no período de 03.08.2015 a 01.09.2015, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.

MATR.	SERVIDOR (A)	PERÍODO DE AQUISIÇÃO
2914	Darlan Guolo Varela	01.04.2014 a 31.03.2015
1145	Marisete Osório Monteiro	01.04.2013 a 31.03.2014
0127	Vilmar Pinheiro	02.05.2013 a 01.05.2014
0988	João de Toledo	01.03.2013 a 28.02.2014

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 03 de agosto de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 257/2015

PORTARIA Nº 257/15, de 04 de Agosto de 2015.

NOMEIA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, EM CARÁTER TEMPORÁRIO NA ÁREA DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA – ESFs.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.816/2006, de 21 de Dezembro de 2006, e suas alterações,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 002/2015 - SMS, os servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercerem a função pública de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF	LOCALIDADE
Bruna Ferreira dos Santos	067.988.479-35	São Luiz/São Braz - ESF I
Elza Schiavini	636.338.849-04	São Luiz/São Braz - ESF I
Dalva Meister Possamai	999.523.789-04	Boa Vistinha/Turvo Baixo – ESF I
Mislene Fernandes Ferreira	029.157.849-73	Linha Jundiá/Itopava II – ESF I
Elisangela Pereira Ferreira	024.621.579-80	Linha Seco/Lot. Laerte – ESF I
Maria A. Da Silva Comioli	712.035.599-68	Lot. Clésio/Carlessi – ESF I
Sidiane Laurindo da Silva	059.185.829-08	São Peregrino/CTG/Paq. Ind. – ESF I
Mariana Emidio J. Nunes	069.440.719-40	Imigrantes – ESF II
Regina Prates Trichês	907.121.619-53	Imigrantes – ESF II
Neuza Cadorin	617.914.239-49	Centro – ESF II
Paula Cardoso Savio	008.752.329-90	Centro – ESF II

Maria M. de Moraes Piazzza	828.368.849-91	Centro – ESF II
Sandra C. Bardini Idalino	828.368.099-48	Livramento/Morro Serrano - ESF II
Mônica de Araujo Santos	041.860.509-29	São Cristóvão/Santa Luzia - ESF II
Maria de Lourdes Taveri	282.119.498-65	São Cristóvão/Santa Luzia - ESF II
Jucelia Premoli	863.064.649-72	Cidade Alta/Lin. Seminário – ESF III
Janete Cristina C. Toreti	967.087.199-91	Cidade Alta/Lin. Seminário – ESF III
Paloma Figueredo Mandelli	067.987.609-02	Cidade Alta/Lin. Seminário – ESF III
Mara Rubia B. Beterli	021.137.229-33	Rio Aparecida/Ponte Alta – ESF III
Rosa Maria Patricio Tonetto	862.673.539-15	São Felipe/Fazenda – ESF III
Nivia Nara Paulino	215.038.468-06	Serv. Marcon/Paq. Ex-posição – ESF III
Luzia Dagostin Saccon	089.730.099-82	Linha Contessi – ESF IV
Vanessa Fornaza Silvestri	075.234.879-55	Morro Azul/Morro do Meio - ESF IV
Carla Cadorin Arcaro Michels	077.695.649-30	Rodeio D'Areia – ESF IV
Selair Lino F. Tramontin	240.554.506-06	Morro Chato - ESF IV
Jucelir Rabelo Zilli	028.306.099-99	Morro Chato – ESF IV
Luizinha Correia Z. Pasini	031.475.329-09	Morro Chato – ESF IV

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 04 de Agosto de 2015 e encerrará em 03 de Agosto de 2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 04 de agosto de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 258/2015

PORTARIA Nº 258/15, de 04 de Agosto de 2015.

NOMEIA MOTORISTA II, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 002/2015 - SMS, o servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Motorista II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF
Luiz Carlos Patel	486.236.959-68

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 04 de Agosto de 2015 e encerrará em 03 de Agosto de 2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 04 de agosto de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 259/2015

PORTARIA Nº 259/15, de 04 de Agosto de 2015.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR IV, NOMEADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 30 de Novembro de 2015 a contratação do servidor abaixo relacionado, nomeado pelo Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014-SME com carga horária de 10 (dez) horas semanais, exercendo a função pública de Professor IV, do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF	MATRICULA
Andrei Feltrin Simon	070.923.319-19	3422

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 04 de agosto de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 260/2015

PORTARIA Nº 260/15, de 04 de Agosto de 2015.

NOMEIA FARMACÊUTICO, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 002/2015 - SMS, o servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Farmacêutico, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF
Taise Lazzarin Daros	070.516.479-97

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 04 de Agosto de 2015 e encerrará em 03 de Agosto de 2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 04 de agosto de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 261/2015

PORTARIA Nº 261/15, de 04 de Agosto de 2015.

NOMEIA ASSISTENTE SOCIAL, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 002/2015 - SMS, o servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Farmacêutico, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF
Luana Aguiar Sartor	045.630.749-42

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 04 de Agosto de 2015 e encerrará em 03 de Agosto de 2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 04 de agosto de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 262/2015

PORTARIA Nº 262/15, de 04 de Agosto de 2015.

NOMEIA MOTORISTA SOCORRISTA PARA O SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.819/2007, de 31 de Janeiro de 2007, e suas alterações,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 002/2015 - SMS, os servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercerem a função pública de Motorista Socorrista - SAMU, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de

Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF
Eloir Osvaldo Borges	415.132.892-72
Juliano Lodetti de Aguiar	062.487.819-82
Zenir Felisberto Pereira Strelow	601.352.479-34
Anderson Felisberto	023.554.019-69
Nilson Severino Mota	657.071.339-68

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 04 de Agosto de 2015 e encerrará em 03 de Agosto de 2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 04 de agosto de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 263/2015

PORTARIA Nº 263/15, de 04 de Agosto de 2015.

NOMEIA TECNICO EM ENFERMAGEM PARA O SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.819/2007, de 31 de Janeiro de 2007, e suas alterações,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 002/2015 - SMS, os servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercerem a função pública de Técnico em Enfermagem - SAMU, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF
Patricia Pires	000.052.139-67
Alini Vieira Fischer	074.785.989-27
Rejane Cruz da Silva	657.533.480-68
Roseli Pereira Francisco	927.770.589-20
Claiton Wollenschlager	006.635.619-90

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 04 de Agosto de 2015 e encerrará em 03 de Agosto de 2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 04 de agosto de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 264/2015

PORTARIA Nº 264/15, de 04 de Agosto de 2015.

NOMEIA PSICÓLOGO E FISIOTERAPEUTA, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 002/2015 - SMS, os servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercerem a função pública de Psicólogo, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF
Suêlé Pagnan Vicentin	066.164.929-66
Lorena Meister Ribeiro	029.558.919-16

Art. 2º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 002/2015 - SMS, os servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercerem a função pública de Fisioterapeuta, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF
Angelo Ribeiro Manenti	035.450.989-66
Monia Bardini Pietsch	047.245.879-54

Art. 3º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º e 2º desta Portaria, iniciará em 04 de Agosto de 2015 e encerrará em 03 de Agosto de 2016.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 04 de agosto de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 265/2015

PORTARIA Nº 265/15, de 04 de Agosto de 2015.

NOMEIA ODONTÓLOGO, EM CARÁTER TEMPORÁRIO NA ÁREA DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA – ESFs.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.816/2006, de 21 de Dezembro de 2006, e suas alterações,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 002/2015 - SMS, o servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Odontólogo, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF
Erica Tezza Rezin	076.818.139-93

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 10 de Agosto de 2015 e

encerrará em 03 de Agosto de 2016.

Art. 3º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 002/2015 - SMS, o servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Odontólogo, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF
Michelle da Silva Scarsanella	035.245.309-58

Art. 4º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 3º desta Portaria, iniciará em 04 de Agosto de 2015 e encerrará em 03 de Agosto de 2016.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 04 de agosto de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 266/2015

PORTARIA Nº 266/15, de 04 de Agosto de 2015.

NOMEIA ODONTOLOGO, ENFERMEIRO E TÉCNICO DE ENFERMAGEM, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 002/2015 - SMS, o servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF

Juanita Panatto Daros 052.916.229-62

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 06 de Agosto de 2015 e encerrará em 03 de Agosto de 2016.

Art. 3º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 002/2015 - SMS, o servidor abaixo relacionado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para exercer a função pública de Odontólogo, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF

Morgana Vicentin 067.988.569-26

Art. 4º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 002/2015 - SMS, os servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercerem a função pública de Técnico de Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF

Ranielli Zilli Souza 071.797.249-63

Andréia Pereira 044.500.379-01

Edésia Pereira 020.113.499-31

Giane Pereira Ferreira 035.507.089-80

Art. 5º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 3º e 4º desta Portaria, iniciará em 04 de Agosto de 2015 e encerrará em 03 de Agosto de 2016.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 04 de agosto de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 267/2015

PORTARIA Nº 267/15, de 04 de Agosto de 2015.

NOMEIA ENFERMEIRO, EM CARÁTER TEMPORÁRIO NA ÁREA DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA – ESFs.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.816/2006, de 21 de Dezembro de 2006, e suas alterações,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 002/2015 - SMS, os servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercerem a função pública de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF

Rose Trevisol Generoso da Silva 055.455.479-83

Bárbara Gabriel Simon 065.350.439-08

Larissa Pietsch Manenti 054.383.359-31

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 04 de Agosto de 2015 e encerrará em 03 de Agosto de 2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 04 de agosto de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 268/2015

PORTARIA Nº 268/15, de 04 de Agosto de 2015.

NOMEIA TÉCNICO DE ENFERMAGEM, EM CARÁTER TEMPORÁRIO NA ÁREA DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA – ESFs.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.816/2006, de 21 de Dezembro de 2006, e suas alterações,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 002/2015 - SMS, os servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Técnico de Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF
Elisangela Fagundes Policarpo	029.872.849-42
Marcia Dandolini Casteller	020.312.259-36
Angela Pagnan Gabriel	757.969.969-91

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 04 de Agosto de 2015 e encerrará em 03 de Agosto de 2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 04 de agosto de 2015.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 269/2015

PORTARIA Nº 269/15, de 04 de Agosto de 2015.
NOMEIA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 002/2015 - SMS, os servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercerem a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF
Greice Kelly Guilherme Alves	056.134.069-28
Joselir Luiz	625.656.729-34
Rozilane Tonetto	065.785.539-16

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 04 de Agosto de 2015 e encerrará em 03 de Agosto de 2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 04 de agosto de 2015.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 270/2015

PORTARIA Nº 270/15, de 05 de Agosto de 2015.
NOMEIA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, EM CARÁTER TEMPORÁRIO NA ÁREA DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA – ESFs.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.816/2006, de 21 de Dezembro de 2006, e suas alterações,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 002/2015 - SMS, o servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF	LOCALIDADE
Clarissa Raldi	063.927.539-74	Vila Manenti - ESF III

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 06 de Agosto de 2015 e encerrará em 03 de Agosto de 2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 05 de agosto de 2015.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 271/2015

PORTARIA Nº 271/15, de 05 de Agosto de 2015.
DEMITE A PEDIDO AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Demitir a pedido, a Servidora abaixo relacionada, ocupante da função pública de Auxiliar de Ensino da Educação Infantil, nomeada temporariamente através do Processo Seletivo nº 001/14 - SME, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

NOME	CPF	MATRICULA
Lilian Figueredo Pereira	040.199.859-28	3286

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 05 de agosto de 2015.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 272/2015

PORTARIA Nº 272/15, de 05 de Agosto de 2015.
ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei nº 2.140/12 de 27 de Novembro de 2012,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária da servidora ELISIANE AMÉRICO DE SOUZA CPF nº 074.816.309-33, matrícula nº 3384, nomeada através do Processo Seletivo 001/14-SME exercendo a função pública de Auxiliar de Ensino da Educação Inclusiva, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei, em substituição a servidora GISELE BENDO NAZARIO que pedido redução de sua carga horária alterada temporariamente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 05 de agosto de 2015.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 273/2015

PORTARIA Nº 273/15, de 05 de Agosto de 2015.
NOMEIA AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014-SME, o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para exercer a função pública de Auxiliar de Ensino da Educação Infantil, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei, em substituição a servidora LILIAN FIGUEIREDO PEREIRA por ter pedido demissão.

NOME	CPF	LOCAL DE TRABALHO
Rosana Favaro Francisco	066.303.439-64	Creche Maria M. Sartor

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 05 de Agosto de 2015 e encerrará em 18 de Dezembro de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 05 de agosto de 2015.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 274/2015

PORTARIA Nº 274/15, de 06 de Agosto de 2015.
NOMEIA MOTORISTA II, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 002/2015 - SMS, o servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Motorista II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF
Samuel Piazza	927.773.689-53

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 10 de Agosto de 2015 e encerrará em 03 de Agosto de 2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 06 de agosto de 2015.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

TOMADA DE PREÇOS PMT 55/2015**Aviso de Licitação**

Processo de Licitação nº 55/2015 – Tomada de Preço nº 55/2015
Objeto: Urbanização de vias de acesso ao parque de exposições Prefeito Ires Olivo.

Entrega dos envelopes: até as 07h45min do dia 27/08/2015

Abertura da Sessão: as 08:00 hs do dia 27/08/2015

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 588 – Centro – Turvo/SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100, fax (48) 3525-0186.

Turvo/SC, 10 de agosto de 2015.
Ester Z. Barp
Presidente da C.J.L.

União do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 40/2015

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	40/2015
Contratante.:	MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
Contratada.:	ATUATI MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA - EPP
Objeto	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS.
Valor :	R\$ 19.500,00 (Dezenove mil e quinhentos reais).
Vigência :	Início: 10/08/2015 Término: 31/12/2015
Licitação :	Pregão Presencial N.º 44/2015.
UNIÃO DO OESTE, 10 de agosto de 2015.	
EVERALDO LUIS CASONATTO	
PREFEITO MUNICIPAL	

Publicado na forma da Lei Municipal N.º 1010/2014.

EXTRATO CONTRATO 41/2015

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	41/2015
Contratante.:	MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
Contratada.:	DIMAQUINAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA – EPP
Objeto	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS.
Valor :	R\$ 30.598,00 (Trinta mil, quinhentos e noventa e oito reais).
Vigência :	Início: 10/08/2015 Término: 31/12/2015
Licitação :	Pregão Presencial N.º 44/2015.
UNIÃO DO OESTE, 10 de agosto de 2015.	
EVERALDO LUIS CASONATTO	
PREFEITO MUNICIPAL	

Publicado na forma da Lei Municipal N.º 1010/2014.

EXTRATO CONTRATO 42/2015

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	42/2015
Contratante.:	MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
Contratada.:	JEAN PYER VIVIAN EIRELI - ME
Objeto	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS.
Valor :	R\$ 15.500,00 (Quinze mil e quinhentos reais).
Vigência :	Início: 10/08/2015 Término: 31/12/2015
Licitação :	Pregão Presencial N.º 44/2015.
UNIÃO DO OESTE, 10 de agosto de 2015.	
EVERALDO LUIS CASONATTO	
PREFEITO MUNICIPAL	

Publicado na forma da Lei Municipal N.º 1010/2014.

EXTRATO CONTRATO FMS 11/2015

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	11/2015
Contratante.:	MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE/FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Contratada.:	CLEBER TADEU BRIDI - ME
Objeto	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS PARA ATENDIMENTO AO GRUPO DE GESTANTES DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE E MATERIAIS PARA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE.
Valor :	R\$ 382,00 (Trezentos e oitenta e dois reais).
Vigência :	Início: 10/08/2015 Término: 31/12/2015
Licitação :	Pregão Presencial N.º 08/2015.
UNIÃO DO OESTE, 10 de agosto de 2015.	
VITORIO GUBERT	
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	

Publicado na forma da Lei N.º 1010/2014.

EXTRATO CONTRATO FMS 13/2015

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	13/2015
Contratante.:	MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratada.:	TREMALHA INDUSTRIA E COMÉRCIO DE CONFEÇÕES LTDA
Objeto	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS PARA ATENDIMENTO AO GRUPO DE GESTANTES DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE E MATERIAIS PARA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE.
Valor :	R\$ 5.968,50 (cinco mil, novecentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos).
Vigência :	Início: 10/08/2015 Término: 31/12/2015
Licitação :	Pregão Presencial N.º 08/2015.
UNIÃO DO OESTE, 10 de agosto de 2015.	
VITORIO GUBERT	
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	

Publicado na forma da Lei N.º 1010/2014.

RESOLUÇÃO 17/2015

RESOLUÇÃO Nº 017/2015

"DESAFETA BENS MÓVEIS, CONSIDERADOS INSERVÍVEIS, TRANSFERE AO PODER EXECUTIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, que existem bem móvel que não está sendo utilizado pela Câmara Municipal de Vereadores, faz saber que os vereadores aprovaram e ele promulga a seguinte

RESOLUÇÃO

Art. 1º - Desafetar o bem abaixo arrolado em razão de ser considerado inservível ao poder legislativo municipal:

Nº	Bens	Valor Contábil	Situação
50	REFRIGERADOR PROSDÓCIMO 340 LITROS	129,83	Bom

Art. 2º - Providenciar a devolução e transferência do bem desafetado e considerado inservível ao Poder Executivo.

Art. 3º - O servidor responsável pelo patrimônio providenciará a baixa no sistema patrimonial e encaminhará ao setor contábil para os registros pertinentes.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE – SC. 06 DE AGOSTO DE 2015.

ALGEMIRO ALVES MACIEL

Presidente da Câmara

Urussanga

PREFEITURA

AVISO PR 33/2015/PMU

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO Nº 33/2015/PMU

Objeto: aquisição de peças novas e serviços para manutenção veículo MFV 6934, conforme edital e seus anexos. Recebimento dos envelopes: até as 10h do dia 25/08/2015, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: Às 10h do dia 25/08/2015, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser solicitado através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br ou retirado no site oficial desta municipalidade, no Portal da Transparência. Rosane Zatta-Pregoeira

LEI Nº 2.726

LEI N.º 2.726, de 10 de agosto de 2015.

INSTITUI E REGULAMENTA O CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS NO MUNICÍPIO DE URUSSANGA/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOHNNY FELIPPE, PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º. Fica criado, no âmbito do Município de Urussanga e integrado à Secretaria de Assistência Social, o Centro de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS, unidade administrativa responsável pelo atendimento à população, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontrem em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.

Parágrafo único. O atendimento psicossocial opera-se na proteção imediata à vítima e ao seu núcleo familiar, prevenindo a continuidade da violação de direitos, com atendimento técnico especializado, como também providências no tocante à responsabilização.

Art. 2º. O Centro de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS deve ofertar atenções na ocorrência de situações de risco pessoal e social por ocorrência de negligência, abandono, ameaças, maus-tratos, violência física, psicológica e/ou sexual, discriminações sociais e restrições à plena vida com autonomia e exercício de capacidades, prestando atendimento prioritário a crianças, adolescentes e suas famílias nas seguintes situações:

I - crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual;

II - crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica (violência física, psicológica, sexual, negligência);

III - famílias inseridas no programa de erradicação do trabalho infantil que apresentem dificuldades no cumprimento das condicionalidades;

IV - crianças e adolescentes em situação de mendicância;

V - crianças e adolescentes que estejam sob “medida de proteção” ou “medida pertinente aos pais ou responsáveis”;

VI - crianças e adolescentes em cumprimento da medida de proteção em abrigo ou família acolhedora, e após o cumprimento da medida, quando necessário suporte à reinserção sócio-familiar;

VII - adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade;

VIII - adolescentes e jovens após cumprimento de medida socioeducativa de internação estrita, quando necessário suporte à reinserção sociofamiliar.

Art. 3º. A assistência prestada pelo CREAS criado por esta Lei inclui as seguintes atividades:

I - referenciamento e encaminhamento de situações de violação de direitos, vitimizações e agressões a crianças e adolescentes;

II - acolhida e escuta individual voltada para a identificação de necessidades de indivíduos e famílias;

III - produção de materiais educativos como suporte aos serviços;

IV - realização de cursos de capacitação para equipes multiprofissionais;

V - acompanhamento e controle da efetividade dos encaminhamentos realizados;

VI - realização de visitas domiciliares;

VII - atendimento sócio-familiar;

VIII - atendimento psicossocial individual e em grupos de usuários e suas famílias, inclusive com orientação jurídico-social em casos de ameaça ou violação de direitos individuais e coletivos;

IX - monitoramento da presença do trabalho infantil e das diversas formas de negligência, abuso e exploração, mediante abordagem de agentes institucionais em vias públicas e locais identificados pela existência de situações de risco.

Art. 4º. Para o atendimento das finalidades instituídas por esta Lei ficam criadas as vagas para os empregos públicos abaixo relacionados, acrescidos ao Anexo IV da Lei nº 1.515/94, regidos pela Lei Complementar nº 07/2004, da seguinte forma:

Vagas	Denominação	Carga Horária	Amplitude de Referência
01	Psicólogo(a)	40h semanais	15 a 22
01	Assistente Social	40h semanais	15 a 22
01	Advogado	40h semanais	15 a 22
01	Assistente Administrativo I	40h semanais	11 a 18

Parágrafo único – os empregos públicos acima relacionados serão oferecidos mediante realização de concurso público, ficando autorizada a contratação temporária na forma do Art. 37, IX da Constituição Federal pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos, nos moldes previstos na Lei nº 1.877/2002, para suprir a necessidade excepcional até a realização do concurso.

Art. 5º. Fica criada na estrutura da Secretaria da Assistência Social, o emprego público de provimento em comissão abaixo relacionado, acrescido ao Anexo I da Lei nº 1.767/2001, regido pela Lei Complementar nº 07/2004, da seguinte forma:

Vagas	Denominação	Símbolo	Carga Horária	Vencimento
1	Coordenador do CREAS	EC-8	40h semanais	R\$ 2.833,65

Art. 6º. São atribuições do Coordenador do CREAS:

- I - Articular, acompanhar e avaliar o processo de implantação do CREAS e seu (s) serviço (s), quando for o caso;
 - II - Coordenar as rotinas administrativas, os processos de trabalho e os recursos humanos da Unidade; - Participar da elaboração, acompanhamento, implementação e avaliação dos fluxos e procedimentos adotados, visando garantir a efetivação das articulações necessárias;
 - III - Subsidiar e participar da elaboração dos mapeamentos da área de vigilância socioassistencial do órgão gestor de Assistência Social;
 - IV - Coordenar a relação cotidiana entre CREAS e as unidades referenciadas ao CREAS no seu território de abrangência;
 - V - Coordenar o processo de articulação cotidiana com as demais unidades e serviços socioassistenciais, especialmente os CRAS e Serviços de Acolhimento, na sua área de abrangência;
 - VI - Coordenar o processo de articulação cotidiana com as demais políticas públicas e os órgãos de defesa de direitos, recorrendo ao apoio do órgão gestor de Assistência Social, sempre que necessário;
 - VII - Definir com a equipe a dinâmica e os processos de trabalho a serem desenvolvidos na Unidade;
 - VIII- Discutir com a equipe técnica a adoção de estratégias e ferramentas teórico-metodológicas que possam qualificar o trabalho;
 - IX - Definir com a equipe os critérios de inclusão, acompanhamento e desligamento das famílias e indivíduos nos serviços ofertados no CREAS;
 - X - Coordenar o processo, com a equipe, unidades referenciadas e rede de articulação, quando for o caso, do fluxo de entrada, acolhida, acompanhamento, encaminhamento e desligamento das famílias e indivíduos no CREAS;
 - XI - Coordenar a execução das ações, assegurando diálogo e possibilidades de participação dos profissionais e dos usuários;
 - XII - Coordenar a oferta e o acompanhamento do (s) serviço (s), incluindo o monitoramento dos registros de informações e a avaliação das ações desenvolvidas;
 - XIII- Coordenar a alimentação dos registros de informação e monitorar o envio regular de informações sobre o CREAS e as unidades referenciadas, encaminhando-os ao órgão gestor;
 - XIV - Contribuir para a avaliação, por parte do órgão gestor, dos resultados obtidos pelo CREAS;
 - XV - Participar das reuniões de planejamento promovidas pelo órgão gestor de Assistência Social e representar a Unidade em outros espaços, quando solicitado;
 - XVI - Identificar as necessidades de ampliação do RH da Unidade e/ou capacitação da equipe e informar o órgão gestor de Assistência Social; Coordenar os encaminhamentos à rede e seu acompanhamento.
- Art. 7º. O CREAS e a rede de serviços sócio-assistenciais a ele articulados receberão apoio logístico e operacional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome mantido pelo Governo Federal.

Art. 8º. Os recursos orçamentários necessários para o cumprimento desta Lei, correrão por conta de dotação específica no orçamento de cada exercício.

Art. 9º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 10 de agosto de 2015.

JOHNNY FELIPPE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Finanças, aos dez dias do mês de agosto de 2015.

JOANINHA COPETTI
Assistente Administrativo

CÂMARA MUNICIPAL

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - CLASSIFICAÇÃO OFICIAL CARGOS DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS E DE MOTORISTA

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015

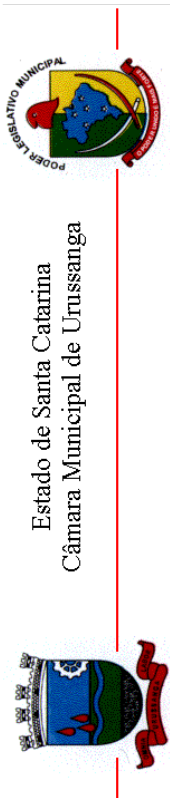
CLASSIFICAÇÃO OFICIAL DOS CARGOS DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS E DE MOTORISTA

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

Classificação	Nome	RG	Nascimento	Idade	Geral	Específica	Total	Nota Prova Teórica	Prática	Nota Final
1	Maricelma Aparecida Ribeiro Sachet	6R/2.367.420	08/11/1969	45	10	14	24	6,00	10	8,00
2	Rozilda Cardoso dos Santos	488969	18/10/1958	56	9	11	20	5,00	9	7,00
3	Mara Rubia Leopoldo Da Silva	2576295	19/04/1960	55	5	5	10	2,50	10	6,25

MOTORISTA

Classificação	Nome	RG	Nascimento	Idade	Geral	Específica	Total	Nota Prova Teórica	Prática	Nota Final
1	Rubens Mazzucchetti Rodrigues da Silva	48097802	27/11/1985	29	15	16	31	7,75	9,50	8,63
2	LEANDRO TEIXEIRA FERREIRA	5961147	16/11/1992	22	15	16	31	7,75	9,50	8,63
3	Itamar Dezan	1935329	19/08/1966	48	10	15	25	6,25	9,50	7,88
4	Luiz Fernando Montedo	3809212	30/10/1982	32	10	15	25	6,25	9,50	7,88
5	Anderson soares	3218318	22/08/1978	36	9	17	26	6,50	8,50	7,50
6	Rodrigo Magistralli Macedo	4385040	08/02/1981	33	11	15	26	6,50	8,50	7,50
7	Vinicius Patel	4781752	30/05/1996	19	11	16	27	6,75	8,00	7,38
8	Maxsandro Apolinario	3799647	10/12/1981	33	13	14	27	6,75	8,00	7,38
9	Michel Bozelo	50242652	30/09/1989	25	14	13	27	6,75	8,00	7,38
10	Rogério Souza Francisco	5167612	01/07/1993	22	13	12	25	6,25	8,50	7,38
11	Daniel Pilon de Jesus	4781819	13/04/1988	27	12	14	26	6,50	8,00	7,25
12	jonas luiz acacio	5401119	02/04/1994	21	7	13	20	5,00	9,50	7,25
13	Pedro Francisco Mendes Rocho	3715761	23/04/1980	35	9	16	25	6,25	8,00	7,13
14	jose orion bonotto filho	4640151	05/05/1985	30	10	15	25	6,25	8,00	7,13
15	Nelcimar Bilharva Konig	6065751346	17/07/1984	30	11	12	23	5,75	8,50	7,13
16	Aldair Nandi	2732685	16/11/1970	44	9	13	22	5,50	8,50	7,00
17	Maicon Marques Cemolin	50829114	16/08/1987	27	8	17	25	6,25	7,50	6,88
18	Felipe Alcides Zanotelli de Oliveira	3103313783	22/01/1988	27	11	14	25	6,25	7,50	6,88
19	Patrik Figueredo	4.972.910	29/02/1988	27	11	13	24	6,00	7,50	6,75
20	GEISIANE JOAQUIM ALBINO	4545443	06/05/1982	33	13	14	27	6,75	6,50	6,63
21	Marcos Pereira Minsky	5848376	28/05/1956	59	8	13	21	5,25	8,00	6,63
22	Luis da Cruz	2365223	23/06/1968	46	11	13	24	6,00	7,00	6,50
23	Valter Luis Nesi	13210700	18/02/1962	53	9	13	22	5,50	7,00	6,25
24	MARIO BIERNATSKI	1.461.088	28/12/1956	58	7	12	19	4,75	7,50	6,13
25	Eduardo Correa Martins	3733690-8	12/11/1981	33	11	13	24	6,00	6,00	6,00

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - ERRATA CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DE OFICIAL LEGISLATIVO**CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015****ERRATA DA CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR**

A Comissão Organizadora do Concurso, de ofício, reviu a decisão anterior sobre a questão número 5 (cinco) da prova de Oficial Legislativo, considerando como correta a alternativa “C” em função de que, embora verificado que a sentença da alternativa “A” seja encontrada nas gramáticas normativas como exemplo de concordância verbal, isso não impede ao candidato do Concurso analisar e concluir que na referida oração não há erro quanto ao uso da concordância nominal, já que o determinante concorda em gênero e número com o substantivo, baseando-se, assim, na regra encontrada em diversas referências de gramática normativa – o que não justifica sua anulação. Tendo em vista que essa revisão de ofício altera a classificação preliminar para o cargo de Oficial Legislativo, publicada no dia 29 de julho de 2015, segue abaixo nova classificação preliminar. Dessa decisão, a parte interessada poderá interpor recurso das 14h (quatorze horas) do dia 10 de agosto de 2015 até às 17h (dezessete horas) do dia 14 de agosto de 2015, exclusivamente através do site www.camaraurussanga.sc.gov.br (Link “Concurso Público 2015 – Inscrições e Recursos”). Os casos que necessitarem de acesso à internet, a Câmara Municipal de Vereadores disponibilizará equipamento necessário em sua Sala de Imprensa, situada à Travessa da Imigração, nº 63, CEP: 88.840-000, Centro, Município de Urussanga, Estado de Santa Catarina. O resultado oficial dos classificados para o cargo de Oficial Legislativo será publicado até às 18h (dezoito horas) do dia 18 de agosto de 2015.



Estado de Santa Catarina
Câmara Municipal de Urussanga



OFICIAL LEGISLATIVO

Classificação	Nome	RG	Dt.Nasc.	Idade	Questões		Nota
					Geral	Espec.	
1	Gislaine Dominga Damin Ariati	3.561.395	26/02/1978	37	15	24	39
2	Michela Andrade Ferreira	4.990.541	25/03/1986	29	14	23	37
3	Renan Napolini Bernardo	51269074	05/11/1986	28	14	23	37
4	CLAUDIOMAR REDIVO	DA 3.226.885	31/08/1976	38	11	25	36
5	CLAUDIA ROVAY LEAL	7262973	11/01/1987	28	14	22	36
6	LUANA GOMES	4275051	24/02/1988	27	12	23	35
7	Heloisa Bardini	6062397	08/11/1991	23	13	22	35
8	Graziela Feijó Vieira	3751147-5	30/09/1981	33	14	21	35
9	Luana de Souza Crebaldi	4640482	22/08/1989	25	13	21	34
10	LARISSA XAVIER TEIXEIRA	5518256	12/10/1992	22	13	21	34
11	Gisela Bez Fontana	3909052	24/07/1979	35	10	23	33
12	Renata Martins Cacador	5112107-7	01/02/1986	29	12	21	33
13	Vanessa Aguiar Machado	5574590	06/04/1990	25	12	21	33
14	Luís Gustavo Pila D'Aloia	262450963	09/07/1982	32	13	20	33
15	Letícia Freccia de Freitas	5724060	08/04/1992	23	13	20	33
16	ELAINE BENINCA CARDOSO	4946996	17/12/1988	26	14	19	33
17	Lucas beninca Agassi	5698699	14/02/1994	21	14	19	33
18	Fernanda Evangelista	4.816.007	05/07/1989	25	12	20	32



Estado de Santa Catarina
Câmara Municipal de Urussanga



Classificação	Nome	RG	Dt.Nasc.	Idade	Questões		Nota
					Geral	Espec.	
19	Aline Fernandes Marques	5167041	23/04/1991	24	12	20	32
20	Angela Colombo Boaroli	49462431	26/05/1986	29	13	19	32
21	valdirene magagnin	3866644	26/11/1981	33	14	18	32
22	Bruna Zatta Rovaris	4715638	17/10/1990	24	10	21	31
23	guilherme scherer moutinho	5419004	25/11/1989	25	11	20	31
24	Claudia Lino da Silva Bonotto	4990797	09/02/1990	25	11	20	31
25	William Farias Martins	54954088	19/12/1989	25	12	19	31
26	Elias Custodio Borges	53785673	09/02/1987	28	13	18	31
27	Flavia Alessandra Shizeoka	4965369	07/07/1989	25	13	18	31
28	Ivan Frederico Nandi	4437691	19/07/1989	25	13	18	31
29	Monique Antunes de Souza	5167365	16/05/1991	24	13	18	31
30	Gustavo Dal Toé Novelli	5592236	04/01/1987	28	14	17	31
31	Camila da Silva Brigido	5048662	24/10/1990	24	14	17	31
32	Helder Tiscoski	3010980	16/05/1975	40	12	18	30
33	Mirela Cristina Rodrigues	4714921	23/07/1987	27	12	18	30
34	Maria Carolina dos Santos Costa	5487468	11/08/1987	27	13	17	30
35	Ravana Rodrigues Bitencourt	5152327	04/04/1988	27	13	17	30
36	THIAGO VILLAFANE DE3124082541	DE3124082541	17/04/1980	35	14	16	30
37	Carolina de Mattos do Nascimento	5144999	24/11/1987	27	14	16	30
38	Renan Plínio Linhares	5586669	19/09/1992	22	14	16	30
39	Cleverson Cândido	3388759	16/04/1975	40	10	19	29
40	Lucas Milanez De Souza	5330035-1	27/06/1985	29	10	19	29
41	Cristiane Barichelo Carara	3.302.861-3	04/08/1978	36	11	18	29
42	JORGE AMBROSO	2.151.532	12/06/1972	43	12	17	29
43	Marcio Jose Bagio de Oliveira	3587580	29/06/1978	36	12	17	29
44	MAICON DOS SANTOS	5225947	25/06/1988	26	12	17	29



Estado de Santa Catarina
Câmara Municipal de Urussanga



Classificação	Nome	RG	Dt.Nasc.	Idade	Questões		Nota
					Geral	Espec.	
45	Gustavo Vanildo Danielski Martins	5335824	01/03/1989	26	13	16	29
46	LUANA VARGAS RAUPP	DA5190524	08/05/1993	22	13	16	29
47	GRAZIELA COPETTI	3302032	29/04/1980	35	14	15	29
48	Greice Dutra	4010340	19/10/1983	31	14	15	29
49	soraia santos cruz	3872097	11/12/1978	36	10	18	28
50	Camila Moraes Vieira	4778418	30/10/1991	23	10	18	28
51	Ana Karolina Salvador	6285635	11/05/1996	19	10	18	28
52	ana naula taborda cruz	5938902	08/04/1991	24	11	17	28
53	MARIANA BONETTI	4276606	17/05/1984	31	12	16	28
54	Xenia Bett Miranda	4715822	23/09/1984	30	12	16	28
55	Rosiane Becker Rabello	4533559	25/02/1986	29	12	16	28
56	JEFFERSON GUIMARAES	4482673	27/05/1987	28	12	16	28
57	Marcello Mazzucco	5330548	05/10/1992	22	12	16	28
58	Cláudia Tiscoski de Sousa	5801598	06/09/1993	21	12	16	28
59	karina Galli Martignago	3506572	08/01/1979	36	13	15	28
60	JOEL PRAVATO	4.809.639-3	27/05/1985	30	13	15	28
61	Helen Germann Patricio	5045059	31/05/1988	27	13	15	28
62	Mariana Kroetz	5448262	24/04/1990	25	13	15	28
63	Bruno Bertha	6.115.771	21/03/1994	21	13	15	28
64	EMERSON DA SILVA MATOS	4668855	13/03/1986	29	14	14	28
65	CAMILA OLIVEIRA	DE4646124	26/04/1988	27	14	14	28
66	Yara Soethe	5209213	01/08/1992	22	14	14	28
67	Maralice Bittencourt	5045642	26/06/1987	27	9	18	27
68	Geovani De Pieri Bardini	54410150	22/09/1986	28	10	17	27
69	Janine Zanette Bristot	2576488	01/01/1971	44	11	16	27
70	JULIO CESAR BONETTI	3019629	26/01/1976	39	11	16	27



Estado de Santa Catarina
Câmara Municipal de Urussanga



Classificação	Nome	RG	Dt.Nasc.	Idade	Questões		Nota
					Geral	Espec.	
71	Rodrigo Dias Medeiros	3813562	23/12/1979	35	11	16	27
72	LARISSA CUNHA MILANEZ	3427956	02/07/1982	32	11	16	27
73	Ricardo Comin Ferro	49721127	25/11/1985	29	11	16	27
74	Gustavo Dagostim Cardoso	6.127.792	15/03/1997	18	11	16	27
75	Flávio Falcão Schiavo	104011302	28/09/1971	43	12	15	27
76	Samara Spada	4.033.470	10/03/1981	34	12	15	27
77	Igor Dassow Siqueira	6167851	26/04/1988	27	12	15	27
78	Iara Alexandre Raimundo	5378817	09/01/1990	25	12	15	27
79	Julia Ribeiro Fretta	53433521	25/07/1990	24	12	15	27
80	HELLEN MAREGA DA CUNHA	5739941	08/05/1991	24	12	15	27
81	EMANUELE SEVERO DOS	1085003307	01/01/1986	29	13	14	27
82	Bruno Grunow Vieira	5418285	29/11/1989	25	8	18	26
83	KARINA GARCIA DE SOUZA	5739450	17/05/1994	21	9	17	26
84	LARISSA BIERNATSKI	55662266	15/06/1982	33	10	16	26
85	Everton de Assis Soares	4082828	12/02/1983	32	10	16	26
86	Márcio José Alves	1829926-1	02/07/1983	31	10	16	26
87	PATRICIA MAZZUCO MARIA	4990561	22/01/1983	30	10	16	26
88	Matheus Fernandes Alves Jesus	7403072	24/10/1985	29	11	15	26
89	Luiz Fernando Gonçalves	2.804.048-1	08/12/1986	28	11	15	26
90	FELIPE NUNES CARDOSO	5284881-6	14/04/1987	28	11	15	26
91	Gisélia Lúcia Soares	4909340	07/01/1990	25	11	15	26
92	NATALIA ALBERTON	5186855	11/03/1990	25	11	15	26
93	Jéssica Brochier Homen	4509039	03/02/1991	24	11	15	26
94	Daniele Laurundo	5442498	08/03/1992	23	11	15	26
95	Bruna Bianchini Ouarezem	5.677.175	27/02/1993	22	11	15	26
96	Francisco Antonio Lopes dos	1969028	09/06/1982	33	12	14	26



Estado de Santa Catarina
Câmara Municipal de Urussanga



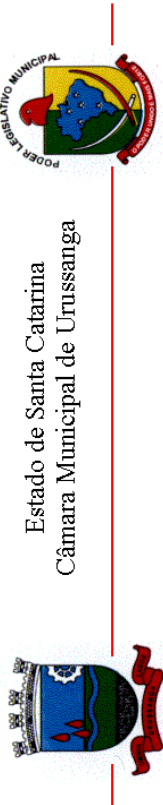
Classificação	Nome	RG	Dt.Nasc.	Idade	Questões		Nota
					Geral	Espec.	
97	Valéria de Souza Custódio	4603640	09/05/1986	29	12	14	26
98	luis antonio nunes	5125435	13/10/1988	26	12	14	26
99	Jessica Colombo de Souza	4764350	06/03/1992	23	12	14	26
100	SANDRA MARTINS	3621374	28/02/1976	39	13	13	26
101	Rafael Lenzi	4.340.561	10/08/1983	31	13	13	26
102	Helton Luiz Spricigo	5265833	30/11/1990	24	13	13	26
103	Yara Regina Martins	1324277	12/02/1964	51	9	16	25
104	Diego Soares	4636049	23/03/1986	29	9	16	25
105	ROSANGELA MARANGONI DE	34520341	25/03/1978	37	10	15	25
106	SAMANTA BERNARDO	46404252	07/09/1985	29	10	15	25
107	Tatiane Abati Jesuina	4763008	05/08/1987	27	10	15	25
108	Rodolfo Bez Batti De Pellegrin	4392134	17/10/1989	25	10	15	25
109	Leticia Rossi Righetto	5573538	24/08/1991	23	10	15	25
110	DANIELA FONTANA DOS	4825611	11/07/1992	22	10	15	25
111	Luis Filipe Bonetti	5.229-604	05/01/1994	21	10	15	25
112	FERNANDA DE FREITAS	5.954.294	08/08/1994	20	10	15	25
113	Rogério Batista Soares	5879108	12/02/1960	55	11	14	25
114	Dilnei Bloemer Pereira	4299253	08/03/1981	34	11	14	25
115	ANDREIA VIEIRA	02878357195	29/07/1982	32	11	14	25
116	Artur Mattei Rauen	4641225	27/01/1986	29	11	14	25
117	Tiago Zeferino Borges	5065064	17/07/1987	27	11	14	25
118	Renata da Silva da Rosa	5830568	26/01/1989	26	11	14	25
119	GUILHERME BRAVIANO DE	5.445.043	14/09/1989	25	11	14	25
120	Talita Smielevski Casagrande	5.329.576-5	27/01/1990	25	11	14	25
121	Leonardo dos Santos Burato	4921952	04/06/1990	25	11	14	25
122	Angela Nandi Baegio	5.229.628-8	27/06/1990	24	11	14	25



Estado de Santa Catarina
Câmara Municipal de Urussanga



Classificação	Nome	RG	Dt.Nasc.	Idade	Questões		Nota
					Geral	Espec.	
123	ALINE PETERLE	5524575-7	24/04/199223	11	14	25	6.25
124	Angela De Quadra Caciatore	3561788	22/04/198035	12	13	25	6.25
125	vanderlei cardoso rocha junior	55545610	01/08/199024	12	13	25	6.25
126	Mariane Napolini Custódio	3799786	31/10/198529	13	12	25	6.25
127	Mariele Venhold Pícolo	5065840	18/10/198628	13	12	25	6.25
128	Juliana da Silva Tixeira	5707829	21/10/199123	13	12	25	6.25
129	iackson da Silva	3739413-4	21/06/198233	7	17	24	6.00
130	Rosamonte Colombo Motta	1.934.544	19/10/196747	9	15	24	6.00
131	Geizi da Silva Donadel Baesso	3.866615	20/02/197936	9	15	24	6.00
132	Josiane Mazzuco	4.212.221-1	26/08/197044	10	14	24	6.00
133	Gabriela Oliveira Cravo	3823401	11/06/198233	10	14	24	6.00
134	Elen Cristina Eugenio Ronchi	4640480	29/03/198629	10	14	24	6.00
135	JAQUELINE FERNANDES	3613197	03/08/197638	11	13	24	6.00
136	Elice Panato	3889280	08/10/197935	11	13	24	6.00
137	Ciro Dandolini de Moraes	4098730	18/06/198629	11	13	24	6.00
138	Leanderson Vieira Rosalino	5659151	29/09/198925	11	13	24	6.00
139	Guilherme Albino de Andrade	5441070	18/10/199123	11	13	24	6.00
140	Bruna Carara Nandi	4753675	24/08/199222	11	13	24	6.00
141	Marcéli de Souza Lopes	6121908	14/09/199321	11	13	24	6.00
142	Richard Otacilio	52136515	16/03/199421	11	13	24	6.00
143	Eunice Machado de Oliveira	3014790	19/01/197441	12	12	24	6.00
144	THIAGO HENRIQUE	DE7265895	16/01/198332	12	12	24	6.00
145	Fábio Cossa de Souza	4782102	30/09/198430	12	12	24	6.00
146	André Moreira Pegorim	4430265	07/10/198430	12	12	24	6.00
147	Leonardo Mazuco	5487675	13/07/199420	12	12	24	6.00
148	Kelvin Guesst Domiciano	6122778	25/09/199519	12	12	24	6.00



Classificação	Nome	RG	Dt.Nasc.	Idade	Questões		Nota
					Geral	Espec.	
149	Leonardo Luiz Farias	5725827	27/01/1997	18	12	12	24
150	Gabriel Rodrigues Mazzucco	5.186.532-7	25/03/1991	24	13	11	24
							6.00
							6.00

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - ERRATA GABARITO OFICIAL**ERRATA GABARITO OFICIAL**

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015, DESTINADO A PROVER VAGAS PARA O QUADRO PERMANENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA

A Comissão Organizadora do Concurso, de ofício, reviu a decisão anterior sobre a questão número 5 (cinco) da prova de Oficial Legislativo, considerando como correta a alternativa "C" em função de que, embora verificado que a sentença da alternativa "A" seja encontrada nas gramáticas normativas como exemplo de concordância verbal, isso não impede ao candidato do Concurso analisar e concluir que na referida oração não há erro quanto ao uso da concordância nominal, já que o determinante concorda em gênero e número com o substantivo, baseando-se, assim, na regra encontrada em diversas referências de gramática normativa – o que não justifica sua anulação. Tendo em vista que essa revisão de ofício altera a classificação preliminar para o cargo de Oficial Legislativo, publicada no dia 29 de julho de 2015, segue abaixo gabarito oficial.

OFICIAL LEGISLATIVO	
1.	B
2.	E
3.	E
4.	ANULADA
5.	C
6.	D
7.	B
8.	A
9.	B
10.	A
11.	C
12.	E
13.	D
14.	C
15.	D
16.	D
17.	E
18.	C
19.	A
20.	B
21.	B
22.	A
23.	C
24.	D
25.	ANULADA
26.	A
27.	C
28.	B
29.	B
30.	E
31.	C
32.	C
33.	B
34.	A
35.	ANULADA
36.	A
37.	E
38.	D
39.	D
40.	D

Vargeão

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2015

Extratos de EDITAIS

Edital de Pregão Presencial nº 40/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal 1.430/2009 de 07 de dezembro de 2009 e Decreto Municipal nº. 047/2012 de 28 de setembro de 2012, que realizará no dia 21 de agosto de 2015 às 09 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, exclusivo para ME/EPP, do tipo menor preço por item, para aquisição parcelada de equipamentos e materiais didáticos pedagógicos a serem utilizados na rede municipal de ensino de Vargeão, SC, conforme especificações constantes do Edital de Pregão nº 40/2015. Informações complementares serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação.

Vargeão, SC, 10 de agosto de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 12.283/15

DECRETO Nº 12.283/15, DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

Fixa o Valor dos Ingressos da 1ª EXPO VIDEIRA 2015, que será realizada de 03 a 06 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72, IX, de acordo com o disposto na Lei Municipal nº 3.237/15;

DECRETA

Art. 1º Fica fixado o valor dos ingressos da 1ª Expo Videira 2015, que será realizada de 03 a 06 de setembro de 2015, nas seguintes modalidades:

- Ingresso Pista Antecipado (até a data de 02/09/15) – Valor Unitário de R\$ 18,00 (dezoito reais);
- Ingresso Pista na Hora (a partir de 03/09/15) – Valor Unitário de R\$ 20,00 (vinte reais);
- Ingresso Passaporte Pista (até a data de 04/09/15) – Valor Unitário de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais);
- Ingresso VIP (Front Stage com bar e banheiros exclusivos) Antecipado (até a data de 02/09/15) – Valor Unitário de R\$ 50,00 (cinquenta reais);
- Ingresso VIP (Front Stage com bar e banheiros exclusivos) na Hora (a partir de 03/09/15) – Valor Unitário de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais).

§1º Ficam isentos do pagamento do respectivo valor, correspondente ao ingresso pista, os expositores credenciados pela CCO, os participantes das palestras, workshops e seminários devidamente inscritos e crianças menores de 10 (dez) anos.

§2º Fica determinada entrada franca na data de 03 de setembro de 2015 e nos demais dias nos seguintes horários:

- I – 04 de setembro de 2015, das 10h00min às 16h00min;
II – 05 de setembro de 2015, das 10h00min às 14h30min;
III – 06 de setembro de 2015, das 09h00min às 13h00min;

§3º Fica garantida a meia-entrada nos termos das Leis Estadual nº 12.570/03 e 16.448/14 e nas Leis nº 10.741/03 (Estatuto do Idoso) e 12.933/13.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 07 de agosto de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de agosto de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração em Exercício

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 057/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 057/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foram nomeados, em razão de aprovação no Concurso Público- Edital nº 002/2014:

CONVOCADADO	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. LEONARDO MENEGUZZI	TÉCNICO DE INFORMÁTICA	12.267/15, DE 30/07/2015
2. SAMIA GABRIELA DOS SANTOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	12.271/15, DE 30/07/2015
3. ELENITE NORMA IURKEWICZ FANTIN	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	12.272/15, DE 30/07/2015
4. ADRIANA APARECIDA FELICETTI	PSICÓLOGO	12.273/15, DE 30/07/2015

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica;
- Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 10 de Agosto de 2015.
WILMAR CARELLI
PrefeitoMunicipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 058/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 058/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foi nomeada, em razão de aprovação no Concurso Público - Edital nº 003/2014:

CONVOCADA	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. JOSIANE APARECIDA ZAGO	PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO: ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS	12.280/15, DE 03/08/2015

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica;
- Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 10 de Agosto de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 059/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 059/15
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocada a candidata abaixo relacionadas para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificada no Processo Seletivo nº 001/2015:

CONVOCADAS	CARGO
1. DEYSI DE LIMA SERAFINI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 10 de agosto de 2015.
WILMAR CARELLI
PrefeitoMunicipal

EXTRATO DO CONTRATO N. 0290/15

Extrato do Contrato n. 0290/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SILVANA SPIERING PEREIRA

CPF: 039.485.319-94

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SANDRA REGINA TESTA QUE SE ENCONTRA EM LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE
VIGÊNCIA: de 08 de junho de 2015 a 15 de julho de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0306/15

Extrato do Contrato n. 0306/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LINDAMIR DE FATIMA PONTES

CPF: 584.105.119-91

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE HAVER A VACÂNCIA DO

CARGO ENTRE A DATA DA CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO EM VIGOR ATÉ A EFETIVA ENTRADA EM EXERCÍCIO

VIGÊNCIA: de 19 de junho de 2015 a 30 de setembro de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0312/15

Extrato do Contrato n. 0312/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CLAUDETE MEDEIROS

CPF: 064.061.429-93

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A MARIZA APARECIDA DE DEUS QUE SE ENCONTRA EM LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 08 de junho de 2015 a 01 de julho de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.325,92 (dois mil trezentos e vinte e cinco reais e noventa e dois centavos)

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0174/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0174/15

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0483/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: PATRICIA APARECIDA MIGLIOLLI

CPF: 029.997.749-82

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 30 de junho de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0181/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0181/15

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0324/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LUANA CARVALHO DOS ANJOS

CPF: 006.872.909-02

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 07 de julho de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0190/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0190/15

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0632/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JOCENÉIA MARIA GELINSKI BORGES

CPF: 009.139.189-03

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 22 de julho de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0192/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0192/15

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0082/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CARLA MARLENE GASPARELLO RIZZOLLI

CPF: 949.599.789-53

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 20 de julho de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0193/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0193/15

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0652/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DEJANIR CAMPOLIM DE JESUS

CPF: 040.436.889-11

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 20 de julho de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0194/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0194/15

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0222/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FLAVIANE MARAFON BALEM CANÔNICA

CPF: 043.241.479-73

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 20 de julho de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0195/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0195/15

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0106/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MIRIAM RIGO DEMORI

CPF: 008.789.459-97

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 20 de julho de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0196/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0196/15

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0133/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SIMONE CAON TURMINA

CPF: 097.449.159-43

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 20 de julho de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0214/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0214/15

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0421/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MICHELE CATARINA DE SOUZA

CPF: 004.133.329-26

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 31 de julho de 2015.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 132/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 132/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 132/2015 - PMV. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS INFLÁVEIS, BEM COMO O SEU MONITORAMENTO, A FIM DE SEREM UTILIZADOS NA EXPO VIDEIRA 2015, EVENTO PROMOVIDO PELA PREFEITURA DE VIDEIRA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 09:00

horas do dia 24/08/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 09:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 10 de Agosto 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DA CC Nº 01/2015-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2015-PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento das propostas do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÃO EM ALVENARIA PARA NOVO TERMINAL RODOVIÁRIO (ETAPA 1), COM ÁREA TOTAL DE 1.594,18 M², DE ACORDO COM MEMORIAL E PROJETOS, restando DESCLASSIFICADA a empresa G.L. Construtora e Incorporadora Ltda – EPP por ter apresentado na planilha orçamentária valores unitários diferentes para itens idênticos, sendo declarada vencedora a empresa Construtora Foscarini Ltda - EPP por apresentar o menor preço de R\$ 2.639.660,41 (dois milhões seiscentos e trinta e nove mil seiscentos e sessenta reais e quarenta e um centavos). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato

Videira, 10 de agosto de 2015.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Vitor Meireles

PREFEITURA

6º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 014/2014

6º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 014/2014

Ao décimo dia do mês de agosto do ano de 2015, a Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, celebra o 6º Termo Aditivo à Ata de Registro de Preço nos termos Lei Federal 8.666/93 e Lei 10.520/02 e demais normas aplicáveis, decorrentes do processo licitatório nº 040/2014 homologada em 10/12/2014, cujo objeto fora a formalização de registro de preço para futuras aquisições de merenda escolar, processado nos termos do processo administrativo nº 040/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O presente Termo aditivo tem por objeto o reajuste de preços em 9,56% para o item 04, repassado pelos fornecedores conforme documentação apresentada, no item nº "00001" passando a vigorar conforme especificações abaixo;

3992.6 - ELETROMOVEIS E MERCADO LUIZINHO LTDA EPP						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00004	PACOTE	ACUCAR REFINADO EMB 5KG	ALTO ALEGRE	300,00	9,40	2.820,00

As demais cláusulas a Ata de Registro de Preços permanecem inalteradas.

E por estarem às partes de pleno acordo com cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que possam surtir os efeitos jurídicos e legais.

Vitor Meireles, em 10 de agosto de 2015.

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO – Pregoeiro

JAIR WIPPEL – Equipe de Apoio

LUIS CARLOS BOING – Equipe de Apoio

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

ELETROMOVEIS E MERCADO LUIZINHO LTDA EPP
Empresa

DECRETO Nº 034/2015

DECRETO N.º 034/2015

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão Permanente de avaliação de bens móveis e imóveis:

- CLAUDINEI FELICIANO - Presidente.
- VALDELI JOSE SEBASTIAO - Secretário.
- FRANCISCO FERREIRA - Membro.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 10 DE AGOSTO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal
PUBLICADO E REGISTRADO NA DATA
VITOR MEIRELES, __/__/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

LEI Nº 0931

LEI Nº 0931 DE 10 DE AGOSTO DE 2015.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES FIRMAR TERMO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL COM A CAGERE CASA ASSISTENCIAL EIRELI – EPP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Acordo Extrajudicial com a entidade Cager Casa Assistencial Eireli – EPP, de acordo com o Anexo I da presente Lei;

Art. 2º - Para o cumprimento do Termo de Acordo Extrajudicial, o Município de Vitor Meireles fica autorizado a promover o pagamento do valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) à instituição credora;

Art. 3º - Os recursos para o pagamento do valor descrito no art. 2º decorrem da seguinte rubrica orçamentária:

0301 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.004.0004 – Sentenças Judiciais

33000000.00 – Outras Despesas Correntes

33900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0000 – Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 10 de agosto de 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

ANEXO I**MINUTA DE TERMO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL**

Através do presente Termo de Acordo Extrajudicial, de um lado o MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, com sede na Rua Santa Catarina, n. 1122, centro, cidade de Vitor Meireles, neste ato representado pelo Prefeito em Exercício, Sr. Luiz Lúcio Fossa, doravante denominado simplesmente de DEVEDOR, e a empresa CAGERE CASA DE ASSISTÊNCIA EIRELI - EPP, com sede na Rua Professor Francisco Bodenmuller, nº 100, Casa A, Centro, no Município de Brusque, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.354.317/0001-54, representada, neste ato, por MARIA DE LOURDES DALAGO, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº 1.119.361-1, inscrita no CPF/MF sob nº 506.988.699-15, doravante denominada simplesmente CREDORA, tem por ajustadas as seguintes obrigações:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O Município de Vitor Meireles (SC), através de decisão proferida nos autos da Medida Protetiva de Urgência n. 141.11.001868-0, que tramitou na Vara Única da Comarca de Presidente Getúlio (SC), restou compelido a promover a internação de Camila Namblá junto à instituição CREDORA;

CLÁUSULA SEGUNDA: Após a apuração do saldo devedor junto à CREDORA, verificou-se uma pendência, por parte do Município DEVEDOR, no valor de R\$ 37.180,00 (trinta e sete mil, cento e oitenta reais);

CLÁUSULA TERCEIRA: Constatou-se, ainda, junto aos autos da Interdição n. 0900005-65.2013.8.24.0141, a existência de um saldo no valor de R\$ 16.824,00 (dezesseis mil, oitocentos e vinte e quatro reais), proveniente do benefício assistencial de Camila Namblá, que será liberado em favor da CREDORA, restando um saldo devedor remanescente de R\$ 20.356,00 (vinte mil, trezentos e cinquenta e seis reais);

CLÁUSULA QUARTA: Através do presente Termo de Acordo Extrajudicial, as partes transigem com relação ao saldo devedor, sendo que a CREDORA concorda em receber do Município DEVEDOR o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), renunciando expressamente o saldo remanescente;

CLÁUSULA QUINTA: O valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) será pago à CREDORA, através de depósito bancário, na agência 5233-7 do Banco do Brasil, conta corrente n. 8893-5 de titularidade da CREDORA, no prazo de até 15 (quinze) dias após a entrada em vigor da Lei que autoriza o pagamento;

CLÁUSULA SEXTA: Com o depósito, a CREDORA dá ampla, total e rasa quitação de todas as obrigações decorrentes da internação de Camila Namblá, nada mais sendo devido pelo Município DEVEDOR, com relação à referida internação;

CLÁUSULA SÉTIMA: As partes elegem o foro da Comarca de Presidente Getúlio, para dirimirem eventuais dúvidas ou litígio que eventualmente surgirem com relação ao presente Termo de Acordo Extrajudicial.

Do que, para produzir seus efeitos jurídicos e legais, lavrou-se o presente Termo de Acordo Extrajudicial, em duas vias de igual teor e forma, que depois de lido às partes foi por elas ratificado e assinado.

Vitor Meireles, ____ de _____ de 2015.

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES
DEVEDORCAGERE CASA DE ASSISTÊNCIA EIRELI - EPP
CREDORA**TESTEMUNHAS:**

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

PORTARIA Nº 183/2015

PORTARIANº. 183/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: JOÃO BATISTA MAZOTI

Cargo: SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Do Quadro de Pessoal de Provimento em Comissão, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, 30 (trinta) dias de férias, pelo período de 10/08/2015 a 08/09/2015, referentes ao período aquisitivo de 01/12/2013 a 30/11/2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 10 de agosto de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 10 DE AGOSTO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito MunicipalREGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

Xanxerê

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 0050/2015

Extrato de Contrato nº 0050/2015

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda.

Objeto: Prestação de Serviços de Lançamento, Cobrança e Repasse de Arrecadação da COSIP.

Valor: R\$ 1,37(um real e trinta e sete centavos) por operação de arrecadação realizada

Prazo de vigência: De 03/07/2015 até 31/12/2016.

Xanxerê-SC, 03 de Julho de 2015. Ademir J. Gasparini – Prefeito Municipal.

PREGÃO Nº 0069/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0069/2015, tendo como objeto o Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de móveis e colchões, destinados as famílias cadastradas pela Defesa Civil, atingidas pelo tornado, conforme Decreto nº AJG 157/2015, que Dispõe sobre a destinação das doações em dinheiro recebidas pela campanha Xanxerê Solidária. O recebimento das propostas será até as 13h45min, do dia 24/08/2015, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 14h00min do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 08/08/2015. Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0070/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0070/2015, tendo como objeto a Prestação de serviços de demolição e retirada de entulhos do Ginásio Municipal Ivo Sguissardi no Município de Xanxerê. O recebimento das propostas será até às 13:45h, do dia 25/08/2015, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 14:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 10 de agosto de 2015. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

REPASSES RECEBIDOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE XANXERÊ

O Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, de acordo com o que estabelece a Lei nº 9.452/97, art. 2º, torna público aos Partidos Políticos, aos Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais, com sede no Município, o recebimento dos recursos, conforme relação abaixo:

Ref.	Valor	Programa	Concedente	Data
Repasse	20.000,00	NASF	Min. da Saúde	04/08/15
Repasse	65.910,00	Saúde da Família	Min. da Saúde	04/08/15
Repasse	4.460,00	Saúde Bucal	Min. da Saúde	04/08/15
Repasse	45.500,00	PMAQ	Min. da Saúde	05/08/15
Repasse	75.019,28	Inc. Sist. Penitenc.	Min. da Saúde	04/08/15
Repasse	23.960,30	PFVPS	Min. da Saúde	04/08/15
Repasse	2.636,40	Pol. Fort. Vinc. ACS	Min. da Saúde	04/08/15
Repasse	50.091,60	Assist. Financ. Com.	Min. da Saúde	04/08/15
Repasse	18.973,28	Farmácia Básica	Min. da Saúde	04/08/15

Xanxerê-SC, 10/08/2015.

Ademir José Gasparini

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

CANCELAMENTO TP 02-2015 PMXV

CANCELAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2015 PMXV, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS, Nº 02/2015 PMXV

O Município de Xavantina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro deste Município, através do Prefeito Municipal em Exercício, Sr. José Dal Bosco, TORNA PÚBLICO, que por meio deste CANCELA o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2015 PMXV, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2015 PMXV, com base no DECRETO Nº 75/2015.

Xavantina/SC, em 10 de agosto de 2015.

JOSÉ DAL BOSCO,
Prefeito Municipal em Exercício.

DECRETO 081/2015

DECRETO Nº 081/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.457, de 04 de Agosto de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
Unidade Orçamentária: 07.01 – Departamento de Urbanismo e Obras	
Projeto Atividade: 2.020 – Manter os Serviços Urbanos	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000 – CR 112	
R\$	25.000,00
TOTAL	25.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da subtração de saldo do superávit financeiro na fonte de recursos próprios – 0000.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 04 de Agosto de 2015.

JOSE DAL BOSCO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 082/2015

DECRETO Nº 082/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.458, de 04 de Agosto de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 30.600,00 (trinta mil e seiscentos reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde	
Projeto Atividade: 1.010 – Investimentos na Saúde	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0088 – CR 4	
R\$	30.600,00
TOTAL	30.600,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo primeiro, serão utilizados recursos provenientes da subtração do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos de alienação de bens - 0088.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 04 de Agosto de 2015.

JOSE DAL BOSCO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 083/2015

DECRETO Nº 083/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.459, de 04 de Agosto de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 4.536,58 (quatro mil quinhentos e trinta e seis reais e cinquenta e oito centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde	
Projeto Atividade: 1.010 – Investimentos na Saúde	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.1171 – CR 43	
R\$	4.536,58
TOTAL	4.536,58

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo primeiro, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior na fonte de recursos:

0.3.1171 – Fundo Nacional de Saúde, no valor de R\$: 4.536,58.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 04 de Agosto de 2015.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 084/2015

DECRETO Nº 084/2015

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SR. ALEX LORENZET PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE DAL BOSCO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei Complementar nº 020/2004, atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Sr. ALEX LORENZET, portador da cédula de identidade nº 4.584.788 e CPF 062.204.339-04, para exercer o cargo comissionado de Diretor, com efeitos a contar desta data.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 06 de Agosto de 2015.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 085/2015

DECRETO Nº 085/2015

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO DECRETO MUNICIPAL Nº 075 DE 27 DE JULHO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE DAL BOSCO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto Municipal nº 075 de 27 de Julho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xavantina, SC, 07 de Julho de 2015.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 086/2015

DECRETO Nº 086/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.461, de 07 de Agosto de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 38.575,11 (trinta e oito mil, quinhentos e setenta e cinco reais e onze centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Unidade Orçamentária: 06.01 – Departamento de Agricultura	
Projeto Atividade: 1.004 – Investimentos na Agricultura, Agropecuária e Saneamento Rural	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.03.0024 CR (116)	
R\$	38.575,11
TOTAL	38.575,11

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da subtração do superávit financeiro do exercício anterior, na fonte de recursos de convênios da união – 03.0024, no valor de até R\$ 38.575,11 (trinta e oito mil, quinhentos e setenta e cinco reais e onze centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 07 de Agosto de 2015.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1457

LEI Nº 1457, DE 04 DE AGOSTO DE 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional no valor total de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
Unidade Orçamentária: 07.01 – Departamento de Urbanismo e Obras	
Projeto Atividade: 2.020 – Manter os Serviços Urbanos	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000 – CR 112	
R\$	50.000,00
TOTAL	50.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da subtração de saldo do superávit financeiro na fonte de recursos próprios – 0000.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 04 de Agosto de 2015.
JOSE DAL BOSCO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1458

LEI Nº 1458, DE 04 DE AGOSTO DE 2015
ABRE CRÉDITO ADICIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional no valor total de até R\$ 30.600,00 (trinta mil e seiscentos reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde	
Projeto Atividade: 1.010 – Investimentos na Saúde	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0088 – CR 4	
R\$	30.600,00
TOTAL	30.600,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo primeiro, serão utilizados recursos provenientes da subtração do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos de alienação de bens - 0088.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 04 de Agosto de 2015.
JOSE DAL BOSCO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1459

LEI Nº 1459, DE 04 DE AGOSTO DE 2015
ABRE CRÉDITO ADICIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional no valor total de até R\$ 4.536,58 (quatro mil quinhentos e trinta e seis reais e cinquenta e oito centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde	
Projeto Atividade: 1.010 – Investimentos na Saúde	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.0.3.1171 – CR 43	
R\$	4.536,58

TOTAL	4.536,58
-------------	----------

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo primeiro, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior na fonte de recursos:

0.3.1171 – Fundo Nacional de Saúde, no valor de R\$: 4.536,58.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 04 de Agosto de 2015.
JOSE DAL BOSCO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1460

LEI Nº 1460, DE 07 DE AGOSTO DE 2015
ABRE CRÉDITO ADICIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional no valor total de até R\$ 8.342,69 (oito mil, trezentos e quarenta e dois reais e sessenta e nove centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Ensino Fundamental e Infantil	
Projeto Atividade: 1.002 – Investimentos no Ensino Fundamental	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.0.3.0062 – CR 114	
R\$	7.342,69
Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Ensino Fundamental e Infantil	
Projeto Atividade: 1.002 – Investimentos no Ensino Fundamental	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0062 – CR 115	
R\$	1.000,00
TOTAL	8.342,69

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior na fonte de recursos:

03.0062 – FNDE, no valor de R\$: 7.342,69.

TOTAL	7.342,69
-------------	----------

Art. 3º Para atender as suplementações do artigo primeiro, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação na fonte de outros recursos:

01.0062 – FNDE, no valor de R\$: 1.000,00.

TOTAL	1.000,00
-------------	----------

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 07 de Agosto de 2015.
JOSE DAL BOSCO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1461

LEI Nº 1461, DE 07 DE AGOSTO DE 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 38.575,11 (trinta e oito mil, quinhentos e setenta e cinco reais e onze centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Unidade Orçamentária: 06.01 – Departamento de Agricultura	
Projeto Atividade: 1.004 – Investimentos na Agricultura, Agropecuária e Saneamento Rural	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.03.0024 CR (116)	
R\$	38.575,11
TOTAL	38.575,11

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da subtração do superávit financeiro do exercício anterior, na fonte de recursos de convênios da união – 03.0024, no valor de até R\$ 38.575,11 (trinta e oito mil, quinhentos e setenta e cinco reais e onze centavos).

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 07 de Agosto de 2015.

JOSE DAL BOSCO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1462

LEI Nº 1462, DE 07 DE AGOSTO DE 2015

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 985, DE 12 DE ABRIL DE 2007 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI:

Art. 1º O artigo 2º da Lei nº 985, de 12 de abril de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º O Conselho do FUNDEB será constituído por 11 (onze) membros titulares e 11 (onze) membros suplentes, representantes dos órgãos ou entidades abaixo relacionados:

I – 02 (dois) representantes titulares e respectivos suplentes do Poder Executivo Municipal, sendo pelo menos 01 (um) da Secretaria

Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

II – 01 (um) representante titular e respectivo suplente dos professores da educação básica municipal, eleitos pelo respectivo segmento;

III – 01 (um) representante titular e respectivo suplente dos diretores das escolas públicas, eleito entre os pares;

IV – 01 (um) representante titular e respectivo suplente dos servidores técnico administrativos das escolas públicas municipais, eleito entre os pares;

V – 02 (dois) representantes titulares e respectivos suplentes dos pais de alunos das escolas públicas municipais, eleitos entre os componentes das Associações de Pais e Professores – APPs e Associação de Pais e Funcionários – APFs;

VI – 01 (um) representante titular e respectivo suplente dos estudantes da educação básica pública, eleitos entre os pares;

VII – 01 (um) representante titular e respectivo suplente dos estudantes da educação básica pública, indicado pela entidade de estudantes secundaristas;

VIII – 01 (um) representante titular e respectivo suplente do Conselho Tutelar, indicados pelo próprio Conselho.

IX – 01 (um) representante titular e respectivo suplente do Conselho Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada as Leis Municipais nº 1176 de 28 de abril de 2011 e 1203 de 21 de setembro de 2011.

Xavantina (SC), 07 de Agosto de 2015.

JOSE DAL BOSCO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 154/2015

PORTARIA Nº 154/2015

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE DAL BOSCO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

Considerando o pedido de exoneração feito pelo servidor público municipal, senhor Edemar Caron;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o Servidor Público Municipal, SR. EDEMAR CARON, ocupante do cargo efetivo de Motorista, com efeitos a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), em 03 de Agosto de 2015.

JOSE DAL BOSCO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PP 29/2015 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2015 PMXV

Objeto: Registro de preços para possível contratação de empresa para prestação de serviços de mecânico para máquinas pesadas para todas as máquinas da frota do Município de Xavantina, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 14:00 horas do dia 24/08/2015.

Abertura: dia 24/08/2015, às 14:30 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 10 de agosto de 2015.

JOSÉ DAL BOSCO,

Prefeito Municipal em Exercício.

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA 042/2015

Aviso de Dispensa de Licitação

O Município de Xaxim através de seu Prefeito comunica a presente dispensa, a saber:
Dispensa de licitação n. 042/2015 – Processo licitatório n. 151/2015

Homologação: 10/08/2015

Contratado: Madeireira Peruzzo Ltda - ME

CNPJ: 08.618.730/0001-62

Contratante: Município de Xaxim

Objeto: Aquisição de madeira para manutenção e recuperação de pontes das Linhas: São Valentim/Monte Belo e Pedro Guerreiro de acordo com o parecer Jurídico e decreto emergencial n. 239/2015 anexo ao processo.

Valor da despesa: R\$ 15.420,00 (quinze mil quatrocentos e vinte reais)

Vigência: 30 dias.

Fundamento: art. 24, inciso IV da Lei 8.666/93.

Xaxim – SC, 10 de agosto de 2015.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal

AVISO DE PREGÃO 076/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICIPIO DE XAXIM – SC

PROCESSO LICITATÓRIO N. 149/2015

PREGÃO PRESENCIAL N. 076/2015

O Município de Xaxim – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a contratação de empresa especializada em serviços de organização, planejamento e realização de Concurso Público para preenchimento de vagas do quadro de servidores da Secretaria de Educação do Município de Xaxim-SC. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h: 45min do dia 24 de agosto de 2015, procedendo à abertura às 09h: 00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 06 de agosto de 2015.

Idacir Antônio Orso

Prefeito

Decreto 261

DECRETO Nº. 261/2015.

Exonera servidor municipal comissionada a pedido e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir da presente data, a servidora municipal JULIANA GEREMIA, ocupante do cargo comissionado de ASSESSOR ADMINISTRATIVO, portadora da matrícula 7174, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, desta Prefeitura Municipal de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 07 de agosto de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira
Diretor Geral de Administração e RH

Decreto 262

DECRETO Nº. 262/2015.

Exonera servidor municipal efetivo a pedido e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a partir de 06 de agosto de 2015, o servidor municipal MAICON JONES ATUATTI, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, portador da matrícula 5395, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, desta Prefeitura Municipal de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 07 de agosto de 2015.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira
Diretor Geral de Administração e RH

Decreto 263

DECRETO Nº 263/2015.

Nomeia servidor municipal em decorrência de aprovação em concurso público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações; e Considerando o Concurso Público, realizado através do Edital Nº. 001/2015, de 13 de abril de 2015, para preenchimento de vagas dos cargos de provimento efetivo do Quadro do Funcionalismo Público Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, pelo presente Decreto, JULIA STANGA RECH, CPF: 077.058.419-59, para exercer o cargo de MONITOR SOCIAL DESPORTIVO, código 1055, categoria ATC (Atividade Técnico Científica), nível 030, em decorrência de aprovação em Concurso Público, devidamente homologado pelo Decreto Nº. 225, de 01 de julho de 2015, durante o estágio probatório de 03 (três) anos, a partir de 10 de agosto de 2015, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, percebendo a remuneração constante em quadro próprio.

Art. 2º A servidora ora nomeada pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 07 de agosto de 2015.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira
Diretor Geral de Administração e RH

Consórcios

ARIS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 08/2015 - CONSELHO DE REGULAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 08/2015

O Presidente do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Marcos Fernando Zanella, no uso de suas atribuições legais,

Convoca:

Os senhores Conselheiros do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) para a reunião ordinária, com fundamento no artigo 38, do Decreto/ARIS n. 008/2011, a ser realizada no dia 27 de agosto de 2015, na cidade de Florianópolis, com a seguinte ordem do dia:

Data: 27 de agosto de 2015

Horário: Início às 8h30

Local: Sede da ARIS (Rua Santos Saraiva, n. 1.546, Estreito, Florianópolis/SC)

Ordem do dia:

- 1) Julgar o recurso interposto pela CASAN contra a sanção aplicada no processo administrativo punitivo nº 20/2015, Município de Coronel Freitas. Relator: Conselheiro André Miquelante;
- 2) Julgar o recurso interposto pela CASAN contra a sanção aplicada no processo administrativo punitivo nº 17/2014, Município de Porto Belo. Relator: Conselheiro Gilberto Valente Canali;
- 3) Julgar o recurso interposto pela CASAN contra a sanção aplicada no processo administrativo punitivo nº 44/2015, Município de Trombudo Central. Relator: Conselheiro Gilberto Valente Canali;
- 4) Julgar o recurso interposto pela CASAN contra a sanção aplicada no processo administrativo punitivo nº 27/2015, Município de Maracajá. Relator: Conselheiro Gilberto Valente Canali;
- 5) Julgar o recurso interposto pela CASAN contra a sanção aplicada no processo administrativo punitivo nº 010/2015, Município de Jardinópolis. Relator: Conselheiro Gilberto Valente Canali;
- 6) Julgar o recurso interposto pela CASAN contra a sanção aplicada no processo administrativo punitivo nº 23/2015, Município de União do Oeste. Relatora: Conselheira Nadia Boff Ribeiro;
- 7) Julgar o recurso interposto pela CASAN contra a sanção aplicada no processo administrativo punitivo nº 41/2015, Município de Ibirama. Relator: Conselheiro Afonso Veiga Filho;
- 8) Distribuição dos seguintes recursos interpostos nos processos administrativos punitivos:
 - 8.1) Processo Administrativo Punitivo nº 30/2014. Auto de Infração nº 30/2014. Autuada: CASAN. Município de Rio das Antas;
 - 9) Relatório de Ouvidoria;
 - 10) Apresentação das atividades da Diretoria de Regulação;
 - 11) Assuntos Gerais.

Florianópolis, 10 de agosto de 2015.

Marcos Fernando Zanella

Presidente do Conselho de Regulação da ARIS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº004/2012 - TERMO DE NOTIFICAÇÃO Nº034/2014 - DECISÃO Nº 062/2015 - LEBON RÉGIS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 004/2012

TERMO DE NOTIFICAÇÃO N. 34/2014

INTERESSADO: COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN – MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

OBJETO: NÃO-CONFORMIDADES NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

DECISÃO Nº 062/2015

I - Relatório:

A Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS emitiu Termo de Notificação nº 034/2014 em face da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, tendo em vista o Relatório de Fiscalização e Cronograma de Adequação do Sistema de Abastecimento de Água do Município de Lebon Régis – RF – SAA 01/2012, com as seguintes não-conformidades:

ITENS	NÃO CONFORMIDADES	PRAZO CONCEDIDO (ARIS)
1*	Não apresentar evidência de avaliação sistemática da qualidade de água de abastecimento, sob a perspectiva dos riscos à saúde, com base na ocupação da bacia contribuinte ao manancial.	30 dias
3*	Apresentar irregularidades na disposição e armazenamento das sacarias e/ou soluções de produtos químicos;	30 dias
4*	Apresentar falha e/ou deficiência na proteção e segurança das unidades e/ou entorno do SAA;	30 dias
5*	Apresentar irregularidades nos aspectos de conservação e manutenção das unidades do SAA: pintura, rachaduras, infiltrações e vazamentos;	30 dias
6*	Não dispor de gaiola nas escadas; guarda corpos em locais de circulação potencialmente perigosos;	30 dias
7*	Não apresentar ou apresentar deficiência no dispositivo indicador do nível de água no(s) reservatório(s);	30 dias
8*	Não apresentar tela de proteção na tubulação de ventilação nos reservatórios ou a mesma encontra-se irregular;	30 dias
9*	Não realizar a gestão do manejo e disposição adequada de lodos e subprodutos do tratamento de água;	30 dias
10*	Não apresentar placa de identificação em todas as unidades do SAA;	30 dias
11*	Utilizar soluções químicas fora do prazo de validade estabelecido;	30 dias

12*	Manter depósitos, cilindros e dosadores de cloro em desacordo com a legislação;	30 dias
13*	Não apresentar evidência de capacitação técnica dos profissionais que atuam no fornecimento e controle da qualidade da água para consumo humano;	30 dias
14*	Não apresentar relatório e plano de vistoria, limpeza e descarga periódica de rede;	30 dias
16*	Não realizar a atualização de cadastro georreferenciado de todas as unidades do SAA;	30 dias
17*	Não apresentar a devida anotação ou declaração de responsabilidade técnica junto ao conselho de classe;	30 dias
18*	Não apresentar a comprovação do Licenciamento Ambiental;	30 dias
19*	Não apresentar evidências que comprovem o controle da qualidade, por parte dos fabricantes de produtos químicos utilizados no tratamento de água;	30 dias
20*	Apresentar falta de sistema de macromedicação e setorização compatíveis com a demanda atual do SAA;	30 dias
21*	Não apresentar planos de emergência e contingência para o SAA;	30 dias
22*	Não apresentar componentes reservas nas unidades do SAA, o que pode comprometer a continuidade dos serviços de abastecimento de água;	30 dias
23*	Não dispor de acesso de modo fácil à visualização dos usuários, dos exemplares da legislação pertinente e do regulamento dos serviços públicos do prestador de serviços, para conhecimento ou consulta;	30 dias

Devidamente notificada, a CASAN não apresentou resposta.

Assim, as não conformidades de nºs 01, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 23, elencadas no Termo de Notificação nº 34/2014 não ensejaram respostas por parte da CASAN, nos moldes do artigo 9º da Resolução Normativa/ARIS nº 02/2011, conforme comprova o parecer técnico nº 104/2015 (fls. 130).

Vieram os autos para análise da Direção Geral da ARIS, com despacho da Diretoria de Regulação (fls. 132) favorável a instauração de processo administrativo punitivo.

II – Mérito

A questão cinge-se pela comprovação ou não da CASAN sobre as inconformidades encontradas no SAA do Município de Lebon Régis, bem como pelo desatendimento das determinações e não regularização das não-conformidades, nos prazos estabelecidos pela ARIS. A Notificação exarada pela ARIS tem como fundamento a adequação da prestação dos serviços, oportunizando e assegurando ao prestador dos serviços a correção das não-conformidades elencadas, no prazo legal.

A CASAN não apresentou resposta, não afastou a incidência imediata das normas trazidas pela Lei federal n. 11.445/2007, em especial o artigo 43 e pela Resolução Normativa/ARIS nº 3, de 25 de agosto de 2011, conforme já exaustivamente analisado nos autos do Processo Administrativo nº 004/2012.

Tem-se, de maneira incontestada, conduta negativa da CASAN em solucionar as não-conformidades identificadas nos itens 01, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 23.

As penalidades passíveis de aplicação pela ARIS estão disciplinadas na Lei Municipal nº 1353/2010, que autorizou o ingresso do Município de Lebon Régis e incorporou o Protocolo de Intenções da ARIS no ordenamento jurídico municipal. Do artigo 98 do Protocolo de Intenções da ARIS retira-se:

Art. 98. Pelo descumprimento das leis, contratos e normas instituídas pela ARIS, poderão ser aplicadas as seguintes sanções aos prestadores de serviços de saneamento básico:

I - advertência escrita;

II - multa;

III - suspensão de obra ou atividade;

IV - intervenção administrativa;

V - caducidade da concessão, permissão ou autorização.

Parágrafo único. As sanções previstas neste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente, e serão regulamentadas por resolução do Conselho de Regulação.

A ARIS disciplinou as penalidades aplicáveis aos prestadores de serviços, consoante disposto na Resolução Normativa/ARIS nº 3, de 25 de agosto de 2011:

Art. 4º - As infrações às disposições desta Resolução, bem como às normas legais, regulamentares e contratuais aplicáveis sujeitarão o infrator, conforme a sua natureza, às penalidades de:

I - advertência;

II - multa;

III – embargo de obra ou serviço;

IV – intervenção administrativa; e

V – declaração da viabilidade da caducidade ou rescisão contratual.

§ 1º – Na aplicação de qualquer penalidade, será estabelecido pela ARIS prazo para que o prestador de serviços proceda à adequação do serviço prestado ou da obra executada aos parâmetros definidos em lei, norma de regulação da ARIS ou contrato de programa ou concessão.

§ 2º – Na hipótese de descumprimento da penalidade de advertência, quer pela inobservância dos prazos fixados para a regularização das não conformidades quer pela reincidência, será aplicada multa cujos valores serão determinados mediante utilização de percentual sobre o valor do faturamento, correspondente às receitas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário relativas à exploração dos serviços outorgados durante o ano anterior à lavratura do Auto de Infração, limitada ao valor percentual máximo definido no contrato de programa ou concessão;

§ 3º – Na hipótese de inobservância da penalidade de advertência em que fique caracterizada grave ou reiterada inexecução total ou parcial do contrato de programa ou concessão, ou na hipótese de inobservância da penalidade de multa, será aplicada a penalidade de declaração da viabilidade da caducidade ou rescisão contratual. Pelo texto normativo, percebe-se que as penalidades aplicáveis à espécie são: advertência, multa, embargo de obra ou serviço, intervenção administrativa e declaração da viabilidade da caducidade ou rescisão contratual.

Do texto normativo constante do § 2º do artigo 4º da Resolução/ARIS n. 003/2011, percebe-se que a penalidade de multa somente pode ser aplicada após a incidência da pena de advertência. Neste mesmo sentido parece caminhar o artigo 17 da mesma Resolução/ARIS, que assim dispõe:

Art. 17 - Na hipótese de descumprimento da penalidade de advertência, quer pela inobservância dos prazos fixados para a regularização das não-conformidades, quer pela reincidência, será aplicada multa correspondente à classificação da infração.

Parágrafo único - Considera-se reincidência a prática de infração tipificada no mesmo dispositivo regulamentar em que haja sido apenada anteriormente, no prazo de dois anos.

No caso concreto, a CASAN infringiu o artigo 11, I, XI; 12, XI, XIV, XVII, XX e 13, III, IV, XVI, todos da Resolução Normativa/ARIS nº 3/2011. Desta forma, em que pese a gravidade das condutas, é caso de aplicação das penalidades de ADVERTÊNCIA, com fundamento nos artigos 4º, I, c/c art. 16, da Resolução Normativa/ARIS

nº 3/2011.

Outrossim, em observância ao disposto no § 1º, do artigo 4º da Resolução Normativa/ARIS nº 3/2011, concede-se o prazo, improrrogável, de 30 dias, para que a CASAN proceda à adequação do serviço as normas de regulação, cumprindo, integralmente, com as determinações previstas nos itens 01, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 23 do TN nº 34/2014.

III – Decisão

Diante do exposto, julga-se pela instauração do Processo Administrativo Punitivo, com fulcro no artigo 11, Parágrafo Único, inciso II, da Resolução nº 002/2011, com a lavratura de Auto de Infração em face da CASAN, com a aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA. Publique-se e autue-se nos autos do Procedimento Administrativo nº 004/2012.

Florianópolis, 07 de agosto de 2015.

Adir Faccio

Diretor-Geral da ARIS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº35/2012 - TERMO DE NOTIFICAÇÃO Nº 024/2014 E 38/2014 - DECISÃO Nº 061/2015 - PAINEL

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 35/2012

TERMOS DE NOTIFICAÇÃO N. 24/2014 e 38/2014

INTERESSADO: COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN – MUNICÍPIO DE PAINEL

OBJETO: NÃO-CONFORMIDADES NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

DECISÃO Nº 061/2015

I - Relatório:

A Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS emitiu os termos de Notificação nº 24/2014 e 38/2014, em face da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, tendo em vista os Relatórios de Fiscalização e Cronograma de Adequação do Sistema de Abastecimento de Água do Município de Paineel – RF – SAA 01/2002 e 02/2014, com as seguintes não-conformidades:

No	NÃO CONFORMIDADES
03	Apresentar falha e/ou deficiência na proteção e segurança das unidades e/ou entorno do SAA;
04	Apresentar irregularidades nos aspectos de conservação e manutenção das unidades do SAA: pintura, rachaduras, infiltrações e vazamentos;
05	Não apresentar placa de identificação em todas as unidades do SAA;
06	Não apresentar cadastro georreferenciado de todas as unidades do SAA;
08	Não apresentar a comprovação do Licenciamento Ambiental;
09	Prestar serviços de abastecimento sem o contrato ou este em desacordo com o exigido pela Legislação;
12	Apresentar servidão de passagem das adutoras em desconformidade com as normas técnicas;
14	Não dispor de local específico ou este se encontra reduzido para atendimento ao consumidor;

No	NÃO CONFORMIDADES NÃO SOLUCIONADAS
15	Situação de imprevisto com lona na estrutura da captação.
16	São utilizados equipamentos sem precisão para realizar as dosagens de hipoclorito e flúor.
17	Não há aparelho Jar-Test, o equipamento existente está inoperante.
18	Não há local adequado para o depósito de produtos químicos e observa-se a falta de organização no local atualmente utilizado.

19	Aparelhos para a leitura de pH, cloro e cor possuem tecnologia inadequada.
20	A mangueira que conduz sulfato até o misturador não possui canaleta de proteção.
21	A calha de água de lavagem do filtro e descarte do lodo não possui grade de proteção.
22	O manômetro do filtro não está funcionando.
23	Falta local adequado para o armazenamento do material operacional, os quais ficam depositados na área externa da ETA.
24	Não há macromedidor na entrada e na saída da ETA.
25	Realizar estudo de capacidade do SAA (captação, adução, tratamento, reservatórios e zona de pressão).

Devidamente notificada, a CASAN por meio dos CT/Comitê 183, apresentou respostas fls. 97/110, respectivamente.

As medidas corretivas tendentes a solucionar as não conformidades não foram realizadas pela Concessionária Estadual, na sua totalidade.

Assim, as não conformidades de nºs 03, 04, 05, 06, 08, 09, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25 elencadas nos Termos de Notificação nº 24/2014 e 38/2014 não ensejaram respostas por parte da CASAN, nos moldes do artigo 9º da Resolução Normativa/ARIS nº 02/2011, conforme comprova o Relatório de Fiscalização nº 002/2014, ratificado pelos pareceres técnicos nº 107/2015 e 108/2015.

Vieram os autos para análise da Direção Geral da ARIS, com despacho da Diretoria de Regulação (fls. 120/121) favorável a instauração de processo administrativo punitivo.

II – Mérito

A questão cinge-se pela comprovação ou não da CASAN sobre as inconformidades encontradas no SAA do Município de Paineel, bem como pelo desatendimento das determinações e não regularização das não-conformidades, nos prazos estabelecidos pela ARIS.

A Notificação exarada pela ARIS tem como fundamento a adequação da prestação dos serviços, oportunizando e assegurando ao prestador dos serviços a correção das não-conformidades elencadas, no prazo legal.

Tem-se, de maneira inconteste, conduta negativa da CASAN em solucionar as não-conformidades identificadas nos itens 03, 04, 05, 06, 08, 09, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25.

As penalidades passíveis de aplicação pela ARIS estão disciplinadas na Lei Municipal nº 308/2011, que autorizou o ingresso do Município de Paineel e incorporou o Protocolo de Intenções da ARIS no ordenamento jurídico municipal. Do artigo 98 do Protocolo de Intenções da ARIS retira-se:

Art. 98. Pelo descumprimento das leis, contratos e normas instituídas pela ARIS, poderão ser aplicadas as seguintes sanções aos prestadores de serviços de saneamento básico:

I - advertência escrita;

II - multa;

III - suspensão de obra ou atividade;

IV - intervenção administrativa;

V - caducidade da concessão, permissão ou autorização.

Parágrafo único. As sanções previstas neste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente, e serão regulamentadas por resolução do Conselho de Regulação.

A ARIS disciplinou as penalidades aplicáveis aos prestadores de serviços, consoante disposto na Resolução Normativa/ARIS nº 3, de 25 de agosto de 2011:

Art. 4º - As infrações às disposições desta Resolução, bem como às normas legais, regulamentares e contratuais aplicáveis sujeitarão o infrator, conforme a sua natureza, às penalidades de:

I - advertência;

II - multa;

III – embargo de obra ou serviço;

IV – intervenção administrativa; e

V – declaração da viabilidade da caducidade ou rescisão contratual.
§ 1º – Na aplicação de qualquer penalidade, será estabelecido pela ARIS prazo para que o prestador de serviços proceda à adequação do serviço prestado ou da obra executada aos parâmetros definidos em lei, norma de regulação da ARIS ou contrato de programa ou concessão.

§ 2º – Na hipótese de descumprimento da penalidade de advertência, quer pela inobservância dos prazos fixados para a regularização das não conformidades quer pela reincidência, será aplicada multa cujos valores serão determinados mediante utilização de percentual sobre o valor do faturamento, correspondente às receitas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário relativas à exploração dos serviços outorgados durante o ano anterior à lavratura do Auto de Infração, limitada ao valor percentual máximo definido no contrato de programa ou concessão;

§ 3º – Na hipótese de inobservância da penalidade de advertência em que fique caracterizada grave ou reiterada inexecução total ou parcial do contrato de programa ou concessão, ou na hipótese de inobservância da penalidade de multa, será aplicada a penalidade de declaração da viabilidade da caducidade ou rescisão contratual. Pelo texto normativo, percebe-se que as penalidades aplicáveis à espécie são: advertência, multa, embargo de obra ou serviço, intervenção administrativa e declaração da viabilidade da caducidade ou rescisão contratual.

Do texto normativo constante do § 2º do artigo 4º da Resolução/ARIS n. 003/2011, percebe-se que a penalidade de multa somente pode ser aplicada após a incidência da pena de advertência. Neste mesmo sentido parece caminhar o artigo 17 da mesma Resolução/ARIS, que assim dispõe:

Art. 17 - Na hipótese de descumprimento da penalidade de advertência, quer pela inobservância dos prazos fixados para a regularização das não-conformidades, quer pela reincidência, será aplicada multa correspondente à classificação da infração.

Parágrafo único - Considera-se reincidência a prática de infração tipificada no mesmo dispositivo regulamentar em que haja sido apenada anteriormente, no prazo de dois anos.

No caso concreto, a CASAN infringiu o artigo 11, XI; 12, IV, XIV, XIX e XX, da Resolução Normativa/ARIS nº 3/2011. Desta forma, em que pese a gravidade das condutas, é caso de aplicação das penalidades de ADVERTÊNCIA, com fundamento nos artigos 4º, I, c/c art. 16, da Resolução Normativa/ARIS nº 3/2011.

Outrossim, em observância ao disposto no § 1º, do artigo 4º da Resolução Normativa/ARIS nº 3/2011, concede-se o prazo, improrrogável, de 30 dias, para que a CASAN proceda à adequação do serviço as normas de regulação, cumprindo, integralmente, com as determinações previstas nos itens 03, 04, 05, 06, 08, 09, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25, dos TN nº 24/2014 e 38/2014.

III – Decisão

Diante do exposto, julga-se pela instauração do Processo Administrativo Punitivo, com fulcro no artigo 11, Parágrafo Único, inciso II, da Resolução nº 002/2011, com a lavratura de Auto de Infração em face da CASAN, com a aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA. Publique-se e autue-se nos autos do Procedimento Administrativo nº 35/2012.

Florianópolis, 06 de agosto de 2015.

Adir Faccio

Diretor-Geral da ARIS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2015 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 016/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 41/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 16/2015

OBJETO: Revisão programada de 30.000 (trinta mil) quilômetros, balanceamento, geometria e higienização do veículo de propriedade da ARIS, Fiat Palio WK Adventure, Placas: MLI-6073.

CONTRATADO: PRIMA VEÍCULOS LTDA.

CNPJ nº 05.930.088/0001-64.

VALOR: R\$ 2.043,64 (dois mil, quarenta e três reais e sessenta e quatro centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 c/c art. 26, ambos da Lei nº 8.666/93.

Florianópolis, 10 de agosto de 2015.

Adir Faccio

Diretor geral da ARIS

CIDEMA**RESOLUÇÃO Nº 03/2015**

RESOLUÇÃO Nº 03/2015

INSTITUI PROCEDIMENTOS PARA UTILIZAÇÃO DOS VEÍCULOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA.

CLEOMAR WEBER KUHN, Prefeito de São Carlos, e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Meio Ambiente - CIDEMA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 15, inciso XIV do Estatuto Social:

RESOLVE:

Art. 1º Disciplinar os procedimentos para utilização dos veículos oficiais, e responsabilização dos funcionários do CIDEMA, por infração à Legislação de Trânsito.

Art. 2º Todos os veículos do Consórcio serão utilizados exclusivamente, para realização de serviços, sendo vedada sua utilização para fins particulares.

Art. 3º O funcionário que deslocar-se aos Municípios deverá observar o seguinte:

I - Agendar a viagem no sistema SIGAWEB, localizado no site <http://sistemas.amosc.org.br/>, procurando adequar-se às viagens previamente agendadas para àquele Município ou a caminho deste;

II - Antes da saída, o funcionário deve verificar:

- a) se a documentação do veículo está no interior do mesmo e em dia;
- b) certificar-se de sua própria documentação (Carteira Nacional de Habilitação e Cédula de Identidade);
- c) Conferir se pneus, óleo do motor, extintor e água do radiador estão em ordem.

III - Durante a viagem o condutor deve usar o cinto de segurança, dirigir com cuidado, com prudência e respeitar o limite de velocidade, para evitar acidentes e multas de trânsito, devendo ainda:

- a) Em caso de sinistro ou pane, comunicar imediatamente a seguradora para as providências necessárias;
- b) Em caso de multa de trânsito, é de responsabilidade do condutor o ressarcimento dos valores para o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Meio Ambiente - CIDEMA, mediante prévia autorização para desconto em folha, conforme Anexo Único, desta resolução.

IV - Ao retornar da viagem o funcionário deve:

- a) dirigir-se ao posto de combustível contratado para análise das condições do veículo e da manutenção necessária, visando a conservação do mesmo;
- b) estacionar corretamente o veículo na garagem, fechar adequadamente as portas, acionar o alarme e fechar o portão eletrônico.

Art. 4º Está Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, SC, 07 de agosto de 2015.

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito de São Carlos

Presidente do CIDEMA

ANEXO ÚNICO**AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO****A) IDENTIFICAÇÃO DO FUNCIONÁRIO**

NOME: _____

CARGO/FUNÇÃO: _____

DEPARTAMENTO: _____

B) IDENTIFICAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO

AUTO DE INFRAÇÃO Nº: _____ DATA: _____

VALOR: R\$ _____

VEÍCULO PLACA: _____ MARCA: _____

MODELO: _____ ANO: _____

LOCAL: _____

C) AUTORIZAÇÃO

Ciente da infração de trânsito acima identificada, AUTORIZO o setor de pessoal a efetuar o desconto em folha de pagamento, do valor equivalente a R\$ (_____), da seguinte forma:

() Valor Integral

() _____ Parcelas mensais

Será efetuado o desconto da importância integral ou o que dela restar, em caso de parcelamento anterior, sobre eventuais valores rescisórios decorrentes de qualquer das formas de desligamento do quadro de pessoal.

Por ser verdade firmo o presente,

Local e data _____, ____/____/____.

Assinatura do/a funcionário/a por extenso

CIGA**EXTRATO CONTRATO - 430 - PGT- REGIN- MAJOR GERCINO**

Extrato de Contrato nº 430/2015

Contrato de Prestação de Serviços – Programa de Gestão Tributária – Major Gercino

CONTRATANTE: Município de Major Gercino

CNPJ: 82.845.744/0001-71

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 62/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA.

VALOR: 8 parcelas mensais de R\$ 285,00 (Duzentos e oitenta e cinco reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 30 julho de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 429 - PGC - ABDON BATISTA

Extrato de Contrato nº 429/2015

Contrato de Prestação de Serviços – Programa de Gestão de Câmara de Vereadores – Abdon Batista

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Abdon Batista

CNPJ: 05.632.918/0001-77

CONTRATO Nº: Contrato Administrativo nº 001/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$.2.280,00(Dois mil duzentos e oitenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 28 de julho de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 431 - PGC - HERVAL D' OESTE

Extrato de Contrato nº 431/2015

Contrato de Prestação de Serviços – Programa de Gestão de Câmara de Vereadores – Herval d' Oeste

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Herval d' Oeste

CNPJ: 04.446.350/0001-37

CONTRATO Nº: Contrato Administrativo nº 003/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$.3.135,00(Três mil cento e trinta e cinco reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 04 de Agosto de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIS NORDESTE

EXTRATOS DE ADITIVOS ÀS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS 004CISNORDESTE (Nº ATA) – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2015 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 022/2015

EXTRATOS DE ADITIVOS ÀS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS 004CISNORDESTE (Nº ATA) – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2015 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 022/2015

PA	Nº Ata	Aditivo	Lote	Medicamento	Fornecedor	Município	Data	valor Registrado	Valor Aditivo	Objeto	Qtde Remanescente
22.3-A	331	Primeiro	113	Isossorbida (Dinitrato) Sublingual 5 mg	Angai Distribuidora de Medicamentos Ltda	Balneário Barra do Sul	06/08/2015	R\$ 0,2500	-	Cancelamento	5.000
22.3-A	342	Primeiro	113	Isossorbida (Dinitrato) Sublingual 5 mg	Angai Distribuidora de Medicamentos Ltda	Barra Velha	06/08/2015	R\$ 0,2500	-	Cancelamento	10.000
22.3-A	348	Primeiro	113	Isossorbida (Dinitrato) Sublingual 5 mg	Angai Distribuidora de Medicamentos Ltda	Campo Alegre	06/08/2015	R\$ 0,2500	-	Cancelamento	9.000
22.3-A	358	Primeiro	113	Isossorbida (Dinitrato) Sublingual 5 mg	Angai Distribuidora de Medicamentos Ltda	Corupá	06/08/2015	R\$ 0,2500	-	Cancelamento	5.000
22.3-A	370	Primeiro	113	Isossorbida (Dinitrato) Sublingual 5 mg	Angai Distribuidora de Medicamentos Ltda	Garuva	06/08/2015	R\$ 0,2500	-	Cancelamento	800
22.3-A	384	Primeiro	113	Isossorbida (Dinitrato) Sublingual 5 mg	Angai Distribuidora de Medicamentos Ltda	Guaramirim	06/08/2015	R\$ 0,2500	-	Cancelamento	3.000
22.3-A	395	Primeiro	113	Isossorbida (Dinitrato) Sublingual 5 mg	Angai Distribuidora de Medicamentos Ltda	Itapoá	06/08/2015	R\$ 0,2500	-	Cancelamento	3.000
22.3-A	409	Primeiro	113	Isossorbida (Dinitrato) Sublingual 5 mg	Angai Distribuidora de Medicamentos Ltda	Jaraguá do Sul	06/08/2015	R\$ 0,2500	-	Cancelamento	10.000
22.3-A	423	Primeiro	113	Isossorbida (Dinitrato) Sublingual 5 mg	Angai Distribuidora de Medicamentos Ltda	Joinville	06/08/2015	R\$ 0,2500	-	Cancelamento	120.000
22.3-A	438	Primeiro	113	Isossorbida (Dinitrato) Sublingual 5 mg	Angai Distribuidora de Medicamentos Ltda	Massaranduba	06/08/2015	R\$ 0,2500	-	Cancelamento	500
22.3-A	457	Primeiro	113	Isossorbida (Dinitrato) Sublingual 5 mg	Angai Distribuidora de Medicamentos Ltda	São Bento do Sul	06/08/2015	R\$ 0,2500	-	Cancelamento	200
22.3-A	465	Primeiro	113	Isossorbida (Dinitrato) Sublingual 5 mg	Angai Distribuidora de Medicamentos Ltda	São Francisco do Sul	06/08/2015	R\$ 0,2500	-	Cancelamento	6.000
22.3-A	471	Primeiro	113	Isossorbida (Dinitrato) Sublingual 5 mg	Angai Distribuidora de Medicamentos Ltda	São João do Itaperiú	06/08/2015	R\$ 0,2500	-	Cancelamento	1.500
22.3-A	478	Primeiro	113	Isossorbida (Dinitrato) Sublingual 5 mg	Angai Distribuidora de Medicamentos Ltda	Schroeder	06/08/2015	R\$ 0,2500	-	Cancelamento	1.000
22.3-A	490	Primeiro	113	Isossorbida (Dinitrato) Sublingual 5 mg	Angai Distribuidora de Medicamentos Ltda	Hospital Municipal São José	06/08/2015	R\$ 0,2500	-	Cancelamento	500

22.16-A	507	Nova ARP	113	Isossorbida (Dinitrato) Sublingual 5 mg	Medicinali Produtos para Saúde EIRELI - ME	Balneário Barra do Sul	06/08/2015	R\$ -	R\$ 0,3000	Inclusão	5.000
22.16-A	508	Nova ARP	113	Isossorbida (Dinitrato) Sublingual 5 mg	Medicinali Produtos para Saúde EIRELI - ME	Barra Velha	06/08/2015	R\$ -	R\$ 0,3000	Inclusão	10.000
22.16-A	509	Nova ARP	113	Isossorbida (Dinitrato) Sublingual 5 mg	Medicinali Produtos para Saúde EIRELI - ME	Campo Alegre	06/08/2015	R\$ -	R\$ 0,3000	Inclusão	9.000
22.16-A	364	Primeiro	113	Isossorbida (Dinitrato) Sublingual 5 mg	Medicinali Produtos para Saúde EIRELI - ME	Corupá	06/08/2015	R\$ -	R\$ 0,3000	Inclusão	5.000
22.16-A	510	Nova ARP	113	Isossorbida (Dinitrato) Sublingual 5 mg	Medicinali Produtos para Saúde EIRELI - ME	Garuva	06/08/2015	R\$ -	R\$ 0,3000	Inclusão	800
22.16-A	389	Primeiro	113	Isossorbida (Dinitrato) Sublingual 5 mg	Medicinali Produtos para Saúde EIRELI - ME	Guaramirim	06/08/2015	R\$ -	R\$ 0,3000	Inclusão	3.000
22.16-A	511	Nova ARP	113	Isossorbida (Dinitrato) Sublingual 5 mg	Medicinali Produtos para Saúde EIRELI - ME	Itapoá	06/08/2015	R\$ -	R\$ 0,3000	Inclusão	3.000
22.16-A	415	Primeiro	113	Isossorbida (Dinitrato) Sublingual 5 mg	Medicinali Produtos para Saúde EIRELI - ME	Jaraguá do Sul	06/08/2015	R\$ -	R\$ 0,3000	Inclusão	10.000
22.16-A	430	Primeiro	113	Isossorbida (Dinitrato) Sublingual 5 mg	Medicinali Produtos para Saúde EIRELI - ME	Joinville	06/08/2015	R\$ -	R\$ 0,3000	Inclusão	120.000
22.16-A	441	Primeiro	113	Isossorbida (Dinitrato) Sublingual 5 mg	Medicinali Produtos para Saúde EIRELI - ME	Massaranduba	06/08/2015	R\$ -	R\$ 0,3000	Inclusão	500
22.16-A	512	Nova ARP	113	Isossorbida (Dinitrato) Sublingual 5 mg	Medicinali Produtos para Saúde EIRELI - ME	São Bento do Sul	06/08/2015	R\$ -	R\$ 0,3000	Inclusão	200
22.16-A	513	Nova ARP	113	Isossorbida (Dinitrato) Sublingual 5 mg	Medicinali Produtos para Saúde EIRELI - ME	São Francisco do Sul	06/08/2015	R\$ -	R\$ 0,3000	Inclusão	6.000
22.16-A	514	Nova ARP	113	Isossorbida (Dinitrato) Sublingual 5 mg	Medicinali Produtos para Saúde EIRELI - ME	São João do Itaperiú	06/08/2015	R\$ -	R\$ 0,3000	Inclusão	1.500
22.16-A	484	Primeiro	113	Isossorbida (Dinitrato) Sublingual 5 mg	Medicinali Produtos para Saúde EIRELI - ME	Schroeder	06/08/2015	R\$ -	R\$ 0,3000	Inclusão	1.000
22.16-A	506	Nova ARP	113	Isossorbida (Dinitrato) Sublingual 5 mg	Medicinali Produtos para Saúde EIRELI - ME	Hospital Municipal São José	06/08/2015	R\$ -	R\$ 0,3000	Inclusão	500

CIS/AMURES**2º ERRATA AO EDITAL DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01 2015 CIS/AMURES**

2ª. RERRATIFICAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015

Processo no. 01/2015

SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Tem por objeto o presente Edital de PREGÃO ELETRÔNICO, SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS, a aquisição de materiais limpeza, ambulatorial e expediente para suprir as necessidades do Consórcio, pelo período de 04 meses.

O CIS/AMURES, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela Resolução n. 01 de 30 de Janeiro de 2015, torna público para conhecimento dos interessados, as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento:

No Anexo 04, que dispõe sobre a 1. HABILITAÇÃO, no item 1.2 DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO. Subitem 1.2.2. Regularidade Fiscal, serão acrescidas letras "i" e "j".

ONDE SE LÊ:

Anexo 04

Pregão eletrônico 01/2015

(...)

1.2.2 Regularidade Fiscal

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF);
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, compreendendo os tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal;
- c) Prova de regularidade para com a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;
- d) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- e) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;

e.1) No caso de municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros;

- f) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND/INSS);
- g) Certificado de Regularidade de Situação com o FGTS (CRS/FGTS).
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho).

LEIA-SE:

Anexo 04

(...)

1.2.2 Regularidade Fiscal

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF);
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, compreendendo os tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal;
- c) Prova de regularidade para com a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;
- d) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- e) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- e.1) No caso de municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros;
- f) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND/INSS);
- g) Certificado de Regularidade de Situação com o FGTS (CRS/FGTS).
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho).
- i) Autorização de Funcionamento da Empresa – AFE - concedida/expedida pelo Ministério da Saúde, através da Anvisa, pertinente à atividade de industrialização e/ou distribuição e/ou dispensação PARA TODOS OS PRODUTOS DA SAÚDE, ou seja, AFE de correlatos (inclusos aqui os equipamentos) para produtos correlatos, AFE de saneantes para saneantes, AFE de medicamentos para medicamentos e AFE de cosméticos para cosméticos (referente ao lote MATERIAL AMBULATORIAL).
- j) Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, ou seja, do Certificado de Regularidade do Conselho Regional de Farmácia e/ou

Certificado de Regularidade junto ao órgão fiscalizador, com a indicação do responsável técnico (referente ao Lote MATERIAL AMBULATORIAL).

Considerando que a presente rerratificação ocorreu ainda no prazo legal, e não altera a proposta, mantém-se a data de abertura da sessão, conforme prevista no edital.

Permanecem inalterados todas as demais cláusulas do referido Edital.

Lages, 10 de agosto de 2015

Guilherme Rangel Bianchini

Pregoeiro

CPIMMOC**ATA JULGAMENTO DOS RECURSOS FASE DE HABILITAÇÃO PROCESSO DE LICITAÇÃO 01/2015 - TOMADA DE PREÇO 01/2015**

ATA DE JULGAMENTO DOS RECURSOS DA FASE DE HABILITAÇÃO EM RELAÇÃO AO PROCESSO DE LICITAÇÃO 01/2015 – TOMADA DE PREÇOS 01/2015

Aos 10 (dez) dias do mês de agosto de 2015, reuniram-se os membros da Comissão de licitações do Consórcio Cpimmoc para julgar o recurso quanto a fase de habilitação ao processo licitatório em epígrafe, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada de prestação de serviços continuados de limpeza pública, compreendendo: 1) coleta manual e mecanizada; Transporte Regular, transbordo e destinação final dos resíduos sólidos oriundos da coleta de lixo, para os Municípios de Catanduvás, Erval Velho, Lacerdópolis Luzerna e Ouro.

A sessão de abertura dos envelopes de habilitação ocorreu no dia 13 (treze) de julho de 2015. Manifestaram interesse no certame as Empresas T.O.S Ambiental e Líder Materiais Elétricos, (ambas já qualificadas no processo de licitação) que ao final da sessão a comissão de licitações declarou as duas empresas habilitadas. Ao final da sessão a Empresa T.O.S Ambiental demonstrou intenção de impetrar recurso contra a decisão da comissão de licitação em face da habilitação da empresa Líder Materiais Elétricos, sendo que no prazo estipulado em lei a Empresa apresentou a peça recursal devidamente composta e formal, respeitando assim os requisitos de formalidade e tempestividade e admissibilidade.

O recurso devidamente aceito manifestou os seguintes pontos dos quais a empresa não concordava com a decisão da Comissão de Licitações:

1 – Que a Empresa Líder Materiais Elétricos deixou de comprovar os itens 8.5.1.2.1 (Atestado(s) de capacidade técnica compatível com o objeto desta licitação, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, registrado(s) no CREA, que mostre que a empresa e o(s) responsável(is) técnico(s) pertencentes(s) ao quadro profissional da empresa, com instrução de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela autoridade competente, está exercendo atividade no ramo de Engenharia e com características semelhantes ao objeto desta licitação. Deverá ser apresentada ainda, a CAT – Certidão de acervo Técnico fazendo menção à respectiva ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, que comprove(m) a experiência de acordo com o objeto licitado.);

8.5.1.2.2 (Comprovação de o proponente possuir em seu quadro profissional (registrado ou contratado), antes data prevista para a entrega da documentação e das propostas, profissional de nível superior, o qual será obrigatoriamente o profissional preposto (residente dos serviços), detentor de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedido pelo CREA, por prestação de serviços de características semelhantes às do objeto deste Edital, devendo juntar para tais comprovações os seguintes documentos:

- a) Cópia da carteira de trabalho e ficha de registro de empregados, que demonstrem a identificação do profissional; ou
- b) Cópia da última alteração contratual da empresa proponente, no caso do profissional ser sócio da mesma; ou;
- c) Contrato de prestação de serviço.);

8.5.1.3 (Apresentação de comprovação de que a empresa licitante possui autorização através de Licença de Operação (LO) de Operação de Aterro Sanitário para destinação final dos resíduos domiciliares, constando capacidade de recebimento;);

Na avaliação da Comissão de Licitações como já decorrerá na primeira análise resta sim comprovado o vínculo empregatício da Empresa Líder Materiais elétricos (8.5.1.2.1 E 8.5.1.2.2) com o Sr. Rodenei Zampronio, através de contrato de trabalho e de certidões de acervo técnico onde consta sua responsabilidade e habilitação necessária para exercer as atividades solicitadas no edital conforme documentos constantes na fase habilitatória devidamente apresentadas no processo.

Quanto a todos os demais alegações apresentadas pela Empresa T.O.S Ambiental em relação que a localização do aterro é confusa com um outro aterro que foi judicialmente embargado e em relação ao endereço por se tratar de Linha Serraria, e Linha Nova Beleza (Interior do Município de Piratuba) e quanto ao licenciamento e classificação constante na LAO (Licença Ambiental de Operacionalização) emitida pela Fundação do Meio Ambiente (FATMA), o consórcio tomou as seguintes medidas (inclusive sugeridas pela Empresa T.O.S) afim de se resguardar:

Providenciou ofício ao presidente da Fatma e efetuou diligência in loco com seus técnicos da área de meio ambiente e dos membros da comissão de licitações, pois fez-se necessário em virtude das alegações constantes na peça recursal.

Quanto ao ofício remetido a Fatma obtivemos resposta subscrita e assinada inclusive pelo Presidente da instituição o Sr. Alexandre Waltrick Rates com o seguinte teor: "em resposta ao Ofício protocolado nesta Fundação sob o número 22417/2015. Informamos que conforme consulta ao processo de Licenciamento RSU/10104/CRP, verificou-se que a mesma encontra-se válida, e que, em consta no processo, bem como no seu verso, possui autorização para o tratamento e/ou disposição final de resíduos sólidos urbanos. Informamos ainda que é possível verificar que os controles ambientais e condicionantes e demais descrições da licença, englobam, além das atividades citadas na parte frontal da mesma, as atividades de disposição final e tratamento de resíduos sólidos urbanos. Desta forma, através do ofício subscrito pelo presidente da Fatma não nos restou dúvida quanto a regularidade ambiental junto ao órgão estadual que faz o controle e fiscalização.

Ainda assim, a Comissão de Licitações junto com os demais representantes do Consórcio CPIMMOC (composta inclusive de um biólogo) efetuou a visita in loco ao aterro da Empresa, conforme registros fotográficos, onde foi constatado que por ser uma área no interior do Município a questão de endereço pode ser confundida mas não há dúvida que o local é o mesmo apresentado na fase habilitatória do processo de licitação.

Quanto a peça recursal ainda restou o item quanto a "não consta a realização prévia de serviços de coleta mecanizada, de forma que deixou a empresa Líder Materiais Elétricos Ltda. De cumprir mais este item do edital, sendo patente sua inabilitação para o certame" (texto transcrito da peça recursal). Na análise da comissão de licitações e segundo consulta aos técnicos da Fatma, atividade de coleta mecanizada é auto declaratória não tendo acervo ou certidão para tanto, e também se a empresa atualmente já faz a coleta em alguns Municípios não me parece o caso de inabilitação pela falta deste documento, até pelo princípio do formalismo em excesso.

Diante dos fatos averiguados não resta dúvida que o Consórcio através da Comissão de Licitações e da Equipe Técnica tomou todas as precauções possíveis para resguardar-se e evitar que uma empresa sem a devida capacidade técnica ou com local inadequado fosse habilitada, o que restou comprovado não ser o caso, desta forma, a decisão da Comissão de Licitações quanto a habilitação

da Empresa Líder Materiais Elétricos não merece ser modificada em vista que ao nosso ver a empresa atende todos os requisitos no edital e que a inabilitação desta causaria efeito contrário ao que preceitua a lei de licitações em sua essência (ampla participação).

Diante desta decisão, cientifique-se as empresas Líder Materiais Elétricos e T.O.S Ambiental da decisão desta comissão de licitações e que a abertura dos envelopes das propostas ocorrerá no dia 17/08/2015, com início às 08h30min na sala de reuniões da Ammoc sito à Rua Roberto Trompowski nº 68, 2º andar.

Providencie-se ainda duas cópias deste despacho a empresa T.O.S Ambiental para as medidas que achar necessárias conforme solicitado na peça Recursal.

Joaçaba/SC em 10 de agosto de 2015.

VANDERLEI R. PICININI Presidente da C.P.L.	MARIZE COLETTI Membro da C.P.L.
ANDRÉIA FLECK DA SILVA Membro da C.P.L.	

CONTRATO ADMINISTRATIVO 01/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01 /2015

CONTRATO DE PROGRAMA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LUZERNA E O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO – CPIMMOC.

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.939.406/0001-07, com sede administrativa na Rua Carmello Zocolli, 155, Capinzal/SC, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. ANDEVIR ISGANZELLA e o CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CATARINENSE - CPIMMOC, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 19.678.109/0001-00, com sede na Rua: Roberto Trompowski, 68 2º andar – centro Joaçaba/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Vitor João Faccin, Prefeito de OURO celebram o presente Contrato de Rateio, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula Primeira: Aplica-se ao presente contrato as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07, Do Estatuto do CPIMMOC e da Lei Municipal nº 1.118/2013 (04/06/2013).

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida legislação, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito administrativo.

Cláusula Segunda. É dispensada a realização de licitação pública para a celebração deste contrato de programa, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

DO OBJETO

Cláusula terceira. O contrato Administrativo tem por objeto a prestação de serviço público em regime de gestão associada com o objetivo de:

1.1 - Descrição do Objeto:

O presente contrato tem como objeto a adequação legislativa e regimental do Município de Capinzal integrante do CPIMMOC, para habilitação do licenciamento das Atividades de Impacto local, tendo como fundamentação legal o art. 23 da Constituição Federal e como base a legislação e normas federal e estadual que tratam da matéria, especialmente as disposições previstas na Lei 6.938/1981

- Política Nacional do Meio Ambiente, na Lei Complementar Federal nº 140, de 8 de dezembro de 2001, nas Resoluções do CONAMA nºs 237/97 e 378/2006, na Lei Complementar Estadual nº 381, de 07 de maio de 2007, na Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009, no Decreto Estadual nº 620, de 27 de agosto de 2003, nas Resoluções CONSEMA nº 02/06 e nº 10/2011 e demais normas previstas na legislação de cada Município e respectivas Leis Orgânicas.

1.2 – Dos Objetivos Específicos:

Os objetivos específicos deste instrumento são os seguintes:

a) A adequação do Município quanto a habilitação para o licenciamento das Atividades de Impacto local, conforme preconiza a legislação deve ser elaborada contemplando-se os seguintes itens:

b) Criação da Política de Meio Ambiente, de acordo com as Políticas Nacional e Estadual de Meio Ambiente, disciplinando inclusive, o Licenciamento Ambiental no âmbito do Município.

c) Criação e/ou adequação do Conselho Municipal de Meio Ambiente, como órgãos consultivo e deliberativo;

d) Vinculação do Município, por meio de legislação específica, ao órgão ambiental a ser criado no organograma do Consórcio Público Multifinalitário Meio Oeste Contestado – CPIMMOC;

e) Elaboração de toda documentação necessária para a habilitação do município junto aos órgãos competentes para o Licenciamento Ambiental em todas as modalidades legalmente disponíveis, requeridas pelo município;

2) FASES DO PROJETO E PRAZOS PARA EXECUÇÃO

FASE I - reunião inicial para a definição das estratégias para a implantação do licenciamento ambiental por meio do Consórcio Público Multifinalitário Meio Oeste Contestado – CPIMMOC.

FASE II – elaboração do diagnóstico da legislação municipal de cada Município, pertinente e da situação do Conselho Municipal de Meio Ambiente para as alterações necessárias;

FASE III – criação ou adequação dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente como órgãos Consultivos e Deliberativos;

FASE IV - elaboração da Política Municipal de Meio Ambiente incluindo o Licenciamento ambiental como instrumento, inclusive a minuta de projeto de lei;

FASE V - elaboração de toda documentação necessária para a habilitação do município junto aos órgãos ambientais e o Governo do Estado.

FASE VI – assessoramento dos municípios nas reuniões e acordos que serão firmados com os órgãos ambientais competentes, para a implementação do licenciamento ambiental.

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do CONSÓRCIO/CONTRATADO:

I - executar os serviços nas condições estipulados no presente contrato de Programa:

II - Os produtos parciais (Relatórios) de cada ETAPA dos trabalhos serão apresentados ao Consórcio e, aprovados pelo mesmo. A forma de pagamento vincula-se a esta obrigação do contratado.

DOS RECURSOS

Cláusula sexta. 4.1 – As despesas decorrentes da presente Contrato

correrão por conta da dotação municipal do orçamento vigente, com recursos oriundos do Contrato de Rateio, celebrado entre os municípios e o Consórcio:

4.2 – O valor admitido para contratação dos serviços, objeto da presente licitação é de:

Por Município. R\$ 4.959,19

4.3 – Será repassado o valor em Duas parcelas iguais, para o Consórcio conforme Contrato Administrativo Celebrado Prefeitura e Consórcio.

4.4 – 1º parcela (cinquenta por cento) na assinatura do contrato.

4.5 – 2º parcela (cinquenta por cento restante) na entrega dos trabalhos.

Parágrafo único. Havendo disponibilidade financeira o município poderá fazer o pagamento em parcela única.

DA RESCISÃO

Cláusula sétima. O presente contrato de Programa poderá ser rescindido por:

- a) descumprimento de qualquer das metas para consecução do objeto;
- b) superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente, inexecutável;

DAS PENALIDADES

Parágrafo único. as penalidades serão aplicadas pela Assembleia Geral do CPIMMOC.

DA VIGÊNCIA E ADITAMENTO

Cláusula décima. O presente contrato terá vigência de quatro meses a partir da data da sua assinatura, enquanto o Município for consorciado, mantenedor do contrato de rateio e das responsabilidades estabelecidos por este instrumento, podendo ser alterado por meio de assinatura de termo aditivo, sendo vedada a modificação do seu objeto.

DO FORO

Cláusula décima primeira. Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba, Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima segunda. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

31 de Março de 2015
Consórcio/contratado
VITOR JOÃO FACCIN
Presidente CPIMMOC

Consortiado/contratante
Andevir Isganzella
CAPINZAL

CONTRATO ADMINISTRATIVO 01/2015 HERVAL D OESTE

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01 /2015

CONTRATO DE PROGRAMA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE HERVAL D OESTE E O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO – CPIMMOC.

O MUNICÍPIO DE HERVAL D OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.939.430/0001-38, com sede administrativa na Rua Nereu Ramos, 389, Herval d'Oeste/SC, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. NELSON GUINDANI e o CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CATARINENSE - CPIMMOC, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 19.678.109/0001-00, com sede na Rua: Roberto Trompowski, 68 2º andar – centro Joaçaba/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Vitor João Faccin, Prefeito de OURO celebram o presente Contrato de Rateio, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula Primeira: Aplica-se ao presente contrato as disposições da Lei

Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07, Do Estatuto do CPIMMOC e da Lei Municipal nº 3093 (15/05/2015). Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida legislação, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito administrativo.

Cláusula Segunda. É dispensada a realização de licitação pública para a celebração deste contrato de programa, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

DO OBJETO

Cláusula terceira. O contrato Administrativo tem por objeto a prestação de serviço público em regime de gestão associada com o objetivo de:

1.1 - Descrição do Objeto:

O presente contrato tem como objeto a adequação legislativa e regimental do Município de Herval d'Oeste integrante do CPIMMOC, para habilitação do licenciamento das Atividades de Impacto local, tendo como fundamentação legal o art. 23 da Constituição Federal e como base a legislação e normas federal e estadual que tratam da matéria, especialmente as disposições previstas na Lei 6.938/1981 - Política Nacional do Meio Ambiente, na Lei Complementar Federal nº 140, de 8 de dezembro de 2001, nas Resoluções do CONAMA nºs 237/97 e 378/2006, na Lei Complementar Estadual nº 381, de 07 de maio de 2007, na Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009, no Decreto Estadual nº 620, de 27 de agosto de 2003, nas Resoluções CONSEMA nº 02/06 e nº 10/2011 e demais normas previstas na legislação de cada Município e respectivas Leis Orgânicas.

1.2 – Dos Objetivos Específicos:

Os objetivos específicos deste instrumento são os seguintes:

- a) A adequação do Município quanto a habilitação para o licenciamento das Atividades de Impacto local, conforme preconiza a legislação deve ser elaborada contemplando-se os seguintes itens:
- b) Criação da Política de Meio Ambiente, de acordo com as Políticas Nacional e Estadual de Meio Ambiente, disciplinando inclusive, o Licenciamento Ambiental no âmbito do Município.
- c) Criação e/ou adequação do Conselho Municipal de Meio

Ambiente, como órgãos consultivo e deliberativo;

d) Vinculação do Município, por meio de legislação específica, ao órgão ambiental a ser criado no organograma do Consórcio Público Multifinalitário Meio Oeste Contestado – CPIMMOC;

e) Elaboração de toda documentação necessária para a habilitação do município junto aos órgãos competentes para o Licenciamento Ambiental em todas as modalidades legalmente disponíveis, requeridas pelo município;

2) FASES DO PROJETO E PRAZOS PARA EXECUÇÃO

FASE I - reunião inicial para a definição das estratégias para a implantação do licenciamento ambiental por meio do Consórcio Público Multifinalitário Meio Oeste Contestado – CPIMMOC.

FASE II – elaboração do diagnóstico da legislação municipal de cada Município, pertinente e da situação do Conselho Municipal de Meio Ambiente para as alterações necessárias;

FASE III – criação ou adequação dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente como órgãos Consultivos e Deliberativos;

FASE IV - elaboração da Política Municipal de Meio Ambiente incluindo o Licenciamento ambiental como instrumento, inclusive a minuta de projeto de lei;

FASE V - elaboração de toda documentação necessária para a habilitação do município junto aos órgãos ambientais e o Governo do Estado.

FASE VI – assessoramento dos municípios nas reuniões e acordos que serão firmados com os órgãos ambientais competentes, para a implementação do licenciamento ambiental.

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do CONSÓRCIO/CONTRATADO:

I - executar os serviços nas condições estipulados no presente contrato de Programa:

II - Os produtos parciais (Relatórios) de cada ETAPA dos trabalhos serão apresentados ao Consórcio e, aprovados pelo mesmo. A forma de pagamento vincula-se a esta obrigação do contratado.

DOS RECURSOS

Cláusula sexta. 4.1 – As despesas decorrentes da presente Contrato correrão por conta da dotação municipal do orçamento vigente, com recursos oriundos do Contrato de Rateio, celebrado entre o município e o Consórcio:

4.2 – O valor admitido para contratação dos serviços, objeto da presente licitação é de:

Por Município. R\$ 4.959,19

4.3 – Será repassado o valor em Duas parcelas iguais, para o Consórcio conforme Contrato Administrativo Celebrado Prefeitura e Consórcio.

4.4 – 1ª parcela (cinquenta por cento) na assinatura do contrato.

4.5 – 2ª parcela (cinquenta por cento restante) na entrega dos trabalhos.

Parágrafo único. Havendo disponibilidade financeira o município poderá fazer o pagamento em parcela única.

DA RESCISÃO

Cláusula sétima. O presente contrato de Programa poderá ser rescindido por:

a) descumprimento de qualquer das metas para consecução do

objeto;

b) superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente, inexecutável;

DAS PENALIDADES

Parágrafo único. as penalidades serão aplicadas pela Assembleia Geral do CPIMMOC.

DA VIGÊNCIA E ADITAMENTO

Cláusula décima. O presente contrato terá vigência de quatro meses a partir da data da sua assinatura, enquanto o Município for consorciado, mantenedor do contrato de rateio e das responsabilidades estabelecidos por este instrumento, podendo ser alterado por meio de assinatura de termo aditivo, sendo vedada a modificação do seu objeto.

DO FORO

Cláusula décima primeira. Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba, Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima segunda. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

01 de julho de 2015

Consórcio/contratado

VITOR JOÃO FACCIN

Presidente CPIMMOC

Consortado/contratante

Nelson Guindani

Herval d Oeste

CONTRATO ADMINISTRATIVO 02/2015 OURO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02 /2015

CONTRATO DE PROGRAMA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE OURO E O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO – CPIMMOC.

O MUNICÍPIO DE OURO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.777.228/0001-57, com sede na Rua Governador Jorge Lacerda, 106, OURO/SC, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. VITOR JOÃO FACCIN, doravante denominado CONSÓRCIO/CONTRATANTE e o CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO – CPIMMOC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº. 19.678.109/0001-00, representado pelo seu Presidente, Sr. Vitor João Faccin denominado CONSÓRCIO/CONTRATADO, celebram o presente Contrato de Programa, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula Primeira: Aplica-se ao presente contrato as disposições da Lei

Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07,

Do Estatuto do CPIMMOC e da Lei Municipal nº 1.118/2013 (04/06/2013).

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida legislação, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito administrativo.

Cláusula Segunda. É dispensada a realização de licitação pública para a celebração deste contrato de programa, com fundamento

no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

DO OBJETO

Cláusula terceira. O contrato Administrativo tem por objeto a prestação de serviço público em regime de gestão associada com o objetivo de:

1.1 - Descrição do Objeto:

O presente contrato tem como objeto a adequação legislativa e regimental do Município de Ouro integrante do CPIMMOC, para habilitação do licenciamento das Atividades de Impacto local, tendo como fundamentação legal o art. 23 da Constituição Federal e como base a legislação e normas federal e estadual que tratam da matéria, especialmente as disposições previstas na Lei 6.938/1981 - Política Nacional do Meio Ambiente, na Lei Complementar Federal nº 140, de 8 de dezembro de 2001, nas Resoluções do CONAMA nºs 237/97 e 378/2006, na Lei Complementar Estadual nº 381, de 07 de maio de 2007, na Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009, no Decreto Estadual nº 620, de 27 de agosto de 2003, nas Resoluções CONSEMA nº 02/06 e nº 10/2011 e demais normas previstas na legislação de cada Município e respectivas Leis Orgânicas.

1.2 – Dos Objetivos Específicos:

Os objetivos específicos deste instrumento são os seguintes:

a) A adequação do Município quanto a habilitação para o licenciamento das Atividades de Impacto local, conforme preconiza a legislação deve ser elaborada contemplando-se os seguintes itens:

b) Criação da Política de Meio Ambiente, de acordo com as Políticas Nacional e Estadual de Meio Ambiente, disciplinando inclusive, o Licenciamento Ambiental no âmbito do Município.

c) Criação e/ou adequação do Conselho Municipal de Meio Ambiente, como órgãos consultivo e deliberativo;

d) Vinculação do Município, por meio de legislação específica, ao órgão ambiental a ser criado no organograma do Consórcio Público Multifinalitário Meio Oeste Contestado – CPIMMOC;

e) Elaboração de toda documentação necessária para a habilitação do município junto aos órgãos competentes para o Licenciamento Ambiental em todas as modalidades legalmente disponíveis, requeridas pelo município;

2) FASES DO PROJETO E PRAZOS PARA EXECUÇÃO

FASE I - reunião inicial para a definição das estratégias para a implantação do licenciamento ambiental por meio do Consórcio Público Multifinalitário Meio Oeste Contestado – CPIMMOC.

FASE II – elaboração do diagnóstico da legislação municipal de cada Município, pertinente e da situação do Conselho Municipal de Meio Ambiente para as alterações necessárias;

FASE III – criação ou adequação dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente como órgãos Consultivos e Deliberativos;

FASE IV - elaboração da Política Municipal de Meio Ambiente incluindo o Licenciamento ambiental como instrumento, inclusive a minuta de projeto de lei;

FASE V - elaboração de toda documentação necessária para a habilitação do município junto aos órgãos ambientais e o Governo do Estado.

FASE VI – assessoramento dos municípios nas reuniões e acordos que serão firmados com os órgãos ambientais competentes, para a

implementação do licenciamento ambiental.

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do CONSÓRCIO/CONTRATADO:

I - executar os serviços nas condições estipulados no presente contrato de Programa:

II - Os produtos parciais (Relatórios) de cada ETAPA dos trabalhos serão apresentados ao Consórcio e, aprovados pelo mesmo. A forma de pagamento vincula-se a esta obrigação do contratado.

DOS RECURSOS

Cláusula sexta. 4.1 – As despesas decorrentes da presente Contrato correrão por conta da dotação municipal do orçamento vigente, com recursos oriundos do Contrato de Rateio, celebrado entre os municípios e o Consórcio:

4.2 – O valor admitido para contratação dos serviços, objeto da presente licitação é de:

Por Município. R\$ 4.959,19

4.3 – Será repassado o valor em Duas parcelas iguais, para o Consórcio conforme Contrato Administrativo Celebrado Prefeitura e Consórcio.

4.4 – 1ª parcela (cinquenta por cento) na assinatura do contrato.

4.5 – 2ª parcela (cinquenta por cento restante) na entrega dos trabalhos.

Parágrafo único. Havendo disponibilidade financeira o município poderá fazer o pagamento em parcela única.

DA RESCISÃO

Cláusula sétima. O presente contrato de Programa poderá ser rescindido por:

a) descumprimento de qualquer das metas para consecução do objeto;

b) superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente, inexecutável;

DAS PENALIDADES

Parágrafo único. as penalidades serão aplicadas pela Assembleia Geral do CPIMMOC.

DA VIGÊNCIA E ADITAMENTO

Cláusula décima. O presente contrato terá vigência de quatro meses a partir da data da sua assinatura, enquanto o Município for consorciado, mantenedor do contrato de rateio e das responsabilidades estabelecidos por este instrumento, podendo ser alterado por meio de assinatura de termo aditivo, sendo vedada a modificação do seu objeto.

DO FORO

Cláusula décima primeira. Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba, Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima segunda. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

31 de Março de 2015

Consórcio/contratado

VITOR JOÃO FACCIN

Presidente CPIMMOC

Consortado/contratante

OURO

VITOR JOÃO FACCIN

CONTRATO ADMINISTRATIVO 03/2015 LUZERNA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03 /2015

CONTRATO DE PROGRAMA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LUZERNA E O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO – CPIMMOC.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede na AV. XV de Fevereiro 151, Luzerna/SC, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. MOISES DIERMANN, doravante denominado CONSORCIADO/CONTRATANTE e o CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO – CPIMMOC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº. 19.678.109/0001-00, representado pelo seu Presidente, Sr. Vitor João Faccin denominado CONSÓRCIO/CONTRATADO, celebram o presente Contrato de Programa, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula Primeira: Aplica-se ao presente contrato as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07, Do Estatuto do CPIMMOC e da Lei Municipal nº 1.118/2013 (04/06/2013).

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida legislação, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito administrativo.

Cláusula Segunda. É dispensada a realização de licitação pública para a celebração deste contrato de programa, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

DO OBJETO

Cláusula terceira. O contrato Administrativo tem por objeto a prestação de serviço público em regime de gestão associada com o objetivo de:

1.1 - Descrição do Objeto:

O presente contrato tem como objeto a adequação legislativa e regimental do Município de Luzerna integrante do CPIMMOC, para habilitação do licenciamento das Atividades de Impacto local, tendo como fundamentação legal o art. 23 da Constituição Federal e como base a legislação e normas federal e estadual que tratam da matéria, especialmente as disposições previstas na Lei 6.938/1981 - Política Nacional do Meio Ambiente, na Lei Complementar Federal nº 140, de 8 de dezembro de 2001, nas Resoluções do CONAMA nºs 237/97 e 378/2006, na Lei Complementar Estadual nº 381, de 07 de maio de 2007, na Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009, no Decreto Estadual nº 620, de 27 de agosto de 2003, nas Resoluções CONSEMA nº 02/06 e nº 10/2011 e demais normas previstas na legislação de cada Município e respectivas Leis Orgânicas.

1.2 – Dos Objetivos Específicos:

Os objetivos específicos deste instrumento são os seguintes:

a) A adequação do Município quanto a habilitação para o licenciamento das Atividades de Impacto local, conforme preconiza a legislação deve ser elaborada contemplando-se os seguintes itens:

b) Criação da Política de Meio Ambiente, de acordo com as Políticas Nacional e Estadual de Meio Ambiente, disciplinando inclusive, o Licenciamento Ambiental no âmbito do Município.

c) Criação e/ou adequação do Conselho Municipal de Meio Ambiente, como órgãos consultivo e deliberativo;

d) Vinculação do Município, por meio de legislação específica, ao órgão ambiental a ser criado no organograma do Consórcio Público Multifinalitário Meio Oeste Contestado – CPIMMOC;

e) Elaboração de toda documentação necessária para a habilitação do município junto aos órgãos competentes para o Licenciamento Ambiental em todas as modalidades legalmente disponíveis, requeridas pelo município;

2) FASES DO PROJETO E PRAZOS PARA EXECUÇÃO

FASE I - reunião inicial para a definição das estratégias para a implantação do licenciamento ambiental por meio do Consórcio Público Multifinalitário Meio Oeste Contestado – CPIMMOC.

FASE II – elaboração do diagnóstico da legislação municipal de cada Município, pertinente e da situação do Conselho Municipal de Meio Ambiente para as alterações necessárias;

FASE III – criação ou adequação dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente como órgãos Consultivos e Deliberativos;

FASE IV - elaboração da Política Municipal de Meio Ambiente incluindo o Licenciamento ambiental como instrumento, inclusive a minuta de projeto de lei;

FASE V - elaboração de toda documentação necessária para a habilitação do município junto aos órgãos ambientais e o Governo do Estado.

FASE VI – assessoramento dos municípios nas reuniões e acordos que serão firmados com os órgãos ambientais competentes, para a implementação do licenciamento ambiental.

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do CONSÓRCIO/CONTRATADO:

I - executar os serviços nas condições estipulados no presente contrato de Programa:

II - Os produtos parciais (Relatórios) de cada ETAPA dos trabalhos serão apresentados ao Consórcio e, aprovados pelo mesmo. A forma de pagamento vincula-se a esta obrigação do contratado.

DOS RECURSOS

Cláusula sexta. 4.1 – As despesas decorrentes da presente Contrato correrão por conta da dotação municipal do orçamento vigente, com recursos oriundos do Contrato de Rateio, celebrado entre os municípios e o Consórcio:

4.2 – O valor admitido para contratação dos serviços, objeto da presente licitação é de:

Por Município. R\$ 4.959,19

4.3 – Será repassado o valor em Duas parcelas iguais, para o Consórcio conforme Contrato Administrativo Celebrado Prefeitura e Consórcio.

4.4 – 1º parcela (cinquenta por cento) na assinatura do contrato.

4.5 – 2º parcela (cinquenta por cento restante) na entrega dos trabalhos.

Parágrafo único. Havendo disponibilidade financeira o município poderá fazer o pagamento em parcela única.

DA RESCISÃO

Cláusula sétima. O presente contrato de Programa poderá ser rescindido por:

a) descumprimento de qualquer das metas para consecução do objeto;

b) superveniência de norma legal ou fato administrativo que o

torne formal ou materialmente, inexequível;

DAS PENALIDADES

Parágrafo único. as penalidades serão aplicadas pela Assembleia Geral do CPIMMOC.

DA VIGÊNCIA E ADITAMENTO

Cláusula décima. O presente contrato terá vigência de quatro meses a partir da data da sua assinatura, enquanto o Município for consorciado, mantenedor do contrato de rateio e das responsabilidades estabelecidos por este instrumento, podendo ser alterado por meio de assinatura de termo aditivo, sendo vedada a modificação do seu objeto.

DO FORO

Cláusula décima primeira. Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba, Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima segunda. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

31 de Março de 2015

Consórcio/contratado
VITOR JOÃO FACIN
Presidente CPIMMOC

Consortiado/contratante
LUZERNA
MOISES DIERMANN

CONTRATO ADMINISTRATIVO 2015 JOAÇABA

CONTRATO Nº 04/2015/CPIMMOC

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2015/CPIMMOC

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82939.380/0001-99, com sede AV. XV. De Novembro, 378, Joaçaba/SC, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Rafael Laske, doravante denominado CONTRATANTE e o CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO – CPIMMOC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº. 19.678.109/0001-00, representado pelo seu Presidente, Sr. Vitor João Facin denominado CONTRATADO, celebram o presente Contrato Administrativo, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula Primeira – Aplicam-se ao presente contrato administrativo as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07, do Estatuto do CPIMMOC e da Lei Municipal nº 1.118/2013 (04/06/2013).

Cláusula Segunda - É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato administrativo, com fundamento no artigo 24, inciso XVI, da Lei nº 8.666/93.

DO OBJETO

Cláusula Terceira - Este contrato tem por objeto a adequação legislativa e regimental do Município de Joaçaba integrante do CPIMMOC, para habilitação do licenciamento das Atividades de Impacto Local, tendo como fundamentação legal o art. 23 da Constituição Federal e como base a legislação e normas federal e estadual que tratam da matéria, especialmente as disposições previstas na Lei

6.938/1981 - Política Nacional do Meio Ambiente, na Lei Complementar Federal nº 140, de 8 de dezembro de 2001, nas Resoluções do CONAMA nºs 237/97 e 378/2006, na Lei Complementar Estadual nº 381, de 07 de maio de 2007, na Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009, no Decreto Estadual nº 620, de 27 de agosto de 2003, nas Resoluções CONSEMA nº 02/06 e nº 10/2011 e demais normas previstas na legislação de cada Município e respectivas Leis Orgânicas.

DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Cláusula Quarta - A adequação do Município quanto a habilitação para o licenciamento das Atividades de Impacto Local, conforme preconiza a legislação deve ser elaborada contemplando-se os seguintes itens:

- a) Criação da Política de Meio Ambiente, de acordo com as Políticas Nacional e Estadual de Meio Ambiente, disciplinando inclusive, o Licenciamento Ambiental no âmbito do Município.
- b) Criação e/ou adequação do Conselho Municipal de Meio Ambiente, como órgãos consultivo e deliberativo;
- c) Vinculação do Município, por meio de legislação específica, ao órgão ambiental a ser criado no organograma do Consórcio Público Multifinalitário Meio Oeste Contestado – CPIMMOC;
- d) Elaboração de toda documentação necessária para a habilitação do município junto aos órgãos competentes para o Licenciamento Ambiental em todas as modalidades legalmente disponíveis, requeridas pelo município.

FASES DO PROJETO E PRAZOS PARA EXECUÇÃO

Cláusula Quinta - O projeto do licenciamento das atividades de impacto local será desenvolvido nas seguintes fases:

Fase I - Reunião inicial para a definição das estratégias para a implantação do licenciamento ambiental por meio do Consórcio Público Multifinalitário Meio Oeste Contestado – CPIMMOC.

Fase II – Elaboração do diagnóstico da legislação municipal de cada Município, pertinente e da situação do Conselho Municipal de Meio Ambiente para as alterações necessárias;

Fase III – Criação ou adequação dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente como órgãos Consultivos e Deliberativos;

Fase IV - Elaboração da Política Municipal de Meio Ambiente incluindo o Licenciamento ambiental como instrumento, inclusive a minuta de projeto de lei;

Fase V - Elaboração de toda documentação necessária para a habilitação do município junto aos órgãos ambientais e o Governo do Estado.

Fase VI – Assessoramento dos municípios nas reuniões e acordos que serão firmados com os órgãos ambientais competentes, para a implementação do licenciamento ambiental.

DO RATEIO

Cláusula Sexta - Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará ao consórcio a importância de R\$ 4.959,19 (quatro mil novecentos e cinquenta e nove reais e dezenove centavos), dividida em duas parcelas, sendo que a 1ª parcela, 50% (cinquenta por cento) na assinatura do contrato e os outros 50% (cinquenta por cento) na entrega dos trabalhos.

Parágrafo único. Havendo disponibilidade financeira o município poderá fazer o pagamento em parcela única.

DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

Cláusula Sétima – Os recursos a serem repassados ao consórcio deverão ser, deverão ser empenhados conforme a seguinte natureza orçamentária:

3.3.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.93.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da

Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Cláusula Oitava - Poderá ser excluído do Consórcio Público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato administrativo.

Cláusula Nona - Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato Administrativo, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

DAS PENALIDADES

Cláusula Décima - O consorciado inadimplente com a CPIMMOC será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula Décima Primeira- Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula Décima Segunda - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

DA VIGÊNCIA

Cláusula Décima Terceira - O presente contrato administrativo entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de dezembro de 2015.

DO FORO

Cláusula Décima Quarta - Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba, Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula Décima Quinta - Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Joaçaba/SC, 14 de abril de 2015.

RAFAEL LASKE CONTRATANTE	VITOR JOÃO FACCIN Presidente CPIMMOC CONTRATADO
-----------------------------	---

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------